



# A NARRATIVA COMO COMBATE

*A escrita da história  
da Guerra Holandesa no século XVII*

# A NARRATIVA COMO COMBATE

*A escrita da história  
da Guerra Holandesa no século xvii*

**Kleber Clementino**



RECIFE  
2022

## Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



### Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

### Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

### Editoração

Revisão de texto: Flávia Aninger de Barros

Projeto gráfico: Adele Pereira

Diagramação: Lucas Gabriel Xavier de Aguiar

Imagem da capa: Jan Jansz Buesem, *Stilleven met krijgstuijg, 1635-1645*.

Cedida gentilmente pelo Rijksmuseum, Amsterdã

### Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

---

C626n Clementino, Kleber.

A narrativa como combate [recurso eletrônico] : a escrita da história da Guerra Holandesa no século XVII / Kleber Clementino. – Recife : Ed. UFPE, 2022.

(Série Ars Historica).

Originalmente apresentada como tese do autor (Doutorado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. História, 2016) sob o título: Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas...

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-145-3 (online)

1. Historiografia. 2. Holandeses – Guerras – História – Séc. XVII. 3. Guerra – História – Fontes. 4. Narrativa (Retórica). 5. Política – História – Análise do discurso. 6. Brasil – História – Domínio holandês, 1624-1654. I. Título. II. Título da série.

907.2

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2022-078)

---

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



## **Série *Ars Historica***

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

**Marília de Azambuja Ribeiro Machel**

Diretora da Série *Ars Historica*

## Obras publicadas

### **O desconforto da governabilidade**

*Rômulo Luiz Xavier do Nascimento*

### **Os Escravos do Santo**

*Robson Pedrosa Costa*

### **Tratos & mofatras**

*George F. Cabral de Souza*

### **Política e sociedade no Brasil oitocentista**

*Cristiano Luís Christillino*

### **Movimentos sociais negros em Pernambuco**

*Ivaldo Marciano de França Lima*

*Isabel Cristina Martins Guillen*

### **A lenda do ouro verde**

*Regina Beatriz Guimarães Neto*

### **Entre sobrados e mucambos**

*Wellington Barbosa da Silva*

**Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil**

*José Marcelo Marques Ferreira Filho*

**Cultura letrada no espaço euro-atlântico**

*Luís Filipe Silvério Lima*

*Marília de Azambuja Ribeiro Machel*

## Siglas

AGS

Archivo General de Simancas

AHU

Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BA

Biblioteca da Ajuda

BCJ

Biblioteca de Ciências Jurídicas (UFPE, Recife)

BMP

Biblioteca Municipal do Porto (Manuscritos e obras raras)

BNE

Biblioteca Nacional de España (Salas Cervantes e Alcalá de Henares)

BNP

Biblioteca Nacional de Portugal (Reservados)

BNRJ

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Obras raras)

BPE

Biblioteca Pública de Évora (Portugal)

RAHM

Real Academia de la Historia de Madrid

# Sumário

**Prefácio 10**

**Introdução 18**

**CAPÍTULO I**

**As narrativas da Guerra Holandesa e a historiografia ibérica 42**

**CAPÍTULO II**

**As relações de sucessos da Guerra Holandesa (1625-1654) 123**

**CAPÍTULO III**

**A Guerra Holandesa nas relações históricas (1625-1660) 210**

**CAPÍTULO IV**

**A Guerra Holandesa nas Histórias seiscentistas (1628-1698) 312**

**Considerações finais 412**

**Referências 421**

## Prefácio

As armas e os Barões assinalados  
Que, da Ocidental praia Lusitana,  
Por mares nunca de antes navegados  
Passaram ainda além da Taprobana,  
Em perigos e guerras esforçados  
Mais do que prometia a força humana,  
E entre gente remota edificaram  
Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas  
Daqueles Reis que foram dilatando  
A Fé, o Império, e as terras viciosas  
De África e de Ásia andaram devastando,  
E aqueles que por obras valerosas  
Se vão da lei da Morte libertando,  
Cantando espalharei por toda parte,  
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Cessem do sábio Grego e do Troiano  
As navegações grandes que fizeram;  
Cale-se de Alexandro e de Trajano  
A fama das vitórias que tiveram;  
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,  
A quem Neptuno e Marte obedeceram.  
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor mais alto se alevanta.

[...]

Ouvi, que não vereis com vãs façanhas,  
Fantásticas, fingidas, mentirosas,  
Louvar os vossos, como nas estranhas  
Musas, de engrandecer-se desejosas:  
As verdadeiras vossas são tamanhas  
Que excedem as sonhadas, fabulosas,  
Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro  
E Orlando, inda que fora verdadeiro.

Os Lusíadas, Canto I

Com esses versos, Luís de Camões inicia seu famoso poema dedicado à narração da viagem de Vasco Gama à Índia. Neles proclama a superação das epopeias Antigas (Homero, Virgílio) e Modernas (Boiardo, Ariosto) por meio de sua obra, em que as valorosas façanhas dos portugueses serão cantadas. Façanhas que, segundo ele, triunfam sobre as narradas pelos seus antecessores porque consistem em histórias verdadeiras: nada de fantasias, fingimentos ou mentiras. É através da fiel narrativa dos fatos históricos que Camões pretende suplantar os feitos literários dos poetas que o precederam. Para ele, maior poeta é o que celebra a história transformando-a em épica, aquele que canta e espalha gloriosas memórias.

Camões, apesar de ter vivido por anos no Oriente, não foi testemunha ocular dessas histórias, nem mesmo foi contemporâneo dos fatos que narrou. A viagem de Vasco de Gama teve lugar entre 1497 e 1499, mais de 60 anos antes do início da redação de sua *opera magna* em 1556. Alguns dos fatos sobre a história de Portugal narrados na longa interpolação feita no decorrer dos cantos III e V chegam mesmo a remontar aos tempos das primeiras “guerras de reconquista” da Península Ibérica. O tempo do narrador-poeta e o tempo da narrativa não coincidem. Não há dúvidas, então, de que Camões precisou recorrer a narrativas anteriores para compor *Os Lusíadas*. Não me refiro aqui apenas a outros escritos literários, como os épicos Antigos e Modernos em diálogo com os quais ele construiu o seu próprio espécime do gênero, mas penso sobretudo nos escritos de cariz historiográfico sobre a formação do reino luso, a expansão militar e mercantil portuguesa na África e a chegada e o estabelecimento dos portugueses na Índia, que Camões precisou recolher, selecionar, compulsar, compilar, reelaborar e remanejar para construir o seu poema.

O recurso a essas outras narrativas é tão evidente no poema que, desde a primeira edição da obra, em 1572, essa questão suscitou o interesse dos homens de letras. Entretanto, foi somente no início

do século xx que vieram à luz estudos seminais como o *Fontes dos Lusíadas*, de João Maria Rodrigues, que buscava a identificação das obras e dos autores que serviram de material-base para a elaboração do épico camoniano e listava entre eles os principais cronistas portugueses dos fins da Idade Média e da primeira metade do século xvi: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros, Diogo do Couto, Fernão Lopes de Castanheda, entre outros. Cerca de setenta anos mais tarde, Fernando Castelo Branco também publicaria um estudo do gênero, mais específico, dedicado as fontes utilizadas na reconstrução feita por Camões do cerco de Lisboa, de 1147.

Esses escritos, construídos a partir de uma aprimorada análise filológica da obra camoniana, são, porém, uma exceção no contexto dos estudos literários no espaço lusófono. Poucos ou nenhum texto literário produzido em língua portuguesa ao longo da Época Moderna tem gozado do mesmo prestígio alcançado pelos *Lusíadas* desde a elaboração do cânone literário português, durante o século xix. A ele foram dedicadas as mais aprofundadas análises textuais e as melhores edições críticas produzidas em Portugal. Se hoje há alguma, ainda que pouca, preocupação com as relações intertextuais na história literária de língua portuguesa ela é certamente devedora dos estudos camonianos. Para a compreensão da intertextualidade presente nos demais textos de literatura produzidos em Portugal entre os séculos xvi e xviii há ainda um longo caminho a ser percorrido. O interesse por esse problema é, infelizmente, escasso não só no campo dos estudos literários, mas também no campo dos estudos históricos em Portugal e no Brasil.

Na década de noventa do século passado, quando quem vos escreve iniciava a sua formação acadêmica, a ciência histórica no Brasil encontrava-se dividida entre duas tendências antagônicas. Por um lado, influenciados pela Nova História Cultural francesa, os historiadores começavam a flertar com a possibilidade de fazer-se uso de fontes literárias em suas pesquisas; por outro, ainda

olhavam com grande desconfiança para um retorno às ditas “fontes narrativas”, isto é, os relatos, crônicas e histórias que tinham servido de suporte para as gerações anteriores, vistas por muitos como obsoletas e incapazes de trazer novos aportes historiográficos, em contraste evidente com a possibilidade de ineditismo oferecida pela pesquisa nos documentos dos arquivos. Apesar de todo o debate teórico que então se fazia sobre a escrita da História e sobre a chamada “virada linguística”, a efetividade das práticas de pesquisa revelava uma visão ainda muito estreita das relações existentes entre a construção da narrativa literária e a da narrativa histórica.

A meu ver, o que então impossibilitou um verdadeiro diálogo entre teoria e prática foi o fato de que o debate sobre o *linguistic turn* se limitou, muitas vezes, ao problema das consequências do relativismo pós-moderno e dos equívocos que ele trouxe para a questão da relação entre real e verdade histórica no que diz respeito ao “acontecimento-limite” do Holocausto. Todo o debate profícuo que essa reflexão poderia ter trazido para o campo da construção retórica da narrativa histórica ficou sequestrada pelos ataques feitos por Carlo Ginzburg contra as posições de Hayden White, contra quem já havia se posicionado Arnaldo Momigliano anos antes. As pertinentes críticas ginzburguianas à posição tropológica do historiador estadunidense e sua aberta defesa da relação entre o “fio” da narrativa e os “rastros” ou “indícios” deixados pela realidade histórica acabaram por sufocar uma importante discussão sobre o caráter retórico da escrita da história e a tênue linha que separa a narrativa histórica da narrativa de ficção. Isso se deu, provavelmente, também porque a narrativa de cujo “fio” se ocupa Ginzburg é a narrativa do historiador contemporâneo. Apesar de ser um historiador modernista, a escrita da história no passado não se fez objeto de sua reflexão. Sua interrogação, no fundo, é sobre a relação entre o passado real e o conhecimento histórico na chave rankeana. É nessa mesma chave, ademais, que o problema é colocado pelos teóricos

da “história das representações”, de Paul Ricoeur a Roger Chartier. Para esses autores, a solução para o problema da relação entre o real (história-acontecimento) e a narrativa histórica (história-discurso) se desloca para o âmbito dos “jogos de espelho”. Retomando uma já antiga reflexão do campo das artes visuais – o famoso “*Ceci n'est pas une pipe*”, de Magritte –, constata-se a irrecuperabilidade do real e desloca-se a análise para o âmbito de suas “representações”. O objeto do historiador deixa assim de ser a história, mas o pintado, o narrado. Guiados por Ranke, voltamos à caverna de Platão.

De fato, em algum momento da nossa formação, nos é dito que Ranke é o pai da história acadêmico-científica. Ao ter contato com a sua produção historiográfica e perceber o caráter profundamente narrativo de seus escritos, passei, por muito tempo, a me questionar sobre o valor dessa afirmação. Só mais tarde percebi que, apesar de todas as críticas a que a abordagem positivista foi submetida pelas Escola dos Annales e por outros relativistas do século xx, a proposição rankeana de “apenas mostrar como realmente aconteceu [*es will bloss zeigen wie es eigentlich gewesen ist*]” ainda permanecia central na construção do nosso fazer histórico: a partir desse enunciado, o historiador passou a ser aquele que reconstrói o passado, como ele foi ou pelo menos como poderia ter sido. Diante disso, o problema teórico central que conduz nosso fazer historiográfico é como fazer o passado ser cognoscível e interpretável. Para Ranke, o caminho a ser seguido para tanto passava pelo uso das “fontes” corretas. Sua principal preocupação foi separar as “fontes primárias” daquelas “narrativas” de segunda mão, que, menos fidedignas, precisavam ser filtradas para poderem ser utilizadas. Num só golpe de pena, a história acadêmico-científica sepultava toda a historiografia anterior ao século xix sob a pecha do descrédito e a transfigurava sob a denominação de “fontes narrativas”. Nascia assim uma nova tradição: a história-retórica dos Antigos e dos Modernos, a história dos manuais de *ars historica*, a história dos *philosophes*, isto é, todas filhas das

*Histórias* de Heródoto com as quais o próprio Ranke havia se formado, a partir de então, não fariam mais parte do nosso horizonte de conhecimento.

As consequências dessa mudança foram múltiplas. A primeira delas foi o fato de que deixamos de ler essas obras e, quando as lemos, estabelecemos com elas uma relação mais próxima àquela que travamos com os livros de literatura, do que a que temos com as obras de história contemporânea: Heródoto nos parece próximo de Homero. A segunda diz respeito a nossa extrema dificuldade de compreender o que era a história antes do que ela se tornou no século XIX. Nem a crítica às fontes secundárias proposta pelo historicismo, preocupada em desdobrá-las em busca da “informação primária”, nem a “história das representações”, preocupada com as estratégias de “manipulação simbólica” e a construção de um sentido para os fatos históricos, ainda que tenham proposto instrumentos de interpretação para as “fontes narrativas”, foram, de fato, capazes de produzir análises que dessem conta do problema da escrita da história nas narrativas produzidas até o século XVIII.

Foi Arnaldo Momigliano – o mesmo que iniciou a polêmica judaica contra Hayden White – quem de fato encetou, em meados do século XX, uma reflexão acadêmica voltada especificamente para a escrita da história nas épocas Antiga e Moderna. Não surpreende que essa preocupação tenha tido origem na mente de um antiquista: a História Antiga nunca dispôs de “fontes primárias”, as “fontes secundárias” sempre foram o seu principal objeto de estudo. Os estudiosos da Antiguidade, então, foram aqueles que, mais do que nenhum outro campo historiográfico, pensaram sobre a construção dessa tipologia de escritos. Ademais, a Antiguidade greco-romana foi a mãe da retórica. Foi a partir dessas bases que Momigliano passou a refletir não só sobre a história da historiografia Antiga, mas também a história da historiografia Moderna, renovadora e transformadora dos modelos oferecidos pelos Antigos. Seu legado deixou

seguidores; Anthony Grafton, François Hartog, Bernard Guenée, entre outros. Infelizmente, no mundo luso, apesar de *As raízes clássicas da historiografia Moderna* ter sido traduzido para o português na década de 1990, juntamente com algumas obras de Grafton e Hartog, essa reflexão pouco ou nada floresceu. Os textos historiográficos anteriores ao século XIX continuaram a ser tratados apenas como “fontes narrativas” cujo conteúdo é mais ou menos confiável. Os processos de historicização do passado pelos homens do passado continuaram fora do horizonte de interesse dos historiadores da tradição lusófona.

Diante disso, a obra que aqui se apresenta, ao se propor a analisar o processo de historicização da Guerra Holandesa ao longo século XVII, configura-se como uma verdadeira inovação na historiografia em língua portuguesa. Por meio desse *case study*, centrado sobre as narrativas desse conflito intercontinental, Kleber Clementino coloca em diálogo a tradição dos estudos sobre a historiografia Moderna, com o interesse pelas fórmulas da retórica clássica, trazido à tona pela reflexão estruturalista e pós-estruturalista sobre a questão da enunciação no campo dos estudos literários, e a “nova história política”, que, utilizando-se dos aportes da História do livro, tem procurado compreender as formas de intervenção das práticas de escrita nas disputas pelo poder. Conduzidos por sua pena, passamos a compreender as lógicas da escrita da história nas décadas centrais da Época Moderna, conhecemos as vozes historiantes e as formas nas quais se transmuta o discurso historiográfico; apreendemos os interesses políticos dos autores e os personagens que, com o passar dos anos, passam de ignorados a notabilizados, de exaltados a esquecidos; percebemos como as narrativas dos eventos se entrelaçam, como os escritos são resgatados e reapropriados. A história, como a épica, era, enfim, composta por intertextualidades. Cantar e celebrar gloriosas memórias não era só papel dos grandes poetas. Os historiadores da modernidade também escreviam para

exaltar os seus *barões assinalados*. História e literatura novamente podem se aproximar, verdadeiro e verossímil, Heródoto e Homero. Não temos, afinal, o que foi; só o que foi contado.

Convido, então, os leitores a seguir nessa viagem de descoberta que nos ensina a lançar um novo olhar sobre as narrativas de uma história que nos é, mais ou menos, familiar. Narrativas que, por vezes, são completamente esquecidas, como as *Relações de sucessos*, ou, por vezes, conhecidas, como *O valeroso Lucideno*. Neste livro, bem escrito e bem fundamentado, por meio do estudo da construção dessas narrativas, seu autor restitui a dimensão política da escrita da história no período Moderno e devolve à História seu caráter de ofício estratégico. Com essa operação, Clementino rompe definitivamente com a leitura tradicional consolidada pelos intérpretes portugueses dos séculos XIX e XX, como Alexandre Herculano, Hernani Cidade e Joaquim Veríssimo Serrão, que haviam estabelecido um cânone de autores e textos que deviam ser considerados relevantes a partir de uma perspectiva rankeana da história. Escreve-se, a partir de agora, uma nova história: *obras valerosas*, mais uma vez *se vão da lei da Morte libertando*.

**Marília de Azambuja Ribeiro Machel**

## Introdução

A notícia da recuperação da Bahia pela armada do jovem rei D. Filipe IV (1621-1665), arrancada das mãos da *West-Indische Compagnie* (WIC) holandesa em 1º de maio de 1625, retumbou na Europa com estrondo. Era um momento auspicioso: semanas antes da chegada da nova, em 5 de junho, os exércitos de El-Rey derrotaram também as forças neerlandesas na cidade de Breda, no Brabante (região sul dos Países Baixos); em novembro, um ataque da frota inglesa ao porto de Cádiz terminaria em fiasco. Sob tal cascata de vitórias, realizaram-se em Madri, Lisboa e outras cidades folguedos e cerimônias religiosas louvando a reconquista alcançada pela armada ibero-napolitana. Ora, para uma Espanha que suportava a guerra contra França, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Veneza, Saboia, Palatinato e Países Baixos, aqueles triunfos significavam mais do que um respiro, pareciam uma apoteose. Ecos do entusiasmo então experimentado sobrevivem até hoje. O célebre dramaturgo Lope de Vega depressa comporia e encenaria, antes do fim do ano, a peça *El Brasil Restituido*, dramatizando o golpe desfechado na Bahia contra judeus e hereges. Juan Bautista Maino, pintor na corte madrilena, comporia, poucos anos mais tarde, seu monumental

painel *La Recuperación de Bahía de todos los Santos*, hoje exposto no Museu do Prado, não distante de *La rendición de Breda*, de Diego Velazques, da mesma época. Livros seriam publicados contando e comemorando a expedição atlântica, naquele ano e nos seguintes. Muitos concluíam que o favor divino abençoava a monarquia católica. “Deus é espanhol”, exclamará então o conde-duque de Olivares, principal ministro de Filipe IV, “e está ao lado da [nossa] nação nestes dias. Não o percamos”<sup>1</sup>.

Essas telas, peças e livros, porém, apenas atingiam restrito público de elite, os frequentadores do teatro e detentores de bibliotecas na sociedade estratificada do século XVII. Daí que, ao mesmo tempo e de maneira mais veloz do que eles, outro tipo de produto cultural mais capilar e de maior alcance difundiu o triunfo católico pelos centros ibéricos e no além-Pireneus. Cedo entraram a circular, nas formas manuscrita e impressa, inúmeros relatos da batalha, em folhetos de poucas páginas, linguagem simples e imagética, descrevendo os apuros no mar e na terra, o cerco, a rendição flamenga, os heróis da jornada, saciando a curiosidade que muitos haveriam de ter sobre a esquadra que singrara o mar para salvar o Brasil. Até o final daquele ano, grande profusão de *relações de sucessos*, nome genérico desses folhetos ocasionais, veio a lume não só em importantes cidades da Península Ibérica – Lisboa, Madri, Évora, Sevilha, Coimbra, Toledo, Cádiz – mas também nos Países Baixos, na Itália, na França, na Alemanha e, mais tarde, na Cidade do México e em Lima<sup>2</sup>. Terão sido lidas e ouvidas por um número muito maior de

---

1 ELLIOTT, J. H. *El conde-duque de Olivares: El político en una época de decadência*. Barcelona: Crítica, 2010, p. 275. Tradução livre (todas as obras estrangeiras terão, neste livro, seu texto traduzido livremente para o português, salvo em casos excepcionais).

2 RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1949, pp. 190 e ss. Os impressos sobre a restauração da Bahia ultrapassariam as seis dezenas, a que Schwartz acresce outras, não compiladas por Rodrigues. SCHWARTZ, Stuart B. *The Voyage*

pessoas, ampliando a magnitude do evento e o prestígio político da monarquia e da nobreza responsáveis pela reconquista nos trópicos.

*Relações de sucessos* compunham um veículo “a quente”, útil para fatos recentes, o equivalente seiscentista das *breaking news* dos dias atuais. Dentro das limitações daquele período – quando não havia propriamente órgãos autônomos de imprensa – eram a última palavra em reportar, “contar o agora”. Por conseguinte, ao se dissipar o calor dos acontecimentos, também as relações tendiam a mudar de foco. Um evento de magnitude, todavia, poderia continuar despertando interesse ao longo do tempo e invocar novos gêneros textuais e suportes tipográficos para ser, além de noticiado, historiado. Foi o que sucedeu com a expedição de 1625. Decorridos poucos meses, não mais folhetos e sim livros ofereceriam aos leitores o drama da queda de Salvador: o apresto da armada restauradora, o cerco e sítio daquela praça americana, seus combates, astutas manobras e façanhas memoráveis. Nesses escritos ibéricos, pincela-se a imagem da rebeldia holandesa humilhada e castigada, e da Espanha triunfante, ensinando aos inimigos o que os esperava, caso ousassem contra os domínios dos Habsburgo. A Guerra Holandesa, mal se iniciava, já era posta em tinta sobre papel.

A expressão “Guerra Holandesa” designa o conjunto de conflitos entre as Províncias Unidas, de um lado, e Portugal e Espanha, do outro, como desdobramento da Guerra de Independência dos Países Baixos (1568-1648) e da expansão marítima neerlandesa, materializada, no Ocidente, pela *West-Indische Compagnie*. O espaço das lutas abrange as possessões luso-castelhanas no Atlântico Sul, formando um losango em cujos vértices estão Rio de Janeiro, Maranhão, Madri e Luanda (incluindo os combates em alto-mar e nas proximidades de Cabo Verde e dos Açores), entre 1624 e 1654. A preferência pelo

---

of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese restoration of independence (1624-1640). *The American Historical Review*, Bloomington (EUA), vol. 96, n. 3 (jun, 1991).

singular expressa o desejo de apontar a unidade do conflito, mesmo em face de sua largueza e intermitência.

A circunstância de que o conflito não se encerra em 1625, senão prossegue no mar, reencena-se em Pernambuco e Angola, somente chegando a termo com a rendição neerlandesa no Recife, em 1654, dará fôlego a incontáveis narrativas. A Guerra Holandesa seguramente ombreia com a Guerra de Restauração (1640-1668) como episódio português mais historiado em seu século – se é que não a ultrapassa. Tematizaram-na folhas volantes, opúsculos e fôlios; breves relatos ocasionais ou caudalosas obras históricas: a tarefa de contar aquele conflito lançou mão de todos os formatos, ocupou dezenas de autores em Portugal, na Espanha, no Brasil, em Angola, anônimos e célebres, até muito tempo depois do cessar-fogo. O que provocou essa tão longa historicização? O que determinou seus ritmos e formas? Por que, por exemplo, três diferentes obras históricas que abordam esse conflito vêm a lume apenas na década de 1670, quando o assunto estava já resolvido? Ou será que não estava? Por que um frade português o recontará em italiano, para o público romano, ainda em 1698? Por que tanto interesse em apresentar e reapresentar uma luta?

Convém, enfim, perguntar se a Guerra Holandesa alargou a forma de se escrever história em Portugal, em razão das latitudes peculiares onde se travaram os confrontos, dos sujeitos “excêntricos” (ao menos para o olhar europeu) que pegaram da espada ou da pena para lutar neles ou narrá-los, ao longo de todo o século XVII. Em que outra guerra moderna mulatos, negros e índios saíram louvados como heróis, abençoados pelo Altíssimo, comparados a César e a Alexandre Magno? Através especialmente da escrita da história, aquele episódio impactou a cultura portuguesa e, mais tarde, a brasileira, de maneiras ainda não bem dimensionadas.

Alguns episódios desse confronto, depois de convertidos em assunto de *relações de sucessos* e tematizados por testemunhas das

refregas, foram elevados à condição de “memoráveis”, apresentados em cores épicas pelas mais aplaudidas penas de Espanha e Portugal, particularmente neste último, durante a regência (1667-1683) e o reinado (1683-1706) de D. Pedro II de Bragança. Uma economia da heroicização atravessa a construção narrativa, em função daqueles que, no curso daquelas décadas, alternavam-se na posição de voz historiante do conflito. Personagens ignorados nos primeiros relatos são exaltados em narrativas tardias; com outros, dá-se o inverso e, de início celebrados, ficam esquecidos; outros, ainda, acabam demonizados como covardes ou traidores. A produção dos textos objetos deste estudo se deu, via de regra, não como mero exercício literário ou acadêmico, mas na tormenta das disputas por visibilidade, reconhecimento e pela memória. São, pois, simultaneamente narrativas históricas e canais de intervenção política, escritos e publicados em vista de ganhos materiais e simbólicos. As formas como emergiram, desde a primeira hora em que as refregas sucederam, após o fim da Trégua dos Doze Anos entre Espanha e Países Baixos (1609-1621), até o fim do século, suscitam problemas historiográficos que convém examinar.

O objetivo deste livro é estudar a historicização da Guerra Holandesa, entre 1625 e 1698, controlada por parte de diversos grupos políticos que atuavam na Península Ibérica e no ultramar americano e africano. As fontes narrativas, que constituem o bojo da documentação, serão submetidas à análise, de um lado, à luz dos cenários políticos em transformação ao longo desses setenta anos<sup>3</sup> e, do outro, das formas então franqueadas pela cultura escrita para a conversão dos acontecimentos<sup>4</sup> em narrativas públicas. Os usos do

---

3 Referência aqui será o método analítico “contextualista” proposto em SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

4 Emprega-se aqui o conceito de “acontecimento” a partir das discussões de RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008,

passado, portanto, ocupam o coração de nossa temática, bem como as balizas políticas e discursivas que constroem ou impelem sua mobilização. A instrumentalização, por parte do discurso político do século XVII, das formas de expressão escrita ampliadas pela tipografia – como a hagiografia, a novela e mesmo obras de saber médico – foi problematizada por Curto. No período, “o discurso político investe os produtos tipográficos mais variados, incluindo os gêneros considerados menores”, como relações e gazetas<sup>5</sup>. Sujeitos direta ou indiretamente ligados à guerra mostraram, até o fim do século, preocupação em presidir a historização daquele conflito. No entanto não atuaram sós. Aquilo que importava dizer e o campo do dizível, isto é, conceitos, metáforas e modelos pelos quais as enunciações podiam textualizar-se e imprimir-se exigiam a colaboração de letrados, editores e outros portadores de saberes cruciais para a emissão da mensagem.

Tais autores erigiram cuidadosas representações, em passagens escolhidas com tática e rascunhadas com esmero. Em nome de “partidos”, grupos agregados ao redor de interesses políticos comuns, frequentemente escreveram em vista do revide, quando alvejados por penas inimigas; para angariar fama e consagração; ou, ao contrário, para o achincalhe de adversários. Combatiam narrando. Se convinha alardear, dramatizavam feitos com fórmulas altissonantes, comparações célebres, intervenções providenciais; diante de ocorrências inconvenientes, mas impossíveis de silenciar, amaciavam,

---

sobretudo pp. 171 e ss. e de DOSSE, François. *O renascimento do acontecimento*. São Paulo: UNESP, 2013. “Acontecimento”, enquanto “contraparte do testemunho” e irrupção no seio do real, diferencia-se de “fato”, resultado do trabalho intelectual sobre aquele. O fato é pensado como um enunciado que visa a representar o acontecimento.

- 5 CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 150. CURTO, Diogo Ramada. A produção do discurso político seiscentista: o caso de Luís Marinho de Azevedo. *Separata da Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, 1984.

adocicavam os episódios e, mediante contorcionismos discursivos, convertiam em memória honrosa o que fora evento constrangedor.

A política, na Modernidade, incidia sobre a construção das narrativas históricas como imperativo. Não havia, como bem se sabe, institutos autônomos para a pesquisa histórica no mundo luso-castelhano do Seiscentos. A escrita da história raramente era exercício meramente erudito. O político, mais do que parceiro fortuito, era elemento constituinte do historiográfico, ao mesmo tempo em que os grupos governantes centrais e locais evocavam a gravidade da obra histórica para fazer mais aceito o seu mando. De vez que uma das tarefas do gênero histórico, então, é se fazer útil à *Res publica* através das façanhas que relata e dos exemplos que fixa, o político é um dos sustentáculos epistemológicos do discurso historiográfico. Sobretudo quando se está diante do episódio militar, dotado de ancestral valor simbólico na cultura medieval e do Antigo Regime, a escrita histórica incide como arma, beneficia-se daquele simbolismo – o culto do guerreiro, do gesto bélico triunfal, do sacrifício, da proximidade entre o marcial e o sagrado – para gerar dividendos culturais e econômicos. Escrevem-na letrados sujeitos ao patronato civil ou eclesiástico, que muita vez encomenda os relatos e custeia as publicações. Isso não significa que, invariavelmente, os letrados sejam meros porta-vozes “objetivos” de seus patronos: a relação autor-patrono pode ser marcada por tensões e resultar em diversos compromissos. Some-se a isso os variados suportes e gêneros por meio dos quais aquela guerra foi veiculada e se chega a um amplo mosaico, no qual política e escrita da história se entrelaçam plasticamente, sem embargo dos *topoi* e diretrizes retóricas que orientam – ou, mais precisamente, tentam orientar – a escrita sobre o passado no século xvii.

A generalidade dos textos ora sob estudo será designada por meio de expressões como “relatos”, ou “narrativas”, evitando, assim, o designativo de “crônicas” com que já foram chamadas. Há razões

persuasivas para isso. De um lado, a crônica, vinculada à fórmula dos “anais” e, do outro, a história de ambições literárias e edificantes avançaram caminhos distintos, como apontam estudos sobre a historiografia medieval<sup>6</sup>: a primeira cairia em desuso, enquanto a segunda prosperaria, sob os influxos do humanismo italiano e depois transalpino. Com suas velhas pretensões de registro neutro, seco, quase “computacional” dos eventos políticos, a crônica pareceu mais e mais veículo inadequado aos modernos. Os autores do Seiscentos já raramente empregam o caduco vocábulo “crônica” para se referir a suas obras. Na tradição historiográfica ibérica, desde o Medievo, “pôr em crônica” quer dizer compilar relatos reunidos sobre um tema em novo texto, ordenado e, às vezes, exemplar. Cronistas-mores quatrocentistas como Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina eram instados por reis e nobres a “pôr em crônica” os feitos das gerações predecessoras, congregando escritos dispersos e lhes dando nova forma literária<sup>7</sup>. No século xvii, quando a imprensa se disseminara e a cultura escrita era elemento presente no cotidiano e na governança<sup>8</sup>, já não se fala mais assim. A *relaçam* assume, crescentemente, essa tarefa de registro dos sucessos. E o faz com mais agilidade e alcance.

Tão importante quanto o escrutínio daquilo que as relações e histórias comunicam é entender quem se exprime através delas. A Guerra Holandesa é oração pronunciada a muitas vozes. As histórias que hoje consultamos redigiram-se amiúde sob a proteção e mesmo solicitação de figuras poderosas, valendo-se de práticas de patronato e da consolidação da imprensa em Portugal e na Espanha (onde

---

6 SMALLEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages*. Londres: Thames and Hudson, 1974.

7 BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Sintra: Europa-América p. 28. ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. SARAIVA, J. Antônio & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Martins Fontes, s/d [1955], pp. 123 e ss.

8 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos xv-xviii)*. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

crescia o número dos livreiros e tipógrafos na primeira metade do Seiscentos), para veicular em meio às narrativas suas versões dos fatos e, com elas, seus projetos de poder. O mapeamento desses grupos e sujeitos, situados nas cortes lisboeta e madrilena, nos centros coloniais da América e da África, respondendo às diferentes conjunturas em que brigam por se fazer ouvir, será indispensável para o estudo da historicização aqui proposto.

As vezes que historiam a guerra, já tão variadas, mudam ainda com o desdobrar das conjunturas. Para uns e outros partidos, se agora convinha historiar os acontecimentos, adiante a melhor estratégia bem poderia vir a ser calá-los. E assim foi. Tais escritos emergiam dialogando com as pressões político-linguísticas circundantes. Nos diversos contextos que o recorte 1625-1698 comporta, os diferentes historiadores da guerra sacavam da *langue*, da “gramática” disponível, as imagens e posturas admissíveis para a veiculação de ideias políticas. Os sujeitos, em seus embates discursivos pelo poder, explica Pocock, invocam o repertório circulante de noções (*langue*), como solo onde enraízam seus discursos conjunturais (*parole*). Proferem enunciados que, ou buscam preservar o *status quo* retórico, ou atacá-lo e renová-lo, quando nele já não estão à disposição ideias propícias ao autor. Veremos que, no caso da historicização da Guerra Holandesa, ambas as vertentes se verificaram. As metamorfoses da política, por sua vez, também incidem sobre a *langue*, alterando-lhe os referenciais, com efeito sobre as *paroles* enunciadas. As tensões entre *langue* e *parole* delimitam a arena onde os confrontos discursivos se travam, ajudando a identificar a faixa do dizível e publicável<sup>9</sup>.

No núcleo da historiografia ibérica do Seiscentos, sob cujo abrigo a Guerra Holandesa será transformada em texto, incide o magnetismo da historiografia clássica e dos debates historiográficos do

---

9 POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2013.

Renascimento. Percebem-se tanto a manutenção dos cânones greco-romanos – primitivamente assentados por autoridades como Tucídides, Políbio, Cícero, Tito Lívio e Luciano – como, em contraste, a emergência de novos preceituários, releituras elaboradas desde o *Quattrocento* na Itália, e mais tarde na França e na Espanha, em especial<sup>10</sup>. A título de exemplo dessa influência, historiadores do Seiscentos são ainda comparados a próceres clássicos: Manuel de Faria e Sousa seria o “Lívio Português” (título na centúria anterior atribuído a João de Barros), ao passo que Ericeira exibiria a maestria de Cícero. Há igualmente um forte legado, menos visível, sem dúvida, porém presente, da escrita da história medieval, não obstante as críticas que os eruditos humanistas dirigiam à larga a ela e à escolástica<sup>11</sup>.

Por outro lado, os debates em torno do gênero histórico travados nas páginas da tratadística denominada *Ars historica* eram conhecidos na Ibéria e o ideário quinhentista da *Ragion di Stato* impactaria a cultura escrita no Seiscentos<sup>12</sup>. Os debates políticos travados nos

---

10 Como, por exemplo, na polêmica entre Bartolomeo Facio e Lorenzo Valla, entre 1446 e 1447, quando “pela primeira vez se defrontam sistematicamente [...] os nexos fundamentais para a definição de uma ‘historiografia moderna’”. ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e no nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a escrita da história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 301-302.

11 GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980. SKINNER, *As fundações, Op. Cit.*

12 ALBUQUERQUE, Martim de. *Um percurso da construção ideológica do Estado: a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal, 2002. ALBUQUERQUE, Martim de. *Jean Bodin na Península Ibérica: ensaio de história das ideias políticas e de direito público*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1978. REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. E MATOS, Luís de. *L'Humanisme portugais et ses relations avec l'Europe*. Lisboa: Ramos, 1965. PEREIRA, Belmiro Fernandes. *Retórica e eloquência em Portugal na Época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

séculos xv e xvi reforçam a ideia de uma história “útil”, seja pelos exemplos morais que oferece à “república”, seja pelos precedentes práticos que sugere, para orientar governantes na lida com cenários adversos. A tradição greco-romana, não obstante permanecer referencial, passa a ser alvo de releituras heterodoxas e “inovadoras” no tocante a seus pressupostos, trabalho de fontes e formas de expressão. O que incomodava a alguns: “os modernos”, comenta Manuel de Faria e Sousa, “parece que imitam a Cornélio Tácito, porque veem semeadas de aforismos políticos suas Histórias [...]. Se ele hoje vivera, se escandalizara de que o chamassem historiador: e, no entanto, o é mais do que os que pensam imitá-lo”<sup>13</sup>.

Outros letrados do período dedicam-se àquilo que Momigliano denomina “história antiquária”. Tão cedo quanto nos séculos xiv e xv, o exame a que Petrarca e Veronese submetem as fontes da Antiguidade impulsionará o renascimento do antiquariato, significando o estudo crítico-filológico de escritos e monumentos (com raízes também antigas, porém ostracizado desde o Alto Medievo, face ao prestígio maior do legado historiográfico de Tucídides, Lívio e outros)<sup>14</sup>. Essa vertente antiquária, todavia, sem dúvida relevante para os futuros desdobramentos da historiografia, porque mais afeita à crítica de fontes e à noção de prova documental, pouco prosperaria face à temática da guerra. Nela, a narrativa usualmente se baseava em provas retóricas – a partir da noção antiga de *enargeia* ou *evidentia*, a ideia de que um relato pode ser julgado verdadeiro

---

13 SOUSA, Manuel de Faria e. *Europa portuguesa*. Segunda edicion correta, ilustrada y anadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que es nueva. 3 vols. Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello, 1678-1680, vol. 1, “Prologo”.

14 MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004. GRAFTON, Anthony. *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge (UK): University Press, 2010. OLIVEIRA, António de. D. Francisco Manuel de Melo, historiador. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, Porto, n. 6, 2009

se for capaz de “reencenar” o fato aos olhos do leitor<sup>15</sup>. As relações e histórias seiscentistas da Guerra Holandesa, veremos, mostram pouca preocupação com o trabalho minucioso, erudito, filológico da crítica de fontes; produzem, antes, narrativas interessadas em deleitar, celebrar, convencer e influenciar, mobilizando para tanto a técnica retórica, não recursos de prova.

Convém ter em mente que essa longa historicização perpassa um século XVII dominado pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a União Ibérica (1580-1640) e a Restauração Portuguesa, motivo da guerra luso-castelhana (1640-1668). Tempo também da consolidação da dinastia de Bragança, sob D. Afonso VI (1656-1667) e o já referido D. Pedro II, num fim de século que assistiria ainda aos angustiantes movimentos para a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) e a chegada das primeiras remessas do ouro do Brasil. Isso apenas para falar do cenário europeu, embora a Guerra Holandesa não tenha sido narrada apenas no hemisfério norte, mas também nos trópicos, seja em panfletos, seja em livros. No espaço atlântico, Brasil e Angola iniciam a centúria com a expansão da presença portuguesa e a consolidação de sua lucrativa economia agroexportadora escravista; lidam, em seguida, com os ataques e o domínio da WIC e, *a posteriori*, com a penosa reconstrução dos engenhos e do tráfico ultramarino. No caso de Pernambuco, importa acrescentar o ressentimento com o desdenhoso tratamento que, segundo a elite local, a Coroa lhes reservaria, uma vez restaurado ali o mando lusitano. As recompensas dadas são mais magras do que as prometidas, a exclusividade local para cargos administrativos é já ignorada nos anos 1660 e a produtividade, o preço e os lucros do açúcar não restabelecem os patamares pré-1630.

---

15 GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

É sob este pano de fundo móvel, nas diferentes instâncias atlânticas, que vão sendo compostas as relações e histórias (suas publicações, ao contrário, concentram-se nas cidades europeias, pela inexistência de casas impressoras no ultramar luso-atlântico). A *Jornada dos Vassalos*, do padre Guerreiro, por exemplo, ou as *Memorias diárias de la guerra del Brasil*, do antigo donatário de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho, só fazem sentido uma vez compreendidas suas *mises en scène* históricas.

A narrativa da “Jornada dos Vassalos”<sup>16</sup>, como foi apelidada a expedição restauradora de 1625, tão explorada em seu tempo, perde força após a ruptura brigantina de 1640. Os livros escritos no Brasil, nos anos derradeiros da guerra, apequenam a façanha de D. Fadrique, reservando-lhe quase sempre pouco mais que breves menções, talvez por a verem desconfiadamente como triunfo espanhol, cuja rememoração não era politicamente conveniente após a Restauração. Exaltar feitos filipinos, por óbvio, já não cabia na *langue*, enquanto D. João IV executava suspeitos de conspirações regicidas e diversos fidalgos, na calada da noite, escapavam para o exílio castelhano<sup>17</sup>. Três décadas depois, a ascensão de D. Pedro II e a paz espanhola de 1668 transformam a agenda do terço final do século, quando a Coroa adota a neutralidade militar como regra, procurando restabelecer o prestígio português perante as demais nações, mediante casamentos, alianças diplomáticas e, também, a exploração historiográfica das vitórias sobre holandeses e espanhóis.

Disso se antevê que o controle da operação narrativa é objeto de aguerrida competição. A alternância e pluralidade de penas

---

16 A expressão “Jornada dos Vassalos” intitularia um dos mais conhecidos relatos lusos da recuperação da Bahia, em 1625. GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

17 COSTA, Leonor F. & CUNHA, Mafalda S. da. *D. João IV*. Lisboa: Temas & Debates, 2010, pp. 103-127.

a conduzir a historicização permitiram que, sobretudo na historiografia portuguesa e, mais tarde, na brasileira, se inscrevessem determinados episódios e personagens como referenciais para o conflito<sup>18</sup>. O modo como a história daquela guerra será contada não resulta da simples soma e justaposição de textos. Desse embate discursivo, há linhas narrativas que prosperam, fixando o enredo que será lido pela posteridade, e linhas que caem no esquecimento. Ora a fidalguia luso-castelhana faz-se ouvir, sobretudo na recuperação de Salvador; ora a elite açucareira americana assume o protagonismo historiante, para depois vê-lo disputado pelo centro político lisboeta<sup>19</sup>. E, de entremeio, literatos metidos em apuros políticos se valem da escrita para defender-se, contra-atacar, reaver a honra perdida. Seria pecaminosamente empobrecedor ler tais fontes somente em busca dos dados que comunicam, ignorando as histórias por detrás das Histórias<sup>20</sup>, ou até mesmo o peso que os suportes materiais das publicações (panfletos, quartos, fólhos) tiveram na performance de cada texto. É exatamente isto que este trabalho ambiciona fazer: abordar a própria produção e publicação de relatos como fatos históricos, não apenas à luz das ideias e informações que veiculam,

---

18 Para discussão sobre o conceito de memória, em sua convivência e entrecruze com a escrita da história e com a expressão oral, ver o clássico estudo de HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [1950]. Suas ideias são revistas em chaves menos estruturantes em POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

19 Para discussão sobre o conceito de Estado moderno, ver: HESPANHA, António Manuel (coord.) & MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: época medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982. HESPANHA, A. Manuel. *O Estado absoluto: problemas de interpretação histórica*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, sep. do Boletim da Fac. de Direito de Coimbra – “Estudos em homenagem ao prof. Dr. J. J. Teixeira Ribeiro”, 1979.

20 No livro, a palavra “História”, com maiúscula, será reservada para obras históricas. Nos demais casos, “história”.

mas admitindo as próprias obras como intervenções político-culturais em seu tempo.

Detectar as idas e vindas na direção do processo historiante, entre sujeitos e grupos na Península e no ultramar, será de especial importância para os objetivos aqui delineados. Os anos 1630, após a multiplicidade de escritos sobre a recuperação de Salvador, caracterizam-se pelo decréscimo das publicações sobre a perda de Olinda, constatada a impossibilidade de reencenar a reconquista de 1625, em vista dos reveses financeiros e militares<sup>21</sup>. Já nos anos 1640 e ao longo da década de 1650, sobrevivendo a duras penas a dinastia brigantina e com a insurreição contra os neerlandeses em Angola e no Brasil, elaboram-se – fora do espaço cortesão, geralmente – papéis sobre a resistência ao domínio neerlandês, a Insurreição Pernambucana, as Batalhas dos Guararapes e as rendições de Luanda e do Recife. Segunda ressaca de escritos sobrevém nos anos 1660, até a retomada do interesse coincidente com o golpe

---

21 O recuo não implica que desaparecessem na década de 1630. De um lado, a vitória na Bahia era integrada à história do reinado de Filipe IV, como em CESPEDES Y MENEZES, Gonçalo de. *Primera parte de la historia de D. Felipe el IIII. Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631, reeditada em Barcelona, em 1634. Por outro lado, não obstante os reveses em Pernambuco, prosseguiram emergindo nos anos trinta relações de batalhas ou cercos específicos, nas quais amiúde se retratavam os portugueses e espanhóis derrotando os neerlandeses, como no caso de ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de su Magestad à hecho al socorro del Brasil, y batalla que entre ella, y la de los Estados de Olãda se dieron el doze de Septiembre deste año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos*. Sevilha: por Francisco de Lyra, 1631. E nada indica que tenha cessado a redação de relatos manuscritos, de mais rara preservação, mas igualmente historiadores do conflito. Ver, por exemplo: ANÔNIMO. *Relaçao da viagem que fez Silvestre Manso, piloto do patacho nossa Senhora do Rosário a Itamaracá, com a notícia do Assalto que os nossos fizeram em Pernambuco num forte dos olandezes, donde lhe mataram trinta e oito homens e desmontaram a artilharia, só com a perca [sic] de onze dos nossos na retirada, assaltos que davam todos os dias com dano considerável destes e vantagem das nossas armas*. Lisboa: ANTT, Corpo Cronológico, parte 1, mç 118, n. 69.

do partido de D. Pedro e o armistício castelhano. A partir de 1675, Francisco de Brito Freyre, Raphael de Jesus e outros se valerão dos relatos precedentes, tecendo relatos compostos segundo os paradigmas da “história perfeita”, do “panegírico” e da “história política”, o que talvez possamos chamar de “última palavra” ou “saber de ponta” em historiografia, no período.

As vozes à frente da historicização da guerra dedicavam-se a atribuir “fama” a realizadores de feitos honrosos, veiculando determinada versão dos fatos, em vista de recompensas presentes e futuras<sup>22</sup>. Política, entenda-se, disputada nos diferentes espaços do mundo luso-castelhano, entre facções atuantes em Lisboa, Madri, Pernambuco, Luanda, jamais se reduzindo à suposta polaridade colônia-metrópole<sup>23</sup>.

Apreciadas sob certa ótica, essas obras têm sido utilizadas, desde seu tempo, como repositório de informações do aspecto militar da experiência e para o estudo da vida religiosa, social, política, cultural e econômica desse vasto espaço geográfico e histórico, de difícil denominação. J. H. Rodrigues, décadas atrás, considerava que “a historiografia sobre os holandeses no Brasil é, talvez, um dos mais

---

22 O tema da “fama”, de especial peso na tratadística nobiliárquica, fora desde o Renascimento reavivado em discussões morais e filosófica acerca do valor da glória. Como em MONTAIGNE, Michel E. de. *Ensaio*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, “Da glória”, vol. II, pp. 429 e ss. Ver também SKINNER, *As fundações*, *Op. cit.*, parte 1. BERRENDERO, J. A. Guillén. *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tese (doutorado em História), Universidade Complutense de Madri, Espanha, 2008.

23 Evitaremos essa concepção consagrada na historiografia brasileira. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985. Mais recentemente, Camenietzki desferiu ataque contra a noção de “colônia”, entendendo que vilas como Salvador e Olinda eram tidas não como espaços coloniais, mas sim cidades portuguesas na América. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Incômoda história: colônia e passado no Brasil*. *Revista Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 18, 2008, pp. 71-83.

ricos e numerosos capítulos de nossa historiografia colonial”. A revisão a ao menos algumas das fontes narrativas seiscentistas tem sido recorrente. O presente trabalho propõe a releitura desse repertório já em boa medida familiar, mas conforme uma problematização inversa: não quer partir das narrativas para compreender a guerra, como usual, mas partir da guerra para compreender as narrativas.

O conceito de discurso político enraíza-se na valorização dos aspectos culturais na análise do sistema de poder. Isso implicará, aqui, estudar “o conjunto de crenças, emoções, valores e formas simbólicas que orientam a ação política”. Trata-se da utilização dos canais e dispositivos textuais – não só os estritamente políticos e legislativos, mas ainda a dramaturgia, a poesia, a parenética, a historiografia – com vistas a veicular e impor como verídicas certas versões dos fatos e a naturalizar determinadas concepções de ordem social. O discurso político, diz Curto, opera como mecanismo não coercitivo de controle social, no plano ideológico, cuja mediação é feita pelo “campo intelectual”. Ressalve-se que, na época moderna, discursos políticos não emanam apenas do poder central e dos grupos que o orbitam, mas também em domínios “excêntricos”, como no Brasil Holandês e na Luanda pós-1648. A tentativa de “monopolizar a enunciação do politicamente pensável” anima todos os agentes políticos que competem pela oitiva pública<sup>24</sup>. E o conflito contra os flamengos abriu oportunidades, via cultura escrita e discurso político, para sujeitos ultramarinos enunciarem-se protagonistas militares e “chefes de homens”, posições de alto valor naquele universo simbólico.

Como sugerido acima, mostra-se problemática a escolha do termo ou expressão que circunscreva toda a área geográfica sobre a

---

24 CURTO, Diogo Ramada. *A cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 2011, pp. 12-15. CURTO, *A produção do discurso político seiscentista*, *Op. cit.*, p. 8. Essa problematização deixa em aberto a questão da recepção, que, por razões de delimitação, não será o foco do trabalho.

qual se debruça o presente trabalho. Denominações encontradas na historiografia como “faixa açucareira”, para a costa atlântica do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte, ou de “zonas de trato negreiro”, para a costa oeste africana ocupada pelos neerlandeses entre 1641-1648, limitam-se a caracterizar amplas áreas com base apenas em uma das atividades econômicas nelas desempenhadas. Atividades que, conquanto cruciais, nem sequer são o foco do estudo. Mais pertinente vem a ser o conceito de “Atlântico Sul” aventado por Alencastro, que enxerga o meridiano afro-americano como unidade geo-histórica “bipolar”, interligada não somente por aspectos econômicos, mas sociais, políticos e culturais. Todavia, importa ressaltar que o “Atlântico Sul” de Alencastro é conceito forjado para explicar um “sistema de exploração colonial” a partir do qual nasceria a nação brasileira e no cerne do qual agiria a sanha exploratória ibérica, enquadramento teórico de que nos afastamos<sup>25</sup>.

Os parâmetros do recorte temporal adotados neste estudo são, para o marco inicial, as relações de sucessos publicadas em cidades portuguesas e espanholas, imediatamente após a reconquista da Bahia, em 1625, e, para o final, a publicação em Roma, patrocinada por D. Pedro II, da *Istoria delle Guerre*, escrita em italiano pelo frade português Santa Tereza e que se valia do importante centro pontifício para dar visibilidade internacional às armas lusas<sup>26</sup>. Entre esses marcos, o evento é historiado por meio de diferentes práticas de escrita e editoração, sobretudo em momentos politicamente críticos, quando o panfleto, a relação historial e a obra histórica eram mais expeditamente recrutados pelos grupos em enfrentamento.

---

25 ALENCASTRO, Luís Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

26 D. Pedro II teria subsidiado a impressão com 5 mil cruzados e as ilustrações teriam ficado ao encargo dos “mais famosos gravadores do tempo”. MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliiana, vol 1*. Amsterdam/Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958, p. 231.

Recorte longo, é verdade, mas que guarda a vantagem de permitir uma ampla discussão sobre a escrita da história no Seiscentos, inclusive das transformações que tal escrita sofre, dos começos aos fins da centúria.

A escolha do trabalho com narrativas jamais poderá ignorar o fato de que tais fontes promovem versões públicas dos eventos. Fontes narrativas, lembra M. Bloch, são “documentos voluntários”: escritos para difundir, para fazer-se ouvir e ver, elas almejam controlar o que se conhece, em contraste com os “documentos involuntários”, perante os quais o historiador comete a indiscrição de desnudar o íntimo ou restrito. A leitura do que o passado pretendeu legar deveria impor precauções, continua o fundador dos *Annales*, porque aquilo de que os textos voluntários nos querem convencer já nos interessaria menos, atentos que estamos a seus compromissos e manobras, e “apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que eles nos deixam entender, sem haverem pretendido dizê-lo”<sup>27</sup>. O estudo calcado sobre fontes narrativas implica uma espécie de vasculhamento pericial, coagindo os relatos para que desvelem seus ocultamentos e disfarces. Interessam suas manobras retóricas destinadas a silenciar, embelezar ou inverter o sentido dos acontecimentos. Por exemplo, quando Matias de Albuquerque foi destituído do comando das forças em Pernambuco e levado a ferros para Lisboa, como seu irmão, autor de um dos livros sobre a guerra, procurou impedir que semelhante embaraço enodoasse o nome da família? Quando, alguns anos mais tarde, Fernandes Vieira foi também destituído do comando, debaixo de acusações de ilicitudes, como seus panegíricos poderiam ao mesmo tempo louvá-lo e registrar essas baixezas? Veremos.

---

27 БЛОХ, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, pp. 76 e ss.

A escrita da história e as representações elaboradas pelas sociedades modernas sobre seus passados têm, em verdade, atiçado pequena curiosidade entre os especialistas, nas últimas décadas, relativamente a questões da história social, política e cultural. Interessados na produção historiográfica do Antigo Regime no mundo ibérico encontram, no universo luso-brasileiro, poucos espaços de diálogo e raros interlocutores. Nos encontros acadêmicos, nos bancos de teses dos programas de pós-graduação e em meio às publicações especializadas, do muito garimpo resultam magras pepitas. A escassez não atinge apenas as obras voltadas para a presença holandesa no Atlântico Sul: os textos de “descoberta” do Quinhentos, tal como a vária produção do Setecentos, padecem sob idêntico alheamento.

O ato historiante e as estratégias de mobilização da memória, através da redação de relações e histórias, parecem enfrentar obstáculos para serem reconhecidos como fatos históricos. Não deixa de surpreender, aliás, que a conquista e a guerra, a produção e o comércio, os rituais da sociabilidade, a construção de identidades e até a morte tenham se firmado no repertório das pertinências do historiador, mas as concepções e usos do passado não. Obras como *O valeroso Lucideno* ou a *Historia de Portugal Restaurado* têm sido abordadas como fontes informativas ricas, mas quase nunca como alvos da pergunta historiográfica. Para com os panfletos avulsos, tem sido ainda mais severa a marginalização. As relações de sucessos da Guerra Holandesa haviam até aqui sido poucas vezes compulsadas, não obstante serem numerosas e colaborarem de modo significativo para a representação coeva do conflito.

Essa constatação foi o ponto de partida do longo caminho percorrido nesta investigação. Pareceu-nos, desde o início, que as fontes luso-castelhanas em que se baseia a memória do Brasil Holandês reivindicavam problematização mais ampla e aprofundada, em contraste com a serventia predominantemente unidimensional e informativa com que desde muito vinham sendo buscadas. O avançar da

leitura das relações e Histórias – às vezes calhamaços enfadonhos, mas às vezes volumes de gostosa leitura – foi expondo, antes de mais nada, a ativa intertextualidade dessas narrativas, as cópias, amputações e reconfigurações que as posteriores realizavam sobre as precedentes. Intertextualidade visível na variedade dos recursos mobilizados pelos autores na elaboração de suas composições. Um tanto como em *La Comédie humaine*, de Balzac, heróis e vilões de uma narrativa reapareciam em outras, com protagonistas e coadjuvantes trocando de papéis. Milagres testemunhados, diálogos, frases memoráveis exclamadas na hora da morte, registradas nos textos dos anos 1630 e 1640, desaparecem naqueles da década de 1670. Personagens ignorados como irrelevantes em uma versão podem se converter em instrumentos da Providência, em outra. A história seiscentista desnudava-se não exatamente como escrita, mas como reescrita. A caça investigativa encurralava um suculento material a atacar.



Para lidar com essa gama de problemas, que método? O aparato teórico-metodológico, forçoso é confessá-lo, foi-se em boa medida desenvolvendo no próprio debruçar sobre as fontes e bibliografia. Esmiúçar as relações e narrativas era, naturalmente, caminho óbvio, mas, para administrar a massa de informações e extrair-lhes o conteúdo desejado, foi necessário criar categorias analíticas, debaixo das quais foi preciso reunir as revelações trazidas pelo exame das fontes, tornando viável a busca posterior<sup>28</sup>. Categorias como “heróis”, “vilões”, “reescritas”, “episódios manipulados” e outrasaju-

---

28 De modo próximo ao que propõe BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

daram a organizar o material lido. A tática se mostrou frutífera para os momentos da escrita, quando os aspectos nodais identificados na leitura precisavam ser reencontrados. Ainda assim, lidando com tantos volumes de fontes e estudos, persiste para o investigador o dilema do que selecionar, do que trazer para o espaço textual e submeter ao leitor. Dúvida que foi muitas vezes enfrentada tanto com a aparelhagem do método quanto com as sugestões da sensibilidade.

O livro será dividido em quatro capítulos. No primeiro deles, apresentaremos as fontes em que se baseia o trabalho, seus autores e os momentos em que surgem no século xvii. Retraçaremos a fortuna crítica desses textos, elaborada nos séculos xviii, xix e xx pela historiografia portuguesa e, mais tarde, brasileira. Discutiremos o contexto historiográfico ibérico no qual tais narrativas florescem, em diálogo com a tratadística da escrita da história desenvolvida na Europa nos séculos xv a xvii.

No segundo capítulo, discutiremos a contribuição das relações de sucessos (compostas entre 1625 e 1654) para a escrita da história da Guerra Holandesa. Procuraremos demonstrar como esse então jovem produto da cultura escrita moderna transmitia, com suas modulações específicas, as vozes de variados grupos políticos nos anos da guerra e como a narrativa que transmitem, em seu conjunto, difere em enredo, episódios e protagonistas daquela que mais tarde seria consagrada na historiografia do século.

O terceiro capítulo será dedicado ao estudo das relações históricas, produzidas entre 1625 e 1660, gênero que desempenha tarefa intermediária na escrita da história da guerra. Recolhendo as narrativas dispersas das relações de sucessos, quando existiam, em um texto coeso, modificando-as ou elaborando um enredo novo a partir do testemunho “de vista” do autor, com a concorrência de depoimentos orais e documentos oficiais, as relações históricas, em seu hibridismo, ensaiarão um primeiro discurso, podemos dizer, historiográfico da guerra. Porém não ainda em plena consonância com

a *Ars historica*, pelo que são muita vez tidas como “obras menores”, conquanto se admirasse seu valor testemunhal.

No quarto capítulo, será investigada a escrita das Histórias, vindas a lume entre 1628 e 1698, submetendo o tema da guerra aos modelos do gênero histórico. Nessa “apoteose historiográfica”, a memória da luta ganha seus contornos finais e figuras próximas aos centros do poder luso-castelhano revisitam e amplificam o simbolismo da vitória sobre uma grande potência inimiga. Ao final, integram o episódio à narrativa heroica dos impérios ibéricos e convertem-no em instrumento de promoção das grandezas da Espanha e de Portugal.

A organização da obra a partir dos gêneros de escrita sobre o passado praticados no Seiscentos ibérico não implica a adoção de ponto de vista estrutural ou estruturante sobre o movimento histórico. Quando um letrado se punha a escrever sobre o passado, recente ou remoto, tinha à disposição alguns cânones estabelecidos – alguns mais estabelecidos do que outros – e a observância a tais preceitos era costumeiramente bem recebida por pares e leitores. Isso não significa que as obras se encaixem perfeitamente em modelos prescritivos. A exploração política e discursiva dessas normas dá a cada obra um colorido particular. Reduzi-las à moldura dos gêneros seria não as enxergar ou lê-las pobremente. A riqueza peculiar de cada texto e as estratégias e ambições dos que os escreveram importam. Esta é uma história de sujeitos que mobilizam gêneros escritos – observando-os e violando-os, conforme as circunstâncias – para alcançar seus objetivos.

A pesquisa e a escrita deste livro não existiriam sem o apoio de um conjunto enorme de pessoas, cujos nomes não registrarei aqui pela falta de espaço. Parentes, colegas historiadores e amigos que, das mais diversas maneiras, viabilizaram longos estudos, ofereceram dicas preciosas ou criaram o ambiente em que trabalhar foi possível. Destaco apenas a generosa orientação da Dra. Marília de A.

R. Machel, que acreditou na empreitada desde o início, a confiança dos meus pais, Célio e Ozélia, e o apoio e o amor da minha esposa, Juliana Motta.

## CAPÍTULO I

# As narrativas da Guerra Holandesa e a historiografia ibérica

## A tradição historiográfica ibérica

### Raízes medievais

Iniciemos esta investigação refletindo sobre o que era escrever sobre o passado, nos primórdios da época moderna. A escrita da história luso-castelhana no Seiscentos dialogava com o legado historiográfico da própria Península Ibérica, já multissecular naquele período. Tópicos e temas daquelas décadas encontravam suas fontes em antigas imagens e conceitos. Sob a União Ibérica (1580-1640), um dos mais promovidos foi o da reunião de toda aquela região como entidade política inteira, regida por um só cetro. A “ficção histórica” da unidade de uma *Hispania* remonta aos séculos romanos, mas fora teorizada nos escritos de Isidoro de Sevilha (560-630 d.C.), cuja *História dos Godos, Vândalos e Suevos*, concluída por volta do ano 624, exaltava as riquezas da Península e fazia da região “a honra e ornamento do orbe”<sup>29</sup>.

---

29 KAGAN, Richard. *Los cronistas y la corona: la política de la historia en España en las edades Media y Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010, pp. 44-45.

Portugal, no século xvii, contava já também com séculos de produção escrita, mais antigos do que a formação política do próprio país, registros de episódios políticos e religiosos, referenciais para os letrados modernos. Datam já da passagem do primeiro para o segundo milênio cristão as primeiras expressões historiográficas lusas, na região do Entre-Minho-e-Mondego, no então reino das Astúrias-Leão, compondo o conjunto dos chamados “anais portucaleses”. Essa historiografia, tal como se verificaria nos escritos posteriores, se produzia já sob a propulsão dos acontecimentos bélicos, no contexto da expansão do reino leonês contra as fronteiras do califado<sup>30</sup>. Antigos eram os vínculos entre escrita da história e guerra.

No avançar dos séculos xii ao xiv, em meio aos entrechoques e alianças dos reinos ibéricos, monarcas como Afonso x de Leão e Castela e D. Dinis de Portugal valorizariam a redação de histórias como ferramentas de poder simbólico. Sob os auspícios do primeiro teria sido escrita a *Estoria de España* (c.1270) e ao filho do segundo, D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, se atribui a *Crónica geral de Espanha* (1344). Obras que narram o passado de seus reinos desde as origens bíblicas do mundo até seus dias, conferindo papel central aos Estados de onde emergem e às dinastias que as patrocinam, veio medieval que terá irrigado vasta historiografia peninsular posterior. Afonso x, aliás, coordenando a atuação de um *scriptorium* de eruditos dedicados a redigir narrativas encomiásticas à coroa e à dinastia, é tido por Kagan como o fundador, no século xiii, da “história oficial” em Castela, modelo que, adaptado à sucessão dos tempos, sobreviveria até fins do século xvii<sup>31</sup>.

---

30 GOUVEIA, Mário de. O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. xi-xii). *Lusitania Sacra*, Lisboa, n. 25, janeiro-junho de 2012, pp. 183-226. KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*

31 FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. El taller historiográfico alfonsi. La Estoria de España y la General estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio. In: MARTINEZ, Jesús Montoya. & RODRIGUEZ, Ana D. (coord.). *El Scriptorium alfonsi: de los Libros de Astrología a las “Cantigas de Santa María”*. Madri: Fundación

A historiografia “post-alfonsi” estabelecerá comunicação com aquela que, no Seiscentos, se debruçará sobre temas como a história de Portugal, a Restauração e a Guerra Holandesa. Consolidando-se a dinastia de Avis no trono português (1385), a tradição medieval é continuada e aperfeiçoada na *Cronica do Condestabre de Portugal* D. Nun'Alvares Pereyra e nos escritos de Fernão Lopes, em que se enaltecem os papéis da realeza e da nobreza na superação da crise de 1383-1385. Os monarcas de Avis, acompanhando a senda afonsina, inauguram o cronicado-mor de Portugal (1434), incumbindo autores como o próprio Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina de “pôr em crônica” os feitos dos reis portugueses, isto é, reunir as informações dispersas e organizá-las em enredo coeso, cronológico e encomiástico. A dinastia de Trastamara, na Espanha (1369-1516), enfrentando forte contestação por parte da nobreza, ao longo do século xv, investe sobretudo na escrita da *historia pro persona*, laudatória de seus reis, como tática de afirmação monárquica.

Os métodos com que se desincumbem da tarefa diferem. Fernão Lopes (visto por Saraiva e Lopes como pioneiro por enaltecer o papel do povo nas agitações que antecederam a ascensão de D. João I) alia minuciosas pesquisas na Torre do Tombo, de que era guardamora, a transcrições da *Crônica do Condestabre* e de textos castelhanos. Já sucessores seus como Rui de Pina e Duarte Galvão, com menor pendor para a investigação arquivística, limitar-se-iam à reescrita das crônicas e anais anteriores, amputando-os, complementando-os e atualizando-lhes o estilo à luz do humanismo que sob D. Manuel I (1495-1521) se introduzia a viva força em Portugal. Esta coabitação antagônica entre a apuração rigorosa dos fatos e a atribuição da primazia à dimensão retórica do discurso, ademais,

---

Universidad Complutense, 1999, pp. 105-126. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos: nuevo panorama. Cahiers de Linguistique Hispanique Médiéval*, Paris, n. 18-19, 1993-1994, pp. 101-132. KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 55 e ss.

atravessará também a historiografia seiscentista, como princípios a incidir sobre a produção de suas obras<sup>32</sup>.

Para além de uma literatura a serviço da realeza, a atuação política do reino e de seus grupos de força era também “posta em crônica” por outros historiadores. Eram penas a serviço dos domínios das grandes casas nobres e das cidades em ascensão, na continuação da tradição da *Crônica do Condestabre*, da história municipal e das pretensões representacionais das elites lusitanas, castelhanas e aragonesas. Diversos humanistas e alguns dos cronistas-mores dos séculos XIV ao XVII prestariam serviços literários a famílias e facções do teatro político ibérico, antes destas ascenderem às honrarias régias. Pero Lopez de Ayala (1332-1407) é mobilizado para compor uma história de legitimação do assassinato do rei Pedro I de Castela, pelas mãos de seu meio-irmão Enrique de Trastamara (depois Enrique II de Castela), fundador da nova dinastia e chefe de importante facção aristocrática. Já no reinado de Enrique IV (1454-1474), Alonso de Palencia, cronista do rei, seria cooptado pelos partidos opostos à coroa, favoráveis à sua deposição e coroação de seu irmão, Afonso (e, depois da morte deste, à ascensão de sua irmã, Isabel)<sup>33</sup>.

### Verdade e exemplaridade nas narrativas das conquistas ultramarinas

Em Portugal, antes de sua nomeação como cronista-mor, Rui de Pina recebia encomendas para compor encômios históricos para a nobreza. Não era o primeiro caso. Na segunda metade do século XV, já o segundo cronista-mor do reino, Gomes Eanes de Zurara,

---

32 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.* SARAIVA & LOPES, *História da literatura portuguesa*, *Op. cit.* REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. AMADO, Teresa. *O pensamento do cronista Fernão Lopes*. Revista eHumanista (Universidade de Lisboa), Lisboa, v. 8, 2007, pp. 133-142. GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (1380/90-1459): crônica e história em Portugal*. Dissertação (Mestrado em História) UFF, Niterói, 2009.

33 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 65-70.

escrevia sob o patrocínio do infante D. Henrique e de outras casas nobres, na condição de historiador particular, a soldo de mecenas. Houve também momentos em que os escritos subverteram as narrativas admitidas e provocaram desinteligências na elite. Ao longo do Quinhentos, enquanto João de Barros historiava “oficialmente” os descobrimentos manuelinos – sem que, cumpre recordar, jamais tenha obtido o cronicado-mor – Fernão de Pina, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis recontavam o passado em tintas controversas. Viam-se confrontados por sujeitos e partidos descontentes com o retrato que se lhes dava nos livros, amargando os autores perseguições inquisitoriais por suas ideias “subversivas”<sup>34</sup>.

As casas nobres portuguesas seriam demasiado ciosas da memória de sua participação nas aventuras marítimas, tal como começavam a aparecer nos relatos históricos. Tal zelo acarretaria as perseguições sofridas por Lopes de Castanheda e Damião de Góis, não obstante a proteção que recebiam de casas poderosas; Gaspar Correia seria assassinado (1564) possivelmente a mando dos descendentes de Vasco da Gama, por causa das versões “hetedoroxas” que inscreveu nas *Lendas da Índia*. Comentam Saraiva e Lopes que a concepção de história defendida por João de Barros, propondo pintar quadros históricos em que apenas os aspectos dignificantes se tornassem visíveis, permitiu-lhe “colocar-se ao abrigo das reações das famílias dos heróis, de que foi vítima o seu rival Castanheda”. Assim procedendo, Barros historiou “convenientemente os feitos dos Portugueses segundo a ideologia oficial”, omitindo casos de pilhagem e pirataria, salvo em episódios públicos e notórios, cuja violência restava apenas ao “Lívio português” o recurso de atenuar retoricamente<sup>35</sup>.

---

34 LAPA, M. Rodrigues. *Historiadores quinhentistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960, “Introdução”.

35 SARAIVA & LOPES, *Literatura portuguesa, Op. cit.*, p. 296. CURTO, Diogo Ramada. Orientalistas e cronistas de Quinhentos. In: *Cultura escrita (séculos xv-xviii)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007, pp. 126-127.

Tal emprego da história em favor de casas nobres e de grupos em ascensão socioeconômica, tão antigo quanto as primeiras investidas ultramarinas lusitanas, prosseguiria no Seiscentos. Como veremos, os Albuquerque, família donatarial de Pernambuco e, após 1640, titulada em Portugal (condes de Alegrete) e em Castela (condes de Pernambuco), valer-se-ia da historicização da Guerra Holandesa como recurso de combate numa e noutra corte. Na década de 1680, frei Raphael de Jesus apenas obteria o cronicado-mor em Portugal depois de publicar o *Castrioto Lusitano*, tomo composto por encomenda do *upstart* João Fernandes Vieira, àquela altura já vezeiro em mandar deitar em livros suas próprias empreitadas<sup>36</sup>.

Portanto, a historiografia ibérica do tempo do Brasil Holandês se vê precedida por vasto repertório de obras, majoritariamente dedicadas à história política, a serviço tanto da casa reinante quanto das demais casas nobres e de forças políticas atuantes nas diversas conjunturas que se sucedem, em meio aos apuros dos Avis, dos Trastámara e dos Habsburgo. Trata-se de uma literatura em constante contato com as produções do gênero no Além-Pireneus. Na alvorada do século XVI, os preceitos humanísticos, sobretudo no campo da retórica, passam a ser estudados e cultivados na corte lisboeta<sup>37</sup> e as polêmicas historiográficas em torno dos preceitos greco-latinos depressa se introduzem nas páginas de João de Barros e Damião de Góis.

Barros, o “Tito Lívio português”, que terá seu nome celebrado nas letras da centúria seguinte, advoga a concepção da história

---

36 SARAIVA & LOPES, *Literatura portuguesa*, *Op. cit.*, pp. 142 e ss. MALEVAL, Maria do A. Tavares. *A estória de Dom Nuno Alvares Pereira ou Coronica do Condestabre*. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, Série Estudos Medievais 3: fontes e edições, pp. 111-139. LAWRENCE, Jeremy. *The Middle Indies: Damião de Góis on Prester John and the Ethiopians*. *Renaissance Studies*, Oxford, n. 6, 1992, pp. 306-24. PUTINATO, Lucas H. *Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista*. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, São Paulo, 2007.

37 PEREIRA, *Retórica e eloquência*, *Op. cit.*

retórica, valorizando o discurso enquanto veículo de persuasão e os aspectos morais na representação do passado. O humanista, todavia, parece oscilar em meio às divergências teóricas da época: se no prólogo da *Década Primeira* se declara defensor do apuro investigativo e da franqueza afeitas ao princípio da *parrhesia* grega – isto é, um compromisso com a verdade nua e integral – nas demais *Décadas* critica autores como Suetônio e António de Nebrija por exporem vícios de seus personagens, pelo mau exemplo propagado. Abraça, então, a noção da história como veículo de *exempla*. Nas *Décadas*, dizem Lopes & Saraiva, “o amor da verdade não deve ir até ao ponto de denunciar os vícios e as fraquezas dos heróis”, o que Barros ilustra ao falar do pintor que, “tendo de retratar um príncipe cego de um olho, o colocou em posição tal que só o olho são ficaria visível”, síntese do procedimento de sua narrativa dos portugueses na Ásia<sup>38</sup>. Cumpria retratar os sujeitos sem falsidade, porém memoriando o que neles fosse dignificante, calando o mais. O estudo dos episódios passados seria constituinte da civilização, humanizador. Sem a história, adverte Barros, o homem preserva um intelecto infantil e confuso. Ao propor uma exposição que promove o discernimento, os preceitos de *veritas* ou *parrhesia*, sem que sejam abertamente abandonados, subordinam-se à *utilitas*, à aplicabilidade nos negócios públicos.

A primeira, e mais principal parte da Historia he a verdade dela; e porém em algumas cousas não ha de ser tanta, que se diga por ella o dito da muita justiça, que fica em crueldade, principalmente nas cousas, que tratam da infamia de alguém, ainda que verdade sejam<sup>39</sup>.

---

38 SARAIVA & LOPES, *Literatura portuguesa, Op. cit.*, p. 296. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica. Vol. 1*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 219 e ss.

39 BARROS, João de. *Da Ásia: década terceira*. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1778, prólogo sem paginação.

Preocupado com o que denomina “veneno de damnosa lição”, Barros aplaude, no mesmo prefácio, entre outros, Tucídides. O grego acertara porque, “contando o que commetteo contra os Athenienses o Rhetor Antifonte, por reverencia de tão douta pessoa, e de ser seu mestre, calou o modo, e genero de morte, que lhe foi dada per mui infame”. A verdade pode ser boa ou prejudicial, por isso “não há de ser tanta”: deve-se dizer tudo que convém.

Encena-se, em Portugal, polêmica teórica análoga àquela travada no além-Pireneus: de um lado, o programa edulcorante do João de Barros da *Década Terceira* e, do outro, a oposição “denuncista” a que se lançariam historiadores como Castanheda e, mais tarde, Diogo de Couto. Nestes últimos, também a história assumirá o tradicional propósito moralizador, mas, diferentemente de Barros, agora pela censura às más práticas lusas na Índia, protesto que se anuncia como remédio<sup>40</sup>. Simultaneamente, em Castela, Carlos v revela-se ardoroso promotor da legitimação historiográfica de seu império, cercado de historiadores e favorável à heroização de sua figura pela *historia pro persona*<sup>41</sup>. O embate de concepções da época dos primeiros Habsburgos, na Espanha, e dos derradeiros Avis, em Portugal, é o jardim onde a historiografia ibérica sob os Filipes e os primeiros Braganças florescerá. Os séculos XVI e XVII hospedarão não sossegados consensos intelectuais, mas dissensos e arengas. Tem-se cenário no qual alguns historiadores são dominados

Por um sentimento muito vivo da veracidade histórica, enquanto outros propendem a considerar a história como ramo da retórica, segundo doutrina que vem de Cícero e Tito

---

40 MARQUES, Maria E. C. Magalhães. *O soldado prático e a lógica da “economia da dom”*. *Revista USP*, São Paulo n. 83, set/dez/ de 2009, pp. 126-135. Cumpre lembrar, todavia, o mecenato e proteção que a casa de Vidigueira – cujo primeiro conde fora Vasco da Gama – dedicava a Couto, e os panegíricos que este, em resposta, lhes dirige inda em fins do século XVI. CURTO, *Cultura escrita, Op. cit.*, p. 128.

41 KAGAN, *Los cronistas, Op. cit.*, pp. 93-140.

Lívio. Castanheda e Góis representam a primeira tendência; João de Barros põe a retórica ao serviço de uma perspectiva simultaneamente humanística e nobilitante da história nacional, deixando na sombra os factos que desdouram a majestade do conjunto<sup>42</sup>.

Não é o caso de exagerar esta dualidade. Não obstante seu “sentimento muito vivo de veracidade histórica”, Castanheda era ligado ao governador da Índia, D. Nuno da Cunha (1528-1539), dedicando-lhe os livros VII e VIII de sua *Historia*<sup>43</sup>. Não convém encaixar as obras em modelos teóricos unívocos. É possível encontrar esses compromissos – o da *veritas* e o do *exemplum* – convivendo num mesmo texto. Para a coabitação dessas ideias, tão contrárias aos nossos olhos, os historiadores facilmente criavam fórmulas de harmonização. Eles tinham à mão diversificados instrumentos discursivos, mobilizando aqueles que bem atendessem a seus propósitos políticos ou estéticos. Exemplo disto, em Castela, é a historiografia sob Filipe IV, na qual as solicitações da monarquia são atendidas mediante obras panegíricas ao regime, ao rei e ao conde-duque de Olivares, mas que não prescindem de um rigoroso amparo documental que “comprova” suas alegações, no interior do debate da “razão de Estado”, que examinaremos adiante<sup>44</sup>. O recorte de eventos passados, editados segundo uma luz favorável, é obviamente uma operação politicamente orientada; mas a promessa de verdade seu peias é também recurso discursivo, aliás poderoso, posto em ação quando beneficia a mensagem a emitir.

---

42 SARAIVA & LOPES, *História da literatura portuguesa*, *Op. cit.*, p. 457.

43 CURTO, *Cultura escrita*, *Op. cit.*, p. 127.

44 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 283-348. Ver capítulo 4.

## A escrita da história no século xvii ibérico

A historicização da Guerra Holandesa emerge em um meio cultural de referenciais ambíguos, cindidos, em disputa. Ao contrário do que propõe Koselleck, a escrita da história nos fins da Idade Média e inícios da Idade Moderna não é prática imóvel, fixada sem controvérsias, à espera das transformações semânticas que virão no século xviii<sup>45</sup>. É dinâmica. Em Portugal, seja nos volumes da *Monarchia Lusitana* e noutros produzidos no mosteiro de Alcobaça, seja nos escritos de Manuel Severim de Faria, Manuel de Faria e Sousa ou nos historiadores da Guerra Holandesa, as obras produzidas durante o domínio filipino ou após a Restauração trabalham por conciliar, mediante variadas táticas e dosagens, aquelas ideias que amadureciam na tratadística europeia. Os estudos sobre a historiografia lusa seiscentista, desde pelo menos Alexandre Herculano, passando por Fidelino de Figueiredo e, já no século xx, por Hernani Cidade e por interpretações mais recentes, têm se atarefado em separar letrados acusados de apenas legarem páginas fantasiosas, mitificando o passado da nação, de outros em que supostamente madrugaria o zelo da prova documental<sup>46</sup>.

No caso da *Monarchia Lusitana*, desde o século xix há largo consenso entre os que a têm analisado de que seus sucessivos tomos constituem manifestações intelectuais irregulares. Frei Antônio Brandão e seu sobrinho frei Francisco Brandão, responsáveis pelas partes 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup>, seriam pesquisadores conscienciosos, diligentes

45 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

46 Em seu panorama da historiografia portuguesa do século xvii, J. V. Serrão distingue três vertentes: a herança historiográfica lusa, a pressão dos contextos filipino e restauracionista. A abordagem nacionalista de Serrão vê pouco diálogo entre os historiadores portugueses do Seiscentos e seus pares no além-Pireneus, até mesmo na Espanha; entendimento de que certamente discordamos. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Vol. 11. Lisboa: Ed. Verbo, 1973.

vasculhadores dos arquivos, enquanto outros como frei Bernardo de Brito e frei Raphael de Jesus, responsáveis pelas partes 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup>, pouco interesse achariam nestes cuidados, legando páginas em que o esmero no palavreado sobrepassaria o rigor apurativo. Esta leitura, para além da caricatura que erige dos autores mais afastados do paradigma hegemônico do século XIX, perde de vista precisamente os referenciais em disputa na escrita da história no Antigo Regime. Tanto em 1595, quando se conclui a primeira parte da *Monarchia Lusitana*, quanto em 1683, ao sair-lhe a sétima, a tratadística julgava dignas do gênero histórico ambas as abordagens. Ademais, mesmo nos escritos “retóricos” em que os intérpretes tardios apenas achariam dissertações fantasiosas ou pobremente embasadas, seus prefácios e capítulos manifestam compromissos conciliatórios entre *parrhesia* e *exemplum* que ecoam o debate historiográfico europeu do tempo. O castigado frei Bernardo de Brito, por exemplo, taxado de esteta inverídico, acusado de inventar autores, forjar documentos e distorcer interpretações, escrevia na primeira parte da *Monarchia*:

Confesso de mim, que não dera em tantas cousas, faltandome algũs liuros de mão exquisitos, & muy antigos, que descubri, assi na liuraria do Real Mosteiro de Alcobaça, como em outras, que vi em diuersas partes de Espanha. E inda de fóra della, me proui por minhas intelligencias de originais antigos, & quando estes se me negauão, trabalhaua por auer os traslados delles, tirados com muita fidelidade. Deste modo me vim a enriquecer de cousas antigas, em forma, que muy poucas antiguidades exquesitas me ficarão, sem lhe[s] dar algũa vista, & tirar dellas, o que competia pera ornar esta Monarchia<sup>47</sup>.

Consulta a “livros de mão exquisitos, & mui antigos”, busca e cópia de “originais antigos”, em bibliotecas próximas e longínquas:

---

47 BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusitana: parte primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso snor Iesu Christo*. Lisboa: no mosteiro de Alcobaça, 1597, “Prologo”, p. 5.

linguagem de todo familiar ao pesquisador. E ademais análoga à que leremos em seu continuador, o alegadamente “científico” e “documentado” frei Antônio Brandão:

Gastei perto de dez annos em buscar, & ler doações, privilegios, escrituras, & livros dos principais archivos das Sès, & Mosteiros deste Reino, & alguns das cidades, & villas delle, & principalmente o cartorio da Torre do Tombo [...]: & do que colhi com este trabalho conferindoo com as historias impressas, & manuscriptas (de que se não deve admittir cousa algũa sem fazer estas conferencias) teci, & pus em limpo os dous volumes que offereço<sup>48</sup>.

Não é nosso objetivo comparar o valor dos textos dos frades alcobacenses, senão argumentar que ambos, afastados um do outro à luz da crítica do século XIX, em verdade compunham no interior de um mesmo preceituário e paradigma. Os que narravam o passado remoto e recente, no século XVII, compuseram em meio a novas ideias a florescer sobre este ofício estratégico para a política, reavaliando seu papel de guia moral e “espelho para príncipes e nobres”, o lugar da verdade em suas páginas, as maneiras de provar o que se afirmava. Estas novas ideias não estruturam, conscientemente, um debate acadêmico de polos opostos, antes convivem como preceitos manuseáveis pelos eruditos. Eram tempos de crise<sup>49</sup>, de uma sociedade em transformação: não estranha que seus discursos sobre o passado se fundassem em uma epistemologia fluida, negociável. Algo crucial para a historicização ora estudada.

---

48 BRANDÃO, Antônio. *Terceira parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia de Portugal desde Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques*. Lisboa: impressa no mosteiro de São Bernardo por Pedro Craesbeck, 1632, “prólogo” não paginado.

49 TREVOR-ROPER. H. *A crise do século XVII: religião, a Reforma e mudança social*. S. Paulo: Topbooks, 2007.

Um mesmo escrito poderia empregar a *enargeia* tradicional, “provando” seu relato mediante sua potência retórica<sup>50</sup>, ou integrar documentos. Livros como o *Valeroso Lucideno* (1648) e *Nova Lusitania* (1675) explorarão esta diversidade, sem nem sequer discuti-la. Não era uma questão à época. A distinção analítica que autores posteriores, como Herculano e Serrão, fariam ao comparar os escritos dos dois frades não era o entendimento do Seiscentos: então, ambos os cistercienses compunham conforme as diretrizes do gênero, mesmo no registrar milagres como fatos, mesmo naquilo que hoje soa inacreditável. O cânone historiográfico mudava, era trespassado por novas noções. Para empregar o conceito de Hartog, experimentava-se uma fratura no regime de historicidade<sup>51</sup>, perante questionamentos dirigidos ao modelo clássico por parte dos primeiros polemistas da *Ars historica* e da pesquisa antiquária.

Se seiscentistas como Severim de Faria e José Pellicer de Ossau y Tovar se destacam pela ampla gama documental em que se amparam seus escritos, ou se D. Francisco Manuel de Mello e Antonio de Solís, na segunda metade do século, meditavam sobre o trabalho histórico numa aproximação com o método cartesiano<sup>52</sup>, nem por isso a dimensão dos *exempla*, de uma história de propósitos educativos, evanesce. Ao contrário, sobrevive nelas, ao longo de toda a centúria, aqui minguando, ali revivescendo como recursos disponíveis na *langue* para que historiadores e agentes políticos as mobilizassem em suas *paroles*. Assim também a ideia da ação providencial orientadora dos acontecimentos, a recriação literária de discursos à la Tucídides (chamada *Sermocinatio*) ou a atribuição de origens

---

50 Para o conceito de *enargeia*, GINZBURG, *O fio e os rastros*, *Op. cit.*

51 HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Também HARTOG, François. *Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo*. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 148 (1º 2003), pp. 9-34.

52 OLIVEIRA, Antonio de. D. Francisco Manuel de Melo, historiador. *Península* (Revista de Estudos Ibéricos), Porto (Portugal), n. 6, 2009, pp. 17-60.

míticas aos reinos, como lemos em Juan de Mariana e frei Bernardo de Brito, são expressões cabíveis no que então se entendia como trabalho erudito e respeitável.

Saraiva e Lopes apontam como Bernardo de Brito, acusado de falsidade e distorções, não deixa de amparar-se na abundante erudição clássica e renascentista. “Alega sempre numerosos autores a confirmar suas prodigiosa alegações”, dialogando com a “pseudo-arqueologia de certos humanistas tardios”, além de “uma filologia incipiente que se exercia sobre as aparências etimológicas da topônimo e da antropônimo”. Desse modo, ao nomear Íbero e Ulisses como fundadores da nacionalidade lusa, Brito transitava na zona de uma racionalidade familiar ao medievo e ao debate humanista. Embasamento teórico-metodológico, ademais, em tudo semelhante ao que faziam os historiadores castelhanos dos últimos dois séculos.

Quase toda reconstituição da pré-história portuguesa, na *Monarquia Lusitana* (1ª e 2ª partes) assenta em autores deste tipo que se haviam ocupado de assuntos hispânicos, sobretudo o quatrocentista Ánio de Viterbo; e a sua metodologia da história é análoga à dos espanhóis João de Mariana, Floriano de Ocampo e Romano Higuera, quase seus contemporâneos<sup>53</sup>.

Sob os Filipes, foi fecundo o diálogo da historiografia espanhola com a de Portugal. A *Historia de rebus Hispaniae*, do padre Juan de Mariana (Toledo, 1592), com duas edições latinas e uma tradução castelhana (Toledo, 1601) tantas vezes reimpressa no século XVII, propugnará na Península pela ideia, retomada do bispo Isidoro de Sevilha, de uma *Hispania* composta de reinos diversos, porém una. Ideia reforçada, aliás, pela *Historia general del Mundo* (Madri, 1601), de Antonio de Herrera y Tordesillas, e pelas *Excelencias de la monarchia y reyno de España* (1597), de Gregório López de Madera. Os três “representam o projeto de uma Espanha unificada, embora

---

53 SARAIVA & LOPES, *Historia da literatura portuguesa*, Op. Cit., pp. 461-462.

compatível com a especificidade de cada um dos reinos”<sup>54</sup>. Vê-se claramente a força desta ficção geopolítica nas obras de Severim de Faria, Faria e Sousa e nos panfletos da Guerra Holandesa do período pré-restauracionista.

Enquanto os historiadores alcobacenses, disputando o croniciado-mor com outros pretendentes<sup>55</sup>, redigiam sua história das longínquas origens de Portugal na *Monarchia Lusitana*, além da história da Ordem de Cister, outras experiências historiográficas enriqueciam o gênero e abriam perspectivas. Diogo do Couto, por exemplo, revivescia nas *Décadas da Ásia* (a partir de 1602), com que prosseguiu o trabalho de João de Barros, e no *Soldado Prático* (1616) a verve crítica e polêmica de antecessores como Castanheda e Damião de Góis, angariando poderosas inimizades entre famílias vinculadas à Índia, ao mobilizar o texto histórico como instrumento denunciador de abusos das autoridades<sup>56</sup>.

Manuel Severim de Faria, chantre (o eclesiástico encarregado da direção do coro) da Sé de Évora, apressa a introdução dos preceitos antiquários na historiografia portuguesa, inventariando notícias de numismática e heráldica e enaltecendo, para além das façanhas políticas, as criações dos homens de letras portugueses do passado,

---

54 CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.*, p. 150.

55 O croniciado-mor foi subtraído de Cister (ordem a que pertencia Alcobaca) entre 1615 e 1629, ocupado, sucessivamente, por João Batista de Lavanha e por D. Manuel de Menezes. À morte do cronista-mor Francisco de Andrada, em 1613, seu filho, Diogo de Paiva de Andrada, pelejou pelo posto, no que se frustrou. Amargurado, Andrada publica um *Exame de Anteguidades*, diatriba contra as primeiras partes da *Monarchia Lusitana*, ralhando-lhes os erros e lacunas e motivando resposta da ordem, na pessoa de frei Bernardino da Silva (*Defensão da Monarchia Lusitana*, 1620). SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. 2, *Op. cit.*, pp. 54-55. Apesar da *Defensão*, a historiografia alcobacense doravante acusaria o impacto das críticas e adotaria abordagem mais rigorosa na redação da história de Portugal, bem como na de sua própria ordem.

56 SARAIVA & LOPES, *História da literatura portuguesa*, *Op. cit.*, pp. 457 e ss. MARQUES, *O soldado prático e a lógica do dom*, *Op. cit.*

como Camões e Diogo do Couto. Mas era um caso relativamente isolado e seu impacto, em grande medida, de pouca reverberação. Na Espanha, apenas nos anos 1670 os chamados *Novatores* dirigiam crítica sistemática contra os métodos historiográficos até então vigentes. Em Portugal, iniciativa análoga, em caráter institucional, será vista apenas com a fundação da Academia Real de História, em 1720<sup>57</sup>. Antes dela, em textos como a *Historia de Portugal Restaurado*, do terceiro conde de Ericeira, assiste-se ao diálogo com preceitos historiográficos discutidos contemporaneamente na França e na Itália, com a secundarização da narrativa de base providencial, entretanto ainda praticada.

Nos primeiros decênios do século xvii, nas obras de Manuel de Faria e Sousa e Bernardo de Brito, “pode reconhecer-se uma tendência para a epitomização e popularização da história de Portugal, impulsionada por um público largo”. Com a imprensa, o público leitor de histórias aparentemente alargava-se, embora as cifras de alfabetização e hábito de leitura sejam imprecisas<sup>58</sup>. Enquanto a crônica geral do reino era um trabalho promovido pela coroa, de cunho oficial, “os novos epítomes, sumários, diálogos, etc., são, pelo contrário, estimulados por esse público que já encontrávamos a propósito dos romances de cavalaria, da literatura de viagens”. Daí, por exemplo, o apelo do discurso ao mesmo tempo erudito e fantástico dos primeiros volumes da *Monarchia Lusitana*, obra em que convivem o novelesco, o miraculoso, a tradição retórica do gênero histórico, ao lado do “surto de novos métodos paleográficos, diplomáticos, cronológicos e comparativos, característicos de uma historiografia documental já praticada pelos humanistas”. Pocock, aliás,

---

57 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 349-400. MOTA, Isabel F. da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século xviii*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

58 MARQUILHAS, Rita. *A faculdade de letras: leitura e escrita em Portugal no século xvii*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2000.

já chama a atenção para a polissemia e ambivalência de ordinário encontrável nos escritos políticos, nos quais “o autor pode mover-se em meio a esses padrões de polivalência, empregando-os e recombinando-os de acordo com sua própria habilidade”, reflexão válida aqui, não obstante o pensador inglês não abordar, em sua análise, textos propriamente historiográficos<sup>59</sup>.

Intérpretes recentes atribuem à literatura sob a União Ibérica o exercício de buscar, no passado, os elementos da grandeza portuguesa, numa tática de trincheira intelectual contra o “domínio estrangeiro”. Conforme Serrão, não só a história que se redigia em Alcobaça, mas ainda “esforços de iniciativa pessoal ou no ambiente de congregações religiosas” mostravam-se “inspirados pelo desejo de permanências do sentimento nacional”. Para H. Cidade, o estudo do passado português, de seus reis, heróis e artistas, corresponderia à exaltação da nacionalidade contra a ameaça de anexação espanhola, repudiada pela população. A escrita da história do período estaria comprometida com a celebração da tradicional independência lusa, sendo instrumentalizada contra a corte madrilena, porém mascarando as críticas debaixo dos recursos da erudição clássica e do elogio patriótico. Por muito que tais elementos ecoem de diversas obras entre 1580-1640, como apontam os citados autores, tais leituras merecem ser matizadas quanto à amplitude nacional do sentimento autonomista a que aludem. O “autonomismo”, enquanto programa político, esteve distante de traduzir o “sentimento do povo português” e conviveu com outras manifestações políticas, até mesmo opostas. É a propaganda posterior à aclamação joanina que promove sua elevação ao status de uníssono clamor popular<sup>60</sup>.

---

59 SERRÃO, *Historiografia*, *Op. cit.*, II, pp. 80-96. SARAIVA & LOPES, *Literatura portuguesa*, *Op. cit.*, 575 e ss., 459-462. ПОСОК, *Linguagens*, *Op. cit.*, p. 32.

60 CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá e Costa, s/d [1940]. SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, *Op. cit.*, vol. II, p. 79. BOUZA ÁLVARES, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*, indica as fissuras na nobreza para além de

Uma obra em que a controvérsia sobre o “autonomismo” pré-restauracionista se exacerba é *Flores de España excelencias de Portugal*, publicada em 1631 pelo futuro apologista da Restauração, Antônio de Sousa de Macedo. O texto exalta os valores de Portugal, sua geografia, os atributos de seu povo, seus literatos, historiadores, teólogos. Ademais, o letrado mais tarde excitaria sua verve pela aclamação joanina no *Lusitania liberata ab injusto castellanorum dominio* (1645) e, na década de 1660, ressoaria as vitórias na guerra contra a Espanha nas páginas de seu *Mercurio Portuguez*, um dos primeiros exemplares da imprensa periódica no país<sup>61</sup>. Por outro lado, aquele Macedo pré-restauracionista dedica as *Flores de España* a Filipe IV, a quem denomina “protetor” daquelas excelências portuguesas que festeja.

Mera bajulação cortesã? É discutível. Na metáfora botânica, Portugal é a mais formosa das “flores da Espanha”, vívida concepção que a um tempo colore a identidade lusa, porém plantando-a no solo do jardim hispânico. O rei castelhano é associado a “*los gloriosissimos Reyes desta Monarchia* [portuguesa], *sus aguelos*”, e Portugal, partícipe do maior império do mundo, situa-se na Europa, o melhor dos continentes, e na Espanha, a melhor parte daquela:

Se a Ásia se gabava de haver tido grandes monarquias, observe a romana e a espanhola de hoje, e verá como as suas ficam pequenas e abatidas [...]. Depois disto está Portugal na melhor parte da Europa, que é a Espanha, vencedora do mundo em todas as prerrogativas e excelências de bondade do céu, fertilidade da terra, virtudes de homens, riqueza de

---

uma dicotomia “lusitanos *versus* castelhanos”, aludindo às divergências entre “berganzones”, a “parcialidade” e fidalgos de simpatia olivariana.

61 CARVALHO, Daniel Pimenta O. de. *Mais na opinião que nas forças*: Antônio de Sousa de Macedo e a impressão do *Mercurio Portuguez* (1663-1666). Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

reinos, conquistas, triunfos, títulos gloriosos, pelos quais é chamada cabeça da Europa por muitos autores<sup>62</sup>.

Estudos das visitas de Filipe II e Filipe III a Lisboa ou da azáfama dos Áustria a defender a coroa como sua herança mostram como a historiografia depressa entrou a representar a Hispania como comunidade política (ainda que valorizando a identidade lusitana) e o rei Habsburgo como legítima majestade portuguesa, digna de celebração e memória.

Um Severim de Faria só a custo se poderia taxar de independentista. Nem nos *Discursos varios políticos* (1624), nem nas *Notícias de Portugal* (1655), o chantre parece sugerir inconveniência no domínio filipino. Só uma interpretação ideologicamente orientada poderia extrair autonomismo de seus elogios a Camões e a João de Barros ou dos estudos que fez de moedas, brasões portugueses e universidades ibéricas. Se nos introitos das *Notícias de Portugal*, que publica após a Restauração, atribui a aclamação de D. João IV à Providência divina, não se pode concluir que já registrasse tais ideias no manuscrito, que data dos anos 1620<sup>63</sup>. Igualmente, como demonstraremos no capítulo 3, parecem-nos equivocadas as interpretações que incluem a *Recuperação da cidade de Salvador*, do cronista-mor D. Manuel de Menezes, como relação anticastelhana. Tampouco Manuel de Faria e Sousa poderia ser considerado autonomista e não apenas por escrever em castelhano. A *Epítome de las historias Portuguesas*, publicada em 1628, detalha e comemora a sucessão de 1580. Sousa pinta retrato favorável de D. Cristóvão de Moura, preposto de Filipe II na

---

62 MACEDO, Antônio de Sousa de. *Flores de España excellencias de Portugal, en que breuemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nuevas de prouecho, y curiosidad. Primeira parte*. Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1631, “Al Rey nvestro señor” e pp. 3v-4.

63 FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Na officina de António Isidoro da Fonseca, 1740 [1655], “Aos leitores”, sem paginação.

corte lusa durante a crise sucessória de 1578-1581. Nos movimentos do bastidor político, aquele fidalgo “mostrava uma maravilhosa diligencia”. Os privilégios que El-Rey oferece ao reino, adverte Sousa, observá-los-ia mais tarde. E derrete-se ao falar de Filipe II: “Saibamos agora quem é o conquistado, se o Rei de quem um reino tira tais graças, se o Reino de quem um Rei não poderia sê-lo sem elas?”. Simultaneamente, a facção filipina da nobreza em Portugal (significativa até 1641 e parte dela antiolivarista até o fim) também veiculava, em relações e outras obras, sua ótica iberista. As vozes da historiografia do período, em sua variedade, recusam enquadramentos fundados na uniformidade<sup>64</sup>.

Ora, brigando por espaço nos duelos intelectuais e nas esferas do poder das primeiras décadas do Seiscentos, após 1640 o autonomismo será catapultado ao status de discurso oficial. Um exemplo, entre outros: data de 1648 a biografia que Francisco Manuel de Mello escreve sobre o duque Teodósio, pai de D. João IV, a pedido do novo rei “para elevação dos fastos da Casa de Bragança”. Mello arrazoava que “durante o período filipino, não se apagara em Portugal a chama da autonomia”, sendo o velho duque considerado por todos, nos anos do “cativeiro castelhano”, “monarca em potência”, “esperança dos patriotas nacionais<sup>65</sup>”. No reinado de D. João IV (1640-1656), tematiza-se a aclamação brigantina como determinação da Providencia divina, consoante a tradição baixo-medieval e os elementos milenaristas presentes na cultura política lusa<sup>66</sup>. Não só

---

64 MEGIANI, Ana Paula T. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004. SOUSA. *Epitome*, pp. 563, 584.

65 SERRÃO, *Historiografia portuguesa*, II, pp. 178-180.

66 BOURDÉ & MARTIN, *As escolas históricas*, p. 19-20. HERMANN, *Jacqueline*. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo. *Companhia das Letras*, 1998. RIBEIRO, Marília de A. Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (sécs. XVI-XVII). *Magallánica*, Mar del Plata, n. 3, 2015, p. 77-100.

Severim de Faria, acrescenta à edição de suas *Notícias de Portugal* (1655) uma interpretação da Restauração inscrita nos desígnios do céu. No decênio anterior, o padre João de Vasconcelos e frei Manuel Calado, dedicando-se à história do passado recente, enxergavam a interferência da *civita dei* nos negócios portugueses, consoante os termos do ideário milenarista e sebastianista, de tanta reincidência no ideário político da nação.

D. João IV seria, nas penas desses apologistas, o “Encoberto” retornado, realizando a promessa de Cristo ao primeiro rei português, D. Afonso Henriques, no campo de batalha de Ourique, mediante a recuperação da coroa “usurpada” pelos Filipes. Em sermões, nas relações que então se imprimiram e nos escritos históricos do período, os pecados lusos, frutos dos “excessos” cometidos nas conquistas, teriam excitado a ira divina, a qual interrompera (ou “atenuara”, como se dizia) a sucessão dinástica de Afonso Henriques, quando da morte sem descendência do rei-cardeal D. Henrique I (1578-1580), castigo que Deus se apiedara a abrandar “no ano de quarenta”<sup>67</sup>. Volumes dedicados a outras épocas não deixavam de entoar alusões à miraculosa ascensão do “rei natural” nem de tecer paralelos entre os prodígios de antanho e de então. É o caso da quinta parte da *Monarchia Lusitana*, ocupada do governo de D. Dinis e em cujas páginas frei Francisco Brandão inclui louvores e homenagens à providencial ascensão de D. João IV, na primeira década de seu reinado<sup>68</sup>.

A representação de Portugal soberano e glorioso no outrora e no presente será taticamente cultivada pelo Estado em guerra de secessão, promovido em panfletos, sermões, arrazoados jurídicos justificadores do golpe restaurador, impactando a escrita da história praticada no tempo. O ambiente de suspeição que se instaura

---

67 COSTA & CUNHA, D. *João IV, Op. cit.* CALADO, Lucideno, *Op. cit.*, pp. 83-94.

68 BRANDÃO, Francisco. *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contem a historia dos primeiros 23. annos DelRey D. Dinis*. Lisboa: officina de Paulo Craesbeeck, 1650.

na corte joanina transforma a simpatia castelhana em alta traição, registrando a documentação, em especial nos primeiros anos, fugas de fidalgos na calada da noite, prisões de acusados de conspiração e intensa publicística, doméstica e estrangeira<sup>69</sup>. Esta última verá transformadas suas linhas discursivas tanto no curso da guerra luso-castelhana quanto, de forma especial, da década de 1670 em diante, com Portugal já em paz com seus vizinhos. Com franceses, ingleses e austríacos disputando a hegemonia continental e valorizando na refrega a importância estratégica do apoio de D. Pedro II, o monarca brigantino procurará promover a imagem internacional do reino mobilizando, entre outros recursos, a historiografia. Fólios enaltecerão as vitórias militares sobre Espanha e Holanda, em meio às maquinações diplomáticas do fim do século. Tema também recorrente na literatura da segunda metade do século XVII é a biografia dos reis Bragança e a narrativa dos eventos que levariam à deposição de Afonso VI, em 1667<sup>70</sup>.

Nos reinados de D. Afonso VI e de D. Pedro II, com os quais alcançamos o outro polo de nosso recorte temporal, o trabalho historiográfico em Portugal intensifica seu diálogo com a tratadística europeia que, já nas décadas anteriores o inspirava e renovava. No ambiente linguístico, uma nova *langue* se configura. É visível, nessas décadas finais, o recuo das abordagens providencialista e milenarista no gênero histórico. O texto historiográfico mais importante do período petrino, a *História de Portugal Restaurado*, do conde de Ericeira, descreve a crise sucessória de 1578-1581 emudecendo o profetismo sebastianista – no que, aliás, referenda a interpretação anterior da *Epítome* de Manuel de Faria e Sousa, a quem Ericeira

---

69 COSTA & CUNHA. *D. João IV, Op. cit.*

70 CARDIM, Pedro. “La gobernación de Portugal: de los Austrias a los Braganza (1621-1667)”. In: MARTÍN MARCOS, David (ed.). *Monarquías encontradas – Estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*. Madrid: Sílex, 2013. SERRÃO, A *historiografia portuguesa*, II, p. 155.

considera precursor. Adota idêntica postura diante da ascensão joanina. Em suas páginas, as motivações jurídicas e políticas se sobrepõem às transcendentais e estas, quando presentes, desempenham importância coadjuvante ou até mesmo são postas sob suspeição. Senão, vejamos: quando advém o 1º de Dezembro, organiza-se procissão na cidade e, na caminhada, o povo em uníssonos grita

Que hũa Imagem de prata de Christo crucificado, q levava hum Capellão a quem tocava diante do Arcebispo, despregára o braço deryto. As felicidades de Portugal & a justiça daquella acção podem persuadir que seria milagre; se succedeu o caso, foy pela occasião muyto mysterioso<sup>71</sup>.

As explicações históricas pertencem ao campo da imanência. O que nela não se explica é estranho, “muyto mysterioso”.

Importa insistir, no entanto, que as vozes de Florian de Ocampo e de João de Barros, a considerar a história como ramo da retórica, jamais desaparecem do horizonte literário desses anos, reanimado pelos trabalhos de frei Raphael de Jesus, abade beneditino a quem, em meio a arengas políticas na corte, o cronicado-mor é concedido em 1681, para amargura dos cistercienses de Alcobaça, que desde muito detinham a honraria. E, mesmo que vão caindo em obsolescência, tampouco se extinguem de todos os escritos de alicerce providencial, que agora se recolhem às páginas da historiografia produzida pelas ordens religiosas, ocupadas da história de si próprias e de seus santos. Especialmente franciscanos e dominicanos “procuram assentar os seus marcos históricos e a ação que tinham exercido em prol da Nacionalidade” em livros nos quais o sobrenatural e milagroso perpassa os parágrafos, enquanto os jesuítas, por sua vez, enaltecem seu passado evangelizador nos espaços ultramarinos<sup>72</sup>.

---

71 ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, vol. 1, *Op. cit.* p. 104.

72 SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. 11, *Op. cit.*, pp. 217 e ss.

Assim, no apagar do Seiscentos, antes da institucionalização a que se verá submetida no próximo século com a fundação da Academia Real, a historiografia portuguesa se manifesta aberta aos influxos transpirenaicos, variegada e controversa, para além de qualquer enquadramento uniformizador. As características surpreendidas na *Istoria delle guerre del Regno del Brazile*, que o padre Santa Teresa publica em Roma, em 1698 – o amparo e cópia dos escritos precedentes, a já discreta presença do sobrenatural, o anti-castelhanismo, o requinte retórico do discurso<sup>73</sup> – perfazem a suma dessa centúria em que a historiografia a um tempo tanto conserva e tanto renova.

### As fontes e sua fortuna crítica

#### A historiografia seiscentista da Guerra Holandesa

A construção da narrativa ibérica da Guerra Holandesa, no século XVII, ocupa intervalo de cerca de sete décadas, correspondente ao recorte proposto no presente trabalho (1625-1698). No curso desse intervalo, autores dedicados à sua historicização se valem de diferentes formatos, disponíveis no repertório editorial e cultural. Ainda que a luta tenha sido tematizada em dramas teatrais, poemas e outras manifestações literárias, o atual trabalho se concentrará em três gêneros de escrita: a relação de sucesso, a relação historial e a História. Examinaremos como os agentes engajados na escrita deste evento mobilizaram diferentes recursos intelectuais e suportes materiais para sua veiculação, de modo a dar voz a seus projetos de poder.

---

73 SANTA TERESA, *Istoria delle guerre*, *Op. cit.* Para as fontes de Santa Teresa, MELLO, “A ‘Istoria’ de frei Santa Teresa”, *In: Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*

Muito embora tomemos esses gêneros como pontos de partida para a análise, não os tomamos por modelos absolutos para os letrados seiscentistas. A ideia de um modelo literário a adotar, quando da composição de um texto público, poderia mostrar-se conveniente ou mesmo respeitável. Trata-se de época, lembremos, na qual a originalidade criativa ou metodológica não era um valor a presidir produções artísticas, doutrinárias ou históricas. Modelos contidos em tratados teóricos ou fixados pelo passado orientavam os leitores quanto ao que esperar do texto e, sendo alguns referenciais consagrados, como o da obra histórica, o autor beneficiava-se ao subcrevê-lo. Nada disto significa que as fontes que hoje lemos aplicam obedientemente os preceitos extraídos da tratadística ou da tradição. Às vezes aplicam-nos, às vezes subvertem-nos, segundo o talento de quem escrevia e a conveniência diante da mensagem que se queria propagar. Narrar uma guerra é um desafio para o qual modelos dificilmente bastam. Ainda por cima esta, tão peculiar, longínqua, travada em latitudes ainda estranhas, na qual protagonizam a ação, derrotam hereges e salvam as conquistas figuras extravagantes aos olhos europeus.

Não era usual, por exemplo, ler-se sobre um indígena como Filipe Camarão, pintado como fervoroso cristão e guerreiro infalível, ou Henrique Dias, dotado de atributos semelhantes. O líder da Insurreição Pernambucana, João Fernandes Vieira, era um mulato. Como conciliar isto com a gravidade do gênero histórico? Respeitando-a e violando-a. Importava retratá-los empregando, ao mesmo tempo, tópicos literários familiares – como a corriqueira analogia com heróis históricos ou literários da Antiguidade, César, Alexandre, Ulisses – de modo a captar a benevolência do público e das autoridades. Todavia, ao mesmo tempo, fazê-lo exigia adaptações, subversões das regras literárias e historiográficas, com cautela e medida, para assegurar que o resultado não fosse considerado impertinente ou imoral. Avalie-se quão delicado era contar da

aparição de ícones como Santo Antão, Santo Antônio e mesmo da Virgem Maria, em sonhos ou nas fileiras de uma batalha no sertão de Pernambuco, em meio a um exército de homens considerados de pouca qualidade, nas rígidas hierarquias do Antigo Regime. Risco concreto de cair-se no mau gosto ou na blasfêmia. Nesta corda bamba representacional, na qual se oscila entre, de um lado, o cânone e, do outro, a inovação, equilibraram-se alguns dos seiscentistas aqui estudados. Com impressionantes resultados.

O referencial de análise a permitir a diferenciação entre os gêneros se funda, em parte, na terminologia empregada por alguns autores no próprio século XVII e, mais ainda, nas distintas propostas de intervenção pública inscritas nesses formatos. Os autores e o público, então, pareciam compartilhar dos objetivos e elementos essenciais de uma relação ou de uma história: muito embora restem poucos dados sobre a recepção dessas obras, o estilo em que foram escritas e seus suportes sugerem diferentes públicos leitores. Na altura, as relações de sucessos e as Histórias eram gêneros de larga tradição, enquanto as relações históricas consistiam em híbrido recente, intermediário, no processo de historicização, entre as primeiras e as últimas. São preciosas, para a caracterização das especificidades desses formatos, a historiografia sobre a escrita da história e os estudos de comunicação social dedicados ao “proto-periodismo”, categoria em que se incluem os panfletos e as relações avulsas dos séculos XVI ao XVIII<sup>74</sup>.

Os primeiros ensaios de conversão da Guerra Holandesa em texto são tão antigos quanto o próprio evento. Moradores de Salvador que

---

74 GAY, Peter. *O estilo em história*: Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. LANCIANI, G. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Ed. Caminho, 1997. SOUSA, J. Pedro (coord.) et al. *A gênese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições da Univ. Fernando Pessoa, 2007. OLIVEIRA, M. Leda. *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do séc. XVII*. 2 vols. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

fugiram da cidade em 1624 e sustentaram no interior precária resistência aos invasores flamengos, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira, redigiram relações do sucessos descrevendo a invasão e as refregas diárias, tal como fariam os diversos partícipes da recuperação de 1625<sup>75</sup>. Em Portugal, o despacho da armada restauradora inspirou também alguns papéis que listavam os combatentes alistados, as provisões e o potencial bélico a desafiar os neerlandeses, às vezes em forma de mapa<sup>76</sup>.

A escrita destes panfletos – alguns cedo levados ao prelo, enquanto outros permaneceriam manuscritos – prosseguiria por toda a guerra no ultramar, cessando depois de 1654, mas até lá se avolumando ou rarefazendo ao sabor dos vaivéns da guerra. A decisão de alardear ou de silenciar eventos, fosse tomada pelas autoridades em Madri e Lisboa ou pelos partidos e sujeitos em Pernambuco, na Bahia, em Angola, respondia à dinâmica do conflito militar e do equilíbrio conjuntural tão mutante nos anos finais da União Ibérica. A coleção das relações de sucessos redigidas nesses trinta anos de guerra é exaustivamente numerosa e não raro anônima, com muitas conservadas em manuscritos e outras publicadas em cidades ibéricas como Lisboa, Madri, Évora, Porto, Sevilha e no exterior, em

---

75 Exemplo de relação sobre a resistência de 1624 é o manuscrito de frei Francisco de San Juan, examinado e transcrito em MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. *Frei Francisco de San Juan: um missionário espanhol na Bahia em 1624. Hispania Sacra*, Madri, LXIII. 127, enero-junio 2011. O padre Antônio Vieira, outra testemunha do assalto neerlandês, insere dele um relato na “Carta Ânua” de 1626. A narrativa, todavia, compunha um documento interno da ordem inaciana, sem as pretensões publicísticas encontráveis em outros papéis da época. VIEIRA, Antônio (autor) & PÉCORÁ, Alcir (Org.) *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

76 ANÔNIMO. *Relação dos Nauios, gente de mar e guerra, prouisão de mâtimentos, artilharia e monições com q foi prouida a Armada q se aprestou pera a restauração da Bahja, de que he Capitão geral Dom Manuel de Menezes, q partiu em 22 de Nouembro de 1624.*

importantes centros na Itália, nos Países Baixos, na Alemanha, na França e alhures.

Naqueles trinta anos em que proliferaram as “publicações noticiosas ocasionais”<sup>77</sup> sobre a Guerra Holandesa, o tema foi também submetido a diferente tratamento, mais detido, mais abrangente do que a abordagem pontual encontrada nos folhetos de primeira hora. As *relações históricas* são muitas vezes contemporâneas das relações de sucessos e compartilham com elas o compromisso de “relatar”, de enunciar eventos ainda em grande medida inéditos. Diferenciam-se, porém, por aparecerem em livro (introduzindo este objeto no processo de historicização da guerra), pelo caráter de registro minucioso de que amiúde se revestem e pela ampliação da perspectiva com que subsumem os episódios particulares a contextos histórico-políticos de mais vasto escopo. Ocupam posição intermediária entre as funções do relatar e do historiar, distintas no Seiscentos. Escrita por nova leva de autores e reagindo a diferentes pressões, a história que contam as relações históricas ampara-se nas relações de sucessos precedentes – quando as há – em depoimentos orais e relatórios oficiais. Não raro introduzem modificações nas primeiras narrativas do evento, contestando afirmativas, destacando episódios e sujeitos ou alterando hierarquias e protagonistas.

Após a triunfal recuperação de Salvador, em maio de 1625, a Península Ibérica inunda-se de panfletos comemorativos da vitória, sobretudo nas semanas seguintes à chegada da notícia, em fins de junho. Mas em novembro, o padre jesuíta Bertolameu Guerreiro obtinha das autoridades lisboetas as licenças exigidas para a publicação de relato diferente. Sua *Jornada dos vassallos da coroa de*

---

77 SOUSA (coord.), *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 41 emprega a expressão e comenta que tais “folhas volantes” eram amiúde impressas *in quarto* (15 x 20 cm). Tengarrinha acrescenta que abordavam as matérias “com grandes minúcias, mas nem sempre com muita verdade”. TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 29.

*Portugal*, em pouco mais de uma centena de páginas, ia muito além de noticiar uma expedição vitoriosa, como as relações de sucessos costumavam. Guerreiro sintetizava o drama da perda e restauração de Salvador para a nação portuguesa. Descrevia não apenas a expedição restauradora da praça perdida, tal como os papéis que o prece-deram, mas ainda o impacto causado pelas novas da perda do ano anterior no moral da nação, as firmes diretivas de Filipe IV e de seus governadores em Lisboa diante da crise e o resolutivo engajamento da nobreza, do clero e do povo lusos na operação restauradora<sup>78</sup>. “Lusos” é palavra-chave aqui: seu recorte não são todos os vassal-os que lutaram, mas seus compatriotas, ênfase visível já no título. Há óbvia escolha política nesta delimitação, como veremos.

Pela mesma altura, segundo sua própria afirmação, concluía um relato análogo o cronista-mor do reino de Castela, Thomas Tamaio de Vargas, embora só o viesse a publicar nos começos de 1628<sup>79</sup>. Vargas igualmente ultrapassa o noticiar de um cerco vitorioso e, como seria de esperar de sua posição na corte castelhana, substituía o protagonismo luso do escrito de Guerreiro por uma representação que integrava os portugueses ao quadro da monarquia católica fraternalmente unida, sob o comando de Filipe IV e de seus ministros e generais, contra o flamengo rebelde. O interesse castelhano pelo relato do episódio se revela, ainda, como os manuscritos do soldado Juan de Valencia y Guzmán e do futuro bispo de Toledo, Eugenio

---

78 GUERREIRO, *Jornada dos vassal-os da coroa de Portugal*, *Op. cit.* Guerreiro provavelmente pôs-se a escrever pouco depois da chegada das novas. As licenças civis e eclesiásticas foram concedidas entre 7 de novembro e 22 de dezembro de 1625, apondo-se a taxaço “em hum tostão em papel”, no Natal do mesmo ano.

79 VARGAS, Thomas Tamaio de. *Restauracion de la ciudad de Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil por las armas de don Phelippe iv el grande Rei Catholico de las Españas i Indias*. Madri: Pela viúva de Alonso Martin, 1628.

de Narbona y Zuñiga, compostos entre fins dos anos 1620 e início dos anos 1630<sup>80</sup>.

Vê-se que operação militar que expande o conflito hispano-flamengo para a América e a operação discursiva que a converte em texto nascem gêmeas. Não somente derrotar os inimigos e bani-los: contar a guerra era imperativo, urgente, fosse para os poderes centrais, fosse para os partícipes da expedição. Importa compreender este afã textualizador como crucial na cultura política moderna, como reforço à coesão social em uma conjuntura internacional conflagrada. Antecipar-se na veiculação de notícias, divulgando os heroísmos e a vitória, mais do que assunto meramente comercial, era tido pelos poderes centrais e por grupos e sujeitos envolvidos como matéria política de magnitude, dada a conhecida interdependência entre “propaganda”<sup>81</sup> e fama, apresentando-se o perigo de que os adversários difundissem versões inconvenientes dos fatos, atacando o moral da nação. O “fazer-se enxergar” seria essencial à formação do Estado moderno, com diferentes pressões políticas exercidas sobre o mecenato e a tipografia. Para o caso da perda e restauração de Pernambuco, Curto menciona o “pequeno surto

---

80 VALENCIA Y GUZMAN, Juan de. *Compendio Historial de la jornada del brazil y sucesos della. Donde se da cuenta de como gano el Rebelde olandez la Ciudad del Salvador, y Bahía de todos sanctos, y de su Restauracion por las Armadas de España cuyo general fue Don Fadrique de Toledo Osorio Marquez de Villa nueva de Valdueza Capitan general de la Real Armada del mar Oceano, y de su gente de guerra de el Reino de Portugal el año de 1625*. Recife: Pool Editorial, 1984. NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia de la recuperacion del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623* [sic], *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, n. 69, 1950, pp. 155-231. Conserva-se cópia ms. na BA, 46-X-9, fls. 31 a 174, da qual se fez a edição fluminense.

81 Burke adverte para os perigos do uso do termo “propaganda” no século XVII. Embora existisse o vocábulo, seu sentido divergia do atual, a *Congregatio Propaganda Fidei* romana, por exemplo, “foi um comitê para ‘a propagação da fé’, não para fazer ‘propaganda’ no sentido político do termo”. BURKE Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 16.

de textos de caráter justificativo e celebratório” resultante<sup>82</sup>. Como escrevia Marinho de Azevedo, em 1642, rememorando Tácito, “a fama é de muita força nas empresas novas e dos primeiros sucessos da guerra nasce ou o medo, ou a confiança”<sup>83</sup>.

A década de 1630 e a primeira metade da de 1640 se revelam intervalo de refluxo e maré baixa na publicação de narrativas sobre a Guerra Holandesa. Consequência provável da conjuntura política na Península Ibérica e dos próprios desdobramentos desfavoráveis do conflito na América, com a perda progressiva de territórios no Brasil e o fracasso das expedições restauradoras arregimentadas naqueles anos. Se a publicação de novos relatos declinava, a integração dos textos disponíveis em Histórias – isto é, em escritos afeitos ao cânone do gênero histórico, como então era entendido – se inicia desde cedo. No ano seguinte à expedição de D. Fadrique de Toledo, Manuel Severim de Faria dá ao prelo, sob pseudônimo, um anuário dos sucessos portugueses entre março de 1625 e setembro de 1626, em meio aos quais destaca a recuperação da Bahia<sup>84</sup>. A vitória de 1625 é catapultada à posição de capítulo da história de Portugal já em 1628, quando Manuel de Faria e Sousa a inclui em sua *Epitome*

---

82 CURTO, *O discurso político em Portugal*, pp. 92 e ss. CURTO, D. Ramada. Os holandeses no Brasil: lutas e discursos. In: *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos xv ao xviii)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009, p. 272.

83 AZEVEDO, Luis Marinho de. *El Principe encubierto, manifestado em quatro discursos políticos, exclamados al rei don Phelippe 1111, de Castilla por un vassallo que lo fue suyo hasta las nueve de la mañana del siempre memorable dia Sabbado primero de Diciembre del año de 1640. Escrivelos Lucindo Lusitano*. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642, p. 48.

84 “As mais celebradas vitorias, que neste Reyno tiuemos, este ano, forão as do Brasil”. FARIA, Manuel Severim de. *Relação Vniuersal do que succedeo do Ocidente, & Oriente, desde mês de Março de 625. até todo Setembro de 626*. Contem muitas particularidades, & coriosidades. Ordenada por Francisco d’Abreu natural da Cidade de Lisboa. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626, p. 7. Compilações de relações em anuários, desde o século xvi, em Portugal e alhures, mais que zelo para com a preservação da memória, são consideradas precursoras diretas do periodismo moderno. SOUSA, *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, pp. 11 e ss.

*de las historias portuguesas*, na qual erige uma síntese histórica da nação lusitana desde suas origens até a atualidade. Frei Vicente do Salvador dedicaria também presença da wic na Bahia os derradeiros capítulos de sua *Historia do Brazil*, inédita até o século XIX<sup>85</sup>. Entre os castelhanos, Gonçalo de Céspedes y Menezes seguir-lhe-ia a triilha em sua *Primeira parte de la historia de D. Felipe el IIII*, impressa em Lisboa em 1631, matriculando igualmente o sucesso americano entre os feitos do monarca Habsburgo. Nessas obras, comemora-se o triunfo dos exércitos católicos contra o atrevimento flamengo e pinta-se Filipe IV como legítimo soberano de Portugal, Castela e Aragão, a zelar por seus territórios ameaçados<sup>86</sup>.

Nos fins da década de 1640 e pelo decênio seguinte, quando a sedição dos Bragança alija os Habsburgos do controle político sobre os domínios lusitanos e principia a Guerra de Restauração (1641-1668), a publicação de textos com as características das relações históricas ganha novo alento, especialmente no esforço de construir narrativas de mais largo fôlego, associando os eventos na narração coesa de uma “guerra brasílica” que já então se demorava vinte anos. Entre julho e agosto de 1644, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, obtinha em Madri – onde se alinhara entre os fidalgos exilados optantes pela fidelidade a Filipe IV depois do golpe de 1º de Dezembro de 1640<sup>87</sup> – as licenças para a publicação de suas *Memorias diarias* dos primeiros anos da

85 SOUSA, Manuel de Faria e. *Epitome de las historias portuguesas*. Madri: por Francisco Martinez, 1628, pp. 596 e ss. SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brazil*. Edição e prefácio de J. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Fundação da Bibliotheca Nacional, 1889.

86 CESPEDES Y MENEZES, Gonçalo de. *Primeira parte de la historia de D. Felipe el IIII. Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631, pp. 508 e ss. Uma nova edição “integral” da obra de CESPEDES Y MENEZES seria publicada em Barcelona, em 1634.

87 Para a nobreza lusa “exilada” em Madri, ver BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 271-291.

resistência em Pernambuco (1630-1638), aventando sua versão para a derrota e perda do patrimônio que sua família detivera desde a instauração do regime donatário, um século antes. Contudo, somente em junho de 1654, o autor obteria o “privilegio”, o direito de exclusividade na impressão da obra, finalmente levando-a ao prelo<sup>88</sup>. Demora inusual, mesmo tendo em conta a marcha lenta com que amiúde se concediam licenças em Portugal e Espanha<sup>89</sup>, apesar de explicável pela ação dos adversários da família Albuquerque para sabotar a impressão.

Por volta de 1645, o frade da Ordem de São Paulo da Serra d’Ossa, frei Manoel Calado do Salvador, residente em Porto Calvo<sup>90</sup> e que mais tarde conviveu com os flamengos no Recife nassoviano, principiava a redação de seu “tratado”, como o denomina: *O valeroso Lucideno, & triumpho da liberdade*<sup>91</sup>. Embora não seja possível precisar o exato papel de Fernandes Vieira na composição da obra (se a encomenda, se a patrocina, se lhe é oferecida pelo escritor à vista da proteção e mecenato que poderia prover o poderoso senhor de engenho), é certo que o madeirense disputa com o próprio autor, no enredo, o

---

88 COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*. Madri: Diego Diaz de la Carrera, impressor do Reino, 1654. A tardança, fruto da ação política de inimigos dos Albuquerque em Madri, será discutida no capítulo 3.

89 CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O paraíso proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, pp. 102-107, por exemplo, acompanha as “andanças” nas malhas da censura portuguesa que precederam a publicação da *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos. Embora comente a “longa via crucis do padre Vasconcelos”, entre as primeiras licenças e a autorização para circulação e vendagem da obra transcorrem quatro anos (1661-1665).

90 A cerca de 150 Km ao sul de Olinda, na antiga capitania de Pernambuco. Hoje, pertence ao estado de Alagoas.

91 CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade. Primeira parte*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648. Exemplos do uso do termo “tratado” no “prólogo ao leitor” e à p. 39.

protagonismo da ação. Abrangendo desde a “destruição e ruína de Pernambuco”, a partir de 1630, até a eclosão do movimento insurrecional de junho de 1645 e as refregas que se sucederam neste e no ano seguinte, frei Calado, tal como fizera o donatário Coelho e, antes deles, Guerreiro e Tamaio de Vargas, oferece aos leitores uma narrativa integrada do conflito e uma trama em grande medida inédita, com novos heróis e protagonistas e episódios até então desconhecidos perante o público ibérico.

Abarcando as *Memorias diarias de la guerra del Brasil* apenas os anos 1630 e não se estendendo o *Lucideno* para além de 1646 (quando seu autor embarca para Portugal depois de décadas no Brasil), após o cessar-fogo lusoneerlandês, em 1654, sobrevinha a necessidade de superar as exposições incompletas e deitar ao papel toda a saga do conflito, incluindo notícias dos incidentes no Maranhão, Rio de Janeiro e Angola. Daí a redação da *História da Guerra de Pernambuco*, da lavra do mestre de gramática Diogo Lopes Santiago, figura sobre quem poucas notícias se preservaram. O livro, encomiástico às ações e à figura de Fernandes Vieira, provavelmente terá sido trabalho de sua encomenda, cuja narrativa, segundo pistas contidas no escrito, concluiu-se entre 1654 e 1656, mas que, ao contrário dos demais livros mencionados, permaneceria manuscrito até o último quartel do século XIX, quando Francisco Adolfo de Varnhagen o levaria ao prelo. A obra abre-se com a formação da *West-Indische Compagnie* e alude brevemente a seu ataque sobre Salvador, em 1624, constituindo, portanto, em termos cronológicos, a mais antiga história integral da Guerra Holandesa<sup>92</sup>.

---

92 SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Com prefácio de J. A. Gonsalves de Mello. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. A primeira edição se deu na revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, no Rio de Janeiro, em fascículos, entre 1875-1880 (n. 38 a 43). No capítulo terceiro, contestaremos a datação do manuscrito (1661-1675) proposta por Gonsalves de Mello.

Paralelamente, as lutas contra os neerlandeses no oeste africano (1641-1648), entrada a década de 1650, seguiriam largamente desconhecidas para o público português, exceto em restritas esferas. Conhecem-se poucas relações, escritas nos anos 1640 – dirigidas à coroa ou descrevendo missões religiosas – nem todas então publicadas. Só em 1651 se imprime, em Lisboa, uma primeira narrativa, sobre Angola e o Congo, desde a captura de Luanda até a rendição dos holandeses por Salvador Correa de Sá, em agosto de 1648: é o *Manifesto das ostillidades*, escrito por Luis Fellis Crus, secretário do governo luso naquela província africana. Não obstante as licenças para a impressão datarem de fevereiro de 1651, dedicatória dirigida a D. Catharina de Vellasco, esposa de Correa de Sá, esclarece que o relato estava redigido em julho de 1649, menos de um ano após a restauração da praça. Crus, refugiando-se com os moradores de São Paulo de Luanda no interior, após a captura da cidade pelos neerlandeses, testemunhara conflitos dos quais oferece sucinto e duro relato, enfatizando o sentido providencial dos sofrimentos ali experimentados pelos lusitanos, as violências perpetradas pelas alianças dos flamengos com os africanos sob o comando da rainha N’Zinga e sobas “traidores” e a recuperação da praça por Salvador de Sá, com a armada que trouxera do Rio de Janeiro<sup>93</sup>.

Terminava-se a década de 1650, portanto, com a Guerra Holandesa nos domínios atlânticos relatada, não obstante desconhecida. Apesar desta coleção de escritos, ainda na década de 1660 incomodaria aos letrados o sentimento de que aquele grande feito, a saber, o triunfo na África e no Brasil sobre um dos mais poderosos

---

93 CRUS, Luis Fellis. *Manifesto das ostillidades que a gente que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os Vassallos del Rei de Portugal neste Reyno de Angola, debaixo das treguas celebradas entre os Principes; e dos motiuos que obrigarão ao General Salvador Correa de Sá e Benavides a dezalojar estes soldados Olandezes delle, sendo mandado a esta Costa por Sua Magestade a diferente fim*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651. O *Manifesto* é reeditado em Coimbra, em 1921, no *Boletim da Classe de Letras da Universidade*, por E. Prestage.

impérios do mundo, não andasse devidamente historiado nem afamado, mesmo em língua portuguesa. Não era para menos: as *Memorias diarias* encerravam-se com o cerco nassoviano de Salvador, em 1638; o *Lucideno* avançava o relato até pouco depois da insurreição pernambucana de 1645 e fora banido pela censura inquisitorial romana desde 1655; a *História da Guerra de Pernambuco* era manuscrito de diminuta circulação, provavelmente, àquela altura, somente conhecido por estreito grupo de leitores em Pernambuco. Carecia-se ainda de um tomo que divulgasse o sucesso em enredo unificado, enobrecendo-o com grandiloquência de linguagem e com acrescentamentos de “avizos, & preceitos com conselhos”, como então se entendia ser característico das melhores Histórias<sup>94</sup>. Um papel que, enfim, o engrandecesse. Tanto para os portugueses n’aquém e n’além-mar quanto para o mais do público europeu, a perspectiva lusa da Guerra Holandesa aguardava pena que a abrihantasse e acabasse a tarefa de sua historicização.

Compreende-se assim a iniciativa de Francisco Manuel de Mello ao incluir em suas *Epanaphoras de varia historia Portugueza*, que vinham sendo escritas desde 1649, uma relação da guerra, de cerca de quarenta páginas, publicando-a em Lisboa, em meados de 1660. Na quinta e última das *Epanaphoras* de que se compunha o volume, denominada *Triunfante*, depois de abordar episódios como as Alterações de Évora (*Epanaphora Politica*) e a descoberta da Ilha da Madeira (*Epanaphora Amorosa*), Mello endereça aos compatriotas e “particularmente aos Estrangeiros” suscinto relato integral das lutas contra os holandeses, desde a fundação da wic até o cerco e rendição final do Recife, em janeiro de 1654. Lamentava o historiador, no introito da quinta *Epanaphora*, que aqueles feitos praticados contra os flamengos “tantas vezes foraõ inculcados, pella parte

---

94 AZEVEDO, *El Principe encubierto*, *Op. cit.*, CURTO, *A produção do discurso político*, *Op. cit.*, p. 6.

cõtraria, em tratados, & liuros”, ao passo que “não houue atègora, quem por nossa parte, em forma decente, publicasse um só volume”<sup>95</sup>. D. Francisco Manoel não apenas responde à polêmica internacional sobre os efeitos da luta, mas, tematizando-a, inscreve-a junto a outros feitos lusitanos considerados célebres e dignos de rememoração, postulando-lhe papel de destaque entre os episódios memoráveis na trajetória histórica do reino.

O livro de Mello é *sui generis*. Àquela altura, ninguém escrevia nem publicava mais sobre a reconquista no Brasil. Após a publicação das *Epanaphoras de varia historia Portugueza*, experimenta-se novo interregno no trabalho de historicização do evento e chega ao fim a época da escrita das relações. Pela década seguinte, o tema da vitória sobre os flamengos jaz adormecido, enquanto se travavam sangrentas batalhas na fronteira luso-castelhana, golpes palacianos depunham a regente D. Luísa de Gusmão e depois o rei D. Afonso VI, Portugal firmava as pazes com os Países Baixos e com a Espanha, alcançando que o papado finalmente reconhecesse a regalia da Casa de Bragança. Todavia, superadas estas inquietações, após a ascensão de D. Pedro à condição de príncipe regente no lugar de seu irmão destronado, entrada a década de 1670, reaviva-se o interesse pelo assunto. A partir de 1675 até o final do século, no curso do reinado petrino, nova leva de livros retomará a Guerra Holandesa, não mais no modelo das relações de sucessos ou historiais, porém consoante os cânones do gênero histórico.

---

95 MELLO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia Historia Portugveza a ElRey Nosso Senhor D. Afonso vi*. Em cinco Relaçoens de svcessos pertencentes a este Reino. Lisboa: na Officina de Henrique Valente, com todas as licenças necessárias, 1660, p. 482. A trajetória acidentada de Mello, incluindo seu exílio no Brasil a partir de 1655, pode ser encontrada em PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manoel de Mello: esboço biográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914 e em PRESTAGE, Edgar. *Francisco Manoel de Mello*. Oxford (UK): Oxford University Press, 1922.

A partir de agosto de 1674, começam a ser concedidas as licenças para a publicação de um manuscrito de Francisco de Brito Freyre, ex-governador de Pernambuco (1661-1664) e almirante da armada da Companhia Geral de Comércio que, em fins de 1653, associara-se ao mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes no golpe final contra os batavos. A *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica*, impressa em 1675, em Lisboa, numa edição luxuosa e requintada, mais do que a guerra propriamente dita franqueia aos leitores uma história da expansão portuguesa na América, desde seu primórdio até o assédio holandês a Salvador em 1638. Trazendo em sua folha de rosto a expressão “década primeira”, à guisa de João de Barros e Diogo do Couto, prenuncia o projeto de uma história em duas partes, a segunda das quais se haveria de debruçar sobre a continuidade da guerra após a restauração joanina, até a insurreição de Pernambuco e a reconquista final da província<sup>96</sup>.

Poucos anos mais tarde, em 1678, concediam-se licenças para duas outras obras, escritas ambas por renomados eruditos do reino. Em 1680, estava taxada e com privilégio de impressão o *Castrioto Lusitano*, concluída pelo menos cinco anos antes pelo frade beneditino Raphael de Jesus, abade do convento de Lisboa desde 1679. Admirado sermonista e historiador, além de bem relacionado na corte, frei Jesus ocuparia o cargo de cronista-mor do reino por alvará de novembro de 1681 e, sob essa distinção, continuaria a escrita da *Monarchia Lusitana*, até então composta pelos frades de São

---

96 FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica. Decada primeira*. Lisboa: na Officina de Joam Galram, 1675. Segundo Barbosa Machado, Freyre iniciara a redação da “Década segunda” da História, que “comprehenderia a Restauração de Pernambuco”, porém, embora apenas falecesse em 1692, “deixou a imperfeita”. MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica*. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgaçãõ da Ley da Graça até o tempo prezente. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1758, vol. 11, pp. 125-126.

Bernardo em Alcobaça<sup>97</sup>. Dedicado a historiar os “varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas”, o *Castrioto* era, segundo toda a evidência, encomenda de Fernandes Vieira (que redige uma dedicatória a D. Pedro, constante na edição), reservando-se-lhe no enredo apologético tal protagonismo no comando da recuperação dos domínios brigantinos como não era encontrável nas demais obras até então compostas sobre o assunto, nem mesmo em seus panegíricos<sup>98</sup>.

Pela mesma época, obtinha também o terceiro conde de Ericeira, D. Luís de Menezes, as licenças para a sua *História de Portugal Restaurado*, cujo tomo primeiro sai impresso em Lisboa, em 1679 (o segundo tomo, apenas em 1698). O livro propunha, em seu prólogo, continuar a história da nação escrita pelo “moderno Livio Manoel de Faria & Sousa”, a partir do ano de 1640, quando o precursor a interrompera. Na apresentação dos eventos dos anos finais do domínio filipino “atè a paz celebrada entre esta Coroa & a de Castella”, o conde erige uma história cronológica em que os sucesos na Europa e nas conquistas se desdobram simultâneos e conectados. Entrelaça aos esforços do reinado joanino por consolidar-se os eventos bélicos sucedidos no Brasil e em Angola contra os holandeses, retomando na tarefa alguns dos escritos até então produzidos sobre os feitos<sup>99</sup>. A “epítome” de Ericeira, uma obra de síntese geral

---

97 MACHADO, *Bibliotheca Lusitana, Op.cit.*, vol. III, pp. 632-633.

98 JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*: parte 1. Empresa, e restauração de Pernambuco; & das capitánias Confinantes. Varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas. Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679. Apesar das licenças serem emitidas entre março de 1678 e dezembro de 1679, a taxaço apenas é fixada em janeiro de 1680, começando a circulação depois desta data. As informações de que a obra fora concluída em janeiro de 1675 e de que o privilégio de impressão do autor seria concedido em 1680 constam em MELLO, *Estudos pernambucanos, Op. cit.*, pp. 125-126.

99 MENEZES, Luís de (conde de Ericeira). *História de Portugal restaurado. Tomo 1*. Lisboa: na Officina de Joaõ Galraõ, 1679, “Prologo” não paginado.

sobre os acontecimentos do país, promove a integração da Guerra Holandesa à narrativa da história de Portugal. Aquela vitória, seus sucessos memoráveis e seus próceres, inscrevem-se gloriosamente como capítulos “oficiais” do passado do reino “restaurado”.

De Angola, nos primeiros anos 1680, chegava a Lisboa, oferecido ao príncipe D. Pedro, um volumoso manuscrito, relatando a *Hestoria das Guerras Angolanas* dos séculos XVI e XVII, entre as quais se incluía, com destaque, a Holandesa<sup>100</sup>. Seu autor, Antonio de Oliveira Cadornega, antigo combatente na guerra e pró-homem da freguesia de Luanda, esforçava-se por evitar que caíssem no esquecimento os parcamente relatados feitos lusos na África Ocidental. Provavelmente antes do fim da década de 1680, o frade carmelita João José de Santa Teresa concluía a escrita, em língua italiana, de sua *Istoria delle guerre del Regno del Brazile*, cujas “*parte prima*” e “*parte seconda*” obteriam as devidas licenças em 1697, saindo impressas em Roma, em 1698. Santa Teresa, de nome secular João de Noronha Freire, residente na Itália desde os anos 1670, compusera traduções e escritos sacros admirados dos italianos<sup>101</sup>. O frade empresta então seu prestígio para a difusão internacional da

---

100 CADORNEGA, Antonio de Oliveira. *Ao m.<sup>to</sup> alto e mui poderozissimo Principe D. Pedro nosso Sr. offerece a seos reais pes esta Hestoria das Guerras Angolanas Antonio de Oliveira de Cadornega Cap.<sup>am</sup> reformado e cidadam de S. Paulo de Assumpçam, natural de Villa Viçosa*. BNP, ms. reservados, cota AT/L54/1-2. A primeira edição integral da obra viria apenas nos anos 1940, sob direção de José Matias Delgado. CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. 3 vols. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940-1942.

101 SANTA TERESA, Giovanni Gioseppe di. *Istoria delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda, composta, ed offerta alla sagra reale maesda di Pietro Secondo re di Portogallo*. 2 vols. Roma: Estamparia dos herdeiros de Corbelletti, 1698. Notou Gonsalves de Mello que Santa Teresa se refere ao “Eminentissimo Senhor Cardeal Pietro Ottoboni”, sendo que Ottoboni fora eleito papa no conclave de 1689, adotando o nome de Alexandre VIII. MELLO, J. A. Gonsalves de. A “Istoria” de frei Santa Teresa. In: *Estudos pernambucanos, Op. cit.*, p. 138.

memória do triunfo sobre os holandeses, valendo-se da posição estratégica de Roma na política e diplomacia europeias.

Tal como suas antecessoras da época da regência petrina, a *Istoria delle guerre* funda sua construção narrativa nas relações históricas disponíveis, mas se vale já também das histórias da década de 1670, como o *Castrioto Lusitano*, não obstante oculte referências a fontes e à historiografia que a precede<sup>102</sup>. Com o apagar do século XVII, a historiografia ibérica encerrava seu trabalho de transposição do acontecimento militar em história. A *Istoria delle guerre*, em verdade, continua o esforço de internacionalização das glórias lusas, característico do reinado de D. Pedro II<sup>103</sup>, apoiando-se na narrativa consolidada nos anos 1670 e em escritos anteriores.

### Performance nos séculos XVII e XVIII

Manuscritos e impressos do mundo luso sobre o tema da guerra flamenga têm, desde o século XVII, informado os mais diversos estudiosos do que se convencionou denominar o “Brasil Holandês”. Neste intervalo de quase quatrocentos anos que nos aparta destas obras, a “história das lutas contra os holandeses” foi revisitada para muitos propósitos, animando-se os historiadores na tarefa pela vantagem de disporem de tão rico manancial de notícias, contemporâneas àqueles eventos e seus personagens.

Na historiografia espanhola, a triunfante recuperação de Salvador pela armada de D. Fadrique de Toledo, embora em seu tempo tenha motivado volume considerável de impressos, é tema que, com o tempo, perde relevância diante de outros acontecimentos do reinado de Filipe IV, sobretudo as guerras contra a França e os Países Baixos. Desse modo, apesar da precoce transição daquele evento

---

<sup>102</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>103</sup> MARTÍN MARCOS, *Península de los recelos*, *Op. cit.*

das relações para as histórias (entre 1625 e 1634), os historiadores espanhóis posteriores à ruptura de 1640 tenderão a se desinteressar pelo episódio, possivelmente percebendo-o como afeito ao passado lusitano, já não mais *hispanico*. A vitória contra o cerco nassoviano de 1638, de menor relevância política, segue o mesmo trajeto. No conjunto da tradição historiográfica legada pelo Seiscentos, a Guerra Holandesa seria assunto português, reservando-se aos Bragança os maiores benefícios representacionais da instrumentalização daquele sucesso.

Tendo o tema despertado contínuo interesse, em diferentes quadras históricas, dispomos de caudalosa bibliografia a dialogar com aquelas narrativas, transcrevendo-as, parafraseando-as, interpretando-as, criticando-as. Durante um período de dois séculos, os textos do Seiscentos consistiram na fonte primordial para se historiar a presença neerlandesa no Atlântico Sul entre 1624 e 1654. Mesmo quando eruditos brasileiros e europeus, nos meados do século XIX, saíram a esmiuçar arquivos na Península Ibérica e nos Países Baixos, em busca de correspondências e relatórios militares, nem por isso renunciaram ao repertório narrativo tradicional, o que tampouco fariam os historiadores do século XX<sup>104</sup>.

---

104 Aqui é referencial o capítulo em que Cabral de Mello discute a “cultura histórica do nativismo”, mapeando algumas das releituras das “crônicas luso-brasileiras”, no curso dos séculos XVIII e XIX. MELLO, *Rubro veio*, pp. 63-87. Evitaremos, todavia, a nomenclatura “luso-brasileiro”, nem para as narrativas, nem, de modo geral, como gentílico dos seus autores e personagens nascidos ou residentes na América Portuguesa, pela semântica nacionalista que, a nosso ver anacronicamente, o vocábulo carrega. Tal como manifestam os escritos do século XVII, morassem esses sujeitos nas capitanias da América, em Luanda, no Algarve ou na Estremadura; militassem nas fronteiras do Alentejo contra os espanhóis, na Bahia, em Angola ou em Pernambuco contra os holandeses, eram “portugueses” os que lutavam. A identidade “brasileira” ou “brasiliana”, então, é vaga e não tem traços nacionalistas. A própria ideia de “colônia”, como se observou recentemente, é talvez anacrônica e está a reivindicar revisão. CAMENIETZKI, *Incômoda história*, *Op. cit.* Aludindo aos moradores de Salvador foragidos em

O processo e as circunstâncias pelas quais esta bibliografia foi revisitada através do tempo reclama adequada problematização e inquérito. Este não será nosso objetivo aqui, senão delinear algumas das leituras empreendidas na posteridade do Seiscentos, de modo a melhor compreender em que medida a representação do conflito foi fixada em seu próprio século e preservada pelas historiografias posteriores.

Proveitoso para esta apreciação da recepção dos textos seiscentistas vem a ser o conceito de *performance discursiva*, proposto por J. Pocock: a força que um texto exerce sobre os outros agentes políticos e seus textos, no agora e no porvir. Cada nova obra é como uma pedra arremessada na superfície da lagoa historiográfica: a perturbação que provoca na água, eis sua performance. O impacto que as histórias da Guerra Holandesa terão sobre os meios eruditos portugueses, na metrópole e no ultramar, a ação de suas *paroles* sobre o contexto da *langue* político-historiográfica (consagrando-a ou desafiando-a) e, para além, as sucessivas releituras a que são submetidas na posteridade alicerçam a maneira como hoje recontamos o evento.

Em outras palavras, a história da guerra que herdamos, em grande medida, é a suma não só do que escreveram seus primeiros historiadores, mas também do itinerário de tais escritos no futuro. É uma herança derivada do repertório inscrito nos papéis do século XVII, mas ainda das suas releituras e reavaliações nas centúrias seguintes, quando autores como Manuel Calado, Raphael de Jesus e Brito Freyre se tornam alvo de escrutínio, enquanto outros, como Lopes Santiago e Santa Teresa, caem no esquecimento.

---

1624, que sustentaram do interior a resistência contra os neerlandeses, escreve Brito Freyre que eram muitas as saídas inimigas para saquear, por mar e por terra, “porêm destas, & de muitas outras entradas, se recolhêraõ sempre com perda de gente, & de credito; deixando os *Portugueses* com reputação, & sem dano”. Assim é no mais das fontes do período. FREYRE, *Nova Lusitania, Op. cit.*, p. 86 (grifo nosso).

O historiador começa agora a concentrar sua atenção sobre outros textos, escritos e publicados pelos que leram o texto considerado em primeira instância e que estavam respondendo direta ou indiretamente a ele. Sua principal necessidade é compreender como as inovações do primeiro autor, selecionadas em meio ao restante de seus atos de fala, puderam se impor aos leitores, de maneira a compeli-los a respostas congruentes com essas inovações. Ele começa por pressupor que uma enunciação atua sobre a consciência de seu receptor, que o que é lido não pode ser des-lido<sup>105</sup>.

Ainda no século xvii, a interlocução entre os textos dedicados à saga da perda e recuperação do Brasil das mãos dos holandeses foi recorrente<sup>106</sup>. Há performance, as ondulações que provocam alguns dos textos são significativas. Num tempo em que ideias como autoria, plágio e originalidade não norteavam a produção intelectual nem, *a fortiori*, o gênero histórico, cultuando-se, antes, o ideal da narração verdadeira, pedagógica, embasada em testemunhos confiáveis e vertida em estilo grandioso, era comum autores se socorrerem de textos precedentes para a construção de suas próprias versões dos fatos. Comenta Cabral de Mello que, no século xvii e no seguinte, os critérios de apreciação do gênero histórico eram distintos dos do presente, “exigindo-se, sobretudo, a narração de uma intriga histórica de maneira elevada e agradável, segundo o gosto literário predominante”<sup>107</sup>. É assim que, desde cedo, as relações da recuperação de Salvador, em 1625, parafraseiam-se, transcrevem-se; também o

---

105 ПОВОК, *Linguagens do ideário político*, *Op. cit.*, p. 44.

106 MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 2ª edição, 1986 [1960].

107 MELLO, *Rubro veio*, p. 69. Laura Beck Varela, estudando o caso da literatura jurídica, baseia-se em ampla bibliografia para destacar o gradativo rechaço da cópia plagiária, sobretudo a partir do último quartel do século xvii, com

texto de Diogo Lopes Santiago, na década de 1650, empreende uma seleção e colagem do *Lucideno* e, por fim, as obras do período 1675-1698 fazem largo uso dos escritos anteriores, aqui os copiando, ali os emendando<sup>108</sup>. A originalidade não é um dever; a utilidade é. Daí a intertextualidade, ajudando as obras a cumprir os propósitos políticos a que almejavam.

Com o findar do século, a operação de transposição da Guerra Holandesa em enredo histórico parece assumir, ao menos por algum tempo, a feição oficial de episódio integrado à história do reino lusitano. O episódio fora versado por alguns dos mais ilustres autores do século, sob o beneplácito da casa de Bragança. Uma primeira tentativa de exposição integral do conflito se dá ainda nos anos 1650, com a *Historia da Guerra de Pernambuco*, de Santiago, mas o manuscrito não alcança os prelos seiscentistas. D. Francisco Manuel de Mello, em sua *Epanaphora Quinta*, expõe sumariamente o percurso da guerra, num texto que possui os elementos híbridos da relação historial. Somente em 1679 o em breve cronista-mor do reino, Raphael de Jesus, traria todo o alcance temporal do conflito em uma História impressa<sup>109</sup>.

Uma vez aclamado D. Pedro II, com a morte do deposto Afonso VI (1683), estando o reino em paz com seus vizinhos havia já quinze anos, era oportuno o momento para a afirmação da dinastia brigantina e para o investimento na imagem internacional de Portugal

- 
- “evoluções distintas em cada campo do saber”. VARELA, Laura Beck. *Literatura jurídica y censura: fortuna de Vinnius en España*. Valencia: Ed. Tirant, 2013, pp. 64-75.
- 108 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.* SANTIAGO, *História da Guerra de Pernambuco*. *Op. cit.* As obras do período 1675-1698 são os já citado FREYRE, *Nova Lusitania*, *op. cit.*; JESUS, *Castrioto Lusitano*, *Op. cit.*; MENEZES, D. Luís de (conde de Ericeira). *História de Portugal Restaurado*. Tomo 1. Lisboa: oficina de João Galvão, 1679; SANTA TERESA, *Istoria dele guerre*, *Op. cit.*
- 109 MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.* MELLO, *Estudos pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 109 e ss. A mais antiga versão conhecida da *Historia* de Santiago é o manuscrito 111, conservado na Biblioteca Municipal do Porto (Portugal), possivelmente cópia tardia do original.

enquanto nação soberana. Uma obra histórica, retumbando uma vitória militar contra uma das grandes potências da época, tinha o condão de colaborar com tal programa. Daí, ainda em fins do Seiscentos, a publicação da *Istoria delle guerre*, do carmelita João José de Santa Teresa, lançada em Roma e dedicada ao rei D. Pedro II, que a custeara. A obra, endereçada diretamente ao público italiano – “eu na Itália, ou para a Itália escrevo”, diz o prefácio – informa-se sobretudo nas *Memorias diarias e no Castrioto Lusitano*, difundindo estrategicamente na Sé papal a imagem de uma monarquia triunfal, gloriosa outrora e no presente<sup>110</sup>.

Entrado o século XVIII, cessa o esforço pela recontagem dos “varios, e bellicos successos entre portuguezes, & belgas”. Parecia desnecessário reapresentar a guerra, o que não deve ser confundido com esquecimento do tema, cujo interesse, especialmente no Brasil, jamais desaparece, passando a reemergir nos escritos de Setecentos, consoante novas demandas. Segundo Cabral de Mello, a coleção de histórias legadas pelo período 1648-1698 (mais fortemente do que as relações do período 1625-1654) perfaziam uma biblioteca respeitada pelos eruditos setecentistas, sendo alguns daqueles trabalhos considerados “histórias, isto é, obras acabadas a que, supunha-se,

---

110 SANTA TERESA. *Istoria delle guerre*, *Op. cit.* Para um estudo do esforço português para projetar-se entre as potências europeias na segunda metade do século XVII, ver MARTÍN MARCOS, *Península de recelos*, *Op. cit.* e MARTÍN MARCOS (ed.), *Monarquías encontradas*, *Op. cit.* MELLO, *Estudos pernambucanos*, pp. 135 e ss. comenta que a *Istoria* foi objeto de segunda publicação em 1700, mas curiosamente a atribui à ruim acolhida dos italianos à obra. A comparação de ambas as edições – que ultrapassa o escopo do presente trabalho – poderia lançar luz sobre a questão, indicando talvez o contrário, a saber, que a segunda emissão decorresse da boa procura da primeira, coisa de modo algum impossível, sendo o autor admirado pelos leitores romanos, com vendas de milhares exemplares. De qualquer forma, o interesse publicístico da *Istoria* não se atinha a questões de vendagem, sendo a edição, ademais, custeada pela coroa portuguesa.

nada havia a acrescentar, donde não lhe surgirem concorrentes entre os escritores do século XVIII”<sup>111</sup>.

A afirmativa, contudo, parece merecedora de problematização. Cabral de Mello, por exemplo, cita a *História militar do Brasil* (circa 1762), de José de Mirales, membro da Academia Brazílica dos Renascidos, argumentando que o autor escusou recontar a Guerra Holandesa pelo “louvável acerto” das Histórias disponíveis. O exame da *História militar*, contudo, mostra que, no trecho, Mirales listava os regimentos do Brasil, pensando ser desnecessário repetir como “teve princípio o Militar em Pernambuco”, a criação de suas guarnições, a sucessão de seus oficiais e dos “governadores daquelas capitanias”, pois escritores “famosos” como Brito Freyre e Raphael de Jesus deixaram “larga, e individual notícia” dessas forças e da restauração. Embora, de fato, enalteça a qualidade dos historiadores anteriores, Mirales nem por isso se furta, páginas antes, a tratar dos “insultos com que desde o anno de 1624 até 1627 infestaram os holandeses a Bahia, e costa do Brasil”, descrevendo a chegada neerlandesa em 1630 e os esforços de Matias de Albuquerque na defesa de Pernambuco<sup>112</sup>.

A lógica sob a qual os setecentistas se apropriaram das fontes do século anterior não equivale à recepção passiva nem canônica delas, abrindo-se verdadeiro colóquio intersecular, travado às vezes na linguagem do apreço, porém não raro desconfiado, hostil, sensível às tomadas de posição expressas nas histórias e às contingências que mobilizava cada novo autor. Estando já àquela altura a guerra historiada por penas renomadas, em obras relidas e mesmo

---

111 MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, p. 64.

112 MIRALES, José de. *História militar do Brasil desde o anno de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve princípio a fundação da cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, até o anno de 1762. Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. xxii, 1900, pp. 61-65, 69.

institucionalizadas no mundo português<sup>113</sup>, compreende-se que o século XVIII abandonasse ou adiasse a tarefa de reescrevê-la. Mas, se não a reescreve, recruta-a, repete-a, contesta-a segundo os fins políticos que o tempo impunha. Escritores do Setecentos acolhem crítica e seletivamente as obras herdadas da centúria anterior, não só para informar-se nelas mas, mais ainda, para fazê-las dizer o que agora convinha. Ou desmenti-las e denunciá-las, se não o diziam.

Diversos escritos históricos do Setecentos, n'aquém e n'além mar, abordarão o período e discutirão com suas fontes centenárias, submetendo-as a diferentes julgamentos de validade e mérito. Não esqueçamos, aliás, que, naquele quadrante, a historiografia do mundo português institucionalizava-se, proliferando academias de eruditos na Ibéria e no ultramar, a partir do exemplo lisboeta da Academia Real da História, fundada em 1720. Os institutos almejavam a escrever a história secular e eclesiástica do reino, a partir de “memórias” apoiadas em testemunhos e documentos fidedignos. Em suas tertúlias e publicações, as razões de Estado reforçavam seu peso sobre a historiografia e, ao mesmo tempo, discutiam-se a crítica e o método investigativo mais propício ao desnudamento exato do passado. Persistia o esforço de conciliação entre a história retórica (ainda aplicado, mas em declínio) e a história centrada na prova e crítica documental, com antecedentes nas análises de Valla e outros humanistas italianos, mais e mais hegemônica no século XVIII e avessa ao velho paradigma<sup>114</sup>.

---

113 Textos da Guerra Holandesa foram utilizados em provanças para a concessão de hábitos das ordens militares e para familiatura no Santo Ofício, bem como citadas em petições administrativas. MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1989], pp. 70, 111, aponta o uso da “crônica de Brito Freyre” e de outras nas provanças de Filipe Pais Barreto, a contestar a acusação de cristão-novice contra seu bisavô, Antônio de Sá Maia.

114 GRAFTON, *What was history?* *Op. cit.* GINZBURG, *O fio e os rastros*, *Op. cit.* MOMIGLIANO, *As raízes clássicas*, *Op. cit.* Para estudos sobre as academias

Em 1745, Diogo Barbosa Machado (1682-1772), membro da Academia Real, publicava em Lisboa seus *Fastos políticos, e militares da antiga, e nova Lusitania*. A obra, em conjunto com a monumental compilação de opúsculos, estampas e mapas do abade de Santo Adrião de Sever almejava preservar e dar visibilidade ao passado lusitano, cuja excelência lhe teria permitido estender seu domínio por todas as partes do mundo<sup>115</sup>. No prólogo aos *Fastos*, Machado se queixa das muitas incertezas que nublavam os séculos anteriores, motivo pelo qual se determinou observar regras de “solida critica”, sendo a primeira delas recusar a autoridade “daquelles authores que viviaõ muito remotos do lugar do sucesso de que escreviaõ, e seguir aquelles que assistiaõ no Paiz onde se deo a batalha ou foraõ testemunhas do conflictõ”. Com este critério, avalia os livros em que se informaria: para a Índia do Quinhentos, repelia João de Barros, mesma atitude adotada para com o conde de Ericeira, no tocante à Aclamação de 1640, pois, apesar das excelências de ambos, escreviam de oitava e de segunda mão. Se assim procedia com relação aos sucessos do Oriente e da Europa, “em os da America” Machado prefere “a Duarte de Albuquerque Coelho nas suas *Memorias Diarias* que a Francisco de Brito Freire em a *Nova Lusitania*”, de vez que Coelho testemunhara as lutas que descrevera e Freyre só participou do cerco do Recife, em 1654, aliás utilizando o primeiro como informante-mor<sup>116</sup>.

---

setecentistas, ver MOTA, *A Academia Real da História, Op. cit* e KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos (UFBA), 2004.

115 MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado. In: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 201-204.

116 MACHADO, Diogo Barbosa. *Fastos políticos, e militares da antiga, e nova Lusitania em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo*. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745 (prólogo não paginado). As “regras de sólida critica”

Ao mesmo tempo, acadêmicos do reinado de D. João v (1706-1750) como Fernão Teles da Silva, marquês de Alegrete (1662-1734), e D. José Barbosa (1674-1750), cronista da casa de Bragança, revisitando os historiadores da centúria precedente, não poupariam acerbas repreensões a Raphael de Jesus. Alegrete o reputava indigno de ter composto o sétimo volume da *Monarchia Lusitana*, “por lhe faltarem todas as qualidades necessarias para o emprego de chronista-mór”. Barbosa sentencia do *Castrioto Lusitano* que “de todo se mallogrou, pelos termos improprios de que usa o auctor”, em sua redação tida como descomposta e desarmoniosa. Concordando com o marquês, Barbosa avalia que, nos escritos de frei Jesus, a “gravidade histórica” teria sido “desfigurada”, formando “um todo monstruoso”<sup>117</sup>. Repare-se como se transformava o ideal da boa História: um cronista-mor, tão festejado em Seiscentos, transcorridos alguns decênios, via-se alvo de desconcertantes bordoadas. A história de matriz liviana que o beneditino produzira, infensa à crítica documental e baseada na *enargeia*, a prova retórica, perdera a respeitabilidade. Ou parte dela: Frei Jesus mantinha lá seus admiradores e, nos anos 1840, querendo-se reeditar uma das Histórias da Guerra Holandesa, a escolhida foi o *Castrioto*<sup>118</sup>. Até avançado o século xx, nenhuma outra narrativa obterá o mesmo galardão.

Método semelhante adota, na Bahia, o franciscano Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), membro da Academia Brasílica

---

Machado afirma extraí-las de eruditos como Jean de Launoy, autor de uma *Historia Universitatis Parisiensis*, publicada em Paris em 1665, o que sugere seu contato com a tratadística transpirenaica.

117 SILVA, Innocencio Francisco da (et. al.). *Diccionario Bibliographico Portugues*. 23 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923, vol. 7, (1862), pp. 48-49, verbete: “Fr. Raphael de Jesus”.

118 JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano, Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 e 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinantes*. Paris: J. P. Aillaud ed., 1844. Segunda edição que não conserva incólume o texto de 1680, efetuando cortes e interpolações.

dos Renascidos e autor do *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, impresso em Lisboa em 1761, História dos frades menores da província franciscana do Brasil, inclusive de sua atuação no período da dominação flamenga. Tal como Barbosa Machado, Jaboatão espousa o preceito moderno de que o testemunho direto captura informação de maior fidedignidade. Faz, assim, coro ao confrade acadêmico na denúncia ao caráter subsidiário da *Nova Lusitânia*, de Brito Freyre, preterindo-a frente às testemunhais *Memórias diárias*. Porém, longe da seleção desinteressada, o apreço de Jaboatão por uns autores e não outros esconderia, cogita Cabral de Mello, “motivação corporativa”: o franciscano flagrara nos religiosos Manuel Calado, da ordem de São Paulo, e Raphael de Jesus, da regra beneditina, atitude inamistosa para com os seráficos, ambos “maliciosamente omitindo o papel da Ordem franciscana na Guerra Holandesa”, ao passo que “não esqueciam seus irmãos de hábito”<sup>119</sup>.

Temos, pois, critérios acadêmicos entrelaçando-se a desinteligências políticas, na recepção setecentista de Coelho, Calado, Raphael de Jesus e Brito Freyre. Dá-se um diálogo às vezes tenso, em que as motivações para o elogio ou a reprovação nem sempre vêm à tona. A severidade de Jaboatão com o *Lucideno* assume às vezes a dureza do desmentido direto, não obstante envernizado por expressões de respeito e cortesia. Instrumentos críticos mobilizados pelos eruditos do século XVIII ocasionalmente desnudam contradições antes ignoradas nas narrativas. Para a execução de Calabar (1635), em que Calado jurara ter ele mesmo ministrado a última assistência e sacramento ao condenado, Jaboatão o põe à prova aca-reando-o com as *Memórias diárias*, inferindo que teriam sido capuchinhos, “os nossos”, a realizá-lo. Debochado, Jaboatão comenta que, se frei Calado efetivamente praticara o que se atribuía, muito

---

119 MELLO, *Rubro velho*, *Op. cit.*, p. 70.

teria de que reclamar a seus contemporâneos, sobretudo a Coelho, que nunca o corrobora:

E sendo assim como fica advertido, que o não pretendemos de propósito negar, e só apontarmos as razões de dúvida, que se podem oferecer, e que não obstante elas sempre o sobredito Padre [Calado] fosse o Ministro daquele católico e piedoso ato, mui grande queixa podia ter ele de quem escreveu aquelas *Memorias diarias*, da pouca, ou nenhuma, que dele fez, não só nesta ação, e assistência à morte de Calabar [...], como em outras tão bem notáveis [...], os quais serviços, que tão bem diziam ordem ao Rey, relata o mesmo Padre em toda a obra do seu *Valeroso Lucideno* [...]. E que destes primeiros oito anos, que foram os mesmos, que em Pernambuco assistiu tão bem o seu Donatário, não faça [Coelho] nas suas *Memorias*, alguma [memória] dos grandes serviços do P. Fr. Manoel do Salvador.

Se o *Lucideno* destaca frei Calado como protagonista da história do Brasil Holandês, na guerra e na paz, Coelho, relatando quase que diariamente os acontecimentos do período 1630-1638, ignora-o de todo. Jaboaão vê ridículo na empáfia de Calado. E enumera, sarcasticamente, as “ações heróicas, dignas de memória” com que o frade se promovia, inclusive a de ter levantado com sua fazenda “esquadra de soldados” a lutar contra pelotões da WIC ou, mais tarde, ter ocultado o cadáver do general Rojas y Borja, baleado na Batalha de Mata Redonda (1636), para que se sepultasse sem vilipêndio. Perguntando-se Jaboaão, ao fim do arrazoado, se Coelho não se teria acaso esquecido de registrar tantas proezas, decide que não, porque em tudo o autor das *Memorias diarias* fora diligente, não descuidando de detalhes, incluindo, recorda estrategicamente, os desvelos do custódio franciscano frei Cosme de São Damião, preso pelos holandeses enquanto no cumprimento de seus seráficos

deveres<sup>120</sup>. No cômputo geral do *Novo Orbe Seráfico*, se Brito Freyre é defenestrado por não oferecer testemunho de vista, Calado, mesmo o trazendo, é desqualificado enquanto fonte não confiável para a história da província franciscana no tempo dos flamengos e, ao cabo, proscrito como historiador. Coelho, testemunha honesta, conservaria o melhor relatório daqueles anos.

Diferente combinação de investigação segundo critérios “acadêmicos” e ao sabor de compromissos políticos orienta a recepção das narrativas seiscentistas por parte de outros autores da América Portuguesa. O genealogista Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786), autor da *Nobiliarchia Pernambucana*, em que procurou mapear (ou, em tantos casos, disfarçar e enobrecer) as origens das famílias principais da capitania, não só consulta largamente os livros da Guerra Holandesa, mas data daquele evento a ascensão social de muitos ramos, por conta dos serviços militares então prestados<sup>121</sup>. O mesmo fazem o senhor de engenho na Bahia Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738), autor da *História da América Portuguesa*<sup>122</sup>, e o frade Domingos do Loreto Couto, autor de *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, escrito em defesa

---

120 JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou crônica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858 [1761], pp. 172-175.

121 BORGES DA FONSECA, A. J. Vitoriano. *Nobiliarchia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925. A obra, originalmente em 4 volumes manuscritos, cujos originais não mais existem, exceto o quarto, foi composta ao longo de mais de trinta anos, entre 1748 e 1781.

122 ROCHA PITTA, Sebastião da. *Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1730. Trata-se da primeira história com esse título publicada. A lacuna, àquela altura, já devia desconfortar, pois o jesuíta Luís de Carvalho, na década de 1720, propusera à Academia Real encarregá-lo oficialmente de uma História do Brasil, o que não foi concedido em vista da prévia incumbência a Rocha Pitta. JESUS, Roger Lee Pessoa. *A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da*

dos “ilustres varões de Pernambuco, [...] pelo generoso valor com que foram o terror dos inimigos, e a desolação dos contrários da Monarquia Portuguesa”<sup>123</sup>.

Eram Borges da Fonseca e Loreto Couto membros supranumerários da Academia Brasílica dos Renascidos, enquanto Rocha Pitta era supranumerário da Academia Real, condição que de forma nenhuma homogeneiza a recepção e mobilização, em suas obras, das narrativas do século anterior. Estes autores não aderem ao preceito do testemunho “de vista” como garantia, caro, como dito, a Barbosa Machado e a Jaboatão. O genealogista Fonseca compulsa vasta bibliografia e, quando as árvores consanguíneas o remetem a eventos da época flamenga, privilegia sobretudo o texto de Brito Freyre, mesmo não testemunhal, por reputá-lo grave e confiável. Enquanto Alegrete e Barbosa trituravam frei Jesus em Lisboa, Loreto Couto, desejoso de imortalizar as “glórias de Pernambuco”, acolhia como exemplar o *Castrioto*, cujo autor nunca sequer visitou o Brasil, mas servira de porta-voz do partido vieirense, derramando-se em louvores aos “da terra”. Por isso, o *Desagravos* parafraseia o *Castrioto*, transcreve-o fielmente, sem jamais mencioná-lo, nem ao *Lucideno*, de que também se vale<sup>124</sup>.

---

Rocha Pitta: o contexto, o autor, a obra. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n. 11 (2011), pp. 146-147.

123 COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Discursos brasílicos, dogmaticos, belicos, apologeticos, moaes e historicos repartidos em oito livros, nos quaes se descrevem, o descobrimento do Brazil, e conquistas das capitancias de Pernambuco, com varias noticias Historicas, e Geograficas do mesmo Paiz, memorias dos seus principais habitadores, açoiñs illustres de seus naturais, sem razão das varias Calumnias, nascidas de menos verdadeiras noticias, e outras couzas dignas de atenção. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, vols. 24 e 25, 1902-1903, p. 4. MELO, Bruno Kawai S. M. *Desagravos e glorias: trânsito, transitados e relações jurídico-religiosas no Império Português (1696-1762)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 2014.

124 MELO, *Estudos pernambucanos*, pp. 184-186, 215.

Também esclarecedor, ao lado da seleção que estes leitores operam na eleição de suas fontes, são seus movimentos e recortes no interior das obras escolhidas, nas conversações e querelas que travam com seus predecessores da centúria anterior. Observe-se o diálogo de Rocha Pitta com as *Histórias do Seiscentos*. Anuncia o historiador baiano, desde seu prólogo, o propósito de expor “ao publico juízo” as “grandezas, e excellencias” da América colonizada pelos portugueses. E, enumerando os escritores que, não havia muito, tinham tornado a Guerra Holandesa “diffusamente narrada”, promete brevidade ao abordá-la. Todavia, esta “síntese” se derrama por dois dos dez livros da *História da América Portuguesa*, indício da importância do tema, no Setecentos, para a história dos domínios lusoamericanos.

Seu discurso encomiástico da América leva Rocha Pitta, como a Loreto Couto, a recusar a explicação providencialista para a conquista neerlandesa, contida em obras como o *Castrioto* e o *Lucideno*, porém em franco declínio nos reinados de D. Pedro II e D. João V. A leitura providencialista, representando Pernambuco como terra de pecados, contra a qual a ira divina se erguera, já então cheirava a mofo. Rocha Pitta culpa, antes, a incúria dos Filipes e de Olivares pela incapacidade defensiva da região, nos anos 1620 e 1630. Explica a chegada da WIC, ao contrário, censurando a Espanha por aplicar-se a “faustos, festejos, galas, e outros divertimentos de Palacio, e de Corte, sem attenção à defesa das Conquistas, que tinha deixado sogeitas aos golpes dos seus inimigos”. Rocha Pitta procede ao escrutínio dos informantes seiscentistas e, muito embora no mais de seu texto os subscreva, quando Raphael de Jesus denigre a bravura flamenga, repreende-o: enquanto os romanos concediam os melhores louros aos que “sogeitavaõ as Nações mais valerosas, e porfiadas”, manifesta-se “com diferente sentimento”

O Author do Castrioto Lusitano, que parece quer acreditar o nosso valor com diminuir o dos Hollandezes, e negandolhes o nome de Soldados, e pondolhes o de Tratantes, sem advertir, que do seu negocio não podiaõ resultar às nossas armas a gloria, que nos deu o seu esforço. E por credito das vitorias, que delles alcançámos no Brasil, benemeritas de fama entre as mayores, e mais sanguinolentas, que tem havido no Mundo, nos parece preciso mostrar a natureza, constancia, e valor dos nossos contrarios<sup>125</sup>.

Já Loreto Couto, atendendo também a razões “patrióticas” (sua “pátria” sendo a capitania de Pernambuco, cujas honras quer preservar do esquecimento em que cuidava achá-las), denuncia os “vários historiadores” atarefados em “persuadir ao mundo [...] que os peccados, e vícios dos Pernambucanos” haviam excitado a cólera divina, cujo castigo teria sobrevindo nas esquadras holandesas. O “transitado” não nomeia os tais “vários historiadores”, porém as Histórias conhecidas no Setecentos que excelem nesta explicação providencial são, com efeito, o *Lucideno* e o *Castrioto*. O último, aliás fonte corriqueira do *Desagravos*, é admoestado neste quesito, pois não convinha a um patriota admitir tal mácula de Gomorra sobre sua terra. A Providência, retruca Couto, é indevassável e não conviria invocá-la quando “para Pernambuco ser conquistado pelos holandeses houve naquele tempo tanto concurso de causas naturais”. O anseio do frade de glorificar sua terra afasta-o ainda da fase inicial de derrotas na cronologia da guerra em Pernambuco (1630-1637) e o atrai para autores encomiásticos dos sucessos da gente local, como Calado e Jesus, aborrecendo-o a redação menos apaixonada da *Nova Lusitania*<sup>126</sup>.

---

125 ROCHA PITTA, *Historia da America Portuguesa*, *Op. cit.*, “prologo” e pp. 211-215.

126 COUTO, *Desagravos*, pp. 75-76. Cabral de Mello destaca as poucas menções diretas aos “cronistas do período holandês” em Couto, em contraste com a

Se Couto repreendia o *Lucideno* e o *Castrioto* por pintarem Pernambuco alvo da fúria do céu, Borges da Fonseca, em seu afã de abrilhantar as famílias nobres da terra, convoca caudaloso repertório de obras e terá sido, acaso, o mais diligente leitor das narrativas seiscentistas em sua centúria. Leitor, aliás, singular. O partidarismo local, que em frei Couto angariava elogios, motivava reproches no linhagista. Fonseca acusa Calado e Jesus de deturpação, de lisonja, de difamarem por má-fé os desafetos de Fernandes Vieira. A descendência dos desonrados – acusados de na Guerra Holandesa terem praticado o judaísmo, o oportunismo, a traição – saudava agora no genealogista a estratégia de “pôr os pingos nos is” e desagrar injustiçados nos manuscritos e impressos de outrora. Exemplar, na *Nobiliarchia Pernambucana*, a “desconstrução” da imagem desabonadora impingida ao “homem de grande juízo” Antônio Cavalcanti de Albuquerque, a quem, insiste Fonseca, Fernandes Vieira devia a ideia original da Insurreição Pernambucana de 1645, porém de quem “fizeram os escritores de nossa terra, menos gloriosa a sua Memória”. No esforço de expurgar o que reputava calúnia a pesar contra os Albuquerque, o linhagista ataca as narrativas vieirenses:

Antônio Cavalcante de Albuquerque, a quem chamavam o “da guerra” e a cuja ideia devemos a restauração de Pernambuco, da qual foi executor João Fernandes Vieira, ou por mais rico ou por mais feliz, o que digo por ter visto vários documentos antigos que me tiraram do embaraço que poderá causar à posteridade a lisonja que ditou muitos períodos do rústico, ainda que valeroso Lucideno, e a maior parte do Castrioto Lusitano, chegando a dependência até onde podia chegar o ódio no caráter que lhe fizeram estes autores<sup>127</sup>.

---

“frequência com que exibindo erudição, invoca autores da Antiguidade clássica”.  
MELLO, *Rubro veio*, p. 69. MELLO, *Estudos Pernambucanos*, p. 215.  
127 FONSECA, *Nobiliarchia Pernambucana*, vol. 1, p. 420 e vol. 11, p. 207.

Há também o caso em que, havendo Calado acusado o senhor de engenho Fernão do Vale de judaísmo e colaboracionismo, e tendo os cochichos “transitado das páginas de *O Valeroso Lucideno* para a tradição oral”, Borges da Fonseca, para reabilitar-lhe a memória, despista a matéria. Fala, assim, genericamente da “inveja dos malévolos” a difamar as excelências da família do Vale, embora “as fontes neerlandesas hoje conhecidas confirmem amplamente as acusações feitas na época por frei Manuel Calado sobre o colaboracionismo de Fernão”. Mello alude ao “bom-mocismo genealógico” como característica do gênero e, no caso em estudo, como tendência a difundir visão nobilitante das famílias locais incluídas na obra, não cabendo esperar do autor uma atitude “denuncista” para com a mesma elite de que era membro e a quem se dirigia. Convém, no entanto, apontar a existência, alhures, também dessa literatura genealógica “denuncista”, dedicada ao desvendamento de “fraudes” e “inverdades” nos costados alegados pelas famílias principais<sup>128</sup>.

As leituras de Couto e de Rocha Pitta, portanto, produzem interpretações distintas das de Fonseca, Barbosa Machado e Jaboatão, o que manifesta a variedade com que, no reino e no ultramar setecentista, se acolheram as narrativas da guerra flamenga. Cem anos após o cessar-fogo, aos olhos dos acadêmicos do mundo português, parecia menos importante retrilhar a cronologia de seus eventos, recontar a luta em nova História, porém urgente reavaliar versões consagradas, tecer críticas, definir quais relatos eram idôneos e quais cumpria retificar ou banir. A curiosidade pelo período e a noção de suas oportunidades representacionais e políticas continuam vivas. A redação de Rocha Pitta é estimulada e comemorada na Academia

---

128 MELLO, *O nome e o sangue*, p. 100. FONSECA, *Nobiliarchia Pernambucana*, I, p. 345. FIGUEIRÔA-REGO, João de. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII: alguns aspectos. *Actas do Congresso Internacional “O Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades”*, Lisboa, 2005.

Real; Fonseca, como vimos, tinha poderosos apoiadores de suas pesquisas genealógicas; Couto oferta luxuoso exemplar do *Desagravos* a D. José I, como parte de sua propaganda patriótica, atento à oportunidade aberta pela ascensão do “pernambucano” Sebastião de Carvalho e Melo<sup>129</sup>.

Temos, portanto, esta intensa revisitação dos relatos do século anterior no Setecentos, com o objetivo de recrutar o evento e seus informantes perante as questões a que procurava dar resposta o gênero histórico no século XVIII. Barbosa Machado, Rocha Pitta e contemporâneos, redigindo com diversos enfoques os sucessos lusitanos, consideraram incontornável apresentar, como festivo capítulo de seu passado, o episódio do embate lusoneerlandês. O que demonstra que o fato, mediante a colaboração das muitas mãos que o haviam narrado, rompeu os limites da “história local” e fora deveras integrado à história do império. E isto não apenas por parte de alguns letrados “esquecidos” do ultramar<sup>130</sup>, mas, no geral, pela *intelligentsia* portuguesa, n’aquém e n’além mar, ao longo dos reinados joanino, josefino e mariano.

### A acolhida crítica nos séculos XIX e XX

Com o advento das reformas liberais e a proclamação da independência do Brasil, não se dissipou na ex-metrópole a atenção com o evento já firmado no rol das façanhas pátrias. Entre os liberais portugueses, a cujo olhar nacionalista a União Ibérica passa a ser relida

---

129 O título de conde de Oeiras apenas lhe seria concedido em 1759 e o de marquês de Pombal, em 1769. O *Desagravos*, concluído em 1757, é oferecida ao rei D. José, através de D. Sebastião de Melo, a quem Couto atribuía raízes familiares pernambucanas. MELLO, *Estudos pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 195, 223.

130 Este nome de “esquecidos” com que se apelidaram os “academicos brasileiros” ressoa ressentimentos e, acredita Kantor, “carregava certa ironia, fazendo alusão ao desejo de incorporação dos eruditos americanos ao orbe literário metropolitano”. KANTOR, *Esquecidos e renascidos*, *Op. cit.*, pp. 94-95.

como afronta à soberania e época de decadência, contar a história do século xvii impunha evocar episódios como a recuperação de Salvador, a perda de Pernambuco, batalhas importantes como a de D. Antonio de Oquendo (1631) e o desastre da armada do conde da Torre (1640).

A Guerra Holandesa se insere, por exemplo, na *História de Portugal nos séculos xvii e xviii*, de Luís Antonio Rebello da Silva, plenamente entrelaçada à história do reino, tal como víramos na velha *História de Portugal Restaurado*, de Ericeira. Nos capítulos de Silva, eventos do ultramar e da Ibéria são pintados em paralelo, coligados nas mesmas tensões internacionais. Trata-se de uma guerra portuguesa, precipitada pelo mau governo filipino e encerrada pelos méritos da Restauração, restituidora da independência frente à sanha anexadora da Espanha. A Insurreição de 1645 e a vitória de 1654, em Recife, são, em Silva, desdobramentos do grito autonomista de 1º de dezembro de 1640 e capítulo de exaltação da identidade lusitana. Quanto ao concurso das fontes para o conflito lusoneerlandês, já na introdução ao primeiro volume o historiador comemora o achamento de novos documentos e, se ocasionalmente ainda compulsa narrativas seiscentistas, como o *Lucideno*, predomina o embasamento em autores modernos como Netscher e Varnhagen<sup>131</sup>. O assunto, conquanto apareça incluído em histórias políticas de Portugal do século, como as de Rebello da Silva e de Manuel Pinheiro Chagas, pouco interesse desperta enquanto tema autônomo na historiografia do período.

---

131 SILVA, Luís Augusto Rebello da. *História de Portugal nos séculos xvii e xviii*. 5 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1871. Consultem-se os vols. 3 e 4. Notas sobre a contribuição historiográfica de Rebello da Silva em SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. iv: o governo dos reis espanhóis (1580-1640). Lisboa: Verbo, 1978, p. 142. Para um exame da historiografia do século xix sobre a Restauração, discutindo autores como Pinheiro Chagas e Oliveira Martins, TORRAL, *Ideologia política*, *Op. cit.*, pp. 9-17.

Já no Brasil das primeiras décadas do Oitocentos renova-se o interesse pela memória do Brasil Holandês. Confeccionam-se então as primeiras obras de história dedicadas ao público escolar, voltadas à “emancipação” da “mocidade brasileira”, tal como o *Compêndio da História do Brasil*, do membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869). Secção considerável do livro retrata a Guerra Holandesa e, ao lado da consulta aos escritos de Rocha Pitta e a outros trabalhos até mais recentes, o *Lucideno*, a *Nova Lusitânia*, o *Catrioto* e as *Epanaphoras* informam os jovens leitores. Ademais, o interesse programático pela construção de heróis nacionais e de uma memória comum, problema político a que o IHGB almejava dar solução, leva Abreu e Lima a ecoar as simpatias do *Lucideno* e do *Catrioto* por Fernandes Vieira, o qual “por todas as partes era reconhecido como chefe supremo [...] cujas qualidades brilhantes e façanhas memoráveis o recomendam à posteridade”. Seus correligionários na Insurreição Pernambucana merecem no *Compêndio* o tratamento de “generosos defensores do Brasil” e os inimigos de Vieira, “ciosos de sua fama”, veem-se acusados de detratores, traiçoeiros, a conspirar para assassiná-lo<sup>132</sup>.

Em Pernambuco, José Bernardo Fernandes Gama (n. 1809), tenente reformado do exército que lutara pela independência, em 1822, publicava (1844-8) as *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*, imbuídas do antilusitanismo do contexto do ciclo de revoltas de 1817-1848. Em período propício ao encômio da história e dos mártires locais<sup>133</sup>, Gama propõe “recopilar os factos [*sic*] aqui, e

---

132 ABREU E LIMA, J. I. de. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert ed., 1843, pp. 109-120. O tema ocupa parte do cap. III e o IV. Para estudo da obra de Abreu e Lima, ver MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros*. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil. Tese (doutorado em História) USP, São Paulo, 2007, pp. 126, 188 e 244.

133 Datando de então a obra de MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife:

alli espalhados nas obras dos escriptores que trataram das cousas do Brasil”. As aspirações “patrióticas” presidem sua eclética apreciação das fontes (na senda aberta por Loreto Couto), ora afirmando preferir testemunhos oculares, para adiante endossar Brito Freyre contra os mesmos testemunhos e chamá-lo “o melhor historiador dessa guerra”<sup>134</sup>.

Com o *Lucideno*, as *Memorias históricas* travam tenso diálogo. Saúda-se Calado por só exaltar Fernandes Vieira quando “digno de louvor” e diferenciar-se do *Catrioto* nas melífluas lisonjas a ele. O tenente, julgando o passado segundo critérios de pernambucanidade, desloca paixões nativistas do século XIX para o XVII e divide as fontes da guerra entre estrangeiras e pernambucanas. As primeiras estariam já na época empenhadas em sufocar a identidade local, matando no nascedouro qualquer ambição nacional. Os “historiadores portugueses” (frei Jesus e Brito Freyre, que escreveram de segunda mão e pouco contato haviam tido com a América) recebem reprimendas por minorarem o “valor Pernambucano”. Maliciosamente, atribuiriam todo o mérito da Insurreição ao “estrangeiro” Fernandes Vieira (pois nascera na Ilha da Madeira e só rapaz viera para o Brasil). Ademais, continua Gama, acusavam sem razão soldados locais pela bala “amiga” que matara D. Luís de Rojas y Borja, na Batalha de Mata Redonda. Já frei Calado (que nascera em Évora, viveria menos tempo no Brasil do que Fernandes Vieira e morreria em Portugal, o que, curiosamente, tem pouco peso na equação patriótica do oitocentista), seria mais equilibrado na distribuição dos méritos. Contudo, os repetidos apelos às intervenções

---

Tipografia de F. C de Lemos e Silva, 1853, dedicada aos “pernambucanos illustres em toda a virtude”, listando-os e apresentando-lhes os feitos.

134 GAMA, *Memorias historicas*, vol. II, pp. 29, 133. Dispondo dos escritos de eruditos como Robert Southey e Alphonse de Beauchamps, que em suas Histórias haviam abordado a Guerra Holandesa e estudado os autores do Seiscentos, franqueava-se-lhe mais completa visão do repertório das narrativas sobre o conflito holandês do que do que a de seus antecessores do Setecentos.

sobrenaturais zangavam-lhe a sensibilidade liberal. Ao flagrar no *Lucideno* motivos providenciais, as *Memorias históricas* refreiam a boa opinião. O velho frade “segue muito o maravilhoso” e, acompanhando o “espírito de seu século”,

Descobre milagres nos fatos d'esta ação: O Castrioto Lusitano porém [...] segue em a narração deste fato caminho contrário, apresenta os fatos singelamente. [...] Pareceu-me que nesta parte era preferível o Castrioto Lusitano, que, sendo sempre exagerado, quando tece o panegírico de João Fernandes Vieira, e outros portugueses, é no mais algumas vezes preferível a todos os escritores desta guerra, embora também ache milagrosos muitos fatos, e refira outros que só por milagre podiam acontecer<sup>135</sup>.

De fato, se frei Jesus repete muitos dos milagres relatados por Calado, mostra-se mais discreto e exclui outros, como o sonho no qual Santo Antônio teria visitado Fernandes Vieira, às vésperas da rebelião de junho de 1645, e ralhado para que deixasse de molezas em seu engenho da Várzea do Capibaribe e pegasse da espada: “como estàs Lucideno descansado/ importandote tanto o trabalhar?” Carão eficiente, porque, no dia seguinte, “em se mostrando ao mundo a nova Aurora”, Vieira “se parte ao Arrecifé sem demora”, a convocar os aliados para a guerra<sup>136</sup>.

Muito embora o declínio das interpretações históricas providenciais fosse visível já na segunda metade do século xvii, como no *Portugal Restaurado*, a crítica tão franca a esta abordagem como impertinente não se impusera no xviii. Jaboatão, é verdade, zombara das invenções autocongratulatórias de Calado, mas não de que ele “segue muito o maravilhoso”. Os leitores do Setecentos se haviam apoiado em outros critérios, alguns deles ainda em voga no tempo de Gama, como o partidarismo nativista ou o “testemunho de vista”.

135 *Idem*, vol. III, pp. 35-36.

136 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 225-226.

O Oitocentos, no entanto, trazia agora novidades. Na recepção das Histórias e relações históricas da Guerra Holandesa – as relações de sucessos, percebe-se, desde muito foram esquecidas como fontes – esta “secularização” da interpretação chegará sobretudo com o advento da Idade Contemporânea. E isto, naturalmente, implica diferente maneira de ajuizar as narrativas disponíveis, reorganizando o esquema a partir do qual a centúria anterior as havia avaliado.

Isto não significa que o século XIX elabore uma leitura homogênea daqueles antigos textos. Cabral de Mello comenta que as *Memórias históricas* foram “publicadas às vésperas das primeiras contribuições modernas ao estudo do assunto”, aludindo aos escritos de P. M. Netscher e de F. A. de Varnhagen, cujo repertório de fontes se ampliou com pesquisas em arquivos ibéricos e holandeses, redescobrimo relatos publicadas no século XVII ou conservadas em manuscrito, como a *Historia da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, bem como cartas e relatórios das autoridades neerlandesas no Recife. Depois de 1850, era tempo de recontar, em forma atualizada e sob novas luzes críticas, a antiga guerra.

É o que empreenderá Francisco Adolfo de Varnhagen, barão e depois visconde de Porto Seguro, primeiro em sua *História geral do Brasil* e, de modo especial, na *História das Lutas contra os holandeses no Brasil*. Ressalta das obras, porém, não o abandono das fontes narrativas nem da tradição interpretativa dos duzentos anos anteriores, mas o contrário: notável continuidade e diálogo com ambas, o uso intensivo daquelas Histórias, sem embargo da linguagem réproba com que as desqualifica, sobretudo na *História das lutas*. É usual apontar-se a ruptura que a obra de Porto Seguro representou, donde se lhe pespegarem os títulos de “Heródoto Brasileiro” e “fundador da história do Brasil”<sup>137</sup>. Contudo, no caso em tela, o acesso

---

137 VARNHAGEN, *História das lutas*, *Op. cit.* Já em VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez, 1854-1857, reservara larga seção à guerra batava, baseando seu relato majoritariamente no

à nova tipologia documental, embora retificando e esclarecendo pontos controversos, no todo chancela as linhas mestras da história narrada no século xvii e discutida no xviii.

Prefaciando a *História das lutas*, Varnhagen passa em revista as principais obras legadas do Seiscentos. E as julga em termos análogos àqueles firmados por alguns dos autores que o precederam, mas mais duros: dos textos que não são testemunhais, como as *Epanaphoras* e a *História de Portugal Restaurado*, “julgamo-nos dispensados de mendigar subsídios”. Não é mais simpático a Raphael de Jesus, reputado inventor de discursos – recurso tucidideano que, consagrado no passado, não mais tido por admissível – e que “se compraz em fazer gala de muita retórica”, ou a Brito Freyre, taxado de mero copista inconfesso das *Memórias diárias*. Críticas todas, como vimos, já lida nos eruditos setecentistas. Albuquerque Coelho lhe parece, aliás como a Jaboatão e a Barbosa Machado, o único meritório autor de um “livro-documento”, não obstante suas páginas devam “ser lidas com certa prevenção”, por causa do rancor do donatário para com a letargia de Madri no socorro a seu irmão, Matias de Albuquerque.

A nenhum outro texto, todavia, opõe reservas como ao *Valeroso Lucideno*. Se admite o visconde que “como testemunha de vista, deve este autor ser consultado”, reserva-lhe, por outro lado, epítetos os mais desabonadores: é “inquestionavelmente muito inferior”, porque “se mostra de ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos” nem de Fernandes Vieira e, “além disso, falta muitas

---

*Valeroso Lucideno*, não obstante as duras queixas que lhe endereçaria mais tarde. Apreciações da contribuição de Varnhagen em REIS, J. Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, pp. 23-50, WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CLEMENTINO, Kleber. Herótodo de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e o seu diálogo com as obras dos séculos xvii, xviii e xix. *Clío*, Recife, vol. 36, n. 2, 2018, pp. 128-152.

vezes à dignidade histórica”, inscrevendo “todos os boatos que, para exaltar o povo miúdo contra os holandeses, faziam-se correr nos acampamentos”. Varnhagen implica até com os poemas que Calado interpola à ação e chega a desestimá-lo “no que toca à falta de correção da linguagem”<sup>138</sup>. Todavia, se ocasionalmente sublinha a “malícia” do frade, não deixa de tê-lo como uma das pilastras em que sustenta a narração da *Historia das lutas*.

Se as invectivas de Porto Seguro se alinham a certa tradição crítica centenária, também estimulam desdobramentos em seu estudo. Capistrano de Abreu, nos *Capítulos de história colonial* (1907), não formula balanço comparável ao de Varnhagen. Como o predecessor, Abreu vê nas “guerras flamengas” a hégira do sentimento nacional brasileiro. A expulsão dos holandeses teria convencido os pernambucanos de sua grandeza e heroísmo, iniciando novo período de contestação ao domínio colonial que ganharia impulso até a Independência. Esta representação dos “combatentes de Pernambuco” seria amplificada não apenas nas mostras do reconhecimento oficial, mas ainda pelas páginas “dos historiadores, como Manuel Calado e Rafael de Jesus, cujas obras foram logo publicadas e Diogo Lopes de Santiago, inédito até nossos dias”. Dotado de ferramentas analíticas provenientes de disciplinas recém-nascidas, como a sociologia (as quais faltavam a Varnhagen), Abreu não exhibe interesse na hierarquização das obras seiscentistas a partir de critérios como testemunho de vista ou o socorro da interferência transcendental, nem aprofunda a discussão, tão em voga nos séculos e décadas anteriores, sobre o valor daquelas fontes narrativas. Em

---

138 VARNHAGEN, *História das lutas*, prefácio, pp. 13-23 e 201. Borba de Moraes se queixava a propósito da “irritante injustiça” da avaliação de Porto Seguro sobre Calado. Em todo caso, nem mesmo o azedume do visconde ao “mau português” do frade constituiria novidade, pois “no século XIX, quando os *Seiscentistas* eram lidos apenas por causa de sua linguagem, o *Valeroso Lucideno*, embora raro, não era muito procurado”. MORAIS, *Bibliographia Brasiliana*, *Op. cit.*, pp. 123-124.

lugar disso, fará do telhado de vidro varnhageniano o alvo de suas pedradas críticas<sup>139</sup>.

Inaugura, por outro lado, distinta vereda. Abreu é pioneiro ao biografar um daqueles autores, justamente Manuel Calado, acaso o mais açoitado até ali pelas “imperfeições” de seu texto. No ensaio *Memórias de um frade*<sup>140</sup>, o historiador cearense toma por fonte principal o que já escrevera de si o próprio Calado no *Lucideno*, posicionando-o como *persona* relevante para a história do Brasil. A eleição do frade-soldado-historiador como protagonista, em meio a generais, navegadores e fidalgos – os que usualmente ocupavam os holo-fotes históricos – manifesta uma forma nova de entendimento da dinâmica social e de seus sujeitos. Com Varnhagen e Abreu, a historiografia do Seiscentos, sempre tida como noticiário rico, porém desconfiável, é aos poucos reconhecida como objeto de curiosidade intelectual específica, para além de seu conteúdo informativo, digna da azáfama do historiador e combustível de polêmicas.

O estudo das narrativas da Guerra Holandesa trilhava o caminho da autonomização. A acareação delas, como vimos, era praticada desde o século XVII e, com novo fôlego, depois de Rocha Pitta, como método de validação do saber histórico e critério de seleção e justificação das versões dos fatos escolhidas. Sempre, todavia, tendo-se o acontecimento militar como horizonte, amiúde transferindo este trabalho crítico para as margens e rodapés do discurso.

---

139 ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1907]. p. 124. Balanço da contribuição de Abreu para a historiografia em REIS, *Identities do Brasil, Op. cit.*, pp. 85-114.

140 ABREU, J. Capistrano de. *Memórias de um frade*. In: *Ensaio e estudos (crítica e história)*: 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931 (originalmente em RIAP, n. 65, 1907), p. 285. Abreu, longe de limitar-se a dizer das andanças de Calado, toma-as para contestar seu precedessor. “Pelo testemunho de frei Manoel vê-se que Varnhagen não compreendeu verdadeiramente como as coisas passaram, e sua narrativa [...] contém em todo caso mais de caricatura que de história”.

Investigar as Histórias do período flamengo, com nas contribuições de Varnhagen e Abreu e Lima, já não caberá somente como apêndice do contar a guerra, mas começa a se colocar como problema historiográfico singular. Esta gradativa viragem, no curso do novo século, proliferará em estudos no campo da história, da literatura e da filologia.

Entrado o século xx, o tema da Guerra Holandesa padece, entre os estudiosos portugueses, crescente abandono. Mesmo obras gerais e de síntese, as “Histórias de Portugal”, ou lhe dedicam ligeira menção, apoiada quase exclusivamente na historiografia moderna, ou transitam pelo período indiferentes àquela porfia ultramarina, como se considerando o episódio alheio ou desimportante. Na conhecida *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres e que começa a ser impressa em 1928 (conhecida como *História de Barcelos*), o conflito é abordado nos volumes 5 (1933) e 6 (1934), como parte do estudo da dominação filipina e da Restauração, sobretudo nos capítulos reservados ao “domínio ultramarino”, da lavra de Jaime Cortesão<sup>141</sup>.

Oposta situação deparamos no Brasil, onde o assunto adquire o patamar de episódio canônico no panteão historiográfico. Não

---

141 PERES, Damião (Dir). *História de Portugal*. 10 vols. Barcelos: Portucalense Editora; Porto: Livraria Civilização, 1928-1981. Ver ainda SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal*, vol. IV: governo dos reis espanhóis (1580-1640). Lisboa: Editorial Verbo, 1979, volume no qual o assunto dos “holandeses no Brasil” ocupa algumas páginas, com raro uso das narrativas seiscentistas e predomínio de autores brasileiros (Varnhagen, Cabral de Mello, J. Honório Rodrigues), inexistindo referência a modernos historiadores portugueses do tema; HESPAÑA (coord.) & MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.*, na qual o evento não recebe nenhuma alusão, caso idêntico ao de TENGARRINHA, José (org.), MATTOSO, José (et al.). *História de Portugal*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. O salazarismo, é certo, incentiva publicações da e sobre a época: além da primeira edição da *Historia geral das guerras angolanas*, de João Cadornega (1940), vem a lume VASCONCELOS, J. A. Amaral Frazão de. *Henrique Dias, herói da restauração de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

só se avoluma a bibliografia sobre a guerra, mas ainda se lançam luzes sobre a vida social no “tempo dos flamengos”, a biografia de seus principais personagens, as experiências artísticas e científicas, o convívio entre as religiões sob a tutela de Maurício de Nassau<sup>142</sup> e, o que nos é de especial interesse, estuda-se, com o apoio de nova documentação, a historiografia coeva resultante das experiências de convívio e luta entre portugueses e neerlandeses.

Termômetro desta acolhida será a inclusão da *Historia do Brazil* de Frei Vicente do Salvador e do *Lucideno* como manifestações da “inteligência brasileira” do período colonial. Para Wilson Martins, a obra de frei Vicente é “o primeiro livro que se pode legitimamente considerar como pertencente tecnicamente ao gênero historiográfico” e o *Lucideno* se vê brindado como “um dos livros mais originais, senão o mais original do século xvii”, obra arrojada “em que frei Manuel Calado encontrava o assunto e o talento necessários para a invenção de uma epopeia moderna”<sup>143</sup>. Também nos anos 1940 se tem a publicação de importantes guias bibliográficos sobre o “domínio holandês”, oferecendo aos pesquisadores minucioso rol do material disponível sobre o tema, desde a época dos eventos até então<sup>144</sup>. Nos volumes de síntese do período colonial e “histórias do

---

142 Não ignorando a extensão inabarcável da bibliografia do Brasil Holandês, convém mencionar as biografias escritas no meado do século xx sobre os “heróis” das lutas contra os batavos, entre as quais: CALMON, Pedro. *Francisco Barreto, restaurador de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940; VIANA, Helio. “Matias de Albuquerque”. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, n. xl, 1946, pp. 46-84; MELLO, J. A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000 [1956].

143 MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, vol. 1: 1550-1794. Ponta Grossa (PR), Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010 [1976], pp. 120, 140.

144 RODRIGUES, J. H. *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.* MORAIS, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. 2 vols. Amsterdam – Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958.

Brasil”, segue-se a clareira aberta por Rocha Pitta, Abreu e Lima e Varnhagen e o tema se consolida como incontornável, embora não se costume encontrar nos seus capítulos debate sobre a produção de narrativas no período, às vezes sequer menção a elas<sup>145</sup>.

Em meio à vastidão da bibliografia especializada das últimas décadas voltada para o tema do “Brasil holandês”, a qual tem competentemente explorado a riqueza das fontes narrativas do período, dois historiadores despontam no estudo da historiografia do período, a saber, J. A. Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello. Coube sobretudo ao primeiro, publicando a partir dos anos 1930, aprofundar as reflexões de Varnhagen e de Capistrano de Abreu. Esclarecendo aspectos da biografia dos autores seiscentistas e do contexto histórico de produção daquela historiografia, bem como empreendendo minuciosos estudos intratextuais, Gonsalves de Mello demonstra as transposições e empréstimos entre autores, precisa a datação e a autoria em casos controversos e, ao cabo, mesurando a originalidade das informações que carregavam, propõe novo esquema do valor da contribuição de cada uma daquelas histórias para a atual historiografia do período<sup>146</sup>. O pesquisador se

---

145 Acham-se alusões ao texto de Calado, citado diretamente como testemunha da vida social do Recife sob Nassau, em MELLO, J. A. Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1, vol. 1: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1961), pp. 260-280. Já em FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, a escrita se baseia em recente historiografia sobre o período, procedimento comum a outras obras análogas.

146 De sua produção, parte da qual já citada, destacamos MELLO, J. A. Gonsalves de. A História da Guerra de Pernambuco e o Castrioto Lusitano. In: *Estudos Pernambucanos*, pp. 109-133, em que se investigam diversos aspectos (autoria, datação, ineditismo das informações, “crédito que merece”, etc.), bem como MELLO, *Frei Manuel Calado*, em que o *Lucideno* e as diversas apreciações que merecera são esmiuçados e, na contramão da avaliação de Varnhagen e de autores como Pedro Souto Maior e Hermann Wätjen, o *Lucideno* é apontado como das mais valiosas contribuições para o estudo do período flamengo.

debruça sobre os livros da época com interesses filológicos e exegéticos, a partir de critérios como o ineditismo das notícias e a correção das opiniões, a fim de sublinhar-lhes o valor para os investigadores da atualidade.

Na biografia *Frei Manuel Calado*, Gonsalves de Mello retruca o mau juízo dos “vários historiadores que, desde Raphael de Jesus, haviam desferido ataques a Calado”, sobretudo Porto Seguro, o qual esperara surpreender no frade seu ideal do historiador erudito e desapaixonado. Se não o era, nem por isso se invalidava o *Lucideno*, pois “ao compararmos algumas das suas informações com documentos holandeses contemporâneos, tínhamos podido comprovar sua fidedignidade”. Ao mesmo tempo, seu caráter testemunhal, tal como já sugeriam outros desde o Setecentos, “empresta à crônica um valor único”, sendo o texto pródigo em informações de primeira mão e “o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646”. Mello saúda no *Lucideno* a “vivacidade encantadora” do estilo e a transcrição de documentos valiosos e inacessíveis, como proclamações e relações escritas em Pernambuco no curso da Insurreição. Assim, o grande mérito do *Lucideno* – “um dos documentos mais preciosos da bibliografia em língua portuguesa” – e o motivo por que sua consulta se impõe decorre, para Mello, da sua originalidade e frescor, bem como da caução que lhe propiciaram fontes administrativas e privadas redescobertas desde o século XIX<sup>147</sup>.

---

147 MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado*, *Op. cit.*, pp. 8-15. Alhures celebrara no *Lucideno* o “mais importante testemunho sobre Pernambuco sob o domínio holandês”. Também defende as *Memorias diarias*, “outro livro que tem sido menosprezado e que me parece deve ser reabilitado”, embora, como vimos, a fortuna crítica do donatário Coelho tenha sido no geral favorável. MELLO, *Tempo dos flamengos*, *Op. cit.*, pp. 35-36.

Justamente esta busca pela originalidade o conduz à depreciação daquelas obras que incorreriam na cópia de trechos e notícias inicialmente publicadas por testemunhas como Calado e Albuquerque Coelho. Donde a avaliação reticente que faz da *História da Guerra de Pernambuco*, que “copiou largamente de Frei Manuel Calado; às vezes cópia serviu, palavra por palavra”, estimando em “cerca de 40 a 45% do total de páginas” replicantes, embora, naquilo que não seja cópia, o manuscrito de Diogo Lopes Santiago traga “informações muito valiosas”. Tal como outros autores que o precederam, particularmente no século XIX, Mello é ainda mais severo com o *Castrioto*, pois nada anuncia de inédito, mera mimese de Calado, Santiago e outros, “sendo do autor apenas a redação e os conceitos literários”. Dessa forma, aquela que no século XVIII constara entre as mais aplaudidas Histórias da Guerra Holandesa é proscrita: “conhecidas as suas fontes, o *Castrioto Lusitano* perde completamente a sua importância, pois [...] só apresenta os erros com que transcreveu algumas das informações nelas obtidas”. *Damnatio memoriae* que também recomenda à *Istorie delle guerre*, de Santa Teresa, redundante nas mesmas “imperfeições”.

Em seus escritos, Gonsalves de Mello reitera e desenvolve os fundamentos desses juízos, descrevendo os trechos de cópia “servil” e paráfrase e estabelecendo a serventia que as obras ainda teriam, ou não, para a historiografia científica. Curiosamente, o historiador pernambucano, como a maioria dos setecentistas, é mais favorável em sua avaliação da *Nova Lusitânia*, da qual, embora reconheça os muitos empréstimos que faz das *Memórias diárias*, recusa a proscricção a que a condenara Varnhagen, recordando as demais fontes a que recorreu Brito Freyre, sua “experiência pessoal dos lugares” e o recolhimento de notícias *in loco*, em suas viagens a Pernambuco<sup>148</sup>. Incansável, investiga ainda a recepção das narrativas do Seiscentos

---

148 MELLO, *Frei Manuel Calado*, *Op. cit.*, pp. 17-22.

nos textos do século seguinte, ao mapear passagens em que Borges da Fonseca e Loreto Couto, em seus escritos, as mobilizam<sup>149</sup>.

A partir dos anos 1960, apoiando-se grandemente nos estudos de Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral de Mello se engaja na mesma temática, dentro de seus estudos sobre temas como o “imaginário da restauração pernambucana” e os usos políticos da genealogia para a elite da capitania depois da Guerra dos Mascates. Explorando os usos das narrativas do século xvii, tanto na historiografia dos séculos xviii e xix quanto nas provanças para a familiatura do Santo Ofício, concessões de hábitos das ordens militares e petições administrativas, Cabral de Mello empreende notável projeto de releitura da história de Pernambuco no período entre a Guerra Holandesa e o ciclo revolucionário que se finda em 1848, argumentando pelo grande dinamismo que aquele primeiro evento e sua memória representariam para as épocas posteriores<sup>150</sup>.

De um modo mais geral, os escritos de Cabral de Mello dedicados àquela historiografia referendam as conclusões de Gonsalves de Mello quanto a seus méritos e problemas. Contribuição maior, no entanto, oferece ao reconstruir o diálogo entre as contingências em que se viram enredados aqueles autores ou seus patronos e seu apelo ao gênero histórico para dar voz pública a versões dos fatos distintas das divulgadas por adversários. Assim, se Cabral de Mello não

---

149 MELLO, *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 109-146. MELLO, *Tempo dos flamengos*, *Op. cit.*, pp. 33-35. MELLO, J. A. Gonsalves de. “A Nobiliarchia Pernambucana” e “Loreto Couto e os Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”. In: *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 147-194, 195-224.

150 Como escreve, “o conhecimento nativista do domínio holandês baseou-se nas crônicas luso-brasileiras impressas na segunda metade do século xvii”, ou, mais precisamente, começando em 1648 com o *Valeroso* Lucideno. MELLO, Evaldo Cabral de. A cultura histórica do nativismo. In: *Rubro veio*, *Op. cit.* pp. 63-87. Os usos político-genealógicos das narrativas é examinado em MELLO, *O nome e o sangue*, *Op. cit.* Para um balanço de sua obra, ver SCHWARCZ, L. Moritz (org.). *Leituras críticas de Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2008.

inova no estudo interno das fontes, baseando-se no que já firmara Gonsalves de Mello, dá-nos muitas vezes o retrato dinâmico das disputas por poder de que emergiram no Brasil, em Lisboa, em Madri. Cabral de Mello tem ainda editado antologias nas quais o período é contado a partir de extratos das narrativas coevas, com vistas a mais largo público, pela aposta de que “esses velhos textos venham convencer o leitor de que um documento pode ser mais interessante, e frequentemente o é, do que toda uma monografia histórica”.<sup>151</sup>

É no veio desta bibliografia<sup>152</sup> que o presente trabalho se insere, acenando, no entanto, com uma proposta que em certa medida se afasta da leitura até aqui realizada deste repertório de fontes narrativas. Ainda que estude obras cuja unidade reside na tematização da Guerra Holandesa, este não é um livro sobre o Brasil Holandês. É, antes, estudo do impacto que este evento militar – o entrechoque entre portugueses e neerlandeses nas costas do Brasil e da África Ocidental e no oceano que as permeia – teve sobre a historiografia ibérica do século XVII.

---

151 MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 24. Exemplo também em MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, pp. 26-43, no qual o escrutínio da fase inicial da luta em Pernambuco, na década de 1630, conduz o autor a reflexões do papel da escrita no próprio momento da guerra e das versões de alguns episódios envolvendo a família donatária conservados nas obras das décadas de 1660 e 1670. Já em MELLO, *João Fernandes Vieira*, *Op. cit.*, publicada originalmente em 1956, encontramos percepção igualmente dinâmica do uso político do gênero histórico por parte de Fernandes Vieira, nas distintas obras que patrocinou ou estimulou. O caráter biográfico do livro de Gonsalves de Mello, no entanto, não o leva a explorar outras implicações políticas para além do projeto vieirense.

152 Importa assinalar ainda as recentes contribuições de Pablo Iglesias Magalhães, sobretudo no garimpo, edição e publicação de relações pertinentes aos episódios bélicos na Bahia e pouco ou nunca exploradas, como em MAGALHÃES, *Equus rusus*, *Op. cit.*, vol. III. Em Portugal, Curto tem examinado algumas daquelas narrativas, interpretando-as como manifestos de uma “cultura imperial”, mediante a qual os portugueses teriam pensado e registrado sua expansão ultramarina. CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.*, pp. 17, 259 e ss.

Interessa-nos não especificamente a guerra, nem diretamente a história social, artística ou intelectual do convívio lusoneerlandês, mas o conjunto dos empreendimentos discursivos, concretizados por uma multidão de castelhanos e portugueses, reagindo às diversas conjunturas entre 1625 e 1698, mediante os quais o acontecimento se converteu em historiografia, inscrito nos quadrantes do gênero e assim legado para os séculos vindouros. Os capítulos a seguir procurarão indicar o quanto este percurso foi sinuoso, curvilíneo, sensível a interferências difíceis de prever, com o fato sendo manobrado para defender, acusar ou envilecer, assim na alta política e na construção da imagem internacional de Portugal, como no âmbito das disputas políticas excêntricas e locais, em Lisboa, em Pernambuco, em Madri e em Luanda.

### A Guerra Holandesa que contamos é ainda aquela escrita no Seiscentos?

Uma estratégia amiúde mobilizada por novas perspectivas historiográficas que lutam por firmar-se em meio às disputas discursivas de uma época é o ataque às linhas interpretativas então vigentes, como na chamada “falácia do espantalho”. Empregando recursos que vão da generalização à caricatura, constroem-se réplicas debilitadas dos paradigmas historiográficos sob ataque, que assim se fragilizam ante a operação demolidora<sup>153</sup>. Foi este, por exemplo, o método que aplicaram os historiadores dos *Annales* depois de 1930, para criticar, debaixo do rótulo de “positivistas”, inúmeras obras

---

153 Os deslocamentos, descontinuidades e rupturas nos diversos campos do saber, inclusive em suas dimensões política e discursiva, a partir de conceitos como *episteme* e *paradigma*, podem ser melhor compreendidos pela leitura de FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969] e КУНН, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

escritas a partir de preceitos distintos e mesmo antagônicos, nas décadas anteriores, em vários países. Charles Carbonell, em artigo em que desvela a operação discursiva dos *Annales*, lista célebre rol de historiadores que, ao longo do século xx, cometeram a “impostura” (“*d’une plume souvant féroce*”, diz o francês) de rotular como “positivistas” autores tão díspares quanto Leopold von Ranke, Fustel de Coulanges, Gabriel Monod, Ernest Lavisse, Hippolyte Taine e Charles Seignobos. Não era, porém, impostura, era estratégia: como esclarece Lucien Febvre, era a recusa da “*histoire des vaincus de 1870*” que, depois do fracasso diante da Alemanha bismarckiana, assuniria e ecoaria a inferioridade francesa em suas obras. Era preciso mais do que criticá-los. Urgia combatê-los<sup>154</sup>.

Por sua vez, parte destas obras oitocentistas alvejadas pelos franceses dos *Annales* introduzira, em seu tempo, análoga desqualificação das prerrogativas e métodos antecessores. De modo a advogar sua cientificidade, denunciavam-se tanto os arroubos intuitivos do fraseado romântico de um Jules Michelet, quanto a tradição historiográfica do que naqueles anos começa a merecer o nome de *Antigo Regime*. Esta última vertente, em contraste com a racionalidade que alicerçaria as pesquisas históricas no século xix, é descrita como filosófico-especulativa e tendente à mistificação, fundada em ideias que a história dita científica deveria abandonar<sup>155</sup> – uma vez que era portadora de ideias alinhavadas sem o adequado aparato metodológico.

---

154 CARBONELL, Charles-Olivier. L'histoire dite positiviste en France. *Romantisme*, Paris, 1978, n. 21-22. Les Positivismes, pp. 173-185. FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1992 [1952], “Avant-propos”. Reis comenta que o título de “positivista” englobou inclusive o método crítico historicista alemão, de prerrogativas opostas à filosofia comtiana. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 92.

155 REIS, José Carlos. *A história entre a ciência e a filosofia*. São Paulo: Ática, 1996, pp. 5-25.

Justamente porque estudados em bases tão “equivocas”, pensavam os críticos oitocentistas, os períodos e questões abordados naquela historiografia “pré-científica” precisariam ser revistos à luz de métodos racionalmente conduzidos e de documentos julgados legítimos, para uma exposição do passado conforme ao ideal do “exatamente como aconteceu” rankeano. Só doravante, mediante a iluminação da ciência sobre a investigação do passado, conviria confiar na exposição da verdade histórica, recaindo sobre as obras de outrora a suspeita de “ignorância” e “deturpação”. Sintetizando esse recuo *ad infinitum*, comenta Peter Burke,

Tem sido recentemente argumentado que a substituição de uma história antiga por uma nova (mais objetiva e menos literária) é um tema recorrente na história da escrita da história. Tais afirmações foram feitas pela escola de Ranke no século dezenove, pelo grande estudioso beneditino Jean Mabillon, que formulou novos métodos de crítica da fonte no século dezessete, e pelo historiador grego Políbio, que denunciou alguns de seus companheiros como meros retóricos, cento e cinquenta anos antes do nascimento de Cristo<sup>156</sup>.

Flagraremos esse “assassinato dos clássicos” também no que diz respeito à historiografia brasileira do século XIX sobre a Guerra Holandesa. Seja como fruto do cientificismo em vias de disseminação, seja em decorrência do sentimento patriótico antilusitano reforçado após 1822, os autores daquele tempo tecerão ataques às “histórias” e “tratados”, legados pela época do Brasil lusitano, acerca da presença dos neerlandeses nas capitanias do norte e em Angola, no período 1624-1654. Embora a recepção das obras do Seiscentos no século XVIII tenha sido já vária e controversa, com os intérpretes em Lisboa, na Bahia e em Pernambuco divergindo quanto ao valor e

---

156 BURKE, Peter. A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 18.

acuidade de cada uma das Histórias conhecidas, os autores oitocentistas oporão crescente resistência àquela herança.

Já na década de 1840, J. B. Fernandes Gama dirigia reprimendas igualmente “*d’une plume souvant féroce*” a autores como Raphael de Jesus e Manuel Calado, a ambos acusando de ingênua “piedade” e de se deixarem cegar pelas “ideias do seu século”<sup>157</sup>. Embora Calado já tivesse sido objeto de ressalvas na centúria anterior, o livro de Raphael de Jesus era por muitos tido como dos mais prestigiados sobre o assunto, a ponto de imprimir-se dele uma segunda edição em Paris, em 1844. O século XIX, com efeito, parecia obstinado em severamente revisar a velha história da Guerra Holandesa. Pouco mais de vinte anos depois de Fernandes Gama, Varnhagen, amparado na leitura de documentos oficiais até então inéditos, consultados sobretudo nos Países Baixos, procederia à sistemática desqualificação das primeiras narrativas do conflito. Calado sofrerá os mais duros golpes, mas Raphael de Jesus e outros em cujos livros até então se admirava a eloquência e dignidade próprias do gênero histórico, como Francisco de Brito Freyre, sairão chamuscados da belicosa argumentação do visconde de Porto Seguro<sup>158</sup>.

Entretanto, é importante destacar como, em aparente contradição, os textos excluídos do panteão historiográfico no Oitocentos permaneceriam como principais fontes dos mesmos livros que as proscreveram. Raphael de Jesus é presença constante no escrito de Fernandes Gama, e Manuel Calado, no de Varnhagen, apesar da denúncia que fazem os oitocentistas do que consideram distorções e erros naquelas fontes então bicentenárias.

---

157 Nas interpretações milagrosas de alguns sucessos ou no ralharem contra mulheres portuguesas por se casarem com neerlandeses, o que no Seiscentos se considerava traição à fé, mas a Fernandes Gama nada continha de réprobo. GAMA, *Memórias históricas*, *Op. cit.*, vol. II, pp. 25, 228-229.

158 VARNHAGEN, *História das lutas*, *Op. cit.*, em especial o texto introdutório.

Já no século xx, quando a crítica varnhageniana das fontes seria retomada e reformulada à luz de nova documentação oriunda dos arquivos neerlandeses, decerto se retificarão passagens e alegações inscritas nos relatos seiscentistas, permitindo melhor compreensão das estratégias retóricas e políticas mobilizadas nas obras. Contudo, os estudiosos também encontrarão a contraprova de muito do que haviam afirmado os velhos impressos e, ao contrário do que talvez supusesse Varnhagen, a consulta aos documentos flamengos terminou por revalorizar algumas das velhas fontes portuguesas<sup>159</sup>.

De fato, é lícito concluir que a história da Guerra Holandesa que hoje conhecemos e recontamos é, em suas linhas mestras, aquela escrita no século xvii. As historiografias posteriores, tanto a do mundo português no Setecentos quanto as do Brasil independente nos séculos xix e xx trabalham sobre os pilares de um *modus narrandi* essencialmente firmado entre 1625 e 1698, quando o acontecimento da guerra foi primordialmente convertido em relato e recriado em história, sem com isso se desprezarem as inovações teórico-metodológicas posteriores ou o desvendamento investigativo de aspectos outrora secundarizados<sup>160</sup>. Porto Seguro, acaso

---

159 Calado é certamente o autor mais beneficiado no processo, enquanto os textos de Brito Freyre, Jesus e Santa Tereza enfrentam a acusação de apenas copiarem os predecessores. MELLO, *Frei Manuel Calado do Salvador, Op. cit.* MELLO, *Estudos Pernambucanos, Op. cit.*

160 Algumas das mais importantes obras dedicadas ao tempo da guerra flamenga, nos séculos xx e xxi, aplicaram-se não à revisão de sua narrativa, mas à pesquisa de questões “transversais” dentro do tema: as fontes de financiamento da guerra, a vida social sob os holandeses, a presença do judaísmo e da religião reformada no Recife nassoviano, as experiências nas artes plásticas ou as condições da soldadesca nos anos de luta. Além das obras citadas em notas acima, mencionem-se MELLO, J. A. Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654)*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 1996. VIEIRA, Daniel de S. Leão. *Topografias imaginárias: a paisagem política do Brasil Holandês em Franz Post, 1637-1669*. Tese (doutorado em história) Faculdade de Humanidades da Universidade de Leiden, Países Baixos, 2010.

o último grande historiador a publicar em livro uma narrativa do evento, em verdade se ampara largamente na mesma tradição que chicoteia e, assim no edifício de seu enredo como em sua crítica documental, aparentemente inova menos do que preconiza. Acerca de Fernandes Vieira, por exemplo, dirá Curto que, baseados nas obras seiscentistas, os estudiosos do século XIX, Varnhagen mais que todos, “mitologizaram a figura do madeirense”, dando vazão a seus “preconceitos nativistas, porventura mais adequados para explicar os conflitos oitocentistas entre patriotas e reinóis do que para compreender as dinâmicas sociais e políticas de meados do século XVII”<sup>161</sup>.

Decorre daí a importância de estudar tais obras coetâneas ou temporalmente próximas do conflito, reconhecendo a solidez da historicização que arquitetaram. São, mais do que fontes, produções intelectuais imersas na cultura política e historiográfica de seu século, bem-sucedidas em construir soluções perante o desafio de representar o real.

Pretendemos ingressar neste já tricentenário debate com a proposta de refazer analiticamente o itinerário desta historicização. Nos próximos capítulos, submeteremos as relações e histórias luso-castelhanas atrás listadas a um exercício crítico que mapeie os elementos contextuais que estimularam sua emergência. As urgências das esferas políticas em competição, os cânones e canais da expressão escrita, o suporte material e a editoração como tática, todos serão identificados em suas funções intervenientes e convocados para ajudar-nos a flagrar as narrativas sendo construídas e mobilizadas. Mas isto não é ainda tudo, porque procuraremos, a partir deste mapeamento e das pistas contidas nas fontes e em outros documentos, formular a velha pergunta: cui bono? Em favor de quem se escreveram os “varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas”? Em

---

161 CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.*, pp. 272-273.

resumo, a partir de onde, de que formas e para quem: eis as questões centrais que o leitor encontrará adiante, constituindo a resposta a elas a contribuição proposta por este trabalho ao campo do saber com que dialoga.

## CAPÍTULO II

### **As relações de sucessos da Guerra Holandesa (1625-1654)**

#### **A Revolta dos Países Baixos, a Península Ibérica e o ultramar português**

O Brasil Holandês, para emprestar a expressão consolidada na historiografia e no idioma cotidiano, é capítulo no interior de mais ampla narrativa dos confrontos entre Espanha e Províncias Unidas. A esse redemoinho político foi tragado Portugal, face ao reconhecimento, nas Cortes de Tomar, da pretensão de Filipe II ao cetro lusitano. Após o desastre de Alcácer-Quibir e a morte sem descendência do cardeal-rei D. Henrique I, em 1580, a união da coroa lusitana à autoridade da casa de Habsburgo agrega Portugal a uma monarquia desde 1568 envolvida em encarniçada guerra contra uma confederação de províncias rebeladas, distantes mais de mil e seiscentos quilômetros a nordeste de Madri. Tão logo Carlos V (1519-1556) transferira a soberania dos Países Baixos para seu filho Filipe, em outubro de 1555, iniciou-se relação crescentemente hostil com proprietários de terras neerlandeses e calvinistas da Holanda e da Zelândia, culminando com a resistência aberta a tentativas de tributação e à ação da Inquisição, no governo da duquesa Margarida de Parma

(1559-1567). A rebeldia seria reprimida pela intervenção militar do duque de Alba, em 1567. Ali, a autoridade espanhola era repudiada por diversos grupos, capazes de mobilizar eficientemente recursos econômicos, militares e discursivos e, com isso, de opor sólido obstáculo às tentativas castelhanas de esmagar-lhes a resistência e restabelecer sua governança sobre aqueles domínios<sup>162</sup>.

Os insurgentes, em luta pela independência política, haviam adquirido controle sobre a maioria das cidades ao norte da região de Flandres (*Vlaanderen*), com o apoio de príncipes alemães luteranos, de ricos huguenotes e da coroa britânica, sob a liderança de Guilherme de Orange (Willem van Oranje)<sup>163</sup>. Contudo as ações militares do general de Filipe II, D. Fernando Álvares de Toledo, duque de Alba, e de seu filho, D. Federigo de Toledo, desbaratariam os exércitos de Guilherme, de seu irmão Luís de Nassau e dos condes Van den Berg, Culemborch e Hoogstraten. Cidades apoiadoras de Orange, como Zutphen e Haarlem, seriam rendidas e castigadas à custa de centenas de milhares de vidas, com relatos neerlandeses narrando horrores que reforçariam os rancores contra a suserania castelhana<sup>164</sup>. Enquanto os portugueses aclamavam Filipe, sob a ameaça das tropas

---

162 ISRAEL, Jonathan I. *The Dutch republic: its rise, greatness and fall (1477-1806)*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995, pp. 137-184. DURANT, Will. *História da Civilização, vol VII: começa a idade da razão (1558-1648)*. Rio de Janeiro: Record, s.d., pp. 394-416.

163 Nas conversações para o acordo de paz de Cateau-Cambrésis (1559), entre ingleses, franceses e espanhóis, Orange, ainda embaixador plenipotenciário de Filipe II, receberia o apelido de *Taciturno*, por sua postura reservada e prudente. Guilherme era também senhor de propriedades no condado alemão de Hesse-Nassau, de onde provém o sobrenome mais familiar à historiografia brasileira. DURANT, *História da civilização, Op. cit.*, p. 395. Johan Maurits van Nassau-Siegen, o Maurício de Nassau que governaria os territórios holandeses na América entre 1637 e 1644, era neto de um irmão do Taciturno (e afilhado do homônimo Maurício, filho de Guilherme). MELLO, E. Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

164 SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro: uma interpretação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 61-100.

do mesmo duque de Alba, a rebelião neerlandesa parecia, militarmente enfraquecida. Porém a recusa ao domínio espanhol angariava apoios na sombra, com o repúdio às atrocidades atribuídas a Alba e à atuação da Inquisição, desenhando-se difícil, no curto prazo, a redução daqueles territórios à autoridade dos Habsburgo.

Vivia-se acelerada reviravolta nas estruturas social, institucional e econômica dos Países Baixos, cujos efeitos convulsionariam os impérios ibéricos, pondo portugueses e neerlandeses em rota de colisão. J. Israel de tal maneira impressiona-se com a velocidade e densidade da transformação, que a denomina “milagrosa”. Aponta, como fatores para compreender o “milagre holandês”, o desenho da estrutura institucional da república nascente; a partir de 1585, a volumosa emigração de flamengos e valões das províncias do sul (sob controle espanhol), para as do norte, dinamizando cidades economicamente estagnadas havia décadas; a diminuição das tropas espanholas na região, deslocadas para ataques contra a Inglaterra e a França – permitindo às forças neerlandesas, depois de 1590, a captura de centros como Breda, Steenwijk e Groningen; e a suspensão do embargo contra os navios neerlandeses na Península Ibérica (1590), elevando Amsterdam a centro distribuidor de *commodities* de alto lucro (“*rich trades*”), como a pimenta e o açúcar oriundos da Ibéria, reexportando-as para a Alemanha, para o Báltico e para a Rússia. Para Israel, “a explosiva expansão de seu comércio, que se seguiu, transformou a República no maior empório da Europa e lhe concedeu uma primazia no comércio mundial que duraria século e meio”, florescimento sem paralelos na história conhecida<sup>165</sup>.

---

165 ISRAEL, *The Dutch republic*, *Op. cit.*, p. 307. O autor examina os aspectos militares, econômicos e políticos dessa transformação às pp. 241-275, 307-327, datando deste momento a “Idade de Ouro”, com o aparecimento de artistas como Rubens, Rembrand, Van Dyck e Hals. SCHAMA, *O desconforto da riqueza*, *Op. cit.*, pp. 289-368 investiga os impactos dessa prosperidade nos centros urbanos dos Países Baixos. DURANT, *História da civilização*, *Op. cit.*, pp. 413-418 acrescenta que a emigração do sul para o norte da região incluiu também

Contando com rica classe comercial e manufatureira, as Províncias Unidas dispunham de recursos para incrementar sua atividade militar e naval, impondo à monarquia espanhola amargas derrotas na “guerra de Flandres” e logo expandindo o *theatrum belli* para suas colônias. Em março de 1594, mercadores neerlandeses e emigrantes da região da atual Bélgica (então Flandres e Valônia), procuraram valer-se de seu crescente controle sobre a revenda de especiarias para o norte da Europa e fundaram em Amsterdam uma empresa com o objetivo de negociar diretamente com as zonas longínquas produtoras de cravo, pimenta e noz-moscada. A *Compagnie van Verre* armou navios e zarpou no ano seguinte para as Índias Orientais. De lá retornou, em 1597, com um terço da tripulação e pequeno estoque de produtos do Índico. Mesmo propiciando magros lucros, a transação animou outros e investiu-se pesadamente no filão. No fim do século, quando a Espanha, alarmada, procurou reintroduzir o embargo comercial aos navios batavos, já oito *Compagnies* faziam a rota do Cabo da Boa Esperança.

As cifras se multiplicariam nos anos seguintes, até que a queda dos lucros concorrenciais pressionasse os empreendedores a unificar suas iniciativas sob a proteção de um monopólio autorizado pelos Estados Gerais. Das negociações resulta a *Vereenigde Oostindische Compagnie* (Companhia Unificada das Índias Orientais, voc), em 1602. O Estado, nos estatutos de sua fundação, não só lhe outorgava isenções fiscais, apoio militar e econômico, mas o direito de manter guarnições, impor governadores às populações asiáticas e conduzir a diplomacia com potentados locais<sup>166</sup>. Estava, pois, desenhada a

---

católicos, com cidades como Amsterdam, Rotterdam e Haarlem prosperando como destinos dessa afluência. Ademais, sob o governo do arquiduque Alberto, a partir de 1592, Antuérpia e Bruxelas “desfrutaram notável ressurreição”, cujos frutos são igualmente colhidos por suas vizinhas setentrionais.

166 ISRAEL, *The Dutch Republic, Op. cit.*, pp. 317-323. EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: PÉREZ, J. M. Santos & SOUZA, George F. C.

arena da luta contra os domínios ibéricos no litoral sul da Ásia e nas ilhas índicas da Malásia e da Indonésia.

Daí os ataques neerlandeses à navegação luso-castelhana, daí o entrechoque europeu repetir-se em tantos quadrantes, com as ilhas de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental africana, assediadas ainda no apagar do século XVI, bem como Moçambique e outros entrepostos lusos no Índico, no alvorecer do XVII. Barcos de guerra holandeses investiram contra São Tomé em 1598-9 e Moçambique em 1607 e 1608, todavia sem sucesso. As “Ilhas das Especiarias” (Ternate, Tidore, Amboina) seriam conquistadas aos portugueses em 1605. Possessões castelhanas no Peru e no México também seriam atacadas na década de 1620, bem como as Filipinas, até a assinatura da Paz de Münster, em 1648, entre neerlandeses e espanhóis. Domínios portugueses continuariam sendo assediados até a década de 1660<sup>167</sup>.

A luta pela independência das Províncias Unidas alarga-se, transmuta-se em disputa geopolítica pela captura das fontes de força escrava e de produtos agrícolas de alta demanda, como o cravo, a pimenta, o sândalo e o açúcar, cujo afluxo, se suprimido, acreditava-se que poderia minar a capacidade de mobilização militar lusoespanhola. “Impulsionadas”, escreve Pablo Magalhães, “pela atividade de banqueiros e comerciantes, pelo conceito de predestinação decorrente da confissão calvinista e pela guerra de independência contra a dinastia dos Habsburgo”, a república “disputava uma colação entre as superpotências da época”. Na primeira fase da guerra, anterior à Trégua dos Doze Anos (1609-1621), a Espanha objetivaria restaurar sua soberania sobre as províncias e extinguir a heresia calvinista. No entanto, após 1621, tais metas seriam reconhecidas

---

de. *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ed. Universidad Salamanca, 2006, pp. 19-21.

167 BOXER, C. R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 123-126.

como inalcançáveis e, escreve Mello, “foram abandonadas em favor de cálculos estratégicos atinentes ao equilíbrio europeu”, em meio às disputas entre Habsburgos e Bourbons e aos conflitos entre potências católicas e protestantes<sup>168</sup>.

Logo a expansão colonial neerlandesa, enquanto desalojava os lusitanos de suas conquistas na Ásia e na África, atingiria também o coração da América Portuguesa. Pirateando, com larga frota e experientes almirantes, as embarcações empregadas na *carreira* atlântica, investindo contra a Bahia de Todos os Santos, em 1624, e a Baía da Traição, em 1625, até por fim render Olinda e capturar as capitânicas setentrionais do Estado do Brasil, a partir de 1630. Para J. H. Rodrigues, a história das lutas luso-neerlandesas pertinente à História do Brasil apenas se iniciaria ao final da Trégua dos Doze Anos (1609-1621), por só então criar-se a *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais ou wic). No entanto, já antes da trégua os holandeses navegavam o atlântico sul. *Compagnies* privadas mantinham trato com a Guiné e com entrepostos americanos e, tão cedo quanto 1606, queixavam-se da baixa nos preços dos produtos, situação análoga à que havia levado à formação da “Companhia Unificada” no Oriente. Van den Boogaart aponta que, no começo do século xvii, a tripulação do almirante Heemskerck tomara conhecimento da ilha de Fernando de Noronha, desenhara-a, descrevera-a e “as observações deles circularam entre os dirigentes e orientadores da expansão ultramarina neerlandesa”<sup>169</sup>. Princiaram, já antes da Trégua, as conversações para a fundação de nova *Compagnie* monopolística para o Ocidente, atuando a oeste do Cabo da Boa Esperança,

---

168 MAGALHÃES, *Frei Francisco de San Juan, Op. cit.*, p. 156. MELLO, *Olinda restaurada, Op. cit.*, p. 19.

169 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, estudo introdutório, p. xiv. BOOGAART, Ernt van den. *Morrer e viver em Fernando de Noronha (1630-1654)*. In: GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 2007, p. 19.

onde cessava a jurisdição da voc. O consenso em torno da proposta crescia, inspirado nas idéias coloniais do emigrado da Antuérpia Willem Usselincx, cujos planos expostos

Perante os estados da Holanda e da Zelândia então, foram apoiados por um clamor público que alardeava tanto as riquezas a serem obtidas com a quebra dos impérios coloniais da Espanha e de Portugal, capturando suas colônias, quanto os benefícios de enviar colonos para áreas no presente não ocupadas pelos ibéricos, sobretudo as Guianas e os atuais Argentina e Chile<sup>170</sup>.

O projeto da wic avançava nos trâmites para a concretização, nos primeiros anos do século xvii, até que o Grande Pensionário da Holanda, Johan van Oldenbarnevelt, sustasse as iniciativas, diante do perigo que representavam para os acordos de paz concertados com a Espanha e que resultariam na Trégua de 1609. Os neerlandeses, assim, prosseguiriam comerciando nos entrepostos luso-castelhanos do Atlântico, mas em condição fragmentária e regime de concorrência, impedidos pelo interregno da trégua e por sua dispersão de expandir sua atividade para a conquista de novas praças ocidentais – até que expirasse o armistício, em junho de 1621, se reunisse o vultoso capital necessário e se fundasse a *West-Indische Compagnie* (wic). Doravante, toda a extensão do território ultramarino ibérico, na Ásia, na África e na América se acharia debaixo da ameaça das armadas flamengas, sucedendo-se episódios bélicos em todos esses domínios que tão fortemente impactariam a economia, a política e a cultura escrita do mundo luso-castelhano.

Este entrelaçamento histórico entre a revolta dos Países Baixos e a perda de colônias no ultramar era evidente para parte dos autores que já em Seiscentos se debruçaram sobre aqueles eventos. Nas narrativas escritas sobre os ataques ao ultramar ibérico é comum se

---

170 ISRAEL, *The Dutch republic*, *Op. cit.*, pp. 325-327 [tradução livre].

referirem aos inimigos não só pelo depreciativo religioso de “heréticos”, mas igualmente pelo anátema político de “rebeldes”, porque, “esquecidos de Deus [e] da obediência devida ao seu Rei e Senhor natural”, com empáfia, “intentavam fundar um novo império”, como escreve D. Manuel de Menezes, almirante lisboeta, em seu relato da recuperação da Bahia<sup>171</sup>.

Aliás, para P. Magalhães, a associação entre a Guerra dos Oitenta Anos e a invasão da Bahia, em 1624, só seria recorrente entre os espanhóis “mas inédita, contudo, em autores portugueses, que entenderam a perda da Bahia apenas como episódio particular de agressão dos neerlandeses a um território ultramarino de Portugal”. Argumento discutível, pois além do português D. Jerônimo de Ataíde, que Magalhães julga exceção, D. Manuel de Menezes também interliga os eventos e outros escritores, se não os vinculam explicitamente, depreciam os neerlandeses com petardos à sua rebeldia e o assalto à Bahia como expressão de sua sedição e infidelidade ao rei. O fato de certos autores não examinarem as origens do conflito deriva antes da costumeira brevidade de seus panfletos e opúsculos, centrando-se a ação na perda da Bahia, no apresto da armada e na recuperação. Ademais, a distinção entre narrativas portuguesas e espanholas, a partir da ideia de uma luta nacional antiespanhola, é precária para caracterizar os textos produzidos na esteira da expulsão dos neerlandeses da Bahia. As relações lusas dos anos 1620 expressam conformidade para com o regime filipino, não se enquadrando na “literatura autonomista” que a historiografia atribuiria a outros papéis<sup>172</sup>.

---

171 MENEZES, D. Manuel de. *Recuperação da cidade de Salvador*. Ed. de F. A. de Varnhagen In: Ver. do Instituto Hist., Geographico e Ethnographico do Brasil, t. XXII, 1859, pp. 357-411 (1º parte) e 527-633 (2º parte), p. 357.

172 ATAÍDE, Jeronimo de. “Cap.<sup>os</sup> da Relação”. In: MAGALHÃES, *Equus Rusus*, *Op. cit.*, vol. III, anexo III, “A Jornada dos Vassalos por D. Jerônimo de Ataíde em 1625”, p. 33. CIDADE, *Literatura autonomista*, *Op. cit.*

Retomemos o fio da meada. O cronista-mor de Castela, D. Tamaio de Vargas, na sua *Recuperacion de la ciudad del Salvador*, publicada em Madri em 1628, principia seu relato com capítulos em que descreve e condena a “deslealdade dos Holandeses, continuada com a ânsia de fazer-se mais poderosos”. E ridiculariza sua “vã pretensão” perante o que constituiria a excelência ibérica, a saber, a perícia na navegação dos oceanos. Acusa a inveja estrangeira, que brotaria da admiração da extensão do império da Espanha, “composta da grandeza do Universo, banhada de todos os seus mares”. Daí ter sucedido em Flandres

A rebelião de algumas Províncias, que à sombra da liberdade de Religião intentaram contra o direito da Natureza e das Gentes [...], tomando armas contra a Majestade de Dom Filipe o prudente, seu senhor natural, à persuasão de Guilherme de Nassau, Príncipe de Orange, e de outros rebeldes.

E, continua o cronista, diante da recusa de Filipe IV, ao cabo da Trégua dos Doze Anos, de “consentir em seus Reinos amizade com inimigos da Igreja de Roma”, reacendera-se a guerra em Flandres, com a retomada católica de praças importantes como Breda. El-Rei povoara o mar de armadas e os holandeses, aliando-se a hereges na Inglaterra, na França e na Alemanha, capturaram domínios como Mombaça e Málaga, embora sofressem derrotas em outras partes frente à potência castelhana e às “armas sempre gloriosas de Portugal”. Finalmente expuseram a ideia de levantar Companhia para comerciar nas Índias Ocidentais, cujos exércitos empreenderiam a usurpação da Bahia, a qual Vargas prometia historiar com exatidão<sup>173</sup>.

---

173 TAMAIO DE VARGAS, *Restauracion, Op. cit.*, “summa de las causas” e pp. 2v-4v. Vargas não seria o único a historiar a guerra dos Países Baixos naqueles anos, publicando-se por exemplo pouco depois, em Antuérpia, nos Países Baixos espanhóis, livro narrando a revolta no período 1588-1599. COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de M. D. LXXXLVIII, hasta el de M. D. XCIX.*

Portugueses e castelhanos, portanto, enxergavam o palco histórico a cujo prosclênio os neerlandeses se lançavam nas primeiras décadas do século XVII, precipitando agressões no Oriente e no Ocidente, com o ataque a Salvador e as ambições sobre as fontes argêntas da América Hispânica. Estimulados pelo exemplo flamengo, ingleses e dinamarqueses avançavam sobre colônias como Goa e outros entrepostos. Em Portugal, ouviam-se vozes de grupos políticos antifilipinos, com queixas de que a coroa, em Madri, era relapsa na proteção dos domínios lusitanos, os quais se esfacelavam, enquanto cochilavam o rei e seu ministro Olivares – tópicos depois retomado e ampliado pelo discurso restauracionista brigantino<sup>174</sup>. Embora a história ultramarina portuguesa contasse duzentos anos naqueles começos do século XVII, as conquistas realizadas por neerlandeses e ingleses à sua custa, nos três continentes, trariam, como ressoavam alguns escritos da época, o amargor do inédito e do traumático.

Não seriam os primeiros recuos do ultramar português: D. João III ordenara, oitenta anos antes, o abandono de fortalezas africanas avaliadas de pequeno proveito e pesado custo para o reino.

---

Recopiladas por D. Carlo Coloma, caballero del abito de Santiago... Amberes: na oficina de Juan Bellerio, 1635.

- 174 Retórica de que é exemplo o jesuíta Bertolameu Guerreiro, em sermão proferido em 1623. CAMENIETZKI, Carlos Ziller & PASTORE, G. Grassia. 1625, *o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra. Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, jul-dez 2005, pp. 263-264. CURTO, *O discurso político em Portugal, Op. cit.*, pp. 177-182 insere a parenética e o discurso antifilipino num contexto de reações ao declínio do império oriental, citando o sermão de frei Inácio Coutinho, após a queda de Ormuz, em 1622, contrastando a “grandeza do velho Portugal” à decadência presente. As críticas de Guerreiro e Coutinho se alinham à tradição lusa de uso político do púlpito, diante da qual as autoridades filipinas adotaram atitude reservada. MARQUES, João F. *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. Tese (doutorado em história), Universidade do Porto, Portugal, 1983. BOUZA ÁLVARES, Fernando J. “Clarins de Iericho”: Oratoria sagrada y publicística en la Restauração Portuguesa. *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporânea*, Madri, n. VII, 1986, pp. 13-31.

“Descolonização”, como preferem alguns autores, iniciada na década de 1540, com a debandada de praças como Azamor e Arzila, em decorrência do “enorme esforço financeiro” que implicaria defendê-las contra os mouros<sup>175</sup>. Em 1578, a derrota em Alcácer-Quibir acarretaria, não há dúvida, a alienação de território estratégico e a dolorida ferida a que daria remédio o ideário sebastianista<sup>176</sup>. Nas primeiras décadas do Seiscentos, contudo, sobrevinham eventos que muitos consideravam alarmantes em sua enormidade e aflição em seus contornos: a obliteração daquele próprio império que “inscrevera” Portugal na história do mundo, que revelara sua grandeza e era, consoante o entendimento histórico dominante, o atestado do favor divino e do caráter providencial da história do país. O império parecia na iminência de capitulação debaixo do fumo dos botafogos inimigos, mas, pior ainda, perdido para hereges sediciosos, “rebeldes a seu Rei e a Deus”, como atroaria o padre Vieira, no púlpito baiano<sup>177</sup>.

O golpe com o qual se alienara Salvador coroaava, conforme a leitura pessimista, o declínio da glória lusa tão celebrada nos dois séculos anteriores. Curto analisa o pessimismo presente em interpretações históricas do período, geralmente com base no contraste entre um “passado de virtudes” e um “presente de vícios”, motivador da vingança divina. A época, aliás, era considerada de calamidades

---

175 MAGALHÃES, Joaquim Romero (org). *História de Portugal*, vol. 3: No alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 454. CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 179-180, aponta como argumentações análogas seriam feitas, na primeira metade de Seiscentos, denunciando a “inutilidade” da Índia e da rota do Cabo, pelas largas distâncias envolvidas.

176 AZEVEDO, João Lucio de. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Ed. Clássica, 1947. HERMANN, *No reino do desejado*, *Op. cit.*

177 VIEIRA, Antônio. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: PÉCORA, Alcir. *Antônio Vieira: Sermões*. Tomo 1. Hedra, 2014, p. 451. Linhas acima, o jesuíta lamenta a Deus que retire dos portugueses, para dá-las ao “pérfido calvinista”, terras dantes a eles concedidas, “a quem escolheste entre todas as Nações do mundo para Conquistadores da vossa Fé”. *Idem*, p. 450.

e tristezas, por motivos que iriam desde o clima à emergência de ideias políticas subversivas e revolucionárias<sup>178</sup>.

Se muitos haviam saudado a chegada dos Habsburgo em 1580 e ainda a comemoravam, por cuidar que Filipe solucionara grave crise e desde então Portugal se aliara ao maior império do mundo, outros culpavam a desídia madrilenha para com os negócios lusitanos por aqueles tantos infortúnios. Bouza Álvarez problematiza a ideia da oposição “autonomista” à “tirania filipina”. Argumenta que a aclamação de Filipe II em Lisboa teria apoiadores e adversários assim em Portugal como na Espanha, numa dinâmica complexa e fragmentária regida por facções que, ocasionalmente, mobilizavam uma retórica patriótica. E, para além dos anos da crise sucessória, o entrecchoque de partidos daria a tônica da nova realidade do “Portugal no tempo dos Filipes”. A aliança entre a coroa castelhana e importante porção das elites territoriais lusas fortalecia-se pela propaganda do regime, pelas “imagens da majestade” (em panfletos, pinturas, teatro e historiografia), mas era também combatida pela contrapropaganda manifesta nas imagens de um Portugal “triste”, sem corte e da “Lisboa sozinha e quase viúva”<sup>179</sup>.

As queixas que se faziam em Portugal, acusando o desleixo castelhano para com as conquistas coloniais portuguesas, eram reforçadas por outras análogas, nos círculos governamentais em Madri. No primeiro semestre de 1625, enquanto a Bahia seguia ocupada pelos exércitos da *wic* e a armada de D. Fadrique apressava-se na tarefa de libertá-la, o valido de Filipe IV, D. Gaspar de Guzmán y Pimentel, conde-duque de Olivares, se viu alvejado por críticas de parte dos membros do Conselho de Estado, de que, no tocante à diplomacia, conduzia-se com demasiada vacilação. Tropas francesas marchavam na

---

178 CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, p. 21 e ss. PARKER, Geoffrey (coord.). *La crisis de la monarquía de Filipe IV*. Barcelona: Crítica, 2006.

179 BOUZA ÁLVARES, Fernando J. D. *Filipe I*. Lisboa: Temas & Debates, 2008, pp. 50-107. BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*

região da Lombardia, ameaçando a Valtelina e Gênova; em Flandres, a guerra prolongava-se, com o cerco de Breda consumindo homens e recursos, sem resolver-se; tentativas de diálogo com a Inglaterra somente fomentavam discórdias, circulando boatos de que sir Edward Cecil reunia forças, ou para atacar o território espanhol, ou para o fim de colaborar com os exércitos francêss ou neerlandês. O governador espanhol de Milão, duque de Féria e conselheiros de Estado como o marquês de Montesclaros emitiram, nos meses de abril e maio, pareceres em que pressionavam o valido e apelavam ao rei para declarar imediata guerra à França, face à sua insolência para com as possessões espanholas no norte da Itália. Como anota Mello, a França “buscava romper o cerco que austríacos e espanhóis lhe haviam imposto na Itália, nos Países Baixos e mesmo na Alemanha”, daí seu esforço de captura da região da Valtelina, na fronteira suíça<sup>180</sup>.

O ataque neerlandês à Bahia, pois, acontecia num contexto de renhidas tensões e combates, como era aquele da Guerra dos Trinta Anos e das disputas franco-castelhanas na Itália. Olivares, tanto privadamente quanto nas reuniões do Conselho, admitia que a agressão francesa justificava imediata retaliação, todavia contestava a viabilidade da guerra, sublinhando o esgotamento do Erário como óbice a uma campanha contra Luís XIII. O conde-duque manobrava para ganhar tempo, à espera de melhor noticiário nas frentes de batalha e a tentar construir alianças com o papa, províncias italianas e alemãs e com nobres reformados na Polônia, contra os franceses e neerlandeses, queixando-se de que o rei “está hoje consumindo-se e opondo-se sozinho e sem ajuda nenhuma a todo os poderes da Europa”<sup>181</sup>.

---

180 MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, p. 20.

181 ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.*, pp. 262-270.

Bom proveito tiraria Olivares de suas procrastinações. Depois de junho começaram a afluir a Madri festivos informes provenientes de diversas partes, tão comemoradas que darão àquele 1625 a alcunha de *annus mirabilis*: a 5 do mês, a guarnição neerlandesa de Justinus van Nassau rendia-se em Breda ao general Ambrósio Spinola, a nova alcançando a corte dez dias depois; em 6 de julho, comunicava-se a restauração de Salvador por D. Fadrique de Toledo e seus 12 mil homens; de Gênova, logo chegariam novas da retirada dos franceses sob o comando dos duques de Lesdiguières e de Savoy; finalmente, em novembro, enorme armada anglo-neerlandesa, com noventa embarcações, surgia na baía de Cádiz, sob o comando de sir Edward Cecil, apenas para dispersar-se nos dias seguintes, sem ações hostis. Para Mello, o peso de cada uma dessas vitórias era desigual, pois “a guerra na América, na Ásia e muito menos na África não podia ocupar, no elenco das prioridades estratégicas e dinásticas de Castela, o mesmo lugar que se atribuía ao norte da Itália [...] ou aos Países Baixos”, estes sim os palcos centrais da ação da monarquia naqueles anos<sup>182</sup>.

Esta combinação de façanhas, em curto intervalo e tão distintas regiões, amainou as dúvidas sobre a liderança de Olivares. Tratava-se de excelente oportunidade para a promoção da monarquia nas suas extensões constituintes, sobretudo nas regiões onde militavam partidos adversários, como Aragão e Portugal. O valido, mesmo admitindo o alto custo das vitórias (não só econômico, mas ainda diplomático, pois aumentava a chance de aliança inimiga contra uma Espanha financeiramente esgotada) capitalizou ao máximo sua hora de glória. Os anos seguintes da União Ibérica, até a Restauração Portuguesa de 1640, seriam de estímulo a diversas manifestações do iberismo olivarista, à representação de Filipe IV

---

182 Um ataque holandês a Porto Rico, em setembro, seria igualmente rechaçado, muito embora sua notícia tardasse a tocar a Península. *Idem*, pp. 271-280. MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, p. 21.

como “um *maestro* que dirigia um *coro* harmonioso a vozes distintas para referir o seu soberano<sup>183</sup>”. Proliferaram então pinturas e representações históricas, poéticas e dramatúrgicas de uma monarquia unida, cujos vassalos fidelíssimos, fossem portugueses, aragoneses ou napolitanos, depressa, ombro a ombro, esmagavam os inimigos do rei e da fé em todas as terras do mundo. Depois de 1630, quando o poderio espanhol enfrenta obstáculos crescentes e principia seu lento declive, a vigilância sobre as dissidências e o apelo à persuasão ideológica se acentuarão<sup>184</sup>.

## Relações, Histórias

### A transposição do acontecimento em fato histórico

“Logo que a nova da felicidade deste sucesso chegou a sus Majestade”, escreve o cronista-mor do reino de Castela, Tomás Tamaio de Vargas, referindo-se à recuperação de Salvador em 1625, “deu-se-me ordem para que, tomando a meu cargo a observação de suas particularidades, o escrevesse”. Urgia somar à profusão das notícias que circulavam a autoridade de um relato oficial. Vargas garante ter cumprido o régio mandado “dentro de poucos dias”, conquanto não fosse coisa fácil “escrever dos vivos”, por causa da vigilância que procuram exercer sobre a memória de suas empresas. Para remédio

---

183 BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*, p. 23. Metáfora musical que se estendia às ocasionais revoltas, interpretadas “através da sonora referência a uma *dissonância*”. *Idem*, p. 23.

184 ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.*, p. 404 e ss. Como já dito, os cercos vitoriosos de Breda e de Gênova seriam representados em pinturas celebrizadas por artistas como Diego Velázquez e Antonio de Pereda. O sucesso da expedição ao Brasil, para além das muitas relações e Histórias que estimulou, inspiraria poemas e o famoso dramaturgo Lope de Vega a compor a peça *El Brasil Restituído*, encenada, em novembro de 1625, em Madri. CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.*, pp. 259-261.

das desconfianças, diz, importa ao escritor não apenas compor livre de paixões, fazendo dos mesmos retratados os juizes de suas palavras. Convinha também se apoiar em depoimentos respeitáveis: vasculhar as deliberações dos Conselhos, as missivas do monarca e as respostas que se lhe deram, bem como os demais papéis preservados “no sagrado das Secretarias”. Fundar-se, em suma, só em fontes fidedignas e informar-se por “quem escreve por ordem de seu Rei, cuja Fé não pode padecer nota de suspeita”.

Se é certo que tantos detalhes não caberiam em uma breve relação de sucessos, da reunião destas precauções não necessariamente leva ao nascimento de obra do gênero histórico. Contar o passado, pensa Vargas, não é sinônimo de escrever uma História, nem era isso o que prometia realizar na *Restauracion*.

Não admite a história as singularidades que aqui se dilatam, confesso-o; *mas esta é mais relação historial de um successo particular, que história perfeita*, em cujo decoro não cabem tais minudências: aqui são forçosas. A nenhuma deixei [de fora] por negligência, ou malícia<sup>185</sup>.

“Mas relacion historial, q historia perfecta”: há muito o que extrair desta distinção. O gênero histórico, por definição, há que revestir-se do *decoro*, o que implica equilíbrio, justeza na elevação do discurso para além do mero inventário do sucedido. A meta da “*historia perfecta*” não seria compilar singularidades, “*tales menuencias*” de ditos e feitos que cansam sem instruir. Para tudo dizer em uma palavra, sua tarefa não é relatar. É, ao contrário, valer-se do passado para ensinar os príncipes a governar, os oficiais e magistrados a atuarem com retidão e o conjunto dos súditos a guiar-se

---

185 VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador, Op. cit.*, prólogo não paginado. Grifo nosso. No original: “no admite la historia las singularidades q aqui se dilatam, cõfiessolo; *pero esta es mas relacion historial de un successo particular, q historia perfecta*, en cuio decoro no cabẽ tales menuencias; aqui son forçosas. Ninguna he dexado por negligencia, ò malicia”.

pelo caminho da virtude; eternizar grandezas em páginas verdadeiramente memoráveis, que eduquem e comovam, conforme prescrições que remontavam à Antiguidade e haviam sido reiteradas pelos humanistas dos séculos xv e xvi<sup>186</sup>. Para tarefas “menores”, preliminares ou subsidiárias, outros papéis e outros gêneros de escrita.

Como sublinha Vargas, o gênero histórico, tal como pensado no século xvii, não gozava de monopólio sobre o que ocorrera: outras escritas também o perscrutam – como é o caso da *relacion historial* a que se lança o cronista-mor castelhano. A obra histórica era caracterizada por um forte senso de seleção, relegando ao esquecimento a maior parte do que sucedia na realidade, para preservar em sua colheita dos fatos aqueles a que consignasse mérito político, moral ou pedagógico. O historiador não se interessa pelo passado, senão por *certo* passado, “útil”, “orientador”. Aos olhos do intelectual seiscentista, o campo do “inútil” é enorme: o cotidiano, a vida das camadas populares, os processos econômicos, a vida privada e outras expressões da vida humana no tempo não sobrevivem a seu crivo. Não são “históricos”. Nem basta que um evento sobrevenha para tornar-se merecedor de sua atenção e, através de sua pena, da atenção da posteridade.

O texto histórico, aliás, via de regra, nem mesmo investiga um período desconhecido para comunicar o que passou. Ele fixa um passado, em boa medida, já transposto ao papel por outras narrativas. Narra o já narrado, é texto sobre outros textos, os quais, porém, muitas vezes não compartilham de sua nobreza e qualidade retórica. Justamente por causa do pouco brilho destas manifestações escritas inaugurais – os panfletos que com tanta indiscrição anunciavam a irrupção dos acontecimentos – façanhas merecedoras de aplauso perigavam ser lidas e descartadas, ficando ameaçadas pelo esquecimento. A História, por isso, se faz necessária. A legitimação

---

186 DOSSE, *A história*, *Op. cit.*, pp. 14-24. SKINNER, *As fundações*, *Op. cit.*, pp. 232-240.

do gênero, na Modernidade, não assenta naquilo que diz, mas em como o diz.

A contribuição esperada do historiador, no Seiscentos, tampouco é a pesquisa que polemiza ou desmente o que se pensava. Sua contribuição é a releitura de uma história conhecida, à luz do “bem público”, da *utilitas* que deveria envolver todas as formas de saber, de acordo com a tradição humanista italiana<sup>187</sup>. Sua matéria é menos o acontecimento singular que sobrevém, mas o que, nele, se pode abstrair de recorrente, de eterno. O fato narrado em suas páginas, reiterador do conhecimento tradicional e das visões de mundo esposadas pelo autor, é amiúde uma oportunidade de meditar, de generalizar, de filtrar a sabedoria para a orientação do presente e do futuro. A substância historiográfica não é o “fato histórico”: este é veículo. A “*historia perfecta*” de Tamaio de Vargas se pretende meditação sobre a condição do homem no mundo, que os exemplos pretéritos desnudariam, para o fim de aperfeiçoá-la.

Mas e o resto? Este caráter seletivo do gênero histórico naturalmente instaura tensões entre o que converter em História e o que ignorar. Cerca de meio século depois de Tamaio de Vargas, o terceiro conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, lamentava em sua *História de Portugal Restaurado* os muitos queixumes que ouvia o historiador, sobretudo aquele ocupado do passado recente, por parte dos que se supunham mal retratados em suas linhas, pois enfrentava em seus leitores um “mundo de juízos diversos”. Sendo impossível abarcar a completude dos fatos, mesmo numa obra diligente e caudalosa, ou as verdades trazidas à tona ou as omissões incidentais acabavam por magoar os interessados. Um príncipe, diz Ericeira, sem dúvida muito terá que aprender da apresentação de feitos históricos, mas justamente aí começam os problemas.

---

187 SKINNER, *As fundações*, *Op. cit.*, em especial cap. 4.

Ao pegar da pena para dar vida ao passado, deve o autor resolver se descerá às minúcias do fato (e escreverá uma relação), ou se depurará a síntese política e moral prescrita no cânone (e produzirá uma História). Se eleger a segunda via, como abarcar uma realidade que, mesmo seleta como é a histórica, se manifesta vária e inesgotável?

Eu experimentey, achando-me em quatro batalhas, & em outros encontros, com muytos mil homês, naõ se descobrirem dous que concordassem no mesmo facto; & tenho alcançado q a razão desta variedade vem a ser, que como um só homê naõ he possivel assistir a todos os sucessos de hũ conflicto, entendendo erradamente q cae no descredito de naõ ter parte em tantas açções diversas, todas as que naõ pode alcançar com a vista desacredita por fabulosas<sup>188</sup>.

A dicotomia entre totalidade e seleção incide como preocupação recorrente dos que, no século XVII, se dedicavam ao inquérito dos sucessos passados. Inquietavam-nos as exigências do estilo histórico: de um lado o dever de filtrar no tempo aquilo que portaria em si a dignidade de ser histórico; do outro, a impossibilidade de comunicar no texto sequer o conjunto dessa mesma filtragem, porque a realidade ramificava-se, esquivava-se. Em um único evento cabiam mil perspectivas, irreduzíveis aos métodos de averiguação e às táticas da retórica. Como meter em palavras um tempo inesgotavelmente vário e arredo? Ou, em última instância, por meio de que processo se haveria de historiar?

A solução oferecida para o problema no Seiscentos, ao menos no caso da escrita da história da Guerra Holandesa (mas não há razão para crer que se limitasse a ele), foi este curioso método de escalonamento. A conversão dos acontecimentos militare, dos tantos cercos, escaramuças, batalhas campais e navais na Bahia, em Pernambuco, em Angola, no Rio de Janeiro, em uma coesa história da guerra se

---

188 MENEZES, *Historia de Portugal Restaurado, Op. cit.*, vol. 1., “Prologo” não paginado.

deu mediante sucessivas reescritas desses sucessos, em ao menos três caminhos discerníveis em função dos critérios com que selecionavam os episódios e da abordagem com que representavam os fatos.

A princípio, uma vez ocorrido o desdobramento julgado importante (a revolta, o cerco, alguma ruptura política), costumavam-se redigir (desde o século XVI, mas de maneira muito mais frequente no XVII) *relações de sucessos*, manuscritas e impressas, anunciando a trajetória singular de um evento recente e inédito, do qual traziam descrição episódica e breve. Vencida essa primeira etapa em que se saciava a sede por notícias, o tema era retomado em um novo formato de escrito, mais longo, por vezes mais esmerado no inquérito e erudito na linguagem. Algumas vezes retrabalhava-se o conteúdo das primeiras relações de sucessos, ratificando-as ou desmentindo-as com novas informações; não raro, porém, anunciavam eventos inéditos. O episódio, descrito isoladamente nas relações de sucessos, é agora, nas *relações históricas*, explorado detidamente e subsumido a eventos históricos de maior esfera. Algumas das soluções textuais desenvolvidas pelas relações de sucessos são consolidadas, outras, descartadas e o enredo histórico assume contornos mais estáveis. Não menos importante, aqui o livro, enquanto suporte material do texto, ingressa no processo de historicização.

As relações de sucessos e as relações históricas, em conjunto, participam do esforço de textualização do real. Como evidenciam seus nomes, ambas relatam, ainda que por caminhos distintos. Uma vez compostas, impressas em folhetos e livros ou circuladas em manuscrito, formava-se uma “memória” do acontecimento. Cumpria-se a fase do relatar. Outros autores, finalmente, viriam, depressa ou mais tarde, coligir as relações e testemunhos ainda disponíveis sobre o evento e historiá-lo. Isto é, compor uma *História* propriamente dita, afeita às regras do gênero respeitado nos círculos letrados e que, na Ibéria, remontava já no Seiscentos a uma tradição quase tão secular quanto a própria fundação das suas monarquias.

Que a tipologia não nos desencaminhe: discerníveis embora em tipos (nem sempre com facilidade), as obras escritas nesses formatos entrelaçavam-se. Não havia então instituições jornalísticas ou acadêmicas a regular o uso desses gêneros, os quais, particularmente no caso das relações, são ainda recentes, fluidos, em formação, sem contar com uma tratadística própria, como no caso da História. Nem será nosso objetivo central classificar as obras segundo esses modelos (que têm seu peso, guiam os autores, sem necessariamente amarrá-los), mas sim reconhecer como um letrado, na hora de pegar da pena para relatar ou historiar, dispunha de largo leque de alternativas discursivas e tipográficas para se exprimir. A escrita histórica, no século xvii, ensaiava uma “operação historiográfica” escalonada, na qual a tarefa de dizer o real repartia-se entre distintos autores, suportes materiais e ferramentas discursivas. O texto “final” – o fólio altissonante através do qual a conquista da Índia, a Guerra Holandesa ou a ascensão dos Bragança eram historiados – resultava, em verdade, do trabalho de muitas mãos, síntese de uma miríade de papéis. Camada após camada, decanta-se a imagem do fato histórico, fixando-se colunas representacionais consagradas, uma forma particular de contar, com seus lances memoráveis, protagonistas e antagonistas. Examinando o advento desses relatos ao longo de sete décadas, vislumbramos com maior clareza esta “economia da historicização”: a escolha, com o passar do tempo, do que continuar dizendo e do que não dizer mais, eleição sobre a qual muitas mãos incidem, mas que ao cabo não é controlada por ninguém. Certas obras deixarão mais fios do que outras na urdidura desta suma ou *ultima narratio*, que o século xvii legará aos posteriores. Cada lance da historicização, filtrando o que lhe importa, oferece novas soluções discursivas para o problema de escrever a guerra. E não o fazem alheadamente, mas respondendo às suas conjunturas político-linguísticas imediatas.

O historiador seiscentista, costumeiramente, não devassa relações e documentos em busca da contribuição inovadora. Tampouco registra um testemunho. Submete, sim, à dignidade do gênero histórico um conteúdo em boa medida familiar, entretanto sob o risco do esquecimento. Pode, é claro, aplicar ao repertório narrativo disponível uma reinterpretação desconstrutiva, condenando a parcialidade ou imperícia de um par, secundarizando ou desativando determinadas versões e aventando outras. Daí a obra histórica muita vez propor reparar alguma “injustiça” para com os antepassados e prestar um serviço aos contemporâneos, “restabelecendo a verdade”. Para realizá-lo, recolhe os relatos disponíveis, reorganiza-os, dá-lhes novo corpo literário e espera se distinguir pela grandeza e universalidade de suas reflexões. Até que a *intelligentsia* do período, afinal, considerasse o episódio devidamente historiado, como ocorreu quando se publicaram a *Nova Lusitânia* e o *Castrioto Lusitano*. Então a tarefa se encerrava, a história estaria estabelecida “em definitivo”, restando só aos pósteros o dever moral de lê-la.

Quando Brito Freyre, Ericeira ou Santa Teresa, nas décadas de 1670 e 1680, revisitam a Guerra Holandesa, dispunham à altura de diversas versões da luta atlântica, legado do empenho de sujeitos como Albuquerque Coelho, Fernandes Vieira e Salvador Correia de Sá, que viram em seus dias o valor de veicular suas realizações. Especialmente as obras dos anos 1640 e 1650 pautarão o campo discursivo dos autores do reinado petrino; serão elas as fontes principais dos historiadores tardios, se não únicas, tracejando os limites do historiável, porque as relações de sucessos e os livros do período filipino, como a *Jornada dos Vassalos* e a *Recuperacion*, já não são citadas. Ora, os historiadores da Guerra Holandesa não suarão a vasculhar fontes em arquivos ibéricos ou flamengos, não esmiuçarão relatórios militares, livros contábeis, cartas, nem ouvirão idosos sobreviventes. Nada disso lhes importava ou servia de material.

O historiador seiscentista não é o problematizador que temos hoje, o farejador do que não foi dito, o “ogro” de Marc Bloch. Ao contrário, frei Jesus e seus concorrentes reescreverão o conteúdo dos relatos a seu dispor, adequando-os ao decoro próprio da obra histórica. Eis seu trabalho, o velho “pôr em crônica” dos antecessores medievais, entrementes atualizado para um tempo moderno de impérios coloniais, de panfletos e livros impressos, quando se discutia a “utilidade” das Histórias, seu compromisso com a verdade ou com o ensino da virtude, seu amparo retórico ou documental. Estavam já assentados por Calado, Coelho e outros o panteão dos heróis, a sucessão dos episódios centrais, enfim, o alicerce discursivo, rochedo sobre o qual edificar as glosas morais, comparações pessoais e volteios literários e em que se esmeravam os cultores das “histórias perfeitas”. Não restava o que descobrir: aos olhos seiscentistas, o conteúdo relativo ao conflito estava “registrado” em panfletos relações históricas, “memórias”, “tratados”, textos sem dúvida relevantes, porém destituídos do decoro e gravidade das “grandes obras”. A guerra estava relatada: o que faltava, nos anos 1670, era historiá-la. Numa má comparação com os termos da retórica ciceroniana, os primeiros impressos desenvolvem a *inventio*, enquanto os derradeiros encarregam-se da *dispositio* e da *elocutio*<sup>189</sup>.

Este acervo narrativo em que se alimentarão as Histórias petrinhas oferecia, além da notícia dos episódios, soluções discursivas, perfis dos protagonistas, fórmulas de heroicização e de sacralização. Não por acaso, serão seguidas de perto em seus enredos pelas obras tardias, não raro transcritas *ipsis litteris*. Algumas destas soluções eram inauditas, pois boa parte das relações históricas dos anos 1640 e 1650 são, majoritariamente, testemunhais. Quando Albuquerque

---

189 CÍCERO. Do orador: 1.122-159. Tradução: A. Scatolin. *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2016, pp. 264-287. TEIXEIRA, F. Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Tese (doutorado em História), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2008.

Coelho descreve a retirada dos moradores do Pernambuco subjugado pelos flamengos, em 1635, ou Calado conta os bastidores da Insurreição de 1645, são pioneiros. Em outros casos, contudo, as relações históricas alimentam-se nos panfletos preexistentes, as narrativas mais imediatas aos acontecimentos. Guerreiro, Tamaio de Vargas, Coelho, Calado: todos eles se abasteceram em relações impressas ou manuscritas, na elaboração de seus livros. Através deles, os folhetos avulsos deixaram suas marcas indiretas nas obras há trezentos anos consultadas. As relações de sucessos “reportavam” o tempo recente e davam partida à operação historiante, mas não desempenhavam, para o entendimento predominante no século XVII, atividade louvável. Eram vistas com desconfiança, objetos menores, inglórios, descartáveis.

É claro que as relações de sucessos não eram escritas com a finalidade de, *a posteriori*, servir de fontes para livros. Sua existência era autônoma, atendendo a fins comerciais e políticos próprios. No entanto, uma vez proliferando o gênero, mesmo anonimamente, sem licenças censórias, sem gozar de prestígio, alguns letrados depressa verão seu valor documental. Em certo sentido, o Seiscentos está, por volta de 1625, aprendendo o valor delas. As relações se tornarão partícipes mal reconhecidos, primas pobres da operação da escrita da história, mais ainda depois, quando se implantar a imprensa periódica. Seriam canais secundários de registro do passado, destituídas do “decoro” imprescindível à gravidade da História. Todavia, úteis. As relações históricas, se por um lado relatam, por outro, em alguns casos, exibem elementos historiográficos em seu discurso, como a invocação da erudição humanística ou o esforço por recheiar o escrito com abundantes referências clássicas. Ademais, o fato de terem como suporte material o livro lhes emprestava respeitabilidade.

Inicia-se, com elas, a transição da “pré-historiografia” dos panfletos, pouco meritória na escala de qualificações da época, para a

dimensão da historiografia, itinerário que chegará a seu termo com o advento das Histórias petrinas. Não por acaso, os séculos XVIII e XIX revisitarão os fólios do terço final do Seiscentos e também as *Memorias diárias*, o *Lucideno* e, mais raramente, a *Epanaphora Triumphante*. Nunca, porém, as relações de sucessos, caídas no esquecimento. A narrativa do século XVII frutifica do diálogo com aquela “livraria subterrânea” dos folhetos, de resto negligenciada pela historiografia moderna, porém fundamental para compreendermos como, então, um fato era publicado e historicizado.

Para o caso da Guerra Holandesa, foi este o itinerário. Os diversos episódios que a compuseram: a recuperação de Salvador (1625), a invasão de Pernambuco (1630), batalhas marítimas, como a da esquadra de D. Antônio de Oquendo contra a frota do almirante Pater (1631), e terrestres, como as dos Guararapes (1648 e 1649), a rendição final do Recife (1654), entre outros, antes de eleitos fatos históricos incontornáveis na narrativa da guerra e na trajetória do reino, foram descritos em relações que os anunciaram às cidades europeias. Estas notícias, além de construírem respostas para o problema de verter o real em texto, promoviam a visibilidade do conflito. Ou de certas versões dele.

Este esquema “trifásico” para a escrita da história haverá de ser, por óbvio, alvo de reparos. As etapas não se sucedem numa ordenada cadeia cronológica e algumas obras exibem características ambíguas, de difícil enquadramento. Relações historiais como as *Memorias diarias* mereceriam, na posteridade, porventura melhores juízos do que Histórias como o *Castrioto Lusitano*. Nosso objetivo, em todo caso, não é submeter a documentação a rígidos diagramas, mas mapear as alternativas tipológicas à disposição das muitas mãos que escrevem no Seiscentos, dialogando, a cada passo, com as demandas conjunturais.

As categorias deste modelo interpretativo, para serem úteis no estudo deste acervo de fontes, devem ser flexibilizadas. Os autores

do Seiscentos enxergavam com clareza a distinção entre o relatar e o historiar. Não teriam dificuldades em distinguir a relação de sucessos da mais ambiciosa relação historial, assim por sua materialidade como por suas características discursivas. Alguns textos, todavia, se mostram irredutíveis a enquadramentos. O *Lucideno*, por exemplo, é ímpar no horizonte de sua época: por um lado repleta de traços da escrita histórica medieval (como a alternância entre prosa e verso) e, por outro, consignando até mesmo inusitadas palavras de baixo calão<sup>190</sup>. Calado o denomina “tratado”. Já as *Memorias diarias* seriam lidas, no século XVIII, com a admiração geralmente reservada às obras históricas. O exame dos livros e das ideias de história prevalentes na época revela que ambos não observavam, nos meados do século XVII, os requisitos julgados essenciais ao cânone.

Mas este é o cânone seiscentista. Não convém pensarmos a obra histórica como forjada pelo trabalho de um único autor, condensada nos limites físicos de um volume. A maneira como recontamos a Guerra Holandesa é, em grande medida, tributária de histórias como a *Nova Lusitania* e o *Castrioto Lusitano*, relidas por séculos e que fixaram narrativas cujas linhas mestras se conservaram mesmo diante das fontes reencontradas nos séculos XIX e XX. Isso implica dizer que nossa dívida não é só para com esses livros, mas para com muitos outros livros, panfletos e manuscritos que as precederam. No Seiscentos, um livro de história são muitos, é obra aberta, cascata de vozes que se sobrepõem, ressoam e se abafam. A História consagrada é como que a partitura legada à posteridade, extraído desse burburinho historiográfico que o antecede e em que se sustenta.

---

190 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, p. 191. O frade registra as “palavras injuriosas” proferidas pelos “meninos, & meninas de pequena idade” neerlandeses no Recife aos clérigos transeuntes, cuja tradução nos dá sem vergonha: “vai fora Papista, velhaco, filho de puta, & diabo”. Com o próprio Calado, porém, a criança seria afável e respeitosa, chamando-o, pedindo-lhe a mão para beijar, com o que “se tornauaõ mui contentes”.

## A cultura escrita no Antigo Regime e a “relaçam” manuscrita e impressa

A conquista neerlandesa da Bahia, em 1624 e sua recuperação, menos de ano depois, por uma armada luso-napolitano-castelhana, com 12,4 mil homens, comandada pelo general D. Fadrique de Toledo Osório, catalisaram desde cedo a composição de dezenas de *relações de sucessos* espanholas e portuguesas, dedicadas a retumbar o desfecho glorioso da empresa, em meio ao entusiasmo vivido na Península Ibérica com a nova da vitória. Estas primevas redações, impressas nos domínios filipinos na Ibéria, na Itália, em outros centros europeus e na América, transmitem testemunhos de sacerdotes, soldados e oficiais engajados na luta, postos em papel, ou no curso da luta, ou pouco depois de seu término, geralmente sob a forma de breves versões que registram um ponto de vista específico, aquilo que se viu e ouviu. A partir daí, as narrativas recortam lances memoráveis, elegem heróis e fustigam os considerados criminosos e traidores. A fórmula literária e editorial da *relaçam* oferecia solução prestadia a esta necessidade<sup>191</sup>.

O cenário é não só o da guerra, mas também o da crescente importância da cultura escrita nas sociedades altomodernas. Culturas ágrafas, pensa Bouza Álvarez, são decerto capazes de hospedar atividades intelectuais, porém a Europa gutemberguiana, continuando processo iniciado no Medievo, privilegiou “a tecnologia escrita de que dispunha e se converteu, em boa medida, em uma *civilização escrita*”. Grafando os conhecimentos em impressos, ficava mais segura sua perpetuação e controle, e mais eficaz o exercício do poder, o que nem o predomínio do analfabetismo barraria, graças à

---

191 SERRÃO, *A historiografia portuguesa, Op. cit.*, II, p. 407 diz que, no Portugal do Seiscentos, “o labor histórico identifica-se muitas vezes com a simples informação que se transmite a distância”, incluindo como “outras formas de historiografia” as gazetas, a epistolografia e o que denomina “jornalismo”.

prática da “leitura em voz alta”, então corriqueira<sup>192</sup>. Ora, para além desse manuseio da tecnologia escrita para fins administrativos e eruditos, convém recordar as reflexões de R. Chartier acerca da função estratégica das representações: mais do que traduzir o real, digladiam em sua arena, “colocadas num campo de concorrências e de competições”. A representação seria utensílio mediante o qual “um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio<sup>193</sup>”.

Investigar como a Guerra Holandesa foi representada nos momentos iniciais, em resposta a contingências e agendas políticas específicas, implica perseguir as operações retóricas, os caminhos e escolhas em ação na fábrica do discurso. É trabalho de demarcação das soluções para o problema de como dizer o que acontecera, a partir da “prova” atribuída ao testemunho ocular ou aos recursos da oitiva e da averiguação diligente. O atrito bélico, tema histórico inscrito numa tradição historiográfica milenar, era, no contexto Ibérico dos anos 1620-1650, palco propício à publicística do olivarismo, da fidalguia e mesmo de partidos e sujeitos de média extração, ambiciosos das recompensas franqueadas pela cultura política, por a guerra envolver temas caros ao Antigo Regime como a bravura, a fidelidade ao rei, a defesa da fé. Bebiano aponta como, na historiografia da

---

192 BOUZA ÁLVAREZ, *Del escribano a la biblioteca, Op. Cit.*, p. 31 [tradução livre]. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una história cultural del Siglo de Oro*. Madri: Marcial Pons, 2001. SOUSA, *A gênese do jornalismo lusófono, Op. cit.*, p. 48 acrescenta que “os analfabetos pagavam para ouvir as publicações noticiosas ocasionais”, prática que se estenderia pelo século seguinte. A incidência do analfabetismo no Portugal seiscentista foi mais detidamente discutida em MARQUILHAS, Rita. *A faculdade de letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, com conclusões que questionam os altos índices de iletrados apontados por outros estudos. A argumentação, todavia, se desenvolve a partir de metodologia algo frágil e de um espaço amostral restrito, sendo os resultados relativizados pela própria autora.

193 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17.

época, “sobressai essa tendência para a consideração do ato de violência militar”, sobremodo se dirigido contra cismáticos, hereges e pagãos, situação em que é tido como “algo extremamente louvável, cuja justeza não carece de discussão<sup>194</sup>”.

A *relaçam*, embora não se abrigasse no gênero histórico, tal como compreendido no Seiscentos, atendia a uma prática consagrada e cumpria, entre outras, a importante tarefa de visibilização e festejo do feito bélico. A. Doré consigna a relação ao conceito de “cultura da vitória”, repertório de práticas que reúne gêneros como a poesia e o teatro, além de pinturas, gravuras e “os usos dos prisioneiros e dos objetos de culto. Estas diversas expressões seriam “formas de exercer, comemorar e registrar a vitória” que “buscam atingir objetivos materiais e simbólicos”, em nome do usufruto do triunfo e da construção de sua reputação<sup>195</sup>.

Evidencia-se a urgência dos grupos governativos de fazerem ressoar seus sucessos nas operações de sítio, nas confrontações marítimas e terrestres, pelos aportes de capital político que a poderosa imagem do rei esmagando inimigos concedia aos regimes vigentes. O que inscreve a relação no esforço geral de construção da “imagem da realeza”. Resenhando a obra de P. Burke e examinando as contribuições de autores como M. Bloch, E. Kantorowicz e C. Geertz, comenta Lilia M. Schwarcz ser vasta a bibliografia sobre a “relevância do ritual na efetivação do poder”, especialmente no caso da monarquia. Os estudos “têm destacado, a partir de ângulos diversos, como as vestes, os objetos, a ostentação e os rituais próprios da monarquia são parte essencial desse regime, constituem sua

---

194 BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Ed. Minerva, 2000, pp. 13-18, 161 e passim. KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

195 DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. *Talia Dixit*, Badajoz (Extremadura, Espanha), n. 6 (2011), pp. 121-122.

representação pública e, no limite, garantem sua eficácia”. Burke sem dúvida retoma concepções aventadas por Bloch ainda nos anos 1920, caracterizando a representação de Luís XIV nos termos do “marketing político” dirigido a angariar obediência e submissão. Para isso, investia-se não só em estratégias de pompa e magnanimidade inscritas na indumentária, na escultura, no patrocínio das ciências, mas ainda o cuidado com a ressonância de suas vitórias por parte de poetas, escritores e historiadores<sup>196</sup>. Conquistada a façanha, impunham-se a necessidade de fazê-la ser ouvida e “vista”, por parte dos que a haviam patrocinado e realizado, e o desejo de ouvi-la e “vê-la”, da parte dos demais.

Ainda pouco examinado na historiografia brasileira, o estudo da *relaçam* enquanto instrumento político e expressão literária e historiográfica dispõe já de alentada bibliografia em línguas estrangeiras<sup>197</sup>. Apontam esses estudos que o formato teria surgido ainda antes do século XV, derivado da prática epistolar, mediante um híbrido: a “carta-relação” que, destinada na origem ao espaço privado, “informa geralmente a um particular algum acontecimento de que foi testemunha o emissor”. No entanto, desvelando tema de interesse mais amplo, depressa vem a público. Eram missivas de diplomatas, missionários, negociantes e soldados espalhados por um mundo “crescentemente aberto à comunicação pela guerra, pelo comércio e pela colonização”, como em especial se verificou ao

---

196 SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Peter Burke. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. *Revista de Antropologia* (USP), São Paulo, 2000, v. 43, n. 1, pp. 1-2. BURKE. *A fabricação do rei*, *Op. cit.*

197 Vide o “estado da arte” apresentado por PENA SUEIRO, Nieves. Estado de la cuestión sobre el estudio de las Relaciones de sucesos. *Pliegos de Bibliografía*, Madri, n. 13 (1º semestre de 2001), pp. 1-19. E também BÉGAND, Patrick (ed.). *Las relaciones de sucesos: relatos fácticos, oficiales y extraordinarios*. Besançon: Presses Universitaires de Franche Comté: 2006, obra na qual alguns dos colaboradores são membros da *Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos* (SIERS), fundada em Coruña, em 1998, com encontros e publicações periódicas sobre o tema.

longo do Quatrocentos, difundindo achamentos e aventuras cujo exotismo encerrava o potencial de seduzir considerável audiência, persuadindo assim remetentes e destinatários à divulgação<sup>198</sup>.

No curso do Quinhentos, a relação arrebanha crescente autonomia (sem jamais desatar por completo os laços com a fórmula epistolar), amadurecendo com a própria expansão da imprensa, ramificando-se e especializando-se em subgêneros: relações de sucessos, de festejos, de naufrágios, de visitas eminentes, etc. Alguns desses títulos já ocasionalmente apareciam desde muito na literatura medieval. Em Portugal, como decorrência das explorações marítimas, floresce formato específico: o *relato de naufrágio*, rico em *topoi* literários mais tarde encontráveis nos panfletos seiscentistas. Os estudos do campo da comunicação social, advirta-se, sublinham que os “critérios de noticiabilidade” identificáveis no que as relações tematizam – “negatividade, referência a fenômenos insólitos, novidade, referência a pessoas da elite” etc. – autorizam tomá-las como precursoras das *gazetas* e do periodismo moderno. Lanciani reconhece em tais relatos a especificidade de um gênero ou, segundo outros, um “subgênero menor” das crônicas históricas de João de Barros e Damião de Góis, haja vista a “homogeneidade no plano da organização da matéria narrada”<sup>199</sup>.

Nos últimos decênios do século XVI e nos primeiros do XVII, vivia-se contexto internacional tumultuoso. Guerras contra a expansão otomana e em meio ao cristianismo secessionário, quando se travavam batalhas de grande repercussão, levavam os livreiros a investir nestes veículos de “informação efêmera” e as autoridades se valer de sua capacidade “massiva de difundir ideias e doutrinar o povo”, atingindo-se então o apogeu desta “literatura informativa”<sup>200</sup>.

---

198 BÉGAND, *Las relaciones de sucesos*, *Op. cit.*, pp. 9-10.

199 SOUSA, *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 43. LANCIANI, *Sucessos e naufrágios*, *Op. cit.*

200 PENA SUEIRO, *Estado de la cuestión*, *Op. cit.*, p. 1.

Repercutir vitórias através de panfletos se converte em ritualística do triunfo. E, se temos em mente a monarquia dos Filipes, composta de unidades políticas como Aragão, Catalunha e Portugal, onde militavam encobertas facções antagônicas, esta ferramenta discursiva se destaca como imperativa, veículo ideológico gregário e centralizador.

Os padrões em que aparecem as relações não são rígidos. Não se conhece nenhuma tratadística, terreno de discussão nem propostas de codificação e regramento, como nos exemplos das *Artes Historicae*. Predomina nestes panfletos o anonimato, porém não é raro indicar-se seu autor; costumam intitular-se com a própria expressão “relação”, embora havendo casos em que as manchetes são de “notícias”, “manifesto”, “novas” ou “carta” – indício ainda do condimento medieval em sua receita. Partícipes de uma forma de comunicação que se difundia no continente, vêm a ser os correspondentes portugueses dos *avvisi*, *relazione* e *fogli a mano* comuns na Itália, das *relations* e dos *occasionelles* franceses, das *relaciones* e *cartas nuevas* da Espanha e dos *Zeitungen* e *Berichte* alemães. Eram lidas ou ouvidas em todos os estamentos, sendo muita vez desnecessário comprá-las, porque circulavam de mão em mão e se deviam vender a preço módico. Veículo popular, portanto, em especial nos textos de menor extensão (de três ou quatro páginas), nos quais os impressores empregavam papel de má qualidade e tipografia descuidada. Embora se trate de folhas públicas, não eram escritos destinados à posteridade, mas ao consumo do dia, para a atualização do que ocorria no mundo.

A parca documentação existente dificulta reconstituir o processo de vendagem das relações. Lanciani considera-a uma “literatura de consumo”, gozando de boa acolhida do público: “em certos casos, a primeira edição se esgotava em brevíssimo tempo, dado que saía segunda no mesmo ano”. *Best-sellers* como o *Naufragio de Jorge de Albuquerque Coelho* alcançavam tiragens de mil exemplares, logo

vendidos, imprimindo-se segundo milhar, enquanto a média das tiragens na Europa da segunda metade do século xvi raro ultrapassando trezentos exemplares. As características editoriais dos panfletos, seu baixo custo e informações neles constantes (como locais de venda) permitem conjecturar que sua comercialização se daria em termos análogos aos dos “almanaques astrológicos” estudados por Miguel Carolino: vendas nas casas impressoras das principais cidades ibéricas e por caixeiros. Estes, aliás, garantiriam a capilaridade do noticiário para as zonas remotas, além das vizinhanças urbanas. Conhece-se a atuação dos “cegos papelistas”, vendedores de “folhetos pello meudo” desde o século xvii e que, na centúria seguinte, institucionalizados na Irmandade dos Homens Cegos do Menino Jesus, obteriam o privilégio da exclusividade da vendagem avulsa, confirmado em 1751, provocando reação irada dos livreiros<sup>201</sup>.

No avançar do século xvii, surgiriam relações em formato seriado e, pouco depois, gazetas periódicas onde seriam coligidas. Relações de sucessos continuam vindo a lume ainda nos séculos xix e xx, conquanto progressivamente substituídas por canais de informação regulares e especializados. No Antigo Regime, porém, os panfletos relatam eventos

Para o fim de informar, entreter e comover o receptor. Habitualmente consideradas como antecessoras da imprensa atual, cobrem todos os aspectos tratados por esta em suas diferentes seções: internacional, nacional, sociedade, sucessos (“casos”), mas com a ressalva de que cada *Relación* sói referir

---

201 CAROLINO, Luís Miguel. *A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos xvii e xviii*. Rio de Janeiro: Acess, 2002. SOUSA, A *Gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 48. LANCIANI, *Sucessos e naufrágios*, *Op. cit.*, pp. 51-53. BELO, André. *As Gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Estudos Sociais, 2001. DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000, pp. 59-60. MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil*. Vol. 1: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

um só acontecimento. Abordam diversos temas: festividades (entradas, bodas reais, exéquias, beatificações, canonizações, etc.), políticos e religiosos (guerras, autos de fé, etc.), extraordinários (milagres, catástrofes naturais), desgraças pessoais, viagens, etc.<sup>202</sup>

Não obstante esta especialização temática de que fala Pena Sueiro efetivamente vigore nas relações do século XVII, há casos diversos, com publicações ocasionais pluritemáticas. Variam ainda as formas de apresentação: manuscritos ou impressos, em verso ou prosa, com *pliegos sueltos* de duas folhas ou estendendo-se por centenas de páginas. Emprestam do gênero histórico as tradicionais advertências de precisão e veracidade para seus conteúdos, com o autor credenciando-se como testemunha ou averiguador laborioso e fidedigno. Tanta multiplicidade nos temas, estilos e volumes tem dificultado a tipificação por parte dos estudiosos, havendo dissensão acerca de sua condição de gênero particular e da própria definição do que seria uma relação<sup>203</sup>. Concorde-se, porém, no poder difusor desta literatura, sendo tais panfletos, afirma Ettinghausen, “o único meio importante de comunicação de massa secular na Europa antes

---

202 PENA SUEIRO, *Op. cit.*, pp. 1-2. SOUSA (coord.) *et al.* *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, pp. 47-48. Às vezes a relação trazia um tema principal ou manchete, seguido de outras notícias secundárias, como é o caso de uma publicação saída em Madri e Sevilha, em 1624, comunicando a terrível geada que pouco antes assolara os Países Baixos. O informe é seguido de outras notícias sobre assuntos militares. ANÔNIMO. *Perdida que en Olanda y Gelanda causaron las nieves, y yielos, que este año uvo, matando gran numero de personas, y destruyendo la mayor parte de los ganados de aquella tierra. Dase cuenta del grande castigo que Dios embiò sobre estas Islas, y como se anegaron mas de quarenta Ciudades y villas, con toda la hazienda, y la maior parte de los moradores dellas. Sacado de las cartas escritas de Flandes al señor Embaxador de Alemania, que assiste en la Corte.* Madri: por Juan Gonzales; Sevilha (“por su original”): por Francisco de Lyra, 1624.

203 PEREIRA, Ana Martinez. Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas. In: CARVALHO, J. Adriano de (Dir.). *D. Maria de Portugal: princesa de Parma (1538-1577) e o seu tempo*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1999, pp. 86.

do século xvii”, tendo a invenção de Guttemberg e o aperfeiçoamento dos sistemas postais “feito a coleção e a disseminação de notícias possível pela primeira vez em larga escala”<sup>204</sup>.

Os manuscritos, se não alcançavam semelhante amplitude, nem por isso deixavam de transitar e influir, às vezes permanecendo nesse formato como prevenção, por causa das versões heterodoxas e subversivas que encerravam. O poder mobilizável mediante esta ferramenta era enorme, com a censura oficial esforçando-se por controlar quais papéis convinha licenciar para publicação, por contarem versões favoráveis ou quando menos admissíveis dos episódios, e quais não. Um exemplo: o general das forças portuguesas na expedição baiana de 1625, D. Manuel de Menezes, era também o cronista-mor do reino e redigiu uma relação, a qual não obteve as licenças necessárias para o prelo, provavelmente por nela se ilustrarem com inconveniente crueza as desarmonias entre castelhanos e lusitanos na jornada. O Conselho de Estado, acresce Schwartz, teria agido no sentido de impedir a impressão desta e de outras relações julgadas subversivas frente à narrativa sancionada pela coroa espanhola<sup>205</sup>.

As relações seriam objeto de cuidadosa “filragem”, para emprestar o termo de Ettinghausen e Rault<sup>206</sup>; em outras palavras, destacadas e mobilizadas à sombra dos interesses em disputa nas diferentes esferas políticas do Antigo Regime. A historiografia, porém, tem debatido a propalada eficiência das instituições, na Península Ibérica, para a vigilância e censura do que se publicava em seus domínios. Interrogação pertinente a lançar sobre uma expressão

---

204 ETTINGHAUSEN, Henry. *The News in Spain: relaciones de sucesos in the Reigns of Philip III and IV. European History Quarterly*, Norwich (Norfolk, Reino Unido), 14 (1984), p. 1.

205 SCHWARTZ, *Voyage, Op. cit.*, p. 740. BOUZA ÁLVAREZ, *Del escribano a la biblioteca, Op. cit.*

206 ETTINGHAUSEN, *Op. cit.* RAULT, Didier. “Genealogia de las relaciones dedicadas a la batalla de Nördlingen (1634)”. In: BÉGRAND, *Las relaciones de sucesos, Op. cit.*, p. 200.

capilar, efêmera e virtualmente incontrolável, como eram as relações de sucessos. A malha censória moderna não atuava de forma harmoniosa e eficaz. Curto problematiza a ideia de que a censura era feita “em bloco” e não em meio a desinteligências, por exemplo, entre iniciativas por parte de casas nobres, ou em meio às eventuais resistências do Desembargo do Paço às ordens de proibição emanadas da corte. “A necessidade de censura do Estado não se revela homogênea”, conclui o autor, segundo quem a censura, para além de mera estrutura bloqueadora e sufocadora do pensamento, consistia num diálogo de eruditos, num “controle de qualidade” sobre a circulação de ideias e notícias<sup>207</sup>.

No caso do Portugal dos Filipes, conquanto alguns segmentos superiores da nobreza militassem seu filo-castelhanismo e ocupassem postos de relevo, noutras facções da fidalguia e em extratos inferiores atuavam partidos desgostosos com a União das Coroas, posição que transpirava em escritos da época, como há tantos anos demonstrou H. Cidade, em seu estudo da literatura sob os Habsburgo. Na poesia, nos compêndios jurídicos e teológicos, na historiografia de Alcobaça, argumentava Cidade, gestavam-se livros que na superfície admitiam a coligação dos reinos e acatavam os direitos dinásticos dos Áustria. Nas entrelinhas, porém, procuravam extrair e rememorar, a partir do passado português, exemplos não somente da “nítida diferença entre os dois povos, senão também a superioridade daquele que em nós se continuava, ou ao menos o atentíssimo cuidado com que ele tinha evitado a absorção<sup>208</sup>”.

---

207 CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 81-89.

208 CIDADE, *A literatura autonomista*, *Op. cit.*, p. 94. A interpretação de Cidade, todavia, estende essa oposição política autonomista à dimensão de um nacionalismo generalizado, representando-se a nação como arredia ao filipino “estrangeiro”. A leitura tem sido contestada, sobretudo, pela historiografia espanhola. Vide BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*; VALLADARES, *Portugal y la Monarquía Hispánica*, *Op. cit.* e SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

O separatismo luso, ainda que adormecido, cifrado em obras mais ou menos eruditas, permanecia combustível político a vigiar, por parte de Madri. Ora, era grande o anseio do conselho de Estado e da claque olivarista não só quanto ao sucesso da armada de D. Fadrique, mas igualmente de, uma vez triunfante a expedição, fazer ver a todos, amigos e adversários, o benefício de sua política centralizadora e unionista. O sustentáculo ideológico do regime repousava no discurso da quietação e harmonia entre os vários reinos componentes do império Habsburgo, baliza que a todo tempo convinha rememorar e diante da qual urgia tolher eventuais dissonâncias e contradiscursos.

O conde-duque penava por engajar os reinos hispânicos nos esforços financeiros e militares em Flandres e na Itália, que sangravam o Erário e o exército, o que ajuda a entender a “constante necessidade de recordar aos castelhanos a prioridade da luta contra os inimigos e hereges holandeses<sup>209</sup>”, a prevalecer sobre desavenças intestinas. O valido, aliás, acalentava “desde que entrara no serviço do rei” o conhecido projeto da “União de Armas”, por meio do qual pretendia que “os reinos de sua Majestade fossem entre si cada um para todos”, como confessava em carta<sup>210</sup>. Ideal de que a Jornada dos Vassalos seria ilustração brilhante, numa conjuntura que não poderia prescindir de exaustivo trabalho de propaganda e inculcação.

A guerra impunha, pois, demandas não só econômicas nem militares, mas discursivas. Os oponentes atacavam nos oceanos, nas frentes de batalha, nas casas impressoras e à Coroa urgia disparar petardos para o contra-ataque. Nos centros europeus se espalhavam notícias da conquista neerlandesa da Bahia, em 1624, ou de Pernambuco, em 1630, a enodoar o poderio e a reputação imperial espanhola, em plena Guerra dos Trinta Anos. Em meio

---

209 RAULT, Didier. *La información y su manipulación en las relaciones de sucesos. Cricón*, Toulouse n. 86 (2002), p. 108.

210 ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares, Op. cit.*, 2010, p. 282.

ao enfrentamento dos inimigos em armas, instaurava-se ambiente polêmico, propício a narrativas alegadamente verídicas que demonizassem e desmoralizassem os castelhanos, com a máxima publicidade possível. Para além dos benefícios políticos, a tática vinha a ser comercialmente vantajosa, atendendo a um público sequioso de novas sobre batalhas e feitos memoráveis.

As relações de sucessos não operavam como uma agência de notícias regulares da guerra, mediante o afluxo periódico de informes. A imprensa periódica demoraria ainda muitos anos para ensaiar seus primeiros passos em Portugal e mais outros tantos para firmar-se em definitivo<sup>211</sup>. No caso das relações de sucessos bélicos, certos eventos impulsionavam a escrita de relações, mas não todos. Eram determinantes não só os lucros projetáveis, mas mais ainda a quem poderia interessar a veiculação das novas. Como adverte Ana Pereira, uma vitória heroica como a de Lepanto, em outubro de 1571 – tal como a recuperação de Salvador ou de Recife – tendia a estimular a produção de caudaloso afluxo de folhetos daquele sucesso nas semanas e meses seguintes, sendo celebrado nos espaços públicos em exaltação festiva.

A noticiabilidade dependia de um componente disruptivo. O cotidiano e a regularidade, no Seiscentos, não importam às relações, que se manifestam como uma literatura da erupção, do que perturba o sossego e se antevê extraordinário. Mesmo relações de

211 O advento da imprensa lusa no Antigo Regime tem sido examinado, tanto em suas primícias no século XVII quando em sua difusão e institucionalização, no XVIII, por diversos autores. Além da já citada coletânea coordenada por Jorge Pedro Sousa, ver: BEBIANO, *A escrita de Marte, Op. cit.* CARVALHO, *Mais na opinião que nas forças, Op. cit.* MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história. In: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX).* São Paulo: Alameda, 2009. LISBOA, João L; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda &. *Gazetas manuscritas da biblioteca pública de Évora.* 3 vols. Évora: CIDHEUS, 2002-2012. BELO, *As Gazetas e os livros, Op. cit.*

visitas de autoridades, de bodas, de eventos climáticos sublinham o que tais acontecimentos comportam de enorme, de surpreendente ou inigualável. Proliferam os títulos chamativos e há depoimentos de aparições de monstros<sup>212</sup>. Para as relações de temática bélica, um conflito mais vizinho como a guerra de Flandres, “largo, com muitas ramificações e motivos confusos”, injetava combustível a seguidas novidades editoriais, mais ainda quando sobrevinha algum feito espetacular, como a capitulação de Ambers, em 1585<sup>213</sup>, o a de Breda, em 1625.

A simplicidade do episódio ou, antes, sua simplificação mediante escolhas discursivas e estilísticas e, ademais, o caráter pontual e avassalador da empreitada vitoriosa eram os ingredientes saborosos das relações de sucessos bélicos, tanto no quesito comercial quanto no político. A linguagem era direta. Em vez de se debruçar em pormenores diplomáticos, oferecia-se ao público uma notícia-espetáculo, breve e entusiasmante. Pelos motivos opostos, as derrotas, quando sobrevinham, tendiam a ser silenciadas. “Se a temerária aventura de invadir a Inglaterra se tivera levado a termo com êxito”, diz Pereira, aludindo à expedição da Invencível Armada, em 1588, “o continente europeu – e em particular a Espanha – teria amanhecido coberto de relações sobre o feito”. Obviamente não foi o caso, porque “os fracassos são difíceis de se vender em larga escala e, sobretudo, o poder se preocupa por não difundi-los”<sup>214</sup>.

Havia, no entanto, casos muito peculiares, quando se via vantagem em atribuir culpas e desviar atenções, ou quando se conquistavam eventuais triunfos dentro do quadro maior desfavorável. Aí

---

212 Para um exemplo tardio: ANÔNIMO. *O mayor monstro da natureza, aparecido na costa da Tartaria Septentrional no mez de Agosto do anno passado de 1739*. Lisboa: na officina de Luis Jozé Correia Lemos, 1740. Tradução de original neerlandês, “para instrucçam dos Curiozos”.

213 PEREIRA, *Alejandro Farnese, Op. cit.*, pp. 98-99.

214 *Idem*, p. 102.

partidos ou sujeitos poderiam decidir narrá-los. Assim foi a relação publicada em Lisboa, em 1632, contando a defesa da “Paraíba”, pelas forças de seu capitão-mor, Antônio de Albuquerque. Rendidos Recife e Olinda, os holandeses passaram a assediar as capitânicas vizinhas. Em um tempo de reveses, a resistência bem-sucedida de 1631-1632, quando o assédio flamengo aos fortes do litoral paraibano é rechaçado, representava oportunidade tanto para as autoridades em Lisboa e Madri como para o partido local do capitão-mor, o qual terá julgado proveitoso propagandear sua façanha. Daí a encomenda para que frei Rosário a relatasse<sup>215</sup>.

Tanto o alarde quanto o silêncio, portanto, demarcam estratégias no combate aos problemas internos e nas questões de diplomacia e de reputação. A “guerra de papéis” exercia função crucial nesse contexto e, como infere Usunáriz, “o recurso à publicação das relações de sucessos para dar a conhecer à opinião pública os êxitos militares da Monarquia tem um particular interesse para o estudo das relações internacionais<sup>216</sup>”. Particular interesse, é certo, pelo modo como revelam, através do que *a langue* sanciona e interdita na *parole*, e pelo modo como mascaram a ação dos sujeitos políticos centrais e periféricos.

---

215 ROSÁRIO, Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria que ouve o capitão mor da capitania da Paraíba Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda, que são vinte naos de guerra, & vinte & sete lanchas: pretenderão occupar esta praça de sua Magestade, trazendo nellas para o effeito dous mil homens de guerra escolhidos afora a gente do mar*. Composta pello reverendo padre Frey Paulo do Rosario commissario Provincial da Provincia do Brasil da ordem do Patriarcha Sam Bento, como pessoa que a todo se achou presente. Lisboa: por Jorge Rodrigues, com licenças, 1632.

216 USUNÁRIZ, Jesus M. América, la política internacional europea y las “relaciones de sucesos” españolas tras los tratados de Westfalia. *Rev. Chilena de literatura*, Santiago, n. 85 (nov. 2013), p. 180.

## Mentira, alarde e silêncio nas relações de sucessos ibéricas

### “Relações falsas” e narrativas inimigas

De que modo, então, sucessos como o cerco de Salvador em 1625, a resistência ao cerco nassoviano de 1638 ou as Batalhas dos Guararapes de 1648 e 1649 se converteram em fatos históricos? A quem interessava esta conversão e que caminhos percorreram tais sucessos, desde sua existência acontecimental até sua representação na *Nova Lusitania* e na *Istoria delle guerre*? O exame destas questões revela o quanto a construção do texto historiográfico, no Seiscentos, atendia a pressões imediatas, nos termos de uma intervenção política, com a *performance* textual respondendo a demandas que se podiam circunscrever a esferas locais e, simultaneamente, inserir-se em “guerras de papel” entre nações beligerantes.

Antes que portugueses e espanhóis iniciassem sua escrita da história da Guerra Holandesa, viram-se alvejados por relações vertidas nos idiomas dos inimigos. Nos Países Baixos, já no ano de 1624, seriam publicados diversos folhetos divulgando a notícia da tomada da Bahia pela esquadra de Willkens e van Dort, em panfletos, alguns lacônicos, mas outros acrescentados de descrições e roteiros da terra. O mesmo se repetiria nos anos seguintes, diante da captura da frota de prata, da perda de Olinda, da batalha de Mata Redonda e do governo de Nassau (1637-1644)<sup>217</sup>. No caso da captura de Salvador, a profusão desses papéis em várias línguas, publicados antes de 1624 terminar, indica os proveitos propagandísticos abertos aos que, nas nações adversárias da Espanha, reverberassem a captura da rica praça castelhana. Autores, editores e patronos sacavam, é certo, do repertório comum de imagens hispanóforas

---

217 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 190 e ss. VAN GROESEN, Michiel. *Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brasil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

oriundas do contexto de inimizades e lutas tão continuadas, fruto não apenas do afã pela independência das Províncias Unidas, mas do próprio expansionismo dos Habsburgos, herdado do século anterior<sup>218</sup>. A guerra era também o habitat da polêmica.

De 23 de maio de 1624, quinze dias após a captura flamenga de Salvador, data uma carta-relação de Jan Cornelis Pick, “servidor da palavra de Deus naquele lugar”, publicada no mesmo ano “com permissão da Municipalidade de Delft<sup>219</sup>” e acompanhada, nas semanas e meses seguintes, de outros textos em neerlandês, inglês, alemão e francês, às vezes originais, às vezes traduções uns dos outros. Amiúde da lavra de testemunhas do triunfo neerlandês de 8 de maio, seus títulos aludiam à “*goede nieuwe*” recentemente trazida da América, buscando desde as primeiras linhas fisgar a atenção do leitor, prometendo a singeleza de uma “*true description*” ou, para não restarem dúvidas, “*warhafft, umbstand un gründlicher Bericht*”, como jurava uma folha alemã. Como aponta Rodrigues, às vezes um mesmo texto saía traduzido em vários idiomas, prática corriqueira no gênero. Embora estes papéis transpirenaicos não sejam os objetos da presente investigação, a consulta a alguns deles evidencia as semelhanças, no aspecto formal, às “relações de sucessos” e “breves relações” ibéricas, a apontar a existência de um formato específico, praticado em diversos países naquela quadra<sup>220</sup>.

---

218 SCHAMA, *O desconforto da riqueza*, *Op. cit.*, pp. 61-100.

219 PICK, Jan Cornelis. *Copie Eens Briefs, geschreven uyt West-Indien, inde Hooft-Stadt van Bresilien ghenaeamt de Totus le Sanctus (sic), den 23. Mey, Anno 1624*. Door den gheceerden. Jan Cornelisz Pick, Dienaer des Godlijcken Woords aldaer. Met consent der ed. Heeren der Stadt Delff. Tot Delff, Gedruckt by Cornelis Jansz Timmer, woonende aen't Merckt-veld inden beslaghen Bybel. Delft: impressor Cornelis Jansz Timmer, 1624. *Apud* RODRIGUES, *Historia e historiografia*, *Op. cit.*, p. 190.

220 RODRIGUES, *Historia e historiografia*, *Op. cit.*, pp. 190-192. No inglês: “descrição verdadeira”. No alemão, “Verdadeiro, circunstanciado e minucioso relato”.

Ecoar a derrota espanhola, fazendo-a lida e ouvida na Europa em tão curto intervalo, era sem dúvida acrescentar uma vitória diplomática à militar. O baque de Filipe, à parte os prejuízos econômicos imediatos, era representado como desonra, desnudando como falso o seu pretense poderio, o que, em meio ao conflito, pesava em prejuízo à reputação militar do império, símbolo valioso na gramática do poder da época, pondo sob ameaça o moral na nação. Outro exemplo, a *Relation veritable de la prinse de la Baya*<sup>221</sup>, anônima e também de 1624, é indicativa da atenção francesa aos desdobramentos daquela aventura marítima, num ambiente de disputas franco-castelhanas pelo controle da região da Valtelina, no norte da Itália. Mesmo antes que a França declarasse guerra à Espanha no interior da Guerra dos Trinta Anos, Richelieu ministrava discretos apoios aos adversários protestantes dos castelhanos, para o fim de sangrá-los. Ademais, a posse da região alpina era estratégica para Madri, face ao uso do *camino español*, rota terrestre através da Lombardia pela qual se remetiam reforços de tropas e vitualhas para a guerra em Flandres<sup>222</sup>.

Dessa forma, a queda de Salvador sob a wit cintilava, para além da luta hispano-flamenga, também como xeque-mate do enxadristo francês nos bastidores e, na lógica das alianças geopolíticas da época, podia ser amplificada pela propagandística como grave revés da casa de Habsburgo, a desmentir sua grandeza e premonizar sua derrocada. Daí a variedade de textos franco-neerlandeses sobre os sucessos brasileiros de 1624 – às vezes somando ao sucedido o imaginado. Entrado o ano seguinte, seria publicada a notícia de um bombástico triunfo flamengo no mar sobre a armada

---

221 ANÔNIMO. *Relation veritable de la prinse de la Baya de todos los santos, & de la ville de S. Sauueur au Brasil*. Par la Flote hollandaise. O impresso de doze páginas, conservado na John Carter Brown Library, Providence, Rhode Island, não traz indicações do impressor, apenas o ano de M. DC. XXIV (1624).

222 ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares, Op. cit.*, pp. 262 e ss.

espanhola de D. Fadrique de Toledo, em breve traduzida para o francês e publicada em Paris sob o título de *La defaite navale de trois mil, tant Espagnols que Portugais*<sup>223</sup>. O folheto, de quatorze páginas, não só comemorava uma suposta vitória neerlandesa após quinze dias de combates navais, como acusava os espanhóis de engenhosa operação de encobrimento.

Inicia-o o autor anônimo aludindo a antigo adágio de que *Libi leonina non sufficit, alliganda est vulpina*<sup>224</sup>, que parafraseia como: “se tua força é demasiado pequena e frágil para subjugar teu inimigo, aplique ardis e finezas”. Os espanhóis seriam contumazes nesta sorte de malícia, havendo “bem fornido sua bolsa deste recurso” e se feito peritos pela reincidência, sendo inúmeros os exemplos e provas de sua reiterada descompostura. Era de todos sabida, prosseguia, a tomada neerlandesa da Bahia, valiosa joia da Espanha, “a qual, para restaurar e recuperar a dita praça, recorreu a todos os meios”, enviando “frotas com grande número de soldados portugueses e espanhóis para caçar os holandeses”. Os castelhanos estavam repetindo nos territórios ultramarinos crueldades cometidas na Europa, sobretudo em Flandres<sup>225</sup>.

---

223 ANÔNIMO. *La defaite navale de trois mil, tant Espagnols que Portugais, mis & taillez en pièces par les Hollandois, à la Baya de Todos los Sanctos*. Traduite de Flamand en François. Paris: por Jean Martin, 1625. Não foi possível localizar a relação original holandesa, aceitando-se (o que não é seguro) ser a notícia desse original mais do que inteligente tática de verossimilhança do editor francês.

224 Atribuem-se diversos registros anteriores da frase a humanistas como o brabantino Andrea Schottus (1552-1629) e a Erasmo de Rotterdam, trazendo a lição de que, não se alcançando o que se deseja pela força (do leão), use-se da esper-teza e da trapaça (da raposa). КОЧЕР, Henerik. *Dicionário de Expressões e Frases Latinas*. Disponível em: <http://www.hkocher.info>. Consulta em 02/02/2015. A tradução do autor da *La defaite navale*, no seguimento do texto, é: “se a cauda do leão não é longa o bastante, acrescente-se-lhe à ponta a da raposa”, que vem a ser mais paráfrase que tradução. *Idem*, p. 3.

225 ANÔNIMO, *La defaite navale, Op. cit.*, pp. 1-3.

O leitor franconeerlandês estaria decerto familiarizado com a linguagem deletéria aos espanhóis, dada a violência que sustentou a repressão, poucas décadas antes, ao movimento independentista dos Países Baixos, sob a espada do duque de Alba<sup>226</sup>. Contudo, celebra o escritor, naqueles mares da América, “a sorte mudou e a oportunidade escapou aos espanhóis”. Chegada à Bahia, desejosa de obedecer a seu rei, depressa a armada de D. Fadrique se atira contra a frota neerlandesa, mas esta opõe tal resistência,

Que depois de uma furiosa bateria, que durou quinze dias consecutivos, os espanhóis e portugueses se retiraram e fugiram, tendo perdido mais de três mil homens, entre os quais mais de mil dos mais nobres e notáveis de todo Portugal. Os holandeses não perderam mais do que oitocentos homens<sup>227</sup>.

Tudo segundo jurara um suposto prisioneiro espanhol que estivera na Bahia, donde escapara, sendo seu barco capturado pela patrulha neerlandesa. Uma vez derrotados no mar, os espanhóis teriam desembarcado suas tropas na Bahia, todavia os neerlandeses sitiados aguardavam para breve o socorro e contavam com ótimas chances de defender a cidade.

Diante disso, garante o autor, receosos de que manchetes de tão má nota se espalhassem, valeram-se os ibéricos de um embuste: em lugar do dano sofrido, divulgaram “o rumor de que foram eles que obtiveram a vantagem e de que os holandeses estavam inteiramente derrotados”, buscando com a tramoia evitar que outras nações se animassem a auxiliar a *wic*. “Para cobrir a feiura de sua mentira e embuste”, teriam os espanhóis acrescentado nova trapaça à anterior, inventando que os flamengos perpetravam atrocidades sobre a população da Bahia, sendo por isso, em retaliação, “assaltados e

---

226 ISRAEL, *The Dutch Republic*, *Op. cit.*, p. 155 e ss. SCHAMA, *O desconforto da riqueza*, *Op. cit.*, p. 261 e ss.

227 *Idem*, pp. 3-7.

massacrados pelos ditos habitantes”. Mentira tão desproporcionada, apunhala o metafórico panfletista, que uma tal “fineza nada sutil [“*cousuë de fil blanc*”] nem sequer merece réplica”. Contudo, o real mentiroso era ele<sup>228</sup>.

A *La defaite* alegava não só relatar a “vitória naval” inédita, mas visava a desmentir relações precedentes. As publicações, mais do que se suceder, dialogavam, e os objetivos na esfera internacional associam-se aos propósitos editoriais domésticos. Ensina-nos este curioso cambalacho que até meados de 1625, desconhecido o desfecho da Jornada dos Vassalos assim na Ibéria como em Paris e Amsterdam<sup>229</sup>, nem por isso a operação de narrá-lo quedava inerte. Na ausência de noticiário, os interesses políticos e comerciais e a fantasia supriam as lacunas e os entreveros marítimos se tornavam assunto dos papéis em circulação. No ainda brumoso cenário, havia espaço para valer-se da desinformação e fabricar aventuras. Isto em vista, primeiramente, dos lucros que semelhante imposição editorial recolheria, em meio a leitores sedentos por novas do entrechoque. Ainda que não disponhamos de provas, podemos suspeitar da promoção ou ao menos da leniência de autoridades face à veiculação de informes falsos. A existência da tradução francesa, tão expedita, insinua as largas vantagens de divulgar-se o “feito” no

---

228 *Idem*, pp. 7-8. A historiografia não menciona tal batalha naval nem a supostamente calamitosa derrota luso-castelhana. SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals*, *Op. cit.* EDMUNDSON, George. *The Dutch Power in Brazil. The Struggle for Bahia 1624-1627*. *English Historical Review*, Oxford, Vol. x1,1896, pp. 231-259.

229 Não esqueçamos a maior distância dos mares até Amsterdam, percorrendo a norte a Baía de Biscaia e o Canal da Mancha. As condições de navegação naquelas águas eram muita vez desfavoráveis. A esquadra de Willekens e van Dorth que assaltaria a Bahia em 1624, saindo a 21 de dezembro de 1623 da ilha de Texel, no litoral holandês, enfrentou na travessia do Canal da Mancha renhida procela, pela baía de Plymouth, desencontrando-se seus navios, que apenas se puderam reencontrar em Cabo Verde um mês depois. TAMAIO DE VARGAS, *Restauracion*, pp. 30v-31. O que se sabia em Lisboa bem podia demorar semanas até chegar ao Mar do Norte.

eixo Amsterdam-Paris. A menção feita pelo bem-informado panflelista da *La defaite* a um murmurado socorro da esquadra inglesa do duque de Buckingham, a unir-se às forças de Guilherme de Nassau e do coronel Edward Cecil contra Filipe IV, reforça a impressão<sup>230</sup>.

Em Madri, em Lisboa, na Andaluzia, no Alentejo e na Catalunha, o público porventura terá conhecido algumas dessas relações estrangeiras, folheando-as com apreensão enquanto os soldados de D. Fadrique e D. Manuel de Menezes singravam o Atlântico. O bombardeio retórico franco-neerlandês seria mais um ingrediente a animar os escritores ibéricos ao revide, tão logo aportassem as boas novas que cruzavam o oceano (ou mesmo antes, produzindo também novas fantasiosas), desmascarando a charlatanice dos inimigos e comprovando, com a figura da esquadra vencedora, o contrário do que no exterior se propagava.

A impressão de “relações falsas”, advirta-se, não era de modo nenhum recurso inaudito às práticas editoriais dos séculos XVI e XVII. Ana Pereira nota que, por ocasião da expedição da Invencível Armada castelhana contra os ingleses, em 1588, se os vencedores britânicos a celebraram dando a lume inúmeros relatos, na Espanha, enquanto não eram ainda irrefutáveis os burburinhos do desastre, “se receberam notícias falsas que falavam do êxito da armada espanhola, alguma das quais se chegou a editar”<sup>231</sup>. Se fora assim na estreiteza do Canal da Mancha, com que oportunidades não acenava a lonjura que ia da Europa ao litoral da Bahia? Autores de uns e outros países acusavam-se de contumácia nessa desfaçatez. Seria, decerto, prática vantajosa: o desmentido demoraria meses e, até lá, bem se poderiam engendrar efeitos políticos favoráveis. A desinformação, para além do juízo moral, assumia um caráter criador de alternativas, mantenedor do engajamento

---

230 ANÔNIMO, *La defaite navale*, *Op. cit.*, pp. 9-10.

231 PEREIRA, Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas, *Op. cit.*, p. 102, nota 57.

perante o esforço de guerra, mostrava-se utilíssima e era, portanto, recorrentemente empregada.

Pouco tempo depois da publicação da *La defaite navale*, Tamaio de Vargas recriminava o que chamava do costume batavo de disseminar notícias falsas para conservar sua população coesa em torno da causa nacional, perante a instabilidade tida por inerente ao seu sistema republicano descentralizado. Finda a Trégua de 1609-1621, os “pescadores rebeldes” entraram a dar assaltos às possessões espanholas em todas as Índias e na Europa, esperando com isso avantajarse a causa de sua independência. Todavia, continua o cronista-mor, conquanto esmagados no além e no aquém-mar, em seus folhetos mentiam pelo contrário,

Para conservar o ânimo no povo, que decairia com o horror de tantos repetidos infortúnios, perigara a união em que consistem suas forças: com o que se publicou em Amsterdam que a armada que havia sido desbaratada pelos [navios] Reais, indo a cargo de Lermite, havia entrado vitoriosa não só nas fortalezas menores do Peru, mas também na maior de Lima<sup>232</sup>.

Era mentira, o almirante Jacques L’Hermite jamais tomaria Lima. Às vésperas da chegada a Lisboa e Madri das informações sobre a vitória da armada de D. Fadrique, agitava-se um ambiente em que as relações de sucessos, verídicas ou ficcionais, abundavam, anunciadas e vendidas à larga nas praças e casas impressoras, amplificando em manuscritos, pela imprensa e pela difusão da cultura escrita o engajamento popular nos acontecimentos. Desde 1621, com o fim

---

232 VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador*, *Op. cit.*, p. 7v. Em nota marginal, Tamaio de Vargas atribui o engodo a um M. Gotardo Arthusio, editor do *Mercurio Gallo-Belgico*, periódico saído entre 1624 e 1625, a que o castelhano faz menções ao longo de seu livro. “Lermite” é o almirante holandês da “Frota Nassau”, Jacques L’Hermite, que atacou portos no litoral peruano em 1624, morrendo no porto de Callao, sem tomar Lima.

da Trégua, avolumava-se na Espanha o número de publicações relativas aos Países Baixos. E não só as de temática bélica, dando parte das glórias nos campos de Flandres e das refregas no mar contra esquadras neerlandesas<sup>233</sup>, mas também as ocupadas com outros eventos flamengos, como, por exemplo, as fortes geadas que castigaram as províncias da Holanda e Zelândia no inverno de 1623, interpretadas como castigo divino contra os hereges, “ainda que haja muitos católicos entre eles”<sup>234</sup>.

A coleção destes panfletos, para além do papel cultural precursor do periodismo que alguns autores lhe atribuem<sup>235</sup> (visão em certa medida teleológica, com a qual tendemos a discordar), desempenhava também a importante função de inaugurar a historicização dos acontecimentos. Ainda que não raro recorressem à fraude e ao charlatanismo, práticas que, como veremos, teriam largo emprego na escrita da Guerra Holandesa. Formulavam soluções narrativas para a difícil tarefa de converter o real em texto, soluções essas que mais tarde seriam retalhadas, alinhavadas e cosidas pelos historiadores, na tessitura de seus compêndios.

---

233 Sendo também tema de relações, por óbvio, as batalhas contra os hereges no Oriente, sobretudo quando vencidas. ANÔNIMO. *Relacion cierta y verdadera de la feliz vitoria y prosperos sucessos que en la India Oriental han conseguido los Portugueses, contra armadas muy poderosas de Olanda, y Persia, este año de 1624. La fecha en la ciudad de Goa, cabeça de aquel Reyno, a 27 de Março, del dicho año, y vino en la nao Santo Tomé. Referense las naos y armadas que a los enemigos le han desbaratado, la muchedumbre de gente que le han muerto, las fortalezas, y lugares que han ganado, y una ciudad muy fuerte, con otras nuevas de gran alegría para los Catolicos.* Madri: por Bernardino de Guzman, 1625.

234 ANÔNIMO. *Perdida que en Olanda y Gelandia causaron las nieves, y yielos, Op. cit.*

235 PENA SUEIRO, *Estado de la cuestión, Op. cit.*, pp. 1-2. SOUSA (coord.) et al., *A gênese do periodismo lusófono, Op. cit.*; TENGARRINHA, *História da imprensa periódica portuguesa, Op. cit.*

## Panfletos do Annus mirabilis

Rendidos os neerlandeses em Salvador a 1º de maio de 1625, alguns dias depois se expediram desde o Brasil os primeiros comunicados. Como ocorrera nos Países Baixos no ano anterior, pouco decorreu após a recuperação e já testemunhas dos acontecimentos se faziam depoentes, prontificando-se a sacar da pena e narrá-los. Embora a documentação disponível não permita reconstituir a sequência exata das publicações – os impressos de ordinário trazem as datas das redações, mas não das impressões – há provas de que a escrita delas principiou tão logo veio o cessar-fogo, quando não antes, urgência compreensível, pelo valor da notícia “quente” e inédita.

Guarda-se na Biblioteca Nacional de Espanha uma relação manuscrita do frade espanhol Francisco de San Juan, refugiado com a população soteropolitana na aldeia do Espírito Santo, no Recôncavo, depois da invasão de maio de 1624 até meados de outubro. O escrito é de particular interesse por complementar a maioria das relações conhecidas, porque não descreve a jornada da armada de Fadrique e sim a resistência no interior, sob o comando do bispo D. Marcos Teixeira. Segundo Magalhães, a redação seria tardia, do segundo semestre de 1625, por constar no texto uma velada alusão ao socorro prestado por Salvador Correia de Sá e Benavides à resistência, em fevereiro deste ano. A referência a Benavides, porém, é obscura e incerta. Parece, ademais, improvável que uma relação castelhana posterior à chegada à Europa da nova da recuperação do Brasil se ocupasse de mencionar o feito, ainda mais de modo cifrado<sup>236</sup>. É mais provável que o texto tenha sido escrito em 1624

---

236 MAGALHÃES, *Frei Francisco de San Juan, Op. cit.* Conhecem-se também folhetos que se encerram antes do desfecho de 1º de maio ANÔNIMO. *Relaçam do dia em que as armadas de sva Magestade chegarão à Baya, & do que se fez até vinte dous de Abril, em que mandou a Pernambuco desde vinte e nove de Março, em que derão fundo na dita Baya.* Lisboa: por Pedro Craesbeek, 1625.

ou começos de 1625, quando quase nada se sabia na metrópole da resistência local e depoimentos como aquele tinham grande valor.

Restaurada a praça, fazia-se crucial para autores, patronos e editores não perder as primeiras embarcações saídas de Salvador em meados de maio, portadoras da boa nova. Seria auspiciosa a expectativa de lucros e louros para os mais velozes em relatar o sucesso: em meio aos certames promovidos nas principais cidades ibéricas, os leitores ansiariam por descrições da aventura e do triunfo.

Confusas informações já circulavam na Península Ibérica, ainda em fins do primeiro semestre de 1625, com base em disse-me-disse e na sempre alerta safadeza dos aproveitadores. Um exemplo é a *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad*, datada de Sanlúcar de Barrameda a 10 de maio de 1625 e impressa em Sevilha. O conteúdo proviria de missiva enviada a um nobre sevilhano, dando conta de como um navio aportado semanas antes em Amsterdam, vindo “da cidade que chamam de Brasil”, teria assistido à recuperação de Salvador para os domínios de Filipe IV. O papel diz que a armada espanhola cercara a Bahia e incendiara os navios batavos, desembarcando soldados em terra e rendendo os 800 defensores da praça. Teriam estes um triste destino: “o general da dita Armada da Espanha havia mandado que a todos passassem ao cutelo, sem que se deixasse uma pessoa só com vida<sup>237</sup>”. Horrível, sem dúvida. E inverídico: Salvador entregou-se apenas a 1º de maio e não era possível, no ritmo das comunicações da época, dispor-se em Amsterdam ou no sul da Espanha de testemunhos da rendição em tão curto intervalo. Quase nada na *Carta cierta y verdadera*, salvo o desfecho vitorioso, coincide com as narrativas mais tarde

---

237 ANÔNIMO. *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad, desde la Ciudad de San Lucar, haziendole Relacion de la cõficion que hizo un Maestre de una Nao que cogio el Armada del Almirantazgo, en que declarò, que el Brasil estava ya por el Rey Nuestro señor, y como le quemaron sus Naos, y passarõ a cuchillo ocho-cientos hombresq dentro avia*. Sevilha: por Juan de Cabrera, 1625, p. 3.

publicadas e com a sequência dos fatos conhecida. Não relata a vitória, adivinha-a.

Trata-se, como no caso da *La defaite navale*, de outra relação falsa. O papel oferecia ao leitor ibérico o glorioso final por que todos esperavam: o herege castigado, o Brasil restituído, Espanha apoteótica. Podemos apenas imaginar as dificuldades das autoridades para barrar as tantas “*fake news*” vendidas como testemunhais – se é que disso se ocupavam. Há razões para julgar as relações falsas como um filão editorial no período, tamanha sua recorrência, com editores prontos a arriscar narrativas persuasivas e verossímeis sempre que se sabia de expedição incerta e perigosa. No caso de uma publicação conveniente aos desígnios políticos do olivarismo como a da *Carta cierta y verdadera*, não é, além disso, nada improvável que os rigores censórios se abrandassem.

A narrativa ibérica da história da Guerra Holandesa, pois, tem início nas penas de charlatães e foras-da-lei: a *Carta cierta*, como aliás outros papéis posteriores, não apõe as licenças então exigidas aos impressos, pela pressa de comercializá-la e obviamente pela impropriedade de seu conteúdo. Em Portugal, vigorava uma “tríplice censura”, pela qual se exigiam licenças da Inquisição, do Ordinário (eclesiástico) e da Mesa do Paço (censura civil). Para o caso espanhol, a esfera civil atuava na censura prévia, enquanto a Inquisição fiscalizava obras já impressas, nacionais ou estrangeiras. A Pragmática de 7 de setembro de 1558 estabelecera a competência do Conselho de Castela em matéria de licenças de impressão<sup>238</sup>. Isto explica por que os panfletos espanhóis autorizados (como textos escritos por D. Fadrique de Toledo, impressos em Madri em 1625), de ordinário, apõem apenas a licença civil.

---

238 MARTINS, Maria T. E. Payan. *A censura literaria em Portugal nos séculos xvii e xviii*. Lisboa: FunD. Calouste Gulbenkian, 2005. CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 81-89. VARELA, *Literatura jurídica y censura*, *Op. cit.*, pp. 293-298.

Não obstante os riscos para os que burlassem regras censórias – pelo jeito não muito elevados, porque diversas relações sem licenças anotam o endereço onde o cliente as poderia comprar – os lucros seriam sedutores no clima de expectativas por informações da armada. Ademais, os baixos preços dos panfletos fariam deles investimento de considerável liquidez e rápida vendagem. Embora algumas relações ostentem licenças (sobretudo os relatos escritos por oficiais régios, fidalgos e autoridades, cujas conexões e amizades acaso acelerariam os trâmites dos conselhos e mesas), a maioria delas, falsas ou não, ignora-as. Aguardar pelas autorizações implicaria demora de no mínimo semanas, quando a notícia já estaria caduca e a janela da oportunidade, perdida. Informações fidedignas demorariam alguns meses para circular e é possível que muitas relações falsas, hoje perdidas, tenham saído nesse ínterim.

Entre os mais antigos depoimentos escritos da recuperação estará a *Relacion de la iornada del Brasil*, assinada pelo escrivão-mor da armada castelhana, Bartolomé Rodriguez de Burgos, encerrada tão cedo quanto a 8 de maio e publicada em Cádiz, sem licenças<sup>239</sup>. O texto de quatro páginas se atém ao formato da carta-relação e mantém o característico original de epístola ao destinatário Ivan de Castro, escrivão público em Cádiz, abrindo-se inclusive com saudações e recomendações de saúde, como soem as cartas. Além de diversos outros, o próprio D. Fadrique de Toledo foi contumaz na redação de cartas para Filipe IV, relatórios oficiais de seu comando, os quais depressa achariam o caminho das tipografias, como a *Relacion de la carta que embio a su Magestad*, publicada com as devidas licenças, em Sevilha<sup>240</sup>. Também os portugueses correram a

---

239 BURGOS, Bartolomé R. de. *Relacion de la iornada del Brasil, escrita a Ivan de Castro Escrivano Publico de Cadiz, por Bartolome Rodriguez de Burgos Escrivano mayor de la Armada*. Cádiz: por Juan de Borja, 1625.

240 OSÓRIO, D. Fadrique de Toledo. *Relacion de la carta que embio a su Magestad el Señor don Fadrique de Toledo, general de las Armadas, y poderoso exercito, que fue*

divulgar em suas principais cidades a reconquista da capital de sua possessão americana: uma *Relaçam verdadeira de todo o succedido na Restauração da Bahia de todos os Sanctos*, cuja redação data de 15 de maio e que liquidava as taxas de impressão já em 12 de julho, imprime-se em Lisboa, no Porto e em Évora<sup>241</sup>.

Tudo leva a crer que no curso dos meses de julho, agosto e setembro de 1625 as cidades ibéricas receberam uma avalanche de impressões divulgando a nova, para além dos manuscritos que, mais restritamente, terão também circulado. Livreiros, gazeteiros e “cegos papelistas” terão andado atarefados naqueles dias. J. H. Rodrigues lista publicações em cidades como Valladolid, Madri e Lisboa, decerto vendidas em outras vilas e paróquias da vizinhança<sup>242</sup>. A profusão de panfletos em tantos lugares e em tão curto interregno nos dá a magnitude que a conquista terá tido para as autoridades, casas impressoras e para a população. Era, não resta dúvida, algo a ser contado, cantado, teatralizado. A comédia *El Brasil Restituido*, de Felix Lope de Vega, recebeu licença para encenação em outubro de

---

*al Brasil, y del felicissimo sucesso, que alcançaron en dia de los gloriosos Apostoles S. Filipe, Y Santiago, que fue a primero de Mayo, deste año de 1625. Dase cuenta a su Magestad de las capitulaciones que en su Real nombre tratò cõ en enemigo, del modo que salieron de la Ciudad, y del grande interes que su Magestad consiguio en su recuperacion. Sevilha: por Simon Faxardo, com licença do senhor tenente D. Luís Ramirez, 1625.*

241 ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira de tudo o succedido na Restauração da Bahia de todos os Sanctos desde o dia em que partiram as armadas de S. Magestade, até o em que em a dita Cidade foram arvorados seus estandartes cõ grande gloria de Deus, exaltação do Rei e Reino, nome de seus vassallos, que nesta empresa se acharam, anihilaçam, e perdas dos rebeldes Olandezes ali domados*. Mandada pelos Oficiaes de sua Magestade a estes reinos. Foy visto pelo Padre Fr. Thomas de S. Domingos Magister. Lisboa: por Pedro Craesbeek, com todas as licenças necessárias, 1625. Para as informações sobre as publicações no Porto e em Évora, ver RODRIGUES, *História e historiografia*, *Op. cit.*, pp. 198-199; CAMENIETZKI e PASTORE, 1625, *o fogo e a tinta*, *Op. cit.*, p. 286, nota 50; e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. 2 vols. Rio de Janeiro: Kosmos, 1983.

242 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 194 e ss.

1625, subindo aos palcos madrilenos no mês seguinte. O assunto seria dramatizado também pelo português João Antônio Correia, na peça *La perdida y restauracion de la Bahia de Todos los Santos*<sup>243</sup>.

Era um triunfo do olivatismo, a propaganda de uma *Hispania* forte, na qual uma plêiade de monarquias, com seus domínios ultramarinos, se reunia sob os Habsburgos, protegendo-se fraternalmente contra os inimigos. Os estrangeiros, aliás, tampouco demorariam a ler as novas do fracasso neerlandês: sairiam breves relações da vitória da armada de Filipe IV em Augsburg<sup>244</sup>, Haia<sup>245</sup>, Roterdã<sup>246</sup>, além de outras cidades como Frankfurt, Coburgo e Roma, ao longo dos anos seguintes (bem como as capitais dos vice-reinos castelhanos no Peru e na Nova Espanha)<sup>247</sup>. A imagem dos flamengos ajoelhados perante o poderio castelhano, com a colaboração da imprensa de tipos móveis e a fórmula da relação, atoa na Europa e na América.

---

243 PERES, Lygia R. Vianna. “El Brasil Restituido” de Lope de Vega y “La pérdida y restauración de la Bahía de todos los Santos” de Juan Antonio Correa. Historia, emblemática. *Actas selectas del x Congreso de la Asociación Internacional del Teatro Español y Novispano de los Siglos de Oro*, Cidade do México, 2003, pp. 245-261.

244 ANÔNIMO. *Warhafftige gründliche Relation, Was gestalt durch dero König: Mayest: inn hispanien Obristen Don Friderico de Toledo mit beystand des Allmächtigen Brasilia den holländern widerumb abtrungen und erobert worden*. Augsburg: por Andream Asperger, 1625.

245 EWOUT, Teelinck (sob pseudônimo de Ireneus Philalethius). *De Tweede Wachter, Brenghende tydinghe vande nacht, dat is Van het overgaen vande Bahia, Met Eenen heylsamen raedt, wat daer over te doen staat*. Haia: por Aert Meurs, 1625.

246 ANÔNIMO. *A plaine and true relation, of the going forth of a Holland fletee the eleuenth of Nouember 1623, to the coast of Brasile*. With the taking in of Saluedoe, and the chiefe occurrences falling out there, in the time of the hollanders continuance therein. As also, the comming of the Spanish armado to Saluedoe, with the beleaguering of it, the accidents falling in the towne the time of beleaguering... Roterdã: por M.S. impressor, 1626.

247 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 201-205.

E que história é esta que constroem os primeiros depoimentos? Em síntese, a de uma aventura. O conto de uma expedição militar que, atravessando um oceano entre tormentas e calmarias, situa uma cidade bem defendida por inimigos poderosos e, por meio de um cerco de mar e terra, obriga-a à capitulação. O enredo das relações primeiras não é a guerra de Flandres, nem a luta contra a hereesia, nem a proteção do ultramar ameaçado, nem mesmo a captura neerlandesa de Salvador, de um ano antes (às vezes citada em breves *flashbacks*). Narram, ao contrário, a cruzada triunfal que recupera o território perdido e castiga rebeldes insolentes.

Não por acaso, quase todas as relações de primeira hora se abrem com a partida da esquadra, ou dos portos ibéricos, ou das ilhas das Canárias e de Cabo Verde, onde as esquadras lusa e castelhana se reuniram. Daí se descreve a travessia, o cerco e seus momentos memoráveis, a bandeira branca, as capitulações que humilham o flamengo, às vezes a listagem dos oficiais que tombaram. O *script* é partilhado por autores lusos e espanhóis: quer leiamos a *Relacion de la carta que embio a su Magestad el Señor General D. Fadrique de Toledo* ou outras então publicadas na Espanha, quer a *Relaçam verdadeira de tudo o succedido na Restauração da Bahia*, editada nas principais cidades portuguesas, ou os *Capitulos da relação*, redigidos por D. Jerônimo de Ataíde e preservados em manuscrito<sup>248</sup>, depararemos linhas narrativas análogas. Os primeiros textos, testemunhais ou não, da história da Guerra Holandesa são mais manchetes de uma expedição que histórias de uma guerra.

Como dito, estas primeiras relações delineiam um enredo, pinçam, da totalidade de uma aventura de seis meses (da partida dos portos ibéricos até a reconquista da cidade e o despacho dos primeiros avisos ao rei), os episódios que darão forma à história. Não

---

248 ATAÍDE, Jerônimo de. *Cap.<sup>os</sup> da Relação*. Transcrição paleográfica em MAGALHÃES, *Equus Rusus, Op. cit.*, vol. III, anexo III, pp. 39-61. O documento original em Biblioteca da Ajuda, 51-VIII-12, fls. 151-185.

nos deixemos seduzir pelo cântico com que nos querem enfeitiçar seus autores, dizendo que reportam passo a passo o acontecido. Seu trabalho é a coleta, em meio à profusão inesgotável dos eventos, das passagens, concatenando-as de modo a tornar o sucesso dizível. Em outras palavras, a seleção do que, na totalidade do acontecimento, seria do interesse público, pensável como história – e que se tornaria História se resistisse às demais seleções que sobreviriam). Esta eleição e montagem é o contributo primordial das relações de sucessos, mas não o único: além do arranjo estrutural, as relações aventam modos de dizer, por meio dos quais a expedição penetra o universo da linguagem, colorida em tintas memoráveis, candidatando-se à imortalização.

Nem todas as escolhas, é certo, sobreviverão nos livros de história. Alguns episódios descritos nos primeiros papéis – o naufrágio de uma das embarcações lusas em Cabo Verde; certa controvérsia acerca das preeminências no hastear e recolher das bandeiras, etc. – mesmo quando retomados por relações históricas, mais tarde cairão no esquecimento, julgados irrelevantes para os critérios da dignidade e decoro da obra histórica. O naufrágio do galeão Conceição, no arquipélago de Cabo Verde, é recuperado em tintas dramáticas pelas relações históricas portuguesas de Guerreiro e de D. Manuel de Menezes, as quais em parte se baseiam nos relatos antecedentes, realçando-se nelas a ação heroica do capitão Antônio de Menezes no salvamento dos homens embarcados<sup>249</sup>. Já o tema da prece-dência das bandeiras (os portugueses não teriam mantido as suas recolhidas perante a esquadra de D. Fadrique, como impunha o protocolo militar) aparece comentada na relação de Juan de Burgos. Aportando em Cabo Verde,

Vimos a Armada, e entramos a dar fundo com ela, e à salva que se fez baixaram as bandeiras, e logo as içaram e

---

249 GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos*, *Op. cit.*, pp. 26v e ss.

trouxeram, e as têm mantido arvoradas sempre, embora as ordens e o governo tenham sido do senhor D. Fadrique, e à sua Capitânia seguiam<sup>250</sup>.

Tamaio de Vargas, escrevendo sob os olhos de Olivares, terá julgado mais prudente ocultar a saia-justa, por ilustrar-se nela um atrito entre as forças luso-castelhanas, cuja harmonia seu livro deveria justamente representar. O assunto morre ali. No entanto, outras representações construídas nesses relatos se revelarão bem mais longevas, recontadas em obras tardias, décadas mais tarde, quando a expedição seria integrada ao cenário mais amplo da gloriosa guerra vencida por Portugal. É o caso das manobras do cerco que forçaram a rendição neerlandesa, verdadeiro núcleo das primeiras relações. Em sua descrição despontam os personagens célebres responsáveis por conduzir os católicos, os mortos mais lamentados, as acusações de traição contra os judeus, os soldados anônimos cujo heroísmo mereceria andar preservado, invejado e imitado pelos que agora leriam semelhantes façanhas.

As relações, em seu conjunto, retratam um sítio sangrento, incerto em seu desfecho, pelo que se engrandece ainda mais a vitória. Pouco depois do desembarque, em fins de março, descuidam-se os ibéricos e, em um aziago ataque-surpresa flamengo, perdem a vida dezenas de oficiais luso-castelhanos, sentindo-se mais que todas a morte do mestre de campo D. Pedro Osório. O ritmo é ligeiro, a linguagem, forte, violenta, cruamente imagética. Os canhoneiros e rajadas por detrás dos muros não pausam, matando-se com um disparo o morgado de Oliveira e “posto se não especifica as baterias de cada dia saibam, que num e noutro quartel todos os dias haviam

---

250 BURGOS, *Relacion de la iornada del Brasil*, *Op. cit.*, fl. 1 [não paginada]. D. Manuel de Menezes, o general português acusado de insubordinação no episódio, procurará se justificar em seu relato da expedição. MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.*, pp. 404-405.

[sic] mortos e feridos sem pernas e braços<sup>251</sup>". D. Fadrique e seus oficiais, entretanto, posicionam a artilharia e precipitam bombardeio incessante sobre Salvador, ao lado do bloqueio no mar, comandado por D. Manuel de Menezes, logo provocando defecções de batavos, escoceses e franceses. A queda se antevê iminente, o desespero quebranta o exército estrangeiro. Levantam-se sedições na cidade e se ouvem os primeiros protestos de rendição. Vendo-se os holandeses atacados por todas as partes, "e já muita gente que lhes faltava",

De mortos e feridos, que passavam de quatrocentos, e vendo que nossa artilharia lhes havia descavalgado a sua, e tendo entre eles muitas dissensões, pelas diferentes nações que se haviam confederado pelos Estados rebeldes para esta ocasião, entre quem são usuais muitas rebeliões e motins, do que se seguiu ferirem e prenderem ao coronel que os governava, chamado entre eles homem nobre; criaram outro coronel, e trataram de render-se<sup>252</sup>.

O contraste é claro e nos auxilia a vislumbrar as escolhas discursivas dos autores: enquanto os inimigos subvertem a cadeia de comando e forçam a rendição, entre os católicos, em cujo lado está a justiça, prevalece a ordem, a concórdia. O enredo sublinha sua mensagem política. Enquanto flamengos e seus aliados experimentam confusões – alguns textos comentam que a cidade dispunha de munição e mantimentos para resistir por muitos meses, o que sugere rendição precipitada – o exército multinacional obediente a D. Fadrique é representado em cooperação, símbolo em miniatura da *Hispania* filipina: una, mesmo que vária.

---

251 ANÔNIMO, *Relação verdadeira de todo o sucedido na Restauração*, Op. cit., (sem paginação).

252 AVEDAÑO Y VILELA, Francisco de. *Relacion del viaie, y sucesso de la Armada que por mandado de su Magestad partio ao Brasil, a echar de alli los enemigos que lo ocupavan*. Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença, 1625, fl. 4 não paginada.

Não por acaso, relatos que ousarem oferecer retrato menos sinfônico da empresa, trazendo à tona desarmonias ou rusgas entre oficiais, terão dificultadas as licenças para a publicação ou serão vetados. Olivares comissionaria o pintor Juan Bautista Maino para alegorizar a conquista, contrato de que resultou o quadro *La recuperacion de Bahia de Todos los Santos*, no qual um vitorioso D. Fadrique aponta a seus homens tapeçaria com as figuras de Filipe IV e do próprio conde-duque, como a ceder-lhes o mérito da vitória. Discursos díspares dificilmente poderiam ser admitidos, como foi o caso do texto da *Recuperação da cidade de Salvador*, de D. Manuel de Menezes, que permaneceu manuscrito e apenas foi publicado por Varnhagen, no século XIX. Segundo Schwartz, esta relação “recebeu apoio oficial, mas foi, talvez, mais sincera sobre as rivalidades hispano-lusas do que se esperava”, o que teria motivado o Conselho de Estado a recusar-lhe as licenças, providência adotada também contra outros testemunhos<sup>253</sup>. Convinha cuidar muito quanto à exata história do triunfo a disseminar. Nesses primeiros testemunhos ibéricos, as tropas observam fielmente os regimentos do rei, conformidade estendida a todas as frações de um corpo gigantesco e harmonioso, do recruta anônimo ao general fidalgo. Ilustra-o uma história bastante explorada nas relações de sucessos: a do furto da bandeira inimiga pendente dos muros da cidade. Escreve Juan de Burgos:

Um soldado da Companhia [de] D. Alfonso de Alencastro ao meio dia subiu à muralha do inimigo e lhe tomou uma bandeira de Infantaria que estava posta na Trincheira, e a levou

---

253 SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals*, *Op. cit.*, p. 740. A leitura de Schwartz exacerba um antagonismo luso-castelhano, que o texto de Menezes não comporta. A *Recuperação*, como discutiremos no próximo capítulo, registra atritos entre o oficialato da expedição, não necessariamente em termos de suas nacionalidades. O escrito, aliás, jamais insinua ilegitimidade na soberania filipina, referindo-se, ao contrário, à “grandeza da Espanha” em que Portugal se vê incluído, aplicando o termo “Espanha” ao conjunto das monarquias sob Filipe IV.

ao senhor dom Fadrique; deu-lhe oito escudos de vantagem, e lhe prometeu fazê-lo Alferes na primeira ocasião.

O gesto é comemorado como humilhação dos inimigos perpetrada por um vassalo incógnito, sinal da bravura e astúcia que caracterizariam todo o exército católico. Sua compensação terá sido com efeito generosa, pois “segunda-feira pela manhã, a 28 [de abril de 1625], outro soldado dos da terra tomou ao inimigo outra bandeirinha colorida que tinham sobre a Porta da cidade, [...] não sei que prêmio lhe foi dado<sup>254</sup>”. O simbolismo da captura da bandeira adversária reaparece em outras relações, sempre enaltecido como momento de apoteose militar. Apesar dos textos do período serem amiúde exaustivos na listagem dos que se embarcam para a guerra, dos mortos em combate e outros, a denominação era privilégio de oficiais, de “homens de qualidade”, norma que não se suspende nem em caso festejado como este. Burgos, repare-se, nomeia o oficial da companhia, D. Alfonso de Alencastro, porém quem fossem os captos das bandeiras era-lhe irrelevante. Conquanto parabenizados, são quase sempre citados nos panfletos genericamente, pelo gentílico de “aragonês” e “português”, ou como “da terra”.

Nas narrativas seiscentistas da Guerra Holandesa, embora abundem róis nomeando oficiais, quase nunca os autores se ocupam em identificar soldados rasos, mesmo quando protagonizam atos de bravura. Sua condição no registro da memória era o da indiferenciação. O caso em tela merece destaque porque o soldado, exibindo atributos geralmente reconhecíveis no homem nobre (coragem, inteligência), nem assim rompe o anonimato. D. Fadrique anota que um “soldado nuestro” escalou a muralha de Salvador sob fogo inimigo, “valerosamente”, mas nem assim diz seu nome. O aragonês e o português “da terra” agiram com valor de um fidalgo,

---

254 BURGOS, *Relacion de la jornada del Brasil*, *Op. cit.*, fl. 3-4 (não paginada).

imitando-o sem sê-lo, pois a virtude, no entendimento hegemônico, seria de raiz hereditária e o verdadeiro nobre não o seria em decorrência do feito que pratica, senão que o feito ratifica a nobreza anterior de sua linhagem. Homens de origem humilde como Fernandes Vieira e Filipe Camarão alcançarão, por suas obras, honrarias do Estado e inscreverão seus nomes em histórias, todavia suas trajetórias são excepcionalíssimas nas práticas remuneratórias e simbólicas do Antigo Regime<sup>255</sup>.

As relações de sucessos, neste caso, observam parcialmente o preceito tradicional do “decoro”, que julgava impróprio atribuir façanhas heroicas a homens de baixa extração: dizem-lhe a façanha, mas não o nome. Para o relato da jornada, como mais tarde para a história da guerra, quem são eles não importa para além de manifestarem as virtudes de sua nação ou religião, amplificando-se o exemplo de sua coragem mais com seu anonimato do que com sua personificação. Todos os grandes feitos merecem eternização, mas nem todos aqueles que os realizam. A prometida promoção a alferes, aliás, se viesse, acarretaria mais que a mera ascensão socioeconômica do aragonês sem rosto: na lógica da época, o possível ingresso em um universo no qual o sujeito adquire, perante a história, nome e identidade.

---

255 OSÓRIO, *Relacion de la carta que embiò*, *Op. cit.*, p. 3. ALBANESE, A redescoberta dos historiadores antigos, *Op. cit.* comenta a indignação do humanista Bartolomeo Facio por Lorenzo Valla, descrevendo as guerras aragonesas em Nápoles, ter atribuído heroísmo a um artesão. Ver também: BERRENDERO, J. A. Guillén. *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tese (doutorado em história), Universidade Complutense de Madrid, 2008; SILVA, Maria B. Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005; HESPANHA, António M. A Nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII. *Penélope*, Lisboa, n. 12, 1993; AROUCHA, Marcone Zimmerle L. *Serviço e nobilitação: a dinastia Brigantina e as concessões de foro de fidalgo no Atlântico Sul (1640-1680)*. Dissertação (mestrado em História), UFPE, Recife, 2015.

O mês de abril de 1625 termina, nas narrativas, com o brandir da bandeira branca holandesa, delegados que se reúnem e arranjam os termos da rendição, assinada por D. Fadrique e pelos coronéis neerlandeses, no dia 30. Alguns textos, como aliás o do próprio general castelhano, encerram-se pelo rol das cláusulas da capitulação, enfatizando que os vencidos deixariam a cidade ilesos, porém sob licença e passaportes generosamente concedidos por seus conquistadores, só com os aparelhos, panos e vitualhas admitidos nesses termos.

Vivia-se, com as simultâneas vitórias em Breda, na Itália, na Bahia, o momento mais consagrador do valimento de Olivares e as relações de sucessos da recuperação de Salvador funcionam como metáforas idealizadas de seu teatro político. Mais do que enaltecer guerreiros particulares (que decerto transitam nos textos), predomina nos panfletos a representação coletiva de um exército triunfante, de uma coroa vitoriosa. Por sobre os heróis que pelejam, é o braço de El-Rei que esmaga os rebeldes.

Depois de 1625, diante de um novo contexto, flagraremos significativa mudança na ossatura das relações, em seu discurso, nas vozes que as enunciam, porque as dificuldades do olivarismo na condução das guerras da Monarquia abrirão maior espaço para o louvor dos heróis nas escaramuças e campos de batalha. Chefes militares atuando no Brasil valorizarão mais e mais a publicação de suas façanhas, de suas próprias versões dos fatos, assumindo um papel enunciador e um protagonismo até então inédito na operação historiante. Mas isso mais tarde; por hora, quem vencia era o gládio régio e, indiretamente, era sua a pena que narrava a epopeia. Pintava-se, como numa alegoria, a rebeldia flamenga derrotada, prelúdio americano a premonizar o desfecho da guerra de Flandres, que a coleção das vitórias do *Annus Mirabilis* parecia acelerar para breve.

## Escrever entre reveses e conquistas

À recuperação de Salvador seguiram-se confrontos no mar, como o desembarque neerlandês na Baía da Traição (Paraíba), onde se travaram contatos com indígenas depois mobilizados no ataque a Pernambuco (fevereiro de 1630), a própria captura da frota de prata comandada por D. Juan de Benavides, na baía de Matanzas, em Cuba, por Pieter Heyn (setembro de 1628), e outras batalhas marítimas. O catálogo de relações de sucessos compilado pela biblioteca da Universidade de Sevilha é indício do quanto a Guerra Holandesa continuou assunto de folhetos pelos anos seguintes, quando uma *wic* enriquecida pela prata espanhola incrementa suas hostilidades<sup>256</sup>.

Equivocam-se, aliás, as periodizações de certa historiografia regionalista que se recusa a enxergar o *continuum* desses eventos no interior de um conflito militar de escala mundial, como propunha Charles Boxer. Para ele, com a ofensiva neerlandesa na Guerra dos Oitenta Anos, “a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa”<sup>257</sup>. Não deparamos na documentação uma guerra em Pernambuco, outra na Bahia, outra em Angola, mas uma guerra “belga” que se desdobra em diferentes praças e quadrantes, e o estudo isolado desses conflitos, ainda que compreensível por questões metodológicas ou

---

256 Por exemplo: ANÔNIMO. *Vitoria que tres caravelas portugvesas twvieron contra los Olandeses que estaban edificando una fuerça en la Isla de Santiago de Caboverde*. Dase cuenta de como los degollaron a todos, y del artilleria, polvora, municiones que les tomaron, y de como entraron triunfando en Lisboa, arrastrando las vanderas del enemigo. Sevilha: por Francisdo de Lyra, 1629. A imprensa neerlandesa, igualmente, noticiou largamente os sucessos dos anos finais da década de 1620.

257 BOXER, *O império marítimo português*, *Op. cit.*, p. 120.

de recorte, muita vez mais enevoa do que clarifica. Os entrechoques em Flandres, Salvador, Caribe, Pernambuco, Angola e no Oriente constituem episódios no interior da mesma guerra, esta cuja convenção em fato histórico as relações de sucessos contemporaneamente iniciavam e outras obras mais tarde retomariam.

A situação da coroa não era já a mesma em 1630, quando os portugueses de novo apelaram a Madri por socorros, agora para Olinda. A comemorada captura de Breda, em 1625, não foi acompanhada por ofensivas terrestres nem novas vitórias, diante dos vultosos custos que tal campanha implicaria. O Conselho de Estado castelhano, na contramão, reduzia seus contingentes enquanto a Inglaterra ingressava naquele conflito ao lado dos Países Baixos, pendendo o equilíbrio em favor dos flamengos. Olivares cedo amargará revezes em Wesel (Alemanha) e 's-Hertogenbosch (Brabante, Países Baixos), em 1629, os quais representaram “a primeira derrota espanhola em larga escala desde a dispersão da Armada de 1588<sup>258</sup>”. No norte da Itália, agravava-se o conflito com os franceses em torno da sucessão de Mântua (1628-1631), com Richelieu dispondo de tropas frescas após a rendição da rebelião huguenote de La Rochelle (outubro de 1628), obrigando pesados deslocamentos de homens e recursos para Madri. Somavam-se às dificuldades a forte inflação a depreciar o *vellón*, uma grave seca e tabelamentos nos preços que provocaram desabastecimentos nos estoques de trigo. O biênio 1627-8 terá sido dos “mais críticos dos vinte e dois em que [Olivares] deteve o poder”, sem respiros de alívio nos anos seguintes. Para Elliott, os anos 1627-1635 são de acentuado declínio do poderio espanhol e de grande impopularidade do valido de Filipe IV, atacado por “libelos e sátiras que não havia leis censórias capazes de controlar”. Nem mesmo a contratação de Francisco de Quevedo como panfletista e publicista do regime teria bastado a abafar as críticas, em tal medida

---

258 ISRAEL, *The Dutch republic*, *Op. cit.*, p. 507.

abundantes que a notícia da perda da frota de prata em Matanzas teria antes sido celebrada que lamentada em Madri, tamanho o ódio pelo governo<sup>259</sup>.

Daí a estratégia da “guerra lenta” adotada nos anos da resistência ao assédio neerlandês das capitâneas açucareiras ao norte do São Francisco (1630-1638), até o fracassado cerco nassoviano a Salvador, que delimitaria a extensão do Brasil Holandês. Os apuros políticos e fiscais de Olivares refletiram diretamente na condução da guerra em Pernambuco. A luta contra os flamengos no Brasil teria menor peso nas discussões do Conselho de Estado, em Madri, diante das lutas na Itália e em Flandres, considerados teatros axiais no conjunto dos conflitos internacionais da Monarquia<sup>260</sup>. A mutação rápida do cenário internacional e os desdobramentos da luta em Pernambuco, conduzida nos termos de uma guerra de posições, de uma estratégia de barragem dos holandeses nas franjas litorâneas, implicaria na ausência dos lances espetaculares tão ao gosto dos panfletistas. Não se vivenciaria por muitos anos triunfo igualável em magnitude e simbolismo ao de 1625 e isto alteraria a abordagem e o propósito político das relações. Continuavam, é certo, atuando como veículos de propaganda, mas, agora sobre terreno mais acidentado como o da década de 1630, valiam-se de táticas novas.

Não se repetir uma recuperação triunfal como a de Salvador reduzia o potencial propagandístico da luta no Brasil como fonte de exaltação do regime dos Habsburgo. Por isso, as narrativas agora tendem a focar a celebração de vitórias de menor magnitude (aos olhos das autoridades em Lisboa e Madri) e da atuação de personagens locais, além do silêncio diante de eventos inconvenientes e da ainda maior vigilância sobre o que se publicava. A mudança no contexto e no

---

259 ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares, Op. cit.*, p. 404. *Idem*, pp. 409-410.

260 MELLO, *Olinda restaurada, Op. cit.*, pp. 26 e ss.

percurso da guerra reduz a torrente das relações de sucessos publicadas<sup>261</sup>, mas tem ainda outro efeito: substituiu ou ao menos alargou o círculo dos que a historiam. Outros grupos agora querem fazer-se ouvir, assumem posição enunciadora. E alguns desses locutores participam das disputas entre os partidos em que se dividia a política luso-castelhana, nos anos do olivarismo e após a Restauração<sup>262</sup>. O que as vitórias e contratempas em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Bahia significavam para às facções políticas na Península Ibérica é uma questão emaranhada, pois a própria historiografia se digladiava no tocante à dinâmica política Portugal-Espanha no curso da União das Coroas e depois de seu desfazimento.

A coleção de interpretações acerca da experiência política da União Ibérica e da ruptura de 1640 tem sido arena de controvérsias

---

261 O recuo não implica que desaparecessem na década de 1630. De um lado, a vitória na Bahia era integrada à história do reinado de Filipe IV, como em CESPEDES Y MENEZES. *Primera parte de la historia de D. Felipe el IIII. Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631, reeditada em Barcelona, em 1634. Por outro lado, não obstante os reveses em Pernambuco, prosseguiram emergindo nos anos trinta relações de batalhas ou cercos específicos, nas quais amiúde se retratavam os portugueses e espanhóis derrotando os neerlandeses, como no caso de ANÔNIMO. *Relacion de la jornada que la Armada de su Magestad à hecho al socorro del Brasil, y batalla que entre ella, y la de los Estados de Olãda se dieron el doze de Septiembre deste año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos*. Sevilha: por Francisco de Lyra, 1631. E nada indica que tenha cessado a redação de relatos manuscritos, de mais rara preservação, mas igualmente historiadores do conflito. Ver, por exemplo: ANÔNIMO. *Relação da viagem que fez Silvestre Manso, piloto do patacho nossa Senhora do Rosário a Itamaracá, com a notícia do Assalto que os nossos fizeram em Pernambuco num forte dos olandezes, donde lhe mataram trinta e oito homens e desmontaram a artilharia, só com a perca [sic] de onze dos nossos na retirada, assaltos que davam todos os dias com dano considerável destes e vantagem das nossas armas*. Lisboa: ANTT, Corpo Cronológico, parte 1, mç 118, n. 69.

262 BOUZA ÁLVARES, *Portugal no tempo dos Filipes*, Op. cit. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

desde seu próprio século<sup>263</sup>. Mais recentemente, duas linhas de força oferecem distintas leituras do fenômeno. Uma delas, entroncada na tradição historiográfica portuguesa do século XIX, representa a União como interregno de sufocação das liberdades lusitanas, contra as quais a nação constantemente se teria insurgido, por meio da ação da fidalguia, de letrados e da agitação popular. A vassalagem a um monarca “estrangeiro” feriria, nessa ótica, as tradições independentistas locais, suportando-se a contragosto as imposições, desde Madri, de tributos arbitrários, regentes italianos e outras constantes violações dos assentos das Cortes de Tomar. Do que derivaria imorredoura animosidade para com os castelhanos, desembocando numa Restauração a contar com o apoio massivo da nação. Esta leitura endossa (com ingenuidade, na visão de seus críticos) o discurso brigantino pós-restauracionista, para o qual o 1640 representaria o ansiado livramento da “tirania castelhana”, ameaçadora da existência de Portugal enquanto reino soberano. Recupera-se a argumentação desenvolvida por oitocentistas como Camilo Castelo Branco, Sanches de Baena, Alexandre Herculano e Rebello da Silva. A releitura desta historiografia pelos autores do século XX dessatura algumas de suas tintas decadentistas. Serrão contesta as ideias do domínio filipino como “decadência” e “cativeiro”, mas admite que o “sentimento nacional” reclamava o fim do domínio espanhol em meio a um “fervor nacionalista”<sup>264</sup>.

Opõe-se a esta abordagem uma perspectiva oriunda sobretudo da historiografia espanhola, mas que conta com partidários entre historiadores portugueses e franceses, para a qual o entendimento anterior é anacrônico e nem o golpe restaurador de 1640, nem as manifestações contrárias ao olivarismo e à legitimidade filipina

---

263 TORRAL, *Ideologia política*, *Op. cit.*, vol. 1, pp. 4-44.

264 *Ibidem*, pp. 4-44. Também CIDADE, *A literatura autonomista*, *Op. cit.* e SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal*, vol. IV (1580-1640). Lisboa: Verbo, 1978, p. 142 e *passim*.

podem ser generalizadas nos termos de um sentimento difuso entre as elites e a população lusa. Ainda que esta concepção de uma “oposição fundamental entre portugueses e espanhóis” tenha-se feito predominante após o entronamento da casa de Bragança, sua criação seria fruto de uma “leitura nacionalista dos acontecimentos”, nutrida nos enviesamentos dos panfletos brigantinos e do “nacionalismo romântico da historiografia oitocentista”. “Nada de mais distante”, corrobora Schaub, “do que uma divisão das linhas políticas coincidente com as identidades nacionais”. A formação de facções políticas em torno de figuras de poder caracterizaria a política europeia da época e é este fenômeno – não uma revolução de escopo nacional – que dá combustível às revoltas contra o olivismo. Acontece, na década de 1630, a rápida politização da elite lusa e a aglutinação dos grupos descontentes, em resposta à fiscalidade adotada a partir de Madri<sup>265</sup>.

Autores como Jean-Frédéric Schaub, Raphael Valladares e Fernando Bouza Álvarez argumentam que, se são reais as manifestações de oposição à aclamação dos Filipes desde 1580, o exame acurado da documentação contraria as leituras que globalizam o sentimento do “cativeiro babilônico”. Existia em Lisboa e outras cidades numerosos agentes defensores da regalia dos Áustria, muitos deles, inclusive, militando entre os adversários do conde-duque de Olivares. O clima político do Portugal filipino era ramificado, policéfalo, um concerto de muitas vozes, situacionistas umas, outras contestatárias e “tristes”, porque viam Lisboa sem corte, “viúva” das majestades de antanho. “A única maneira de entender esses sessenta anos de história”, sentencia Bouza Álvares, “é fazendo eco quer do Portugal

---

265 HESPANHA, A. Manuel. Prefácio. In: BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*, p. 11. SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica*, *Op. cit.*, p. 91. *Idem*, pp. 83-95. A questão fiscal tem sido examinada nos estudos como OLIVEIRA, António. A contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e Porto. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 6, 1984, pp. 259-300.

cheio de arcos de triunfo, de festejos e, ainda, de algumas esperanças [...], quer desse outro ‘mofino e cativo Purtugal’”<sup>266</sup>.

É esta polifonia que flagramos nas relações de sucessos produzidas no curso da Guerra Holandesa. A Recuperação de 1625 foi celebrada como um sucesso da monarquia, em português e castelhano, com publicações nas maiores cidades aquém e além da Raia. Não se observa, nos panfletos do *Annus Mirabilis* nem naqueles dos anos finais da União Ibérica, demarcações nacionais entre “textos portugueses” e “textos espanhóis”, como já se aventou, e mesmo as relações históricas posteriores se mostram arreadas às tipologias de um esquemático antagonismo luso aos castelhanos. Discordamos, nesse aspecto, das interpretações desenvolvidas em estudos recentes. Magalhães procura traçar as linhas do que seriam a “versão portuguesa” e a “versão espanhola” da Jornada dos Vassalos de 1625. O exame detido das relações, no entanto, aponta as dificuldades dessa tipificação.

Afirma Magalhães, por exemplo, que um “ponto comum entre os autores de origem portuguesa é não atribuir aos cristãos-novos e cripto-judeus a culpa pela tomada de Salvador em maio de 1624”, atitude que seria recorrente apenas entre os espanhóis. Contudo a *Relaçam verdadeira de todo o succedido na Restauração da Baía*, publicada em diversas cidades portuguesas em 1625, encerra-se com a afirmação de que vinte negros e judeus haviam sido presos após a recuperação e só não estavam ainda sentenciados por se esperar que delatassem seus comparsas<sup>267</sup>. Mais proficiente do que ler as relações sob a luz de divisões patrióticas será contextualizá-las consoante a dinâmica das facções em disputa na política ibérica, nos

---

266 BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*, p. 21.

267 MAGALHÃES, *A Jornada dos Vassalos por D. Jerônimo de Ataíde*, *Op. cit.* Interpretação análoga em CAMENIETZKI & PASTORE, *1625, o fogo e a tinta*, *Op. cit.*, da qual também discordamos.

espaços em que são escritas e impressas. Isso nos permitirá compreender que uma relação portuguesa não será, necessariamente, anti-castelhana, não sendo, aliás, incomum encontrarmos em panfletos lusos designativos genéricos de “espanhóis” para territórios brasileiros ou para as forças que recuperaram Salvador<sup>268</sup>.

Há indícios de que a vigilância madrilena aos escritos sobre a Guerra Holandesa teria recrudescido com o tempo. Se na recuperação de Salvador se permitiram publicações em Lisboa, no Porto e alhures em que se enaltecia o “valor português” (o que tampouco é obrigatoriamente sinônimo de posição antifilipina, esclareça-se), depois de 1630 estes escasseiam e se promovem papéis alusivos ao “triunfo católico” sobre rebeldes e hereges. A política olivarista nos anos 1630 insistia no projeto da União de Armas contra as facções que lhe resistiam em Portugal, em Aragão e na Catalunha<sup>269</sup>.

Através das oportunidades oferecidas pelas relações de sucessos, “seu discurso atenua os elementos nacionais em prol da causa da monarquia. Não eram lusitanos, espanhóis e napolitanos que lutavam contra neerlandeses, mas, sim, as ‘forças católicas’”. Dentro desta temática, Bouza Álvarez e Curto questionam se “a vigilância exercida sobre o impresso leva a um refúgio no manuscrito”, concluindo pela existência de funções distintas para uns e outros suportes. Não parece, todavia, que a existência de objetivos e espaços de circulação próprios dos manuscritos exclua a condição de “abrigo” que haveriam de desempenhar diante do aperto da censura para com os impressos. Dificuldades na obtenção de licenças forçavam

---

268 D. Manuel de Menezes, cosmógrafo-mor e cronista-mor português, escreveria que foram as “armadas de Espanha” que castigaram os holandeses no Brasil. Antes, diz que, mediante o atrevimento neerlandês na Bahia, “Espanha era ameaçada nas Coroas de Portugal e de Castela”. MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.*, pp. 357, 365.

269 ELLIOTT, *El conde duque de Olivares*, *Op. cit.*

os textos a permanecerem no formato manuscrito original, assim transitando e sendo copiados<sup>270</sup>.

A produção de panfletos com linhas discursivas não-oficiais, se diminui com a repressão, decerto não cessa. Em todo caso, a negativa de licenças para publicação por parte das autoridades parece enrijecer como resposta ao incremento dos focos contestatórios em Portugal já no segundo vice-reinado do conde de Basto (1633-1634) e especialmente sob o vice-reinado de Margarida de Saboia, duquesa de Mântua (1634-1640), quando Madri vê obstada sua tentativa de introduzir novos impostos para a recuperação de Pernambuco, enfrentando protestos contra o recrutamento militar e revoltas contra sua política fiscal. Com os partidos antipáticos a Castela ganhando força em Portugal e num contexto de recuos e derrotas militares, a época inspiraria maiores cuidados e vigilâncias nas secretarias e mesas censórias madrilenas.

A guerra no Brasil, se continua mortífera nos campos de batalhas, tocaias e trincheiras, arrefece enquanto assunto de novos impressos. A queda de Olinda, a vitória sobre o almirante Pater nos Abrolhos e outros episódios darão ainda matéria a impressos, mas anos transcorrem em que apenas manuscritos se produzem, transitando em círculos mais estreitos e hoje difíceis de recuperar. Para o malfadado cerco nassoviano de Salvador, em 1638, conhecem-se algumas publicações castelhanas anunciando a vitória “dos católicos”, mas nenhum texto luso conhecido se imprimiu no período, uns poucos sobrevivendo manuscritos até os séculos XIX e XX. Os catálogos disponíveis sugerem queda nas publicações

---

270 BOUZA ÁLVARES, *Del escribano a la biblioteca, Op. cit.*, e BOUZA ÁLVARES, *Corre manuscrito, Op. cit.* CURTO, *o discurso político em Portugal, Op. cit.*, p. 82. Estudo do assunto a partir de um manuscrito em MAGALHÃES, Pablo A. I. A “Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baia de Todos Santos”, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendonza. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011, pp. 43-65.

pós-1628. A *Relação por meio breve, e verdadeira*, carta escrita em 1638 pelo senhor de engenho Henrique Moniz Telles, “em q. se relatão por extenso, o sucesso do cerco q. os Olandeses pozerão a dita cidade, e sua vergonhosa Retirada”, bem como a *Relação diária*, escrita pelo provedor-mor Pedro Cadena de Vilhasanti, apenas veriam as prensas na década de 1940<sup>271</sup>.

Não obstante este recuar dos impressos nos anos 1630, como se sabe, os desejos de Madri em matérias como fisco e censura nem sempre se obedeciam em Lisboa, com instituições resistindo aos decretos do Conselho de Estado mediante manobras de postergação e protestos de violação dos foros acordados em Tomar<sup>272</sup>. Em linhas gerais, as narrativas da Guerra Holandesa depois de 1630 derivam de impressos simpáticos ao unionismo filipino. Os manuscritos em maior ou menor grau heterodoxos eram lidos em esferas mais restritas e muitos deles informariam, depois, a composição de livros sobre o conflito. Autores posteriores de “tratados”, “memórias” e relações históricas se basearão largamente nesses manuscritos para a narrativa da guerra nos anos 1630. Duarte de Albuquerque Coelho, por exemplo, comporia suas *Memorias diarias de la guerra del Brasil* não só a partir de seu testemunho pessoal, mas igualmente de testemunhos escritos de outros capitães engajados na campanha, hoje

---

271 RODRIGUES, *historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 209-221. VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Ed. Serafim Leite. Lisboa: Tip. Anuário Comercial, 1941.

272 CURTO, *O discurso político em Portugal*, *Op. cit.*, pp. 81-82. O Desembargo do Paço chegou a ser intimado a se explicar pelas licenças que concedeu à publicação de um *Discurso*, impresso em Lisboa, em 1632, no qual João Pinto Ribeiro (mais tarde conjurado do 1º de Dezembro de 1640, com importantes escritos legitimadores da Restauração) enfileira críticas à condução da política espanhola, responsabilizando-a pelos avanços holandeses, “que parece ser ella [Espanha] que da mais força aos contrarios, que suas proprias ações”. RIBEIRO, João Pinto. *Discurso sobre os fidalgos, e soldados portugueses não militarem em conquistas alheas desta Coroa*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, com todas as licenças necessárias, 1632, pp. 3-3L.

em grande parte perdidos, e dos “opúsculos” da lavra de seu irmão, Matias de Albuquerque. Frei Manuel Calado agiria de modo análogo, não apenas se amparando em manuscritos do período, mas ainda transladando *ad verbum* proclamações e relações em seu “tratado”. É o caso da *Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tyrannias, & crueldades, que os pérfidos olandeses usarão com os moradores do Rio grande*, do capitão Lopo Curado, datada de 23 de outubro de 1645, descrevendo para Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros os horrores perpetrados pelos batavos no Rio Grande do Norte, contra a população local. Calado a transcreve na íntegra<sup>273</sup>.

Após a Restauração, a assinatura de trégua lusoneerlandesa, em 1641, obrigaria a coroa a desvencilhar-se publicamente da luta que os vassallos seguiriam movendo contra os batavos, em Pernambuco e em Angola. O discurso “para consumo diplomático” era de que os incêndios de canaviais e a “alteração” comandada por Fernandes Vieira correspondiam a atos de insubordinação, contrários aos decretos exarados pelo rei<sup>274</sup>. Assim, embora por motivos diferentes, as notícias da guerra no Brasil e em Angola, depois de 1641, continuam a circular escassamente em Portugal, apenas nos limites alcançáveis pelos manuscritos. A Insurreição Pernambucana de 1645, as vitórias dos Guararapes (1648-1649) e a restauração angolana de 1648 inspirariam de imediato poucas relações de sucessos impressas, embora tenham sobrevivido cartas de combatentes como Vidal de Negreiros, descrevendo a batalha<sup>275</sup>. Só por volta de 1650, quando o envolvimento de Lisboa com a Insurreição já não podia mais ser encoberto, as relações voltam a circular com menor

---

273 MELLO, J. A. Gonsalves de. Prefácio. In: COELHO, Duarte de A. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: FunD. de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 11. CALADO, O valeroso Lucideno, *Op. cit.*, pp. 278-280.

274 MELLO, *O negócio do Brasil*, *Op. cit.*

275 NEGREIROS, André Vidal (aut.) & RAU, Virgínia (ed.). *A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros*. Coimbra: Sep. da Rev. Brasília, vol IX., 1955.

timidez em Portugal, com a expulsão final de 1654 sendo comemorada em diferentes impressos.

Ora, de vez que ingressamos num contexto diferente, em que a política propunha novos desafios à imprensa, as relações de sucessos se transformam, se adaptam. Longe do papel festivo e propagandístico que exerceram diante do retorno da esquadra de D. Fadrique, assumem agora, num cenário de revezes e questionamentos, objetivos de justificação, explicações do porquê da derrota e do quanto se lutou para impedi-la; ou celebram os ocasionais triunfos que se conquistam, em meio ao cenário geral de adversidades. A mudança na *languae*, diria Pocock, forceja adaptações nas *paroles*. Brotam agora, frequentemente, textos defensivos, respondendo às críticas que haveriam de circular após a perda de Olinda, de Angola, das ricas regiões das Alagoas e de Sergipe del Rei. Quando celebram, são efêmeras vitórias: um sucesso no mar contra o assédio neerlandês, o bloqueio dos inimigos que cobiçavam o interior açucareiro ou que, já controlando o Recife, sitiavam a Paraíba. Na Península Ibérica, enquanto eruditos recuperavam e integravam as relações da conquista de 1625 às narrativas históricas do reino de Portugal e de Castela<sup>276</sup>, a guerra prosseguia indefinida nas capitânicas do norte do Brasil, ouvida em parcas notícias, sem alarde, à espera dos ventos mudarem.

Da mesma maneira que, em 1624, os ibéricos silenciam sua derrota na Bahia e os neerlandeses a alardeiam por meio de suas casas impressoras, tanto o sequestro da frota de prata quanto sua vitoriosa expedição a Pernambuco e as conquistas no território foram tema

---

276 SOUSA, *Epitome de las historias Portuguesas*, *Op. cit.*, conclui sua história nos primeiros anos do reinado de Filipe IV, entre cujas glórias inscreve a recuperação de Salvador (pp. 596 e ss.). CESPEDES Y MENEZES seguirá trilha análoga, compondo a *Historia de don Filipe IIII*, em cujo livro VI dedica larga sessão à jornada de D. Fadrique. CESPEDES Y MENEZES, *Primera parte de la Historia de D. Felipe el IIII*, *Op. cit.*, pp. 503-525.

de inúmeros folhetos em holandês, inglês, alemão e latim, publicados em Amsterdam, Dordrecht, Delft e outras cidades, já a partir de 1627<sup>277</sup>. O propósito político dos folhetos se evidencia nesta alternância de vozes e silêncios, momentos de prolífera produção narrativa sucedidos por anos de pausa. Aqui se enxerga nitidamente a distância existente entre estes folhetos e as características de uma imprensa periódica, crescentemente especializada no ato de comunicar. As relações de sucessos seiscentistas têm também um significativo componente editorial e comercial, já vimos, mas seu elemento propulsor essencial é político. Elas noticiam quando é politicamente pertinente noticiar; do contrário, calam. E entre os ibéricos, por óbvio, as más novas da perda de praças no Atlântico Sul e da sua progressiva expulsão das zonas de produção de açúcar e comércio de escravos estimulariam poucos panfletos.

Para o caso da guerra em Angola (1641-1648), por exemplo, embora se imprimissem relatos em cidades flamengas, inglesas e alemãs, rarefazem-se os textos ibéricos. Os diferentes teatros da guerra eram concebidos, pelas autoridades metropolitanas, segundo uma hierarquia em cujo arranjo as arenas europeias teriam primazia em comparação com as ultramarinas e, entre estas, o Brasil se enfileiraria acima dos domínios africanos. Tanto a produção de escritos sobre o conflito, quanto a prática remuneratória da coroa para os serviços de guerra apontam nessa direção. O levantamento quantitativo dos hábitos das Ordens Militares e de foros de fidalguia a combatentes da Guerra Holandesa ilustra essa hierarquização, com os serviços na guerra espanhola do Alentejo angariando mais numerosas mercês, decrescendo a cifra para os que lutavam na Índia e no Brasil e, mais ainda, na África<sup>278</sup>. Dentro dessa lógica, a perda de Luanda e de outras fortalezas africanas seria tematizada

---

277 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.* VAN GROESEN, *Amsterdam's Atlantic*, *Op. cit.*

278 AROUCHA, *Serviço e nobilitação*, *Op. cit.*, p. 120 e passim.

tardia e parcialmente por missionários e só em 1651 dispõem os portugueses de descrição mais completa dos eventos africanos, quando se publicou o *Manifesto das ostillidades*, relação historial concluída em 1649<sup>279</sup>.

No costa atlântica oposta, a guerra em Pernambuco tampouco se fazia fonte de caudalosas informações, então. A queda de Olinda é descrita em uma rara *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda*, publicada com licenças (Lisboa, 1630). A estratégia argumentativa da relação inaugura um modelo assaz recuperado por textos posteriores: a justificativa das adversidades e o emprego de uma retórica do zelo, do sacrifício suportado por vassalos que, quando não obtêm a vitória, mitigam a perda. A *Relaçam verdadeira* proviria de carta escrita por um “Religioso de muyta authoridade, & que foy testemunha de vista de quasi todo o socedido”, desenvolvendo enredo no qual a terra não teria sido perdida por inépcia do comando militar, mas pela combinação da superioridade numérica e tecnológica dos neerlandeses, da pouca capacidade defensiva de Olinda e do despreparo da soldadesca da terra<sup>280</sup>.

---

279 CRUS, *Manifesto das ostillidades*, *Op. cit.* Barbosa Machado preserva ainda, em seu volume de *Noticias historicas, e Militares da Africa*, uma relação atribuída ao cronista-mor de Filipe IV, D. Joseph Pellicer de Tovar, narrando os acidentes de uma missão de capuchinhos destinada do Congo (1645), em cuja rota presenciaram episódios da guerra em Angola. TOVAR, Joseph Pellicer de. *Mission evangelica al reyno del Congo que el año M. DC. XLV hizo la Religjõ serafica de los capuchinos, con Auctoridad del Santissimo Vrbano Octavo Pontifice Maximo*. Madri: por Domingo Garcia i Morràs, com licenças, 1649. Rodrigues alude a um manuscrito conservado na Biblioteca da Ajuda, datado de 1643, no qual dois padres jesuítas narram ao rei a perda de Angola, o qual Eduardo Brasão publicaria em 1940. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 209-255.

280 ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, e lvgar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreueo hum Religioso de muyta authoridade, & que foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo tẽ os dezoito de Abril deste prezente, & fatal anno de 1630*. Lisboa: por Mathias Rodrigues, 1630.

A *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda* ecoa os interesses de um partido enraizado em Pernambuco e inaugura – mediante uma linguagem velada e cuidadosa – uma tópica a ser amplamente explorada: a Espanha, Filipe e Olivares haviam perdido a capitania por não aparelhá-la e por não socorrer os homens na resistência. Objeta-se à culpabilização pela perda do território de que os Albuquerque seriam alvo por vários anos, em Lisboa e Madri, e que levaria à prisão do general Matias de Albuquerque, após sua substituição por Luís de Rojas y Borja, em 1636. Urgia, portanto, para a família donatarial reconstruir a narrativa da invasão holandesa, o que se começa a fazer tão cedo quanto a chegada flamenga.

Como parte de sua estratégia de justificação da perda do território, a *Relaçam verdadeira* destaca a superioridade tecnológica flamenga, aludindo a seus “muytos petrechos, & invençoes de guerra”, velas mais velozes, armas mais leves ou capazes de disparar projéteis com menor gasto de pólvora, além de engenhos para deslocar os canhões “& plantar a onde quiserem”. Matias é desenhado como comandante diligente, ubíquo, que “fez nam sò officio de General, mas de hũ soldado particular, & ainda de artelheiro, enchendo com suas proprias maõs os cartuxos de poluora”. O autor não deixa dúvida de que respondia a críticas nas altas esferas de Lisboa e Madri, onde se punha “tamanho culpa aos moradores de Pernambuco”, e nos fornece claro exemplo de emprego das relações como escudo e contra-ataque, o que mais tarde proliferaria em outros escritos patrocinados ou da lavra da família donatarial de Pernambuco:

Mas a vigilancia do Capitam gèral Mathias de Albuquerque a tudo tem atalhado, & experimenta ja outro animo muy diferente nos homens da terra. [...] & assi nam ha que por tamanha culpa aos moradores de Pernambuco: & a que ouue elles

estam apostados a purgala com o fauor do Ceo, & ja começam a fazer com varios assaltos, que dam aos inimigos<sup>281</sup>.

Estamos longe de 1625. A escrita da história da guerra, aqui, passa a atender a outros propósitos e a formular novas táticas do que dizer. Tal como esta, outras relações saíram impressas após 1630, a intervalos, esforçando-se por contar os últimos eventos e enaltecendo os serviços dos que nela sangravam. No novo contexto, como dito, não assistimos mais a uma armada despachada pelo monarca a resgatar o território perdido: são seus servidores nas distantes províncias que porfiam contra o avanço inimigo e, se não os expulsam, ao menos frustram seus cercos, refreiam seus avanços, prejudicam suas armadas. E divulgam-no. Nas penas desses novos autores, mais do que a ação de uma força adventícia como a de D. Fadrique, de ordinário dá-se visibilidade a personagens com fortes vínculos locais. Estes mais tarde esperariam recompensas pelos serviços prestados ao rei, pleito que muito se poderia beneficiar da “fama” atribuída ao seu nome em relatos de heroísmos bélicos. O arranjo discursivo dessas relações de sucessos, não por acaso, em grande medida se assemelha àquele encontrável nas solicitações de tenças, hábitos, foros e comendas. Trabalhos clássicos e recentes têm apontado a concessão de mercês e a nobilitação de personagens destacados na Guerra Holandesa, em especial diante da crescente importância geopolítica e comercial da região no século XVII<sup>282</sup>.

---

281 ANÔNIMO, *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda*, *Op. cit.*, fl. 5 [não paginada].

282 LEITE, Jorge M. *O dito e o feito: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)*. Dissertação (mestrado em História), UFF, Niterói, 2009. ALBUQUERQUE, Cleonice X. de. *A remuneração dos serviços da Guerra Holandesa*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968. OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da Guerra Holandesa e os hábitos das*

Flagramos estes característicos num panfleto de 1632, a *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria* obtida na Paraíba. Os neerlandeses, já senhores de Olinda e Recife, despacham expedição a capturar a capitania ao norte, sendo frustrados pela operação defensiva comandada pelo capitão-mor Antônio de Albuquerque, cujo heroísmo é registrado na relação publicada no mesmo ano, da lavra do beneditino Paulo do Rosário. Albuquerque, comparado a generais na Antiguidade como Judas Macabeu e Apolônio de Samaria, “assi Sãtos, como Gêtios”, é descrito, às vésperas da refrega, gastando de sua fazenda a reforçar o forte de Cabedelo e importunando sua majestade para que o ajudasse nos reparos, precaução que garantiria a conservação da praça. Levantando os holandeses o cerco às fortalezas da capitania,

Não faltou neste encontro a suas obrigaçoens o Capitão mòr Antonio de Albuquerque, porq cuidou tam alentado animando aos seus, q mostrou desestimar a vida, por não pòr nodoa da honra, imitando a Iudas Machabeo, que fez mòr estima da fama q da vida, ganhando a praya do inimigo a custa do sangue, & vidas de hũa & outra parte.

O elogio a Albuquerque não para nos feitos presentes: “não são estes os primeiros seruiços que o Capitaõ mòr desta [praça] ha feito a sua Magestade no tempo que ha, que os Rebeldes de Olanda nos infestaõ estes mares”, tendo colaborado dantes na defesa de Itamaracá e Pernambuco, “com muita quantidade de gente branca aventureira, & indios”, junto com o irmão, Matias de Albuquerque Maranhão<sup>283</sup>.

---

Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). Dissertação (mestrado em História), UFF, Niterói, 2010.

283 ROSÁRIO, *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, *Op. cit.*, pp. 4, 10. Para um estudo deste impresso, OLIVEIRA, Leandro V. A Relação Breve de frei Paulo do Rosário: relatos sobre o primeiro ataque holandês à capitania da Paraíba (1631). *Saeculum*, João Pessoa, n. 38, jan-jun 2018.

Sacrifício, aliás, que não se restringe à ação do protagonista da narrativa. Convinha ao chefe político e militar a promoção não só de si, mas de figuras importantes de sua facção que mais tarde, sob seu patrocínio, se candidatariam também à obtenção de mercês, conforme a lógica clientelística desvendada pela historiografia do Antigo Regime<sup>284</sup>. Na *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da vila de Olinda*, os capitães sob Matias de Albuquerque são representados como mártires que, não dispondo de meios para rechaçar os invasores, lhes impingem enorme dano. Como André Temudo morrendo furiosamente na defesa de uma Olinda condenada, ou o jesuíta Manoel de Moraes, capitão dos “índios da terra”, apavando os flamengos com suas investidas<sup>285</sup>. Na Paraíba, ao lado de Antônio de Albuquerque, heróis coadjuvantes também cintilam em sua bravura e têm impressa a reputação de suas ações. O capitão Cosmo da Rocha “desde a tomada de Olinda não deixou de perseguir aos Rebeldes de Olanda com grande valor, & esforço”, saindo do cerco paraibano com uma honrosa ferida. Coragem demonstrada também por seu irmão, André da Rocha, que o substituiu, ambos “de tam grande esforço, que se não determina Marte entre os dous, a qual deles darà a palma<sup>286</sup>”.

Confrontos dos anos finais da União Ibérica, como a resistência ao assédio nassoviano à Bahia (1638) se tornam também assuntos de relações castelhanas, nas quais, num arranjo novo, as diretrizes da propaganda olivarista se combinam com o panegírico dos líderes locais e dos capitães engajados na luta. É o caso de uma *Relacion*

---

284 XAVIER, Angela B. & HESPANHA, A. M. As redes clientelares. In: MATTOSO (coord.) & HESPANHA (org.). *História de Portugal*, vol. IV, Op. cit.

285 ANÔNIMO, *Relaçam breve, e verdadeira da tomada da vila de Olinda*, Op. cit. fl. 5 (não numerada). O padre Manuel de Moraes mais tarde abnegaria a roupeta jesuítica e fugiria para o lado batavo, pelo que mais tarde, arrependido, seria processado pela Inquisição. VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

286 ROSÁRIO, *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, Op. cit., Op. cit., fl. 4v.

*de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baía de Todos Santos*, a qual realça o elogio dos líderes da defesa, D. Pedro da Silva e o conde de Bagnuolo, bem como a representação destemida de seus capitães<sup>287</sup>.

Palavreado semelhante seguiriam os folhetos dos últimos anos da guerra, com personagens como Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros descritos, nas batalhas dos Guararapes ou no cerco final do Recife, como valentes e leais mestres de campo sob as ordens do general Francisco Barreto de Menezes, mestre de campo enviado por D. João IV para liderar a insurreição em 1647. Nos anos 1630 e 1640, portanto, mesmo nas relações em que se veiculam discursos dos partidos peninsulares (geralmente os de simpatia olivarista, como no caso da *Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas*), outras vezes também se ouvem nas narrativas, participando da historicização da guerra.

Se apenas as versões contadas no conjunto das relações de sucesos da Guerra Holandesa foram legadas para a posteridade, sua história diferiria daquela que as historiografias do século XVIII ao XX debateram. O panteão de seus mártires, a lista de seus antagonistas e a sucessão de seus momentos marcantes sofreria notável rearranjo. Exemplo ilustrativo: em 1631, a esquadra comandada por D. Antônio de Oquendo atravessa o oceano para trazer reforços e custodiar, no retorno, o transporte dos açúcares e outras mercadorias. No arquipélago dos Abrolhos, é assediado por 16 navios flamengos comandados pelo almirante Adrian Pater.

---

287 ANÔNIMO. *Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baía de Todos Santos, contra Olandeses, que fueron a sitiar aquella Praça, en 14. de lunio [sic por 16 de março] de 1638*. Siendo Governador del Estado del Brasil Pedro da Silva. Madri: por Francisco Martinez, con licenças, 1638. Magalhães demonstrou que o oculto autor era o bispo D. Juan de Palafox y Mendoza, o qual republicaria o escrito numa coletânea de suas obras. MAGALHÃES, *A relacion de la Vitoria [...] do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza*, Op. cit.

O entrechoque que se seguiu é descrito dramaticamente em uma *Relacion de la iornada* publicada em Sevilha no mesmo ano, festejando a vitória de Oquendo, a captura dos estandartes, a destruição da nau capitânea inimiga e a morte do almirante neerlandês. Relações históricas dos anos 1640 e 1650 porão nos lábios de Pater, na hora da morte, a frase: “que grande soldado é D. Antônio de Oquendo!”, mas a *Relacion de la iornada*, cronologicamente vizinha ao evento, registra tão-somente que o neerlandês “se lançou ao mar, onde morreu afogado e desesperado, como sua gente o disse, fugindo do fogo”. O reconhecimento do valor pela boca dos inimigos é artimanha empregada à larga nas narrativas do período. Em relação que descreve o sítio final do Recife, em 1654, afirma-se que a bravura dos portugueses de Pernambuco “admirou aos Olãdeses”, os quais, depois da rendição, confessaram que, tendo lutado em muitas guerras, “em nenhũa viraõ tal resoluçam, & valor de soldados, como estes de Pernambuco”<sup>288</sup>.

Um João Fernandes Vieira, de quem se conservou a imagem de chefe da Insurreição Pernambucana, ou um André Vidal de Negreiros, diúnviro da rebelião ao lado de Vieira, por outro lado, veriam em muito subtraído o seu prestígio no caso de uma memória calcada apenas nas relações de sucessos. Não temos conhecimento de impressos que relatassem as vitórias do Monte das Tabocas ou de Casa Forte, em 1645. Já nas primevas narrativas das

---

288 ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de su Magestad à hecho al socorro del Brasil, y batalla que entre ella, y la de los Estados de Olãda se dieron en doze de Septiembre deste año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos*. Es traslado de la que se embiò a su Magestad. Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença do Alcaide-mor D. Alonso Bolaño, 1631. ANÔNIMO. *Relacam diaria do sítio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitãrias de Itamaracã, Paraíba, Rio Grande, Ciarã & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & Governador de Pernambuco*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654, fl. 5 (não paginada).

batalhas dos Guararapes e da rendição final do Recife, o retrato que se lhes faz é o de obedientes subordinados do verdadeiro responsável pela vitória, Francisco Barreto de Menezes, enviado por Lisboa em 1647 com patente de mestre de campo general. Ao contrário do que assentarão as obras encomiásticas a Fernandes Vieira, dos anos 1640, 1650 e 1670, nas relações dos anos finais da guerra, publicadas em Portugal e alhures, Barreto de Menezes comanda *de iure* e *de facto* os exércitos, decidindo as estratégias de cerco e de combate. Na segunda batalha dos Guararapes, em 1649, diante de avanço flamengo a romper as linhas portuguesas, é ele quem lidera a contraofensiva. Entendendo Menezes

Que alguns dos batalhões, que estavam ao largo, pretendiam cortá-lo, deu ordem a André Vidal para que avançasse com sua gente e, pelejando com eles, foi rechaçado, com morte do sargento-mor Paulo da Cunha Sotomayor, e do cavalo do mesmo Vidal; o qual, montado em outro, e socorrido do mestre de campo Francisco de Figueiroa, voltou de novo à peleja<sup>289</sup>.

A manobra, explica a *Relacion de la Victoria que los portugueses de Pernambuco Alcançaron de los de la Compañia del Brasil en los Garerapes*, assegura a conservação das linhas, o recuo dos inimigos e a vitória. Respeita-se idêntica hierarquia nas relações da capitulação de 1654, com Fernandes Vieira obedecendo estritamente as

---

289 ANÔNIMO. *Relacion de la Victoria que los portugueses de Pernambuco Alcançaron de los de la Compañia del Brasil en los Garerapes a 19. de Febrero de 1649*. Viena: 1649 (sem indicação de impressor). A relação informa de ter sido “traducida del aleman” e, em seu corpo, contesta diretamente eventos e cifras constantes em relações neerlandesas que relatam também os confrontos nos Guararapes. A expressão “panegíricos vieirenses” foi empregada por Gonsalves de Mello para aludir aos escritos de Manuel Calado, Diogo Lopes de Santiago e Raphael de Jesus, que teriam sido encomendados por Fernandes Vieira. MELLO, João *Fernandes Vieira, Op. cit.*

ordens de Barreto de Menezes para o cerco do Forte do Altanar<sup>290</sup>. Episódios importantes na construção posterior da história da guerra, como a insurreição de junho de 1645, a vitória do Monte das Tabocas e de Casa Forte, em agosto do mesmo ano – do período em que D. João IV se esforçava ainda por negar publicamente seu envolvimento na rebelião, em meio às negociações diplomáticas em Haia – não são tematizados em panfletos impressos. Esta escassez terá, aliás, estimulado a redação posterior de novas narrativas, nas quais feitos esquecidos serão visibilizados. Alguns dos manuscritos que descreviam essas passagens então menos conhecidas da guerra, não alcançando as casas impressoras, seriam integrados às narrativas de autores como Albuquerque Coelho e Calado, anunciando façanhas que as primeiras relações relegavam à sombra, reforçando-lhes a candidatura à condição de fatos históricos e, quando convinha, promovendo personagens novos à luz desses holofotes.

A primeira escrita da história da Guerra Holandesa no Atlântico Sul, em síntese, se mostra acidentada, desigual, aqui caudalosa, ali retraída e, no seu conjunto, traça as linhas de base da historicização do evento bélico. Seu trabalho se prolonga, não obstante irregularmente, pelos 29 anos que separam o cerco de Salvador (1625) do cerco do Recife (1654). Atravessam o zênite e o ocaso do olivatismo e a ruptura dinástica de 1640, competem pelas atenções do público com as guerras luso-castelhana, franco-castelhana, em Flandres,

---

290 ANÔNIMO, *Relacam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, Op. cit.* p. 12. Com estratégia discursiva análoga seria publicada, em espanhol, certamente para maior difusão nos centros europeus, uma ANÔNIMA. *Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, i de las capitancias de Itamaraca, Paraiba, Rio Grande, Ciara e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maestre de Campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, com licenças, 1654. Brito Freyre, partícipe do sítio, produziria uma narrativa, possivelmente pouco depois da vitória, enviado ao rei, a qual, todavia, permaneceu manuscrita. FREYRE, Francisco de Brito. *Restauração de Pernambuco*. BNP, Manuscritos Reservados, cota AT/L35.

na Itália e em tantos outros teatros. Personagens e heróis, aliás, eventualmente transitam entre conflitos e histórias: o restaurador de Salvador, D. Fadrique de Toledo, generais seus como Francisco de Vallencilla, Juan Fajardo ou o conde de Bagnuolo reaparecerão adiante em papéis de batalhas contra ingleses e flamengos nas costas espanholas e na América. O polêmico Matias de Albuquerque saltaria das páginas da guerra ultramarina para reaparecer triunfalmente nos panfletos da Guerra de Restauração, derrotando os castelhanos em Montijo e angariando o título de marquês, embora os castelhanos “vencidos” divulgassem versão oposta do sucedido<sup>291</sup>.

Alcançamos, portanto, o ano de 1654 com a história da Guerra Holandesa submetida a um primeiro tratamento narrativo, posto que descontínuo e fragmentário. Depois desta data, com o cessar-fogo, a produção de relações de sucessos se encerra. Até lá, porém, nos anos em que as relações de sucessos empreendiam sua “operação pré-histórica” (parafrazeando o conceito de M. de Certeau), já diferentes autores aplicavam-se à produção de outro registro: se podemos assim denominá-la, uma segunda camada da sedimentação da escrita desta história.

Realização mais ambiciosa, na qual as relações esparsas são substituídas por um trabalho aglutinador e, em lugar do relato de episódios irruptivos e pontuais, arrisca-se um primeiro exercício de síntese, aprecia-se a própria guerra em perspectiva, no interior de movimentos históricos de maior envergadura. E entram em cena os livros. Havia fatos a interligar, lacunas a preencher, heróis a abrilhantar. A história da Guerra Holandesa, picotada na multidão de tantos papéis volantes, esperava agora ser vertebrada: reescrita, estruturada, atribuindo-se-lhe sentido na trajetória histórica imperial. Vencido o momento caloroso e ritualístico da vitória, em que as

---

291 CAMENIETZKI, C. Ziller; SARAIVA, Daniel M. Porto; SILVA, Pedro P. de F. O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII. *Topoi*, Rio de Janeiro: v. 13, n. 24, jan-jun 2012.

relações de sucessos colaboram, soa a hora desta tarefa mais minuciosa de “juntar os cacos”, de converter o noticiário de tantas lutas dispersas na narrativa unificada de uma guerra.

## A Guerra Holandesa nas relações históricas (1625-1660)

### Apuros e salvação da dinastia sitiada

#### *Bragança versus Áustria*

Sob a mais ameaçadora das conjunturas, é aclamado rei português o oitavo duque de Bragança (1604-1656), com o nome de D. João IV, duas semanas após o golpe de 1º de dezembro de 1640, que depusera a vice-rainha Margarida de Saboia, duquesa de Mântua e Monferrato, e defenestrou o secretário de Estado e preposto de Olivares, Miguel de Vasconcelos. Ao menos desde o término da Reconquista cristã e expulsão dos mouros da região de Faro, no extremo sul peninsular, pelas forças de D. Afonso III, nos idos de 1249, contam-se com poucos dedos os momentos da história do reino nos quais sua integridade territorial e existência independente estiveram tão contingentemente em risco. Não só se descobriria o país algemado a um estado de beligerância com duas das maiores potências da época – Espanha e Holanda – como cedo o monarca se depararia com ácidas oposições internas e a animosidade romana para com sua ascensão. Adversidade sem dúvida preocupante, não obstante o papado, no

século xvii, já não arbitrar a política continental e ibérica, tal como fizera no xiii<sup>292</sup>.

D. João iv era neto de D. Catarina de Bragança (1540-1614), por sua vez neta do rei D. Manuel i (1469-1521), através do infante D. Duarte (1515-1540). Na crise sucessória de 1578-1580, D. Catarina antepusera o mais forte contraponto à ambição dos Habsburgo, ao cabo renunciando, porém, à pretensão régia, face à ausência de meios com que resistir ao poderio militar filipino. Durará entre seus aliados (apelidados em Madri *Los Berganza*) a mágoa pelo sentimento de usurpação, a reavivar-se no ocaso da experiência unionista<sup>293</sup>.

Se França e Suécia, inimigas da Espanha, saúdam desde cedo a ascensão brigantina, não deixarão de emitir oscilantes sinais em direção ao Tejo, acenando com uma amizade furta-cor, ora afável, ora arisca, manipulando os fios da fragilidade lusa na urdidura de seu tear europeu. Os dinamarqueses fecharão suas portas nos narizes

---

292 Tanto o rei D. Sancho ii (1209-1248) quanto seu irmão e sucessor, D. Afonso iii (1210-1279), continuadores da centralização administrativa iniciada por seu pai, D. Afonso ii (1185-1223), sofreram agressiva interferência do papado. D. Sancho, tal qual o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico ii Hohenstaufen (deposto por mandado papal em 1245), foi excomungado e declarado *rex inutilis* pelo pontífice Inocêncio iv, através da bula *Grandi non imerito*, em 1248. Ordenava o decreto aos nobres portugueses e ao infante D. Afonso que o destronassem. Quarto de século mais tarde, porém, avançando a coroa nas iniciativas centralizadoras, os papas Clemente iv, Gregório x e Inocêncio v, insatisfeitos com as ações da monarquia contra o clero e a nobreza, terão dificuldades em fazer vigorar seus decretos no país. Por meio da bula *De regno Portugaliae* (1274), Gregório x lança um cronograma de sanções contra o rei, caso não se emendasse, excomungando-o e interditando o reino, desobrigando seus súditos da obediência. O que, parece, não teve efeito, terminando D. Afonso iii seu reinado pela morte natural e legando a coroa a seu filho, D. Dinis (1261-1325). SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1. Porto: Livraria Figueirinhas, 2006 [1963], pp. 40-41. MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de. *História de Portugal*, vol. 11: *a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 129-146.

293 COSTA & CUNHA, D. *João iv*, *Op. cit.* BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*

dos emissários de D. João IV, em 1641, rechaçando a autoridade do governo lisboeta, tal qual o papa Urbano VIII, ambos pressionados por Madri. “A situação de Portugal é extremamente difícil, tanto no exterior como no interior”, sintetiza Godinho. Com a intimidação castelhana, “durante vinte anos, nenhuma potência o ajuda, não é admitido nos tratados internacionais”<sup>294</sup>. A Inglaterra, conquanto ensurdescesse aos protestos de Filipe IV e acolhesse os embaixadores Antão de Almada e Francisco Leitão, em troca apresentará cobiçosas demandas para se beneficiar do comércio colonial. Procurará manter-se também ambígua diante do velho aliado lusitano, chegando a agredi-lo – nos bloqueios da barra do Tejo executados pelas armadas de Blake e Penn, entre 1649 e 1651 – até que a Restauração Stuart (1660) e as bodas de Carlos II com a infanta D. Catarina, com seu vultoso dote, afinal apaziguasse *his majesty*<sup>295</sup>.

A dissidência do 1º de Dezembro, bem sabemos, fermenta anos antes, entre murmurações palacianas e reações difusas à governança castelhana. Embora motins irrompam intermitentemente pelos sessenta anos da União Ibérica, certo recrudescimento data-ria já dos anos 1620, motivado pelas carestias da guerra, pela fome numa época de desastres climáticos, pelo peso da carga tributária e de intervenientes políticos. A situação se agravaria nos anos trinta, com o despertar de facções descontentes com o olivarismo, sentimento que amadureceria, em alguns casos, para o repúdio aos Habsburgo e a disposição de arriscar-se na secessão.

A partir de uma perspectiva estrutural, Godinho situa por volta de 1620 o início da crise da monarquia hispano-lusa, para o que concorreriam recuos no Oriente, perdas no comércio atlântico

---

294 GODINHO, V. Magalhães. 1580 e a Restauração. In: *Ensaios*. Vol. II. Lisboa: Sá e Costa, 1978, p. 415.

295 MELLO, *O negócio do Brasil*, *Op. cit.*, pp. 156-158. MENEZES, *Portugal Restaurado*, *Op. cit.*, v. I, pp. 151-163. Dote de 2 milhões de cruzados, além da cessão aos ingleses de Tânger, na África, e de Bombaim, na Índia.

(territoriais, frente aos holandeses, e financeiras, com as quedas no preço do açúcar), além do cenário conflagrado no continente europeu, o que tudo somado teria posto o povo (afrito por forte concentração de renda no período) e a nobreza contra Olivares. A periodização a partir a União Ibérica em dois blocos, 1580-1620 e 1620-1640, – o primeiro de relativa concórdia, o segundo sacudido de tensões e convulsões – é mantida por escritos recentes, compostos em diversas chaves analíticas. Grosso modo, tais análises acolhem o entendimento de que problemas no campo econômico, nos anos 1620, teriam dinamizado antagonismos nos anos 1630, a fortalecer o autonomismo português<sup>296</sup>.

No quesito fiscal, a legislação cominada em Madri, para além da manutenção dos impostos tradicionais a onerar o consumo (o “real de água”, o “cabeção das sisas”), inaugurava novas taxas a mordiscar as rendas e patrimônios (a “meia anata”, um “tributo dos quintos”), as quais assediavam mais diretamente a fazenda dos segmentos superiores, violando priscas isenções do clero e da nobreza. Em uma mirada ampla, a sociedade portuguesa fragmentou-se politicamente, entre aliados e adversários de Olivares e dos Habsburgo (era perfeitamente possível denunciar os abusos do valido sem, necessariamente, romper com Filipe IV, o que muita vez foi o caso). Como mostrou António de Oliveira, frações irrequietas dos estados superiores atuaram, nos anos 1620 e 1630, como instigadores de motins em locais como Braga, Évora e freguesias algarvias.

No clero, Oliveira identifica divisão de corte hierárquico. De um lado, curas e frades são flagrados “a fazer alarido” e pregar ao povo nas revoltas que pululam; do outro, o arcebispo de Braga, o cabido

---

296 PARKER, *La crisis de la monarquía*, *Op. cit.* GODINHO, *Ensaíos*, vol. 2, *Op. cit.* OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990. HESPAÑA, *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.* CARDIM, Pedro. *La gobernación de Portugal: de los Áustria a los Braganza*. In: MARTÍN MARCOS, *Monarquías encontradas*, *Op. cit.*

da Sé de Elvas e mais prelados participam da repressão a amotinados, vigiando o púlpito, punindo subordinados e proclamando em editais o escandaloso dos tumultos e a necessidade de obediência a El Rei. Todavia, mesmo tal caracterização parece discutível, pois uma rígida demarcação socioeconômica possivelmente não reconstitui todo o movimento do clero diante da conjuntura. Cumpre lembrar que, após a Restauração, D. João IV contará entre seus apoiadores mitras importantes do reino, porém, ao mesmo tempo, entre seus inimigos, terá o inquisidor-mor e o arcebispo-primaz, ambos implicados na conspiração de 1641<sup>297</sup>.

Entre os nobres leigos, as linhas de atuação se revelam até mais sinuosas. Antiolivaristas serão apelidados de “populares”, por instigarem e canalizarem a revolta do povo contra o fisco. Já em 1629, quando a coroa forceja por implantar um novo tributo, a *renda fixa*, sobrevêm “alterações” no Porto, nas quais se incluíam “pessoas gradas, vestidas de seda”, padrão a repetir-se pelos anos seguintes. Entre os *agents provocateurs*, solarengos titulados como os condes de Vimioso e Atouguia e o marquês de Ferreira. Madri generalizava “el pecado de la popularidad” como erva de difícil poda entre a fidalguia lusitana<sup>298</sup>.

Nos assentos do Conselho de Portugal ou na corte achavam-se também opositores do conde-duque e de seu áulico, o secretário de Estado Diogo Soares, muito embora apoiadores dos Habsburgo (em outras palavras, pró-filipinos antiolivaristas), membros do que se denominava *parcialidad*: o marquês de Castelo Rodrigo, os condes de Portalegre, de Basto e de Linhares, para não falar de Francisco de Lucena e outros letrados ligados ao duque de Bragança, o qual,

---

297 COSTA & CUNHA, D. *João IV, Op. cit.* OLIVEIRA, António de. Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638. A repressão. *Separata da Rev. Portuguesa de História*, Coimbra, t. xx, 1984, pp. 3-8, 32.

298 *Ibidem.* Também OLIVEIRA, António de. *Contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e do Porto. Rev. de História das Ideias*, Coimbra, vol. 5, 1984.

leal vassalo até 1640, só se decidiria pela restauração quase às vésperas do golpe. *Populares* e *parcialidad* teriam entre si adjacências e imbricações (atuava uma *parcialidad* dos “populares” no Conselho de Portugal), sendo os secessionistas os mais radicais entre eles. Cardim anota que parte dos *Populares* difundia discurso “patriótico exclusivista e em ocasiões xenófobo”. Animava-os o rancor contra Olivares e sua clientela, mais do que o autonomismo, estando o nacionalismo “longe de ser dominante entre aqueles que em Portugal se opunham aos olivaristas”. Olivares, mesmo quando da substituição do conde de Basto por Margarida de Savoia para regente do reino (1634) – ato suportado em Lisboa como afronta, sendo a vice-rainha estrangeira – insistirá na cooptação dessas facções. Somariam mais de 60 os títulos nobiliárquicos concedidos pelos Áustria, um recorde. Não obstante, fracassaria, dada a sabotagem dos marginalizados na distribuição das prebendas<sup>299</sup>.

O válido se via no dilema de, por um lado, depender da fidalguia e prelazia para governar, e, por outro, de almejar a iniciativas delicadas como o “extraordinário fiscal” e a revogação de parte dos foros tomarenses, julgados por Castela excessivos e obtidos por chantagem. A instauração de *Juntas*, propostas por Olivares, visaria, na opinião da *parcialidad*, a enfraquecer órgãos sob o controle da nobreza, como o Desembargo do Paço e o Conselho de Portugal. Os atingidos, por sua vez – como revelam os exemplos dos Castro, dos Noronha, dos Menezes – recrutam suas clientelas, agitando tumultos e engavetando decisões exaradas em Castela.

O secretário de Estado Miguel de Vasconcelos sofrerá tentativa de assassinato em 1634, porém a tática de cooptação prossegue até as “Alterações de Évora” (1637-8), quando em Madri afinal soa o alarme perante a extrema politização da elite lusa. Do gradual

---

299 CARDIM, La gobernación de Portugal, *Op. cit.*, p. 17. CURTO, Diogo R. A Restauração de 1640: nomes e pessoas. *Península*, Porto, n. o, 2003, pp. 321-336.

distanciamento à aberta ruptura, seria curto o intervalo. Em 1639, suprimia-se o Conselho de Portugal, substituído por *Juntas* comandadas pelos olivarietas, resultado direto das “Alterações de Évora”, tidas pelas autoridades castelhanas como mais graves que as anteriores, justamente pelos indícios da ação nobiliárquica nos bastidores. *Populares* denunciaram a quebra das cláusulas de Tomar, pilas-tras do “equilíbrio Rei-Nobres” que dera solução à crise de 1578-1581. Oliveira, porém, matiza a complexa conduta da elite, ao apontar que, conquanto a nobreza alentejana tenha de ordinário sido, ou leniente, ou tardia na repressão aos motins, sua contraparte algarvia agiu decididamente em favor de Madri, em alguns casos arregimentando tropas por conta própria para a “pacificação”<sup>300</sup>. Na antevéspera da Restauração persistia a fragmentação.

Robustecendo-se os radicais, a conjura restauracionista, restrita a um pequeno círculo ainda em 1637, não demoraria a seduzir suficientes correligionários para fazer-se viável. Os fiascos das armadas filipinas de D. Antonio de Oquendo contra os franconeerlandeses em Las Dunas e do conde da Torre na costa do Brasil, bem como a eclosão da revolta catalã, em 1640, deixariam a Espanha inerte, abrindo caminho à marcha conspiratória. Uma vez desferido o golpe, nem será tamanha a surpresa em Madri, pensando-se de início, aliás, tratar-se de motim popular, sem aberta adesão das casas nobres, crescendo a apreensão com o informe da queda (metafórica e literal) de Vasconcelos e dos mais detalhamentos<sup>301</sup>.

---

300 BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*, pp. 224-229. OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, *Op. cit.*, pp. 227 e ss. OLIVEIRA, *Levantamentos populares no Algarve*, *Op. cit.*, p. 39. Ver também CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*: Filipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del reino de Portugal. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 2014.

301 VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros mas). *Pedralbes*, Barcelona, n. 15, 1995, pp. 103-136. COSTA & CUNHA, *D. João IV*, *Op. cit.*

A atmosfera nos primeiros anos quarenta, apesar da admissão na administração de antigos filipinos que jurassem fidelidade ao novo rei, é de tensa suspeição de filocastelhanismo. E de medo. Era larga a crença de que o reinado joanino duraria pouco mais que um inverno – qual o do *Winterkönig* Frederico da Boêmia (1619-1620) – tão logo Castela avançasse. Sem contar os que estavam no país inimigo, evadem-se nos meses seguintes para a Espanha altas figuras (os condes de Sabugal, Prado, Linhares, Miranda, os bispos do Porto e de Évora e vários parentes dos conjurados). Famílias dividem-se, com filhos ou irmãos escolhendo lados opostos da animosidade, às vezes por sinceras lealdades, às vezes para ampliar com a variedade as oportunidades de recompensa. Entre as famílias repartidas, os Mascarenhas, cujo patriarca, marquês de Montalvão, era o então vice-rei do Brasil, e os Albuquerque, com Matias ficando em Lisboa e Duarte jurando fidelidade a Filipe IV<sup>302</sup>.

Murmuram-se conspirações, como a tentativa de regicídio, em 1647, ou aquela que, estilhaçando a fachada da união nacional pró-joanina, levou ao cadafalso o conde de Armamar e o mercador Pedro de Baeça, à prisão o arcebispo de Braga, o inquisidor-mor e muitos outros, e à extinção a casa de Vila Real, com as execuções do marquês e do duque de Caminha, seu filho. Também em 1641 começa a guerra na fronteira alentejana, dispondo de reduzidos meios o governador das armas conde de Vimioso e seu substituto Matias de Albuquerque. A luta avança indefinida, entre escaramuças e batalhas, até quedar-se em inação a partir de 1646<sup>303</sup>.

---

302 VALLADARES, *Sobre reyes*, *Op. cit.*. BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal no tempo dos Filipes*, cap. 10.

303 SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal*, vol. v: a Restauração e a monarquia absoluta (1640-1750). Lisboa, Verbo, 1982, pp. 29-33. A tentativa de regicídio de 1647, “atrás da qual estava indubitavelmente a Espanha”, daria mais combustível aos polemistas lusitanos, como D. Francisco Manuel de Mello, na acusação da “tirania” castelhana. TORRAL, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit.*, vol. 1, p. 142.

As duas décadas seguintes seriam ásperas. Nas armas, com novas perdas territoriais por toda a extensão do ultramar (Malaca, Angola e Maranhão já em 1641) e ameaças nos portos e fronteiras sob canhões espanhóis, neerlandeses e ingleses; na diplomacia, com impasses nas negociações em Roma e Haia, dificuldades para o reconhecimento internacional da dinastia e com a exclusão de Portugal da Paz da Westfalia (1648), por inflexível exigência castelhana; e nas finanças, com as guerras impondo a salgada receita fiscal olivarista a D. João IV e D. Luísa de Gusmão, sua sucessora na menoridade de D. Afonso VI, precipitando revoltas em inúmeras vilas e depressa alienando parcela dos apoios com que contavam os restauradores. Tão tarde quanto 1659, davam-se ainda as humilhantes deserções do embaixador em Haia D. Fernando Teles de Faro e do governador das armas da província do Alentejo, D. Raimundo de Lencastre, duque de Aveiro, incrédulos das chances joaninas frente às negociações de paz francoespanholas, a culminar no tratado dos Pirineus. Ambos seriam executados em efígie<sup>304</sup>.

Em Haia, a Restauração é saudada como valioso empecilho aos castelhanos. Contudo, cedo os portugueses veriam evaporar suas esperanças de restituição das praças perdidas na expansão ultramarina holandesa. A 12 de junho de 1641, D. João e os Estados Gerais firmavam trégua de dez anos, na qual ficava proibida a tomada de novos territórios e suspensas quaisquer devoluções; mas violações seriam frequentes. Aproveitando as demoras para a ratificação do tratado em Lisboa e para sua vigência no ultramar, sabendo-se estar o rei português falto de meios para retaliar, os neerlandeses instruíram seus exércitos no Brasil e no Oriente a expandir seus domínios. A Maurício de Nassau se sugeriu um novo ataque à Bahia, mas o

---

304 MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit.*, pp. 209-214. “Carta da rainha D. Luísa de Gusmão para o conde de Soure”, 20/11/1659. ANTT, Manuscritos da Livraria, cota 1145 (1).

conde, ciente do valor do comércio de escravos, captura Luanda e São Tomé, em agosto de 1641<sup>305</sup>.

Urgia ao regime assim premido transmitir, com percussão proporcional a sua inverossimilhança, a imagem contrária, de “armónica consonância”. O que se buscou na cerimônia de aclamação, nas sucessivas reuniões das Cortes a partir de janeiro de 1641 – em cujas orações e assentos, ao lado das graves questões de Estado a resolver, se buscou veicular a representação do líder amparado por todos os estamentos – e na formulação da narrativa política doravante disseminada. Não obstante certa historiografia advogue a existência de um país irmanado sob as diretivas do esforço monárquico, somam-se na atualidade as leituras que retratam os primeiros reinados brigantinos como convulsionados e de autoridade precária, enfatizando-se a continuidade com os agitados anos finais da União Ibérica<sup>306</sup>.

Nas matérias do governo, atrimam a Junta dos Três Estados, órgão responsável pela administração dos impostos extraordinários (a *décima*, o *real d'água*, o direito sobre as caixas de açúcar), e as corporações municipais, dada a sanha arrecadatória da primeira contra o zelo corporativo das últimas. Diante de frágeis mecanismos de cobrança, a sonegação grassava. O imposto do sal provocaria motins como o de Aveiro, em 1641; o do “papel selado”, no Porto, em 1660. Os prejudicados com a proibição do comércio com a Espanha se ressentiriam com a coroa e acorreriam ao contrabando. Nomeações no exército e na diplomacia gerariam dissensões, aprofundando rachaduras no seio da aristocracia<sup>307</sup>.

---

305 BOXER, *O império marítimo português*, *Op. cit.*

306 Exemplo da ótica defensora do centralismo joanino em SERRÃO, *História de Portugal*, vol. v, *Op. cit.* Vertente oposta em VALLADARES, *Sobre reyes de invierno*, *Op. cit.*, p. 131. SOARES & CUNHA, *D. João IV*, *Op. cit.* E CARDIM, “La gobernación de Portugal”, *Op. cit.*, pp. 28-44.

307 OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, *Op. cit.* MAGALHÃES, J. Romero. Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração. *Hispania*, Madri, LXIV/1, n. 216 (2004), pp. 157-182.

De vez que cerca de metade da nobreza estava no exterior no 1º de Dezembro, além de importantes eclesiásticos e comerciantes, antevê-se como eram frágeis os alicerces da ascensão brigantina, especialmente nos primeiros anos, mas não só neles. Entre os “Quarenta Fidalgos” conjurados, se militavam grandes como os condes de Abrantes e de Vimioso, contavam-se majoritariamente secundogênitos e magistrados como António Pais Viegas e João Pinto Ribeiro. Algumas das casas convocadas a assistir Filipe IV na revolta catalã ocorrida em julho de 1640: Tarouca, Sárzedas, Castelo Rodrigo e Basto escolherão o lado Habsburgo, integrando o partido que em Madri passará a ser denominado dos *fidalgos*. Sem contar o número dos magistrados e financistas que se exilam e a comitiva a acompanhar a princesa Margarida, recebendo da coroa espanhola generosas mercês. Oferecia-se aos restauradores a possibilidade de cultivar novas lealdades, pela promoção social dinamizada no período de guerras. Porém incrementava-se a instabilidade ao empuxo das concorrências entre partidos cortesãos, como se verifica, por exemplo, no caso da queda do Secretário de Estado Francisco de Lucena (1643) e nas intrigas para a nomeação do generalato no Alentejo<sup>308</sup>.

D. João IV é, ao cabo, monarca de legitimidade bruxuleante, exaurindo-se nas tensões das facções a gravitar em torno de si, do poderio senhorial e das elites urbanas. Sem embargo dos asfixiantes apertos financeiros, fundar-se-ão em poucos anos um novo ducado (Cadaval), marquesados (Niza, Aguiar) e condados (Alegrete, Vila Pouca de Aguiar, Soure)<sup>309</sup>. Através da criação da Secretaria das

---

308 SERRÃO, *História de Portugal*, vol. v, *Op. cit.*, pp. 16-18. SOARES & CUNHA, *D. João IV, Op. cit.*

309 SOUSA, Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1932 [1742]. ZÚQUETE, Afonso (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 3 vols. Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960. MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o*

Mercês, distribuem-se prebendas a correligionários. Os anos joaninos instituem diversas secretarias, repartindo-se o poder nesses conselhos. A execução de Francisco de Lucena, aliás, é possível que se dê à revelia, cedendo o rei aos que maquinavam remover um obstáculo, havendo o secretário de Estado atuado contra o ditame dos partidos e por introduzir na corte as galas de um cerimonial à Luís XIII, julgado servil e perigoso. O Senado lisboeta, por sua vez, assume então inusitado protagonismo, junto a outras câmaras e à Casa dos Vinte e Quatro, barrando investidas tributárias do Paço.

Donde a imagem do restaurador como líder pusilânime, dado a crises de desânimo. Nelas, cogitaria casar o filho Teodósio com a filha de Filipe IV ou com uma princesa francesa, abdicando em favor do duque de Orléans e exilando-se na África ou no Brasil. Costa e Cunha argumentarão que, com o passar dos anos, o cetro brigantino conquistará maior poder e autoridade. Leitura decerto distinta da de Valladares, para quem o rei, enfraquecido, se defrontou com paralisantes obstáculos políticos e financeiros até o fim. Em abril de 1651, D. João lamenta ao marquês de Niza a desunião dos seus vassalos, diante do risco de morte que todos corriam com a guerra de Castela. “O que”, conclui Valladares, “naquela altura era dramaticamente certo, já que a Coroa não tinha um cruzado para defendê-los”.<sup>310</sup>

Ainda que D. João porventura experimente maior estabilidade em seus anos finais, quando a guerra espanhola ingressa em estado latente, os flamengos recuam no Brasil e os tratos negroiro

---

patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

310 VALLADARES, *Sobre reyes de invierno*, *Op. cit.*, p. 125. COSTA & CUNHA, *D. João IV*, *Op. cit.*, capítulos VI e VII. CARDIM, *La gobernación*, *Op. cit.*, p. 25. SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. V, *Op. cit.*, pp. 13-14, 27. Para Hespânia e outros, o ordenamento “sinoidal” vigorará por todo o século XVII, tendo sido ele próprio a *raison d'être* da Restauração, ameaçado apenas em breve intervalo nos anos 1660, pela ação do conde de Castelo Melhor, escrivão da puridade de Afonso VI. HESPÂNHA (Coord.), *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.*

e açucareiro no Atlântico se restabelecem, sua morte atira a dinastia em nova crise, por ser o herdeiro, D. Afonso, rapaz de 13 anos, de saúde física e mental incertas. Assumindo a regência a viúva D. Luísa de Gusmão (1656-1662), a conjuntura é lida pelas facções como propícia e ascendem ao prosclênio os rivais condes de Odemira (um dos restauradores e chefe do *partido velho*) e de Cantanhede (à frente do *partido novo*, composto por uma fidalguia mais jovem a ambicionar posições). Medindo forças no Conselho de Estado e na recém-criada Junta Noturna, as facções alcançarão prolongar o arranjo regencial que tanto as empoderava, contrariando muito embora as Ordenações Filipinas, pois a idade prevista para a aclamação, 14 anos, fora completada por D. Afonso em 1657. Além dos partidarismos aristocráticos, durante a regência agudiza-se a controvérsia jurisdicional, herança do período joanino, entre o Conselho de Estado, sob controle nobiliárquico, e a Secretaria de Estado, sob a égide dos magistrados.

As poucas provas existentes impossibilitam a formulação de diagnóstico confiável das faculdades mentais de D. Afonso, na infância vitimado por paralisia parcial. Cardim, Xavier e Vallance enfatizam o uso político feito do comportamento errático do príncipe, infenso a etiquetas e à cortesia dele esperada, além de cultor de “más companhias”, de maneira a adiar a sucessão e manter no trono uma regente manobrável<sup>311</sup>. Já antes que acabasse 1656, o Conselho, em que dominava o *Partido velho*, dirigia missiva à regente, lembrando-lhe do dever tradicional de governar ouvindo os ministros, acrescentando que importava à pessoa real não decidir, senão nomear os que decidem. O recado de Odemira era claro: queria-se em D. Luísa uma *reine fainéante*. Já Cantanhede e o *Partido novo* antecipavam

---

311 VALLANCE, Monique. *A rainha restauradora Luísa de Gusmão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. CARDIM, Pedro & XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

na fragilidade do novo rei a chance de levar à derrocada a facção de Odemira e do duque de Cadaval.

Acuada, a coroa contava com a rivalidade dos opositores para assegurar a sucessão dinástica. “Os conselheiros”, anota Vallance, “tinham um tal espírito de independência e falavam com tal liberdade que muitos observadores estrangeiros ficavam chocados”. A rainha viu-se na contingência de ceder e ratificar muitas das decisões inscritas nas consultas, singrando mares políticos tormentosos, tendo ademais de enfrentar o reinício da ofensiva castelhana (1657), as rígidas diplomacias inglesa e neerlandesa – de vez que o cessar-fogo em Recife (1654) não traria de pronto a paz com Haia – e a pressão de uma terceira facção que, com Castelo Melhor, exigia a entrega do cetro ao infante Afonso. A autora enaltece a prudência e astúcia da rainha, capaz de “fingir fraqueza” e manipular um delicado equilíbrio no qual a manutenção da regência se tornava atraente às facções em luta, em lugar da entrega do cetro a Afonso, com quem emergiria outra força – coisa que, ao cabo, veio a suceder. Parece, todavia, mais provável que a D. Luísa não conduzisse, mas fosse arrastada à situação, negociando sob o fogo da ascendência e poder das casas nobres, assim velhas como novas, bem posicionadas no aparelho burocrático e liderando vastas clientelas<sup>312</sup>.

Na Espanha, Filipe IV e seus ministros atribuíam enorme importância ao esmagamento da “rebeldia” lusitana. Teria, sem dúvida, sobrevivendo o exemplar castigo que todos esperavam precipitar-se a qualquer momento sobre os restauradores, não fossem as agruras militares e econômicas com que também se deparava Castela havia anos. Motins na Andaluzia, em Nápoles e na Sicília, além da declaração de uma moratória e da descoberta de uma conspiração do duque de Híjar, fariam do biênio 1647-1648 período crítico para Madri. A leste, a guerra contra os franceses prosseguia, impedindo

---

312 VALLANCE, *A rainha restauradora*, *Op. cit.*, p. 116 e ss.

o rei de concentrar suas forças contra Portugal<sup>313</sup>. Esta situação se agravava com a reaproximação entre portugueses e ingleses a partir de 1652, uma vez resolvido o conflito provocado entre Lisboa e o Parlamento pela presença do príncipe Rupert (1619-1682), sobrinho do decapitado rei inglês Carlos I (1600-1649), em Lisboa, a atacar navios britânicos leais ao Commonwealth (1649-1660). Já em 1654, D. João cedia à Inglaterra acesso ao comércio peninsular e ultramarino. A morte de Cromwell (1658) e o casamento de Carlos II com a infanta D. Catarina de Bragança terminariam por oferecer a Portugal a proteção que tão desesperadamente buscava face à Espanha. Não por coincidência, os ataques holandeses no Oriente cessariam já em 1663, após a conquista de Cochim e outras das possessões portuguesas na costa do Malabar<sup>314</sup>.

Stradling data o começo do declínio espanhol da batalha de Rocroi e da queda de Olivares (1643), recaindo o governo, dali por diante, em homens incompetentes. Israel crê reavivar-se o poderio Habsburgo, brevemente, entre 1648-55, face aos problemas franceses com os *Frondeurs* e outros, seguido por novos recuos até a Paz dos Pireneus, em 1659. Com o maior de seus inimigos, a França, Filipe IV e seu embaixador conde de Peñaranda mantinham exaustivas negociações, mas as exigências de que os franceses se retirassem da Catalunha rebelada e sustassem sua proteção a Portugal, ao lado do desejo de Mazarino por novas concessões na Itália e nos Países Baixos espanhóis, determinou a tardança da paz até 1659. Quatro anos antes, Castela abria mais uma frente de luta contra a Inglaterra de Oliver Cromwell, cujas armadas lhe bloqueariam o litoral e lhe tomariam a frota de prata (1657). A sucessão dos conflitos e os assaltos provocavam aguda desorganização no Erário hispânico, com a coroa decretando nova moratória de suas dívidas em 1653. Por essa

---

313 MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit.*, pp. 187-188.

314 BOXER, *O império marítimo português, Op. cit.*, p. 122 e ss.

altura, calculava-se que investir contra Portugal custaria 5 milhões de ducados anuais, cifra insuportável, ao passo que o lançamento de novos impostos era tido como impraticável. Desse modo, ainda que El Rei Católico manifestasse irresignação para com a continuidade da “tirania” dos Bragança, o cenário internacional de beligerância sustaria as investidas espanholas até fins de 1657, quando do ataque a Évora e da vitória portuguesa na batalha da Linha de Elvas<sup>315</sup>.

### El Rei narrador

A nova dinastia, está claro, necessitará desesperadamente de meios materiais com que se impor: dinheiro, canhões, mosquetes, soldados e fortalezas a guarnecer-lhe as fronteiras, frustrar dissensões intestinas e garantir-lhe a chancela da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, todavia, e com um grau análogo de desesperação, precisará de uma narrativa. De um discurso fundante, consagrador, mediante o qual os aclamadores pautassem o modo como os eventos se deveriam entender e contar, desmentindo a “perfidia” de que os acusavam os inimigos. A “Restauração” urgia ser representada como ato sancionado pela justiça, pela história e pelo céu. Sem isso, canhões e fortalezas resultariam inúteis, pois assim no estrangeiro como nas províncias eram numerosos os descontentes com a ruptura, os quais cedo se apetrecharam para abater a “subversão do tirano Berganza” com armas e palavras<sup>316</sup>.

---

315 VALLANCE, *A rainha restauradora*, *Op. cit.*, pp. 127-130. STRADLING, R. A. *The Armada of Flanders: Spanish maritime policy and European War, 1568-1668*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992, pp. 144-146. ISRAEL, Jonathan. *Conflicts of empires: Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy (1585-1713)*. Londres: The Hambledon Press, 1997, pp. 105-144.

316 XAVIER, Ângela Barreto. *El rei aonde pode, & não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998. A denúncia da “tirania” da Restauração Bragança, mais do que mero discurso para consumo público, aparece nos papéis do Conselho de Estado em Madri. AGS, Estado, Legajo 3851,

Eis o trabalho de uma plêiade de intelectuais lusitanos, criando escritos em diversos campos do saber e gêneros literários então praticados: jurídicos, políticos, parenéticos, dramaturgicos, poéticos, hagiográficos, biográficos e historiográficos. Sua azáfama no erigir deste discurso e na polêmica contra os castelhanos e lusitanos pró-filipinos – os quais, na Espanha, aplicam-se ao longo de toda a Guerra de Restauração (1641-1668) na contraofensiva publicística – terá forte impacto na cultura portuguesa e será ouvida no exterior. Assim como ocorrera no Portugal dos Áustria, mas agora porventura com a maior intensidade invocada pela descontinuidade dinástica, parcela significativa da produção literária é posta a serviço de um constructo ideológico-narrativo, a saber, que a nação fora *restaurada*, palavra cuja semântica semeia a ideia de “reparação”, “correção de rumos” dantes desviados. Propunha-se não só o restabelecimento dos “reis naturais”, mas do ordenamento corporativo que teria regido a sociedade lusa até 1580 e fora subvertido pelos “políticos” castelhanos.

1640 seria “um golpe de palácio”, anota Godinho, que “restaura o Estado na forma anterior à tirania”. Vê-se desde logo que os restauradores voltavam contra Filipe o saber jurídico tradicional, denunciando-lhe a “tirania”, o governo da força, sem direito. Hespanha, em consonância, dirá que o 1º de Dezembro materializa o anseio de refundar a ordem jurídica tardo-medieval e quinhentista, no qual os corpos sociais resguardariam seus foros, contra os “desaforos” praticados desde Madri<sup>317</sup>.

A Restauração há de ser pensada como bem-sucedida maratona discursiva, cujo círculo de correligionários paulatinamente se alarga

---

onde “El tirano Berganza” é referido nas consultas como usurpador da realeza filipina. Reflexão sobre as relações entre discurso e poder em FOUCAULT, Michel. *L'archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, pp. 54-74.

317 GODINHO, *Ensaio*, vol. 2, *Op. cit.*, p. 404. HESPANHA, *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.*, pp. 12-13.

(ou cujo círculo de opositores vai sendo amordaçado). Isso se faz com a ajuda da censura, da propaganda e medidas mais violentas de repressão, até a tardia e definitiva consolidação dinástica petrina, quando a hipótese da reunião das coroas evanesce do horizonte linguístico<sup>318</sup>. Cosendo o 1640 ao tecido da história multissecular do reino, aquela *intelligentsia* construirá a imagem epopeica da nação realizadora de grandezas divinamente anunciadas, depois calcada e usurpada por um déspota, no interregno de sessenta anos, até que enfim reerguida, graças à rebelião que aclamava o “verdadeiro rei”, por direito de nascença. Será notável a *performance* do edifício retórico brigantino no ideário político e na historiografia vindoura, conjugando gramática recitada ainda nos dias atuais.

“A Restauração”, escreve Torgal, “foi um período particularmente fecundo do ponto de vista da produção política”. Pois “era preciso justificar a insurreição contra o governo filipino, para convencer os portugueses hesitantes, e mais para conseguir o apoio das grandes potências”, face à polêmica movida pela Espanha, em grande número de papéis que acusavam D. João IV também de tirania. Produção política, como esclarece Torgal, teorizada em um sentido lato, a capturar as demais manifestações públicas da cultura escrita, como a historiografia e a veiculação de notícias. Não por acaso, a primeira gazeta portuguesa com periodicidade definida e frequente inaugura suas atividades em 1641, privilégio concedido a Manuel Galhegos, com o nome de *Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*. O veículo será axial difusor da perspectiva do poder central até seu término, em 1647<sup>319</sup>.

---

318 POCKOCK, *Linguagens do ideário político*, *Op. cit.*

319 TORGAL, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit.*, vol. 1, p. 121, *passim*. HESPAÑA, António M. As faces de uma revolução. *Penélope*, Lisboa, n. 9/10, 1993, pp. 7-16. SOUSA (coord.) et al. *A gênese do jornalismo lusófono*, *Op. cit.*, p. 52.

Antes de 1640, em vista das agitações verificadas, tem início aguerrida publicística pró-filipina, a reiterar a autoridade dos Habsburgo, com a estampa do *Philippus prudens*, de Juan Caramuel, reação, explica Oliveira, aos discursos que, desde Lisboa, enalteciam o valor e a tradição da casa de Bragança, de modo a seduzi-la para a sedição. Consumada a Restauração, a coroa joanina animará renhido duelo discursivo com Castela, esgrimido com manifestos e antimanifestos, tanto no interior do país – para o que não hesitará em se valer do panegírico, da parenética e do imaginário sebastianista – quanto no exterior, onde fomenta compêndios de arrazoado jurídico a amparar o gesto destituente e demonstrar-lhe o direito. “Especialistas” em relações de guerra como João Salgado de Araújo e Luiz Marinho de Azevedo tematizam a guerra castelhana e suas grandes batalhas em panfletos possivelmente de larga circulação e convidativo retorno financeiro. Para os que se enfileiram junto aos restauradores, a publicística e, de modo geral, a subordinação da cultura escrita às emergências do poder central tornam-se via de serviços e abrem oportunidades de ganho financeiro e reconhecimento simbólico<sup>320</sup>.

É outra a situação na Espanha. Do mesmo modo como a coroa portuguesa investe retoricamente, nesses anos, na guerra castelhana, secundarizando a luta holandesa no ultramar, El Rei Católico patrocinará, por sua vez, até a década de 1660, arisca polêmica anti-francesa. A lavra de papéis antijoaninos ficava relegada ao encargo dos exilados lusos em Castela. No embate entre estas publicísticas *desde arriba* (promovida pela coroa lusa) e *desde abajo* (dos vassalos portugueses de Filipe), como as apelida Bouza Álvarez, os libelos

---

320 OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, *Op. cit.*, p. 230. LOBKOWITZ, Juan Caramuel. *Philippus prudens Caroli V. Imp. Filiv Lvsitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimus rex demonstratus*. Antuérpia: Officina plantiniana, 1639. TORRAL, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit.* ZILLER, SARAIVA e SILVA, *O papel da batalha*, *Op. cit.*

joaninos levarão a palma em volume e alcance, reagindo os filipinos de ordinário com antimanifestos. A um dos panfletistas espantava que das prensas “rebeldes” saíssem “hoje um manifesto, amanhã uma história, outro dia um livro, outro um volume e em movimento contínuo esta ocupação, girando sem sossego”. Famílias exiladas, como os Mascarenhas e os Alencastre, protegeram autores ou redigiram elas próprias ataques antibrigantinos, antiolivaristas e pelo direito dos Áustria sobre Portugal, estampando folhetos simples, de poucos *pliegos*, em tipografias caseiras<sup>321</sup>.

Deparamos, pois, um período de convulsão e criação, quando para alguns se entreabriam janelas de ganho econômico, de ascensão nas hierarquias sociais, assim nos serviços das armas como nos das letras. A narrativa histórica a serviço de ambições políticas imediatas, longe de constituir novidade, é potencializada pelas conturbações que se estenderão até o fim dos anos 1660. O cenário convidava à consecução de projetos partidários e pessoais, ao preenchimento das vacâncias geradas pelas carnificinas e rupturas. Época de ambicionar e arriscar-se. Uma dinastia ascendente, carente de apoios por toda a extensão imperial sobre a qual pretendia reinar, e a simultaneidade de duas guerras em quatro continentes precipitavam sobre a ordem política palpável catalisador de mobilidades. Não para todos, decerto, mas para os que detivessem ou forjassem as ferramentas requeridas para competir. É nesse contexto que sujeitos como um mulato madeirense, um frade eborense ou um obscuro oficial em Luanda se podem converter em heróis de guerra e construtores de memória. Vivia-se, não há dúvida, uma quadra peculiar da história de Portugal.

---

321 BOUZA ÁLVARES, Fernando J. Papeles, batallas y público barroco. La guerra y la Restauração portuguesas en la publicística española de 1640 a 1668. Página “Sala de las Batallas” da Fundação das casas de Fronteira e Alornas. Disponível em: [http://www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm#\\_ftn39](http://www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm#_ftn39). Consulta: 1/3/2016.

Não que a Restauração introduzisse profundas mudanças socioeconômicas ou institucionais, que estas não houve, como salientaram Godinho, Torgal e Hespanha. Peculiar, antes, no sentido de que, em meio a suas urgências e fragilidades, a coroa restaurada abria sulcos no mármore político, a que os agentes no reino e nas esquinas do império procuraram de diversas formas se agarrar, através dos serviços das letras, das armas e das finanças. É pertinente o paralelismo da contingência cultural dos primeiros reinados Bragança com os primeiros Avis, nos séculos xiv e xv, outrossim dependentes de um discurso justificador e de apoios<sup>322</sup>.

No enredo restauracionista, a luta holandesa, conquanto grave matéria de Estado, debatida nos Conselhos de Guerra e Ultramarino, é deslocada para patamar secundário e não retornará à preeminência senão tardiamente, nos anos 1670. A narrativa da coroa, até a ascensão de D. Pedro, prioritariamente instrumentalizará a Guerra de Restauração, sentida como dramática ameaça à liberdade. Ademais, firmada a trégua lusoneerlandesa de 1641, a Insurreição Pernambucana (1645) constituiria ato de rebeldia, o qual, fomentado embora no bastidor pelo rei, a diplomacia recomendava não enaltecer<sup>323</sup>. A guerra contra Castela, apostava-se, propiciaria mais prestativo apelo como repositório do investimento simbólico, face às urgências do regime neófito. Daí o vácuo representacional no Atlântico: os restauracionistas, enfocando a resistência à ofensiva espanhola no interior de sua agenda publicística, abrem frestas pelas quais parcelas das elites ultramarinas se apossam da narrativa da Guerra Holandesa.

---

322 BUESCU, Ana Isabel. Livros e livrarias de reis e de príncipes nos séculos xv e xvi. In: *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século xvi*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

323 Como bem sabiam os flamengos por papéis apreendidos em naus lusas, D. João tinha ciência e parte nos arranjos da rebelião liderada por Negreiros e Fernandes Vieira. MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit.*

E a oportunidade é aproveitada, com vitórias lusas em Tabocas e Casa Forte (1645) ou na recuperação de Luanda (1648) relatadas pelos grupos e sujeitos engajados nas lutas. Os quais, pouco depois, oferecerão tais papéis ao próprio monarca, adornando-os com a semântica restauracionista, com o que se fazem aceitos e despachados às casas de impressão. Perante a relativa omissão de uma Lisboa absorta pelos assédios nas fronteiras do Alentejo e da Beira, Pernambuco e Angola assumem, por algum tempo, o leme da operação historiante. No controle, dão à luz novos episódios, façanhas e personagens até então ignotos ou obscuros, mas que doravante se candidatariam a recompensas de mercês e distinções, além da cobiçada fama<sup>324</sup>.

Locução de vozes excêntricas aos partidos no poder central, a vaga das relações históricas jorra entre os que captaram a mudança dos ventos políticos. O *Valeroso Lucideno*, o *Manifesto das ostillidades* e outros textos, não ao acaso, louvam o “rei natural” em prefácios e capítulos que associam as revoltas atlânticas à Restauração. Louva-se o desígnio do céu que, em curto intervalo e em sincronia, restitui Brasil e África a Portugal, e Portugal a si mesmo.

As relações históricas, habilidosamente, se colorem da aquarela restauracionista. E a tática funciona: as obras amiúde acham boa acolhida no paço, sendo autorizadas dedicatórias à realeza ou à fidalguia e impressões na tipografia régia. O prestígio da obra impressa decerto se associava ao tipógrafo por cujo prelo se estampa. Curto propõe uma hierarquização no Seiscentos, destacando os maiores livreiros a atuar em Portugal, no topo dos quais se situava o impressor régio, Paulo Craesbeeck, de cujas máquinas saíram algumas das obras do período<sup>325</sup>.

---

324 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, 103. BERRENDERO, *Los mecanismos del honor*, *Op. cit.*

325 CURTO, *A produção do discurso político seiscentista*, *Op. cit.*, p. 5.

É sobretudo parte da elite militar ultramarina a patrocinar a enunciação, visibilizando-se e buscando recompensas pelos serviços que historiam. Conquistam fama nomes e feitos que as relações de sucessos, atendendo a outros interesses, calavam. Já desde 1630 os Áustria cediam, sem dúvida a contragosto, tal espaço a atores políticos como os Albuquerque, notórios promotores de panfletos, conquanto a censura olivariana, no apagar da União Ibérica, procurasse reaver a narrativa ao anunciar a nova vitória contra o cerco nassoviano a Salvador, em 1638. Depois de 1640, no entanto, em guerra as coroas ibéricas, a lacuna discursiva se agrava.

Para preenchê-la, alguns atores políticos concluirão que a relação de sucesso, pouco prestigiosa, não oferecia a melhor ferramenta. Já desde 1625, partidos em Madri e Lisboa engajados na historicização da guerra percebiam que os folhetos, não obstante eficientes para certas necessidades discursivas, deixavam abertas lacunas representacionais, por causa do lugar menor que ocupavam nas hierarquias simbólicas a envolver as práticas de leitura. As relações eram, sem dúvida, ágeis, versáteis, mas seu fôlego cultural era curto. Para os que ansiavam por veicular uma mensagem mais sólida e perene, convinha instrumento mais poderoso, portador de novas energias para construir e destruir: o livro.

## Continente e conteúdo

“Razones que no se deve imprimir”:  
o livro na cultura escrita do Seiscentos

A bibliografia dedicada ao impacto do livro impresso no mundo moderno a partir do século xv é já volumosa, abordando-o tanto como bem econômico no mercado, quanto como inovação tecnológica revolucionária ou como ação cultural de que participam autores,

patronos, editores e leitores. Sem que desapareça o manuscrito – em circuitos específicos, em geral restritos ao mundo cortesão – o livro impresso atende, desde as origens, a demandas intelectuais e simbólicas amplas, ocupando um espaço próprio através de seu gigantesco poder difusor.

Estudos recentes sobre a cultura escrita e o livro têm apontado para as funções específicas do manuscrito, mesmo depois da invenção da imprensa de tipos móveis, ao longo de toda a primeira Modernidade. No século xvii, não era incomum encontrá-los nas bibliotecas conventuais e privadas. Enquanto continuam repousando sobre o manuscrito noções de prestígio e de “livro-tesouro” (sobretudo quando enriquecidos com iluminuras ou com encadernações de prata e de ouro), é sabida a mais larga publicidade e visibilidade proporcionada pela difusão impressa, sendo comuns os casos de obras caídas no esquecimento, por não a alcançarem. Buescu exemplifica-o com o caso da *Ensinança de bem cavalgar toda sela*, escrito pelo rei D. Duarte, no século xv, pioneiro tratado de equitação da Europa moderna, mas cujo manuscrito permaneceu adormecido nos arquivos, por séculos, enquanto a inovação era atribuída aos napolitanos, com seu *Gli ordine di cavalcare*, publicado em 1550<sup>326</sup>.

A historiografia, desde os anos 1950 provocada pela metáfora de Febvre do “livro-fermento”, fecundando a cultura com uma infinidade de exemplares desde o século xv, tem-se perguntado por que razões tantos volumes se imprimiram, a que causas serviram e a quem desserviram. A finalidade da história do livro, sintetiza Darnton, é examinar a transmissão de ideias mediante a tecnologia tipográfica e compreender “como a exposição à palavra impressa

---

326 BUESCU, Ana I. *Na corte dos reis*, *Op. cit.*, *Idem*, pp. 59-60. BOUZA ÁLVAREZ, *Corre manuscrito*, *Op. cit.*

afetou o pensamento e a conduta da humanidade nos últimos quinhentos anos”<sup>327</sup>.

Dentre este vasto repertório de estudos, para a análise que aqui se propõe, importa sublinhar, de início, as associações entre a legibilidade e os suportes materiais dos textos: fólhos, quartos, oitavos, duodécimos, em encadernações luxuosas ou frugais, destinadas a diferentes públicos e finalidades. Como recordam McKenzie e Chartier, autores não escrevem livros, mas textos; a conversão desses textos em livros, panfletos, cartazes ou outros produtos editoriais resulta da ação de editores, portadores de saberes técnicos e comerciais, cuja intervenção reorienta a leitura. “As formas têm efeito sobre o sentido”, anuncia McKenzie, daí a importância da “bibliografia histórica”, disciplina atarefada em estudar as formas de conservação e transmissão dos textos. Aquela *performance* de

---

327 DARTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras 2010, p. 144. A análise da produção sobre o livro decerto ultrapassa as limitações do presente trabalho. Algumas indicações são: FEBVRE, Lucien e JEAN-MARTIN, Henri. *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2000 [1958]. Para discussões acerca da figura e da função do autor, BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1967], pp. 57-64 e FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: *Ditos e escritos*, vol. III: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969], pp. 264-298. O programa de estudos inaugurado nesses trabalhos é retomado e expandido, com perguntas ligadas às variadas formas de legibilidade, em MCKENZIE, Donald Francis. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la librairie, 1991 [1985]; CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987; CHARTIER, R. (coord). *As utilizações do objeto impresso (séculos xv-xix)*. Lisboa: DIFEL, 1998 [1987]. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, vol 1: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998 [1980]. BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992], além dos textos de Bouza Álvarez e A. I. Buesco já citados e tantos outros que fariam a lista inesgotável. Balanços dos avanços do campo em CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos xv e xviii*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1998 [1992], pp. 16-27; e em BELO, *As gazetas e os livros*, *Op. cit.*

que fala Pocock<sup>328</sup> dependerá em grande medida da corporalidade que a viabiliza. As estratégias de editoração são, em seu conjunto, coerções a incidir sobre o olhar e o entendimento, calculando determinar a que público a obra se destina. Isto, cumpre advertir, sem embargo da incessante capacidade criativa dos leitores para subverter tais prescrições. De Certeau alude ao leitor “caçador” e insiste que “se deve pôr em causa [...] o ato de assimilar a leitura a uma passividade. Com efeito, ler é peregrinar por um sistema imposto”, sendo o texto como o traçado de uma cidade ou os corredores de um supermercado, onde se dá a *lectio*, ação inventiva e construtiva de significações<sup>329</sup>.

Em segundo lugar, desponta na época gutemberguiana este personagem já dantes conhecido, mas que agora se alça a inéditos patamares: o autor, ou, como outros preferirão, a “função-autor”. Mais que o sujeito a sacar da pena, o princípio agregador sob cujo nome se reúne a massa dos textos de uma obra e que responde pelas subversões que ela eventualmente dissemine. Em seu ataque estruturalista à originalidade criativa do autor, Barthes descrevia-o como “personagem moderna”, aparecendo com o ocaso do Medievo e a valorização ocidental da individualidade. Foucault considerava que a “função-autor”, com peso crescente no mundo moderno, incidiria apenas sobre determinados escritos e seu florescimento responderia tanto à imputabilidade do responsável pelos escritos quanto à ideia de propriedade literária. Cruzando estas hipóteses com dados empíricos, Chartier flagra a atribuição autoral na cultura escrita transitando, em trajetória zigzagueante, do anonimato à pseudonomia e, afinal, à autoria, num arco que demoraria três centúrias

---

328 POCK, *Linguagens do ideário político*, *Op. cit.*

329 MCKENZIE, *La bibliographie*, *Op. cit.*, p. 30. CHARTIER, *A ordem dos livros*, *Op. cit.*, pp. 21-22, 35, critica certa historiografia que faz associação linear entre posição socioeconômica e recepção. As artimanhas criativas do leitor são objeto de reflexão em DE CERTEAU, *A invenção do cotidiano*, *Op. cit.*, pp. 259-273.

para completar-se. Vale ressaltar, em todo caso, que a editoração moderna não era feita apenas pelo “mestre impressor”, sendo às vezes cabal a intervenção do “corretor”, figura já presente nos primórdios da imprensa<sup>330</sup>.

A vinda à plena luz da figura autoral resulta de um parto trabalhoso. Até que finde, o autor se presta a um jogo de esconde-esconde: ora se nomeia e titula, ora se oculta, ora destaca seu patrono ou editor<sup>331</sup>. O frontispício é terreno tático, uma narrativa em si mesmo. Para a passagem das relações de sucessos às relações históricas, esta constatação é de peso. A historicização da Guerra Holandesa em livros, em contraste com as folhas amiúde anônimas, consiste num desmascarar-se: o anonimato agora desaparece, dão-se a ver os enunciadores, apostando o peso de seus nomes contra as eventuais acusações de fraude e de parcialidade de que porventura vêm a ser alvos. Até que predomine, no apagar do Antigo Regime, a ideia do escritor a angariar lucros de uma obra vendida no mercado, o autor vale por seu renome; e o livro é prenda, é serviço, é dever da consciência.

Esse modelo novo rompe com a clássica figura do *gentleman-writer* ou *gentleman-amateur*, aceita até pelos escritores que não tinham de maneira nenhuma origem aristocrática. Em sua definição tradicional, o autor vive não da sua pena, mas dos seus bens ou dos seus encargos<sup>332</sup>.

É só tarde, no século XVIII, que o autor conquista o direito de propriedade sobre sua obra, antes vigorando sistema de “privilegio”, no qual o rei concede a autores ou editores o desfrute dos produtos de uma impressão, por um tempo definido. Analisando os

---

330 BARTHES, *O rumor da língua*, *Op. cit.*, p. 58. FOUCAULT, *Ditos e escritos*, *Op. cit.* CHARTIER (coord), *As utilizações do objeto impresso*, *Op. cit.*

331 GRAFTON, Anthony. *Humanists with inky fingers: the culture of correction in Renaissance Europe*. Florença: Leo S. Olschki (ed.), 2011, pp. 27-48.

332 CHARTIER, *A ordem dos livros*, *Op. cit.*, p. 43-49.

frontispícios dos séculos xvii e xviii, Chartier cita a presença, no espaço visual da página, do patrono, do autor e do editor, aos poucos declinando o papel dos primeiros e robustecendo-se os dos últimos.

Alguns há que professam desprezo pelo impresso, esse “perversor” da intimidade cortesã, a vulgarizar as letras nas praças e choupanas. Mas tal declaração, nos meados do Seiscentos, resce já a arcaísmo ou impostura. A tipografia revelava potências que era imprudente negligenciar e os criadores de livros, majoritariamente, a aceitam e exploram. Em Portugal, sabe-se, os inventários das livrarias régias dos séculos xv ao xvii computam o avançar irrefreável da estampa<sup>333</sup>. Facções e agentes políticos engajados na construção de narrativas crescentemente apostam nas vantagens da tecnologia, diante das tarefas de persuadir e justificar. Manuscritos, doravante, verão reduzidas suas energias interventoras, impactando a cultura mais e mais indiretamente, através dos impressos que suscitam e informam.

A passagem, portanto, da historicização da Guerra Holandesa da esfera dos panfletos amiúde anônimos para as encadernações in-quarto e in-fólio, anunciadas muitas vezes sob nomes reputados e segundo modelos discursivos que a cultura da época reconhecia como mais prestigiosos, inflete uma acentuada descontinuidade. Ainda que as relações históricas tenham emergido numa quadra temporal contemporânea à das relações de sucessos (entre 1625, quando Bertolameu Guerreiro imprime a *Jornada dos Vassalos*, e 1660, quando Francisco Manuel de Mello leva ao prelo suas *Epanaphoras de varia historia Portugueza*), experimenta-se uma disjunção. Tanto as relações de sucessos quanto as relações históricas se irmanam no mesmo esforço: dizer uma guerra que é recente e urge visibilizar. Todavia, retórica e editorialmente, umas e outras

---

333 RAU, Virgínia & NUNES, Eduardo Borges (ed.). *Inventário post mortem d'El Rei D. Pedro II*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. BUESCU, *Na corte dos reis de Portugal*, *Op. cit.*

forjam soluções distintas para o desafio do narrar, alternativas que aos enunciadores cumpria atentamente escolher. Eram, podemos dizer, soluções narrativo-editoriais complementares, a depender do que esperavam alcançar as vozes historiantes da guerra. Na quadra histórica em que importava relatar o evento, sucedem-se papéis aparentados pelo título de “relações”, porém apartados nas formas e fins específicos a que almejam.

As relações de sucessos, como vimos, na maioria das vezes circulavam em anonimato, em edições pouco prestigiadas. Abundavam, sem dúvida, atingindo amplo público, proclamando versões com tal capilaridade que as autoridades dificilmente controlavam. Contudo a circulação dessas folhas, se decerto preocupa, parece incomodar menos. Com as “memórias” e “tratados” que começam a despontar, apostam seus criadores e temem seus inimigos, o que se perdesse em abrangência ganhar-se-ia em ressonância, fundando representações poderosas e duradouras. Crê-se que o livro, ao contrário do folheto, candidata-se à perenidade, é potencialmente imarcescível. Um folheto, apregoadado nas praças ou carregado nas bolsas dos cegos papelistas, seria porventura lido por muitos em pouco tempo; um livro seria lido e guardado em bibliotecas pelos judiciosos, talvez por séculos. Mesmo se conteúdos análogos aos dos panfletos, recontá-los em livros autorais, oferecidos à realeza ou à fidalguia, encader-nados por casas respeitáveis e licenciados por “homens de letras e cãs” prometia ressonâncias mais profundas. Ou, para os oponentes, invocava maiores ameaças, pedindo enérgicas polêmicas e reações.

Vejamo-lo em um caso inusitado. Em meados de 1644, vivia-se no Brasil período de relativa trégua, desde que o malfadado ataque de Nassau à Bahia firmara o limite meridional do Brasil Holandês. Na Ibéria, tanto portugueses quanto castelhanos comemoravam a vitória na recente batalha de Montijo. Nesse tempo, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, velho inimigo do já caído Olivares e um dos *fidalgos* que haviam

recusado aclamar D. João IV em 1640, pelo que aliás fora agraciado por Filipe IV conde de Pernambuco, obtinha nas instâncias censórias madrilenas autorização para a publicação de um seu livro. O tema era a guerra flamenga; o título, *Memorias diarias de la guerra del Brasil*.

Sem demora, entre julho e agosto, todas as licenças de impressão lhe são concedidas. Os censores, figuras do alto clero castelhano, não apenas selam seu beneplácito sobre o escrito, mas elogiam-no e a Duarte efusivamente. O pregador régio, padre Augustin de Castro, comenta que o papel “não só é digno de licença, senão de elogio, para que se eternize a memória de tão gloriosas façanhas”. O definidor da Ordem de Calatrava, Gerônimo Mascarenhas, também historiador, vai além: brinda Coelho com um caloroso parabém porque, ao contrário de Júlio César, escritor também de suas façanhas, o conde de Pernambuco, mesmo as tendo tão excelsas, pintava-se com as tintas da modéstia. Ora, relato de tão manifestas virtudes, concluem os censores, era para muito serviço de El Rey Católico que corresse logo, ademais no cenário turbulento daqueles anos. A obra seria valiosa, diz Mascarenhas, por sua isenção,

Pois sendo certo que o Autor se portou em todas as ocasiões daquela Milícia com muito calor nos encontros das armas, com madura prudência nos conselhos que se faziam para usar delas, com extremado sossego nos motivos que teve para alterar-se a conformidade de nossa gente; e finalmente com mão larga para acudir às necessidades que ali se padeciam, fala de tudo isto com tamanha temperança e modéstia que, para quem sabe o muito que obrou, admira ver o pouco que diz<sup>334</sup>.

---

334 COELHO, *Memorias diárias*, *Op. cit.*, aprovações do Pe. Augustin de Castro, s.j., pregador régio, do licenciado D. Gabriel de Almada (Ordinário) e do definidor geral da Ordem de Calatrava e bispo eleito de Leiria, D. Gerônimo Mascarenhas, membro do Conselho de Estado, todas expedidas entre 21 de julho e 23 de agosto de 1644. Sobre este último, BOUZA, *Portugal no tempo dos Filipes*, *Op. cit.*, pp. 282-288.

Todavia, à véspera da publicação, algo sobreveio. Às autoridades em Madri é submetido um embargo anônimo listando preocupantes argumentos com o intuito de que as *Memorias diarias* tivessem a aprovação revogada. A petição chamava-se *Razones que no se deve imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque*. Em sua exposição, a qual, há motivos para suspeitar, fora anexada às pressas, dado o avançado dos pareceres probatórios, prometendo o autor futuro arrazoado “mais dilatado”, atacava-se nimicamente não só o texto de Coelho quanto “aos inconvenientes que resultam [...] contra o serviço de Sua Majestade”, mas também as tibiezas do aparelho censório e o potencial demolidor que uma obra histórica poderia ter sobre a ordem política e a monarquia<sup>335</sup>.

O primeiro desmentido das *Razones* é quanto à alegada “modéstia” das *Memorias*. O embargante qualifica o embargado como historiador, algo que o próprio Coelho negava ser; e o faz taticamente, para, através da gravidade da obra histórica, amplificar o perigo do livro que denunciava. Cícero e Sêneca já advertiam que “não sejam os historiadores cronistas de si mesmos”, pelo perigo de que desvirtuassem o papel de “juiz e testemunhas dos tempos” pertinente à História. Vileza, alfinetam as *Razones*, que os Albuquerque cometiam à larga. Os desastrosos anos em que governaram a guerra em Pernambuco haviam sido objeto de devassas ordenadas em Madri, nas quais ficavam demonstrados os desvios de Matias e Duarte, e

---

335 ANÔNIMO, *Razones por que no se debe imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se offrece otro mas dilatado*. British Library, Additional Manuscript 28461, pp. 95-102. O ms. foi publicado em REGO, A. da Silva (ed.). *Documentação ultramarina portuguesa, vol. 1*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 111-119. BOUZA ÁLVARES, *Portugal no tempo dos Filipes, Op. cit.*, p. 344, n. 112, atribui o memorando a Diogo Soares. Hipótese convincente, porém a comprovar.

também de relatos de soldados, que os inculpavam. Não por acaso, Matias voltara preso do Brasil<sup>336</sup>, o mesmo não acontecendo a Duarte somente porque a devassa ficara em Portugal, indisponível depois da traição do “tyrano de Bergança”.

Estava evidente, continuava o anônimo embargante, que Coelho buscava reescrever a história para ocultar sua responsabilidade na perda da província, minando com mentiras a credibilidade de seus acusadores e atribuindo-se heroísmo existente apenas em suas fantasias. As *Memorias* seriam uma espécie de peça processual mascarada, na qual os Albuquerque se valiam da narrativa histórica para absolver-se de seus crimes e da temida restituição da capitania ao patrimônio régio. Falta grave, decerto, pela consideração de seus nocivos efeitos no presente, no estabelecimento da justiça, mas mais ainda nos tempos vindouros, porque “as histórias fazem fé, e crédito no futuro, para prova de verdades importantes, e é agravo que ofende à posteridade deixar imprimir uma que é certo que não há de referir lhanamente o que houve”. Maliciosamente, os irmãos, condenados na letra das devassas, cuidavam de se isentar nas da historiografia, “referindo nela, como, sem culpa sua, e com muita das armas do rei, e seu governo”, o Estado do Brasil fora perdido. Descuido enorme era, insistia o redator, permitir que o alegassem, porque o tempo sacraliza o escrito.

E como as Histórias adquirem autoridade com os anos, e fazem prova em direito, [...] de aqui a não muitos, e mortas as testemunhas da verdade que hoje vivem, esses Albuquerque, ou sucessores, se não de valer, como de texto, desta história, e de outras que em cabeças alheias fazem com que se imprimam sobre a mesma matéria, para com

---

336 Em agosto de 1636 o rei escrevia à princesa Margarida que Matias, regressando preso do Brasil, fosse mantido em Lisboa, enquanto Francisco de Andrade Leitão e Jorge Correia de Lacerda conduzissem a devassa de seu governo e remetessem os resultados para Madri. Biblioteca da Ajuda, 51-x-6, f. 40.

tais documentos ter regresso às praças que deixaram perder com tanto dano da Espanha<sup>337</sup>.

Maior prova não havia, conclui o peticionário, do que a primordial tramoia da mesma família, cuja má-fé outrora metera em pinturas e papéis a falácia de que Jorge de Albuquerque, pai de Matias e Duarte, socorrera com próprio cavalo a D. Sebastião, ferido na batalha de Alcácer-Quibir (1578), permitindo-lhe fugir da morte a galope. A picaretagem inoculara em Portugal a subversão de que D. Sebastião vivia e retornaria, a qual tantas enxaquecas trouxera e trazia à real cabeça. Para ameaças tais, a malha censória mostraria-se ineficaz, pois, ainda que presidida por doutos “de partes e suficiência”, o exame dos escritos em função de suas qualidades literárias ignora “o humor, e fins do cronista”, bem como a veracidade do que enuncia. A licença de obras políticas ou que “escrevem os sucessos” seria “de particular consideração”, não se podendo guiar pela métrica daquelas dedicadas às belas letras, antes requerendo mais apertada vigilância quanto ao que disseminam. “Por todas estas razões”, fecha o autor, “se deve mandar suspender a impressão desta história”. Ao cabo, a argumentação das *Razones* foi eficaz. A petição atrasará a publicação das *Memorias diarias* em dez anos<sup>338</sup>.

É crível que, por trás da petição, estivesse de fato o secretário Diogo Soares, ferrenho inimigo da casa de Basto, na qual Coelho ingressara ao casar. Tampouco é por acaso que o conde de Pernambuco solicita as licenças em 1644. Dispondo de muitos

---

337 ANÔNIMO, *Razones*, *Op. cit.* pp. 111-114. O autor faz menção aos muitos papéis escritos por Matias e Duarte ou “por sua inteligência”, relações escritas e impressas que haveriam de circular entre Pernambuco e Madri, alguns impressos, como possivelmente a *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda* citada no capítulo anterior, outras conservadas em manuscrito, como os numerosos *Opúsculos de la guerra del Brasil*, guardados na Biblioteca Nacional de Portugal, cota 1555.

338 *Idem*, p. 119. ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, *Op. cit.* MELLO, *Olinda Restaurada*, *Op. cit.*

manuscritos compostos nos anos de guerra no Brasil, não é improvável que seu texto defensivo e justificativo estivesse pronto desde alguns anos, pois o autor deixara o teatro da guerra em 1638. Mas, enquanto Olivares, outro seu adversário, fosse o poderoso ministro de Filipe IV, a publicação dificilmente seria autorizada. A queda e desterro do valido (1643) e o enfraquecimento do cargo estimulariam o donatário a aviar a publicação.

Quanto ao conteúdo, as *Razones* acertavam na mosca: os herdeiros de Coelho iniciarão querela judicial pela propriedade de Pernambuco, confiscada com a rendição holandesa de 1654. O espólio das casas de Basto, de Alegrete e da família donatária de Pernambuco passariam à filha de Duarte, Maria Margarida de Castro e Albuquerque, esposa do sétimo conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal. Restaurada a capitania, D. João IV integra-a ao patrimônio régio, desencadeando disputa judicial só resolvida em 1716, por acordo entre D. João V e D. Francisco Paulo de Portugal, filho de D. Miguel (porém não de D. Margarida de Albuquerque, pois havido fora do matrimônio e reconhecido em 1681). O rei lhe concedeu o marquesado de Valença, restituiu-lhe o condado de Vimioso e indenizou-o em oitenta mil cruzados.<sup>339</sup>

Divisa-se, nas *Razones*, argumentação na qual se denunciavam não só o conteúdo dos escritos albuquerqueanos, mas a forma como emergiam e as pretensões inscritas nessa corporeidade. Uma coisa, acreditava-se, era meter panfletos nas mãos de amigos, exibidos em tipografias desimportantes ou nas bolsas dos cegos papelistas. Relatos sem dúvida perigosos, mas destituídos de prestígio e que, fazendo alarido muito embora, no outro dia se esqueciam.

---

339 ASSIS, Virgínia M. Almoedo de. *Palavra de rei: autonomia e subordinação da capitania hereditária de Pernambuco*. Tese (doutorado em História), UFPE, Recife, 2001, p. 92. "Donatários de Pernambuco e seus loco-tenentes". RIAGP (Rev. do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano), Recife, n. 48, 1896, pp. 3-28 (art. não assinado).

Sua fluidez, aliás, tornava mais difícil o combate e a proibição deles. Mais daninho, porém, era divulgar, em elegante encadernação com licença da coroa, adornada com gravuras, vinhetas e capitulares gravadas, ideias inconvenientes à autoridade régia e desmentidos dos discursos oficiais, depositando-as nas bibliotecas dos conventos e das casas nobres, autorizadas para a consulta presente e futura dos sábios, dos príncipes, dos cronistas. Paradoxalmente, um bem mais caro, mais requintado e de alcance mais curto, como o livro, oferecia, na dinâmica política do Antigo Regime, mais nociva ameaça. Seu leitor, se menos numeroso, era mais decisivo.

Vai-se desnudando, por esta via, o que significou a escrita da guerra em livro, nas esferas política e historiográfica, para os que a empreenderam e para os que lhe sentiram o golpe. Tal escrita e transmutação é crucial para compreendermos a historicização em curso, em seus níveis, dinâmicas e especificidades. E isto porque, postas lado a lado as relações de sucessos e as relações históricas, flagra-se a disjunção inaugurada, antes de mais nada, na materialidade com que as últimas geralmente se dão a ler. Não apenas no tocante ao formato livresco em que vêm à luz, com os componentes de prestígio, autoria, patronato e licenciamento régio a ele vinculado, senão também pela substituição do escopo cirúrgico e episódico dos panfletos por narrativas minuciosas, de maior fôlego. Nem à toa as *Razões* insistem no perigo da “História” de Duarte, ainda que o próprio autor recusasse a denominação: a combinação do respeitoso do gênero com a eficácia do suporte enfatizava o sombrio da ameaça e a emergência da sustação.

### O que são relações históricas?

As relações históricas, longe de serem relações de sucessos meramente mais compridas, são relações mais ambiciosas. Numa época em que os anais e crônicas, comuns na Idade Média, já haviam

caído em desuso, conservam a nomenclatura de relações, porque afinal atendem à meta de revelar, sobretudo quando parcos papéis as precedem, já que são quase sempre contemporâneas aos eventos. Nesse noticiário, inauguram e abafam versões prévias. Contudo sua matéria não será mais o “sucesso”, a fugaz irrupção acontecimental em que se banquetevavam os panfletos avulsos, e sim um conjunto de fatos que, concatenados, corporificam um momento histórico. Os folhetos servirão às vezes de fonte às relações históricas, alimentando-as com fatos e soluções narrativas. Ao seu lado, o testemunho direto e a oitiva de participantes dos fatos aparecerão como substrato para as obras em livro.

Partindo das relações de sucessos, lendo-as, deglutindo-as, as relações históricas alargam-lhes o universo, narram não expedições, cercos ou batalhas por meio de representações cirúrgicas, mas a guerra de que tais lances são capítulos. A disjunção trazida pelos novos textos, portanto, age não apenas no tocante à materialidade dos suportes, mas também no escopo e no edifício narrativo. As relações históricas consistem em uma nova tática, na estratégia de narrar a guerra para fins políticos. Mesmo tratando de fato cronologicamente limitado como a “Jornada dos Vassalos”, os novos livros frequentemente alargam a arena temática, compondo uma saga a mobilizar os católicos contra a agressão neerlandesa. Atos heroicos brotam não só nos campos de batalha, senão antes, entre os que gastam fortunas para custear a armada. Guerreiro constrói a imagem de um Portugal fervoroso e unido. Situações teria havido em que “sendo necessario ficar na terra algum de tres irmãos, pera cuidado das familias dos mais, nenhum delles o quiz ter, por nam faltar na empreza”. Ocasionalmente, jura o jesuíta, fora preciso lançar dados para decidir quem embarcaria. Mães se dividiam entre o amor e a obrigação com o rei; pai e filho disputavam quem seguiria com a armada<sup>340</sup>. As relações históricas

---

340 GUERREIRO, *Jornada dos vassalos*, *Op. cit.*, pp. 21v-24

inscreverão o episódico em painéis de maior envergadura, numa primeira aproximação com o epopeico que a historiografia posterior aprofundará, permitindo aos novos textos assumir feições de registro exaustivo da história, enquanto ela transcorre.

As relações históricas constituem uma intervenção historiográfica e política dotada de certa especificidade, não obstante de difícil delimitação, pois não foram objeto de teorização nem de categorização no Seiscentos. Eram um experimento nascente. Os autores das obras aqui estudadas descrevem-nas às vezes como “relações” embora estivesse óbvio, pelo objeto impresso e pelo enredo, que seus trabalhos diferiam dos folhetos avultos. Eram relações, decerto, porque se imbuíam do dever de dizer o novo. Porém relações peculiares, com admitidas ambições de construção de memória e informação da posteridade. *Relações-Histórias*, tomando emprestados elementos de uma e outra forma. O relatar e o historiar – atribuições separadas na concepção da historiografia então – aqui coabitam.

Isso já o propunha Tamaio de Vargas, em 1628. O próprio qualificativo que dá a seu trabalho, aliás, aloca-o nesta posição intermédia entre relação de sucesso e História. Escrevendo “mais relação historial [...] que história perfeita”, o cronista-mor de Castela destacava as “singularidades que aqui se dilatam” e as muitas “minudências” a que sua proposta textual o obrigavam. Escusando-se retoricamente do peso de igualar um Juan de Mariana ou Antonio de Herrera, Vargas afasta-se ao mesmo tempo das relações de sucessos que até há pouco proliferavam. Um texto apresentado como meditado, assentado em relatos confiáveis e despachos oficiais, se não pretendia imitar as eruditas Histórias que abstraíam os eventos em lições morais e políticas, tampouco se confundia com aligeirados *pliegos sueltos* de ordinário anônimos, descuidados e superficiais<sup>341</sup>.

---

341 TAMAIO DE VARGAS, *Restauracion de la ciudad de Salvador*, *Op. cit.*, prólogo não paginado.

É pertinente perguntar se as relações históricas não cumpriam, no século XVII, algo da tarefa “memorialística” que as “memórias históricas” desempenharão, nos séculos XVIII e XIX: um “texto-subsídio”, gerador de outros textos.

Aventa-se a novidade de um relato-documento, muitas vezes testemunhal. Assim como os panfletos, este novo recurso da operação historiante assume a tarefa de capturar o evento, pô-lo aos olhos de todos, mas quer mais. Quer reconstituir-lhe detalhadamente as pegadas, registrar, listar navios, nobres em armas, mortos em combate, proteger o passado contra as vicissitudes do tempo, para que se veja o quanto foi grandioso e merecedor de que a posteridade o saude. A captura da fugacidade do acontecer é, no Seiscentos, intrínseca e definidora de uma relação, mas nunca tanto quanto nas relações históricas. As relações de sucessos não almejam a perenizar, mas a fazer saber no agora. Caracterizam-nas o alarde e a brevidade. Já suas contrapartes históricas, sem renunciar aos ouvidos do presente, esperam derrotar a “lei da morte” camoniana e falar à posteridade, dar-lhe parte minuciosa de tudo, num empenho compilatório. O que, está óbvio, não significa que não operam seleções no que computam. Encontraremos estes elementos perpassando, com desiguais pesos e intensidades (pois, como dito, não sendo Histórias, as relações históricas estavam “livres” da tratadística historiográfica seiscentista), nos textos de Guerreiro, Zuñiga, Albuquerque Coelho, Felis Crus, Mello e outros.

A difícil categorização das relações históricas fará com que os livros compostos no recorte 1625-1660 difiram muito entre si. Uns, aparentando-se às relações de sucessos, trazem relatos diretos, desnudos de citações latinas e referências eruditas, como a *Recuperação* de D. Manuel de Menezes. Outros amparam a narração com referências clássicas, medievais e modernas, como a *Restauracion* de Tamaio de Vargas, ou arriscam mesmo cantar batalhas em oitavas de rima, como faz o *Valeroso Lucideno*. Inexistindo uma pragmática

(como havia para o gênero histórico), o “protogênero” do relato historial propiciava maior largueza aos que o adotavam. Dizer que “não escrevia história, mas relação” era, portanto, não só *topos* de modéstia, mas a assunção de um compromisso discursivo. A denominação “relação historial”, aliás, não era de largo emprego no Seiscentos. Entre os autores examinados, apenas Tamaio de Vargas o emprega diretamente. Eugenio de Narbona y Zuñiga utiliza a nomenclatura “Compêndio historial”, Albuquerque Coelho escreve “Memórias”, ao passo que Manuel Calado invoca em seu título o próprio protagonista, aludindo a sua obra, algumas vezes, como “tratado”. A imprecisão terminológica não admira, desempenhando a relação historial esta função híbrida, ainda vagamente definida.

Relações historiais e relações de sucessos se avizinham em suas características de relato, mas se distanciam, ainda, na perseguição de seus fins práticos. A relação historial é, sem dúvida, uma intervenção na luta partidária, coisa que o peticionário das *Razones* entreviu com exatidão. No entanto, como dissemos, para além dessa punção imediata no tecido político, vislumbra-se o futuro, que, pela primeira vez, desponta no horizonte dos interesses em conflito. O relato historial despeja no caldo do poder este inusitado reagente: o amanhã, a construção da memória, que o ideário de Seiscentos não acreditava emanar da fugacidade dos panfletos. As *Razones* embarcam a publicação das *Memorias diarias* por subversivamente retratar uma coroa negligente no socorro de Pernambuco, bem como pelo amparo que haveriam de prover, no futuro, à disputa donatarial em torno daquele domínio. Ao mesmo tempo, o *Valeroso Lucideno* afama a insurreição em Pernambuco e o *Manifiesto das ostillidades*, a de Angola, heroizando as ações de diversos sujeitos que adiante peticionarão por recompensas<sup>342</sup>.

---

342 CALADO, *Valeroso Lucideno*, *Op. cit.*, obra concluída possivelmente em 1646 e publicada no segundo semestre de 1648. CRUS, *Manifiesto das ostillidades*, *Op.*

A disjunção no processo de historicização não se dá como etapas temporalmente separadas, a partir das quais cessariam as relações de sucessos, substituídas por relatos históricos. Não estamos diante de fases históricas sucessivas e bem delimitadas. Panfletos e livros são contemporâneos no curso do conflito, seja em 1625, seja em 1649. Uma e outra expressão convivem como alternativas à mão dos agentes historiastes, consoante seus recursos, suas pretensões e contingências. Buscando visibilidade, atacados na Península ou no ultramar, desejosos de defender-se e retaliar, os sujeitos poderiam concluir que o panfleto não era arma poderosa o bastante para o combate, que precisariam relatar via livro, valer-se de sua força.

Este papel intermediário das relações históricas seiscentistas, sugerimos, candidata-as a precursoras das “memórias históricas” que proliferam sob Luís XIV. Na França, a valorização das *Mémoires* é fruto do combate da coroa, Colbert à frente, à história crítica tacitista, malquista pela política centralista dos Bourbons, pela acidez de suas análises documentalmente embasadas. O gênero subsidiário, mantido sob supervisão, traria menor perigo à construção da imagem da realeza<sup>343</sup>. Com o advento da Academia Real de História portuguesa (1720), se institucionalizam também ali. Diz Motta que até então “memórias” eram escassas em Portugal, com os acadêmicos doravante se espelhando no modelo das *Mémoires pour servir à l’Histoire ecclesiastique des six premières siècles*, de Le Nain de Tillemont, (16 vols., 1693-1712). A “memória” enquanto gênero específico da “operação historiaste”, é certo, não mereceu até aqui detidos estudos. Contudo, os atributos de conservação e registro a que se referem autores como Tamaio de Vargas, Guerreiro e o pró-

---

*cit.*, concluído em 1649 e publicado em 1651, ambos pela tipografia régia portuguesa do período, a Oficina Craesbeeckiana.

343 SOLL, Jacob. Empirical history and the transformation of political criticism in France from Bodin to Bayle. *Journal of History of Ideas*, Filadélfia, vol. 64, n. 2, abr. 2003, pp. 297-316.

prio nome de *Memorias* com que Coelho batiza seu texto indiciam o parentesco. A História, escrevia o acadêmico Sylva Leal, era “a escriptão mais difficultosa” dos que querem ser úteis ao público com seus estudos. Mas

Muito mais difficil, e laborioso he o emprego de juntar, discutir, examinar, escolher, e pôr em ordem Memorias, que hãode depois servir para se escrever por ellas a Historia, já livre das controversias, e disputas, que a memoria decidio com trabalho, e paciencia<sup>344</sup>.

Habitando o meio-termo entre o noticiar, o preservar e engrandecer, as relações históricas, se transmutam em texto o episódio “novo” (que ainda esconde feitos e personagens que os panfletos não visibilizaram), detalham e reorganizam a *narratio*, antecipando futuros investimentos retóricos. Mesmo a mais tardia das relações históricas, a *Epanaphora Triunfante*, de 1660, acena com a novidade e alude ao ignoto da guerra contada, “desejando inteirar os que me lerem, da importancia, & circunstancias deste caso”<sup>345</sup>. Não se revestem, em verdade, desta roupagem neutra, pacificadora e apenas informativa com que Sylva Leal procura caracterizar as memórias de seu tempo. Nunca se revestiriam. No Seiscentos, no Setecentos, relatos históricos e memórias são escritos intersticiais, que sem dúvida juntam, discutem e escolhem fatos, sem que isto desdiga seus compromissos partidários e sua energia para o combate.

Ainda que a disputa pela fabricação da memória convoque agora mais apertado círculo de leitores, sendo o público das relações de sucessos mais amplo e imediato, por razões comerciais e culturais, que o de impressos mais sofisticados como o livro, as intervenções

---

344 MOTTA, *A academia Real de História, Op. cit.*, pp. 42-43. LEAL, Manuel Pereira da Sylva. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda. Parte primeira*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1729, p. vii.

345 MELLO, *Epanaphoras de varia historia, Op. cit.*, pp. 481-482.

historiográficas serão, nesse aspecto, doravante mais decisivas. Havia, como acima defendido, relação direta entre a materialidade do objeto editorial e sua legibilidade. Isso envolve desde o preço do exemplar até as funções simbólicas e culturais do livro, passando pelas reduzidas tiragens (menores, em média, do que as das relações) e bibliotecas particulares<sup>346</sup>.

O panfleto provém, muitas vezes, da esfera da intimidade: epístola pessoal trazida ao prelo pelo que comporta de inaudito, de elogio, de picardia, de modo que sua impressão seria desdobramento, em tese, imprevisto. Sua aparição consiste em “desvio” de itinerário, intervenção editorial que, com o tempo, se consolida em gênero. Imprimir cartas não era iniciativa estranha à Europa do Antigo Regime, como ensina Grafton, sendo a intervenção editorial crucial à construção da imagem dos missivistas. Decerto muitas relações tinham a prensa em vista. No entanto, a própria ideia da “relação de uma carta”, que os editores não veem motivo de renegar, preserva a distinção primordial entre “carta” e “relação”, transmite a ideia de que o papel levado ao prelo não teria como alvo inicial o espaço público, consistindo num amálgama entre os dois universos. Muitas das folhas seiscentistas que hoje compulsamos não foram escritas como relações de sucessos, mas, sim, missivas, depois metamorfoseadas mediante reajuste editorial. Acrescentar a expressão “relação” a “carta” denuncia este “sequestro” gutemberguiano do que a princípio era privativo e sigiloso, mesmo se a insinuação de “segredos revelados” não passe de encenação com fim comercial<sup>347</sup>.

Ao contrário dos panfletos, porém, estes novos papéis que se gestam, as relações historiais, são, desde seu rascunho placentário, forjadas para a leitura ampla. Aquelas que não alcançam as tipografias e bibliotecas é que, geralmente, se transviam e veem limitado

---

346 LANCIANI, *Sucessos e naufrágios*, *Op. cit.* BUESCU, *Livros e livrarias*, *Op. cit.*, CHARTIER, *As utilizações do objeto impresso*, *Op. cit.*

347 GRAFTON, *Humanists with inky fingers*, *Op. cit.*, pp. 31 e ss.

seu impacto, em sua época, na batalha representacional (embora um autor pudesse desejar a circulação em manuscrito). Ora, isto reforça a ambição de que se investem estes escritos e altera os recursos retóricos e editoriais mobilizados na veiculação das suas versões. As relações históricas inauguram uma ruptura no modo de contar o conflito, por meio da qual adentramos o domínio dos primeiros esforços historiográficos perante a Guerra Holandesa. Afinal, tais relações novas, sem ignorarem as conjunturas presentes, insistindo perante o mundo na enormidade da luta e na nobreza dos que guerrearão, se propunham como leituras para o futuro, conservadas nas livrarias dos sábios. Daí não somente a maior visibilidade do autor e a emergência do livro, mas também as alegações de “restabelecimento da verdade”, em polêmica com as primeiras folhas volantes, cujas “imprecisões” e “parcialidades” (no sentido de partidarismo, mas também de incompletude) conviria remediar.

Os próprios autores seiscentistas nos indicam esse caráter específico das relações históricas. Tamaio de Vargas, já o citamos, distinguia-as da “*historia perfecta*”, mas não só ele. Francisco Manuel de Mello, conquanto alegue relatar “sucessos” em suas *Epanaphoras*, decerto não compõe panfletos como os que alardearam a vitória de D. Fadrique em 1625. Reconstrói, ao contrário, episódios gloriosos do passado lusitano, com fins de fixação e celebração. A mesma denominação de *Epanaphoras* que lhes atribui preserva este sentido de relação histórica breve, “relato”<sup>348</sup>. Seus censores, aliás, reconhecem o valor histórico do texto e comemoram-no enquanto o licenciam, notando-lhe Antonio de Sousa de Macedo a “Verdade, Clareza, Juízo; que são as leys essenciais da historia”. Mello, não obstante, dizia não se aventurar ao labor de uma História à guisa de João de

---

348 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico... autorizado com exemplos dos melhores escritores Portuguezes, e Latinos*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. III, 1713, p. 172, verbete: “Epanaphora”.

Barros ou Diogo do Couto, propondo um consórcio entre grandeza temática e brevidade textual.

Ainda que os termos de hũa Relação, sejam pello costume demarcados cõ pouca largueza, poderia ser, que eu os trespassasse [...]. Como já disse algũ varaõ da antiguidade: *Os Escritores, nam só pintão para a vida do tẽpo, mas para a vniuersalidade dos homens*. Por esta causa, tomarei desde sua origem, a guerra brazilica em breuissimo modo [...] <sup>349</sup>.

E deixa claro que seu texto rebatia narrativas estrangeiras desfavoráveis aos portugueses. As relações históricas, tal como os panfletos com que convivem e polemizam, prestam-se algumas vezes a representações inaugurais, mas mais frequentemente ao contra-ataque a prévias versões incômodas a atores e partidos situados no centro político ou nas franjas do império. No período filipino, a arenga tende a orbitar a questão do olivarismo e as disputas entre as elites militares luso-castelhanas na Bahia e no Rio de Janeiro; entre 1640 e 1660, a tibieza da dinastia de Bragança convida à veiculação de tramas enaltecedoras de figuras atuantes nos *theatri belli* no Brasil e Angola. Em uns e outros casos, terá parecido claro que as relações de sucessos, úteis como fossem, já não bastavam. O ataque narrativo, para atender às expectativas que se lhe lançavam, necessitava desembainhar a espada da História.

## A “jornada dos vassalos” e seus livros (1625-1628)

### Soldados-escritores e seus testemunhos

A vaga das relações de sucessos da vitória espanhola a primeiro de maio de 1625 banha as cidades ibéricas nas semanas seguintes à

---

349 MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.*, pp. 481-482. Grifo do autor. O comentário de Macedo nas “Licenças”.

chegada da nova, em fins de junho. Nesse ínterim, quando não antes, novas textualizações do evento, de maior fôlego, se gestam. Alargam o quadro tanto temporal – para além da jornada militar restauradora – quanto discursivo – pela composição de um enredo mais minucioso e variado em fatos e caracteres, às vezes também mais erudito. Os folhetos eram de ordinário lacônicos, pobremente editados, empregando linguagem direta, de poucos adornos, além de difundirem versões que porventura desgostavam a alguns, o que tudo convidava à elaboração de novas narrativas. Sendo a construção da memória matéria de tanta importância, a tessitura da imagem pública do conflito estava na ordem do dia. Daí tantos, em Portugal e Castela, se dedicarem a reconfigurar a trama da jornada: de expedição de um exército, como se lia nos panfletos, para saga imperial.

No próprio curso da expedição à Bahia, o comandante da armada lusitana, cosmógrafo e cronista-mor do reino<sup>350</sup>, D. Manuel de Menezes, inicia a redação de apontamentos, porventura por mandado régio. Suas primeiras palavras: “enfim me resolvo escrever a protecção que uma parte das armadas de Espanha fez ao Brazil” sugerem redação tardia. Porém, adiante, ele próprio revela que, por desenfado, redigia enquanto a esquadra singrava, no inverno de 1624-1625, as águas até o arquipélago de Cabo Verde, *rendez-vous* das armadas de Portugal e Castela.

Estou como com ancia desejando chegar a estas ilhas não para descansar do trabalho de escrever, he a leitura breve posto que cansativa, meuda e seca conforme a o [sic] nome entalada entre os limites rigorosos da verdade que muitos verão e espreytarão sem me poder chegar a elles tanto menos pas-salos com discursos ou praticas, compostas para deleitar os delicados ouvidos deste tempo, que tudo o al [sic] condenam<sup>351</sup>.

---

350 Desde 1618. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, p. 207.

351 MENEZES, *Recuperação da cidade de Salvador*, *Op. cit.*, pp. 357, 386.

Linhas que sublinham o perigo de escrever dentro dos “limites rigorosos da verdade”, perante os “delicados ouvidos deste tempo”, com os quais o cronista-mor terá dificuldades. D. Manuel era antigo defensor do prior do Crato, agora reconciliado com os Áustria. Sob suas ordens, lutara na Índia. Gozava de reputação por seus escritos. Leitor dos gregos e latinos, cujos idiomas dominava, compusera também uma *Chronica delRey D. Sebastião* e uma genealogia das *Familias de Tellos, e Menezes*, ambas ficando manuscritas. Barbosa Machado aponta que a *Relação da Restauração da Bahia em o anno de 1625*, como a denomina (possivelmente a partir de manuscrito diferente do consultado por Varnhagen), foi composta “no mar, e no porto, por ordem de S. Magestade”, informação um tanto imprecisa, pois Menezes alude a relações castelhanas publicadas em Sevilha e Cadiz, o que só poderia fazer uma vez retornado à Europa. Diz, mais, que certo cabo, partícipe da resistência, fora “juridicamente perguntado em Lisboa” sobre o assalto a Itapagipe, prova de que parte do texto é posterior ao regresso<sup>352</sup>.

Prometendo verdades que “muitos verão e espreytarão”, Menezes abria um relato destinado à prensa, outro de seus já muitos livros. Desta feita, porém, desafiava-o não mais a pesquisa genealógica ou histórica, e sim um misto de testemunho “a quente” e de “memória histórica”. Que texto era esse a que visava D. Manuel nas primeiras semanas de seu tédio atlântico? Talvez meditação ancorada em sua erudição clássica, recheada de citações e tiradas filosóficas. Que formato o texto final impresso teria tido, jamais saberemos. O manuscrito sobrevivente é direto, desnudo, de enredo às vezes confuso,

---

352 BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, *Op. cit.*, vol. III, p. 311-312 MENEZES, *Recuperação*, p. 401. O manuscrito está conservado na Real Academia de Historia, em Madri, mss. H-27. Cotejá-lo com a edição oitocentista de Varnhagen, provavelmente baseada nesse documento, deixa ver inúmeros deslizes na transcrição, até no título, além da exclusão de notas marginais presentes no manuscrito, tudo a pedir sua reedição.

que um autor experiente ainda revisaria, antes de dar ao prelo. Revela com crueza intrigas de bastidor que dificilmente sobreviveriam à vigilância de um Estado em guerra, como, de fato, sucedeu.

Nas páginas iniciais, Menezes delinea sua ambição de ultrapassar o escopo cirúrgico das relações de sucessos. Recuando algumas décadas, desenha painel mais amplo da heresia da “gente setentrional”, suas ofensas “às corôas desta monarchia”, enfocando a patriótica mobilização de Portugal e Castela após a queda de Salvador, em 1624. Nada disto costumava ler-se nas relações de sucessos, que iam “direto ao ponto”, à expedição, ao cerco, à vitória. Agora, ultrapassa-se o escopo da notícia, interpreta-se o fato dentro de seu quadro geral.

Noutro plano, a caracterização de Menezes da colaboração católica afasta a hipótese de texto “anticastelhano”, como alhures se propôs. A *Recuperação* é sem dúvida “pouco comportada” em suas indiscrições, porém não autonomista. “Estavam as coroas de Portugal e Castella, em continua competencia ciosissimas do serviço de Deus, e de seu rey [e] de sua real reputação nesta empresa”. Menezes, ademais, fala da “Espanha” como a unidade política que reunia as coroas ibéricas e os domínios italianos dos Habsburgo. Com os assaltos holandeses, “Espanha era ameaçada nas coroas de Portugal e Castela”, cabendo à força que navegava em direção à Bahia o título de “os pujantes exercitos de Espanha”<sup>353</sup>. Os conflitos que revelará, embora ocasionalmente antagonizem portugueses e castelhanos, ressoam querelas jurisdicionais e representacionais, mas não secessionismo.

Contudo, no curso dos eventos, Menezes terá visto motivos para emendar o manuscrito, de modo a convertê-lo em defesa de sua ação e reputação. Não obstante general da armada de Portugal, Menezes é retratado nas relações de 1625, sobretudo castelhanas, como personagem menor. A *Relacion del viaje*, de Avedaño y Vilela,

---

353 MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.*, pp. 357-381.

publicada em Sevilha, abre-se com a hierarquia do comando, pondo acima de D. Manuel D. Fadrique e D. Juan Fajardo. A prerrogativa hierárquica e a participação do general lusitano no cerco são ofuscadas, neste e em outros folhetos, pelas façanhas de outros fidalgos atuando em terra (na distribuição das forças que sitiavam Salvador, a D. Manuel incumbem permanecer no mar com as naves que bloqueiam a entrada da baía, a impedir fugas e socorros). Na *Relacion de la carta que embió*, Fadrique, tal qual Avedaño y Vilela, faz ligeira menção a D. Manuel. Mesmo a lisboeta *Relaçam verdadeira de tudo o sucedido na Restauração da Bahia* dedica-lhe magras linhas e pinta-o longínquo, subalterno, retido no mar “por ordem do Almirante Dom João Fajardo”, enquanto os soldados obravam façanhas, libertavam a cidade, aleijavam-se e morriam. Mal participa das manobras do cerco, é voz ausente dos conselhos militares e das negociações do armistício<sup>354</sup>.

Menezes conheceu e cita algumas dessas folhas. Ao contar o butim da praça retomada em 1º de maio de 1625, comenta:

Parece-lhe [D. Manuel amiúde fala de si na terceira pessoa] que o autor castelhano, que dizem escreveu a relação, desta impresa não foi curto avaliando em 400V [quatrocentos mil cruzados] senão incluiu nisto navios, fabricas e aprestos delles e as casas da cidade.

Cifra que D. Manuel pensava exagerada. O general não denomina o panfleto, mas Guerreiro, cujo texto em muitas passagens se baseia na *Recuperação*, alude também a um “fidalgo Castelhana”, o qual, sem tomar parte da jornada, imprimira relação aludindo

---

354 AVEDAÑO Y VILELA, *Relacion del viaje, y sucesso de la Armada*, *Op. cit.* OSÓRIO, *Relacion de la carta que embio a su Magestad*, *Op. cit.* (não paginado). ANÔNIMO, *Relaçam verdadeira de tudo o sucedido na Restauração da Bahia*, *Op. cit.* (não paginado). A importância do “aparecer”, do simbolismo das hierarquias nas representações do Antigo Regime, é discutida em FRANÇA, *Portugal na época da Restauração*, *Op. cit.*

ao montante do espólio em quatrocentos mil cruzados, enquanto outros inflavam-no a assombrosos três milhões. O primeiro montante consta justamente na última página de Avedaño y Vilela. A crítica de Menezes demonstra que seu escrito, amargurado com o pequeno brilho que lhe davam, esgrimia com as folhas do segundo semestre e que o texto, iniciado no curso da expedição, estava ainda a ser burilado após o retorno à Europa, certamente para a impressão<sup>355</sup>.

Daí, desta esgrima, possivelmente, a *Recuperação* adotar o tom arisco que a atravessa, martelando ressentidamente a figura de Menezes não como o oficial apagado das primeiras relações, mas como líder das forças portuguesas em mar e terra, abaixo apenas de Fadrique e El Rey. Ao mesmo tempo em que noticia pormenores ausentes em outros relatos, a obra se transforma em arguição do decisivo contributo do general e de sua autoridade nos conflitos do alto comando. A reforçar esta perspectiva, a análise do texto traz à tona uma narração acidentada, montada em linhas superpostas, com o fluxo descritivo descuidadamente interrompido pela anexação de cartas e documentos “comprobatórios” das prerrogativas da armada chefiada por Menezes. Também há revelações dos bastidores, de desinteligências e antagonismos no oficialato, nas quais o autor, contrariando a ideologia oficial da “União das Armas”, achava a chance de consolidar a aura de seu cargo. D. Manuel, longe de murmurar entrelinhas anticastelhanas, antes exporá, com uma picardia que as autoridades não perdoarão, as dissensões da cúpula da Jornada por mando, distinção e visibilidade.

Conquanto D. Manuel proteste contra o tratamento reservado aos terços lusitanos, proibidos de entrar na cidade rendida, parece-nos demasiado simplificadora a explicação proposta em Schwartz,

---

355 MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.*, p. 589. GUERREIRO, *Jornada dos Vassalos*, *Op. cit.*, p. 59. AVEDAÑO Y VILELA, *Relacion de la viaje*, *Op. cit.*

para quem a *Recuperação* “fora talvez mais franca sobre a questão da rivalidade luso-espanhola do que se esperava”, decorrendo supostamente daí a recusa para a publicação. Sem desconsiderar que o texto abunda em elogios a Filipe e a Olivares, as discórdias expostas na *Recuperação* expõem disputas por postos e precedência que ultrapassam a unidimensionalidade da rivalidade luso-castelhana. A ausência de outros documentos não permite reconstituir as reais motivações para a “franqueza” de D. Manuel. Em todo caso, patenteando conflitos entre castelhanos, napolitanos e portugueses, Menezes feria o desenho do exército unívoco e obediente a Fadrique, a Olivares e ao rei, imagem que as relações de sucessos antes de si pintaram e que as relações históricas seguintes restaurarão<sup>356</sup>.

No episódio da reunião das armadas de Portugal e Castela no arquipélago de Cabo Verde, flagramos a escrita da história em ação. O encontro era descrito nos panfletos, ora como festivo, ora como pontuado por um incidente no qual os portugueses, insubordinados, não teriam recolhido suas bandeiras à chegada de D. Fadrique. “Baixaram as bandeiras, e logo as içaram”, critica Rodriguez de Burgos, “e as trouxeram, e as têm mantido e mantêm arvoradas sempre, ainda que as ordens e o governo tenha sido do senhor dom Fadrique”<sup>357</sup>. D. Manuel retoma-o e, depois de registrar que prorromperam “as salvas costumadas, e com excessos nas cortesias”, interrompe de súbito o relato para transcrever o “alvará sobre o modo das bandeiras e outras preeminencias”, e mais documentos nos quais o rei regrava as respectivas jurisdições das armadas. O alvará (de julho de 1618), na transcrição de D. Manuel, prevê que, ao se encontrarem as armadas, das naus capitânicas de Portugal “se abaterão os estandartes, e a salvarão com quatro peças de artilharia [...]; e depois tornarão as ditas cappitanas de Portugal a arvorar os estandartes”,

---

356 SCHWARTZ, *Voyage of the Vassals*, *Op. cit.*, p. 740.

357 BURGOS, *Relacion de la jornada del Brasil*, *Op. cit.*

validando a conduta adotada. A documentação confirma ainda a jurisdição de D. Manuel sobre o exército que resistia aos holandeses no Recôncavo sob o comando de D. Francisco de Moura<sup>358</sup>. As transcrições amparam a estratégia discursiva de Menezes, a atestar que sob sua chefia recaía todo o exército lusitano.

As revelações de D. Manuel são sem dúvida inusitadas. Sobre o bispo D. Marcos Teixeira, louvado nos folhetos como líder honorável da resistência no Recôncavo, em 1624, a *Recuperação* menciona carta que o descreve “com synonymos de gramatico e ambicioso”. No alto oficialato, sublinha vacilações e entrechoques, em especial depois da rendição flamenga, nas tensões em torno de postos vagos, no curso a adotar diante da chegada da armada flamenga de socorro ou no tratamento aos inimigos. O mestre de campo Juan de Orellana é retratado recebendo reprimendas de D. Fadrique; Juan Fajardo, em outra passagem, se enfurece diante do desacordo dos pareceres no Conselho de Guerra e o marquês de Cropani, revoltado com a desorganização da tropa, dispara que muitos capitães ali eram “indignos da guineta”<sup>359</sup>.

Maiores indiscrições, todavia, comete D. Manuel com D. Fadrique: sem deixar de lhe dirigir tratamento respeitoso, acusa-o de amiúde usurpar-lhe os foros prescritos nos alvarás régios. “A matéria de jurisdições é mui perigosa”, sumariza. E dá o exemplo:

Matou uma bala [...] ao capitão Diogo Ferreira de Vianna, cuja morte pelas consequencias fora principio de alguns desgostos entre os generaes se fora outra sua natureza [...]. Escreveu [D. Manuel] a D. Fadrique em sustancia que os officios e companhias que vagase [*sic*] na armada e exercito de Portugal avia de prover conforme S. M. detreminara [...]. Consydero em algum ocioso, visto não poder ser aquella ocasião e negociação em odio de D. Manuel que o não merecia, se podia tanto o

---

358 MENEZES, *Restauração*, *Op. cit.*, pp. 404 e ss.

359 *Ibidem*, pp. 546-547, 573 e 583.

desejo de avantajar hum amigo que puzesse em risco a jurisdição de Portugal em ponto de tantas consequencias.

A ocupação dos cargos, a jurisdição do crime, o provimento da tropa e o mau tratamento que Menezes julga ser dado aos soldados lusos continua antagonizando o autor e Fadrique até o retorno das armadas, em agosto de 1625. “Alegavase por outra parte que a impreza do Brasil era fora do conteúdo dos alvarás, e regimentos, e nela levava D. Fadrique amplicima jurisdição. Provava D. Manuel o contrario [...] com os mesmos regimentos reaes pera aquella jornada [...]”. Isto haveria de bastar para o respeito aos foros e “com tantas resões mal se podera cuidar teria D. Fadrique sua jurisdição por demenuida”. No entanto, maus conselhos envenenavam Fadrique, pois “como quer que fosse ou perfiado instantemente dos pretensores, ou apertado pela palavra, tentou outros caminhos”<sup>360</sup>.

A *Recuperação* forceja por demonstrar que, no âmbito da justiça e do crime, D. Manuel seria a primeira autoridade no Brasil, cabendo-lhe inclusive nomear novo ouvidor, no impedimento do atual. A permanência, aliás, do general luso no mar, com parte da nobreza, longe de derivar do comando castelhano, seria expressa determinação régia e, de forma alguma, motivo de desonra. “Entendam”, esclarecia o rei, “que me servem nisso mais que os que desembarcarem em terra”. O afã de conferir para si mesmo a dignidade que os primeiros relatos lhe negavam leva Menezes a referir até ordens sigilosas e a má vontade de Fadrique em cumpri-las. Mediante a “prova” de tais decretos oficiais, via-se

O gosto que S. M. mostrou de honrar a D. Manuel, a estimação que fez de sua pessoa. Mas encommendando a D. Fadrique de Toledo certa impresa avendo logar nas instruções secretas, lhe mandava S. M. comonicar-se com elle somente honrando-o com muitas palavras. O capitulo lhe mostrou D. Fadrique em

---

360 *Ibidem*, pp. 562-563, 620-621.

segredo estando em junta particular. Depois o disse em conselho não faltando nelle mostras de resentimento.

Além disso, os desacordos parecem se incrementar depois da recuperação da praça, no tocante à permissão de entrada na cidade, à provisão das armadas para o retorno e à guarnição a deixar na Bahia. Muitos soldados deserjavam com mostras de “desobediência sofrível”, o que era motivo de preocupação dos oficiais e aplicações de castigos. As soluções propostas para lidar com os problemas levavam a conflitos e “a consideração era tão confuza que cada um variava do outro por intervalo immenso”. A Menezes irrita o tratamento dado aos portugueses, aos quais não fora permitido o acesso à cidade logo após a rendição. Inclusive sugere que não revelava todos os problemas: “maior monstro era esse do cuidar a quem ler esses escritos em que se não podem dizer todos os particulares que cansavam a D. Manuel”<sup>361</sup>.

Tantas inconfiências liquidariam a possibilidade de licenciamento do papel para impressão<sup>362</sup>. As folhas volantes de ordinarário anunciavam a vitória como resultante de uma força militar coesa, imagem em harmonia com o discurso da União das Coroas. Já Menezes, na tarefa de justificar sua silenciada importância na empresa, desafia-as com o retrato de um comando afligido por conflitos, surdo aos mandatos reais, que viola foros e contraria a experiência e a razão. A *Recuperação*, por um lado, se avizinha das relações de sucessos, por madruguar na textualização do fato mediante uma escrita direta, despida de aportes eruditos, presidida pela força simbólica do “testemunho de vista”. Por outro, inaugura a reescri-

---

361 MENEZES, *Recuperação*, *Op. cit.*, 408, 537, 609, 619

362 A *Recuperação* permaneceria manuscrita até o século XIX. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, p. 207. SCHWARTZ, *The Voyage of the Vassals*, *Op. cit.*, p. 740, comenta os debates no Conselho de Estado, nos quais se decide proibir as licenças a diversas relações inconvenientes aos interesses do poder central.

tura da história da guerra, ampliando o “sucesso” singular em tela mais vasta, apoiando-se no que já se dissera e metamorfoseando a *narratio* em vias de elaboração. Não seria publicada em seu tempo, mas seria lida e influenciaria, indireta e pioneiramente, a escrita da Guerra Holandesa.

Seu caso ilustra bem a disjunção introduzida na historicização aqui estudada. A *Recuperação*, atravessada por tal hibridismo, documenta o nascimento de novos problemas discursivos, ligados à dimensão e ao sentido do evento, os quais as relações históricas buscarão solucionar. Ensina-nos também quão cedo a jornada persuadiu a muitos de sua grandeza política e cultural. Em meio à gama enorme de matérias tratadas nas relações – casamentos, certames, embaixadas, naufrágios, cometas, desastres, etc. – a maioria é logo esquecida, poucos fatos transitam para o território da história<sup>363</sup>. A Jornada dos Vassalos será um desses poucos.

Além de D. Manuel, mais partícipes da jornada e de futuros momentos da Guerra Holandesa criarão extensos relatos que, se não se confundem com as relações de sucessos, dificilmente seriam classificados, aos olhos do século, como “Historias perfectas”. Pela altura de outubro de 1626, o soldado Juan de Valencia y Guzmán dedicava a D. Fernando de Porres y Toledo, cavaleiro da ordem de Calatrava e sobrinho de D. Fadrique, longo relato da jornada<sup>364</sup>. Após discorrer sobre a geografia e os habitantes do Brasil, o *Compendio historial* passava em revista o primeiro século do povoamento e a prosperidade da terra – introduzindo na historicização da Guerra

---

363 Tal trânsito sendo favorecido quando o objeto tematizado é a guerra, diante do caráter clássico do tema e da importância política do acontecimento. BEBIANO, *A pena de marte*, *Op. cit.*

364 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, p. 208, situa a redação em 1625, mas não fundamenta a datação. A dedicatória a Porres y Toledo prefacia o manuscrito, datada de outubro de 1626, mas não bastou a viabilizar-lhe a publicação. O *Compendio historial* apenas seria publicada na Espanha, no século XIX, sendo diminuta sua *performance* até ali.

Holandesa essas e outras inovações retóricas que consolidam ideias de saga, descoberta, sacrifício e cristianização. Culmina com o assalto holandês de 1624, que tudo ameaçava, vitorioso por causa da “canalha tão covarde e vil” da cidade, todavia logo remediado pela presteza do rei e do conde-duque, e pela salvaguarda do céu.

Tal qual a *Recuperação*, o *Compendio* consigna também narrativas de terceiros, destacando-se a “certificacion” com que o governador D. Francisco Sarmiento de Soto Mayor, prisioneiro em Salvador, atesta a diligência com que D. Francisco de Moura perseguiu os flamengos no Recôncavo, recomendando ao rei que o premie. Monta ainda, como a confirmar as palavras de Tamaio de Vargas acerca da tarefa de registro exaustivo das relações históricas, detalhadas tabelas de tripulantes dos navios, peças de artilharia, munições e vitualhas, o soldo dos oficiais e outras computações<sup>365</sup>.

A relação historial, temos visto, não é constrangida por preceitos claramente pré-definidos. Transita num espectro discursivo próprio, o qual comporta textos que em muito se aparentam às relações de sucessos, sem sê-las, bem como obras que, por suas escolhas retóricas, pela abordagem do fato e pela reputação de seu autor, gravitam na vizinhança do que então se entendia por História. Às vezes até mesmo poderiam receber esse título. A *Recuperação* e o *Compendio* habitam esse interstício, assim como fará também o *Manifesto das hostilidades*, sobre a restauração de Angola, este publicado em 1651. Sendo depoimentos de soldados-escritores, aliás aparecidos tão cedo, compreende-se a linguagem direta que empregam, útil a seus propósitos discursivos. A erudição e sofisticação literária virão em seguida, quando a historicização passar às penas de homens de letras ausentes da luta, nos quais o objetivo de relatar disputará espaço com novos objetivos representacionais. Não demoraria até

---

365 VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio Historial*, *Op. cit.*, p. 90, 106-108, 122-123. Edição fac-similar do ms. 2356, guardado na Biblioteca Nacional de Madri, possível cópia coeva do texto de Valencia y Guzmán.

que escritores não testemunhais reunissem as primeiras narrativas e forjassem novas versões do evento, mais bem-sucedidas em suas metas editoriais e historiográficas.

### Erudição como tática

Decorridos meses da chegada das notícias de 1625, vêm a lume novas espécies de narrativas que, à guisa de Menezes e Valencia y Guzmán, conformam-se ao preceito da instauração da verdade mediante registro minucioso, mas vão além. Algumas, qual o *Compendio*, alargam o enredo com secções dedicadas à descoberta, à geografia, aos índios do Brasil. Outras, explorando o *topos* inaugurado pela *Recuperação*, retraçam a “rebeldia holandesa”. Merecedor de particular atenção é o fato de que entrelaçam à trama referências da Antiguidade e da Renascença, inéditas na historicização da Guerra Holandesa, não obstante corriqueiras na literatura da época<sup>366</sup>. Ao mesmo tempo se retomam soluções e se arriscam inovações que cimentam o estatuto histórico crescentemente atribuído ao fato. Para facilitar a maratona até o prelo, amputam-se trechos considerados inconvenientes ou subversivos: os impressos, não admira, forjam imagem mais idealizada, harmônica e “oficial” do fato.

Em começos de novembro de 1625, o noviciado da Companhia de Jesus em Lisboa, o Ordinário e a Inquisição (representantes das três instâncias censórias atuando em Portugal) licenciavam a publicação da *Iornada dos Vassallos da Coroa de Portvgal*, do sermão Bertolameu Guerreiro, o que sugere que, mesmo ausente da

---

366 GRAFTON, *What was History?*, *Op. cit.*. PEREIRA, *Retórica e eloquência*, *Op. cit.* FOSSIER, François. A propos du titre d'historiographe sous l'Ancient Régime. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Paris, t. 32e, n. 3, jul-set. 1985, pp. 361-417. Para caso português, REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*. *Op. cit.* e MATOS, *L'Humanisme portugais et ses relations avec l'Europe*, *Op. cit.*

expedição, tê-las-á composto depressa após a chegada das novas à Europa<sup>367</sup>. Em Castela, Tamaio de Vargas, conquanto apenas publique sua *Restavracion de la ciudad del Salvador* nos começos de 1628, esclarece que, com o informe da libertação da praça, recebera cedo o encargo de relatar o sucesso, cumprindo-o “dentro de poucos dias”. Pela altura terá também composto sua *Historia de la recuperacion del Brasil* o futuro bispo de Toledo, Eugenio de Narbona y Zuñiga, dedicada a Olivares, mas cuja primeira estampa só sairia em 1950<sup>368</sup>. A Guerra Holandesa é, assim, recontada com rapidez que não se repetiria depois de 1630. Pegam da pena um cronista-mor castelhano, outro português, prelados e pregadores atuando como portavozes da nobreza: a urgência do dizer a guerra foi, nessas primícias, sobretudo peninsular e mesmo cortesã.

Com a nova leva de relações históricas, a narrativa do conflito reelabora-se. Agora, quando as notícias sobre Salvador caducavam, pelo acúmulo dos informes das relações de sucessos e já das primeiras relações históricas testemunhais, as narrativas substituiriam o depoimento “de vista”, cru, escorreito, encontrável nos panfletos e em Valencia y Guzmán e Menezes, pelo recurso ao alicerce documental que assegura a verdade e ampara a inteligência.

O *Compendio historial*, sublinhando o capricho dos homens sempre novidadeiros diante da variedade dos eventos, aproveita-se do que presenciara na Jornada para “reduzir a relação”, não tudo,

---

367 A *Jornada* estaria impressa em 22 de dezembro de 1625, quando o noviciado da Companhia atesta sua conformidade ao original. GUERREIRO, *Jornada dos Vassalos*, *Op. cit.*, “licenças”. Equivocam-se CAMENIETZKI e PASTORE, 1625, *o fogo e a tinta*, *Op. cit.*, p. 265, ao dizer que “entre os clérigos embarcados estavam o padre Bartolomeu Guerreiro”. Guerreiro não registra testemunho ocular e o confessa no Prólogo: “colhi o que na empreza ouue, das fontes da verdade”, aludindo em seguida aos tipos de fontes em que se informa.

368 TAMAIO DE VARGAS, *Recuperacion*, *Op. cit.*, exórdio “a todos los que fueron a la jornada del Brasil”. NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia de la recuperacion del Brasil*, *Op. cit.*

porque confessa que toda relação é fração e recorte, mas “algumas coisas das que iam sucedendo nela”<sup>369</sup>. Não é outra a linguagem da *Recuperação*, a cada passo representando-se D. Manuel no calor da luta, para infundir veracidade a seus retratos e fama a si próprio.

Guerreiro, Tamaio de Vargas ou Narbona y Zuñiga não podiam apelar aos mesmos recursos retóricos ligados à força do “testemunho de vista”. Com esta “segunda fase” de escritos, deixamos o domínio do depoimento. Todavia, estes autores querem convencer-nos de que aquilo que os olhos não viram documentos confiáveis preservaram e a inteligência pode muito bem reconstituir. A exatidão desapaixonada e a abundância de papéis, argumenta, compensarão a ausência do escritor, desde que, com bom método, distinga os depoimentos sadios dos viciosos, dos que distorcem e bajulam. Assegura Guerreiro ter-se nutrido “das fontes da verdade [...], rejeitando popularidades [...] & encarecimentos, que muytos seguem com grande dano da certeza dos sucessos”. A autoridade do escritor e o afã compilatório ocupam o lugar da vivência que antes prometia “reduzir a relação” o evento. O autor das novas obras cuida enxergar o passado através não dos seus dois, senão de muitos olhos alheios, pois a boa fonte seria espelho ou janela. Daí Guerreiro “não pôr esta relação nos olhos do mundo”, sem extrair cada nota “de relações & cartas de muy calificadas pessoas em sangue, & autoridade de officios”, além dos “livros dos ministros de sua Magestade” e mais papéis chancelados nas secretarias reais. Arrazoado análogo àquele com que Tamaio de Vargas prefacia e justifica sua *Restauracion*. Insistir nisso era fundamental para que seus livros fossem acreditados<sup>370</sup>.

Menezes e Valencia y Guzmán, ao urdir narrativas pretensamente públicas, voltadas para leitores presentes e pósteros, principiavam a transição do noticiário da Guerra Holandesa para a sua

---

369 VALENCIA Y GUZMÁN, *Compendio historial*, *Op. cit.*, p. 26.

370 GUERREIRO, *Jornada*, *Op. cit.*, p. 3. TAMAIO DE VARGAS, *Recuperacion*, *Op. cit.*, pp. 11-12.

expressão historiográfica. Narbona y Zuñiga, Guerreiro e Tamaio de Vargas aceleram o trânsito, pelas novidades que introduzem na operação historiante. Não mais testemunhas, os autores amparar-se-ão nas “múltiplas práticas textuais e literárias” oriundas da Renascença e características do letrado seiscentista<sup>371</sup>.

Nova disjunção sucede, agora no interior do gênero das relações históricas, decorrente das urgências políticas de recontar a guerra, as quais se resolvem mediante inovações retórico-metodológicas. Enquanto a *Recuperação* e o *Compendio historial* respondem sobretudo aos propósitos políticos de seus autores, em busca de visibilidade ou reparação, aos grupos interessados na perpetuação do feito convinha outra estratégia. Não descrição lhana e irreverente como a de D. Manuel, nem da lavra de soldado sem renome como Valencia y Guzman, mas texto calcado em preceitos retóricos eruditos. A historicização não poderá doravante prescindir desta aparelhagem associando metodologia de fontes, repertório clássico e criação da memória, que alicerçam a historiografia no período estudado. As novas narrativas, dizíamos, aceleram o trânsito, todavia não o concluem, impedidas pela alegada distância entre o relato histórico e as “Historias perfectas”, sublinhada pelos seiscentistas.

Tal como nos textos de primeira hora, os holandeses seguem fustigados como inimigos da fé, “tão esquecidos das obrigações diuinas, & humanas”. Mas a recriação ultrapassa a fronteira pátria e amplia a descrição da insolência flamenga, cujas motivações as relações de sucessos raro mencionavam e Valencia y Guzman aborda com laconismo<sup>372</sup>. A rebelião neerlandesa (hoje chamada Guerra dos Oitenta Anos, 1568-1648) é mencionada por Tamaio de Vargas, porém Guerreiro e Narbona y Zuñiga detalham os debates que em Haia e Amsterdam precederam a fundação da WIC, ademais

---

371 SOLL, *Empirical history*, *Op. cit.*, p. 314.

372 VALENCIA Y GUZMÁN, *Compendio historial*, *Op. cit.*, p. 68.

condenando as proposições do “Sophista” Hugo Grotius acerca da “liberdade natural dos mares”. O cronista-mor de Castela recua a narrativa para o período do infante D. Henrique (1394-1460), para legitimar as possessões na Índia, sancionadas nas bulas papais do Quatrocentos e ampliadas por D. Afonso v, D. João II e D. Manuel, quando da expansão marítima portuguesa. Do que resultaria vã a querela dos neerlandeses, que “ilegitimamente possuem o que habitam, com novo atrevimento se dispoem a dar leis a outras gentes, a assinalar limites aos mares e a fazer-se árbitros dos comércios do universo”<sup>373</sup>. A agressão à Bahia e o contra-ataque são subsumidos à intriga internacional, sendo ainda associados a conflitos no Oriente e a equilíbrios diplomáticos em Flandres e na Lombardia, envergadura geopolítica a que os testemunhos diretos jamais se atreveram.

O mais sólido amparo documental e repertório erudito possibilita aos autores outras formulações inaugurais, apreciadas nas obras de penhor histórico. As analogias históricas e as meditações fundadas na literatura clássica enraízam-se e se avolumam. Na *Jornada dos Vassalos*, que vem a lume a tão pequeno intervalo do acontecimento, Guerreiro compara as solicitações de Filipe IV à nobreza lusitana para que militasse nas armadas a outras de D. João III em Quinhentos. Noutra quadra, justifica a chefia da resistência, assumida pelo bispo D. Marcos Teixeira, “como se tiuera muytos annos de exercicio de milicia em Italia, ou em Frandes”, rememorando outros bispos-guerreiros dos tempos de D. Afonso V (1438-1481) e Fernando de Aragão (1474-1516), cujo despir da tiara e empunhar da lança não lhes trouxera vilipêndio, senão fama<sup>374</sup>.

Em Tamaio de Vargas, por sua vez, mostras de erudição são comuns no relato e mesmo nas margens do tomo. Recheiam-no diversas notas alusivas a textos antigos, medievais e modernos, sob

---

373 TAMAIO DE VARGAS, *Restauracion, Op. cit.*, pp. 7-7v e ss. NARBONA Y ZUÑIGA, *Historia de la recuperacion del Brasil, Op. cit.*, p. 166.

374 GUERREIRO, *Jornada dos vassalos, Op. cit.*, pp. 20-20v, 35v-36.

cujos saberes são ressignificados não somente a expedição restauradora, mas sobretudo a viagem oceânica, a justeza dos domínios filipinos e o antagonismo hispano-neerlandês. A *Restauracion*, tal qual a *Jornada dos Vassallos*, longe de apenas elencar citações pedantes e livrescas, aciona a erudição renascentista para o fim de nobilitar e engrandecer seu assunto e seus personagens. Na travessia do Atlântico, por exemplo, invocam-se Gomarra, Teofrasto, Plínio e outros para referendar depoimentos acerca dos fenômenos climáticos e monstros marinhos. O erro das reivindicações secessionistas holandesas é demonstrado com o concurso de autoridades teológicas e jurídicas. O espaço dedicado na edição às notas, designadas no corpo do texto pelas letras do alfabeto, por vezes sobrepassa o reservado à narração. “Que maravilha”, exclama Tamaio de Vargas, a certa altura,

Se mais como piratas que mercadores estão [os holandeses] de direito<sup>b</sup> privados da confiança, como<sup>c</sup> perturbadores dos comércios públicos<sup>d</sup>, ladrões<sup>e</sup>, excomungados, inimigos<sup>f</sup> comuns: tão sem autoridade, que não somente não a podem ter no trato<sup>g</sup>, mas nem exercitar a milícia<sup>a</sup> com que se defendem, e finalmente como rebeldes, não<sup>b</sup> adquirindo direito algum legítimo no que alcançarem, excluídos do da<sup>c</sup> República<sup>d</sup> legado e<sup>e</sup> juízo, e expostos ao rigor das<sup>f</sup> penas que a razão tem dispostas justificadamente nas leis<sup>375</sup>.

Curiosamente, os capítulos dedicados a contar o cerco e a vitória deixam de lado as alusões eruditas, bem mais frequentes na primeira parte da obra. Como a indicar que o cronista-mor, tal qual dissera, concluíra o relato “em poucos dias”, usando o mais do tempo transcorrido até a publicação para incrementar o manuscrito com detidas contextualizações históricas, referências bibliográficas e

---

375 VARGAS, *Recuperacion*, *Op. cit.*, pp. 13v-14. As repetições das notas-consoantes vêm da mudança na paginação, pois no arranjo da edição a sequência alfabética se reinicia a cada página.

adornos literários. Tantas interpolações no registro discursivo não são compreensíveis como mero exercício acadêmico, fora das tensões que a todo momento atravessam a historicização da guerra. Atendem, ao contrário, ao imperativo de alçar a patamares mais elevados a memória da conquista, cuja consecução não seria realizável sem a “viragem erudita” inaugurada em Guerreiro, Narbona y Zuñiga e sobretudo Tamaio de Vargas. Não esqueçamos, aliás, que a restauração de 1625 engajou boa parte da fina flor da nobreza ibérica, o que as relações celebram e a historiografia reafirma<sup>376</sup>. Torna-se, assim, compreensível a pressa com que a textualização do evento percorre o itinerário do simples relato alardeado em panfleto até páginas ricas em referências respeitáveis.

A narrativa do padre Bertolameu Guerreiro, mais do que relato da viagem, é um encômio da participação lusitana na expedição. Escrita num momento em que as fissuras da nobreza, sob o empuxo do olivarismo, não eram ainda graves nem irremediáveis, concilia o patriotismo português com a majestade filipina e mesmo com as diretrizes políticas do conde-duque<sup>377</sup>. Este, retratado como

---

376 SCHWARTZ, *The Voyage of the vassals*, *Op. cit.*

377 VALLADARES, *Portugal y la monarquia hispánica*, *Op. cit.* A proximidade de Guerreiro com os Bragança, mencionadas em BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, *Op. cit.*, p. 463 não converte a *Jornada dos Vassalos* em libelo antifilipino, num período em que a própria casa ducal não participava ainda de murmurações conspiratórias. Da mesma forma, o sermão proferido em 1623 e preservado na Biblioteca Nacional de Portugal, tratando do estado das conquistas do Oriente: GUERREIRO, Bertolameu. *Sermão que fez o padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Jesus, na cidade de Lisboa na Capela Real, dia de São Thomé, anno de 1623...* Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor do rei, 1623, desfere antes um ataque ao “mau governo” dos vice-reis do que denuncia “descaso da Monarquia com os domínios de Portugal”, como pensam CAMENIETZKI & PASTORE, 1625, o fogo e a tinta, *Op. cit.*, p. 264. Em todo caso, fosse qual fosse a simpatia política de Guerreiro – e há mesmo razões para julgá-lo fiel brigantino, pelo nome de “príncipe” que dá a D. Teodósio, pai do futuro rei, em suas exéquias – a *Jornada* não seria o lugar de manifestá-la, pois não era canal de difusão das ideias do jesuíta, em vista dos demais interesses por trás

generoso, é comparado a um valido de Alexandre Magno, o qual, ansiando por enaltecer o imperador, “não tratava de outros meyoys mais poderosos, que os da beneuolencia, & os da grandeza, & magnificencia”<sup>378</sup>. Ao escolher dar primazia em sua obra aos “vassallos da coroa de Portugal” e não à totalidade dos exércitos, Guerreiro se faz caixa de ressonância da fidalguia lusa, em vista das recompensas que esta cobiçava receber e, mais ainda, de uma representação engrandecedora dela na constelação das monarquias da *Hispania*.

Sendo, para este fim, de tanta importância a obtenção das licenças de impressão, o jesuíta se instrui em folhetos e comunicados oficiais. Decalca o enredo da *Recuperação*, de Menezes, em ocasiões copiando-o, entretanto cortando trechos que desvelassem antagonismos na chefatura do cerco. “O que está presente em todos os relatos e o que está ausente em alguns deles”, conclui Schwartz, “fornecem a chave para entender as preocupações dos que celebravam o triunfo e dos que precisavam tê-lo celebrado”<sup>379</sup>.

Guerreiro imita D. Manuel ao reconstituir com vagar o apresto da armada lusa, destacando idênticos extratos das cartas com que o rei agradecia ao zelo luso. Por outro lado, apara o pontiagudo da escrita de seu predecessor, desativa o potencial subversivo da *Recuperação*. O delicado momento do encontro das armadas em Cabo Verde, por exemplo, que motivara Menezes a transcrever alvarás justificativos, em Guerreiro é encurtado. A autoridade do general português é reiterada, no entanto sobriamente, sem despertar polêmicas inoportunas. Desentendimentos da resistência do Recôncavo desaparecem, substituídas pela obediência respeitosa à figura do bispo

---

de sua publicação. GUERREIRO, Bertolameu. *Sermam que fez o R. P. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesu, nas exequias do anno que se fizeram ao serenissimo Principe D. Theodosio Segundo [sic] Duque de Bragança em Villauçosa... em 29. de novembro de 632*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1632.

378 GUERREIRO, *Jornada dos vassallos*, *Op. cit.*, p. 48v.

379 SCHWARTZ, *The Voyage of the vassals*, *Op. cit.*, p. 74o.

D. Marcos. A nobreza agora aparece una, aguerrida qual “milhares de Alexandres, & Scipioens”, imune a interesses mesquinhos. Até o butim da cidade, do qual foram excluídos os portugueses depois de tanto lutar, se a entristece, não a magoa demasiadamente:

Se esta confiança dos Capitães da Coroa de Castella, foy fundada em desejo de proueito, rezão era que alcançasse este, a quẽ tanto alcançou o trabalho. [...] A milicia Portugueza, se não deu por achada de outros interesese, mais q do serviço de sua Magestade, honra, & reputação da Coroa de Portugal<sup>380</sup>.

Os malabarismos e amputações textuais do jesuíta, construindo esta imagem exemplar nos nobres-soldados, aparentemente provocaram agrado e o livro corria, licenciado e taxado antes do Natal de 1625, autorizado em intervalo incomumente breve. A edição de Matheus Pinheiro estampa gravura da Bahia cercada pelas armadas e anexa erratas, indicando cuidadosa revisão. Tudo faz supor um trabalho esmerado, composto e publicado sob o favor e vigilância de muitos, haja vista as infundáveis listas de fidalgos partícipes aqui e ali entremeando o relato. A obra era encômio à elite guerreira lusitana e, por conseguinte, argumento para renovados beneplácitos régios, em meio aos equilíbrios de poderes no império dos Habsburgo.

Não teria repercussão a *Historia* de Narbona y Zuñiga, pouco conhecida e menos lida no Seiscentos, não obstante sua linguagem laudatória do olivarismo. Nas bibliografias do século xx é ainda raramente citada<sup>381</sup>. Já a *Restauracion*, de Tamaio de Vargas, erigia imagem do evento harmonizada às metáforas unionistas da narrativa promovida pela coroa. A bibliografia em que se embasa, ademais, atende igualmente a este propósito legitimador e nobilitante. Tal como Guerreiro, que leu e cita explicitamente, o cronista-mor de

380 GUERREIRO, *Jornada dos vassalos*, *Op. cit.*, pp. 40-41v, 51, 59.

381 Não o catalogam MORAES, *Bibliographia Brasiliana*, *Op. cit.*, nem RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, embora este autor depois supervisionasse a publicação do manuscrito na RIHGB, em 1950.

Castela forja enredo sem conflitos internos, expurgadas as divergências e tensões, como convinha a um relato considerado oficial.

Figuras heroicizadas nos escritos portugueses são recuperadas por Tamaio de Vargas, como é o caso de Salvador Correia de Sá expulsando os holandeses do Espírito Santo ou comandando uma esquadra até a Bahia. O bispo D. Marcos e o governador Diogo de Mendonça Furtado, criticados em algumas relações de sucessos, são agora objeto de tratamento respeitoso; eventuais faltas imputadas são repaginadas com a ajuda de uma linguagem laudatória. Retratados favoravelmente, os portugueses entram na jornada com destaque, porém integrados às hostes da Espanha e subordinados às diretrizes de Madri: “o Castelhana, o Português, o Napolitano, como unos na lei e no rei, o são no valor”. Também, qual o jesuíta, o cronista-mor espanhol demora-se em listagens dos que se embarcaram na guerra e nela morreram. Não admira: em sua ideia da função subsidiária da relação historial, “ainda que coisas tão particulares costumem poucas vezes ser matéria da pena nas histórias; nas relações desta se deve permitir”. No mesmo espírito, a edição se fecha com uma “suma do particular deste sucesso”, útil índice remissivo para futuros historiadores<sup>382</sup>.

Censurada a *Recuperação* e outros papéis “subversivos” e publicada a *Restauracion*, as elites luso-castelhanas se impõem às demais vozes que, desde a chegada das notícias da vitória, ambicionavam narrar o primeiro capítulo da Guerra Holandesa nas costas atlânticas. Ainda que partícipes de uma mesma guerra, a expedição à Bahia em 1625 e os anos de luta em Pernambuco e Angola seriam historiados separadamente, em função das mudanças na conjuntura política e do menor engajamento direto da fidalguia ibérica, já no contexto da crise da União das Coroas. Daí decorreria a longa

---

382 VARGAS, *Recuperação*, *Op. cit.*, “A todos los que fveron a la lornada” e pp. 35, 75v, 180 e ss.

tradição historiográfica de abordar de forma isolada a guerra antes e depois de 1630. Cumprida a tarefa de relatar a jornada, o passo seguinte seria a integração do episódio à História da Espanha, principiado muito em breve por autores como Manuel de Faria e Sousa e Gonzalo de Cespedes y Menezes. A sequência imprevista, no entanto, na qual o conflito se reaviva na América, em 1630, em conjuntura crescentemente desfavorável à governação filipina sobre os domínios portugueses, anteporá desafios aos que se supunham no controle discursivo do processo de historicização.

### Narrativas que chegam do Sul (1644-1660)

#### Os Albuquerque contra-atacam

A produção de relações de sucessos sobre a Guerra Holandesa no Atlântico meridional se refreia na década de 1630 e, ademais, é capturada por penas periféricas, em sintonia com as mudanças no cenário político que as impulsionava. A emergência de livros, por sua vez, sofre ainda maior abalo. Depois de 1628, enquanto nos Países Baixos panfletos de temática ultramarina se multiplicavam, na órbita dos sucessos militares e de uma cultura escrita em veloz disseminação<sup>383</sup>, na Ibéria a atenção voltava a se concentrar nas crises europeias e orientais do Império. Ressalvados alguns dos impressos examinados no capítulo anterior e algumas poucas Histórias que ainda veremos, o mais que se compõe naqueles dias, até a década seguinte, são cartas e manuscritos curtos, enfocando o cotidiano bélico ou eventuais combates de mar e terra.

Ao contrário de 1625, raros desses escritos da década de 1630 contribuiriam direta ou imediatamente para a construção de uma

---

383 RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, pp. 210 e ss. BLAAK, J. *Literacy in everyday life: reading and writing in early modern Dutch diaries*. Boston: Brill, 2009. VAN GROESEN, *Amsterdam's Atlantic*, *Op. cit.*

narrativa pública da guerra. Indiretamente, no entanto, foi considerável o contributo: nutririam as relações históricas, mesmo as de tom testemunhal, que começariam a vir a lume a partir de 1644. Estas, à procura de construir representação integrada do conflito, desde seus primeiros movimentos até o presente dos combates, dependerão dos depoimentos orais e manuscritos para historiar os tantos teatros de uma luta que se triangula do Maranhão à Bahia e aos sertões angolanos.

De forma análoga aos escritos de Menezes, Tamaio de Vargas e outros relativos à Jornada dos Vassalos, as *Memorias diarias*, *O valeroso Lucideno*, o *Manifesto das ostillidades* e a *Epanaphora triunfante* historiam o segundo momento da Guerra Holandesa (1630-1654), quando a WIC captura, de forma mais estável, larga porção do atlântico lusitano. Mas eram distintos os desafios, porque era outra a magnitude de seu assunto: temporalmente, a guerra reacendida se estendia já por década e meia, sem previsão de término, quando despontam os primeiros textos; geograficamente, o teatro era muito mais vasto. Politicamente, afinal, a retração militar e discursiva dos poderes centrais nesta fase do conflito – em vista da menor participação da nobreza ibérica, das dificuldades da coroa espanhola e, depois, da tibieza dos Bragança – reivindicava soluções narrativas específicas, face ao papel desempenhado pelas elites militares ultramarinas, agora historiadoras da guerra, no Brasil e em Angola.

Os livros que começam a emergir recuperam relações prévias, alinhavando versões do conflito deslocado para o norte do São Francisco, com seus novos personagens, cenários e circunstâncias. Recusando o título e a gravidade das Histórias, anunciam-se como “relações”, “memórias”, “tratados”: antessalas de um esperado volume histórico que o futuro elaboraria, da lavra de “outra mais bem cortada pena”, como escreve Coelho<sup>384</sup>, martelando o *topos* do

---

384 COELHO, *Memorias diarias*, 1654, *Op. cit.*, p. 80v.

*mediocritas mea*, recorrente nas relações históricas. A humildade autoral tradicionalmente se manifestava em “fórmulas de modéstia”, concretizadas em escusas de *propter infirmitatem*, de *rusticitas* e de toda sorte de fingida carência de meios intelectuais, mediante a qual o autor ou orador se apequena, a fim de cativar a audiência. A artimanha remonta à Antiguidade romana e judaica, sobrevivendo nas épocas carolíngia e baixo-medieval<sup>385</sup>. Conquanto presente até em obras históricas vazadas em estilo grandiloquente, a “modéstia afetada” cumpre função peculiar nas relações históricas, pelo caráter subsidiário que se atribuem, anunciando um futuro escritor de maior calibre que revisitaria o assunto, aprimorando-o. Nelas, a tópica ultrapassa a superfície decorativa, converte-se em diretriz discursiva (como fariam, depois, as “memórias históricas”), sem que isto signifique que tais autores se viam de fato como menores, sobretudo os mais vaidosos, como frei Calado. A hipotética História por vir se informaria nas minuciosas e “fidedignas” notícias que nas relações históricas se preservavam. Este conjunto de elementos discursivos e contextuais será habilidosamente mobilizado pelos autores e por seus grupos políticos, nas décadas de 1640 e 1650, em especial.

Em fins de 1638, o donatário de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho deixa o Brasil, após sete anos engajado na defesa do patrimônio familiar. Ao longo dos próximos 6 anos, concluiria a redação das *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, cujas licenças civis e eclesiásticas se homologam em Madri, em julho de 1644. Já aludimos à barragem da obra pelas *Razones que no se deve imprimir*, atrasando sua publicação em dez anos, com prejuízo dos frutos que os Albuquerque calculavam colher com o livro. Matias de Albuquerque, o protagonista, morreria em 1647, reabilitado e

---

385 CURTIUS, Ernst R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: P. University Press, 1952.

nobilitado pelo regime Bragança. Duarte, escolhendo o lado filipino na secessão (ou a isso sendo forçado, pois estava em Madri no 1º de dezembro), amargaria dificuldades financeiras com a perda das rendas da capitania. Seria titulado conde de Pernambuco, em 1640, com renda de quatrocentos réis, e herdaria o marquesado de Basto, de seu sogro Diogo de Castro. Entretanto, em 1642, socorria-o seu filho Jorge de Albuquerque, cedendo-lhe uma tença de que gozava<sup>386</sup>. Alvos, desde os primeiros disparos, de forte campanha culpabilizante por parte dos opositores na Europa, particularmente da facção a gravitar em torno de Olivares e Diogo Soares, inimigos antigos dos Castro e da família donatária, a Duarte e Matias convinha com toda pressa estampar e fazer circular sua versão justificativa de seu comando na resistência.

A historiografia sustenta há um século terem sido as *Memorias*<sup>387</sup>, tão logo publicadas, proibidas. Na *Bibliotheca Brasiliense* (1907), J. C. Rodrigues escrevia que “os Hespanhóes” obstaram a publicação da obra e, após 1654, “supprimiram quantos exemplares achavam”. O autor não indica, porém, as fontes da afirmação. R. B. de Moraes, na *Bibliographia* (1958), repete e cita Rodrigues; e Cabral de Mello, apoiando-se por sua vez em Moraes, conclui ser rara a obra “devido ao embargo [...] pelo governo espanhol”. Qual embargo, não se sabe. Parece prolongar-se aqui um equívoco, espécie de “telefone sem fio” historiográfico<sup>388</sup>.

---

386 MELLO, J. A. Gonsalves de. Prefácio. In: COELHO, *Memórias diárias*, 1982, *Op. cit.*, p. 11.

387 Sobreviveram alguns exemplares da edição de 1654 das *Memorias diarias*, em menor número do que outras obras como o *Lucideno*. Em nossas pesquisas, consultamos três exemplares na BNE (R/2614, R/17545, R/36841) e dois na BNP (RES 1050V e RES 1051V). Consta também um exemplar no catálogo da British Library (cota 000042499, General Reference Collection 1061 c.21), o qual não examinamos.

388 RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca Brasiliana: catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos*. Parte 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907, p. 13. MORAES, *Bibliographia*

Nossas pesquisas em Lisboa, Madri e Simancas não descobriram provas do suposto embargo, o qual, aliás, seria inusitado, após dez anos de debates pela aprovação. A censura espanhola *a posteriori* era, de ordinário, incumbência inquisitorial<sup>389</sup>, cujo consultor licenciara a obra em 1644, sem achar-lhe má-fé. A nota de J. C. Rodrigues merece, ademais, acolhida desconfiada, pois no mesmo trecho diz ele que Coelho “em 1654 escreveu estas *Memorias*”, o que, como atestam as licenças, é falso. Se acaso os adversários dos Albuquerque empreenderam alguma campanha de boicote ou supressão do livro, sobreviveram exemplares em quantidade suficiente para que, lidos desde sua própria centúria, apusessem sua marca sobre a historicização da guerra. Moraes, dessa forma, “compra” de Rodrigues uma duvidosa revelação censória, legando-a a Cabral de Mello, o qual a atribui à coroa – coisa que não parece ter havido.

As *Memorias* se informam nas experiências pessoais de Duarte e Matias, em depoimentos orais de combatentes e numa miríade de “relações diárias” cuja escrita os Albuquerque fomentam desde a queda de Olinda. De alguns desses manuscritos, enviados das estâncias da resistência em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba para Madri, encontram-se cópias no Archivo General de Simancas e na Biblioteca Nacional de España. Conhecem-se também os *Opusculos de la guerra de Pernambuco*, coleção de papéis com notícias da campanha, originais conservados na Biblioteca Nacional de Portugal, oriundos do espólio de Matias.

Imagens, personagens e constructos retóricos das *Memorias* são retraçáveis às relações dos anos 1630. Nesses manuscritos, a sequência diária dos sucessos, detalhadamente registrada, é datada

---

brasiliiana, *Op. cit.*, vol. 1, p. 163. MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, pp.65-66. No prefácio à edição das *Memorias diarias* de 1982, Gonsalves de Mello alude às *Razones* e à tardança da estampa, contudo cala acerca do suposto embargo, tal como RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia*, *Op. cit.*, p. 222.

389 Sobre a censura espanhola, VARELA, *Literatura jurídica*, *Op. cit.*

à margem da narrativa, mesmo formato que Duarte adotará mais tarde nas *Memorias diarias*. Outro exemplo do cuidado compilatório da família donatarial está nas *Noticias sobre el suceso de D. Lope de Hoces en la armada que llevo con socorro a Pernambuco en 1635*, longa exposição dos eventos relativos à frota que traria reforços à terra e um novo comandante, Rojas y Borba, morto em batalha em 1636. No geral, redigidos por diferentes mãos, os *Opusculos* somam mais de duas centenas de páginas. Abrangem predominantemente o biênio 1636-7, embora conste também papel firmado por Matias de Albuquerque em “Lix<sup>a</sup>. a 22 de dez<sup>bro</sup> de 642”. Um dos manuscritos em língua espanhola, iniciado em meados de 1638, se destaca dos demais em extensão e formato, subdividindo-se em dezenas de capítulos, com inúmeras emendas e notas laterais. Rascunho, cabe supor, do que seriam as *Memorias diárias*. Ora, Coelho confessará, mais tarde, embasar-se em “várias relações impressas e manuscritas”<sup>390</sup>. Provavelmente falava destas.

Tal comunicação entre relações de sucessos e relações historiais assegura a sobrevivência de feitos julgados memoráveis. Na passagem, por exemplo, em que os flamengos, já conquistada Olinda, assediam o Forte São Jorge, no Recife (19 de fevereiro de 1630), Matias é retratado por Duarte ao lado dos sitiados “ajudando com suas próprias mãos a pôr sobre os parapeitos umas pesadas vigas”. A representação do general que, qual simples soldado, colabora no socorro, ecoa a *Relaçam verdadeira e breve da tomada da vila de*

---

390 Em AGS, Guerra y Marina, legajo. 1325 guardam-se diversos relatos remetidos por Matias ao Conselho de Estado, em 1631. COELHO, Duarte de Albuquerque. *Noticias sobre el suceso de D. Lope de Hoces en la armada que llevo con socorro a Pernambuco en 1635*. BNE, Fondo Antiguo, mss. 10475 (H.64R-64V.). BNP, *Opusculos de la guerra de Pernambuco*, cota 1555. COELHO, *Memorias diarias*, *Op. cit.*, p. 1. Barbosa Machado informava guardar-se na livraria do marquês de Valença o manuscrito do “Compendio delos Reyes de Portugal”, na verdade o *Compendio de los Reyes de España*, da autoria de Coelho, hoje conservado na BNP, COD. 904.

*Olinda*, publicada em 1630, na qual Matias aparece “enchendo com suas próprias mãos os cartuxos de poluora, & ajudando a bornear as peças”. Semelhantemente, o relato de Duarte do assédio holandês à Paraíba (dezembro de 1631) segue os passos da *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, de frei Paulo do Rosário, impressa em 1632, que heroiciza a ação do capitão-mor Antonio Albuquerque Maranhão<sup>391</sup>. Este grupo de líderes locais terá percebido a relevância de fazer ouvir suas vozes, em Lisboa, sobre o que se passava no Brasil, produzindo textos em parceria e lendo-se mutuamente.

Coelho, nas *Memorias diárias*, proclama não escrever História, mas a memória do que experimentou e recolheu. Recusa avançar o relato para além de 1638, quando retorna à Europa. Parece determinado a compilar o máximo de informações, minudências de listas de nomes, cifras de baixas, curiosidades, obedecendo ao compromisso de computação proposto por Tamaio de Vargas. Se registra casos memoráveis, evita interpretá-los, “fazer juízo”, atribuição, dentro da tópica da *mediocritas mea*, reservada para outros “mais sábios”. Num dos deslocamentos populacionais forçados pelo avanço da WIC, em outubro de 1636, perecem quatrocentos moradores, o mais deles mulheres e crianças, desgraça que o donatário lastima brevemente, antes de explicar que “se lhe coubesse outro mais feliz estilo, não passaria por ela sem mais dilatadas ponderações, e com muita razão”. Noutra passo, subornando Matias de Albuquerque a Antônio Fernandes, primo de Calabar, para assassiná-lo, este desastradamente tropeça com a espada na mão, “caindo sobre a ponta dela”, morto.

Se meu limitado caudal me dera lugar a discorrer, e fazer juízo deste caso, não faltava matéria para isso: porém deixo-o para quem o fará melhor, *porque só desnudamente pretendo dar*

---

391 COELHO, *Memorias diarias*, *Op. cit.*, p. 24. ANÔNIMO, *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda*, *Op. cit.* ROSÁRIO, *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria*, *Op. cit.*

*notícia sucinta do sucedido nesta guerra, em que servi o mais do tempo de que trato*<sup>392</sup>.

Todos estes exemplos, para além de reforçarem o mero lugar-comum do “pouco talento” de quem fala, caracterizam um texto que não propunha ser a palavra final sobre o sucedido, pois não lhe extraía as lições morais e políticas que eram a razão de ser da obra histórica no Seiscentos. Outros o fariam; Coelho lançava a si mesmo a tarefa de relatar, de dizer o não dito, de impedir que os acontecimentos se perdessem.

Tampouco oculta o donatário a luta discursiva em que seu livro se lança. A historiografia aponta a existência de literatura a circular na Espanha, voltada contra a família Albuquerque e a memória de seu pai, Jorge, cujo repertório, além de outras obras e das *Razones por que no se debe imprimir*, incluía alguns manuscritos reunidos numa encadernação de *Sucesos del año de 1630*. Constam nessa obra – parte de um colossal projeto dirigido por D. Jerónimo de Mascareñas, bispo de Segóvia, de compilação de toda a história da cristandade, desde o ano 1 até seu presente – diversos textos relativos à presença holandesa no Brasil, como, por exemplo, a “Relacion de como los olandeses tomaron a Pernambuco el año 1630”, na qual se pinta retrato desastroso do comando de Matias de Albuquerque<sup>393</sup>. Compreende-se bem a polémica e os tipos de argumentos que Coelho procurava rebater no curso das *Memorias*. Recaíam sobre Matias duras acusações pela perda do território ultra-

---

392 COELHO, *Memorias diarias*, *Op. cit.*, pp. 144v, 229v-230 (grifo nosso).

393 MASCAREÑAS, Jeronimo de (ed.). *Sucesos del año 1630*. BNE, Fondo Antiguo, mss/2362. DUTRA, Francis A. *Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos [Separata da rev. *Studia*], 1974, p. 268. A campanha olivariana contra os Albuquerque em MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*. MEGIANI, Ana Paula T. Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. xv-xvii). *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 68, mai-ago 2019.

marino, possivelmente originadas dos partidários de Olivares e de Diogo Soares no Conselho de Portugal e no Conselho de Estado, que resultariam em sua destituição do comando em Pernambuco e prisão, em 1636. Duarte, desde os exórdios, esgrime com os “escritores anti-albuquerqueanos”, como os denomina Dutra, dizendo-se movido a escrever para dissipar os maus juízos que se divulgavam sobre a guerra, da lavra dos que “com malícia, ou ignorância, caluniaram o que ali se trabalhou”<sup>394</sup>.

A narrativa, atendendo a este imperativo de contra-ataque, se converte em hábil justificativa da ação da família a superintender a resistência, para desmoralização dos que a criticavam “desde a comodidade de suas casas” e na demonstração dos azares decorrentes da destituição imprevidente do general. A invasão batava de 1630 é meticulosamente reconstituída, com o fim de explicar que Matias, contando com poucos homens e armas, empreendeu e salvou mais do que se poderia esperar. Daí as demoras nas descrições da largueza da costa, impossível de guarnecer, e na má “quantidade, e qualidade da gente com que o General Matias de Albuquerque deu princípio a uma guerra, que veio a ser de tanta opinião”. Coelho costuma preceder a exposição das derrotas (as quedas de Olinda, Nazaré, da Paraíba, do Cabo de Santo Agostinho e outras) com descrições das misérias da resistência, face às quais o mínimo que se conservasse mereceria louvores. Tal como Menezes em 1625, copia despachos do rei e de Olivares enaltecendo Matias, para contrastá-los com a má-fé dos caluniadores. A coroa era sutilmente acusada de negligenciar a defesa do território ou, quando muito, de remeter socorros de tal forma ridículos em quantidade que mais desanimavam do que alentavam. Duarte também rebate a acusação de que a família donatarial instigara a tática da “guerra lenta”, com a finalidade de preservar o patrimônio ameaçado pela vitória

---

394 COELHO, *Memorias diarias*, *Op. cit.*, “Prologo”.

de uma eventual esquadra restauradora. Reproduz cartas de Matias suplicando o envio da armada, as quais teriam provocado debates estratégicos em Madri, vencendo os apoiadores do prolongamento da resistência pelo despacho de socorros módicos, até que a *wic* se exaurisse financeiramente<sup>395</sup>.

Com as *Memorias diarias*, agora a operação historiante tematiza a ampliação da guerra para as capitanias do norte do Brasil, superando a escassez e fragmentação dos panfletos e manuscritos dos anos 1630. Continham retrato em larga medida inaugural do drama luso-castelhano na América, ameaçada por hereges e protegida por abnegados heróis em meio a carências e agruras. Antes de sair impresso, já o manuscrito repercutiu entre autoridades e letrados ibéricos. Para além das *Razones que no se deve imprimir*, o texto foi também lido pelo polímata Manuel de Faria e Sousa, que pela mesma altura escrevia seu livro de poemas *Fuente de Aganipe*. A “Egloga vi” homenageia Duarte, chamando-o “dignissimo Dinasta,/ Na Lusitania noua” e anunciando que “a pena estays tomando/para deyxar ao Mundo/as Diarias Memorias/ do que obrastes e uistes”. As licenças do *Fuente de Aganipe*, de maio de 1644, antecedem as das *Memorias diárias* em alguns meses. O poema confirma que Duarte finalizara seu relato nos começos daquela década, fazendo-o circular e ler, enquanto não o publicava<sup>396</sup>.

O conde de Pernambuco, um dos *fidalgos* lusos em Madri, é prudente diante da Restauração Portuguesa, evitando o tema do imbróglia dinástico e louvores ao direito filipino, como talvez se pudesse esperar de sua delicada posição de nobre exilado. Ergue, com isso, mais do que uma “obra castelhana”: uma justificação dos Albuquerque defensável em ambas as nações, mediante cautelosa tessitura, estando incerta a sucessão portuguesa e a propriedade

---

395 *Ibidem*, pp. 11-19, 23, 33-33v, 43-44v 82-82v, 130. MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*

396 FARIA E SOUSA, Manuel de. *Fuente de Aganipe o rimas varias*. Parte qvarta. Madri: por Iuan Sanchez, 1644.

da capitania. Seu próprio recorte, encerrando-se em 1638, não só o livra de abordar a ferida sucessória, mas inaugura uma periodização de longa sobrevivência na historiografia do tema, com a “primeira fase” da guerra encerrando-se em 1637-1638, para recomeçar em 1645, após o intervalo da “pax nassoviana”<sup>397</sup>. Consolidava-se o donatário como fonte primordial do que Calado apelidaria a “guerra velha”, da queda de Olinda à fixação dos limites geográficos do Brasil Holandês, com a derrota de Nassau perante as muralhas de Salvador, em maio de 1638.

### O despertar do mito vieirense

Os grupos políticos envolvidos na Insurreição Pernambucana, em 1645, naturalmente não teriam suas ambições contempladas no livro de Coelho, o qual, aliás, dificilmente terão lido, dados os boicotes que retardaram a impressão, em Madri. Ainda que as *Memorias diarias* enaltecessem personagens como Filipe Camarão, Henrique Dias e outros capitães, os próceres da rebelião de 13 de junho seguiam em grande medida ignotos para o mundo europeu. Pior: papéis redigidos na capitania e endereçados às autoridades na Bahia denunciavam extorsões, assassinatos e estupros cometidos pelos “governadores da guerra”, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, e por outros de sua parcialidade, como Henrique Dias.

Preservaram-se duas cartas anônimas escritas em Pernambuco, provavelmente em 1646, dirigidas ao governador geral Antonio Teles da Silva e examinadas no Conselho Ultramarino, listando supostos crimes cometidos por Vieira e sua facção, e denunciando as origens humildes do chefe insurrecional, dando-o como filho de uma prostituta (a “Bemfeitinha”) e de um ladrão degredado. Da

---

397 MELLO, *Olinda restaurada*, *Op. cit.*, p. 13. O marco final da “guerra velha” é, tradicionalmente, ora a retirada do exército para a Bahia (1637), ora a defesa de Salvador contra o sítio neerlandês (1638).

lavra dos adversários locais de Vieira, como supôs Salvador Correia de Sá ao debater o caso no Ultramarino, em fevereiro de 1647, terão ajudado a incutir a urgência do contra-ataque discursivo<sup>398</sup>. Não poucos senhores de engenho opunham-se, ou à revolta, ou aos que lhe assumiram a liderança, de modo que a elite local se achou fraturada em meio à luta.

Perante uma coroa em busca de legitimidade e uma guerra territorial indefinida, propiciava-se a chance de dar-se a ver e avançar sobre os espaços de poder abertos. Convinha veicular versão heroica da Insurreição e de seus chefes – primeiro que os inimigos o fizessem ou a oportunidade evanescesse. É do entremeio desse campo de forças que emerge o *Valeroso Lucideno*, do frade “paulista” Manuel Calado, publicado em Lisboa, em 1648, pelos Craesbeek<sup>399</sup>. A leitura da obra desmente a ideia de que se resumisse a mero “panegírico vieirense”, como a historiografia amiúde a qualificou, consistindo possivelmente em trabalho reajustado em pleno curso, para satisfazer às demandas políticas da facção à frente da revolta.

Há boas razões para crer que Fernandes Vieira, alvejado por acusações e dependente do socorro de Lisboa, contatou Calado (que já andaria compondo sua narrativa), para não só dar a máxima publicidade ao livro, mas ainda decalcar do madeirense uma imagem idealizada, polemizando com seus detratores. Numa conversa com Nassau, reproduzida no *Lucideno*, o frade descobre que fora denunciado no Recife holandês, pois “andava notando o que aqui fazíamos” e dando avisos à Bahia. A saia-justa punha-o em perigo, tornava conveniente a escrita de um livro autocongratatório e o empurrava para os braços da Insurreição. Ademais, Vieira só se

---

398 “Carta do capelão ao governador geral”, AHU, ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333. Os papéis foram publicados por Alberto Lamego, RIHGB, t. XXV, parte II, 1913.

399 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.* “Paulista”, isto é, membro da ordem de São Paulo, “primeiro ermitão”, na Congregação dos Eremitas de Serra d’Ossa, no município de Redondo, distrito de Évora.

torna personagem do *Lucideno* já bem avançado o relato, e aliás por meio de desconjuntadas interpolações ao texto original, como o subtítulo “declaramse algvmas covsas concernentes a este assumpto da liberdade de Pernambuco”, além de outras, nas quais o madeirense é elogiado e seus inimigos pintados com más tintas. Assim, diferentemente de encomendas posteriores, como a *Historia da guerra de Pernambuco* ou o *Catrioto Lusitano*, o *Lucideno* seria obra cooptada, no curso de sua escrita, pela facção vieirense, de modo a veicular sua versão dos fatos, acaso em troca da garantia de impressão na melhor tipografia do reino, sem que Calado abdicasse da posição de co-protagonista<sup>400</sup>.

Em torno do *Valeroso Lucideno* perdura um longo mistério, no tocante a sua censura e inclusão no *Index Librorum Prohibitorum*, por decreto de 24 de novembro de 1655, sob a expressão: *donec corrigatur* (“até ser corrigido”). A interdição tem sido objeto de especulação secular. Varnhagen, Gonsalves de Mello e Cabral de Mello julgaram-na derivada de “injúria a algum religioso”, como o vigário geral Gaspar Ferreira, fustigado no texto como “clérigo idiota”, ou o bispo D. Pedro da Silva, também afrontado. Mas jamais vieram à tona provas<sup>401</sup>.

Consultas ao Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, em Roma, permitiram-nos desvendar o enigma. Um dos portugueses ofendidos pelo mau retrato pintado na obra, Gaspar Dias Ferreira, ingressou em Roma – em data não registrada, mas anterior a fevereiro de 1655 – com petição de embargo do livro. Declarando-se cavaleiro da Ordem de Cristo, Ferreira arrola “maladizense” impressas no *Lucideno* contra si, o conde de Bagnuolo, o bispo D. Pedro e outros: “hebreo”, “ruffiano”, “simoniaco”, “lascivo”,

---

400 *Ibidem*, pp. 55, 61, 125.

401 VARNHAGEN, *História ds lutas*, *Op. cit.*, “introdução”. MELLO, *Frei Manuel Calado*, *Op. cit.*, p. 23. MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, pp. 65-66. MARTINS, *A censura literária em Portugal*, *Op. cit.*, p. 807 declara desconhecer os motivos da proibição.

“traditore”. E acrescenta a denúncia que selaria o destino da obra: “Por conter, à folha 49, um Breve”

Suspeito de falsidade, por não achar-se em meio aos registros da Secretaria, conforme o atestado de seus oficiais, os quais asseveraram ser alheio a todo o estilo da mesma, pelo qual veio agora esse dito escritor usurpar a jurisdição episcopal, acerca da administração dos sacramentos, absolvição de casos reservados e dispensa sobre impedimentos de matrimônio<sup>402</sup>.

Gaspar Dias Ferreira foi inimigo ferrenho de Vieira e sua facção em Pernambuco, o que o motivara a deixar a terra com Nassau, em 1644. Dos Países Baixos, colaboraria nas discussões acerca da entrega e venda do Nordeste, sendo mais tarde também premiado com o foro de fidalgo cavaleiro. As acusações, como supunha Mello, envolvem desaforos dirigidos a figuras eclesiásticas, mas foi o inventado “Breve papal” *Dileto filio fratri*, transcrito à p. 49 do *Lucideno*, que espantou os inquisidores. Nele, o papa Urbano VIII, em junho de 1641, teria emitido licença para Calado permanecer no Brasil por seis anos. O texto foi traduzido do latim por Fernandes Gama no século XIX e apreciado por Gonsalves de Mello, que o copia em sua biografia do frade; ambos, ao lado de outros historiadores, o supuseram legítimo. Ferreira, contudo, denunciara-o à Inquisição como

---

402 “Alla Sacra Congregatione de Indice, per parte di Gasparo Diaz Ferreyra, nobile Portoghese”. Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, Index Protocoli II (32), Vaticano, pp. 423-436v. No original: “In esso á fol.49 [...] un Breve Aptico sospetto di falsità por no trovarsene rincentro nelli Registri della Secretaria, conforme all’ attestationi di suoi officiali li quali asseverano esser fuer di tutto il stilo della medema, per il quale viene adess esse detto compositore usurpato la giurisdit.<sup>ne</sup> episcopale circa l’amministrat<sup>ne</sup> de sacram<sup>ti</sup>, assoluzione da casi riservati, et dispense sopra l’impedim<sup>ti</sup> de matrimonii”. A petição de Ferreira, os votos de censura e o decreto de condenação inquisitorial, com outros papéis estão conservados. Agradeço a colaboração da historiadora Camila Correa, do Rio de Janeiro, na coleta das informações. MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit.*, p. 41, nota 25. AROUCHA, *Serviço e nobilitação, Op. cit.*, 67, 136. MENEZES, *Portugal Restaurado, Op. cit.*, vol 1., p. 641.

fraudulento, da lavra de “um hebreu denominado Machabeo”. Os romanos, intrigados, não localizam o papel em seus arquivos: “feita diligência no Registro Apostólico”, atesta um inquisidor, “não se encontra o D.º Breve”. Mesmo após segunda varredura, “nada descobri de tal minuta”, declara o secretário Petrus Albertorius, após inspeção no catálogo dos decretos da Congregação, em setembro de 1655. Pelo que se decreta a proscrição do *Lucideno* e sua inclusão no *Index*, homologada em novembro seguinte<sup>403</sup>.

A revelação permite apontar a clandestinidade da “edição” de 1668, posta em circulação pelo editor Domingos Carneiro. Borba de Moraes e Payan Martins já advertiram que Carneiro apenas apusera à estampa original de Paulo Craesbeeck novo frontispício e licenças, não existindo, a rigor, “segunda edição” naquela data. Entre as licenças, um suspeitíssimo “decreto” emitido pela Sagrada Congregação *Ad Indicem Librorum*, de 28 de março de 1667, mediante o qual “levantamos, & havemos por levantada a prohibiçam que o ditto livro atègora teve, & mandamos que possa correr livremente”. Todavia, a obra “autorizada” permanecerá inscrita no *Index* romano até o século XIX. Não consta no Archivio della Congregazione romano a dita liberação. Tal decreto, é verossímil concluir, constituiu engenhosa falcatura, ou da parte do impressor Carneiro (o qual, anos depois, teria problemas com a Inquisição, por causa de outras irregularidades), ou de outrem que se valeu de seu nome para vender exemplares sobressalentes de 1648. Martins diz que a prática era comum e discute o universo das contrafacções e do mercado clandestino de livros em Portugal, apontando que livreiros, de ordinário, oscilavam entre os campos da legalidade e da ilegalidade, ao sabor das circunstâncias<sup>404</sup>.

---

403 “Alla Sacra Congregatione de Indice”, Doc. Cit., p. 426.

404 CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade*. Primeira parte. Lisboa: na oficina de Domingos Carneiro, 1668. MARTINS, *Livros clandestinos*, Op. cit. MARTINS, *A censura literária*, Op. cit., pp. 613-615, 807-808. Araújo denomina

Resta esclarecer, em todo caso, por que motivos a Inquisição jamais agiu contra a circulação da obra proibida, sendo o *Lucideno* lido e comentado em Portugal como se legal fosse, citado à larga nos séculos XVII e XVIII. Sobreviveram dele diversos exemplares, em cidades ibéricas e no Brasil<sup>405</sup>. Um dos exemplares da Biblioteca Nacional de Portugal traz registrado que pertencia ao “conv<sup>to</sup> de N. Sra. dos Remedios dos carm<sup>tas</sup> Descalcos de Lix<sup>a</sup>”, situação compreensível pela permissão que não raro detinham as bibliotecas conventuais de manter livros proscritos. Na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, há exemplar com a cota 2-XXIII-12-19 e a indicação de proibido “até se corrigir, por Decreto de 24 de Nov.<sup>o</sup> de 1655”. Outros conventos o possuíram e o inventário de D. Pedro II arrolava um “Valerozo Lucideno”, encadernado em pergaminho<sup>406</sup>. Na licença do Ordinário para a *Historia da America Portuguesa*, de Rocha Pitta, o acadêmico Joseph Barbosa alude, em 1727, aos “livros [em que] se achão poucas memorias da America”, entre os quais

---

“emissão” casos como o *Lucideno* de 1668. ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 272. MORAES, *Bibliographia brasiliana, Op. cit.*, pp. 123-124 anota que o *Lucideno* constava no *Index* no século XIX. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia, Op. cit.*, pp. 277-278, afirma que a emissão de 1668 é “superior” à de 1648, por corrigir equívocos de paginação. O cotejamento dos tomos de 1648 e 1668, porém, atesta serem idênticos, salvo pelas páginas iniciais, com a exclusão dos poemas que abriam a edição dos Craesbeeck.

405 A BNE possui dois exemplares de 1668 (R/19802 e BU/3655); a BMP, um exemplar de 1648 (RES-XVII-B-223) e um de 1668 (Y1-3-11); a BNP, dois de 1648 (RES434V e RES1313V) e um de 1668 (RES 1249V); a BNRJ, um de 1648 (086,010,002); a BCJ da UFPE, dois de 1668 (com a mesma cota: SA-014). A Biblioteca da Universidade de Coimbra não foi visitada, porém consta em seu catálogo a existência de três exemplares de 1648.

406 CAMPOS, Fernanda M. A. da Silva Guedes de. *Bibliotecas de história: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese (doutorado em História), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003, vol. 1, t. 11, p. 676. RAU & NUNES, *Inventário post mortem, Op. cit.*, p. 65. Agradeço a informação sobre o exemplar de Mafra ao prof. Tiago C. P. Reis Miranda, da Universidade de Évora.

“temos o valeroso Lucideno de Fr. Manoel Callado”. A lista poderia facilmente continuar. É estranho. Esbarra aqui o pesquisador, decerto, nos óbices próprios ao estudo da clandestinidade editorial, de que fala Martins<sup>407</sup>.

Denominado de “tratado” pelo autor, o *Lucideno* é texto peculiar não apenas no conjunto das relações históricas do período 1625-1660, mas ainda em comparação com as demais narrativas da Guerra Holandesa e até, pode-se dizer, da historiografia do Seiscentos. Cumpre, é certo, a clara tarefa de narrar o conflito num cenário de escassez discursiva: lista nomes de combatentes mortos e feridos, transcreve cartas, manifestos e mesmo outras relações manuscritas, registrando o máximo de informações. Calado, tal como D. Manuel de Menezes e Albuquerque Coelho, translada documentos como tática discursiva. A eleição do madeirense como “governador da liberdade”, contestada nos papéis antievieirenses, que o acusam de coagir os demais a aclamá-lo, é relatada por meio do próprio “manifesto” dos moradores. O frade também anexa relação manuscrita do capitão Lopo Curado, narrando atrocidades neerlandesas no Rio Grande. O *Lucideno*, pois, não obstante o caráter inaugural de muitas de suas formulações narrativas e as fontes orais de que se nutre, apoia-se também em textualizações preexistente, mobilizando-as consoante seus propósitos<sup>408</sup>. Episódios como a Batalha das Tabocas, a Batalha de Casa Forte e o massacre

---

407 ROCHA PITTA, *Historia da America Portuguesa, Op. cit.*, “Licença do Ordinário” (não paginada). MARTINS, *Livros clandestinos, Op. cit.*, p. 14. A título de exemplo, o catálogo da biblioteca dos agostinianos de Lisboa, organizado entre 1756 e 1759, traz a entrada “Manoel Calado Paulista”, autor do “Triunfo da Liberdade de Pernambuco intitulado Valerozo Lucideno”. BNP, Biblioteca Augustiniana Conventus Ulyssiponensis Dominae Nostrae de Gratia, COD. 7460. Já o catálogo do Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra lista o *Lucideno* em uma seção de “Livros prohibidos que estavaõ fechados de baixo de chave em lugar separado na mesma livraria”. ANTT, MNEJ, maço 62, cx. 50.

408 CALADO, *Lucideno, Op. cit.*, pp. 139, 277-280,

de Cunhaú são inauguralmente publicados por Calado. Alguns personagens já retratados em Coelho, nas relações dos anos 1630 e nos poucos escritos dos anos 1640, ao lado de outros desconhecidos, ganham em suas linhas representações vívidas, povoando-se o panteão histórico de nova leva de heróis.

As ambições de Calado e dos mais envolvidos na produção do texto, todavia, conduzem a escrita por veredas peculiares. Prometendo alentar os soldados na campanha e immortalizar “peitos honrosos”, o frade não só explicita seus desígnios políticos (ou parte deles), mas ainda adota a tradição da história como ramo da retórica. Afastando-se das formulações embasadas em fontes, como as de Guerreiro, Calado elabora um enredo no qual o recurso de prova reside sobretudo na *enargeia*, na vivacidade com que o texto “transporta” o leitor de volta para a cena contada<sup>409</sup>. Ambiciona brindar o leitor com uma aventura de guerreiros, vilões, tragédias e lances espetaculares. Mais que provar, fundamentar ou demonstrar – preceitos crescentemente valorizados na historiografia moderna pelos que, à guisa de Lipsius, se modelavam por Tácito<sup>410</sup> – o *Lucideno* quer cativar e seduzir. O “triumpho da Liberdade” seria fruto de soldados impolutos e do favor divino a abençoar Portugal restaurado. “Quero escrevelo”, verseja Calado, “de modo/ que sò de o ler se admire o mundo todo”<sup>411</sup>. O discurso restauracionista é transferido para o livro, inclusive em suas vertentes místicas e messiânicas, num esforço de associação entre a ruptura política lisboeta e a pernambucana, consequência esta daquela, ambas aprovadas pelo céu. Os objetivos publicísticos inundam o livro de episódios tocados pelo maravilhoso, em linguagem inflamada, em vista do *movere* e do *delectare*.

---

409 GINZBURG, *O fio e os rastros*, *Op. cit.*

410 SOLL, *Empirical history*, *Op. cit.*

411 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 73, 90-106, 148.

Prolifera nele a reconstrução tucidideana de discursos, já então caindo em desuso em Portugal, contestada nos círculos eruditos europeus. Prosa e verso alternam-se, cantando-se os sucessos “para mais aliuiuo, & entretenimêto dos leitores”, de vez que, com o artifício, “serà a leitura mais gostosa”. Por outro lado, se abraça a tradição retórica, Calado rejeita a recomendação de João de Barros, de que apenas o que engrandecesse caberia nas páginas históricas. Não há historiador desta guerra mais venenoso que o frade paulista. Antagonistas como Gaspar Dias Ferreira, Sebastião de Carvalho e o conde de Bagnuolo amargam decalques novelescos e monstruosos. Calado, o partido vieirense e Craesbeeck estampam, ao cabo, um livro inclassificável, *sui generis*: relação historial e poema épico a convidar legibilidades várias; respeitável *in folio* a historiar uma guerra aventureira, sangrenta e providencial. Torgal atribui o providencialismo da Restauração Portuguesa aos jesuítas, destinado ao consumo interno e à mobilização da população, em contraste com os arrazoados jurídicos, voltados à persuasão das coroas e da elite europeias. O *Lucideno*, muito embora alegue “não julgar jamais por conjecturas”, inscrevendo somente o recolhido por depoimentos confiáveis e testemunhado pelo autor, parece pouco inspirar-se no tacitismo já então introduzido na Península, apreciado por autores como Tamaio de Vargas e Severim de Faria. Descrevendo a batalha naval de 1631, Calado põe na boca do general Adrian Pater, à beira da morte, a frase: “muy gran soldado es Don Antonio de Oquendo!”, curiosamente em castelhano. Louvor, como vimos, ausente nos textos dos anos 1630 e nas *Memorias diarias*. A narração inaugural que faz das vitórias das Tabocas e de Casa Forte, entre julho e agosto de 1645, atesta a presença da Virgem e de Santo Antão nas fileiras lusas, multiplicando a pólvora e ricocheteando as balas flamengas<sup>412</sup>.

---

412 *Idem*, pp. 13, 205, 222, 225, 252-254, 277-280, 331, 337. TORGAL, *Ideologia política*, *Op. cit.*, p. 237.

Calado delimita seu tempo e sua geografia: a “liberdade divina”, em Pernambuco, isto é, a insurreição de 1645. Não se compromete a contar todo o conflito; sequer menciona a luta na Bahia, em 1625, e dá parcas notícias dos sucessos em Angola e no Maranhão. A “guerra velha”, dos anos 1630, é contada sem delongas, exceto para sobrelevar as próprias bravuras do autor, elogiando-se no papel de sacerdote-soldado. O coração da trama é a rebelião antinflamenga, pela qual pode exaltar os aliados do partido vieirense, anotando feitos e sacrifícios. Antonio Dias Cardoso, Filipe Camarão, Vidal de Negreiros são cantados com acordes efusivos.

Henrique Dias, a quem Calado “elogia” com uma expressão que manifesta o espírito da época (e que outros autores repetirão, com variações): “negro na cor, porém branco nas obras, & no esforço”, tem a mão esquerda baleada e, “por não se deter muito à cura”, ordena ao cirurgião que a ampute, comemorando que “ainda lhe ficava a direita para se vingar”. O episódio é também contado, mas laconicamente, nas *Memorias diárias*: “a Henrique Dias um mosquetaço perfurou a mão, no braço esquerdo, de que lhe cortaram a metade”<sup>413</sup>. O contraste nas representações desvela as ambições de Calado, comprometido com a sublimação dos personagens de sua parcialidade, pelos atos guerreiros, pelos sacrifícios suportados e sangue derramado, imagens bastante valorizadas então. O caso de Dias trazia um desafio ímpar para um autor seiscentista, dado o preconceito racial já então disseminado na cultura europeia. Como explica Marcocci, muito embora as motivações iniciais para a escravização de africanos fossem religiosas e cruzadísticas, cedo a inferiorização ligada à cor da pele se generalizou. Não é por acaso que, mesmo em uma peça excepcional como *Otelo, o mouro de Veneza* (1604), na qual o herói é um mouro negro, Shakespeare lhe ponha nos lábios os seguintes versos:

---

413 COELHO, *Memorias diarias*, *Op. cit.*, p. 242.

Pelo mundo!  
Eu penso que minha esposa é honesta e que não é.  
Eu penso que tu és justo e que não és.  
Eu terei alguma prova! O nome dela, que era tão fresco  
Quanto o semblante de Diana, *está agora tão sujo e preto*  
*Quanto o meu próprio rosto*<sup>414</sup>.

Desdêmona, sobre quem pairava a suspeita de adultério, perdia os traços de retidão e brancura, exibindo agora um rosto negro, isto é, feio. O *Lucideno*, ao exaltar o alforriado Dias “como se fosse um homem branco” – dizendo, por exemplo, que “em fim deitado de parte o ter os couros pretos, a muitos brancos tem levado mui assinaladas vêtagens<sup>415</sup>” – recorria a imagens e tópicos em voga na Península Ibérica e para além dos Pireneus.

Calado, gesto raro, retrata-se a escrever em meio aos combates, suspendendo a pena para socorrer feridos, quase como um correspondente de guerra *avant la lettre*:

O segundo era o Capitão Ascenso da Sylua, acostumado a ser o primeiro nas ocasiões de acometer aos Olandeses, o qual muitas vezes os fez perder terra, & retiraremse, ainda que algũas vezes sahio ferido [...] & *nesta hora em que estou escreuendo este capitulo me chegou elle à porta ferido com duas ballas*, huma em um braço, & outra no peito esquerdo, de hũ encontro que tiuemos com com Olanses, querendolhe escalar hũa fortaleza<sup>416</sup>.

---

414 SHAKESPEARE, William. *Othello, the moor of Venice*. Cambridge: Ed. Sparknotes, 2018, ato 3, cena 3, versos 395-398, p. 17. No original: “By the world,/I think my wife be honest and think she is not./I think that thou art just and think thou art not./I’ll have some proof. Her name, that was as fresh/ As Dian’s visage, is now *begrimed and black/ As mine own face*. Grifo nosso. MARCOCCI, *A consciência de um império*, *Op. cit.*, p. 55.

415 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, p. 167.

416 *Ibidem*, p. 43, 59.

Se algumas características permitem inscrever o *Lucideno* entre as relações históricas da Guerra Holandesa, cumpre admitir que se trata de um livro ímpar, desafiador do cânone e das praxes de seu tempo. E isto é mais importante do que qualquer esquema classificatório. Sobreviveu ao tempo por causa dessas ousadas singularidades, do ineditismo do que disse e da força e graça com que o disse. Calado é um fundador de mitos e de soluções narrativas, autor de um livro grávido de outros livros, que em breve se paririam. E excêntrico. Cabral de Mello comenta as idiossincrasias da obra: “*mélange de genres*” de “natureza memorialística [...] acoplada à *petite histoire*”, nua do que então se entendia por “garbo retórico” (muito embora este não lhe falte, porém em chave própria) e apartada do gosto seiscentista, “ligando-se à tradição já esquecida da crônica de Fernão Lopes submergida pela invasão de modelos calcados na historiografia clássica”. O largo espaço reservado à poesia, geralmente decassílabos que recontam os mesmos episódios antes expostos em prosa, explicita suas velhas raízes, do tempo em que o texto histórico era composto, não para ser lido, mas ouvido<sup>417</sup>.

Entre os beneficiários de sua originalidade, ficam os mais pingues lucros com João Fernandes Vieira, o “Valeroso Lucideno” em pessoa. Tomando como exemplo os papéis produzidos pelos adversários do madeirense após a Insurreição, como a carta do “Capelão” e a “Relação verdadeyra” debatidas no Conselho Ultramarino, em 1647<sup>418</sup>, ia surgindo a imagem de um tirano odioso, filho de prostituta e ladrão, perito em toda sorte de vilezas. Calado, contra-atacando no enredo cada um dos tópicos maledicentes a Vieira, reverte o *tour de force* discursivo. Silencia os opositores, ressoando no mundo luso

---

417 MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, p. 76. SMALLEY, *Historians in the Middle Ages*, *Op. cit.*, p. 12. No entanto, se sua alternância prosimétrica (prosa e verso) é uma herança medieval, Calado historia amparado no saber retórico tradicional e, em particular, na erudição teológica em que era graduado.

418 AHU, ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333

e legando para a historiografia póstera a figura de um cavaleiro magnânimo, soldado perfeito e líder inigualável:

Sua capacidade, & fundamento  
A sublimes empresas o inclinava,  
No coração sentia um mouimento,  
Que a mais, que a gostos vis o encaminhava;  
La mais trouxe rasteiro o pensamento  
E de o manifestar não se presava,  
Para tratar buscaua os generosos,  
De nome, fama, & honra cobiçosos<sup>419</sup>.

Suas origens não são humildes (o que então equivalia a vergonhosas), senão nobres. Sua riqueza, lícita e abençoada. Ascendera como negociante de grosso trato, dono de “muitas fazendas” e “logeas”, não como simples tendeiro e mecânico, o que se sublinha para afastar Vieira das máculas associadas a quem trabalhava com as mãos. Calado caminha nas pontas dos pés sobre campo minado, ao lidar com o desafio de enaltecer figura que ascendera da pobreza, para não dizer da miséria, à posse de engenhos e dinheiro, mobilidade vista com desconfiança ou desprezo no século XVII ibérico. No caso de Vieira, particularmente problemática, pois ainda por cima enriquecera como colaborador dos holandeses. O frade procura reverter cada um desses elementos desfavoráveis, promovendo-os a galardões do madeirense.

Com este credito, & boa opinião, & cõ sua honrada correspondencia com todos, veio a ter tanta entrada com os Flamengos, que lhe erão mui afeiçoados, & estimauão sobre modo; começou a comprar muitas fazendas de toda sorte, assi secas, como molhadas, & poz suas logeas de mercancia [...]. E como era mui facil em fiar de todos, & vendia por preço mais acomodado que os outros mercadores [...], todos acudiaõ as suas logeas,

---

419 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, p. 158.

& deulhe Deus taõ boa maõ direita, & tanta ganancia [isto é, lucro], que em breue se fez senhor de muitos mil cruzados<sup>420</sup>.

Ressignificação discursiva que reverencia outros personagens atacados nas relações adversárias, como Vidal de Negreiros e Henrique Dias, e introduz na historicização da guerra personagens como Nicolau Aranha, Ascenso da Sylva, Antonio Dias Cardoso e outros. Muitos deles, não por acaso, logo agraciados com mercês régias. Seriam consideráveis as vantagens de figurar em um livro sobre a guerra como o *Lucideno*, publicado em fólio pelo impresor régio, ademais apadrinhado por senhores poderosos, dispostos a gastar para fazer-se ouvir na corte. Coincidência ou não, a maioria das tenças, hábitos e mercês concedidas a capitães como Aranha, Silva e Cardoso, conservadas na Torre do Tombo, são de 1648 ou depois, o que permite especular que a visibilização a eles propiciada pelo *Lucideno* terá agilizado o deferimento<sup>421</sup>.

Para os inimigos da facção a patrocinar a obra ou de desafetos pessoais do autor ocorria o contrário: o azar de ser mencionado poderia resultar em nódoa irremediável da reputação. Senhores de engenho descontentes ou reticentes com a liderança de Vieira como Antonio Cavalcanti, Antonio de Oliveira e Sebastião de Carvalho são chamados de “portugueses apenas no nome”, acusados de traição, sabotagem e espionagem em favor da wic. Recebem retratos malsãos que corroboram as denúncias contidas na carta do “Capelão” e de que, ao

---

420 *Ibidem*, p. 58. A distinção simbólica entre o pequeno e o grande comerciante, em torno de questões da “mácula” de “defeito mecânico”, em OLIVAL, *As ordens militares*, *Op. cit.* OLIVAL, M. Fernanda de. Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n. 4, 2002.

421 CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 261, 268, 301. Remunerações da Guerra Holandesa estudadas em KRAUSE, *Em busca da honra*, *Op. cit.* O estudo do caso de Henrique Dias, bem como os documentos transcritos em FRAZÃO DE VASCONCELOS, *Henrique Dias*, *Op. cit.*, permitem ver as similitudes entre a narrativa de Calado e a redação dos atos do peticionário, ao requerer mercês.

menos no caso de Cavalcanti, seus descendentes ainda se ressentirão um século mais tarde, como observa Borges da Fonseca<sup>422</sup>.

Gaspar Dias Ferreira, Vincenzo di Sanfeliche, conde de Bagnuolo, o bispo D. Pedro da Silva e muitos pró-homens de Pernambuco são também espezinhadados na *chronique scandaleuse* caladiana, assumindo funções arquetípicas anti-heroicas como não se vê nas demais narrativas. O caráter local das intrigas políticas retratadas em Calado, sem difamar cortesãos de proa, permite que o texto transponha incólume o escrutínio censório, ao contrário das *Memorias diarias* e, antes, da *Recuperação* de Menezes, textos que, não obstante menos cáusticos e irreverentes, desfeiteavam reinóis poderosos e por isso experimentaram tantos apuros.

A publicação do *Lucideno*, cujo relato se encerra em 1646, sem dúvida produzia uma representação singular da Guerra Holandesa, em episódios, personagens e inventividade. Calado, regressando a Portugal depois de mais de duas décadas no Brasil, tem seu manuscrito bem acolhido na corte e, provavelmente com o patrocínio de Fernandes Vieira e de seus aliados em Lisboa, estampa-o na maior casa impressora do reino, dedicando o in-fólio ao príncipe D. Teodósio. Terá sido neste momento que um exemplar manuscrito, encadernado em couro, foi oferecido ao rei, o qual ainda adornava a biblioteca real no tempo de D. Pedro II. O processo historiante invoca, assim, a legitimidade do discurso restauracionista – como, nos anos 1620, invocara o apoio do olivarismo, pelas penas de Tamaio de Vargas e Narbona y Zuñiga – de modo a ampliar sua própria veiculação. Inteligente estratégia, que favorece a visibilidade e generosas recompensas aos envolvidos e retratados. Negreiros, Henrique Dias, diversos capitães e outros apoiadores de Fernandes Vieira, além dele próprio, seriam agraciados nos anos

---

422 BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia Pernambucana*, *Op. cit.*, vol. II, p. 207 afirmava que o *Lucideno* manchava muitas reputações em Pernambuco. CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 171, 177.

seguintes, com tenças, comendas, hábitos das ordens militares e postos no oficialato superior. Como “primeiro aclamador da liberdade divina”, Vieira faz rogos ambiciosos, que incluíam os títulos de marquês da serra de Copaova e de conde, os cargos de conselheiro do rei e de governador de Pernambuco. Querendo dar o passo maior do que a perna, frustrou-se ante as negativas do rei, embora, em contrapartida, obtivesse ganhos nada modestos, como tenças, hábitos militares e o cargo de governador de Angola. Calado não sairia de mãos abanando: a partir de 1650, obtém tença de 70 mil reis e um hábito de Santiago<sup>423</sup>.

### Angola: manifestos de uma luta esquecida

A guerra, entretanto, persistia: Angola, há anos palco de confrontos, logo se veria recuperada para Portugal. A Bahia tornaria a ser alvo dos flamengos e as batalhas dos Guararapes (1648 e 1649), junto à capitulação de 1654, ficavam excluídos do *Lucideno*, cuja “segunda parte” jamais veio a lume. Calado falece em 1654. Tendo seu livro cumprido a missão representacional requerida pela chefia da campanha, o cessar-fogo em Pernambuco não é de imediato seguido de novas publicações. Algumas relações de sucessos, como antes vimos, anunciam as vitórias dos Guararapes, as viagens da armada da Companhia de Comércio e a rendição de Recife. A construção de narrativa completa da guerra, todavia, deixa de ser urgência para os da terra, beneficiados com a fama angariada através de Calado. Por ora. A proibição do *Lucideno*, em 1655, e a emergência de problemas oriundos dos novos contextos pós-joaninos, num futuro não tão distante, reativariam as engrenagens do processo historiante.

---

423 MELLO, *Manuel Calado, Op. cit.* MELLO, *Fernandes Vieira, Op. cit.*, p. 310 lista pedidos de Vieira de 1649. ANTT, Reg. Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, lv. 12, fl. 157v-158; lv. 17, f. 318; lv. 24, fl. 83v-84

Ainda em fins dos anos 1640, do outro lado do oceano, o também soldado Luis Fellis Crus, participe do conflito lusoneerlandês em Angola (1641-1648), já em 1649 tinha concluído seu *Manifesto das ostillidades*. Dedicava o opúsculo, em Luanda, a D. Catharina de Vellasco, consorte do restaurador da praça, Salvador Correia de Sá e Benavides. Bajulando-o com o patético trocadilho de que era “Correa, de que pende a chave dos grandes interesses dos Reinos da Ethiopia”, Crus delineia um relato-encômio de seu patrono, pintado como compassivo, obediente ainda que ousado, afiado instrumento da justiça divina e flagelo dos hereges<sup>424</sup>.

Tal como Calado, Crus defrontava-se com o desafio de dizer acontecimentos em grande parte inéditos para o público europeu, como era a luta holandesa na África, ainda nos anos 1650. A raridade das narrativas conhecidos da guerra naquela quadra, numa e noutra costa atlântica, naturalmente interfere na escrita dos relatos históricos. Quando Guerreiro ou Coelho escreveram, a prévia existência de manuscritos e impressos lhes pautara o trabalho, demarcara a arena discursiva onde virão polemizar, imitar ou retificar. Crus e Calado, por suas vezes, em boa medida trabalham sobre matéria inédita: no caso do primeiro, até 1648 foram raríssimos os impressos sobre a Insurreição Pernambucana em Portugal e, no de Crus, virtualmente inexistentes aqueles sobre Angola. Rodrigues lista panfletos neerlandeses e umas poucas cartas para o período, publicadas quase todas no século XIX. Assim como o período 1631-1638, há indiscutível baque na produção de narrativas da Guerra Holandesa até 1648, e mesmo depois as impressões serão magras. Nenhum outro episódio da luta seria tão copiosamente alardeado como a vitória de 1625<sup>425</sup>.

---

424 CRUS, *Manifesto das ostillidades*, *Op. cit.*, “dedicatória”, fl. 2 não paginada. A data da dedicatória, junho de 1649, indica um texto redigido pouco após a restauração de Angola (agosto de 1648).

425 RODRIGUES, *Historia e historiografia*, *Op. cit.*

Desinteressando-lhes o formato das relações de sucessos – o qual lhes permitiria, por exemplo, enfocar pontualmente a narrativa da rebelião em Pernambuco ou da restauração de Luanda – Calado e Crus elaboram relações históricas testemunhais, híbridos que a um tempo noticiam o novo e revisitam diversos anos de luta, de heroísmos e intervenções sobrenaturais. Numa Europa crescentemente submetida ao escrutínio da imprensa, cujos panfletos assumem a tarefa de textualizar a irrupção dos eventos, o *Lucideno* e o *Manifesto* relatam e historiam, funções as quais a cultura historiográfica de Seiscentos, já desde algum tempo, tendia a especializar. No entanto, evitando os elementos “excêntricos” de Calado, como o emprego de versos ou de linguagem de baixo calão, Crus adota receituário mais tradicional, comprometido com a tarefa de noticiar o ignoto em linguagem direta, à guisa da *Recuperação* de Menezes. Outro aspecto em que se diferencia do *Lucideno* é o formato: o *Manifesto* não sai em fólio encadernado, mas em edição menos requintada, opúsculo in-quarto, ao que tudo indica sem capa, muito embora também da Oficina Craesbeeckiana.

Em Luanda, Fellis Crus e Salvador Correia resolveram contar não a mera recaptura da praça africana, mas um enredo mais amplo, inserindo combates em Quicombo e Massangano e as “traições” dos sobas no painel de uma guerra de Portugal contra os inimigos da fé. O quadro permitiria representar o restaurador de Angola não apenas em suas virtudes marciais, mas ainda como instrumento da redenção divina, senda fortemente explorada no *Manifesto*. Como esclarece, se é certo que quer dar notícias, seu primeiro anseio é preservar a memória das atrocidades e maravilhas observadas, pois, segundo o adágio latino, “*qui male agit, odit lucem*”. “Quem bem obra”, ao contrário,

Deseja, & ama, que sejam patentes suas acçoens. [...] Desejara eu pois, que se publicassem as forçosas causas, que o

moverão [Benavides] a senhorearsse de Angola. [...] Desejara, q se manifestassem as hostilidades, com que esta nação [Holanda] nestas partes correspondia às tregoaas celebradas [...]. Desejara, que fossem a todo o mundo notorios os divinos impulsos, & avisos celestes, com que foi (casi por força) obrigado a atalhar a total extinção, tão proxima já, às fracas reliquias da Christãdade da Ethiopia<sup>426</sup>.

Eis seu desafio, algo que vai além do mero esforço noticiário das relações de sucessos. Para enfrentá-lo, Crus compõe um texto que, perante a escassez de relatos e a posição periférica de Luanda na geopolítica imperial, equilibra os propósitos de relatar e historiar, enaltecendo personagens ligados à sustentação da presença lusa naquelas latitudes. Como os narradores da guerra no Brasil, desenha um recorte geográfico e temporal preciso, introduzindo a ação com a Restauração Portuguesa, as tréguas firmadas em Haia e a aleivosia flamenga a violá-las já em 26 de agosto de 1641. Seu palco é a região entre Luanda, o Congo e Massangano, de onde os católicos são traiçoeiramente expulsos, sofrendo fomes e violências nos sertões angolanos. As crueldades dos invasores e de seus aliados sobas são coloridas com tintas dramáticas. Crus e seus compatriotas aparecem protegidos apenas por uns poucos capitães destemidos, até a redenção trazida por Benavides, em agosto de 1648.

Crus representa os holandeses e seus cúmplices africanos como aparentados pela crueldade. O “bruto gentio da terra”, “inclinado a nouidades” alia-se ao “Framengo” para dar vazão a desejos de matar e roubar os infelizes retirados no interior, depois da queda de Luanda. O carmelita frei Rodrigo, desembarcando junto ao rio Dande, é capturado por uma patrulha batava e entregue aos “negros de Congo”, os quais “o descabeçaraõ feros, & carnicheiros, em breuissimo espaço,

---

426 CRUS, *Manifesto das ostillidades*, *Op. cit.*, p. 1. “Quem faz o mal, odeia a luz”. O exemplar conservado na Biblioteca Nacional de Portugal tem 36 páginas, com folha de rosto característica das impressões craesbeeckianas.

sendo os Olandeses alegres ouuintes, de tão sanguinosa tragedia”. Só a bravura do governador Pedro Cesar de Menezes protege os portugueses à beira da extinção. Diferentemente das acusações de Coelho contra as demoras de Filipe IV, a coroa portuguesa é poupada de acusações de negligência, pois “não tinha inteira noticia elRey nosso senhor [...] das violencias, que padeciaõ por mão da tirania Olandeza [...]”, supondo-se em Lisboa que as tréguas lusoneerlandesas eram respeitadas na região. Ainda assim, o céu não poderia permitir a continuidade de tantas agonias, realizando milagres.

Como Deus tinha decretado dar fim ao rigoroso castigo de nossas culpas [...], moveu a elRey nosso Senhor, a mãdar o General Salvador Correa de Sà, & Benavides. [...] Estando ocupado no apresto de sua jornada sucede, que se soube em Portugal, como o Olandez de Pernambuco, reforçado com os socorros de Olanda instruía hũa armada, & por se não saber aonde queria empregar sua violencia, foi ordem del Rey nosso Senhor, que o dito General se não sahisse daquela praça [Rio de Janeiro], & lhenaõ deminuisse a defensa.

Benavides, no entanto, não recebe os despachos régios e segue viagem, com sua esquadra, para a restauração do principal fornecedor de escravos para o Brasil. Para Crus, Deus, nesse caso, escreveu certo por linhas tortas e, em algo digno de uma comédia de erros, garantiu que o comandante mantivesse seu propósito de castigar os hereges.

[...] Caso notavel, q vindo esta ordem por tres vias [...] não se achou [...], nem se deu [...], & a ultima das vias lhe foy dada nove mezes, & meyo depois de restaurada Angola em os primeiros de Mayo de 1649<sup>427</sup>.

---

427 Prodígio que leva Crus a concluir que a vitória portuguesa “se não atribuisse a humanas disposiçoens”, senão à “Celeste Providencia”, que “não quiz estorvar a restauração destes Reynos” com tardanças da esquadra de Benavides. CRUS, *Manifesto das ostillidades*, *Op. cit.*, pp. 6-7, 19-20.

O secretário, tal como D. Manuel de Menezes ou Narbona y Zuñiga, pega da pena com fins publicísticos, imprimindo na prestigiada Oficina Craesbeeckiana, possivelmente com o renome e os recursos de Sá e Benavides, seu patrono. Não será demais advertir que o *Manifesto das ostillidades* será o único relato singular e integral da guerra flamenga em Angola estampado no século XVII, dantes só contada em cartas ou mencionada colateralmente em obras sobre o Brasil, como o *Lucideno*. Não se conhecem relações de sucessos impressas sobre a luta em Angola, apenas cartas jesuíticas que margeiam guerra, já referidas no capítulo anterior. A caudalosa obra de Cadornega, concluída nos anos 1680, apenas seria publicada em 1940. Crus, com seu relato, além de reforçar a reputação de Benavides, do governador Pedro César de Menezes e de outros personagens, ganhará um verbete em Barbosa Machado e terá sido uma das fontes da *Historia de Portugal Restaurado* sobre o episódio. Crus seria ainda premiado com a mercê régia da “capitania de Mossagano”, em dezembro de 1652. Com sua narrativa crua, despida da erudição clássica de um Tamaio de Vargas, foi ainda assim capaz de integrar o capítulo angolano como incontornável da história do reino e da nova dinastia que o encabeçava, com Crus e Benavides desfrutando consideráveis recompensas da empreitada<sup>428</sup>.

### Triunfante

Negociações diplomáticas, vaivéns e ameaças de reinício das hostilidades seguem-se à rendição holandesa no Recife, em 1654,

---

428 MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, *Op. cit.*, vol. III, p. 93 ANTT, Reg. Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 20, f. 326v-328. Sobre a posição de Angola na lógica de distribuição de mercês, AROUCHA, *Serviço e nobilitação*, *Op. cit.*, p. 51 e ss. Para as recompensas de Sá e Benavides após a reconquista de Angola, BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola (1602-1686)*. Londres: The Athlone Press, 1952.

intermitentemente, até 1669. A Guerra Holandesa torna a ser matéria de missivas e relações de sucessos, as quais tematizam seus momentos finais de triunfo: testemunhas das vitórias dos Guararapes, por exemplo, como Filipe Bandeira de Melo, Francisco Barreto de Menezes e Vidal de Negreiros relatariam-nas em cartas, algumas publicadas nos séculos XIX e XX, outras mantidas em manuscrito até o presente. A rendição seria objeto de uma longa relação impressa pouco depois do feito<sup>429</sup>. Retirados os holandeses e guardados os canhões, contudo, o assunto depressa cairá no ostracismo. Mesmo sem estar relatada em sua integralidade, as potencialidades políticas da historicização do conflito, no apagar do reinado joanino, estariam aparentemente exauridas. E, como já vimos, o potencial político é o principal elemento animador da escrita de narrativas bélicas, no Seiscentos. Através das obras de Coelho, Calado e Crus, os principais partidos interessados na historicização do conflito haviam aventado versões que às vezes reiteravam, às vezes rearranjavam o discurso das relações de sucessos ou, na ausência dessas, inauguravam a textualização dos acontecimentos. Em todo caso, ultrapassavam-nos em coesão, durabilidade e vigor editorial. A memória da guerra, ainda que incompleta e lacunar, ia sendo fixada naquilo que parecia essencial aos atores políticos envolvidos nela. Por ora, aquilo parecia bastar.

Com a proscrição inquisitorial do *Lucideno*, em 1655, não se dispunha (legalmente, ao menos), na altura da regência de D. Luísa de Gusmão (1656-1662), de nenhuma obra que historiasse a Guerra Holandesa no Brasil, exceto pelas *Memórias diárias*, estampadas em

---

429 ANÔNIMO, *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife*, Op. cit. RAU, Virgínia. A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros. *Revista Brasília*, Coimbra, vol IX., 1955. Cartas e relações foram publicadas nos Anais da BNRJ, vol. XX, 1898, pp. 119-255, “Memórias historicas e militares relativas à guerra hollandeza, a ataques dos Francezes ao Rio de Janeiro, &... (1630-1757)”, pp. 119-255. Todas as evidências sugerem parca textualização da guerra nos anos 1640 e 1650.

Castela e encerradas em 1638, e pelas antigas narrativas da jornada de 1625. Fernandes Vieira, atento ao vácuo representacional, encarregará o mestre de gramática Diogo Lopes Santiago de retrabalhar o *Lucideno* e completar uma História, projeto que, por razões desconhecidas, não viria de imediato a bom termo, sem que o manuscrito vá ao prelo. Porém, os impressos dos anos 1640 haviam alcançado que as lutas no Brasil (e em menor proporção em Angola) fossem admitidas como gloriosos feitos portugueses, cujo esquecimento se reputava condenável.

A lacuna incomodará o literato D. Francisco Manuel de Mello ao ponto de, em 1659, ter ele incluído o tema entre suas *Epanaphoras de varia historia Portugueza*, projeto literário-historiográfico em que reconta episódios célebres do passado português, no formato de relações históricas. Sendo “epanáfora” a figura de linguagem que descreve a repetição de um termo nos vários versos de uma estrofe, o livro propunha examinar casos nos quais a grandeza lusa fora reiterada ao longo do tempo. Tendo relatado as “Alterações de Évora” (*Epanaphora Politica*), o descobrimento da Madeira (*Epanaphora Amorosa*) e outros eventos memoráveis, recentes e antigos, impressiona-se Mello que ação como a “Restauração de Pernambuco [...] q por vêtura não acharà imitação entre os estranhos, moderna, nê antigamente”, não tivesse merecido “atègora, quem por nossa parte, em forma decente, publicasse um só volume”<sup>430</sup>. Não se queixava de silêncio acerca dos fatos, mas da pequenez e “indecência” do

---

430 MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.* O prefácio da *Epanaphora Triunfante* é datado de 23 de dezembro de 1659. Mello, preso desde 1644 por acusação de envolvimento em um assassinato, iria degredado para o Brasil em 1655, dali fugindo em 1658 e compondo o texto de regresso. PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello: esboço biographico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, cap. VII. A preferência de Mello pelos escritos breves seria manifestada em outros textos, como no *Tacito portuguez*, sobre D. João IV, escrito poucos anos antes, ao aludir à “proluxas crónicas pasto da vulgaridade”. OLIVEIRA, D. Francisco Manuel de Melo, *Op. cit.*, p. 50.

material disponível. Assim, dedica sua derradeira relação à Guerra Holandesa, a *Epanaphora Triumphante Quinta*.

Narrativas da guerra havia, e podemos acaso supor que o erudito Mello conhecesse o *Lucideno*, o qual, proibido, terá acaso se tornado ainda mais famoso<sup>431</sup>, mas o existirem não bastava. Faltariam as “historias perfectas” de Tamaio de Vargas, livros exemplares, decorosos, capazes de anunciar ao mundo o feito lusitano. Mello, curiosamente, alude ao problema, mas não o soluciona, escolhendo redigir não uma História, senão uma epítome do conflito, a qual, pela primeira vez, o contaria em letra impressa de cabo a rabo.

Qual a “indecência” das relações disponíveis? Mello não se demora na questão, contudo dá pistas de que alude às escolhas retóricas e narrativas até ali praticadas. O *Lucideno*, sabemos, afasta-se da historiografia de Tácito e Lipsius, que vinha ganhando fôlego em Portugal nas últimas décadas. Ao mesmo tempo diverge do “livianismo” de João de Barros, de que ao gênero histórico caberia engrandecer, desviando-se da “vulgaridade” das más ações. Calado fora maledicente, apaixonadamente partidário e singularmente indecoroso. Nessa escolha, contrapõe-se às convicções de Mello. Endereçando sua narrativa “a hum Amigo”, este autor alude à História digna do nome:

Não esperdiçareis o tempo, que derdes à lição desta minha breue historia; por ser dito dos sábios: *Que as historias do mundo, são huns espelhos clarissimos, donde, vendo nós, retratadas as famosas acçoens, que não vimos, nos acêdemos vealmente [sic] no amor dellas*. Como succedeo muytas vezes, que os retratos de fermosuras excelentes, catiuarão as vontades dos homens<sup>432</sup>.

---

431 MARTINS, *Livros clandestinos e contrafações*, *Op. cit.*, p. 15 comenta como a proibição de um livro podia aguçar o interesse e impulsionar-lhe a vendagem.

432 MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.*, p. 479, 482 (grifos do autor).

Uma História deveria limitar-se a divulgar o que é elevado e excelente, ignorando o que se rebaixasse à indignidade. Predicados que, como vimos, o *Lucideno* não possuía, em sua interminável sequência de vilezas atribuídas a traidores e cafajestes responsabilizados pelas misérias de Pernambuco. Em nenhuma passagem D. Francisco menciona Calado diretamente, porém, considerando o pouco que se imprimira em Portugal até ali sobre o conflito com os flamengos, temos boas razões para crer que disparava seus petardos contra o velho frade. Assim, não apenas retoma o assunto para preencher a lacuna da ausência de narrativas, mas para remediar o problema de um capítulo honroso do passado lusitano, relatado de forma indecorosa por sujeitos que o autor reputava menores. A *Epanaphora triunfante*, desse modo, não é apenas o primeiro texto seiscentista a narrar a Guerra Holandesa integralmente, iniciando a narrativa na ruptura de 1580, passando brevemente pelos principais momentos consagrados nas relações dos anos vinte, trinta e quarenta, para se deter na capitulação de 1654. É, mais do que isso, a peça-chave que encerrará o trabalho de relatar aquele conflito e abrirá o caminho para recepção do fato como pleno assunto historiográfico.

Expurgando tudo o que considerasse diminutivo e mesquinho, Mello recalibra a narrativa bélica para pintar quadros que poderiam comover “particularmente aos Estrangeiros” e inspirar futuras gerações a cometimentos idênticos e maiores. Entendia ser esse o dever de quem escreve não só uma História caudalosa, mas até mesmo de quem opta pelos “termos de hũa Relação”, costumeiramente “demarcados cõ pouca largueza”. Conquanto, ao modo de Albuquerque Coelho, promettesse não dizer “mais, que o tocante a inteira relação dos sucessos”, o autor submete os acontecimentos a operações retóricas de abstração, metaforização e generalização, extraindo “lições” de passagens que inscreve. Por exemplo, proposta a Insurreição Pernambucana, sob chefia de Fernandes Vieira,

não poucos supostamente “amigos” procuraram dissuadi-lo, pelo receio do que tinham a perder.

Opunhase a esta resolução a potencia, & respeito dos inimigos: & ainda dos naturaes, aquelles, que com mayor discurso, ou interesse, a julgauão impossuiel. Se foy mais vencer cauetellas, que as armas, os exemplos o digaõ: vendo muytas vezes o mundo perigar os valerosos, antes nas astucias dos fingidos amigos, que na força dos inimigos declarados<sup>433</sup>.

Heróis da *Jornada dos Vassalos*, das *Memorias diarias* e do *Lucideno* reaparecem na *Epanaphora*. Tal como Calado, Mello elogia Henrique Dias por revelar, “com razoens, & exemplos”, como “o valor não consistia nas cores” – evidente eco dos trocadilhos raciais de Calado, que diversos outros retomarão e que a edição das *Epanaphoras* de Henrique Valente destaca em itálico. Fernandes Vieira conserva muito do seu fulgor caladiano, como “Opulento, & honrado morador”, o que o faz ser aclamado governador, “a quem a pública liberdade será para sempre, deuedora, não sò como a inuentor valeroso, mas como a constante companheiro”. Francisco Barreto de Menezes, “ilustre em sangue, & espiritu; de juizo, & valor”, vence as batalhas dos Guararapes e lidera o “felicissimo fim” em 1654. Matias de Albuquerque tem seu nome citado, indício da bem-aventurança do afã historiográfico de sua família. O conde de Bagnuolo, a quem as *Memorias diarias* são pouco simpáticas e a quem o *Lucideno* transforma em bode expiatório das derrotas dos anos 1630, merece uma rápida menção de que “naquella guerra viueo, & morreo”. Calabar, Gaspar Dias Ferreira e os senhores de engenho contrários à insurreição são de todo erradicados da memória<sup>434</sup>.

A *Epanaphora Triunfante Quinta*, publicada em 1660, tal como a *Recuperação de la ciudad de Salvador*, de 1628, são obras transitivas.

---

433 MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.*, pp. 481-482, 498-499.

434 *Idem*, pp. 496, 500, 518.

Por meio delas, fecha-se, assim em Castela como em Portugal, o período no qual a Guerra Holandesa necessitava ser relatada. A textualização do acontecimento completa-se, para satisfação (ou indignação) dos partidos envolvidos. Mas o processo de historicização, não. Faltava-lhe ainda o zênite, justamente o tipo de intervenção discursiva que as relações históricas evitavam fazer, ao mesmo tempo em que Tamaio de Vargas e D. Francisco Manuel de Mello o antecipavam e, em alguns momentos, ensaiavam. Se recordarmos as *Razones que no de deve imprimir*, veremos quão certos eram os receios lá expressos: os livros dos anos 1620, 1640 e 1650 haviam conseguido que as versões de seus promotores avançassem no caminho da “canonização”, sobrevivendo das relações de sucessos para as relações históricas e destas para narrativas mais elevadas, “historias perfectas” que em breve floresceriam.

## CAPÍTULO IV

### A Guerra Holandesa nas Histórias seiscentistas (1628-1698)

#### A ascensão de D. Pedro II e a consolidação da dinastia de Bragança

O terço final do Seiscentos português, quando empunha o cetro o improvável Pedro de Bragança – terceiro na linha sucessória, ascendendo após a morte do primogênito D. Teodósio (1634-1653) e a deposição de D. Afonso VI – ambienta intensas mudanças socioeconômicas, culturais e políticas, nas quais, todavia, a análise historiográfica tem encontrado menores motivos de inspiração. Comparado à época da Guerra de Restauração ou ao governo de D. João V, os tempos da regência (1667-1683) e reinado (1683-1706) de D. Pedro II mereceram, até o presente, as escassas problematizações de uma bibliografia pouco numerosa, embora pontuada de estudos sólidos. Tem-se interpretado o período como de crônicas dificuldades financeiras, apesar da duradoura *pax petrina* materializada na neutralidade face às guerras continentais. O que não teria, defendem alguns, impedido a configuração de um “absolutismo barroco”, ao modo dos Bourbons, com a força e a autoridade políticas gradualmente reunidas sob o braço régio, a débito dos estamentos

tradicionais e das jurisdições das Cortes<sup>435</sup>. Já para outros, vigoraria, ainda nesse período, o velho modelo corporativo de sociedade, aliás fortalecido após as ameaças “políticas” de Olivares e do conde de Castelo Melhor, sob D. Afonso VI<sup>436</sup>.

D. Luísa de Gusmão é deposta pelo golpe palaciano de junho de 1662, quando D. Afonso VI se torna rei *de facto* (*de jure* e aclamação já o era desde 1656), inaugurando modelo governativo que desempodera os principais partidos cortesãos em torno da regente. O cargo de escrivão da puridade, arcaico instituto dos Avis, é renovado por regimento de 1663, em benefício do conde de Castelo Melhor, o qual opera como um primeiro ministro do rei, em momento, aliás, em que tais figuras perdiam proeminência nas cortes espanhola e francesa, após seu apogeu no começo do século. Os críticos do conde o acusam não só de usurpação das funções régias, mas sobretudo de violação dos foros tradicionais de consulta e decisão, fulcrais no discurso da Restauração. A reação nobiliárquica ao

---

435 HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*. Lisboa: Dom Quixote, 1986 [1981]. SERRÃO, Joel (dir.), MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MENEZES, Avelino de Freitas de (coord.) et al. *Nova História de Portugal, vol VII: da paz da Restauração ao ouro do Brasil*. Lisboa: Presença. 2001. O período tem sido tematizado, mais recentemente, sobretudo em biografias do regente, como em BRAGA, Paulo Drumond. *D. Pedro II (1648-1706): uma biografia*. Lisboa: Tribuna, 2006 e LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II: o Pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. A neutralidade como estratégia é examinada em FARIA, Ana Leal de. *A neutralidade portuguesa no tempo de Pedro II*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013. Discussão sobre a ideia de “política barroca” em Portugal em ALBUQUERQUE, Martim de. Para uma teoria política do barroco em Portugal: a *Summa Política* de Sebastião César de Menezes (1649-1650). In: *Estudos de Cultura Portuguesa, vol. II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 291-326.

436 HESPAHNA (coord.), *História de Portugal, Op. cit.*, pp. 113-132. “Políticos”, na gramática do período, era o nome dado aos críticos da visão tradicional corporativa, filiados a uma visão social voluntarista e individualista, segundo a qual a ação política, baseada na vontade (de Deus ou do príncipe), ditava as leis e os rumos do reino.

governo afonsino provocará nova crise no poder central português, cuja resolução – o encarceramento do rei e sua substituição em vida pelo irmão, na condição de regente, arranjo inédito no reino – há de solicitar, tal como no 1º de Dezembro e em outros momentos, urgentes justificações<sup>437</sup>.

A Guerra de Restauração, reavivada desde 1658, ingressa em sua fase crítica, com a Espanha, libertada do *front* francês após a Paz dos Pirineus (1659), agressivamente investindo na restauração de seu domínio “usurpado”. Mas as batalhas da Linha de Elvas (1659), do Ameixial (1663) e de Montes Claros (1665), vencidas pelos portugueses, selam a sobrevivência dos Bragança. Morto Filipe IV (1665), encaminha-se a situação para o tratado de 1668, mediante o qual os Áustria (de novo engajados contra a França na Guerra de Devolução [1667-1668]) desistiam de sua pretensão ao espólio de D. Sebastião. Tal como na luta dos anos 1640, a coroa outra vez patrocina, através do *Mercurio Portuguez* (1663-1666), gazeta periódica da lavra do secretário de Estado, Antonio de Sousa de Macedo, e de grande número de relações dos sucessos da guerra, a difusão de notícias da guerra nas fronteiras, compostas em linguagem laudatória do regime e das ações do escrivão da puridade<sup>438</sup>. A dinastia batalhava ainda por firmar-se e o imperativo da construção de uma narrativa legitimadora, vê-se, perdurava, passados já tantos anos.

O valimento de Castelo Melhor, embora bem-sucedido no campo militar e angariando conquistas diplomáticas havia muito buscadas, como o tratado de liga formal luso-francês (março de 1667), arregimentava inimigos. Alijando das esferas decisórias

---

437 RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo V. e MONTEIRO, Nuno G. *Historia de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 308-325. Estudo das Cortes de 1668 em XAVIER, *El rei aonde pode*, *Op. cit.*

438 CARVALHO, Daniel Pimenta O. de. *Mais na opinião que nas forças*: Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do *Mercurio Portuguez* (1663-1666). Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

casas de peso como a de Cadaval, Vimioso, Vidigueira e outras da antiga *entourage* joanina, a coroa, sobretudo a partir de 1666, ver-se-ia alvo da conspiração dos grupos influentes até a regência de D. Luísa, em cujo bastidor maquinavam também D. Pedro e a nova rainha, Marie-Françoise de Savoie. Quarto de século após sua ascensão, a dinastia de Bragança cambaleia, a depender do sustentáculo de figuras-chave da primeira nobreza, liame que D. Afonso e seu valido ameaçam rebentar. Sob pressão dos descontentes, os esteios do governo, um a um, tombam: primeiro Sousa de Macedo e depois o próprio Castelo Melhor são expulsos da corte. Encurralado, o rei é deposto em novembro de 1667, com as Cortes, reunidas no ano seguinte, homologando a ascensão do infante e este decidindo pela solução regencial, enquanto seu irmão vivesse. A rainha requereria anulação do matrimônio, junto à permissão de contrair novas núpcias com D. Pedro, alternativa diplomaticamente menos traumática para França e Portugal<sup>439</sup>.

O rei é degredado para os Açores. Com o objetivo de restabelecer a ordem corporativa supostamente ameaçada por D. Afonso VI e Castelo Melhor, as principais facções da nobreza enfileiram-se em torno do infante, promovendo campanha difamatória do rei e de seus áulicos e, ao final, a abreviação do reinado, sob pretexto de incapacidade. A centralização afonsina consistirá em “disputas no seio da nobreza cortesã, sem ameaçar [...] o funcionamento dos tribunais, das câmaras e mesmo o poder dos fidalgos à frente das forças armadas”<sup>440</sup>.

---

439 Formalmente, Afonso renunciava em favor de Pedro. HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*, p. 20. XAVIER & CARDIM, *D. Afonso VI*, *Op. cit.* BRAGA, Isabel Drumond & BRAGA, Paulo Drumond. *Dois rainhas em tempos de novos equilíbrios europeus*: Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

440 RAMOS, SOUSA & MONTEIRO, *Historia de Portugal*, *Op. cit.*, p. 332.

Nas ruas, circulam cochichos e papéis contendo insultos em forma de dísticos. Voltado ao público letrado, já em 1669, publica-se a *Catastrophe de Portugal*, sob pseudônimo de Leandro Dorea de Faria, dando “as justas causas q o Serenissimo Senhor Principe Dom Pedro, & o Reino de Portugal tiueraõ para removerem do governo o Senhor Rei D. Affonso Sexto”<sup>441</sup>. O oculto autor, Fernando Correia de Lacerda, punha sua pena a serviço da coroa, consoante o preceito de subordinação da historiografia à *Ragion di Stato* teorizada em 1589 por Giovanni Botero e já antes por autores como Justo Lipsio e Jean Bodin, como já praticavam as monarquias europeias, sobretudo a partir da França de Luís XIII e da Espanha de Filipe III<sup>442</sup>. Não obstante, a fórmula regencial pela qual se resolve o impasse de 1667, preferida ao constrangimento da aclamação em vida do rei deposto, tida como injustificável, injeta na ordem política um componente instabilizador a perdurar longamente.

Os reiterados juramentos da infanta Isabel nas Cortes de 1674 e 1679 e do infante João nas Cortes de 1697-1698 atestam a insegurança e a tardia consolidação dinástica. A singularidade jurídica do golpe de 1667 alimentará controvérsias em torno dos direitos de D. Pedro e de sua prole ao trono, fazendo-se necessária a revogação de antigos dispositivos das Cortes de Lamego, de forma a regular a sucessão pela linha colateral (sobrinhos) de um rei sem descendência. Esperava-se que eventuais imbrólios como o da deposição de

---

441 FARIA, Leandro Dorea Carceres e (pseud. de Fernando Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portugal na deposição d'El Rey D. Affonso o sexto, & subrogação do principe D. Pedro o vnico, justificada nas calamidades publicas, Escrita para justificação dos Portugueses*. Lisboa: (sem ind. impressor), 1669, p. 5. MONTEIRO, R. Bentes & BAGNO, Sandra. *Maquiavel no Brasil: dos Descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

442 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, maxime pp. 287-291. MARTÍN MARCOS, *Península de recelos*, *Op. cit.*, p. 43. A recepção em Portugal das ideias de Bodin foi estudada em ALBUQUERQUE, *Jean Bodin na Península Ibérica*, *Op. cit.* E as de Lipsio em ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, *Op. cit.*

D. Afonso VI e subsequente aclamação de seu irmão pudessem se dar sem maiores sobressaltos. A contestação à regência, entretanto, sobreviveria vigorosa, com não poucos adversários exilando-se na Espanha, produzindo escritos denunciadores da “tirania” do príncipe e conspirando o retorno do rei destronado, mesmo se imposto pelas armas castelhanas.

A apologia petrina do *Catastrophe de Portugal* é mal recebida em alguns meios intelectuais, criticada, conquanto discretamente, por autores como frei Alexandre da Paixão e Pe. Antônio Vieira. O partido afonsino depressa se alinha às aspirações pró-castelhanas na Península, murmurando-se o assassinato de Pedro, o regresso do irmão encarcerado e seu casamento com a regente Maria Ana de Áustria, objetivo da conspiração descoberta em 1673. Não por acaso, o manifesto conhecido como *Anti-Catastrophe*, resposta à versão oficial da deposição, seria redigido em espanhol, por um exilado português em Madri<sup>443</sup>. Tão tarde quanto em 1698, o já falecido terceiro conde de Ericeira, figura de proa na regência e no reinado, reiterate a perspectiva régia dos fatos na segunda parte da sua *Historia de Portugal Restaurado*, disseminando a imagem de um D. Afonso incapaz, doentio, cuja deposição salvara o reino<sup>444</sup>. Finda a guerra luso-castelhana, em 1668, a Restauração permanecerá um projeto inacabado. A regência petrina consistirá, nos inícios, numa marcha à ré na estabilização do regime, agravada pelo depauperamento econômico e pela sempre viva ambição unionista castelhana.

A resolução dos conflitos militares que haviam oprimido o país nas décadas anteriores não garantirá à longa governação petrina, como talvez se pudesse imaginar, imediata prosperidade. As devastações dos campos, no Alentejo e na Beira, ao lado da pesada

---

443 ANÔNIMO. *Anti-Catastrophe, Historia d'El-Rei D. Affonso 6º de Portugal*. Edição e prefácio de Camillo Aureliano da Silva e Souza. Porto: Typographia da Rua Formosa, 1845.

444 ERICEIRA, *Historia de Portugal Restaurado*, Segunda parte, *Op. cit.*

indenização ajustada para a paz holandesa e para o dote inglês de D. Catarina, cujo casamento real era axial para a proteção do reino perante seus inimigos, impunham ao Tesouro uma vazão hemorrágica, a qual as magras receitas de uma época recessiva não alcançavam compensar. A historiografia econômica<sup>445</sup> há muito demonstrou a retração dos preços no período 1670-1690, a incidir sobre a Europa ocidental e o mundo ultramarino, com quedas acentuadas nas frotas de açúcar e nas demandas por produtos portugueses.

Às voltas com o vazio do Tesouro, a coroa adota iniciativas de estímulo econômico como a fundação de novas companhias de comércio monopolísticas, explorando produtos menos afetados pela recessão, como o tabaco. Debate-se o fomento à incipiente indústria nacional, sob inspiração do mercantilismo de Colbert, como forma de estancar o escoamento de metais preciosos, entendidos então como fontes da riqueza das nações. Duarte Ribeiro de Macedo e o conde de Ericeira são ativos defensores do ideário francês, com escritos e iniciativas de expansão sobretudo do ramo têxtil. A grande dependência portuguesa das importações, porém, ao lado de outros impeditivos econômicos e da desconfiança perante empresas envolvendo mercadores cristãos-novos, sabotaria o impulso às inovações fabris, sobretudo após 1690, quando os preços voltariam a subir e a procura pelos bens primários do reino aumentaria<sup>446</sup>.

---

445 GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). In: *Ensaio*, vol. 11, *Op. cit.*, pp. 423-448. HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*

446 *Idem*, pp. 127 e ss. GODINHO, Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, *Op. cit.* *Op. cit.*, pp. 427-433, defende uma depressão mais longa: 1650-1690, a afetar o açúcar, o tabaco, o cravo, o sal. Interpretação vastamente documentada da economia portuguesa seiscentista em MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997 [1960]. Introdução às ideias de Duarte Ribeiro de Macedo em FARIA, Ana Leal de. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo: correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

Ao sufoco financeiro somam-se as agonias de um centro político que, apoiado em alicerces cambaleantes, explorava alternativas para estabilizar-se. Mesmo a historiografia que advoga a existência de um movimento centralizador – materializado na promulgação de legislação sucessória após as convulsões dos anos 1660 e no progressivo enfraquecimento das Cortes, derradeiramente reunidas em 1697-1698 – data esta tendência “absolutista” da segunda metade da governança petrina, a partir da década de 1680. Portanto, algo gradual. Hanson associa a mais célere consolidação da dinastia à recuperação econômica posterior à desvalorização cambial de 1688 (comandada pelo conde de Ericeira), à chegada das primeiras remessas de ouro do Brasil e à participação portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola.

Tal periodização é, em linhas gerais, observada também por Serrão, Marques, Menezes e, mais recentemente, por Martín Marcos e por Lourenço. Hespanha, por sua vez, problematiza a ideia de uma “inevitável centralização da monarquia moderna”, materializada pelo empoderamento da administração central, preferindo pensar o período em termos da “consolidação dinástica”, com os reis procurando impor sua autoridade sobre os súditos e angariar o respeito da comunidade internacional. Hespanha aduz que, em Portugal, o controle régio sobre ofícios periféricos permanece diminuto e argumenta que mesmo as declinantes convocações das Cortes no reinado petrino não se podem confundir com a acepção tradicional do “absolutismo”, o que seria “conclusão precipitada”<sup>447</sup>.

Seguramente, a coroa atravessou períodos tortuosos antes de se impor. Pela década de 1670, seria desafiada por uma Inquisição

---

447 HESPANHA, *História de Portugal*, vol. IV, *Op. cit.*, p. 310 e ss. HESPANHA, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994. SERRÃO, MARQUES & MENEZES, *História de Portugal*, vol. 7, *Op. cit.* LOURENÇO, *D. Pedro II, Op. cit.*, p. 166. HANSON, *Economia e sociedade, Op. cit.* MARTÍN MARCOS, *Península de recelos, Op. cit.*

arredia e por estamentos políticos contestatários, ao ponto de as Cortes de 1674 precisarem ser dissolvidas, dada a iminente rebeldia de segmentos da deputação. O príncipe, tal como seu pai, desvela em 1673 alastrada conjuração para assassinar-lhe a família e reentronar D. Afonso. Entre os conspiradores, não admira, o embaixador espanhol, conde de Humanes, e diversos fidalgos, mas não a primeira nobreza lusa, majoritariamente apoiadora do golpe de 1668 e já cooptada pelo braço (e bolso) régio.

O desejo de reativar o comércio ultramarino, ademais, aproxima o regente dos mercadores cristãos-novos, fazendo-o acalantar, de novo tal qual seu pai nos anos 1640, a hipótese do perdão-geral em troca de dinheiro para uma companhia de comércio. A tibieza da figura petrina, todavia, desnuda-se nessa iniciativa. A proposta o antagoniza com a Inquisição e com o antissemitismo generalizado em todos os estamentos, recrudescido pela retração econômica. Os mais de cinquenta implicados na conspiração de 1673 provam o fôlego do partido afonsino. Por temor ou prudência, o regente recua. Temeroso, engaveta a ordem papal de averiguar os processos inquisitoriais portugueses (que levaria à suspensão da Inquisição lusa entre 1674 e 1681), ao tempo em que o sintoniza às aspirações da nobreza e da maior porção do clero. D. Pedro declara o ultimato romano para a entrega de processos inquisitoriais uma interferência abusiva e, com a nova postura, realinha-se com as forças políticas nacionais em seu favor<sup>448</sup>.

A segunda metade dos anos 1670, portanto, são um período crucial. Abandonando a proposta da Companhia de Comércio, considerando as oposições à ideia e os riscos dinásticos envolvidos, D. Pedro garante o apoio de grupos indispensáveis à sua governança, apaziguando descontentamentos latentes ou manifestos. O recuo

---

448 HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*, pp. 112-115..

estratégico foi passo essencial à regência que, de outro modo, parecia descarrilhar. Tal guinada era imposta, a título de prudência, não apenas por um cenário interno que se insinuava instável e hostil, com o afonsismo e o castelhanismo robustecendo-se na corte e nas ruas, mas mais ainda por um contexto internacional que pouco favorecia a definitiva consolidação do regime.

A paz de 1668 não leva a Espanha a desistir da aspiração de reunir as coroas ibéricas sob Madri. O Conselho de Estado castelhano adota, para com Portugal, práticas de espionagem e fomento a dissidentes anti-petrinos (em particular os partidários do deposto D. Afonso), estando possivelmente por trás da conspiração denunciada em 1673. A sucessão de conflitos armados, a conflagrar toda a segunda metade do século, leva as duas maiores potências da época, França e Espanha, a duelar pela satelitização de Portugal, buscando demovê-lo da política de neutralidade adotada por D. Pedro e cooptá-lo, no que ao cabo fracassarão. Paris, mediante seus embaixadores, manobra o ódio a Pedro cultivado em algumas facções e infla a desconfiança lusa para com a ameaça de anexação castelhana. Episódios como a transferência de D. Afonso VI dos Açores para Sintra, em 1674 (quando o rei é recebido com hurras e vivas) e os combates em torno da Colônia de Sacramento, em 1679-1681, desgastam a autoridade do regente. A representação francesa dissemina boatos conspiratórios e planos madrilenos de conscrição militar e invasão, com apoio dos afonsinos, alguns dos quais anunciavam o rei como o verdadeiro “Encoberto” das profecias. A documentação diplomática francesa e espanhola pinta um regente fraco, à beira do precipício, sem o apoio de potência estrangeira que o ampare<sup>449</sup>.

D. Pedro II se vira pressionado, de um lado, pela sombra do rei encarcerado nos Açores (depois de 1674 em Sintra), com seus

---

449 MARTÍN MARCOS, *Península de recelos*, *Op. cit.*, pp. 27-51.

áulicos cochichando maneiras de depô-lo e, do outro, pela dependência do partido que o entronara, para si e para a normalidade sucessória. E fora justamente a perda de apoios políticos decisivos, bem lembrava o *Pacífico*, que subtraíram a coroa e a liberdade das mãos de Afonso, em 1667.

No entanto, a partir da década de 1680, as convulsões dos primeiros anos da regência seriam superadas gradativamente. A persistência na diplomacia da neutralidade a aprimorar o quadro das relações internacionais, a morte de Afonso, o nascimento de herdeiros varões do segundo casamento de Pedro com Marie Sophie de Neuburg (com sua sucessão resolvida em definitivo nas Cortes de 1697-1698), a recuperação econômica dos anos 1690 e o papel de Portugal na Guerra de Sucessão Espanhola<sup>450</sup> contribuiriam, em conjunto, para dissipar as más nuvens e consolidar a dinastia. Nos anos finais do reinado de Carlos II da Espanha (1665-1700), D. Pedro até arriscaria, discretamente, submeter seu nome à sucessão, como solução “neutral” a prevenir o conflito que despontava no horizonte, com apoio, em Madri, do conde de Oropesa e patrocinando panfletos em favor de sua candidatura. A ousadia seria rechaçada pelos demais postulantes, mas não sem antes colaborar para a maior visibilidade internacional da dinastia.

Entrado o século XVIII, as alianças firmadas com Londres e Viena para a coalizão na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) afastarão, respectivamente, as motivações das intrigas intestinas e de reunião sob o cetro castelhano. A localização conveniente de Portugal para o ataque anglo-austríaco à Espanha realça a legitimidade brigantina, ao lado da assinatura do Tratado de Methuen (1703), o qual, para além das cláusulas econômicas, selava a proteção inglesa à independência de 1640. D. Pedro II, assim, lega ao filho D. João V,

---

450 FARIA, *A neutralidade portuguesa*, *Op. cit.*, p. 80.

em 1706, um cetro e um território em grande medida indisputados<sup>451</sup>. Essa foi uma de suas maiores realizações.

A legitimação brigantina, portanto, estende-se para além da Guerra de Restauração, arrastando-se por toda a segunda metade do século xvii. Talvez retardada pelos golpes palacianos e reviravoltas dos anos 1660, seu momento nodal residirá nas décadas de 1670 e 1680. O reino não dispunha de sucessor varão e a rainha, após um aborto, perdera a possibilidade de engravidar. As conturbadas Cortes de 1674 haviam concordado em permitir que a infanta Isabel casasse com um príncipe estrangeiro, dispositivo que, no entanto, contrariava expressamente as atas das Cortes de Lamego, situação política delicada pelo arriscado precedente aberto. A rainha Marie-Françoise faleceria em 1683, contraindo o rei, em 1687, novas núpcias com a princesa do Palatinato Marie Sophie de Neuburg, com quem teria numerosa prole. As Cortes de 1697-1698, reconhecendo a possibilidade da sucessão colateral natural na ausência de descendência do rei (como era o caso de D. Afonso vi, sem filhos), pulverizam quaisquer dúvidas sucessórias. Não mais se reunirão no século xviii.

Equilibrando-se sobre terreno politicamente movediço, desafiado pelas Cortes e pela Inquisição, às voltas com interminável crise econômica, acusado de ser “amigo de judeus”, o que tudo somado tendia a reforçar a posição pró-afonsina, o regente acolheria de bom grado a oferta legitimadora da narrativa historiográfica. Tanto a obra portuguesa da Restauração quanto a memorável vitória sobre a Holanda, realizadas por seu pai e pela fidalguia portuguesa, jaziam ainda à espera de pena célebre que as imortalizassem. E, imortalizando-as, trouxessem glórias à dinastia ainda em apuros e

---

451 SERRÃO, MARQUÊS & MENEZES, *História de Portugal*, vol. 7, *Op. cit.*, pp. 174-191. CARDOSO, José Luís *et al.* *O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

tão necessitada delas. Ambos os eventos, depois das tematizações a que haviam sido submetidos nas décadas de 1640 e 1650, se haviam mantido adormecidos no curso dos tumultos políticos internos dos anos 1660. Agora, em tempo de buscas por paz e consolidação, chegava o momento do novo despertar de Clio.

## Escrever Histórias no Seiscentos

### As historiografias francesa e espanhola

A historicização da Guerra Holandesa, depois de uma hibernação de década e meia, se reacende nos anos 1670. Vivia-se, então, conjuntura internacional de intensa instrumentalização da historiografia, bem como de outros gêneros literários. Semelhante pragmatismo decorria da concepção da escrita da história como matéria de Estado, perspectiva que, conquanto não fosse nova – remontando a pensadores como Maquiavel, aos historiadores castelhanos medievais e da dinastia de Trastâmara e mesmo a Políbio, na Antiguidade – achará cenário propício para renovadas formulações na Europa atravessada pelas guerras religiosas e imperiais, nos séculos XVI e XVII, quando também o Estado concluía o seu processo de formação, cujas origens remontavam ao Medievo<sup>452</sup>.

Autores do Quinhentos como Francesco Patrizi, Giovanni Botero, Jean Bodin, justo Lipsio e outros, com base em conceitos operativos como “prudência” e “razão de Estado”, haviam procurado dar respostas à instabilidade decorrente, sobretudo, das guerras provocadas pela Reforma. A noção de “dissimulação honesta”, de verve lipsiana, seria um tanto tardiamente difundida pela obra “Della Dissimulazione Onesta”, do napolitano Torquatto Acetto (1598-1641), publicada em Nápoles, em 1641. Buscavam novas formas

---

452 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*

de organização governativa e de legitimação da ação “soberana” do Estado, de modo a torná-lo agente restaurador da ordem perdida, em tempo de conflagrações.

Sendo a defesa do amoralismo maquiavélico culturalmente inadmissível perante os imperativos cristãos, formularam aqueles pensadores amálgamas teóricas entre as imposições teológicas e as lições mais ousadas do humanismo florentino tardio. Nos escritos desses quinhentistas, a ética cristã é “afrouxada”, submetida a “exceções” e “gradações”, em benefício da ação livre do príncipe. Lipsio, por exemplo, argui que a atuação do príncipe não pode prescindir de “prudência”. Isto o leva a defender o necessário emprego da “dissimulação honesta”, em nome da segurança da *res publica* e desde que feita dentro de fronteiras previamente estabelecidas<sup>453</sup>. O gênero histórico haveria de ser posto a serviço desta “razão de Estado”, mediante a exposição de situações pretéritas “úteis”, propiciadoras de analogias que justificassem a soberania régia e apontassem caminhos em vista dos difíceis dilemas do exercício governativo.

Esta mobilização política do saber histórico entra desde logo a ser denominada de “tacitismo”, sendo o historiador romano referencial nas análises de eruditos quinhentistas como Bodin, Lipsio e Du Tillet. Os “tacitistas” subordinavam a narrativa histórica aos desígnios da agenda monárquica, em contraste com a tradição historiográfica humanístico-antiquária, extensão da Retórica, grandiloquente, de fins moralizantes e pedagógicos. A essa história erudita, escrita em latim e moldada em *exemplae* clássicos, opunha-se, doravante com maior força, uma história “oficial”, redigida com considerável simplicidade, de ordinário em idioma vernáculo. Atinha-se geralmente a um passado recente, desde o qual fosse possível aludir

---

453 ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Fac. de Letras da Universidade de Lisboa; Inst. Histórico Infante Dom Henrique, 1974. ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, *Op. cit.* CAMENIETSKI & PASTORE, 1625, *o fogo e a tinta*, *Op. cit.*, p. 263.

e justificar os atos e a regalia da casa reinante, contra eventuais contestações intestinas ou de potências inimigas. Numa de suas traduções de Tácito, datada de 1581, Lipsio sugere ao governo neerlandês empregar o autor das *Historiae* como clava para esmagar guerras civis e restaurar a paz. Queria-se “converter Clío, a famosa musa da história”, resume Kagan, “em servidora do Estado”<sup>454</sup>.

O impacto destas ideias sobre a “história política” chegaria sem demora. Filipe II da Espanha mostrara-se, em seus primeiros anos, arredio ao modelo da *historia pro persona*, narrativa centrada na figura régia e em seus feitos, representando-a como motor da história, tão cultivada por seu pai, Carlos V. Era também desinteressado de narrações dos episódios contemporâneos de seu reinado. Não poucos manuscritos alusivos a sua vida e seu reinado, da lavra de servidores em busca de mercês e dedicadas ao monarca, empoeiraram-se por séculos entre os manuscritos do Conselho de Estado, até serem redescobertos e finalmente publicados, nos séculos XIX e XX. Alimentava o rei esta resistência, em parte, pela condenação eclesiástica do pecado da *vanitas* associada à celebração biográfica. Ademais, certa tradição quincentista, encontrável em autores como Lorenzo Galíndez de Carvajal (1472-1527) e mais tarde em Bodin, advertia contra os riscos da história contemporânea, sujeita às paixões dos vivos e por isso não raro insincera. Bodin, por sua vez, já em meados do século XVI, propunha uma história capaz de formular conselhos e apotegmas pelo bem da República<sup>455</sup>. Sob o influxo

---

454 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, p. 282. SOLL, *Empirical history*, *Op. cit.*, pp. 304-305. OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador*, *Op. cit.*

455 BODINI, Iohannis. *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*. PARIS: por Martin le Jeune, 1566, pp. 24-25. Galíndez de Carvajal anotaria tais observações em sua *Crónica do reinado de Enrique IV*, apenas publicada em 1946. KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, p. 104. PAGDEN, Antony. Instruments of Empire: Tommaso Campanella and the Universal Monarchy of Spain. In: PAGDEN, Anthony. *Spanish imperialism and political imagination*. New Haven (Connecticut): Yale University Press, 1990. Análise das ideias de Bodin em PIRES, F. Murari. Jean Bodin, o

das ideias tacitistas, todavia, Filipe II cederia, em seus derradeiros anos, à necessidade da defesa historiográfica do *Imperium* espanhol.

Isto especialmente no tocante ao Novo Mundo, diante das acusações de atrocidades cometidas pelos conquistadores, contra a legitimidade do domínio espanhol sobre aqueles territórios, por parte dos adversários franceses e ingleses e mesmo de penas nacionais, como a de Bartolomé de Las Casas. António de Herrera y Tordesillas, Luís Cabrera de Córdoba e outros dedicar-se-iam, na passagem do século XVI para o XVII, a construir representações da perspectiva régia do processo histórico, contra-atacando discursos dos opositores e fundando suas histórias em documentos confiáveis, exarados nas secretarias régias, de modo a incutir o estatuto de verdade ao que escreviam.

Herrera y Tordesillas, na *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i tierra firme del mar oceano*, combate a denúncia de que a coroa na América não cumpria o dever evangelizador prescrito nas bulas de Alexandre VI. Cuida de associar quaisquer atos réprobos ali praticados a figuras individuais, como Francisco Pizarro, culpado pelas guerras civis no Peru. Descreve com afinco a promulgação por Carlos V das *Leyes Nuevas* de 1542, regulando o instituto das *encomiendas*, bem como os esforços dos monarcas, desde os *Reyes Catolicos*, por coibir e punir os “abusos” e “cobiças” dos colonizadores. Em Herrera, a *leyenda negra española*<sup>456</sup> é contra-atacada por meio da romantização da invasão da América. Até mesmo a linguagem da *Historia general* é nimiamente calculada, em seu afã de reconfigurar a imagem da Monarquia, substituindo-se (em conformidade com

---

Methodus e a Clio tudicideana: as figurações heroizantes do historiador. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 189-210, jan-jul 2012.

456 Sobre o conceito de “Lenda negra”, JUDERIAS, Julian. *La leyenda negra: estudios acerca del concepto de España en el extranjero*. Madri: Ed. Junta de Castilla y León, 1997.

determinações do Conselho de Estado e da coroa) termos como “conquista” e “guerra” por “pacificação” e povoamento”<sup>457</sup>.

Já Cabrera de Córdoba, sob Filipe III, produz um manual intitulado *De historia, para entenderla y escribirla* (1611), sintomaticamente dedicado a D. Francisco de Sandoval, Duque de Lerma e valido do novo rei. Tanto Cabrera de Córdoba como Herrera y Tordesilhas ocupam o papel do historiador-conselheiro, agente imiscuído nos negócios de Estado, cortesão ativo, propositor de soluções para as adversidades fiscais, administrativas e militares enfrentadas. No *De historia*, a partir de ideias de Botero e Lipsio, combinadas à velha concepção ciceroniana da *historia magistra vitae*, Cabrera de Córdoba compara o historiador a um “lapidário”, que usa de seu engenho para polir os eventos passados, fazê-los verossímeis em sua pena e assim amplificar sua “utilidade”. Nesse espírito, propõe um rígido modelo de obra histórica composto de nove partes: “Exordios, descripciones, digresiones, oraciones, elogios, discursos, juizio, pronosticos, sentencias”. O esquema, em suas linhas gerais, era aceito por outros autores de *Artes Historicae* como Agostino Mascardi, e seguido amplamente no Seiscentos<sup>458</sup>.

Córdoba não hesita em escrever que a finalidade da história é o bem “público”, expressão que em seu texto remete à conveniência do poder central, e que “as histórias estão por conta, e a cargo dos Príncipes”, cabendo-lhes presciência no momento de nomear os historiadores que mais perfeitamente preservarão a memória de suas façanhas. Cabrera de Córdoba, sem renunciar às prerrogativas moralizantes e pedagógicas do gênero, concentra o foco no terreno político e avança, em sua *Ars historica*, a teorização de uma

---

457 HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i tierra firme del mar oceano*. 4 vols. Madri: en la Emplenta [sic] Real, 1601-1615. KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 101-106, 274-286.

458 CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De historia, para entenderla y escribirla*. Madri: por Luis Sanchez, 1611, p. 62. SINKEVISQUE, *Com furores de Marte*, *Op. cit.*

historiografia militante, com características de “arma”. Quando preconiza a narrativa pragmática, documentada e persuasiva, tem em vista uma colaboração aperfeiçoada à consecução dos desígnios do poder central. A história, em síntese, é pensada como “guia de ação para os homens de governo”<sup>459</sup>.

Entrávamos já em Seiscentos. Então, aquele ideário quinhentista frutificará mais robustamente, tanto nas matérias gerais de Estado quanto, em particular, em seu desdobramento historiográfico, não obstante as muitas contestações e resistências de que foi alvo. Em Portugal, a historicização da expansão marítima foi processo tumultuado, atravessado por censuras, perseguições e proscricções de autores que teimavam em veicular versões inconvenientes à coroa e às casas nobres envolvidas no ultramar. Noutra plano, Martim de Albuquerque estuda a resistência nos países ibéricos às ideias tacitistas, pelo parentesco com o maquiavelismo<sup>460</sup>. Na França, sob o valimento de Richelieu, a monarquia, em sua luta contra a força centrífuga dos *frondeurs* e da nobreza feudal em geral, adota postura mais rigorosa frente às Histórias publicadas. A monarquia francesa forceja por controlar a produção do discurso histórico, valorizando o paradigma tradicional da história grave e “decorosa”, porém instrumentalizado sob o ideário da *Ragion di Stato*. Mais, talvez, do que a “ruptura epistemológica” de que fala Oliveira, assistimos a um ambiente de coabitação e mescla entre a tradição da obra histórica como manifestação retórica, e uma nova forma de conceber o gênero, mais pragmática e prognóstica (pois a *utilitas* pressupõe tentativa de antecipar

---

459 CABRERA DE CÓRDOBA, *De historia*, *Op. cit.*. VIDAL, Silvina. Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623). *Anuario del Centro de Estudios Históricos Carlos S. A. Segreti*, Córdoba (Argentina), ano 10, n. 10, 2010, pp. 325-341.

460 LAPA, M. Rodrigues. *Historiadores quinhentistas*, *Op. cit.*, “Introdução”. ALBUQUERQUE, *Jean Bodin na Península Ibérica*, *Op. cit.* ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, *Op. cit.*

situações futuras, com base no saber extraído das pretéritas), fruto do Renascimento, da Contra-Reforma e dos Descobrimentos<sup>461</sup>.

A tradição erudita renascentista, propõe Soll, em particular após as contribuições de Jean Bodin, teria amadurecido, nos reinados de Luís XIII e do Rei Sol, numa historiografia mais analítica e crítica. Preconizar-se-ia com maior vigor a “prudência” lipsiana baseada no conhecimento acurado da história, contra a centralidade de uma escrita literária, dedicada ao *delectare* ou ao mero eco do discurso monárquico. Tal entendimento representava uma ameaça à coroa em Paris, pois o instrumental é posto em ação contra o programa centralizador Bourbon, sobretudo pelos adversários italianos e espanhóis que, lendo obras francesas inconvenientes ao programa absolutista, voltavam o arsenal retórico contra o rei. Conquanto no reinado de Henrique IV ainda se demonstrasse algum entusiasmo pela historiografia “antiquária”, bem amparada em fontes, “já no começo do século XVII desenvolveu-se [a crítica erudita] para além do controle da coroa”, escreve Soll. As obras e ideias de Tácito ganharam maior visibilidade e popularidade, vindas a lume inclusive em edições in-quarto e in-oitavo, em contraste com os in-fólios mais comuns do Quinhentos. Lidas largamente, abriam-se as portas para Botero, Bodin e outras influências “perigosas”, pelas denúncias contra os desatinos da realeza. Sem demora, a historiografia aprimoraria o método crítico no exame de questões delicadas para a coroa<sup>462</sup>.

Pela década de 1630, continua Soll, a coroa francesa envidava esforços para controlar a escrita da história, o que somente realizaria, com efeito, nos anos 1660 e 1670, sob o ministério de Colbert. Justamente, lembremos, no momento em que, em Portugal, começam a vir a lume as histórias petrinhas da Guerra Holandesa. O taci-tismo é violentamente ostracizado do ambiente intelectual francês

---

461 OLIVEIRA, *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*, *Op. cit.*, pp. 46-49, 57-81.  
KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 35-37.

462 SOLL, *Empirical history*, *Op. cit.*, pp. 306-307.

e a “história política”, sufocada, fenece. Por meio da censura, da distribuição de generosas pensões, da fundação da *Académie Française* (1635) e de *cabinets privés*, Richelieu, Mazarino (com menor intensidade) e Colbert fomentaram o predomínio da narrativa histórica encomiástica, domesticada e dócil em seu arsenal analítico, travestida em porta-voz do Estado. Perseguia-se a finalidade propagandística de “educar” o povo francês, no sentido de engajá-lo na missão imperial monárquica. Os historiadores são convertidos em “artesãos da glória” real, na clássica expressão de Oreste Ranum<sup>463</sup>.

Quando os historiadores não estavam sendo mobilizados para defender a monarquia por meio da publicística, preconizava-se à larga o regresso da história de vertente literária. Revaloriza-se o secular compromisso estilístico com a grandiloquência e a beleza, a seleção de fatos exclusivamente elevados e nobilitantes. Esforço de aprisionamento da escrita da história nas linhas de força do regime. Explicita-o o trocadilho do jesuíta René Rapin, nas *Instructions pour l'histoire*, publicadas em 1677: “ainda que não se deva dizer nada que não seja verdadeiro, não se deve dizer toda a verdade”. Nada de novo, João de Barros já o afirmara, mais de cem anos antes, nas suas *Decadas da Asia*, igualmente preocupado em formular versões históricas que não levantassem réguas nem nobres sobranceiras. No tratado intitulado *De l'Histoire*, impresso em Paris em 1670, o também jesuíta padre Le Moyne postula que a verdade não poderia ser apresentada ignorando o decoro, a religião, o nascimento, convindo ornamentá-la com os preceitos do bom gosto. Sentencia que “a história e a poesia são aliadas”, porque o discurso bem alinhado conduz à verdade, e que “é preciso ser poeta para ser historiador”. Rapin dedica-se em muitas passagens a associar verdade, tida como fundamental ao discurso histórico, e beleza. Adverte a quem historia que

---

463 RANUM, Oreste. *Artisans of glory: writers and historical thought in seventeenth-century France*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980. BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 24-25.

“caso meta qualquer coisa de agradável, não deverá ser para corromper a verdade, mas para embelezá-la e fazê-la mais bem recebida”<sup>464</sup>. Esta fuga estética quase parnasiana nada mais era senão recurso para amordaçar uma historiografia subversivamente politizada. O movimento crítico dos princípios do século seria neutralizado e só despertaria já entrado o século XVIII. Era esta historiografia confinada entre a égloga e a propaganda, conclui Soll, não só a mais prestigiada na corte, mas, conseqüentemente, a que achava melhor acolhida nas mesas censórias e casas impressoras francesas.

Phyllis K. Leffler, por sua vez, elabora uma interpretação acerca da historiografia francesa seiscentista que diverge em alguns pontos da de Soll. Para a autora, predomina nos reinados de Luis XIII e Luís XIV, até cerca de 1680, a escrita da “história política” e laudatória, dentro da velha lógica dos “espelhos de príncipes”: pedagógica, moralizante, associada à tradição retórica antiga e de alguns humanistas italianos. Nessa ótica, os textos subversivos estudados por Soll seriam marginais ao *main stream* intelectual, simbolizado por figuras de proa como François Eudes de Mézeray e outros servidores sob controle Bourbon, compondo encômios do absolutismo régio. O campo intelectual, assim, estaria menos politicamente “carregado” do que supunha Soll, dado o diminuto impacto das obras destoantes ou contestatárias<sup>465</sup>.

Na primeira metade do século XVII, gradualmente, se desenvolveria novo paradigma historiográfico francês, conhecido como *histoire raisonnée*, que Leffler descreve como derivado da *Ars historica*

---

464 LE MOYNE, Pierre. *De l'Histoire*. Paris: por Louïs Billaine, 1670, pp. 1-10. ANÔNIMO (atrib. a RAPIN, René). *Instructions pour l'histoire*. Paris: por Sebastien Mabre-Cramoist, 1677, pp. 34-35, 133-134. SOLL, *Empirical History, Op. cit.*, pp. 309-310.

465 LEFFLER, Phyllis K. From Humanist to Enlightenment historiography: a case study of François Eudes de Mézeray. *French historical studies*, Durham (EUA), vol. 10, n. 3, 1978, pp. 416-438. LEFFLER, Phyllis K. French historians and the challenge to Louis XIV's Absolutism. *French historical studies*, Durham (EUA), vol. 14, n. 1, 1985, pp. 1-22.

elaborada desde fins do Quinhentos. Os textos se revelavam uma combinação de “análise factual, digressão moral e técnica literária”, o que implica dizer que faziam coabitar os preceitos estéticos e morais de antanho e as ideias desenvolvidas pelos modernos pensadores da “razão de Estado”. Para o fim de angariar aliados à agressividade imperialista francesa, numerosas histórias militares dedicadas à exaltação dos luíses põem em movimento toda esta panóplia de recursos, a retratar monarcas-generais divinizados. Fazem-nos descender de uma remota genealogia de guerreiros, associados a ícones greco-romanos e francos como Marte, Alexandre, César e Carlos Magno<sup>466</sup>.

A *histoire raisonnée*, com seu misto de erudição clássica e persuasão, oferecia aos historiadores pró-Bourbons as melhores ferramentas para a consecução da sua tarefa bajulatória. Em estudos como os de Soll e Leffler vislumbramos esta concorrência de paradigmas do que deveria ser pensar e escrever sobre o passado, painéis que conviviam, conflitavam e inspiravam letrados no mundo ibérico. Uma confluência de tradições relidas, adaptadas às urgências dos agentes do governo e à elite, nobre ou burguesa, engajada nas guerras europeias. Formas plurais de historiar, com que o Seiscentos procurava fazer face a seus próprios desafios históricos.

Este modelo misto introduzia modificações na concepção de “verdade”, ligada não mais à virtude ou à pintura de elevados padrões de conduta, e sim à prudência e à exposição de fatos históricos específicos, recuperáveis pelo exame documental. Nas décadas finais do século, protegidos pelo paradigma da *histoire raisonnée*, diversos historiadores, fossem huguenotes ou realistas católicos, passam a compor uma história crítica, opositora das políticas absolutistas de Luis XIV. A transformação não foi nada brusca. Ainda em 1681,

---

466 BEBIANO, *A pena de Marte*, *Op. cit.*, pp. 21-22. Também BURKE, *A fabricação do rei*, *Op. cit.*

o bispo de Meaux, Jacques-Bénigne Bossuet, concluía seu famoso *Discours sur l'histoire universelle*, atestando a inevitabilidade da guerra como “flagelo divino” e negando quaisquer limites ao exercício do poder monárquico. No entanto, há algo da coruja de Minerva no *Discours*. Doravante, os trabalhos de Guillaume Marcel e de Henri Boulainvilliers e mesmo as obras de realistas como Louis Legendre e Gabriel Daniel se mostrariam menos reverentes e mais analíticas. Não saindo de cena os “artesãos da glória”. Questionar-se-iam, doravante, as origens míticas da monarquia e os fundamentos de seu estatuto divino<sup>467</sup>.

De vez que a influência francesa na corte portuguesa, sob a governança petrina, era constante, é natural que o impacto dessa tensão e efervescência intelectual se fizesse sentir nas cercanias do Tejo. Não somente a rainha Marie Françoise, falecida em 1683, era parisiense, mas ainda destacadas figuras da nobreza, como o duque de Cadaval, participavam do grupo que Lourenço apelidou de “afrancesados” e “amantes das letras e da cultura francesas”. Ericeira, infenso ao estilo floreado das *histoires* dedicadas ao Rei Sol, nem por isso deixava de lê-las e absorver algumas de suas lições. A historiografia tem demonstrado como a diplomacia, as ideias e mesmo as modas francesas impactaram desde as iniciativas econômicas até as práticas cortesãs sob a regência e reinado do Pacífico<sup>468</sup>. Não admira, daí, que a escrita da história no Seiscentos francês se fizesse ler e imitar na corte e nas tertúlias acadêmicas então em voga em

---

467 LEFFLER, *French historians, Op. cit.*, pp. 3-10. LEFFLER, Phyllis K. The “Histoire Raisonnée”, 1660-1720: a pre-Enlightenment genre. *Journal of the History of Ideas*, Filadélfia (Pensilvânia, EUA), vol. 37, n. 2, 1976, pp. 219-240. BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'Histoire universelle*. A monseigneur le Dauphin por expliquer la suite de la religion & les changements des Empires. En trois parties, depuis le commencement du Monde jusqu'à l'an 1700. Québec: Ed. Samizdat, 2013 [1681], pp. 179, 437-438.

468 LOURENÇO, *Pedro II, Op. cit.*, p. 157. SERRÃO *et al*, *História de Portugal*, vol. 7, *Op. cit.*, pp. 148-151.

Portugal. Em especial, a *histoire raisonnée* pré-1680 caracterizada por Leffler, tão prestativamente manobrável ao sabor das agendas do poder central, mas igualmente adaptável aos desígnios de facções cortesãs e de partidos fixados no ultramar, dispostos a valer-se do discurso histórico para fazer-se ouvir nos paços peninsulares.

É preciso considerar, por outro lado, que o partido francês na corte lisboeta era, ao mesmo tempo, constrangido por força das desconfianças face a Paris. Notadamente desde as pazes franco-espanholas de 1659, quando Luís XIV, quebrando a palavra dada a D. João IV em 1640 (de apoiar a Restauração e manter os castelhanos engajados em duas frentes de batalha), abandona Portugal e deixa Filipe IV livre para retomar a coroa lusitana. Madri, mesmo em meio às tensões luso-castelhanas, durante a regência, não deixa de contar com partidários em posições importantes em Portugal, contrabalançando o magnetismo dos Bourbons. Cuida, ademais, de manter embaixadores junto a Pedro II, esforçados por influenciar as negociações políticas e militares<sup>469</sup>. Tampouco desaparece o bilinguismo e, de modo geral, a força da cultura espanhola segue atuante no país. No território historiográfico, o paradigma delineado por Herrera y Tordesilhas, Gómara, Mariana e outros, tão poderoso nos anos da dominação filipina, continua respeitado<sup>470</sup>. E a postura da coroa espanhola face à escrita da história, nos últimos reinados dos Áustria, será fonte de inspiração para a produção lusitana.

Desde a ascensão de Filipe IV e do conde-duque de Olivares, nos anos 1620, a subordinação da escrita da história às solicitações do poder central aprofunda-se. Como advertem Kagan e Soll, nem o válido espanhol nem o francês alcançam manter sob seu controle toda a produção historiográfica de seus respectivos reinos. Na França, Richelieu se descobriria em maus lençóis por alguns escritos do

---

469 MARTÍN MARCOS, *Península de recelos*, *Op. cit.*, *passim*.

470 CURTO, *Cultura imperial*, *Op. cit.*, p. 150.

historiador real Scipion Dupleix (convertidos por adversários em argumentos diplomáticos contra os franceses) e, ao menos até o ministério de Colbert, viriam a público, ocasionalmente, histórias indigestas à coroa<sup>471</sup>. Em Madri, Olivares, entre as muitas antipatias que fomentava na nobreza castelhana, travaria frias relações com cronistas mores como Tamaio de Vargas. Estes preferiam distanciar-se da “história política” instrumental telegrafada pelo *Consejo de Estado*, orgulhosos de se dedicarem à “pesquisa da verdade”, em consonância com a historiografia mais tradicional. Teimosia que, aliás, esvazia-lhes a influência no curso do derradeiro reinado filipino<sup>472</sup>.

À parte estes contratempos, ambas as coroas, no momento em que deflagram a guerra entre si, em 1635, lançam mão de uma plêiade de historiadores-publicistas ou *plumas teñidas*, na expressão sarcástica de Baltazar Gracián: *ghost-writers* comissionados para o fim de angariar apoio público às políticas de seus patrocinadores, fomentando o ódio pelo adversário mediante a seleção e distorção dos eventos recentemente acontecidos. Em Paris, atuava já desde há alguns anos um *Cabinet de presse*, repleto de *chercheurs savants* como Père Joseph e La Mothe de Vayer, dedicados, entre outros objetivos, a justificar a agressão francesa aos espanhóis. Em Madri, a Guerra dos Trinta Anos persuade o conde-duque a reunir uma *Junta* de historiadores, com nomes como Gonzalo Cespedes y Menezes, José de Pellicer de Ossau y Tovar e Virgilio Malvezzi, além de *free-lancers* como Francisco de Quevedo, todos trabalhando de modo a fazer jorrar panfletos e livros cáusticos quanto aos malfeitos alheios, e idílicos sobre os Áustria<sup>473</sup>.

A vigorosa instrumentalização da historiografia, incutindo-lhe nada menos que características armamentícias, sobreviveria ao valimento do conde-duque (1621-1643), à ascensão e queda de seu

---

471 SOLL, *Empirical history*, *Op. cit.*, p. 308.

472 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 306-308.

473 *Ibidem*, pp. 305-306, 317-340.

substituto Luís Mendes de Haro e a todo o reinado de Filipe IV, até lentamente definhar sob seu filho Carlos II. No último terço do século XVII, época de marcada decadência do império hispânico e inapetência da corte madrilenha, com perdas territoriais e uma crise sucessória a nublar o horizonte, a história oficial vai perdendo o traço aguerrido dos anos olivaristas. Com exceção talvez do marquês de Oropesa, raros ministros demonstraram interesse pelo potencial político das expressões artísticas e da historiografia. Os cargos historiográficos resumem-se, muita vez, a prebendas honoríficas concedidas por ministros poderosos a apaniguados. A história oficial castelhana encerrava uma trajetória iniciada no *scriptorium* do monarca Afonso X (1252-1284)<sup>474</sup>.

O alheamento historiográfico da corte favoreceria certo grau de independência na escrita da história na Espanha, como vimos, por exemplo, no caso do silêncio em torno da Guerra Holandesa em Pernambuco, nos anos trinta, estimulando os chefes ultramarinos na campanha a historiá-la. Agora, porém, com outras consequências. Já no reinado de Carlos II, os eruditos conhecidos como *novatores* denunciariam o “atraso” cultural do país nos campos do direito, das ciências e da pesquisa histórica, buscando introduzir as ideias de pensadores como Bacon, Descartes e Grotius, como forma de estancar a “decadência espiritual” da nação. No domínio historiográfico, experimenta-se o ímpeto da renovação promovida por investigadores jesuítas de Flandres empenhados no projeto editorial das *Acta Sanctorum*, apelidados de “bolandistas” em homenagem a seu primeiro editor, Jean Bolland. Os *novatores* – entre os quais listavam-se eruditos historiadores como Antonio de Sólis, que publicaria uma *Historia de la conquista de Mexico* (1685) já sob os auspícios do novo ideário historiográfico – reúnem-se em tertúlias e buscam disseminar a importância do exame das fontes originais e da rigorosa

---

474 *Ibidem*, pp. 349-355.

crítica textual. Metodologia em muito inspirada nos escritos do jesuíta belga e também bolandista Daniel van Papenbroeck, com quem diversos *novatores* se carteavam<sup>475</sup>.

Tanta vigilância das monarquias europeias sobre a faina dos historiadores apenas ensina que as Histórias eram canais considerados eficazes para esta delicada experiência comunicativa. “À parte seus defeitos”, conclui Kagan, “é difícil esquecer que a história oficial não era necessariamente história de segunda linha”. Se alguns historiadores a soldo de Olivares e Richelieu pouco iam além de panfletários charlatães, não poucas *plumas teñidas* e *chercheurs savants* escreviam com aqueles ingredientes tidos como imprescindíveis à boa história: erudição, juízo, elegância e abundantes provas documentais<sup>476</sup>. Ao passarmos à análise da produção historiográfica do Império Português, verificaremos com mais clareza como tais preceitos aparentemente antagônicos de encômio e de erudição, do panegírico régio ou nobiliárquico podem conviver no interior das mesmas obras. A promessa de seus prefácios, ao mesmo tempo, evoca sustentáculos como o testemunho ocular, a fidedignidade documental, o rigor na enunciação do “verdadeiro” e a *utilitas*, numa coabitação que, conquanto nos soe hoje talvez improvável, aos ouvidos seiscentistas soava perfeitamente harmoniosa.

### “Historia perfecta” e “história política”

Quando Tamaio de Vargas protesta não pretender dar a lume com sua *Restauracion de la ciudad de Salvador* uma “historia perfecta”, mas sim uma “relacion historial”, não estava aludindo a termos

---

475 *Ibidem*, pp. 356-365. MESTRE SANCHÍS, Antonio. Crítica y apologia en la historiografía de los novatores. *Studia historica, Historia Moderna*, Salamanca, n. 14, 1996, pp. 45-62. LINAJE CONDE, J. A. Los bolandistas. *Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Madri, n. 2, 1992, pp. 187-206.

476 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, p. 348.

absolutamente imprecisos. Tinha clareza de escrever uma “relação”, porque seu objetivo primordial era ainda a transposição do acontecimento em texto, em fato candidato à memória – muito embora, no seu caso particular, a escrita se revista já de portentosos elementos de erudição. Seu compromisso era relatar. A *Restauracion* era, ademais, a primeira encomenda do conde-duque de Olivares para o recém nomeado cronista-mor de Castela. Tamaio de Vargas terá, porventura, se esmerado para alinhar registro ímpar, memorável, apesar de breve, entrelaçando precisamente a lhanza imediata do relato com a gravidade e respeitabilidade retórica do que então se admirava como narrativa histórica.

Porém não era uma história “perfeita”. Em que consistiria tal perfeição? Justamente no ultrapassar o relato, no extrair-lhe saberes aplicáveis à variedade dos assuntos humanos, fossem máximas éticas ou teológicas, fossem preceitos do bom governo, para a advertência do príncipe. Uma História seria perfeita por ser mais do que uma narrativa. O conceito de “história perfeita” ou de “história íntegra”, outro dos que remontavam à Antiguidade, fora reformulado por humanistas do Quinhentos como François Boudoin, no interior de seus esforços para aparelhar a escrita sobre o passado como mecanismo de aprimoramento da ação política<sup>477</sup>. O legítimo discurso histórico não poderia se furtar a este dever hermenêutico, residindo aí sua grandeza.

Concretamente, a “perfeição” de uma História, no recorte aqui considerado, consistia em um campo de disputas. Conforme alguns tratados, decorria de dois componentes: primeiro, o imprescindível alicerce documental da *narratio*, contra a fatuidade e pouco crédito dos conteúdos de segunda mão. “Até o ponto”, comenta Kagan, “de resultar facilmente verificável [...] face ao rumor das ruas”, e da construção de exemplos a entremear a narração, “desenhados para

---

477 GRAFTON, *What was history?*, *Op. cit.*

oferecer aos seus leitores conselhos morais”. O problema do embaçamento em fontes que assegurassem a verdade do historiado, um dos temas nodais da *Ars historica*, representa um primeiro afastamento dos paradigmas que enraízam a história entre os ramos do saber retórico. Afastamento que não pode ser confundido, ainda, com aniquilação. A noção da prova retórica, associada ao preceito clássico da *enargeia*, de transportar o leitor para a cena retratada, fazendo o passado de novo presente, sem dúvida ainda vigorava no Seiscentos e será visível em algumas das Histórias da Guerra Holandesa. Não obstante, ia se fazendo majoritário o entendimento de que a colaboração entre gênero histórico e a *Ragion di Stato*, para funcionar, imporia um registro crível, “provado”, ainda que a crítica de fontes, no seu sentido mais lato, não se tornasse, tão cedo, objeto de interrogação<sup>478</sup>.

O segundo componente é a “exemplaridade” esperada da história. O *exemplum* não se confunde com a mera irrupção de uma ocorrência qualquer. Cumpre efetuar, antes, uma tarefa gnosiológica, elaborando saberes capazes de iluminar coincidências e analogias com outros eventos, presentes ou futuros. O texto historiográfico alcança o seu zênite como fonte de saber prático e, ao cabo, como bússola para o mar do tempo. Daí o caráter prognóstico atribuído às Histórias<sup>479</sup>. Mais do que o mero deleite retórico de revistar as façanhas de Alexandre ou comparar soldados do agora a Alcibíades ou Cipião, recurso ainda decerto admirado, importava aparelhar o leitor – o príncipe, o governador, os estadistas a que de ordinário se destinavam as histórias – com um conhecimento que o instruisse e guiasse. Esperava-se do historiador, portanto, a “sciencia”,

---

478 KAGAN, *Los Cronistas*, *Op. cit.*, p. 153. GINZBURG, *O fio e os rastros*, *Op. cit.* Como lembra Oliveira, tradicionalmente, era a forma discursiva (*enargeia*) que fundava a veracidade do relato histórico, não o amparo documental. OLIVEIRA, A *Historia do Brasil de frei Vicente do Salvador*, vol. 1, *Op. cit.*, p. 79.

479 *Ibidem*, vol. 1., pp. 81-82.

as “muitas letras”, isto é, o discernimento que o capacitasse a captar a recorrência das atitudes e sucessos, considerando uma alma humana que é sempre a mesma e que reencenará, até o fim do mundo, os mesmos dramas. O historiador reconta estes enredos, sim, porque eles deleitam, sim, porque eles moralizam, servem à pátria e ao rei. Porém, platonicamente, quando traça perfis, recolhe anedotas, descreve batalhas e milagres, pretende, ao cabo, ascender do passageiro ao eterno, captar o permanente, o que na história não é histórico, apontar seu dedo e exclamar: *ecce homo*.

Dotado dessa faculdade, o historiador moderno estaria apto a formular aforismos com base nos “casos típicos” que irrompem de sua história e ele identifica, a partir de todo o repertório literário e historiográfico clássico, medieval e dos tempos vizinhos ao seu. Donde o afastamento, nos séculos XVI e XVII, entre o que se entendia como próprio da historiografia e a incumbência do “relatar”, a cargo deste outro gênero denominado “relação” (fosse “de sucessos”, fosse “historial” ou de outra natureza). Daí, em resumo, a diferença entre o que fazem Duarte de Albuquerque Coelho, em 1644, e Brito Freyre, em 1675, ambos compondo sobre o mesmo substrato narrativo e enfocando idêntico recorte temporal. *Idem, sed aliter*. As ferramentas conceituais de que dispomos hoje nos permitem desnudar as inconsistências do binômio relação-história, sublinhando como um autor como Coelho vai muito além do mero relatar, supostamente impessoal. Com nossa “leitura a contrapelo”, flagramos a hermenêutica também a irrigar os textos de Guerreiro, Tamaio de Vargas e Crus. O pensamento seiscentista, porém, via-os em campos complementares e hierarquizados.

Idealmente falando, Coelho, vinculando-se à tradição dos “anais”, assenta o que sucedeu, mês a mês, ano a ano. A dimensão gnosiológica estaria ausente de seu escrito; as *Memorias diarias*, em tese, espelham, não interpretam. Já Freyre, conquanto admita relatar também, medita, sublima e ensina. A obra histórica moderna se

pensa como este constante alçar-se, a partir da narrativa, à esfera do filosófico e do teológico. É claro que esta divisão esquemática não se preserva ileso na feitura das obras: uma relação, como vimos nos casos de Tamaio de Vargas e Guerreiro, poderia arriscar-se na gramática moralizante e erudita da historiografia. No entanto, a distinção nuclear subsiste. Os eventos, pensava-se então, seriam, em última instância, reprises que, tal como no programa televisivo, valia a pena ver de novo, porque revê-los era imprescindível à aprendizagem de saberes necessários à sobrevivência da comunidade política e à salvação do rebanho cristão. O tesouro do passado não residiria na superfície desses episódios, mas naquilo que escondem e que só o *savoir faire* do historiador desnuda.

Portanto, o relato em si é tido, nesta perspectiva historiográfica de larga aceitação no Seiscentos, como matéria de menor relevância, embora de forma nenhuma inútil. Já o dever do historiador implicaria o exame diligente e extenuante de fontes, mas em vista de objetivo em última instância “philosophico”: depurar, abstrair, em outras palavras, flagrar, a partir da concretude dos fatos estudados, as recorrências e perpetuidades reconhecíveis na Criação. Visão, ademais, que sobreviveria longamente na historiografia europeia: no século XIX, Leopold von Ranke se dizia ainda intérprete da obra divina, através da história<sup>480</sup>. A historicidade da cultura, das práticas políticas, dos arranjos econômicos e, de maneira geral, das formas de vida eram noções inusitadas e heterodoxas à concepção europeia de história do período. Predomina, antes, legado das mundivisões antiga e medieval, a convicção platônica da imutabilidade intrínseca do homem, da ordem social e dos fins da existência<sup>481</sup>.

Na esteira da tradição do humanismo, o trabalho do historiador da Alta Modernidade é em essência reiterativo. Não se admite bem a

---

480 GAY, *O estilo na história*, *Op. cit.*, pp. 77-89.

481 HARTOG, *Regimes de historicidade*, *Op. cit.* PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ideia de historicidade da vida social. Os fatos históricos por ele estudados não teriam por função revelar “novidades” nem facetas inauditas da dinâmica social ou da “natureza humana”. Cumpria-lhes, ao contrário, atualizar máximas de sabedoria consagradas, apenas reafirmadas nos sucessos contemporâneos. Há uma epistemologia de base dedutiva a presidir a meditação historiográfica. Nas palavras de Curto, “a utensilagem mental de seiscentos não fornece a possibilidade de opor a teoria à prática”<sup>482</sup>. Os eventos históricos não eram lidos segundo expectativas de ruptura, de irrupção do inédito. Tudo o que sobrevém é confirmação e reafirmação; o real não é território de surpresas, mas palco em que se assiste à sucessão rotacional de decadências e reabilitações que marcam a maratona das gentes, da Queda ao Juízo<sup>483</sup>. O que é a síntese da forma platônica de compreender a realidade. Sem necessariamente concordar com a generalização de Curto para o século em que viveu Descartes<sup>484</sup>, sua reflexão aponta para o tipo de escrita proposta pela *Ars historica*.

Este entendimento, contudo, deixa de fora outro aspecto do problema. Na direção oposta à da ótica humanista, a maturação da concepção histórica de cunho mais pragmático e publicístico – por exemplo, na Espanha de Lerma e, com ainda mais vigor, de Olivares – tende a revelar as fragilidades desse ideário. Questiona-se, então, a validade das máximas e os *exempla* de Telêmaco, Alexandre e César para a resolução dos dilemas governativos do agora. Mais proveitosas seriam, contra-argumentavam os cultores da nova ótica, as notícias fornecidas por escritos cartográficos, legais e Histórias contemporâneas, sobretudo como balizadoras de decisões polêmicas, a sollicitar o apoio da opinião pública para chegar a bom termo. Relação

---

482 CURTO, A *produção do discurso político seiscentista*, *Op. cit.*, p. 7.

483 ROSSI, Paolo. *Vicissitudo rerum*. In: *O passado, a memória, o esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, pp. 103-127.

484 CANGUILHEM, Georges. Descartes et la technique. *Transformação*, São Paulo, 5, 1982, pp. 111-122.

e História, nesta visão concorrente, aproximam-se. A “história política”, herdeira da *Ragion di Stato* do Quinhentos, desinteressava-se dos arrazoados filosóficos e abstratos, bem como das retumbâncias retóricas, e postulava uma renovada valia para o relato, reconhecido desde logo como fonte de dados, orientações, para além de meros *remakes* no círculo do tempo mundano.

Os desdobramentos posteriores do tacitismo, em busca de instrumentos para dar solução aos dilemas do Estado moderno nascente, abandonarão aquele ideário clássico, gradativamente substituído pela convicção de uma dinâmica social mais movediça. A história oficial, em sua subserviência à agenda das monarquias na França, na Espanha, em Portugal e alhures, terminará por enriquecer o repertório de concepções do que é, para que serve e como se deve escrever uma História. Haja vista a distinção setecentista entre o gênero das “memórias para a história” – na França já produzidas no século xvii e em Portugal institucionalizadas com a Academia Real de História – e as “Histórias” propriamente ditas, que se nutrem das informações providas pelas primeiras<sup>485</sup>. Reformulando temas nodais como a “verdade”, passava-se a debater o acesso às fontes originais e até qual seria o fraseado mais pertinente ao trabalho do historiador. Kagan alude à contrariedade de Herrera y Tordesillas e outros aos excessivos floreios das obras da Renascença, propondo estilo simples, sem adornos, em que o cerne da composição reside na mensagem. Coisa que contesta a generalização da “literatura barroca”, gongórica, como marca do Seiscentos, encontrável em outros estudos<sup>486</sup>. Sem que se possa determinar a predominância incontestada de uma dessas vertentes, o século xvii foi profundamente marcado pela tensa convivência dessas distintas formas de historiar.

---

485 MOTA. *A Academia Real de História, Op. cit.*, pp. 42-43.

486 KAGAN, *Los cronistas, Op. cit., passim*, ALBUQUERQUE, Para uma teoria política do Barroco em Portugal, In: *Estudos de cultura portuguesa, Op. cit.*, pp. 421 e ss.

É este composto de correntes de pensamento, em boa medida antagônicos, cujo influxo se faz sentir sobre a escrita da história em Portugal, tanto nos anos filipinos quanto durante a Guerra de Restauração e na regência e reinado de D. Pedro II. Sob os Bragança, como veículo de afirmação régia, é aventado um discurso predominantemente militar, para além da miríade de textos de justificação política, jurídica e teológica, beneficiando-se das diversas casas impressoras lisboetas<sup>487</sup>. A *História de Portugal Restaurado*, do conde de Ericeira, representará a culminância desse arsenal afirmativo, precedida de relações históricas e Histórias apoiadoras do 1640. Já em 1642, João Salgado de Araújo estampava seu *Marte Portvgves contra emulaciones castellanas*, enaltecendo a insurreição do 1º de Dezembro<sup>488</sup>. Ainda no reinado joanino, o Pe. Seabra Pimentel dá a lume sua *Exhortação militar, ou lança de Achilles, aos soldados Portuguezes, pela defensão de seu Rey, Reyno, & Patria, em o presente apresto de guerra*, opúsculo no qual de pronto se divisam traços da “história política” olivariana e Bourbon, não admirando apor-se ao volume, no pé de imprensa do frontispício, a expressão “por ordem de sua Magestade”. Atestado que, longe de depreciar o impresso, o abonava<sup>489</sup>.

No reinado afonsino, atravessado pela crise do reavivamento da Guerra de Restauração, este aparelhamento da escrita da história pela coroa, seja para a temática da Restauração, seja para a historicização da Guerra Holandesa, aparenta refrear-se. O que não é o caso dos panfletos ocasionais e periódicos, que continuam abundantes nos anos finais do conflito luso-castelhano: recorde-se o já

---

487 TORRALBA, *Ideologia política e teoria do Estado*, *Op. cit.*

488 ARAUJO, João Salgado de. *Marte Portvgves contra emulaciones Castellanas o iustificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla*. Lisboa: en la emprenta de Lourenço de Anberes, 1642.

489 PIMENTEL, Timoteo de Seabra. *Exhortação militar, ou lança de Achilles, aos soldados Portuguezes, pela defensão de seu Rey, Reyno, & Patria, em o presente apresto de guerra*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1650.

mencionado periódico *Mercurio Portuguez*, impresso entre 1663 e 1666, complementado por um sem-número de relações de sucessos das vitórias de Elvas, do Ameixial e de Montes Claros. A aclamação de D. Pedro, por sua vez, com o cessar-fogo e os desafios da consolidação dinástica, implicará desde cedo a redescoberta do potencial publicístico e legitimador da historiografia, embora com intervalos e intermitências que a diferenciam do afã sistemático com que os autores franceses, sob Colbert, se faziam porta-vozes de sua monarquia. Tão cedo quanto 1669, sai ao prelo a *Catastrophe de Portugal*, respondendo à premência de formular versão autenticadora da virada política de 1667-1668. As décadas seguintes testemunharão o florescer de bibliografia devotada a afirmar, doméstica e internacionalmente, a regalia da casa entronada. E o tema da “Guerra Brasílica” assumirá centralidade.

Convém, ademais, recordar que não somente as coroas ibéricas se servem dessa profusão de referências de escrita da história, aos poucos e em diversos ritmos formulada e recepcionada. A nobreza e, em casos mais raros, facções e sujeitos não-nobres em posições socioeconômicas de destaque lançam também mão do prestígio das Histórias para o fim de se promover e angariar visibilidade. Empregam, para tanto, o antigo modelo do “panegírico”, texto de propósito laudatório que, no ambiente publicístico da “história política” oficial, goza ainda de certa respeitabilidade. Céspedes y Menezes, como veremos, faria uso desse gênero e do encômio a figuras de proa para reabilitar-se em Castela de seus azares. Não seria o único.

Remontando o panegírico à Antiguidade greco-romana, Bebiano o define como “composição literária destinada a divulgar, a elogiar e a exaltar [...] as ações ou as virtudes de uma dada coletividade, de um certo povo ou, ainda, muito mais habitualmente, de uma determinada personagem”. Na Ibéria, já desde a Idade Média e mais ainda a partir das Navegações, esta literatura, especialmente a

nobiliárquica ou promovida por outros estamentos, acha solo onde vicejar. Isto ocorre, em parte, porque a afirmação do poder central se desdobra em luta por espaços com a fidalguia, a qual resiste por preservar seus privilégios. “Este setor social agarra-se justamente a eles como apetrechos essenciais de afirmação”, conclui Bebiano. O panegírico, neste cenário, atua como pilastra ou escudo dos estatutos jurídico-culturais do segundo estado, diante do empuxo de centralização sentido, no século xvii, a norte e sul do continente. Assediam a nobreza, também, mudanças como o declínio da figura do “soldado gentil-homem” no exército (ofuscado pela profissionalização das forças armadas), os esforços de legitimação dos Áustria e dos Bragança (por meio da iconografia, da imprensa e das expressões literárias) e outras iniciativas contrastantes à secular primazia da aristocracia<sup>490</sup>.

Já no Quatrocentos, a conhecida e anônima *Crónica do Condestabre de Portugal Nun'Alvarez Pereyra* (primeira edição: 1526) forneceria seguro tracejado aos panegíricos posteriores. Gomes Eanes de Zurara, guarda-conservador da livraria real, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor sob D. Afonso v, pioneiro da historicização da expansão ultramarina, faria de sua *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné* (1453) monumento em honra do infante D. Henrique e da casa de Avis. Todavia, poucos anos depois, alugaria sua pena também à láurea da casa dos Menezes, nas figuras de D. Pedro, capitão de Ceuta, e de D. Duarte, filho daquele. Viaria Zurara a Alcácer-Ceguer para fornecer a seus patronos mais acurado relato das lutas portuguesas no Marrocos, de que tomaram parte os protagonistas de sua narrativa<sup>491</sup>.

---

490 BEBIANO, *A pena de Marte, Op. cit.*, pp. 276-283. MONTEIRO, Nuno G. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanak Braziliense*, São Paulo, n. 2, 2005.

491 ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por mandado de El Rei D. Affonso v, sob direcção scientifica, e segundo*

Nos reinados seguintes, pelos séculos XVI e XVII, a historiografia posta a serviço das casas nobres e figuras de proa continua produzindo considerável volume de manuscritos e impressos. Na Espanha, os monarcas Trastâmaras e Habsburgos se esforçariam por fazer prevalecer o “poder blando” de suas histórias oficiais contra os discursos produzidos pela nobreza arredia de Aragão e Castela<sup>492</sup>. Em Portugal, patronos ambiciosos de fama se beneficiam de talentos como o de João Batista de Lavanha, Duarte Nunes de Leão e Diogo do Couto, o último dos quais *protégé* da casa de Vidigueira, nuclearmente envolvida no expansionismo ultramarino luso (o primeiro conde de Vidigueira, como se sabe, foi o descobridor Vasco da Gama, título concedido por D. Manuel, em 1519)<sup>493</sup>. A exaltação simultânea das pessoas reais e da primeira nobreza obtém, já entrado o século XVII, notável contribuição com a publicação dos *Parallos de Principes, & varões illustres Antigos*, do padre Francisco Soares Toscano, além de outras ladainhas a personagens como D. Luís de Ataíde e suas façanhas na Índia<sup>494</sup>.

---

*instruções de illustre infante D. Henrique*. Paris: por J. P. Aillaud, na Officina Typográfica de Fain e Thunot, 1841 [1453]. ZURARA, Gomes Eanes. *Chronica dos feitos do Conde Dom Pedro de Menezes Primeiro Capitao que foi na cidade de Cepta*. BNP, Reservados, ms. COD. 12982 (Cópia seiscentista do original datado de 1463). ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do conde dom Duarte de Menezes. Manuscrito mandado escrever por El-Rey D. A. o 5º*. BNP, Reservados, Ms. A.T./L 68 (cópia seiscentista do original datado de 1468). Há também recentes edições críticas dos textos de Zurara, como em ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & MENDONÇA, Manuela (ed.). *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015. ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & BRASIL, Reis (ed.). *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Sintra (Mem Martins): Europa-América, 1989.

492 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, “Introdución” e *passim*.

493 CURTO, *A cultura política*, *Op. cit.*, pp. 116-117. BEBIANO, *A pena de Marte*, *Op. cit.*, pp. 283-284.

494 TOSCANO, Francisco Soares. *Parallos de Principes, e varoes illustres antigos, a que muitos da nossa naçam Portugueza se assemelhãrão em suas obras, ditos, &*

Em muitas dessas obras babujavam-se homens de antanho. Porém, com o avançar do Seiscentos, ganhará fôlego o panegírico poético ou historiográfico de “heróis” há não muito falecidos, como no caso da homenagem de D. Francisco Manuel de Mello a D. Manuel de Menezes (morto cerca de trinta anos antes), na *Epanaphora Tragica*<sup>495</sup>. Ou, mais ainda, o louvor a sujeitos ainda vivos, ávidos dos prêmios simbólicos e materiais derivados do gênero. Como no caso do velho Filipe II de Áustria, os ganhos da exaltação de si tendem a suplantar, mais e mais, o pejo e a força das admoestações teológicas contra o pecado da *vanitas*.

A Guerra Holandesa e a Guerra de Restauração são adventos propícios ao desenvolvimento deste ramo. Estão entre seus mais destacados cultores, em Portugal, a casa de Cantanhede-Marialva. D. Antonio Luís de Menezes, terceiro conde de Cantanhede e primeiro marquês de Marialva, chefe das tropas afonsinas nas importantes batalhas alentejanas dos anos 1660, faz-se mecenas de panegiristas como Antonio Barbosa Bacelar e Fernando Correia de Lacerda (mesmo autor da *Catastrophe de Portugal*), entre outros, inclusive membros da “Academia dos Singulares”, para fundar memória conveniente de seus louros marciais. O programa autocongratatório dos Menezes incluiu não só narrativas históricas, mas também poemas e orações<sup>496</sup>. Por exemplo, Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, prefacia seu *Panegyrico ao excellentissimo Senhor D. Antonio Luis de Menezes* com explicações quanto à serventia de divulgar as grandezas dos varões ilustres, menos para o laurel

---

*feitos: com a origem das armas de algumas familias deste Reino.* Évora: por Manoel Carvalho, 1623. BEBIANO, *A pena de Marte*, *Op. cit.*, p. 284.

495 MELLO, *Epanaphoras*, *Op. cit.* Na edição de 1660, a segunda *Epanaphora* é também intitulada “Naufragio da Armada Portvgveza em França. Anno 1627”, em cujo comando estava D. Manuel.

496 BEBIANO, *A pena de Marte*, *Op. cit.*, pp. 286-293.

deles do que para felicidade e utilidade dos que vivem. O panegírico, longe de sabujice, é visto como valiosa contribuição ao bem público.

Se as acções heroicas não forem escritas nos Annaes da historia [e] não forem grauadas nos bronzes da eternidade, defraudados ficarão os mortaes da gloria, & vtilidade dellas; porque faltando as memorias aos que as obrarão, faltarão os exemplos para que se imitem: para que durassem aquellas, para que se propozessem estes, se escreverão os Panegyricos, se leuanta-raõ as estatuas, representando estas os eminentes varoões que fizerão obras insignes; & louuando aquelles as insignes obras, que fizerão os varoões eminentes [...]<sup>497</sup>.

Resta logo evidente que os “panegiristas vieirenses”, como chamou Gonsalves de Mello aos promotores da glorificação de João Fernandes Vieira<sup>498</sup>, trilhavam senda de larga aceitação, tomando emprestada uma estratégia político-literária em forte voga nos círculos da nobreza peninsular. Com o panegírico, a heroicização e mitificação de próceres, embora alhures condenada em prefácios e não poucas passagens de textos, gozava de respeitabilidade e público leitor. Inovavam os vieirenses no endereçar o encômio não a aristocrata, mas, o que não era pouco, a indivíduo de baixa extração, mulato, enriquecido no comércio e no cultivo do açúcar, empoderado na guerra ultramarina e sequioso por promoções sociais. Isto para não falar dos demais personagens ultramarinos também laureados nas publicações, ameríndios, africanos, pessoas costumeiramente ausentes das representações historiográficas ou, na melhor das hipóteses, descritos como escória.

---

497 LACERDA, Fernando Correia de. *Panegyrico ao excellentissimo Senhor D. Antonio Lvis de Menezes, marquez de Marialva*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1674, pp. 1-2. Já em 1659, Antonio da Fonseca Soares havia já publicado opúsculo com título semelhante, na Oficina de Henrique Valente, em comemoração da vitória de Cantanhede (ainda não Marialva) na Batalha da Linha de Elvas.

498 MELLO, João Fernandes Vieira, *Op. cit.*, p. 288 e *passim*.

A amplitude e enraizamento desta bibliografia seiscentista, em meio à qual despontavam as Histórias da Guerra Holandesa que analisaremos em seguida, tornam de difícil aceitação a tese de Isabel Mota de que só com o advento da Academia Real de História, em 1720, se pode falar, para o mundo português, da “constituição da função do autor-historiador”. A Academia, pondera Mota, ditaria doravante as normas do “campo historiográfico”, delimitando um espaço social específico, até a altura inexistente. Com base nisso, lançando a pergunta se, antes desta data, haveria em Portugal a figura do historiador, responde Mota que não, acrescentando que “o que existia era somente o ‘cronista-mor’ e o ‘curioso’”.

Ora, o “cronista-mor” é um simples funcionário do rei ou do Estado. Se o discurso historiográfico aparece agora dotado de uma função de autor, é porque dispõe de um modo de circulação próprio, de um funcionamento próprio e de um modo de existência singular no interior de uma sociedade<sup>499</sup>.

Crê Mota ser o historiador, por definição, alguém institucionalmente incumbido da tarefa de historiar. A especialização seria inerente ao ofício. De acordo com essas exigências, não só o cronista-mor não seria historiador: tampouco mereceriam o nome o polígrafo ou outros agentes incumbidos, até o século XVIII, de elaborar representações escritas do passado. O retrato deste “especialista da história” que acaba de nascer é, para Mota, o acadêmico teatino Antonio Caetano de Sousa, dispensado dos encargos da ordem para “consagrar-se a investigar e escrever, a fazer disso um modo de vida”, condições que assegurariam estar o autor “consagrado como historiador”<sup>500</sup>. Em outras palavras, o historiador seria um subproduto tardomoderno do fortalecimento das monarquias e da proliferação de seus institutos.

---

499 MOTA, *A Academia Real de História*, *Op. cit.*, p. 133.

500 *Ibidem*, p. 131.

São conclusões discutíveis. A perspectiva de Mota, antes de mais nada, se apoia numa exagerada convicção do protagonismo das instituições – e, em última instância, do Estado – como sujeitos da transformação histórica. Sua tese descreve não exatamente a renovação historiográfica promovida pela Academia Real, mas sim o discurso que a instituição cultivou de si. Daí a argumentação, a perpassar o livro de Mota, de ter-se dado a partir de sua fundação profunda “ruptura”, doravante nascendo uma historiografia “racional”, “científica”, em contraste com o que dantes se praticava de forma incidental, amadorística ou ideológica. Para a autora, ademais, a Academia e a coroa sob D. João v não apenas seriam os parceiros da “função autor-historiador”, mas ainda do próprio leitor de história, como resultado da multiplicação das publicações, agora autenticadas com o selo acadêmico. Por fim, a periodização defendida por Mota para o nascimento da historiografia lusa, em busca de fundar um “marco zero” em 1720, subdimensiona, sem a devida apreciação, a solidez, pluralidade e potencial polêmico a caracterizar a historiografia pré-acadêmica.

Postular que os autores quinhentistas e seiscentistas, cronistas-mores ou não, não seriam historiadores por não transitarem em espaços institucionalmente delimitados soa anacrônico. João de Barros, Diogo do Couto e Raphael de Jesus não seriam historiadores, não obstante tenham escrito obras históricas e assim fossem denominados em sua sociedade. Sem que se neguem renovações à Academia Real e ao debate do Setecentos, o exame da historiografia seiscentista, em comparação com a que se escreveria a partir de D. João v, deixa antever as marcantes continuidades na escrita da história. É possível avaliá-lo, especialmente, à luz do labor erudito de autores como Severim de Faria, Faria e Sousa e de alguns monges alcobacenses, bem como da recepção da tratadística irradiada da França, da Espanha, da Itália.

Conviria, por isso, dar mais equilibrado peso ao que permanece e ao que se contesta e transforma em 1720, em lugar de admitir a mesma *tabula rasa* que sustentou o discurso dos acadêmicos. Recusar, nesses termos, o estatuto historiográfico à escrita da história precedente equivale a desconsiderar o que aquelas mesmas sociedades entendiam, de forma própria, por história, e o apreço que alguns de seus agentes devotavam à construção e cultivo de suas memórias. O cronista, o polígrafo, o erudito “antiquário” formam, na Alta Modernidade, a *intelligentsia* encarregada de erigir representações sobre o passado<sup>501</sup>, dotada de saberes e aparelhagem metodológica bastante para cumprir, nos termos da época, esse dever.

Indício deste apreço se pode recuperar no papel crescentemente destacado que as Histórias passam a ocupar na organização das bibliotecas modernas. Estudos dedicados à formação de “livrarias” conventuais e leigas têm demonstrado como, entre os séculos XVI e XVII, os bibliotecários vão, aos poucos, remanejando a catalogação dos saberes em novas ramificações, em consonância com as transformações que atravessavam as sociedades europeias. A história, de uma situação inicial de indiferenciação, até o Quinhentos, destaca-se progressivamente face ao saber retórico e às formas de expressão literária. Os ritmos da mudança, é certo, variam. Contudo, avançando pelo Seiscentos e Setecentos, assiste-se à proliferação e subdivisão das obras de história nos catálogos das bibliotecas (História Eclesiástica, História Civil, História Militar, etc.), que variavam consoante os interesses envolvidos em sua organização<sup>502</sup>. Num outro exemplo ilustrativo do processo, a biblioteca de Filipe IV, na década de 1630, dispunha de considerável secção de obras históricas, tidas

---

501 MOMIGLIANO, *As raízes clássicas da historiografia moderna*, *Op. cit.*

502 CAMPOS, *Bibliotecas de história*, *Op. cit.* AMADO, Maria Tereza. *A Língua do Ver na Espanha dos Áustria: criação de memória e fixação de ideais*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Portugal, 1997.

como repositório indispensável a melhor informar a tomada de decisões da coroa espanhola<sup>503</sup>.

A historiografia do Seiscentos é um dispositivo primorosamente instrumentalizado para dar resposta às solicitações que os muitos atores e partidos políticos, então, lhe dirigem. Importa-nos lê-la com esta prevenção, em vista do papel que se esperava vê-la cumprir, no próprio século xvii e na posteridade. Como veremos adiante, a tentativa inicial de personagens das insurreições em Pernambuco e Angola de submeter os sucessos da guerra às convenções da *Ars historica* será, com o tempo, acolhida pela coroa portuguesa desperta, tardiamente, para o potencial publicístico da Guerra Holandesa, como legitimadora da dinastia brigantina.

### “Più ardola, e malageuole impresa”: a apoteose historiográfica

#### Os pioneiros

A transição da historiografia da Guerra Holandesa no domínio das relações para o das Histórias, quer fossem as ligadas à tradição humanística da “*historia perfecta*”, quer as associadas ao modelo da “*história política*” espanhola ou da *histoire raisonnée* francesa, começa ainda nos anos 1620. Portanto, não sobrevém em um período tardio, posterior à guerra, como recopilação; também a escrita e veiculação de História se dá em meio às querelas políticas no âmago do conflito, muito embora possa sobreviver a elas. Tampouco esta emergência do texto histórico se dará pelo desinteressado esmero de algum cortesão distante das disputas por poder, ou em reposta a qualquer solicitação régia, mas através dos trabalhos de um frade franciscano nascido na Bahia, de um erudito português e de um inusitado degredado espanhol em Lisboa, à procura de redenção.

503 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, pp. 293-296, traz tabela com as obras históricas na biblioteca filipina.

A partir do capítulo vigésimo segundo do livro quinto de sua *Historia do Brazil*, possivelmente escrita entre 1626 e 1630, frei Vicente do Salvador inclui o episódio da conquista da Bahia pelos neerlandeses, seu domínio por um ano e sua expulsão em 1625. Frei Salvador fora aprisionado pelos flamengos quando inadvertidamente viajara do Rio de Janeiro para a Bahia, em fins de maio de 1624. Depois de mantido numa embarcação batava por alguns meses, fora autorizado a residir em sua casa e até mesmo a confessar portugueses de Salvador, situação curiosamente semelhante à de frei Manuel Calado em Recife, nos anos do governo de Maurício de Nassau. Frei Vicente, assim, historia a Guerra Holandesa na Bahia na primordial condição de testemunha ocular, embora não deixe de informar-se em testemunhos pessoais e escritos, ao tratar, por exemplo, da armada inimiga saída da Europa em dezembro de 1623<sup>504</sup>.

A obra fora, provavelmente, encomendada por Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora e reputado autor e colecionador. Por motivos de difícil determinação, permaneceria manuscrita até o século XIX. Especula Capistrano de Abreu que o “tom popular, quasi folk-lorico” e anedótico da *Historia do Brazil* terá porventura desagradado o chantre, afeito à sobriedade e grandiloquência tradicional, inviabilizando a impressão. Trata-se, com efeito, de escrito alheio ao debate historiográfico europeu do Seiscentos, à luz dos critérios retóricos de “decência” e “gravidade” então admitidos. À parte estas razões, os louvores dirigidos a Filipe IV – como ao falar da “demonstração de amor de Sua Magestade à Corôa de Portugal”<sup>505</sup> – tornariam o texto politicamente inconveniente ao período pós-restauracionista, liquidando eventuais possibilidades que ainda tivesse de ser estampado. Isso não obstante o preceito de

---

504 SALVADOR, *Historia do Brazil*. *Op. cit.*, p. 306. OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente*, *Op. cit.*

505 SALVADOR, *Historia do Brazil*, *Op. cit.*, p. 254.

*utilitas* fortemente presente na *Historia* e em outros escritos sobre o Brasil do período<sup>506</sup>.

Avaro no apontar suas fontes, tarefa difícil é identificar em que medida frei Vicente conheceu as relações de sucessos até então escritas e publicadas, ou mesmo a relação historial de Bertolameu Guerreiro, que precede a sua em alguns anos. A listagem dos oficiais e fidalgos embarcados na “armada que Sua Magestade mandou a socorrer e recuperar a Bahia”, bem como a transcrição do alvará régio concedendo mercês aos filhos dos que morressem na jornada são, todavia, provas de que consultou documentos para a feitura do livro quinto e, o que é provável, também narrativas<sup>507</sup>. Ou por sua heterodoxia historiográfica ou por outro percalço qualquer, o texto permaneceria por dois séculos e meio conhecido por apenas um punhado de eruditos portugueses na Península e no Brasil, com impacto diminuto na elaboração da memória da guerra<sup>508</sup>. É, sem embargo, significativa a inclusão da perda e restauração de Salvador numa obra que se propunha historiar a conquista e povoamento do Brasil, fazendo o elogio de seus governadores gerais, sobretudo nas guerras contra indígenas e franceses. A Guerra Holandesa, para Salvador, seria o mais recente capítulo na saga colonial portuguesa, a qual, na América, teria já mais de um século de grandes exemplos em que se espelhar.

A introdução da Guerra Holandesa em obras históricas, assim, se dá inicialmente como capítulos de livros de mais ampla mirada. O que revela que, mesmo nos anos 1620, os letrados já percebiam o evento destinado a perdurar. Quando, em 1628, Manuel de Faria e Sousa publica, em Madri, sua *Epitome de las historias*

---

506 OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador*, vol. 1, *Op. cit.*, pp. 56-57 e *passim*.

507 *Ibidem*, pp. 228-231.

508 *Ibidem*, pp. 15, 46 e ss.

*Portuguesas*, escrita em castelhano, qualifica os reinados filipinos como harmoniosamente integrados à história da monarquia lusitana<sup>509</sup>. A sucessão de 1580 é abrandada em suas tensões e conflitos e Filipe IV, “o maior Príncipe da terra”, saudado como legítimo soberano de Portugal. Na narrativa dos seus ainda poucos anos de reinado, destacam-se a captura de Breda e, com ainda maior magnitude, a expulsão dos “rebeldes Olãdeses” que “intentaram ganhar a Província do Brasil”. Sousa, em ordenamento semelhante ao de frei Vicente, reserva as páginas finais de sua *Epitome* a sumarizar o ano da presença flamenga na Bahia, até que a armada do jovem rei a reconquistasse, quando “entregaram a cidade, e saíram pela porta da infâmia, que nunca saiu por outra quem pela da rebelião entrou a cometer algum feito”<sup>510</sup>. O historiador português parece informar-se sobretudo nas relações de sucessos do evento, embora, como frei Vicente, não exponha as fontes que usa.

Já o madrilenho Gonzalo Cespedes y Menezes vinha, desde 1615, imprimindo em Castela ficções de verve polêmica, que o conduziriam à prisão e ao exílio em Aragão, em 1619. Longe de aquietar-se, passaria a se dedicar, em seguida, à delicada matéria da escrita da história, com o objetivo de ofertar seus escritos às autoridades, em busca de remuneração e distinções, o que nem sempre obteve. Em Saragoça, dá à estampa em 1622 uma *Historia apologética*, acerca das revoltas de Aragão (1590-1591). Contestando as “paixões” dos textos castelhanos e aragoneses sobre o episódio, prometendo restabelecer a “verdade” dos fatos, conclui pela condenação dos artesãos e jornaleiros como agitadores da rebeldia catalã.

A abordagem provocará a ira de conhecedores do tema, como Vicencio Blasco de Lanuza, das autoridades na *Diputación*, o órgão governamental aragonês e da Inquisição em Castela, que julgará o

509 SOUSA, *Epitome*, *Op. cit.*

510 *Ibidem*, pp. 595-604.

livro “escandaloso”. Censurado e hostilizado a leste e oeste, o autor é expulso de Saragoça e se exila em Portugal, em 1625. Não era impossível que outro historiador menos audacioso elege-se dora-vante assuntos mais amenos, recortes mais antigos, protagonistas menos controversos. Cespedes y Meneses, ao contrário, procuraria a redenção pelo fogo, escolhendo objeto até então inédito: biografar o monarca reinante, Filipe IV. A possibilidade de novo fracasso punha-o certamente em grave perigo. Sua *Primera parte de la Historia de D. Felipe el IIII* sai em Lisboa, pela oficina de Pedro Craesbeeck, em 1631<sup>511</sup>. O rei tinha 26 anos.

As primeiras licenças do livro datam dos começos de 1631, indício de que a obra estava concluída pela altura ou pouco depois da chegada de notícias da queda de Olinda, em fins do primeiro semestre de 1630. A derrota em Pernambuco, em todo caso, seria de difícil encaixe em escrito de tom triunfal como a *Historia*. Muito embora o livro se propusesse como biografia e panegírico de Filipe IV, o desenrolar da exposição alinha a narrativa mais ao modelo da *historia pro patria* que ao da *historia pro persona*. Em outras palavras, apesar do título, trata-se de uma História da Espanha em anos recentes. Isto se deve, em boa medida, ao largo uso feito por Cespedes y Meneses de panfletos avulsos com notícias de batalhas, naufrágios, catástrofes naturais, casamentos e outros sucessos com apelo junto a público mais abrangente.

Resulta do embasamento, bem como dos propósitos de redenção do exilado, uma “história política”, laudatória da figura régia e do valioso Olivares, apresentado como mentor e dínamo das vitórias do *Annus Mirabilis*. “Este coquetel de adulação e patriotismo”, como apelida Kagan a *Historia*, encontrará desconfiada acolhida nos partidos da nobreza adversários do conde-duque e, mais ainda, entre

---

511 CESPEDES Y MESESES, *Historia de D. Felipe el IIII*, *Op. cit.* KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, p. 317-322.

historiadores ligados à tradição da “história perfeita”, como Tamaio de Vargas, o qual leria o livro e o reprovava como “indecente”. Na corte madrilena, não obstante, o texto será lido com entusiasmo, porque difundia o tipo de imagem belicista idealizada que a monarquia se esforçava por promover de si, além de filiar-se à mesma visão pragmática dos objetivos publicísticos da história. No ano seguinte, o exilado seria convocado à Espanha, imprimindo uma segunda edição da *Historia* (1634) e cedo ingressando na *Junta* de historiadores postos a serviço da propaganda antifrancesa olivarista<sup>512</sup>.

Nos capítulos finais do livro, Cespedes y Meneses inclui relato das vitórias filipinas em Breda, Cádiz e na Bahia, confirmando-lhes, dessa forma, o estatuto de fatos históricos a que as relações de sucessos e opúsculos do período 1625-1628 já as candidatavam. No caso da expedição de D. Fadrique, a edição de 1631 reserva quase 20 páginas (pp. 508-525) a contar não somente a queda e retomada da praça, enfatizando igualmente o retorno da armada e os contratemplos que lhe sobrevieram. É possível que Cespedes y Meneses tenha compulsado não só as muitas relações de sucessos, mas também relações historiais como as de Guerreiro e Tamaio de Vargas. Sua exposição se avizinha da seleção e das soluções textuais inscrita nelas, particularmente na sequência de fatos e nos protagonistas da ação, por óbvio se afastando de perspectivas mais “heterodoxas” para a coroa espanhola, como a da *Recuperação*, de D. Manuel de Menezes. O fato de não ter escrito outra relação da restauração do Brasil, mas integrado o evento à História de Filipe IV, é significativo passo adiante. Frei Vicente integrara a Jornada dos Vassallos à história do Brasil; Manuel de Faria e Sousa, à do reino de Portugal; Cespedes y Meneses vincula-a à trajetória do império global Habsburgo, sublinhando que sua grandeza se manifestava em todos os mares e

---

512 CESPEDES Y MENESES, *Historia de don Felipe IIII, Rey de las Españas*. Barcelona: por Sebastian de Cormellas, 1634. KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*, p. 320.

quadrantes. Ilustra, para o primeiro episódio da Guerra Holandesa, a transposição da *narratio* das relações para os capítulos da história hispânica, mediante a filtragem cuidadosa, respondendo a estímulos e pressões a incidir sobre o autor e aqueles que o protegem.

Com os maus bocados experimentados na continuidade da guerra em Pernambuco, a partir de 1630, e a posterior separação portuguesa, em 1640, assiste-se ao *spleen* da historiografia espanhola para com a Guerra Holandesa no ultramar. Se a expulsão dos flamengos de Salvador é cedo consignada à história da Monarquia Católica, o mesmo não sucede à guerra reavivada em Olinda e mais tarde em Angola. Com a Restauração joanina, apesar da irresignação de Madri, o tema passaria gradativamente a ser considerado assunto português, especialmente após o conjunto de relatos produzidos nas possessões lusas e publicados na Europa. Como lá atrás dito, os restauradores brigantinos, em sua campanha publicística e justificativa, secundarizam a Guerra Holandesa perante a Guerra de Restauração, resultando disso que as principais narrativas sobre os sucessos no Brasil e em Angola são compostas sob o patrocínio das elites periféricas engajadas diretamente na luta. Falecido D. João IV, esse desinteresse em larga medida perdura, até o cessar-fogo espanhol de 1668, depois do que, entrada a década de 1670, começam a ser publicadas as Histórias daquela guerra “esquecida”. Despertar que muito deve ao zelo propagandístico do “governador da guerra”, João Fernandes Vieira.

### Histórias vieirianas

Depois de sua participação na elaboração e publicação do *Valeroso Lucideno* (a documentação infelizmente não autoriza determinar o grau e extensão de seu envolvimento, se apenas recebeu a homenagem ou se a encomendou) Fernandes Vieira acharia bons motivos para promover novas páginas laudatórias de si mesmo. Alguns

deles: a proibição inquisitorial do volume de Calado, em 1655; as retumbantes vitórias dos Guararapes (1648 e 1649), nas quais tivera papel proeminente; e a rendição do Recife holandês (janeiro de 1654), em que também atuara com destaque, acima de tudo na rendição do Forte do Altanar. As duas últimas, por posteriores, não constam no *Lucideno*, que apenas avança os sucessos até 1646. Findas a lutas no Brasil, exceto por algumas poucas relações e cartas que as descreviam, sua história estava mal contada. O potencial político-publicístico daqueles triunfos permanecia dormente, coisa que, viu logo o astuto madeirense, era como ter no quintal uma mina de ouro e não a minerar.

Vencida a guerra após duas décadas e meia, o “primeiro aclamador da liberdade” alimentava elevadíssimas ambições de recompensa material e de honrarias. Entre elas, a nomeação como governador vitalício da capitania de Pernambuco e nada menos que a concessão dos títulos de “almirante do Estado do Brasil”, “marquês da Serra de Copaova” e “conde do Ceará” – na contramão da política régia de não titular nem fundar casas nobres no ultramar<sup>513</sup> – além de comendas e senhorios. As petições de Vieira começam a ser remetidas ao Conselho Ultramarino ainda no curso da guerra. Exigências mais vultosas são apresentadas após as vitórias dos Guararapes, reiterando-se pelo curso dos anos seguintes<sup>514</sup>.

Por outro lado, os inimigos por trás das acusações contra o “governador” debatidas no Conselho Ultramarino em 1647, seguiriam alerta, denunciando abusos perpetrados por Vieira, Negreiros e outros membros de sua grei. Para além das constantes denúncias de violências e crimes perpetradas pelos chefes aclamadores da Insurreição Pernambucana, convém recordar que as relações entre eles e o general Francisco Barreto de Menezes, substituto de Vieira

---

513 RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora e Faperj, 2015.

514 MELLO, João Fernandes Vieira, *Op. cit.*, pp. 308 e ss.

enviado por Lisboa em 1647, degradar-se-iam após a rendição da wic, levando ao conhecido arranca-rabos entre Menezes, governador-geral, e Negreiros, governador de Pernambuco, em 1657<sup>515</sup>. A historiografia e o panegírico convinham, pois, à defesa e à consecução do ambicioso plano de nobilitação, acionando as capacidades da História para tornar familiar a memória heroica de Vieira, autenticando seus pleitos com o retrato da magnanimidade de suas façanhas.

A *Historia da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, é a primeira narrativa histórica integral conhecida da Guerra Holandesa. Segundo Gonsalves de Mello, a redação do texto, mantido em manuscrito até o século XIX, se deu entre 1661 (pela alusão no “Exordio” e nas páginas finais ao já concluso governo de Vieira em Angola [1658-1661]) e 1675 (data em que o manuscrito estava em Lisboa, sendo consultado e citado por frei Raphael de Jesus, para a escrita do *Castrioto Lusitano*)<sup>516</sup>. Cremos, contudo, haver prova de que a maior parte da composição se realizara anos antes. Já bastante avançado o manuscrito, descreve o autor a tentativa de assassinato sofrida por Vieira, em meados de 1646. Depois de atribuir o ataque a “dezanove homes que machinavão esta treição”, e a salvação do madeirense à intervenção divina, compara Santiago este atentado a

---

515 ACIOLI, Vera Lucia C. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Ed. da UFPE, 1997.

516 ANÔNIMO (Atrib. a SANTIAGO, Diogo Lopes). *Historia da Guerra de Pernambuco, e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, heroe digno de eterna memoria, primeiro aclamador da guerra*. BMP, ms. 111. Sendo o ms. do Porto anônimo e não intitulado, a atribuição pode ser feita a partir das referências fornecidas em MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1, *Op. cit.*, p. 669 (sub voce “Diogo Lopes de Sam Tiago”). Frei Jesus igualmente alude a “Diogo Lopes em seu manuescripto”, em notas marginais. JESUS, *Castrioto Lusitano, Op. cit.*, p. 18. MELLO, A História da Guerra de Pernambuco e o Castrioto Lusitano. In: *Estudos Pernambucanos, Op. cit.*, p. 124. Aponta também este autor, à p. 110, que o ms. 111 é incompleto, faltando-lhe páginas salteadas, parte do cap. 8 e todo o cap. 9 do derradeiro livro V, o que tivemos ocasião de confirmar.

outro sofrido por D. João IV, refletindo sobre a contumácia da traição nas proclamações da liberdade de reinos e províncias:

Claro exemplo desta verdade he portugal aonde tantas treições se machinarão contra ElRey Dom João o quarto, *a quem o Ceo conceda felicissimos annos de vida*, e ainda dos mais priuados e ualidos, e outros que o quizerão matar violentamente [...] <sup>517</sup>.

O rei, evidentemente, vivia quando estas palavras foram escritas. Ora, o trecho destacado sugere que, ao menos até seu Livro Terceiro, a *Historia da Guerra de Pernambuco* fora posta sobre o papel durante o reinado de D. João IV, falecido em novembro de 1656. Provavelmente, aliás, toda ela, exceto pelo “Exordio” e pelo desfecho, terá sido escrita antes desta data, pois teria sido fácil ao autor, em meio à redação, retificar a passagem desatualizada.

As alusões ao governo de Vieira no Maranhão e em Angola, presentes nas páginas finais e no “Exordio”, são possivelmente interpolações tardias, de Santiago ou de pena apócrifa. A reforçar esta suposição, verifica-se o aligeiramento da narração para os fatos após 1649, com os eventos retratados em menor número de detalhes, como se se tratasse de apêndice ao bojo da *Historia*, aspecto já notado por Barbosa Machado <sup>518</sup>. Gonsalves de Mello propõe que o texto terá sido redigido por quatro ou mais mãos, “pois o capítulo 8º do livro V não parece ser de sua autoria”. Aponta como indício palavras ali grafadas de forma diferente dos capítulos anteriores, o que não deixa se der prova frágil, pois não possuímos o manuscrito original, apenas cópia posterior e anônima. Ademais, o “breve registro das ações do governo de Vieira em Angola”, a

---

517 ANÔNIMO (Atrib. SANTIAGO), *Historia*, ms. cit, liv. III, cap. 11, pp. 236v-237 (grifo nosso). Na ed. recifense de 2004, à pp. 420-421.

518 MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, *Op. cit.*, p. 669. Na edição recifense, de suas 596 páginas, apenas as quarenta e seis últimas são dedicadas ao período posterior à segunda Batalha dos Guararapes (1649-1654).

encerrar o documento da Biblioteca Municipal do Porto, “não é possível atribuir a Santiago”, mas talvez a Agostinho César de Andrade, cunhado do madeirense<sup>519</sup>.

Santiago diz que morara junto ao Arraial Novo, o quartel-general da Insurreição Pernambucana, após 1645, informando-se de tudo o que passava e registrando-o, diligência adotada desde o tempo de Matias de Albuquerque, portanto anterior a 1637<sup>520</sup>. Seus primeiros rascunhos poderão ter-se iniciado, assim, muito cedo, porém certamente na forma de notas esparsas, subsídios para um futuro livro. O texto apenas assumiria traços mais definitivos depois de 1648, porque o *Lucideno*, impresso nesse ano, é a fonte primordial da qual a cada passo a *Historia* se nutre, de quem copia e parafraseia trechos à larga, que se aplica a criticar e corrigir. Estava, como vimos, na quase totalidade terminada até 1656. A datação do núcleo da escrita da primeira História da Guerra Holandesa, dessa forma, poderá se situar no recorte 1648-1656. Não é, contudo, impertinente pensar-se em redação posterior à rendição do Recife, quando o fim da luta havia de levantar a questão de historiá-la, estreitando-se o intervalo da composição ao biênio 1654-1656, hipótese que nos parece a mais plausível. Seria, finalmente, complementada com adendos tardios, talvez da lavra de outra pessoa, já dos anos 1660 ou 1670.

Na mesma direção, se revela talvez questionável a hipótese de Mello de que a *História da Guerra de Pernambuco* fora, desde o início, escrita com a finalidade de “servir de informação a trabalho encomendado a homem de letras de renome”<sup>521</sup>. É verdade que, em seu exórdio, explicara Santiago ter-se aplicado ao trabalho

---

519 MELLO, A edição integral da *História da Guerra de Pernambuco*. In: SANTIAGO, *História*, 2004, *Op. cit.*, “Prefácio”, pp. 4-5. O historiador não explica as razões dessa atribuição.

520 ANÔNIMO (Atrib. SANTIAGO), *Historia*, mss, cit., liv. 2, cap. xx. Na ed. recifense, à p. 314.

521 MELLO, A História da Guerra de Pernambuco e o Castrioto Lusitano. In: *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, p. 114.

Para que esta obra escripta sirua de rescunho a quem, com nouas forsas de Atlante, se possa esmerar em as escrever por estilo eloquente, palauras defecadas, e bem exornada oração, que confesso faltarme tudo isto, e só hũa couza tenho de minha parte e em meu favor, que he a singeleza com que as determino escrever [...]<sup>522</sup>.

Todavia, o linguajar se conforma com perfeição ao *topos* retórico da “modéstia afetada”, estudado por Curtius<sup>523</sup>, familiar ao gênero histórico e em geral à literatura, desde a Antiguidade e ainda no século XVII. Era a praxe dizê-lo. Confirma-o, aliás, o fato de alusões análogas à “pequenez do autor” – a compensar seus “limitados talentos” com o “rigor da verdade”, tomando da pena enquanto “outro maior” o substitui e aprimora – virem à tona nas mais narrativas do conflito publicadas, como as de Calado, Brito Freyre e Raphael de Jesus<sup>524</sup>. Para além disso, salta aos olhos a esmerada estruturação do tomo de Santiago, organizado em livros e capítulos; o apuro estilístico e o repertório erudito (repleto de citações latinas e referências a autoridades antigas e modernas); sem contar o recorrente diálogo com o leitor, a cada passo convidado a deslocar a atenção de um teatro bélico para outro e a considerar o sentido das situações expostas. Tudo somado, tem-se uma obra destinada ao público, o que se não terá realizado por vontades ou acidentes alheios ao desígnio do autor<sup>525</sup>.

---

522 ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *Historia*, ms. citado, p. 2. Na edição recifense, à p. 11.

523 CURTIUS, *European literature*, *Op. cit.*, pp. 83-85.

524 Por exemplo, FREYRE, *Nova Lusitania*, *Op. cit.*, “ao leitor”, referindo seus “limitados talentos”.

525 Entre as referências eruditas, incluem-se nomes polêmicos no Seiscentos, como Tácito e Lipsio, citados já na primeira página do exórdio. ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *Historia*, ms. citado, p. 1 e *passim*. ALBUQUERQUE, *Um percurso ideológico*, *Op. cit.*

Como fontes para sua *História*, Santiago aparenta se valer dos abundantes depoimentos orais a que terá tido acesso em Pernambuco e na Paraíba, onde morou e, de forma privilegiada, do texto caladiano. Não apenas reaproveita e edita este último laboriosamente: invoca-o para um tenso diálogo, retificando-o e censurando-o porque “noutras muitas couzas se enganou”. É evidente seu empenho por fundar nova memória do conflito, oferecendo sua própria obra como contraponto aperfeiçoado aos deslizos e “paixões” que perpassam o *Lucideno*<sup>526</sup>. Nisso, recorria ao “decoro” esperado de uma exposição histórica, no qual a expressão deveria ser grave, sóbria, infensa aos mexericos e picardias em que o irreverente Calado se refestela.

A seleção e reescrita de Santiago decerto não obedecem só a motivos estilísticos. As expressões de desafeto pessoal de Calado, o ataque virulento a figuras como Gaspar Dias Ferreira, ao vigário geral Gaspar Ferreira, ao bispo D. Pedro da Silva, são expurgados, em nome de história pensada como mais “defecada”, isto é, pura, em conformidade com os cânones tradicionais da *Ars historica*. É neste sentido que, por exemplo, enquanto o frade paulino arrola numerosos casos de traição perpetrados pelos antagonistas do *Lucideno*, Santiago os abstrai, com glosas sobre os temas da “traição” e do “mal”. Por exemplo, antes do relato da infidelidade dos conjurados que denunciaram Vieira aos holandeses às vésperas do motim de 1645, medita-se que “o homem pecca em fazer mal” e que “o homem cruel e mal he peor que as mesmas feras”<sup>527</sup>. A

---

526 Estudos comparativos entre o *Lucideno* e a *Historia* podem ser encontrados em MELLO, *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, pp. 109-124, MELLO, *Frei Manuel Calado*, *Op. cit.* e CLEMENTINO, Kleber. *Distinção e semelhança: estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na América Portuguesa*. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*, Natal, julho de 2013.

527 ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *História*, ms. citado, pp. 232v e ss. Na ed. recense, pp. 415-421.

fixação de máximas morais a partir dos casos concretos expostos era recurso comum às obras historiográficas. Por outro lado, como pensa Cabral de Mello, terá também incidido no tom mais elevado e menos cáustico da *Historia* o fato de Santiago ter permanecido em Pernambuco, “onde vivia dos magros proventos de professor de latimidade e primeiras letras”, ao passo que Calado trasladara consigo seus originais para a lonjura de Lisboa. Impensável, para um morador da capitania, desfeitear em letra de forma os violentos senhores de engenhos locais<sup>528</sup>.

Perante os desafios discursivos com que lidava o autor, seria desavisado diminuir a importância das transcrições e reelaborações de Santiago sobre o texto de Calado, porque seriam “plágios”, como sugere Gonsalves de Mello. Há, primeiramente, controvérsia em definir se é anacrônico pensar o plágio como noção familiar ao Seiscentos<sup>529</sup>. À parte isso, a reescrita aqui observada, seja ou não “crime literário”, preserva o interesse historiográfico, por atender a precisas necessidades políticas dos que anseiam, em Olinda, em Goiana, em Porto Calvo, por recontar a guerra recentemente vencida, promovendo convenientes alterações na memória.

Flagra-se aqui a operação historiante distanciando-se da retórica “concreta” das relações em direção ao paradigma “exemplar” da “história perfeita”. A *Historia da Guerra de Pernambuco*, aliás, em suas primeiras linhas exalta o papel das “historias, & Chronicas pera conseruação dos illustres feitos heroicas obras dos famosos, & insignes Varoões” mercedores de imitação pelo que realizaram “em letras, &

---

528 MELLO, *O nome e o sangue*, *Op. cit.*, pp. 128-129.

529 MELLO, *Estudos pernambucanos*, *Op. cit.*, computa que quase metade do Santiago é cópia do *Lucideno*. A existência das noções de propriedade literária e de plágio desde a Antiguidade é defendida em ALBUQUERQUE, Para uma teoria política do Barroco em Portugal, *In: Estudos de cultura portuguesa*, *Op. cit.*, pp. 421-422. A negativa se lê em TORCAL, *Ideologia política*, vol. 11, *Op. cit.*, pp. 350-351.

armas”<sup>530</sup>, fórmula corriqueira aos panegíricos e às narrativas históricas da tradição humanística.

No entanto, ao mesmo tempo, servindo interesses partidários imediatos, selecionando episódios e forjando heróis, aproxima-se da “História política” olivariana e da *Histoire raisonnée* de Richelieu. A *Historia* de Santiago, tal como as demais que analisaremos em seguida, não assentam em uma tipologia rígida. Analiticamente, decerto, as duas tradições (a ciceroniana e a da “razão de Estado” aplicada à historiografia) se distinguem e, mesmo, se antagonizam. Porém, nas obras concretas, a separação entre um paradigma historiográfico e outro tende não raro a confundir-se e desvanecer-se. A categorização proposta por Kagan, de indiscutível valor analítico, aparenta antes descrever o discurso seiscentista acerca do gênero histórico, fraquejando como ferramenta para o exame da historiografia real e seus limites imprecisos<sup>531</sup>. Esta, na maioria das vezes, costuma se apresentar com a respeitabilidade da “história perfeita”, enquanto em seus capítulos mobiliza a “história política”.

Manifestação do partido já vitorioso na guerra e no comando das capitânicas do norte, compreende-se o tom apaziguador que adota a *Historia*, o esforço por apurar arestas e construir memória grandiosa e respeitável dos eventos. Daí que trechos que apequenem os personagens ou exponham malfeitos e vícios tendam a ser reescritos: a queda de Olinda, cuja culpa Calado lançara à covardia dos “de inchadas barrigas” (alguns dos senhores de engenho pouco dispostos a dedicar-se às ações de Matias de Albuquerque), Santiago a faz resultar da desigualdade dos efetivos e da determinação divina. A saga vitoriosa no Brasil, assim historiada, comprovaria o despertar de Portugal como império na proa da Cristandade, após os castigos precipitados sob as armas de Espanha e Holanda. Nem se esquece

---

530 ANÔNIMO (Atrib. SANTIAGO), *Historia*, ms. cit., liv. 1, cap. 1. Na ed. recifense, p. 9.

531 KAGAN, *Los cronistas*, *Op. cit.*

o autor, astutamente, de comparar as restaurações além e aquém do Atlântico, conquistadas, sublinha, por dois Joões: um libertador no reino, outro em “este Pernambuco, que chamam de Nova Lusitania ou novo Portugal”<sup>532</sup>.

Casos dessa tentativa de controle da memória com fins nobilitantes, para além dos acima mencionados, transbordam da *Historia*. As batalhas de Tabocas, Casa Forte e Guararapes, por exemplo, são retratadas mediante linguagem estudada, de modo a pintá-las com tintas majestáticas. Anunciadas com suspense literário, são às vezes precedidas de recriações tucidideanas de discursos de Vieira, exortando à luta guerreiros retratados como descalços, mal alimentados e com “paus tostados” como armas, dramatizando a enormidade dos triunfos alcançados. Qual em Calado, as vitórias alcançam-se mediante combinação de atos heroicos e portentos milagrosos, como a intervenção da Virgem e de S. Antão [ou Estevão] em Tabocas, multiplicando a pólvora, refreando as balas inimigas e cegando com sua incandescência os soldados flamengos<sup>533</sup>.

Eventos controversos e delicados para o “primeiro aclamador da liberdade” e seu partido, impossíveis de silenciar pela notoriedade, como as demissões de Vieira e Negreiros no comando das tropas lusas (primeiro semestre de 1648), são descritos através de malabarismos retóricos, a fim de convertê-los em novo encômio dos patronos da *Historia*. A documentação conhecida e a historiografia atual esclarecem que a destituição se deveu, em boa medida, às denúncias dos abusos dos líderes da Insurreição, como as contidas na carta do “Capelão” e na “Relação Verdadeyra”. Equivalia, com efeito, a uma derrota do partido à frente da rebelião, que terá passado por maus bocados e amargado desprestígio a partir de 1646, por não ter a revolta chegado ao desfecho veloz que a princípio se

---

532 ANÔNIMO (Atrib. SANTIAGO), *Historia*, ms. cit., liv. 11, cap. 1. Na ed. recifense, p. 172.

533 *Ibidem*, liv. 11, cap. 12. Na ed. recifense, pp. 255-260.

calculava, com a retomada de todas as praças dominadas pela wic. Os holandeses, desde Haia, bradavam aos embaixadores portugueses pela violação da trégua de 1641. Havia ameaça de guerra, para um Portugal há envolvido em conflito custoso contra a Espanha. Daí discutir-se no Conselho Ultramarino, por essa altura, até a entrega de Pernambuco a prisão do madeirense<sup>534</sup>.

Santiago, então, neste ponto, manobra o gênero histórico para contar história diversa. O amor a Vieira na capitania seria tamanho, assevera a *Historia*, que a transmissão da chefia ao general enviado de D. João IV, Francisco Barreto de Menezes, pessoa inexperiente na “guerra brasílica”, mereceu censuras. “Pernambuco não tomou isto a bem”, comenta. O próprio Menezes o teria reconhecido e, de público, delegaria o comando *de facto* aos “governadores”, para a ocasião da primeira Batalha dos Guararapes<sup>535</sup>. Vieira e Vidal de Negreiros teriam mantido, depois, posições respeitáveis no exército, até o cerco final do Recife, de que igualmente participam com destaque. Do texto, emergem não líderes contestados e enfraquecidos, mas generais injustiçados, tendo atrás de si os soldados e a população descontentes com suas substituições. Os aclamadores, todavia, sendo leais vassalos, humildemente teriam obedecido às determinações régias e apaziguado os irrisignados.

Por motivos que a documentação não permitiu até o momento desvendar, a *Historia da Guerra de Pernambuco* não iria ao prelo no século XVII, mas apenas no XIX. Por volta dos primeiros anos da regência petrina, quando se franqueava em Portugal ambiente propício à exaltação das vitórias lusas contra castelhanos e holandeses, Fernandes Vieira terá possivelmente contactado o abade beneditino Raphael de Jesus, com a finalidade de lhe encomendar uma nova

---

534 AHU, ACL, CU, 015, cx. 5, D. 333. MELLO, *João Fernandes Vieira, Op. cit.*, p. 228 e ss. MELLO, *O negócio do Brasil, Op. cit.*

535 ANÔNIMO (atrib. SANTIAGO), *Historia, ms. Cit.*, liv. IV, cap. 3. Na ed. recifense, pp. 479-481.

História da Guerra Holandesa. Busca-se, decerto, o ascendente nome do monge nas letras lusas, mais capaz para abrilhantar suas façanhas, em comparação com Santiago, obscuro professor no Brasil. Dessa comunicação, vem a lume a obra intitulada *Castrioto Lusitano*, concluída por volta de 1674-1675, porém só publicada em 1679<sup>536</sup>.

A característica de franco “panegírico vieirense” que assume fê-lo, como vimos no capítulo I, objeto de críticas desde pelo menos o século XVIII. Mais recentemente, Gonsalves de Mello recomendou sua proscrição por parte dos historiadores, pela ausência de informações novas, conhecidas as principais fontes do autor em Calado e Santiago. “Ao historiador moderno”, sentencia, “não há necessidade de recorrer à sua obra”, por não trazer informações originais<sup>537</sup>. O *Castrioto*, todavia, desempenhou na historicização da Guerra Holandesa papel inestimável. Estrategicamente suprimindo lacuna representacional ainda aberta – dada a proibição do *Lucideno*, a brevidade e “simplicidade” da *Epanaphora Triumphante* e a não publicação da *Historia da Guerra de Pernambuco* – sua impressão emprestou ao assunto a gravidade do mais respeitado modelo historiográfico então à disposição. Realizá-lo permitia celebrar não apenas Vieira, mas também a monarquia portuguesa e a dinastia brigantina, precisamente nos anos de apuros em que seu processo

---

536 JESUS, *Castrioto Lusitano*, *Op. cit.* As diversas obras escritas por frei Jesus estão listadas em BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, *Op. cit.*, pp. 632-633. O provável manuscrito original do *Castrioto* está conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitan. Primeira parte. Empresa e Restauração de Pernambuco e das capitánias adjacentes*. Varios, e belicosos sucessos entre Portuguezes, e Belgas acontecidos pelo decurso de vinte e quatro annos, tirados de noticias, relações, e memorias certas. Compostos em forma de historia pelo M. R. P pregador geral Frei Raphael de Jesus, religioso da ordem do grande Patriarcha São Bento na reformada congregação de Portugal, offerecidos ao general João Fernandes Vieira e por ele dedicados ao serenissimo Principe D. Pedro Nosso Senhor Regente da Monarchia Lusitana. Anno de 1675. ANTT, “Manuscritos do Brasil”, livro 20.

537 MELLO, *Estudos Pernambucanos*, *Op. cit.*, p. 133.

de afirmação requeria sustentáculos. O livro, por isso, é de todo o interesse para o historiador do Brasil Holandês e da história portuguesa pós-restauracionista.

Esta tarefa encomiástica a Vieira, ao regente e à nação destaca-se já na imponente edição in-fólio (29 cm) de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor do regente. Estampa-se água-forte de suposta vera efígie de Vieira (rodeado de personificações da “Liberdade”, “Fidelidade” e “Fortaleza”) e faz-se-lhe dedicatória comparando-o a Alexandre Magno e a Lúcio Lúculo; o próprio frei Jesus associa-se ao historiador grego Ateneu de Náucratis. A obra, por sua vez, é dedicada a D. Pedro em texto escrito pelo próprio Fernandes Vieira, como a não deixar dúvida de que o abade era tão somente o véiculo da voz do madeirense. Um dos qualificadores inquisitoriais a licenciar o livro sublinha a “grande reputação para as Armas da nossa Monarchia”, podendo as notícias dos feitos lusitanos “servir nos alêtados [de] exemplo, & nos fracos de estímulo”. O nome *Castrioto* vinha emprestado de um herói albanês, defensor da cristandade contra os turcos, no século xv, analogia que infundia à guerra em Pernambuco importante traço de militância religiosa e fortaleza contra a heresia<sup>538</sup>. Ademais, a oferta do texto ao regente, por quem pela mesma altura seria frei Jesus nomeado cronista-mor do reino, reflete o interesse da coroa pelo tema. Convém recordar que, no inventário da biblioteca de D. Pedro II, consta exemplar do “Castrioto Luzitano [...] valendo mil réis”<sup>539</sup>.

---

538 JESUS, *Castrioto*, *Op. cit.*, “prólogo”. Em albanês, Gjergj Kastrioti Skënderbeu. NOLI, Fan Stylian. *George Castrioti Scanderberg (1405-1468)*. Tese (doutorado em História), Universidade de Boston, EUA, 1945. Disponível em: <https://archive.org/details/georgecastriotisoonoli>. Kastrioti era familiar aos meios letrados lusos. Em 1688, será assunto de tomo publicado por Ericeira. MENEZES, D. Luís de (conde de Ericeira). *Exemplar de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto, llamado Scanderberg, principe de los Epirotas, y Albaneses*. Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes, 1688.

539 RAU & BORGES, *Inventário post-mortem del Rei D. Pedro II*, *Op. cit.*, p. 53.

No desenrolar da narrativa, frei Jesus se espelha em dois modelos historiográficos. O primeiro é o do panegírico, praticado pela nobreza lusa desde há muito e, então, por casas como a de Cantanhede-Marialva. Almeja o autor a fazer de Vieira um novo conquistador, salvador da cristandade no Brasil. “Fale a verdade”, aduz no “Prologo”, “& dirá, que o Brasil deixára de ser, se João Fernandes Vieira não fora”. Heróis de outras relações, como Matias de Albuquerque, aqui aparecem em luzes de ordinário desfavoráveis, exceto quando membros da claque do “aclamador”, entre os quais Negreiros, Filipe Camarão ou Manoel Dias Cardoso. O caudaloso encômio do *Castrioto* rivaliza, se não ultrapassa as mais narrativas favoráveis a Vieira. Setecentas páginas que lhe nobilitam o nascimento, retratam-no desde a mocidade primoroso guerreiro, precoce capitão e, nas batalhas decisivas como Tabocas e Guararapes, chefe experimentado e soldado destemido. O príncipe regente, assegura frei Jesus, nomeara o madeirense “heroi de nossa idade, como algũas vezes lhe ouvi”. “Criou-o a providencia”, resume, “para homem grande, & em nenhum tempo quiz, que parecesse pequeno”<sup>540</sup>.

O segundo alicerce paradigmático na elaboração do *Castrioto* é o da “história perfeita”, calcada em *exempla* e em propósitos pedagógicos e moralizantes. O panegírico, aliás, combina-se confortavelmente a este preceito historiográfico, porque a grandeza do personagem é o conteúdo da sua própria exemplaridade. O autor mostra pouco interesse pela comprovação documental das alegações e informações que consigna, calcando-se na força retórica de sua grandiloquência e na boa-fé do leitor. O que não significa que não estabeleça um diálogo crítico com seus predecessores, particularmente frei Calado e Santiago, ambos citados em notas marginais e, ocasionalmente, criticados. O historiador, pensa frei Jesus, é o emissário e perpetuador de façanhas convertidas em lição para a

---

540 JESUS, *Castrioto*, *Op. cit.*, pp. 82, 701 e *passim*.

admiração e imitação da posteridade. A importância do que historia, em consequência, supera a do mais valente capitão no campo de batalha, pela caducidade inerente às ações humanas, às quais só a história sobrevive.

[...] Os livros aproveitaõ ao comum, em quanto occupaõ, & ao particular, em quãto ensinaõ. Grãde serviço faz á patria, o que a ilustra com obras dignas de se escreverem; mayor, o que a ennobrece escrevendo feitos dignos de se imitarem. A proeza executada, póde fazer hum heroy, porém lida, muytos. A gloria, & não o perigo he a que acende a emulação: Melhor persuade o exemplo, que o espanto. A façanha, que o golpe da espada fes transitoria, faz a escritura permanente. Quantas obras heroycas sepultára o braço, se a pena as não livrára do tumulto? A poucos aproveita, o que a hũa idade se limita<sup>541</sup>.

O que tornaria admirável a atitude dos espartanos ao determinar a leitura anual, em praça pública, das antigas proezas históricas por Dicearco de Messina, para que todos “vivessem a benefício da história, o q não fora possível a golpes da espada”. Numa das “licenças”, frei Gregorio de Jesus aventa a metáfora da “história-medicina”, um trabalho curativo dos vícios do tempo, comparando frei Jesus a autores antigos, como Curcio, que fez “por Historiador, o q não fizeraõ muytos por Medicos”. Exaltado, chega mesmo a atribuir características divinas à historiografia, dada sua capacidade de immortalizar: “a medicina deste Historiador tem tanto de divina, que para não morrerem na memoria os nossos Martes Portuguezes, os faz immortaes na fama, eternizando-lhes a gloria do seu Valor com esta Historia<sup>542</sup>”.

Frei Jesus, com a alusão a esses e outros referenciais clássicos, com o apuro retórico com que traceja seus protagonistas e as

---

541 *Ibidem*, “Prologo” não paginado. Reflexões sobre a escrita da história também à pp. 90-91 e 351.

542 *Ibidem*, “Prologo” e “Licenças”.

passagens nodais da Guerra Holandesa (firmadas nas relações predecessoras), deseja infundir ao passado dimensões de monumentalidade, na convicção de que a imitação da grandeza é a chave para o futuro glorioso. Neste cálculo, a obra histórica se revela nevrálgico alicerce da nacionalidade, multiplicando, pelas proezas contadas e pela inspiração que infundia nos homens, o número dos heróis que o campo de batalha engendrara. Cada um dos dez livros que compõem o *Castrioto* principia seu relato com meditações morais como “veste-se a mentira das aparencias da verdade”, “para ensinar, são as callamydades os preceytos mais certos” ou “parto de duas mãys he o desprezo”, aforismando a partir dos casos relatados ou, no sentido inverso, aplicando-lhes o repertório de máximas prove-nientes da literatura antiga e medieval-renascentista. No avançar do livro, o fluxo narrativo é também não raro interrompido para a formulação de perorações moralistas<sup>543</sup>. O entendimento basilar era que a tomada de conhecimento desses saberes virtuosos, sob um prisma platônico, bastaria a disseminar a prática da virtude. O “gosto aforismático” e “preceptístico”, aponta Albuquerque, caracterizaria o “barroco” predominante nas letras europeias<sup>544</sup>, embora, sob outros aspectos, o *Castrioto* seja de difícil enquadramento nessa categoria analítica.

As recriações das maiores batalhas, como a de Mata Redonda, das Tabocas, de Casa Forte e dos Guararapes são costumeiramente precedidas de demoradas descrições, presságios e prédicas dos mestres de campo aos soldados (como, por exemplo, aqueles encontrados na *Anábase* de Xenofonte e, desde algumas décadas, alvos de críticas no debate historiográfico moderno<sup>545</sup>), sempre na direção de significar o evento como um confronto pela liberdade, pelo reino e

---

543 *Ibidem*, pp. 171, 198, 277.

544 ALBUQUERQUE, *Estudos de cultura portuguesa*, vol. II, *Op. cit.*, pp. 62-64.

545 GRAFTON, *What was history?*, *Op. cit.* XENOFONTE (autor) & RIBEIRO, Aquino (pref.). *A retirada dos dez mil*. Lisboa: Bertrand, 2014.

pela cristandade ameaçada. O general espanhol D. Luís de Rojas y Borja, substituto de Matias de Albuquerque na resistência em fins de 1635, é pintado na batalha da Mata Redonda exortando os soldados em linguagem gongórica, pontilhada de alusões clássicas:

Aquelle esquadraõ inimigo, que com obsinaçaõ permanece cerrado, senão peccára na materia, não se valera da forma: Sua constancia nos aviza de sua fraqueza; occupado do medo, ó [*sic* por “o”] ajunta a cobardia do animo; mais fechado estava o nõ Gordiano, & cortou-o sem resistencia a espada de Alexandre: Tal deve ser hoje a de cada hum de nós; & experimentarà o contrario, que tem de rayo o desfazer o mais unido; & que o valor não se vence de apparências, nem as armas Portuguezas de argumentos sofisticos [...]<sup>546</sup>.

Erudito discurso, cujo tom idealizado, se porventura se afastava do retrato fiel (que o próprio frei Jesus em outras partes promete), colaborava com o recurso à grandiloquência e ao “decoro”, para a gravidade da História. O esmero estilístico, a oração laudatória, os paralelismos históricos e bíblicos e os mais instrumentos retóricos (ao lado da construção de heróis como Negreiros, Camarão, Henrique Dias e o próprio frei Manoel Calado, “piedoso” sacerdote a socorrer o povo de Porto Calvo) sustentam, portanto, seu fim. Ao cabo, almeja o *Castrioto* a transformar a Guerra Holandesa em um dos ápices da história do reino, ao lado das lutas de D. João I, de Aljubarrota, das conquistas na Índia dos começos de Quinhentos, ou mesmo – ambição decerto inconfessável – da Batalha de Ourique.

Propósito também discernível na revisão e diálogo travado por frei Jesus com as narrativas predecessoras, como a *Historia da Guerra de Pernambuco* de Santiago, a *Rerum per octennium*, de Gaspar Barlaeus e com o *Lucideno*. Se o mestre de gramática é algumas vezes referenciado como fonte informativa, Calado em especial

---

546 JESUS, *Castrioto*, *Op. cit.*, p. 127.

é severamente criticado pelos muitos “erros” cometidos na cronologia, nas cifras, no retrato dos moradores. Alguns dos reparos já feitos por Santiago são retomados, quase sempre sem o devido crédito à *Historia*. Muito embora não faltem no *Castrioto* explicações providencialistas, censura-se Calado e Santiago (como faria Loreto Couto no século XVIII) pela “temeridade” de quererem “penetrar os segredos da providencia”. Quanto aos milagres e intervenções de figuras celestiais constantes nos textos dos anos 1640 e 1650, frei Jesus aparenta submetê-los a atenta “hierocrítica”: admite, por exemplo, o caso da imagem da “Virgem suada”, que abençoa a vitória de Casa Forte (“a piedade Christã attribuiu esta victoria ao favor da Mãe de Deos”), enquanto silencia acerca da aparição da Virgem e de Santo Antão na Batalha das Tabocas, registrada por Calado e Santiago<sup>547</sup>.

Com o *Castrioto Lusitano*, a versão vieiriana da Guerra Holandesa alcançava sua apoteose discursiva, apoiada no renome do beneditino e nas fórmulas dos mais respeitados modelos literários do século. Fernandes Vieira morreria em janeiro de 1681, talvez sem tempo de segurar nas mãos o exemplar impresso da História que tanto o laureava e que muitos ciúmes e ressentimentos deixaria na capitania de Pernambuco. Tal como nos anos 1640, também agora é o discurso de um grupo político assentado no ultramar que se veicula na corte e no mundo português. Porém, empregando autor cortesão, continuador da *Monarchia Lusitana* e nomeado cronista-mor dois anos após a impressão, para o que o *Castrioto* terá sido decisivo<sup>548</sup>, pode-se considerar a obra como também expressão afirmativa da dinastia em vias de legitimação. O momento parecia convidativo a semelhante comunhão. Não por acaso, pela mesma época cruza o Atlântico, vindo de Angola, a primeira história da Guerra Holandesa

---

547 *Idem*, pp. 13, 18, 90, 148 e 335. BARLAEI, Casparis. *Rerum per octennium in Brasilia, et alibi nuper gestarum*. Amsterdam: Ex Typographeio Ioannis Blaeu, 1647.

548 SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. II, *Op. cit.*

ali travada, com o mesmo propósito de honrar o príncipe e eternizar os que ali lutaram e venceram.

### Heróis, hereges e idólatras na “Etiopia Ocidental”

Cerca de 1680, um idoso capitão alentejano, morador em Angola desde 1639, antigo juiz em Massangano e vereador do Senado da Câmara de Luanda, decide historiar o primeiro século da presença lusa naqueles domínios, desde a chegada do conquistador Paulo Dias de Novais, em 1571. Menos de dois anos mais tarde, Antonio de Oliveira Cadornega concluía sua *Hestoria das Guerras Angolanas*, cujo manuscrito é oferecido ao “m.<sup>to</sup> alto e mui poderozissimo Principe D. Pedro nosso S<sup>nr</sup>”<sup>549</sup>. Segundo Barbosa Machado, esses primeiros anos 1680 foram prolíficos para Cadornega, escrevendo outras obras históricas sobre Angola, Benguela e sua terra natal, Vila Viçosa, nenhuma delas, ao que consta, tendo alcançado os prelos seiscentistas<sup>550</sup>. O que não é de admirar. Além de residir longe dos centros onde se situavam as tipografias, Cadornega se distancia do estilo grandiloquente e estudado de frei Jesus e mais autores do período regencial. Revisita a geografia, as línguas e as lutas na “Etiopia Ocidental” com a “llaneza” retórica de Albuquerque Coelho e frei Vicente Salvador. Não era autor afeito aos requintes do

---

549 Existem dois manuscritos completos da obra, um deles na Academia de Ciências de Lisboa e outro na Biblioteca Nacional da França. A Biblioteca Nacional de Portugal dispõe de cópias seiscentistas dos vols. I e II, provenientes da livraria do marquês de Alegrete. CADORNEGA, *Hestoria das Guerras Angolanas*, BNP, ms. cit. A primeira edição integral do texto data apenas dos anos 1940, sob direção de José Matias Delgado. CADORNEGA, *Historia geral*, *Op. cit.* (edição utilizada doravante). No prefácio, Delgado menciona publicação parcial (apenas o vol. 2), em 1902, alude a cópias parciais em bibliotecas particulares e ao ms. conservado em Paris, fonte da edição.

550 MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1, *Op. cit.*, pp. 341-342. Delgado julga que estavam concluídos já em 1681. “Prólogo”. In: CADORNEGA, *História geral*, vol. 1, *Op. cit.*

linguajar historiográfico. Em vista disso, multiplicam-se passagens em que se desculpa pelo “fraco talento” ou por não se igualar aos “nossos cronistas”, João de Barros, Bernardo de Brito e outros como Faria e Sousa, “que escreveu com tanta erudição e correnteza de palavras”<sup>551</sup>. Em Cadornega, a frase parece ir além da velha tópica da “modéstia afetada”.

Historia a Guerra Holandesa cruamente, retratando flamengos e seus aliados africanos como sanguinários, de forma análoga ao que fizeram Brito Freyre e os “vieirenses” em relação aos índios. Todavia, a espontaneidade podia converter-se em campo minado, no contexto censório do Antigo Regime. Ocupado em justificar a conquista e expansão da fé naquela porção da África, tema central à *Hestoria*, Cadornega exalta a violência e crueldade que “disciplina” os “idólatras”. Paulo Dias, estabelecendo ali o enclave luso em fins do século XVI, é saudado por supostamente cumprir a vontade do céu chacinando pagãos e remetendo a Lisboa barris transbordantes de narizes e orelhas de inimigos. Padrão de conduta continuado nos governadores sucessivos e ainda nos dias dos flamengos. Sobas rebelados e milicianos da “guerra preta” desobedientes mereceriam punições implacáveis, como o soldado que, avançando sem ordens, tem as orelhas arrancadas “para não ficar sem castigo”. Vítimas comuns do garrote eram também os “feiticeiros” e “negros encantadores”, hostilizados em nome da fé. Quando moradores refugiados propõem buscar alguns deles “para que em a Cidade (de Luanda) botassem Tigres, Onças, e Leoens, que matassem a muitos Hollandezes”, o bispo veta a “guerra suja”, “feita por arte diabolica que não convinha”<sup>552</sup>. Em acréscimo, retrata-se a admi-

---

551 *Idem*, vol. 1, pp. 3, 9, 254-255, 285, 288-289, 540-542. CURTIUS, *European Literature, Op. cit.* WEBER, Priscila Maria. “Angola” como conceito: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (século XVII). Tese (doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2018.

552 *Idem*, vol. 1, pp. 42-43, 259, 366-367.

nistração lusa em Angola, atravessada, nos momentos cruciais, por discórdias entre os grupos políticos ocupando postos na governança. Como no caso dos adversários dos governadores Antonio de Abreu de Miranda e Pedro César de Menezes, ou às arengas entre seus sucessores, enquanto os neerlandeses dominavam Luanda e cooptavam sobas das vizinhanças<sup>553</sup>. Tais indiscrições dificilmente terão colaborado para pavimentar o caminho do texto até as máquinas dos impressores.

Cadornega, portanto, ignora preceitos retóricos apreciados na Europa, como a “decência”, a “gravidade”, caros ao gênero histórico. Além do mais, distante das esferas de poder e com pouco contato com elas, é possível que retratasse a Guerra Holandesa de maneira não muito conveniente à agenda política da dinastia brigantina nos anos 1680. Esta hipótese dá pistas dos motivos de sua não publicação na época ou, quando menos, o pouco entusiasmo da coroa para com a *Hestoria*. Calado, dotando o *Lucideno* de algumas características análogas, fora mais bem-sucedido na década de 1640. Quarenta anos depois, o contexto político e historiográfico na Península e em Lisboa era outro. Cadornega (e seus eventuais patronos e correligionários, os quais, se existiam, a documentação não permite nomear), ao contrário do grupo em torno de Fernandes Vieira, não percebeu a mudança. E ficou esquecido.

Não deixa, contudo, de ter composto valiosa História de Angola, com os diversos manuscritos sobreviventes, referidos por Delgado, atestando-lhe a relevância<sup>554</sup>. Foi, segundo todos os indícios, muito copiada e lida, provavelmente na condição de raro relato testemu-

---

553 *Idem*, vol. 1, p. ex. às pp. 337-342, quando Pedro César de Menezes, escapando do cativo holandês, faz novas nomeações para ofícios régios e enfrenta resistências entre os portugueses.

554 DELGADO, “Prólogo”, In: CADORNEGA, *História geral*, vol. 1., *Op. cit.* WEBER, “Angola” como conceito, *Op. cit.* Aponta a existência de manuscritos na Inglaterra, França e Portugal.

nhal sobre aquela conquista africana. Ou, para ser mais exato, um livro híbrido, em que o relato inédito convive com a escrita meditativa própria da historiografia da época.

A historicização da Guerra Holandesa na África Ocidental, mais fragmentária do que sua contraparte americana, percorre itinerário específico. Enquanto frei Jesus e Brito Freye, pela mesma altura, dispunham de largo repertório de relações e já com a *Historia* de Santiago, a partir das quais compor suas sofisticadas abstrações, o capitão Cadornega tinha em mãos informes bem mais escassos. Toma da pena, declara, por não haver “quem tomasse esta empresa a sua conta”, valendo-se das recordações do que testemunhou, das “noticias que tomei dos antigos com quem falei e conversei” e de “alguns papeis que vi daquelles tempos”. O *Manifesto das ostillidades*, única relação até então publicada sobre a invasão flamenga e restauração de Angola, jamais é mencionada, muito embora o autor, Luis Fellis Crus, soldado na campanha, seja referido, na condição de personagem, não de autor<sup>55</sup>.

O velho capitão resolve suprir tais lacunas não com a “relaçam” de algum governo ou conflito, mas com a história de todas as guerras travadas naquela conquista, ofertando-a ao príncipe na condição de serviço prestado à coroa e nação lusitanas. Conquanto não adote o estilo aforismático de frei Jesus, Cadornega quer, tanto quanto relatar, historiar: mobilizar o passado como substrato de reflexão e *exemplum*. A todo o tempo se esforça por ultrapassar o mero registro dos sucessos, introduzindo arazoados em que invoca autores clássicos como Sêneca e César e, mais ainda, a tradição historiográfica ibérica. Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Juan de Mariana, Garibay y Zamalloa, Manuel de Faria e Sousa são todos antecessores que alimentam o autor de paralelos entre os eventos angolanos

---

555 CADORNEGA, *História Geral*, *Op. cit.*, vol. 1, p. 9. Também, à p. 240, alude às “noticias verdadeiras e papeis antigos, que o Autor desta historia com seu desvello pode descobrir e capacitar”. Menção a Fellis Crus à p. 398.

e as vitórias lusas e castelhanas em Flandres, na Itália, na Índia, inclusive para a crítica aos que “tem [sic] em pouca conta as guerras desses Reinos (da África)”<sup>556</sup>.

De interesse ainda maior é a recepção em Cadornega da historiografia da Guerra de Restauração e, em especial, da Guerra Holandesa na América. No caso do conflito peninsular, triunfos como o da Linha de Elvas, os quais “contão as nossas Relações impressas”, dão azo a comparações enaltecidas da ação dos portugueses na África<sup>557</sup>. Já com relação à luta no Brasil, as recentes histórias de Brito Freyre (1675) e Raphael de Jesus (1680) lhe são familiares e dão azo a paralelos entre as “misérias” portuguesas sob os holandeses, de um lado e do outro do Atlântico. Após descrever a retirada, rio Bengo acima, dos moradores do “Arrayal” onde se haviam refugiado após a queda de Luanda, comenta:

Tem essa nossa retirada parecença com a que contão as nossas historias Brazílicas que depois de se Senhoriar o Flamengo de nosso Arrayal em Pernam-mirim, se retirava o Conde de Bañolo, que em toda a parte houve este castigo e opressão, por huma mesma Nação, para uma distancia chamada as Lagoas, por não poder sustentar a campanha de Pernambuco, sendo tão grande Soldado [...]; mas a nossa retirada foi mais sublimada, porque se sustentou sete annos sem os inimigos Belgas nos poderem invadir, e render [...]<sup>558</sup>.

Heróis como Matias de Albuquerque, Francisco de Figueroa e Filipe Camarão, gestados nas narrativas americanas e metropolitanas da Guerra Holandesa, são já em 1680 personagens bem firmadas no panteão dos imorredouros guerreiros lusitanos. A *Hestoria* do capitão alentejano nos dá o raro vislumbre da recepção seiscentista

---

556 *Ibidem*, vol. 1, pp. 4, 42, 204, pp. 539-545.

557 *Ibidem*, vol. 1, pp. 348-349, 407, 438.

558 *Ibidem*, vol. 1, p. 270.

das obras históricas dos anos 1670 e, indiretamente, das relações históricas dos anos 1640, revelando mais uma vez – como já o fizera D. Francisco Manuel de Mello, vinte anos antes – a versão-memória que esta biblioteca bélica fora capaz de arranjar.

Os historiadores ibéricos, agora, com a notícia dessas façanhas angolanas, teriam seu arcabouço retórico enriquecido, em sua tarefa de disseminar imagens inspiradoras de bravuras e atitudes morais admiráveis. Um dos heróis neófitos o interessava em particular. Introduzindo um “capitão mór da guerra preta” Antonio Dias Musungu, Cadornega ensaia compará-lo a valente soldado em Flandres, todavia logo se refreia, pois não havia necessidade de buscar exemplos de outros guerreiros, quando a Guerra Holandesa os produzira em abundância:

Mas Porque havemos de buscar comparaçoens estranhas quando as temos no nosso Portugal e Estado do Brasil do nosso tempo, o esforçado e sem pavor Amrique Dias que com o seu Terço de gente preta de Angola, como elle também o era, obrou maravilhas como as nossas historias o contão e agora novamente o traz, o Autor de Castrioto Lusitano o dignissimo Abbade de São Bento<sup>559</sup>.

O capitão Musungu, aliás, é qualificado como “preto só em as côres, que o mais tudo tinha de Branco”, jogo de palavras sobrejamente aplicado ao seu par do outro lado do Atlântico. O que nos mostra, claramente, que o esforço das narrativas vieirenses para fazer de Henrique Dias um símbolo do “negro ideal”, completamente irmanado aos objetivos das elites portuguesas, por muito que violasse preceitos tradicionais de “decoro”, encontrava boa acolhida em parte da historiografia portuguesa. Cadornega almeja revestir a guerra em Angola do mesmo aspecto memorável já então associado aos sucessos do Brasil.

---

559 *Ibidem*, vol. 1, p. 184.

Personagens como o capitão Musunga e mais ainda Pedro César de Menezes e o restaurador da praça, Salvador Correia de Sá, são representados romanticamente. Não estão ausentes as interpretações do castigo ou da proteção divina, sendo a leitura providencial basilar no curso dos capítulos, a dar sentido transcendental às amarguras e à redenção dos portugueses nos sertões africanos. Tampouco faltarão ponderações moralizantes em forma de aforismos, ainda que mais raros em meio ao estilo simples em que é proposta a obra. Após referir, por exemplo, a perseguição e prisão de oficiais contrários ao governador Pedro César, glosa Cadornega acerca da altivez e das “Pompas vãs [...], vendose de huma hora para a outra as voltas que o Mundo dá, subindo huns, e abaixando outros”. Outro exemplo: quando descreve a amizade do governador Pedro César de Menezes com um major neerlandês, seu captor, à custa de presentes, o autor depressa medita que “isto de receber faz bom sangue, ainda que o haja contrario, que dadivas quebrantão penhas, quanto mais homens humanos”<sup>560</sup>.

Oferecida e dedicada a *Hestoria* ao regente, da parte de um destacado membro da elite angolana, repetia-se a estratégia dos grupos políticos periféricos do império português, de presidirem a historicização da Guerra Holandesa, como intentavam desde os anos 1630, ainda durante a União Ibérica. Vinham obtendo bons resultados nesse empreendimento literário. Faziam-no, desde os anos 1670, invocando recursos discursivos da *Ars Historica* europeia, mais cuidadosamente burilados por uns do que por outros. Como no caso da *Historia* de Santiago, fracassaria a provável ambição editorial de Cadornega, por razões que desconhecemos (conquanto as muitas cópias sobreviventes da *Hestoria* indiquem que circulou e foi bem lida). Em Olinda, em Angola, em Salvador evidenciava-se para os

---

560 *Ibidem*, vol. 1., pp. 337, 341.

que viviam nas possessões atlânticas onde a luta se travara o quanto importava lembrá-la e mobilizá-la. E não só para eles.

Ao longo da década de 1670, simultaneamente aos empreendimentos historiográficos dessas elites ultramarinas e ao desembarque de suas histórias em Lisboa, a corte e o núcleo do poder central despertam para a pertinência de integrar aquela história atlântica à história maior do reino. As vitórias sobre castelhanos e holandeses, submetidas a adequado tratamento historiográfico, muito poderiam realizar pelos Bragança. Uma publicística bem dirigida, servindo-se, entre outros dispositivos, das regras do gênero histórico, poderia, mais do que ajudar a construir a aura de sua realeza, talvez ombreá-los com os Avis, em seu mais fulgurante momento de expansão, no reinado manuelino quinhentista. Afinal, como inteligentemente sublinhavam alguns desses historiadores do período regencial, o Portugal brigantino derrotara, no interregno de poucos anos, duas das maiores potências do mundo, Castela e Holanda<sup>561</sup>. Era conveniente ao poder, por isso, não só saudar as obras promovidas pelos vassalos de além-mar: para os cortesãos, escrever Histórias naquela hora era via para novos favores e graças; para a coroa, importava fazer-se ouvir na operação historiante, de modo a conformá-la com perfeição aos planos da monarquia. Em certo sentido, chegara a hora de resgatá-la das mãos das elites ultramarinas, as quais desde os anos de D. João IV a haviam raptado.

“Hum Livro taõ esperado da curiosidade universal”

Tal como o castelhano Cespedes y Menezes compusera a *Historia de Filipe III* em seu degredo lisboeta, Francisco de Brito Freyre deita ao papel sua *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica* enquanto pagava no cárcere uma desobediência. Ainda que caído

561 FREYRE, *Nova Lusitania, Op. cit.*, p. 6.

em desgraça, era figura nobilitada e um alto oficial da burocracia brigantina. Simboliza, ademais, a tomada de consciência da corte lisboeta para com a utilidade da historicização da Guerra Holandesa. Descendente da pequena nobreza do Alentejo (seu avô fora comendador da Ordem de Cristo, honraria também concedida ao neto), Freyre depressa ascendeu na carreira militar e na administração, sob D. João IV. Era o almirante da armada da Companhia de Comércio que cercou o Recife pelo mar, em 1654, levando, ao lado das forças em terra, os neerlandeses à capitulação. Durante a regência de D. Luísa de Gusmão e pelo reinado de Afonso VI, governou a praça de Juromenha, no Alentejo (1658), a capitania de Pernambuco (1661-1664) e a cidade de Beja (1665), esta sob ameaça de ataque espanhol, pelo que angariou renome<sup>562</sup>.

Leal vassalo afonsino, Freyre apartou-se do círculo dos conjurados de 1667. Dois anos depois, D. Pedro ordena-lhe conduzir o rei deposto à Ilha Terceira, promovendo-o a governador perpétuo e titulando-o visconde, a fim de cooptar o experiente militar e administrador. Contudo, julgando que obedecer ameaçaria sua “fidalguia e honra”, o almirante recusa a missão, “cuja acção foy origem de graves calamidades que tolerou constante, [e] dissimulou prudente”, como sumariza Barbosa Machado. Recolhido à Torre de Belém e, depois, à de São Gião [ou São Julião da Barra do Tejo], ocupa-se no curso dessa “larga prisaõ” da escrita de sua História, o que lhe servia de “único alívio”. Terminada, dedica-a, estrategicamente, à memória do príncipe D. Teodósio, ao mesmo tempo saudando o “felicissimo Principe, & amado senhor” D. Pedro, comparando-o ao primogênito joanino em virtudes e regalia. Na dedicatória ao finado príncipe D. Teodósio, escreve: “não sem alguã semelhança entre vossa grandeza, & minha humildade, desta Torre de S. Gião, invoco...”, o que

---

562 ALMEIDA, M. Lopes. *O Historiador da “Nova Lusitania”*: Francisco de Brito Freire. Subsídios para sua biografia. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.

sugere ter seguido preso até a finalização do volume. Seria libertado algum tempo depois, porque, em 1678, segundo informa uma carta do Pe. Antonio Vieira, estava de volta ao mar, perdoado, como soldado na armada, esperançoso de reaver seu posto de almirante<sup>563</sup>.

As qualidades do projeto editorial da *Nova Lusitania* terão porventura colaborado para reconquistar as boas graças do regente. A edição de 1675 (licenciada entre agosto de 1674 e novembro de 1675, taxada em “quinze tostoês” a 19 de dezembro) é um majestoso in-fólio de 35 cm de altura, para cuja impressão o editor Joam Galram confessa ter mandado “vir de Amstardão, letras novas de toda sorte, só a fim de imprimir no modo mais decente, hum Livro taõ esperado da curiosidade universal”<sup>564</sup>. Não devia exagerar o editor, porque de fato se tratava da primeira História impressa da Guerra Holandesa, tema esquecido havia quinze anos, desde o opúsculo de D. Francisco Manuel de Mello, em 1660. Se desconsiderarmos, claro, a reemissão ilegal do *Lucideno*, o mesmo texto de 1648, proibido pela Inquisição romana, inscrito no *Index* e, não obstante, reposto em circulação em 1667, com uma falsa autorização.

Morais julga que Freyre e Galram ambicionavam rivalizar com a suntuosa edição da *Rerum per octennium in Brasilia et alibi gestarum*, de Gaspar Barlaeus (publicada em Amsterdã em 1647, com nova impressão em 1660), panegírico de Maurício de Nassau. O almirante, com efeito, falando dos “volumes grandes” e “elegancias

---

563 FREYRE, *Nova Lusitania*, 1675, *Op. cit.*, “Ao leitor”. MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, *Op. cit.*, p. 126. ALMEIDA, *O Historiador da “Nova Lusitania”*, *Op. cit.*, pp. 10-16. MELLO, “Brito Freyre, a sua História e Pernambuco”. In: FREYRE, *Nova Lusitânia*, 1977, *Op. cit.*, estudo introdutório não paginado.

564 Curiosamente, as licenças apenas aludem à *Nova Lusitania*, sendo que o editor inclui, ao final do volume, a *Viagem da Armada*, texto que Freyre originalmente publicara em 1657, na oficina de Henrique Valente. Explica Galram que a reimprimiu por “licença que de mim mesmo tomei”, confiando no decreto régio que autorizara a obra vinte anos antes. FREYRE, *Nova Lusitania*, 1675, *Op. cit.*, “o impressor aos que o lerem”.

estrangeiras” com que os flamengos, mesmo derrotados, historiam a guerra, alude aos anos do governo nassoviano como “tão ostentadamente escritos, na avultada Historia de Gaspar Barleu”. E ironiza a divisa *qua patet orbis* (“por toda a extensão do mundo”), adotada por Nassau, opondo-lhe um debochado *qua non patet orbis* na gravura a abrir o volume<sup>565</sup>. Vê-se desde logo como tal intento de visibilização internacional das letras lusitanas se harmonizava com a política monárquica de recuperação do relevo de Portugal no cenário europeu, por meio da diplomacia, do comércio, de casamentos e, também, da história.

À imponência do objeto material harmonizava-se igualmente o tratamento do tema. Sintonizada com os debates da *Ars historica*, a *Nova Lusitania*, tal qual outras histórias seiscentistas da Guerra Holandesa, parece inspirar-se nos modelos de Cabrera de Córdoba e Mascardi, ainda que não os cite. Principia com um exórdio, seguido de uma demorada descrição da América e dos “discursos” e “juizios” preconizadas no *De historia* (1611), tratado do erudito espanhol. Desde os prólogos e no desenrolar da obra, procura-se infundir grandeza à matéria. As guerras do Brasil, explica Freyre, “aventejaramse por seus intoleráveis descommodos, extremas necessidades, & continuos perigos” às de Flandres e de Roma. E a gente de Portugal independente da Espanha, convinha recordar, “agora só vence a Olãdesa, & Castelhana”. Ocupa-se o primeiro livro da expansão marítima que funda o Império Português, detalhando o povoamento da “quarta parte do mundo” e refutando as teses de Grotius do *Mare Liberum*, sustentáculos às agressões neerlandesas a leste e oeste. O próprio Colombo é apelidado de “discipulo da doutrina Portuguesa”, tendo navegado pelos castelhanos somente porque Deus resolvera premiá-los com a América, por terem expulsado

---

565 *Idem*, “Ao leitor” e “Advertencia” (não paginados). MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 11, *Op. cit.*, p. 126. MORAIS, *Bibliographia Brasiliana*, vol. 1, *Op. cit.*, p. 278.

mouros e árabes da Ibéria, o que, aliás, aponta para os traços providenciais ainda presentes no olhar do autor<sup>566</sup>.

Freyre dialoga intensamente com os referenciais historiográficos, teológicos e filosóficos de seu tempo, abarrotando seus capítulos de notas laterais, citando desde numerosos clássicos da Antiguidade a historiadores portugueses e castelhanos de seu século. Cumpre observar, todavia, que tais referências, se abundantes no “livro primeiro”, no qual se revisita a conquista e povoamento da América Portuguesa, escasseiam nas secções seguintes, quando a guerra é efetivamente narrada, de modo mais escorreito, sem este aparato erudito. Alguns dos predecessores que também empregaram o esquema do *exordium* seguido de *descriptio*, como Santiago e sobretudo Tamaio de Vargas, invocam as *auctoritates* de forma análoga. Este dispositivo intelectual, percebe-se, desempenha, muitas vezes, função específica na escrita da história seiscentista. Mais do que prover alicerces teóricos imediatos para a hermenêutica desenvolvida a partir da narrativa – a elaboração de aforismos, generalizações políticas e glosas morais, tida como incumbência do historiador – o saber clássico e moderno colabora, com maior assiduidade, para a contextualização, a caracterização histórica, geográfica e etnográfica do meio onde a ação acontece. Durante a narração dos acontecimentos propriamente dita, este repertório será recuperado, via de regra, para fins de comparação entre personagens e gestos de outrora e do momento recontado.

O esmero costumeiramente dedicado aos “exordios”, “descripciones” e “digresiones” do esquema de Cabrera de Córdoba impõe vasto diálogo intelectual, com margens ou rodapés transbordando de notas. Tamaio de Vargas, por exemplo, recorreu aos escritos de Eneo Ulpiano para caracterizar os neerlandeses como piratas e se socorreu de Teofrasto e outros para dar sentido a fenômenos naturais

---

566 FREYRE, *Nova Lusitania*, 1675, *Op. cit.*, “Ao leitor” (não paginado), pp. 7 e 9.

“estranhos” verificados na navegação do Atlântico. Freyre, por sua vez, entre outras alusões invoca os livros bíblicos de Salomão e de Esdras, além do jesuíta espanhol Juan de Piñeda, para atacar as “opiniões ridículas” de que os índios do Brasil eram “as gentes vencidas de Cartago” ou “os fabricantes frustrados da Torre de Babel”<sup>567</sup>. O livro, vê-se, comportava objetivos polêmicos que ultrapassavam em muito o mero relato dos eventos bélicos entre portugueses e flamengos.

Em contraste, a tarefa narrativo-gnosiológica do historiador é muitas vezes cumprida sem o mesmo rigoroso apoio bibliográfico. Quando muito, ampara-se em textos clássicos e bíblicos mais largamente conhecidos, os quais, de forma genérica, servem de mote às meditações e glosas – no arranjo editorial da *Nova Lusitania*, aliás, quase sempre destacadas à margem do texto. Preocupado com as entradas e destruições da wic presididas por Calabar, “pelo dano q causava a todo o Brasil, o atrevimêto de hũ só Homẽ”, Matias de Albuquerque suborna Antonio Fernandez, primo de Calabar, para assassiná-lo. Antonio, porém, desastradamente tropeça sobre a ponta de sua própria espada, que lhe atravessa o peito e o mata. Era a Providência, conclui Freyre, prolongando as ofensas de Calabar. À margem, reflete: “dilatase o castigo dos mãos, para melhor fim delles, & para flagelo de outros”<sup>568</sup>. Adiante, no sítio da Bahia, em 1638, o autor critica Nassau por desguarnecer Pernambuco, e os católicos por duvidarem que o faria, negligenciando as providências que convinham.

Deste modo andáraõ os Nossos, & Cõtrarios, a se desviar das cousas que mais lhes convinhaõ, com as disposiçoẽs em que mais estudavaõ. O Nassau, deitando a gente de Parnambuco, para o socorro da Bahia, de que resultou todo o seu dano. A Bahia, naõ querendo admitir o socorro, aonde consistio todo o seu remedio.

---

567 *Ibidem*, p. 19. TAMAIO DE VARGAS, *Restauracion*, *Op. cit.*, pp. 13v, 92v-93.

568 FREYRE, *Nova Lusitania*, 1675, *Op. cit.*, p. 351.

Ao que se segue a peroração:

Que muitas vezes enganados os Homões do proprio parecer, no que ellejem para mais bem, se fazem maior mal a sy mesmos, do que os mesmos Inimigos fazerlhes pòdem<sup>569</sup>.

Diferentemente das obras vieirianas, as quais, para realçar o papel do “Jorge Castrioto de Olinda” e de seus partidários, enfocavam os sucessos da “Guerra de Pernambuco”, Freyre pensa o conflito estendido a todo o Brasil, algo que transparece já em seu título. Daí o largo espaço reservado à perda e restauração da Bahia em 1624-1625 (livros segundo e terceiro), retratados como introito triunfal da guerra que continua no mar, pela pirataria, e se reacende ao norte do São Francisco, em 1630. Não obstante avance a narrativa apenas até 1638, esta perspectiva de Freyre firma cronologia peculiar dos eventos, comparada à que traçavam as demais Histórias conhecidas ou em composição na década de 1670.

Os textos redigidos sob os auspícios da elite açucareira de Pernambuco tendem a representar uma guerra local e a obedecer à seguinte periodização: 1630-1637 (“guerra velha”), 1637-1645 (retirada do exército de Bagnuolo e “*pax nassoviana*”) e 1645-1654 (“guerra da liberdade” e restauração do Recife). O episódio baiano, nesse arranjo, configura-se preâmbulo menos importante da “verdadeira guerra”, merecendo poucos parágrafos em Calado e Santiago. Frei Jesus, por sua vez, reserva-lhe não mais que duas páginas, entre as setecentas de seu livro<sup>570</sup>. Politicamente, a Jornada dos Vassallos era pouco conveniente, já que lutada e vencida por outros. A saga que ilustravam começara em fevereiro de 1630, com a visão da esquadra inimiga que bombardearia o Recife e desembarcaria em Pau Amarelo.

---

569 *Ibidem*, pp. 417-418.

570 JESUS, *Castrioto Lusitano*, *Op. cit.*, pp. 15-17.

Já Freyre, nas pegadas de Albuquerque Coelho, sua maior fonte, e pretendendo não celebrar um “valeroso lucideno”, nem historiar a “guerra de Pernambuco”, mas sim a “guerra brasílica”, reestrutura as fases da luta, diminuindo a centralidade da capitania duartina. Na arquitetura da *Nova Lusitania*, a um período inicial mais longo: 1624-1638 (correspondente, grosso modo, à “Década primeira”), seguir-se-ia um interregno de trégua, cujo marco inicial não é a retirada de Bagnuolo, em 1637, mas a vitoriosa defesa da Bahia ao cerco de Nassau: 1638-1645. Finalmente, uma terceira fase: 1645-1654, tema do projeto da “Década segunda”, de cujo manuscrito não se tem notícia e que, segundo Barbosa Machado, ficara “imperfeita”<sup>571</sup>.

O fato de que um cortesão como Brito Freyre tomasse a peito o assunto da Guerra Holandesa – não, como Raphael de Jesus, sob os auspícios do grupo vencedor no ultramar, mas por motivações historiográficas e políticas circunscritas ao cenário europeu e às disputas cortesãs – modifica também a abordagem narrativa da *Nova Lusitania*. Não repudia, em verdade, a ideia de uma Providência a presidir os eventos terrenos, aqui e ali recorrendo a explicações desse cariz. Contudo é prudente no registro de intervenções milagrosas. Ao mesmo tempo, apartando-se da tradição panegírica, o antigo almirante esforça-se por escrever História desapaixonada e mesmo, em algumas passagens, criticamente aparelhada, no que inova.

Ainda que tome por fonte principal as *Memórias diárias*, reavalia os pareceres de Albuquerque Coelho e é comedido quanto à criação de heróis. Varnhagen, na *História das lutas*, acusaria Freyre de ser mero copista de Coelho, apreciação considerada incorreta por quantos acarearam as obras, em vista de outras fontes utilizadas pelo almirante. Matias de Albuquerque tem, na *Nova Lusitania*, suas qualidades reconhecidas e é aplaudido por iniciativas como o incêndio dos armazéns da alfândega do Recife, em 1630, evitando

---

571 Isto é, incompleta. MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 11, *Op. cit.*, p. 126.

que a *wic* se apossasse de rico despojo de açúcar e pau-brasil. No entanto, é também censurado pela forma como chefia a resistência e, com a chegada de Bagnuolo, tem seu comando secundarizado na partilha com o napolitano, ao contrário da representação de Coelho, que mantém o irmão na liderança indisputada do exército. Se Freyre não deixa de apreciar as ações de figuras como o capitão-mor Antonio de Albuquerque ou os capitães André Temudo e Rebelinho, suas simpatias às vezes recaem sobre personagens de origens humildes, anônimas ou em ascensão inusitada, no que talvez sofresse a influência de frei Calado. Henrique Dias, por exemplo, é “hum negro, indigno deste nome, pelo que emmendou ao defeito na natureza, o esforço do animo”<sup>572</sup>.

Os pró-homens de Pernambuco surgem acovardados perante a visão das naus batavas se aproximando mar adentro, ou dos soldados marchando da praia de Pau Amarelo em direção a Olinda. Cuidam de salvar-se e a seus bens. A tropa, porém, faminta, descalça, conserva a fortitude, imprescindível naquela guerra tão estranha aos “Capitães da Europa”. Freyre exalta na imagem de constância do guerreiro anônimo o próprio império português, mesmo nas “raças” colonizadas, consoante a finalidade unitária de sua obra.

Naõ só difficultosa, mas impossível parecerá aos mais destros Capitães de Europa, esta nossa defesa, com semelhantes mudas, de taõ poucos Paizanos, & tão bizonhos, que vindo hūs, & voltando outros [...], trasiaõ mayor cuidado em se recolher, do que em servir. E juntandose a tantas molestias a fome, que sobre todos he miserável modo de padecer, dias houve em que se deu de reçaõ a cada soldado, hũa só espiga de milho grosso<sup>573</sup>.

---

572 FREYRE, *Nova Lusitania*, *Op. cit.*, p. 254. ALMEIDA, *O Historiador da “Nova Lusitania”*, *Op. cit.*, pp. 14-15.

573 FREYRE, *Nova Lusitania*, *Op. cit.*, p. 187.

Autores vieirenses entoavam loas análogas, mas dirigindo-as aos “Portuguezes da America”, especificamente aos duartinos. “O [merecimento] dos Pernambucanos”, escreveria frei Jesus, “não mostrará nunca a remuneração satisfeyto, porq o mayor premio lhe ficará deminuto”<sup>574</sup>. Através da *Nova Lusitania*, a história da Guerra Holandesa propõe distinta economia discursiva, funda outras formas de ver o evento e seus protagonistas históricos, bem como seu sentido no mundo luso. O fato de que Freyre não tenha composto a segunda parte da História, tematizando a Insurreição Pernambucana, atença a curiosidade sobre como teria tratado as figuras de Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Antônio Cavalcanti. Faria do primeiro deles o aclamador admirável dos textos vieirenses? Ou polemizaria, registrando no seu luxuoso volume as acusações de roubo e homicídio a pender sobre o madeirense? Se algum dia o manuscrito “imperfeito” da “Década segunda” for encontrado, talvez descobramos.

A *Nova Lusitania* que existe não é, ainda, uma “história oficial”, escrita debaixo do olhar vigilante da coroa, muito embora oferecida a ela. Porém é a história de um soldado-historiador, instruído nos debates eruditos da Europa, representante da elite letrada do reino e, o que é sobremodo relevante, sem compromissos com o patrocínio dos ricos açucarocratas do Brasil. O trabalho de Freyre demonstra que o assunto, crescido em sua importância e serventia política, deixava de ser tão somente do interesse historiográfico e publicístico dos vencedores no Brasil e em Angola. Estes desejavam, desde os anos 1640, fazer da luta capítulo memorável da história do reino. Ainda que, talvez, não como pretendessem, estavam a conseguí-lo. Três décadas depois, a *intelligentsia* lusa tematizava a guerra. A coroa, em breve, faria o mesmo.

---

574 JESUS, *Castrioto Lusitano*, *Op. cit.*, p. 271.

## A confraternização dos vencedores

A cronologia é quase sempre instrutiva. As licenças da *Nova Lusitania* datam de meados de 1674, o que sugere estaria o texto concluso por volta dos fins de 1673 ou inícios do ano seguinte. O *Castrioto* é de redação simultânea: compõe-no frei Jesus nos primeiros anos 1670, pingando o ponto final em janeiro de 1675<sup>575</sup>. A conturbada ascensão de D. Pedro (1667-1668) é, segundo todos os indícios, o referencial de quando a historicização da Guerra Holandesa, interrompida desde os anos 1650, finalmente recomeça. Deposto D. Afonso VI, aclamado seu irmão como regente, parece instaurar-se uma nova *langue*, um novo contexto discursivo, momento propício a voltar os olhos para o acidentado século XVII, que entrava em seu terço final, e fazer-lhe o balanço. No Brasil, em Angola, mais tarde em Roma, diversos sujeitos e grupos debruçam-se sobre as guerras portuguesas das décadas anteriores, historiando-as num momento em que a coroa seguia política de neutralidade no continente<sup>576</sup>. No interregno de paz, na luta pela consolidação da casa real, era convidativo voltar-se para as lutas passadas, particularmente as recentes, transformando-as em combustível publicístico e patriótico.

Também em Lisboa, nos círculos mais chegados ao monarca, aflora esta percepção: as grandes vitórias da centúria aguardavam penas que as fizessem celebradas. Neste clima, o impressor régio reedita à sua custa as obras castelhanas do finado Manuel de Faria e Sousa, dedicadas às conquistas lusas no ultramar e à sua história europeia<sup>577</sup>. Depois da justificação da ascensão petrina inscrita no

---

575 FREYRE, *Nova Lusitania*, *Op. cit.*, “Licenças”. No manuscrito do *Castrioto*, consta na última página o registro: “vinte e cinco de janeiro de 1675. Em Braga”. JESUS, *Castrioto*, ANTT, ms. citado.

576 FARIA, *A neutralidade portuguesa*, *Op. cit.*

577 SOUSA, *Europa Portuguesa*, *Op. cit.* SOUSA, Manuel de Faria e. *Africa Portuguesa por su autor Manuel de Faria, y Sousa. Tomo unico. Dedicada Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente y Gobernador de Portugal.*

*Catastrophe de Portugal*, abria-se espaço para historiar com maior largueza a nação e a dinastia triunfantes em 1640, contra todas as adversidades destinada a novamente resplandecer na Europa. Não espanta, por isso, que o terceiro conde de Ericeira, D. Luís de Menezes, tracejasse os primeiros rascunhos da sua *Historia de Portugal Restaurado* tão cedo quanto em 1669, como informa a seu correspondente em Paris, Duarte Ribeiro de Macedo. No “Prologo” do livro, declara que “dez annos de trabalho me levou este primeiro volume”. E confessa, em cartas, escrever com o entusiasmo de quem supunha realizar tarefa patriótica, lamentando as horas que os demais afazeres lhe roubavam ao trabalho<sup>578</sup>.

Membro da primeira nobreza e do alto círculo da governação petrina (como vedor da Fazenda seria introdutor, com Ribeiro de Macedo, do “mercantilismo colbertiano” em Portugal), o conde toma a “temeraria resolução de imprimir em sua vida a historia do seu tempo”. Narra os vinte e oito anos entre a Restauração e a paz castelhana (1640-1668), de modo a mostrar a justiça da “restituição” da coroa a D. João IV e a razão com que D. Pedro, “segundo Tito, delicia dos homêns”, para salvar o reino, “tomou sobre seus generosos ombros o governo delle”. Missão que julga das mais árduas, porque, tratando dos vivos, tão logo tem o historiador sua obra lida, “começa a ser Reo, & reo julgado com tam excessiva tyrannia”<sup>579</sup>. O primeiro volume é publicado em 1679 e o segundo, em 1698.

---

Lisboa: à custa de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, 1681. Henrique Valente iniciara, em 1666, a impressão da *Asia Portuguesa*, de Sousa, sendo os volumes 2 e 3 retomados por Craesbeeck também no período 1674-1675. SOUSA, Manuel de Faria e. *Asia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: nas oficinas de Henrique Valente (vol. I) e Antonio Craesbeeck de Mello (tomos II e III), 1666-1675.

578 ERICEIRA, *Historia de Portugal Restaurado*, vol. I, *Op. cit.*, “Prologo” não paginado. RAU, Virgínia. Um “trabalho divertido” do conde de Ericeira: a História de Portugal Restaurado. *Separata da Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Munique, Band 10, 1970, pp. 306-308.

579 ERICEIRA, *Portugal Restaurado*, Vol. I, *Op. cit.*, “Prologo”.

As resistências à memória construída por Ericeira, por parte da fidalguia atuante no reinado joanino (objeto do volume I, sendo o reinado afonsino tratado no volume II, impresso postumamente), foram, ao que tudo indica, severas. Os “traumatismos psicológicos”, sugere Rau, provocados pelas “queyxas perpetuas” e “odios” despertados pelo imponente in-fólio (33cm) terão sido tamanhos, ao ponto de influírem no desespero que o levaria ao suicídio, em 1690. A própria tardança do segundo volume sugere o vigor das retaliações, embora faltem investigações monográficas sobre a questão. As tensões, em todo caso, ecoam já no “Prologo”, meditação acerca dos perigos para quem escreve dos vivos. No trabalho da história recente, reclama Ericeira, “encarecer os benemeritos será inveja dos indignos: louvar os viciosos, opprobrio dos benemeritos”<sup>580</sup>.

Perturba-o igualmente o problema da totalidade do que almejava a abarcar, em contraste com a seleção a que se via obrigado: “contar todos os sucessos, he empenho invencível: callar alguns, pôde ser queyxa dos interessados”. A miríade de perspectivas sobre um fato, mesmo entre os que o testemunham, o impressiona. Em batalhas pelejadas por “muytos mil homẽs”, espanta-se, não se achavam “dous que concordassem no mesmo facto”. Esta seria uma limitação inerente à percepção humana e, *a fortiori*, ao trabalho historiográfico. A “razão desta variedade”, conclui,

Vem a ser, q como hum só homẽ não he possível assistir a todos os sucessos de hũ conflictto, [...] todas as que não pôde alcançar com a vista desacredita por fabulosas.

Desse modo, contradições na construção do discurso historiográfico não são de ordem retórica, mas, para empregar um termo anacrônico, “teórico-metodológicas”, ligadas à própria parcialidade dos testemunhos de que depende o historiador. Pedia a benevolência do leitor:

---

580 *Ibidem*, “Prologo”. RAU, Um “trabalho divertido”, *Op. cit.*

Se poy me não foy possível contar sem contradição em varias conversações hum só sucesso na presença dos que se acharam nelle; como poderey conseguir facilmente escrevendo tantas batalhas, sitios, interpresas, & encontros sucedidos à valerosa Nação Portugueza por espaço de vinte & oyto annos nas quatro partes do Mundo, julgarem todos a narração das Vitorias por verdadeyras, & por certos os motivos das empresas militares & politicas, seguindose ordinariamente deste erro de discursos & falta de noticias huma queyxa perpetua contra quem escreve, & em algũs hum odio eterno, que muytas vezes se desaffoga pelos caminhos do delirio<sup>581</sup>.

Com efeito, o livro ambiciona registrar os sucessos portugueses por toda a extensão dos oceanos. Inspira-o o projeto historiográfico do “moderno Livio Manoel de Faria & Souza”: um painel vasto dos eventos políticos, diplomáticos e militares de Portugal na Europa e no ultramar, exposto segundo o modelo da “epitome”. Sousa, na *Epitome de las historias Portuguesas* (1628) e nos diversos livros editados a partir de 1666, historiara a expansão lusa até 1640<sup>582</sup>. Ericeira candidatava-se a sucedê-lo, porém condensando em dois tomos os incontáveis episódios das conquistas restauradas nas “quatro partes do Mundo”, numa sucessão regular, ano a ano, província a província, organizando o historiador metodicamente as informações segundo a ordem de seu projeto.

O *Portugal Restaurado* é, ao cabo, um *tour de force* obstinado não só em registrar a história, mas em impor-lhe uma nova e racionalizada legibilidade. Tal método, em verdade, estava longe de ser inédito na historiografia portuguesa. Enraizava-se em longos séculos a tradição dos “anais”, de encadear eventos (geralmente ligados ao rei) reunidos anualmente e, no Seiscentos, a disposição cronológica era

---

581 *Ibidem*, “Prologo”.

582 Sobre a “epitomização” na historiografia seiscentista em Portugal, de que Manuel de Faria e Sousa foi representante de proa, SARAIVA & LOPES, *Historia da literatura portuguesa, Op. cit.*, p. 575.

ainda imperativo do gênero histórico. Ericeira, todavia, submete sua matéria a tão minucioso esquadramento espacial e cronológico, como não se costumava encontrar nas obras de então. Nos primeiros anos joaninos, o leitor é convidado a transitar de Lisboa para as cortes europeias onde os embaixadores do rei anunciavam sua justa aclamação. Dali, para os teatros da Guerra de Restauração na fronteira, dos mais para os menos memoráveis. Com os anos, ampliam o cenário Tanger, Macau, Japão, Angola, Brasil e outros lugares, consoante a importância dos eventos que sediassem. A totalidade e a seleção são, na medida do possível, conciliadas mediante esta disciplinada agrimensura da geografia e do passado imperial.

Da encruzilhada de referências em que consiste o *Portugal Restaurado*, sobressai, como em talvez nenhuma outra obra do período, o modo como faz coabitarem os paradigmas da “história perfeita” e da “história política”. Ericeira é, porventura, o historiador português do século xvii que mais atentamente incorpora as inovações inscritas nas *Artes Historicae* da Itália e da Europa do norte, tal como nos debates historiográficos espanhol e francês sob Filipe iv e Luís xiii. Cita os textos de Mascardi e do “Padre Mene Francez”, isto é, o padre Le Moyne, cujo *De l’Histoire* recebera de Ribeiro de Macedo em 1670 e lera com gosto<sup>583</sup>.

A “exemplaridade” e a cultura clássica permanecem balizas fulcrais da composição. Isto se verifica já na lista de *auctoritates* nomeadas no “Prologo” ou, adiante, em paralelos como o desenvolvido na passagem da mão ferida de Henrique Dias, o qual, para não se afastar dos combates, de pronto a manda cortar. A nobreza do gesto é equiparada à lenda de Gaius Mucius Scaevola, o qual, na guerra contra os etruscos, teria deitado a mão direita ao fogo, para ilustrar a coragem romana: “não foy a mão de Scevola mays luzido tição para

---

583 ERICEIRA, *Portugal Restaurado*, vol. 1, *Op. cit.*, “Prologo”. RAU, Um “trabalho divertido”, *Op. cit.*

o fogo, que a de Henrique Dias para o cauterio” (frei Jesus, escrevendo nos mesmos anos, empregaria, curiosamente, idêntica analogia<sup>584</sup>, sendo impossível determinar quem copiou quem). Na mesma direção, os compromissos gnosiológicos e morais da narrativa histórica guardam sua relevância, ainda que se evite o estilo pesadamente aforismático do *Castrioto*. Ericeira, ademais, evita imortalizar atitudes vis, parecendo-lhe “escuzado relatar defeytos particulares”, ocupação “mays de satyricos q de historiadores” – salvo quando centrais à narrativa, pelo interesse público, como no caso dos “vícios” de Afonso VI, esmiuçados no tomo segundo.

Ao mesmo tempo em que mantém essas características, o texto se distancia de outros preceitos e práticas ainda usuais na historiografia lusitana. Muito embora a história se abra por um *exordium*, seu esquema não obedece atentamente às subdivisões de Cabrera de Córdoba. A *descriptio*, por exemplo, não tem lugar em seu método e, transitando entre tantos cenários, concentra-se o autor nos fatos ali ocorridos, suprimindo os quadros geográficos e etnográficos lidos nas demais Histórias. Tampouco se encontram as numerosas notas eruditas frequentes em outras obras, preferindo Ericeira uma exposição mais escorreita, em retórica de poucos adornos.

Como Herrera y Tordesillas, confessava a Ribeiro de Macedo detestar as pompas e “folharias” estilísticas de franceses como Eudes de Mézeray. D. Antonio Alvares da Cunha, ao votar sua “Aprovaçam”, diz, esclarecedoramente, que o autor “forcejou, & venceu contra a propria inclinação a frase lyrica, com a frase historica, por seguir a doutrina de Tulio [Cícero] que tirava totalmente a verdade, & a fé, á oração enfeytada, com palavras, mays buscadas que natu-raes”<sup>585</sup>. A escrita, no conde, muito embora preserve a sobriedade esperada da narrativa histórica, se pretende essencialmente veículo

---

584 JESUS, *Castrioto*, *Op. cit.*, pp. 139-143.

585 ERICEIRA, *Portugal Restaurado*, vol. 1, *Op. cit.*, “Aprovaçam” (não paginada). RAU, Um “trabalho divertido”, *Op. cit.*, p. 309.

de informação. Estamos diante de um dos primeiros exemplos, em Portugal, de uma História de tipo novo. Secundariza-se o *delectare* da frase bem talhada e dos volteios barrocos, dos sujeitos cavalheirescos, da guerra excessivamente idealizada. O novo padrão decerto oferecia a Ericeira o melhor instrumental para os propósitos políticos a que explicitamente faz menção, tratando-se ademais de uma obra da lavra de figura da nobreza titulada, que seria lida para além das fronteiras portuguesas. O livro, não admira, reserva diminuto papel à intervenção providencial no desenrolar da narrativa. Seja na Restauração, seja nas batalhas das Tabocas ou dos Guararapes, o céu tende a omitir-se perante os eventos terrenos ou, quando se suspeita que interfere, o rumor é tributado a depoimento de terceiros e às vezes qualificado de “muyto misterioso”<sup>586</sup>.

A obra, é, como vimos, esforço de legitimação dinástica, pela via da dupla justificação das ascensões de D. João IV e do regente D. Pedro. Seus objetivos estão distantes daqueles dos vieirenses. A diplomacia e a guerra são vias de exaltação monárquica, e os próprios heroísmos dos vassalos são louvores à nação e aos monarcas que juraram obedecer. O *Portugal Restaurado* aproxima-se, assim, das novas concepções “instrumentais” forjadas sob os Áustria e os Bourbon, filiadas ao debate da *Ragion di Stato* e da *Histoire raisonnée*. Princípios atualizados para uma quadra iam perdendo influência na formulação de obras históricas, como o providencialismo e, mais lentamente, o *ethos* cavalheiresco feudal. O resultado é uma obra de Estado, uma História oficial, que, é claro, bebe das fontes até ali produzidas, porém lhes dando novo colorido. Há, inclusive, razões para suspeitar que o próprio príncipe tenha interferido na escrita. No “Prologo”, Ericeira declara que “naõ houve pessoa douta que se animasse a examinalo” e cujos conselhos tenha negligenciado. Para

---

586 *Ibidem*. Veja-se, à p. 104, o caso do braço da estátua de Cristo, que se teria despedido durante a procissão de graças pela Restauração, em 1º de Dezembro de 1640.

logo afirmar que “he documento, q felicemente devo ao sobre todos prudentissimo discurso do Principe nosso senhor”<sup>587</sup>.

É, portanto, no bojo deste vasto painel que se inserem as restaurações de Pernambuco e de Angola. O “Portugal restaurado” de Ericeira não é somente a nação restituída de seu “rei natural”. É um império que acorda, que sacode os jugos até então impostos pelos inimigos castelhanos, holandeses, ingleses, os sobas africanos e os samorins orientais. A armada de Salvador Correia de Sá sobre Luanda e as lutas campais de Fernandes Vieira e Barreto de Menezes em Recife ressoam e simbolizam esse despertar. Através da pena do conde, essa multidão de vitórias dispersas se reúne em um gigantesco triunfo, prelúdio da Lusitânia que tornava a fulgurar entre os demais impérios. E, naturalmente, os beneficiários dessa reunião, os patrocinadores das muitas histórias que Ericeira agora congregava e amplificava, experimentam o triunfo de terem suas façanhas e vidas integradas à história do reino.

Ainda que avaro no desvelar de suas fontes, Ericeira, ao narrar os sucessos, elege entre as versões dos fatos disponíveis, as que mais se harmonizavam a seu intuito “patriótico”. No caso de Angola, a estruturação dos fatos leva a crer que o autor se informou no *Manifesto das ostillidades*, de Felis Crus, entre outros papéis<sup>588</sup>. A *Hestoria geral* de Cadornega não começaria a ser redigida antes de 1680, sendo o *Manifesto* até então o único texto, de que se tem notícia, a relatar toda a extensão da Guerra Holandesa na costa oeste africana. Os heróis da narrativa de Crus, especialmente o governador Pedro César de Menezes e o restaurador Salvador Correia de Sá – ambos oficiais régios, diga-se – conquistam destacado espaço no *Portugal Restaurado*. Os pobres moradores de Luanda são retratados

---

587 *Ibidem*, “Prologo”.

588 Além da coincidência da estrutura narrativa, Ericeira reproduz os termos da capitulação da praça, rendida em 1648. O documento que se acha transcrito em CRUS, *Manifesto*, *Op. cit.*, pp. 33-36.

agradecendo ao general “a fortuna q logravam por seu respeyto”. Depois de sete anos de tormentos e traições, nos quais Pedro César é representado como baluarte da cristandade e do nome lusitano na África, em dois meses, os batavos são expulsos pelos soldados de Salvador Correia de São Tomé, Benguela, Pinda e Loango, e logo punidos os sobas rebelados e a rainha N’Zinga<sup>589</sup>.

Já a inclusão da guerra de Pernambuco nessa “história oficial” do reino representa uma vitória para o perseverante esforço historiante de Fernandes Vieira e do grupo político que chefia. Enquanto a *Nova Lusitania*, de Brito Freyre, põe-se à margem das narrativas vieirianas, o *Portugal Restaurado* as acolhe. O *Valeroso Lucideno*, em especial, parece ter-lhe sido a principal fonte para os eventos até 1646. Anedotas contadas por Calado (como o jantar, presenciado pelo frade paulino, em que o capitão Paulo da Cunha e Maurício de Nassau discutem as recompensas que um oferecera pela vida do outro), o retrato desfavorável de Gaspar Dias Ferreira e até mesmo o erro na data da partida de Nassau (“o mes de Maio de mil, & seiscentos & quarenta & tres”, segundo o *Lucideno*) são reproduzidos no “livro oitavo” de Ericeira<sup>590</sup>. Para os anos finais da guerra, suas fontes são de mais difícil identificação, persistindo, entretanto, o encômio ao movimento insurrecional pernambucano e a seus líderes.

No valor politico, na industria, resolução, zelo, & magnanimidade deve ser particularizado João Fernandes Vieyra pelas acções acima declaradas, que o constituíram pedra fundamental deste nobre edificio. Andre Vidal foy tambem digno de grande louvor, por sustentar valerosamente a guerra, a que João Fernandes Vieira deu principio, acõpanhado do Mestre de Campo Martim Soares Moreno, [...] & Henrique Dias, q

---

589 ERICEIRA, *Portugal Restaurado*, vol. 1, *Op. cit.*, pp. 297 e ss., 675-683.

590 *Ibidem*, pp. 496, 499. Ericeira também registra as “traições” de Sebastião de Carvalho e Antonio de Oliveira, tematizadas no livro de 1648. CALADO, *Lucideno*, *Op. cit.*, pp. 116-117, 132, 171.

com glorioso remate, querendo deyxar mais clara a memoria q a cor, havia sido hũ dos principaes instrumentos de se ganhar o forte de Altanar<sup>591</sup>.

Sendo semelhante a situação de “coadjuvantes” como Antonio Dias Cardoso e Filipe Camarão, ou de vitórias como Tabocas, Casa Forte, e Guararapes, além do sítio final do Recife. Os heróis e momentos triunfais das versões patrocinadas por Vieira reanimam-se, recebendo novos louvores nas páginas do conde, consagrando-se como capítulo da memória coletiva lusitana, agora autonomizados do mecenato direto da elite açucareira de Olinda. Sua História, duas décadas após o cessar-fogo lusoneerlandês, estando falecidos ou em avançada velhice muitos daqueles combatentes, ascendera indiscutivelmente ao *status* de história de Portugal. Para vantagem deles, os “eternizados”, e da monarquia a que serviam.

O *Portugal Restaurado* foi lido e admirado em seu tempo, no país, no ultramar e no exterior. Será o maior responsável por legar à historiografia a percepção de que a nação, com o rei à frente, revoltara-se em peso contra a “tirania” espanhola<sup>592</sup>. Até os anos 1970, Rau ainda a julgava a melhor história do período pós-restauracionista. Em sua edição de 13 de janeiro de 1681, o periódico francês *Journal des Sçavants* apresentava a seus leitores o livro e sentenciava: “tudo é grande nesta história, o assunto, a maneira de escrever e o próprio autor”<sup>593</sup>. O ter sido escrito em língua portuguesa, porém, haveria de impor barreiras aos anseios publicísticos da dinastia. Sobretudo após a morte de Afonso VI e a aclamação de D. Pedro II como rei (1683), as demonstrações internacionais de poderio e grandeza lusitanas ganham maior relevância na agenda monárquica. As exuberantes entradas de embaixadores em cortes

---

591 *Ibidem*, p. 838.

592 VALLADARES, *Sobre “reyes de invierno”*, *Op. cit.* HANSON, *Economia e sociedade*, *Op. cit.*

593 *Apud* RAU, *Um “trabalho divertido”*, *Op. cit.*, pp. 306-310.

como a romana, a candidatura de D. Pedro à sucessão espanhola e a ruptura da neutralidade na Guerra de Sucessão Espanhola dão mostras desse desejo de mais vantajoso posicionamento no tabuleiro político da época<sup>594</sup>. Para isso, mais uma vez, a escrita da história se converteria em fiel servidora.

No ano de 1689, o ítalo-lusitano Alessandro Brandano imprime, em Veneza, uma *Historia delle gverre di Portogallo*, difundindo em língua italiana os eventos do 1º de Dezembro e da Guerra de Restauração. O livro reserva também algumas páginas à rebelião contra os holandeses no Atlântico, louvando a figura de “Giouanni Fernandes Vieira”, que seria o “primeiro autor da sublevação em Pernambuco contra os holandeses”, honrado pelo rei como governador de Angola e “Consiglieri de guerra”. A obra é dedicada à “Sacra Real Majestade de Pedro II”, num prefácio em que alude ao beneplácito divino à ascensão joanina<sup>595</sup>.

A língua, o lugar e o *timing* da edição eram de todo o interesse de Lisboa. Conquanto não haja provas de que a coroa interferiu de qualquer forma na escrita de Brandano – o que não seria de todo surpreendente – a Itália vinha sendo, em especial desde o século xv, espaço estratégico para a ação diplomática lusitana. Basta recordar as tensas negociações em torno das bulas demarcatórias e dos direitos sobre as conquistas, nos reinados de D. Afonso v, D. João II e D. Manuel I<sup>596</sup>. Nos anos 1640, em plena “guerra de papéis” entre Portugal e Castela e diante da recalcitrância do papa em reconhecer

---

594 MARTÍN MARCOS, *Península de recelos*, *Op. cit.* LOURENÇO, *Pedro II*, *Op. cit.*

595 BRANDANO, Alessandro. *Historia delle gverre di Portogallo succedute per l'occasione delle separazione di quel regno dalla corona cattolica*. Veneza: Presso Paolo Baglioni, 1689, dedicatória à “Sacra Reale Maiestà” e pp. 328, 472. Os tomos II e III da obra seriam completados e estampados no século xviii, em Roma, pelo sobrinho do autor, Francisco Brandão. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, *Op. cit.*, p. 93.

596 MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo* (séculos xv-xvii). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

os Bragança, D. Vasco Luís da Gama, conde de Vidigueira, punha em marcha seus agentes na Europa em busca de autor a que encomendar uma história da Restauração no idioma de Tasso. Ordem expressa do rei. O conde chega mesmo a travar contato com o prelado Giovanni Batista Birago, servidor da República de Veneza, transmitindo-lhe instruções quanto ao conteúdo a abordar e à terminologia pertinente<sup>597</sup>. Superada a resistência papal, na regência petrina, reforça-se a “via italiana”, em especial como contraponto diplomático à polarização Madri-Paris. Brandano, ainda que tardiamente, materializa o desiderato joanino.

Provavelmente em fins dos anos 1680, pela mesma altura em que o texto de Brandano rumava para o prelo veneziano, outro português, o carmelita descalço João José de Santa Teresa, rascunhava as últimas páginas da *Istoria delle gverre del Regno del Brasile*. Além da simultaneidade, os próprios títulos, vê-se, sugerem certo paralelismo, como se afiliados a um mesmo projeto editorial, político ou ambos. Ainda que os dois fólhos da *Istoria* só saíssem estampados em 1698, em Roma, o prefácio “a chi legge” menciona o “Eminentiss. Signor Cardinal Pietro Ottoboni”, a cuja biblioteca o autor tivera acesso. Ottoboni, contudo, fora eleito papa Alexandre VIII em 1689 e falecera em 1691, sendo a intempestiva alusão a seu posto cardinalício indício de redação anterior ao *habemus papam*. O fato de a narração avançar até as segundas núpcias de D. Pedro II, ocorridas em 1687, reforça a hipótese, salvo pela menção à “numerosa, e felice prole” real, gerada nos anos posteriores. A frase consistiria em acréscimo de última hora, pensa Mello, ao datar a redação provavelmente entre 1687 e 1689<sup>598</sup>.

---

597 COSTA & CUNHA, *D. João IV, Op. cit.*, pp. 200-201.

598 SANTA TERESA, *Istoria delle gverre, Op. cit.*, t. I, “A chi legge” (não paginado) e t. II, p. 211. As “Approvazioni” são exaradas entre fevereiro e setembro de 1697. MELLO, A ‘Istoria’ de frei Santa Teresa. *In: Estudos pernambucanos, Op. cit.*, pp. 137-138.

No caso da *Istoria*, revela Barbosa Machado ter havido patrocínio oficial, “para cuja edição mandou ElRey D. Pedro II. sinco mil cruzados”. Acrescenta, ademais, que o carmelita, residente em Roma desde 1678 (onde seria escritor de renome e larga vendagem), regressa a Portugal em 1698, por curto período<sup>599</sup>. Para tratar, possivelmente, dos interesses da corte pela publicação de sua obra. Nesta primeira incursão pela historiografia, confessa Santa Teresa a seus leitores ser o gênero “a mais árdua e dificultosa empreitada” (“la più ardola, e malageuole impresa”) a que um homem se podia entregar, outro *topos* comum acerca da labuta de dar a lume uma História, já enunciado por Brito Freyre e outros.

Além de dedicatória ao rei e do encarte de alguns mapas brasileiros, copiados da biblioteca de Ottoboni, a luxuosa edição dos “Herdeiros de Corbelletti” grava retratos de D. João IV, de Pedro II e de uma índia, símbolo do Brasil, irradiada pela aura divina refletida das armas de Portugal. O monarca em Lisboa, enuncia a dedicatória, seria sublime descendente de “[g]li Giouanni, gli Emanueli, e gli Alfonsi”, monarcas progenitores da majestade petrina, os quais “trouxeram a seus domínios inumeráveis províncias, sujeitaram vastíssimos reinos, e descobriram novos mundos”. Tais elementos desnudam o plano publicístico da coroa. Superada a recessão econômica do período 1670-1690, pela subida dos preços e chegada das primeiras remessas de ouro do Brasil, vencidas as incertezas da regência, consolidada internamente a realeza brigantina, a história da Guerra Holandesa era agora mobilizada para a afirmação internacional da monarquia<sup>600</sup>.

Baseando-se em Albuquerque Coelho e Raphael de Jesus (tendo com toda probabilidade lido também os textos de Brito Freyre e Ericeira), em fontes estrangeiras como o *Rerum per octenniun* e

---

599 MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, *Op. cit.*, t. II, p. 676-677.

600 SANTA TERESA, *Istoria*, *Op. cit.*, t. I, “Sire” (dedicatória não paginada).

alguns manuscritos lusos<sup>601</sup>, a *Istoria* é ponto de chegada do longo percurso de historicização da Guerra Holandesa no Seiscentos. Se as obras de Ericeira e de Brandano sobre o Portugal pós-filipino indiciam a assimilação das narrativas vindas do Atlântico por parte dos poderes centrais e dos grupos cortesãos, Santa Teresa vai além. Ensina que as vitórias no Brasil e em Angola, por si sós, haviam adquirido tal estatuto que se prestavam à exaltação internacional do poderio lusitano, em meio aos atritos que desaguiariam na Guerra de Sucessão Espanhola. Postas lado a lado, as Histórias de Brandano e do carmelita respondem ao intento expressado já em 1660 por D. Francisco Manuel de Mello, na *Epanaphora Quinta*, de “inteirar [...] particularmente aos Estrangeiros” da valia daqueles triunfos da nação portuguesa<sup>602</sup>.

Historiograficamente, Santa Teresa se mostra em parte receptivo a algumas das inovações debatidas nas *Artes historicae* da segunda metade do Seiscentos. Seus prefácios não citam tratados modernos sobre a escrita da história, invocando antes personagens e autores clássicos, com quem os lusitanos são assemelhados. Os paradigmas da “história perfeita” e do panegírico, tal como no *Portugal Restaurado*, são-lhe ainda referenciais, o que é de se esperar em uma história oficial. A *sermocinatio*, recriação literária dos discursos, prolifera no texto, prescindindo o autor de discussões acerca de suas fontes. A “verdade” prometida na obra seria obtida em consonância com o “decoro” retórico que a atravessa, como prescreviam os cânones tradicionais<sup>603</sup>. Por outro lado, evita intensos diálogos com autoridades clássicas e modernas, muito embora fosse, como diz Barbosa Machado, aplicado estudioso da filosofia e da teologia, e reserve generosa secção do texto à *descriptio* do Brasil. Mais signi-

---

601 MELLO, A ‘Istoria’ de frei Santa Teresa, *In: Estudos Pernambucanos, Op. cit.* p. 139.

602 MELLO, *Epanaphoras, Op. cit.*, pp. 481-482.

603 GRAFTON, *What was History?, Op. cit.* OLIVEIRA, *A Historia do Brazil de frei Vicente do Salvador, Op. cit.*, vol. 1, pp. 79-80.

ficativo, o frade omite as alusões providenciais tão recorrentes nas obras predecessoras, tal como o conde de Ericeira explicando o devir histórico ou as vitórias em termos militares, patrióticos ou immanentemente devocionais<sup>604</sup>.

Os episódios históricos e o exército de guerreiros erigidos em tantos volumes, ao longo dos setenta anos anteriores, reaparecem na *Istoria*, filtrados pelo tenaz compromisso encomiástico do autor. Falecidos já havia décadas, ressuscitam todos, para novamente derrotar Willekens, Nassau, Hus, Brink e van Schkoppe em Salvador, nas Tabocas, em Massangano, nos Guararapes. A Jornada dos Vassalos, aliás, tal como na *Nova Lusitania*, confirma-se definitivo episódio inicial da guerra, com D. Manuel de Menezes consagrando-se o líder incontestado dos portugueses na jornada, ombro a ombro com D. Fadrique de Toledo, na contramão do que tinham querido fixar os autores castelhanos dos anos 1620 e 1630.

Entre 1625 e 1630, a guerra se desloca para a Paraíba, para Fernando de Noronha, para os oceanos. Caída Olinda, brilha o general Matias, afinal “imortalizado” em decorrência da combatividade discursiva de seu irmão, o donatário “Odoardo di Albuquerque”. Mesmo o castigado napolitano conde de Bagnuolo é retratado em cores mais amenas, deslocando-se da posição de traidor e covarde, em que o decalcara Calado, para tornar-se de “animo naturalmente independente”, embora sujeito a erros como a réproba retirada de Porto Calvo, após a morte do mestre de campo general Rojas y Borja (1636). Salvador Correia de Sá, Fernandes Vieira, Negreiros, Soares Moreno, Filipe Camarão, o “Etiope Errigo Dias”, Barreto de Menezes e muitos dos mais heróis dessa já tradicional historiografia

---

604 SANTA TERESA, *Istoria*, *Op. cit.*, vol. II, pp. 63-66 (Tabocas), 74 (Casa Forte) e 144-146 (Guararapes). MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, *Op. cit.*, vol. II, pp. 676-677. Sobre o declínio do providencialismo no período, BOURDÉ & MARTIN, *As escolas históricas*, *Op. cit.*, pp. 18-20, 23-26.

convivem harmoniosamente na *Istoria*, idealizados, ansiosos por dar as vidas por Portugal e pela fé<sup>605</sup>.

As narrativas vieirianas e albuquerqueanas não só se reavivam na pena de Santa Teresa, mas, até certo ponto, são nela conciliadas. A obra, nessa perspectiva, funciona como uma grande síntese da operação historiográfica que então se encerrava. Consagrava-se uma forma uníssona de contar a guerra. Não mais – pretendiam-no a coroa e o carmelita – uma versão entre outras possíveis: a versão “verdadeira” e derradeira. Os dissabores de D. Manuel de Menezes, a palavra dos inimigos dos Albuquerque e de Fernandes Vieira, os desentendimentos entre Barreto de Menezes, Vidal e Henrique Dias, os problemas de Salvador de Sá em Lisboa quedavam esquecidos e, com eles, as contestações à dinastia restauradora. O verniz retórico de Santa Teresa recobre cada uma dessas rugosidades e o resultado discursivo é a superfície lisa de uma História modelar e de uma nação orgulhosa de seu rei e de seu passado.

Com o apagar do século, findava também o processo de historicização da Guerra Holandesa. Sua consecução foi geralmente considerada tão exitosa que os grupos políticos na Península e no ultramar tenderão a admitir o tema como pacificado. A luta, seus próceres e episódios, de ordinário, se tornam objeto de glosas, de efemérides, raramente de revisões<sup>606</sup>. Varnhagen, a partir de 1850, inaugurará os estudos da guerra informados em outras tipologias documentais, preservando, todavia, o cerne das soluções narrativas do Seiscentos. O enredo que produzirá será, em grande medida, o mesmo dos velhos compêndios: enriquecido, sem dúvida, porém, em essência, o mesmo. Exceto por casos excepcionais – como o das famílias em Pernambuco consideradas injustiçadas pelo *Lucideno*, as quais buscaram reparação nas páginas de Borges da Fonseca – o

---

605 SANTA TERESA, *Istoria*, *Op. cit.*, t. 1, pp. 113, 133, 175 vol. 11, pp. 52-55.

606 MELLO, *Rubro veio*, *Op. cit.*, pp. 66 e ss.

composto de registro, abafamento e mitificação produzido nessa caudalosa biblioteca tem ditado, em boa medida até os dias atuais, as formas de ver o período. Faça-nos, em uma nação amiúde criticada por gerar “melhores guerreiros que filósofos”<sup>607</sup>, isto é, tão aplicados no conquistar e tão pouco no escrever.

---

607 CURTO, Diogo Ramada. *História política da cultura escrita*. Lisboa: Verbo, 2016, pp. 12-13.

## Considerações finais

Neste livro sobre narrativas, vimos o desenrolar do processo de historicização da Guerra Holandesa no seu próprio século xvii. Processo, argumentamos, sustentado por duas balizas: uma historiográfica, a outra política. Ora, a escrita da história na Alta Modernidade é via quase sempre direta de intervenção nas disputas pelo poder, mesmo quando elaborada longe do burburinho da rua e dos conchavos da corte, nos escritórios dos “antiquários” ou em gabinetes escuros de mosteiros, colégios jesuíticos ou engenhos de açúcar. Seja no modelo milenar da história como ramo da retórica, na *histoire raisonnée* dos “artesãos da glória” sob os Bourbon, nas *penas teñidas* orquestradas por Olivares ou nas narrativas vieirenses dedicadas a D. Pedro II, flagra-se a política presidindo o discurso historiográfico. Distinguir a agenda política do ato historiante consiste, sim, em estratégia analítica pertinente, porque atende ao esforço de fazer inteligíveis as relações dinâmicas do século xvii com seu passado. No entanto a análise separa em abstrato aquilo que, na realidade, opera unido. Se metodologicamente válida, tal dicotomia nos afasta da compreensão e das formas de fazer dos seiscentistas.

No Antigo Regime, nem a política mais pragmática arriscava abrir mão de sua espinha dorsal histórica, nem a historiografia erudita de um Severim de Faria ou Tamaio de Vargas se realizava como exercício exclusivamente acadêmico ou orientado por diretrizes estritamente epistemológicas. Política e historiografia atuavam de modo coligado, mas não só; é mais íntimo o seu entrelaçamento. O encontro entre ambas não é de forma alguma fortuito ou optativo. Da mesma forma que a retórica atuava como instância de prova da história – a prova retórica, a *enargeia* de Ginzburg – a história atuava como instância de prova da política, apontando os caminhos a seguir perante as encruzilhadas dos processos decisórios. Assim, a respeitabilidade do panegírico, a gravidade da “história perfeita”, os preceitos de “decoro”, “exemplaridade” e “prudência” fazem da política a própria razão de ser e força motriz da escrita da história do período. A pressão advinda das lutas pelo poder é para a historiografia seiscentista mais um imperativo do que uma possibilidade. O cânone da *Ars historicae* não só festeja o rei e idealiza o santo, o guerreiro e o aristocrata: ele coloniza o núcleo dos embates discursivos e marginaliza escritas de menor teor político para o terreno do heterodoxo e mesmo do inconveniente.

Uma história “erudita”, “acadêmica”, ocupada apenas de eventos antigos e problemas rigorosamente históricos, negligente aos preceitos da *utilitas* e do *delectare* seria, no Seiscentos, provavelmente vista como afã inútil. Porque o passado não é, então, objeto: é caminho, é espelho, é dispositivo, sobretudo quando se tem diante de si um tema como a guerra. Basta acompanhar as resistências da época às ideias da “história antiquária” para redescobrir o quanto costumava estar em jogo na elaboração de uma relação ou História. Fala-se aqui em “ideias”, porque o produto do trabalho dos antiquários, mesmo ele, como lembra Momigliano, estava longe de ser apolítico<sup>608</sup>. As

---

608 MOMIGLIANO, *As raízes clássicas da historiografia moderna*, *Op. cit.*, pp. 94 e ss.

narrativas do século xvii atrás estudadas não são apenas, para falar rigorosamente, constructos historiográficos incidentalmente politizados. São narrativas históricas, *portanto* políticas. Disto não decorre, como pensa Isabel Mota, não haver autonomia do “campo historiográfico” antes da Academia Real de História. Há e enraíza-se no político. A individuação da história nas bibliotecas desde fins do século xvi, vimos, o indicia.

Não se quer com isso reiterar a trivialidade de que “toda história é política”, no sentido de que todo discurso histórico calça luvas e luta por poder. Quer-se antes sublinhar o benefício de interpretar os diferentes graus e formatos em que essa inscrição do político no historiográfico se perpetra. Quando há instituições dedicadas à pesquisa do passado, é possível, embora não garantido, que aquela luta se torne secundária. Já quando são os próprios agentes do poder que historiam, como foi o caso da Guerra de Restauração e da Guerra Holandesa, as disputas assumem centralidade no discurso, escreve-se para combater por outros meios.

Maior proveito, então, advém de perguntar: com qual das querelas pelo poder travadas em seu tempo uma determinada narração histórica polemiza? Difícil inquérito. A documentação nem sempre permite respondê-lo. Todavia, a politicidade a estruturar a *La défaite navale* (1625), por exemplo, não se confunde com a que anima a *Jornada dos Vassalos*, de 1625, nem com a *Nova Lusitania*, de 1675. Não somente por serem outros os agentes e suas solicitações, mas por serem também outros o gênero, o estilo, o suporte material e mesmo a *langue* e o regime de historicidade predominantes. O que constitui o historiográfico é, neste período, de natureza política, como é também de natureza teológica. Não havia, ao menos no mundo luso-castelhano, historiografia laica, no máximo sendo pertinente falar de graus (o que vem a ser outro problema). Mesmo em quem secundariza a explicação providencial, como Ericeira ou Santa Tereza, o fundamento teológico do devir histórico persiste,

pois sua negação aberta era intelectualmente inadmissível<sup>609</sup>. O caso do político é análogo.

Ao longo do livro, buscou-se caracterizar as maneiras por que se manifestou essa identidade dual, político-historiográfica, das narrativas da Guerra Holandesa. O foco se voltou para o estudo das dosagens e especificidades em que as relações de sucessos, relações históricas e Histórias propriamente ditas equilibraram estes elementos constitutivos. Foram, como o exame das fontes procurou demonstrar, as mais diversas, ao longo do recorte que delimita o estudo (1625-1698). Vieram à tona não só diversas zonas nas quais se querelava pelo poder com as armas da história (a corte, as províncias americanas, as africanas), mas a percepção de que a interligação dessas zonas era vigorosa. O texto produzido em Olinda incide também sobre Lisboa e sobre Angola, onde é lido e passa a subsidiar novas reivindicações de poder e novas escritas. O mundo luso-castelhano é um orgânico conglomerado imperial, cujas partes comunicantes recusam esquemas que as simplifiquem e polarizem.

As *Memorias* de Coelho, a *Historia* de Santiago, a *Hestoria*, de Cadornega ao mesmo tempo querem interferir no âmbito local onde emergem e na globalidade do império. Nem sempre conseguem, em verdade, mas mesmo assim é de todo interesse reencontrar as táticas de que se valeram e o itinerário que trilharam. O conflito contra os neerlandeses foi historiado, algumas vezes, por trabalhos criteriosamente observantes dos preceitos da “boa história”, ao passo que, em outros casos, recebeu tratamentos que até hoje impressionam pela singularidade, numa época em que a exigência de ser original não pesava sobre quem escrevia, enquanto a obrigação de respeitar o “decoro”, as formas consagradas, impunha-se.

---

609 Negação aberta, sublinhe-se, porque o ateísmo, ao contrário da tese clássica de Febvre, circulava à boca pequena nas rodas europeias modernas. MINOIS, George. *História do ateísmo*. São Paulo: Unesp, 2014.

A metodologia desenvolvida e aplicada para dar cabo deste plano analítico e interpretativo não pôde prescindir da consulta direta às fontes narrativas trabalhadas. Sem dúvida, a disponibilização digital de fontes manuscritas e impressas, por parte de arquivos, bibliotecas e institutos de pesquisa, constitui louvável contribuição para investigadores de todo o mundo. Contudo, em trabalho, como o presente, ao qual tanto importavam as práticas coetâneas de leitura, não se pôde nem se quis abrir mão do manuseio das obras originais, conservadas em instituições culturais brasileiras, portuguesas e espanholas. Examinaram-se, na medida do possível, todos os exemplares disponíveis, averiguando ocasionais diferenças e, sobretudo, os vestígios dos usos dos livros: marcas de posse, destaques sublinhados, notas e intervenções expurgatórias, rascunhos marginais, etc. As dimensões da edição e atributos da encadernação original (nos raros casos em que ainda as há) ajudaram a captar as intenções dos emissores dos discursos e a reviver, em parte, a experiência dos que os leram.

Tivemos a oportunidade também de compulsar, ao lado das edições originais das fontes estudadas, diversas primeiras edições e reedições dos séculos XIX e XX. A apreciação geral revelou, para um número significativo de casos, obras dadas ao público com insuficiente aparato crítico e mesmo insatisfatório esmero editorial. Merecedor de menção é a *Recuperação da cidade de Salvador*, de D. Manuel de Menezes, cujo manuscrito se conserva na Real Academia de la História, em Madri. A transcrição do documento, publicada pela Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil, em 1859, sob a supervisão de Varnhagen, exhibe repetidos deslizes tipográficos, ao que se soma a pouca observância à disposição original e às subdivisões internas do texto. Negligencia notas marginais presentes no manuscrito, que bem poderiam dar azo a proveitosos diálogos críticos, aos quais o editor oitocentista, todavia, se furtou. Tudo somado, faz-se imperativa a

reedição do texto tão *sui generis* de Menezes. É análoga a situação de outras narrativas reestampadas, às vezes, há não muitos anos.

A escala pretendida para o trabalho foi, algumas vezes, de monta a superar as possibilidades do autor, restando lacunas a convidar novas investigações. Convencido de que o recorte, não obstante longo, era necessário, e de que a seleção de fontes, apesar de vasta, não admitia amputações, o tempo disponível à pesquisa, à reflexão e à escrita acabou curto para a plena exploração do universo dessas narrativas e toda a bibliografia pertinente, em línguas portuguesa e estrangeiras. No caso, por exemplo, das relações de sucessos, seu número, já de antemão proibitivo, se expandiu com descobertas nos arquivos. Essa tipologia documental espera ainda mais atenta apreciação dos historiadores brasileiros, em particular dos especialistas dos séculos XVI e XVII. Que história da colonização da Terra de Santa Cruz contam as relações? Há uma? Ninguém sabe. Em nosso caso, é provável que as bibliotecas francesas, alemãs, inglesas e neerlandesas conservem outras tantas relações luso-castelhanas, para não falar dos panfletos originalmente produzidos nesses países, contrastando as versões ibéricas dos fatos. A visita a esses arquivos e a leitura desses documentos, contudo, infelizmente não foi possível. Um dia, é a esperança do autor, será.

Noutro plano, o estudo mais detido da historicização de episódios ocorridos em outros países teria decerto permitido comparações enriquecedoras. Será generalizável a construção gradual da narrativa dos conflitos bélicos, verificada para a Guerra Holandesa? Na França de Luís XIII e do Rei Sol, quando as “memórias históricas” fundavam uma tradição, havia lugar para o hibridismo das relações históricas? O que dizer dos principados alemães? Aliás, no próprio Brasil e nos vice-reinos da América Espanhola, que outros eventos mereceram atenção análoga e conservam um processo de historicização reconstituível? Perguntas, por ora, sem resposta. Outra vez o correr do relógio pesou em desfavor das ambições do projeto.

Ademais, a menor atração pela história da historiografia parece ocorrer também para além das fronteiras ibéricas, o que dificultou ou fez tardar o achamento e o acesso a alguns estudos promissores.

Desde a última das narrativas examinadas no livro até aqui, no século XXI, transcorreram mais de trezentos anos. Desde as primeiras, quase quatrocentos. No curso deste intervalo, as ideias acerca do que é, para que serve e como se deve escrever a história se transformaram profundamente, inúmeras vezes. Não somente no século XX, com a “Revolução Francesa da historiografia” dos *Annales*<sup>610</sup>. O historicismo alemão, no Oitocentos, é uma rebelião contra o predomínio da filosofia da história francesa do Setecentos. Esta anunciava, por sua vez, a morte das “superstições históricas” da Antiguidade aos séculos XVI e XVII, inscritas na “história política” e na “história perfeita”, em cujas lições personagens idealizadas firmam modelos de conduta inimitáveis e a mão de Deus se intromete nos negócios humanos. Não era outro o alvo do ácido ataque do *Essai sur les moeurs*, senão as tradições historiográficas atrás estudadas, que “cegavam” os espíritos com “fábulas” e “mentiras”. Como diz Voltaire,

Em todas as nações, a história é desfigurada pela fábula, até o momento em que vem a filosofia esclarecer os homens; e quando, enfim, a filosofia chega em meio a tais trevas, ela encontra os espíritos tão cegos pelos séculos de erros, que só a custo os consegue desenganar; ela se depara com cerimônias, fatos, monumentos estabelecidos para o fim de certificar mentiras<sup>611</sup>.

Imenso intervalo! O incauto leitor de hoje, folheando os estranhos volumes seiscentistas, acaso se pergunta como puderam então

---

610 BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

611 VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*. In: *Oeuvres complètes de Voltaire*. Tomo 13. Paris: Garnier, ed. Louis Molland, 1878, p. 174.

ser julgadas respeitáveis obras tão francamente bajulatórias, tantas vezes supersticiosas, explicando a sucessão dos eventos em termos que hoje julgamos inaceitáveis e mesmo infantis. Se “o passado é um país estrangeiro”, como afirma a famosa provocação de L. P. Hartley<sup>612</sup>, visitar as narrativas históricas de outras épocas impõe um duplo deslocamento, uma viagem dentro da outra: a primeira para outro momento no tempo, a segunda para outro esquema de concepção da realidade.

O passeio compensará, por levar quem o realiza a uma jornada de desmistificação. Nos períodos de conflagração social e de instabilização das instituições, não é incomum, até mesmo em formadores de opinião, ouvir-se que, no momento presente, o calor dos interesses e paixões políticas impediria os sujeitos de examinar os eventos com isenção. A determinação de onde mora a verdade ficaria, por isso, provisoriamente suspensa. Inalcançável no agora. O passar do tempo, contudo, e o “frio olhar da história” estariam habilitados, revisitando os eventos, a sopesar as evidências, assinalar culpas e méritos e a permitir que, finalmente, a justiça imperasse e os mortos descansassem. O homem futuro adquiriria a faculdade de ascender sobre a correnteza da história para julgá-la; este demiurgo contaria, ao cabo, “o que realmente aconteceu”, para além das limitações da epistemologia e dos meandros da “operação historiográfica”<sup>613</sup>, pela garantia cronológica de que o passado, não nos apaixonando mais, poderia ser dissecado no laboratório desse historiador-legista.

Difícil não rir. Essa fábula, que teimamos em contar a nós mesmos, ignora que aquele tempo jamais chega, nem é defunta a matéria com que lida o historiador. Ou, se é – admitamos por um momento a metáfora – a autópsia historiográfica transcorre não no

---

612 HARTLEY, L. P. *The go-between*. Nova Iorque: New York Review of Books ed., 2002 [1953]. A frase que abre o romance é: “the past is a foreign country: they do things differently there”.

613 RICOEUR, *A memória, a história, o esquecimento*, *Op. cit.*, pp. 155 e ss.

tranquilo recesso de um necrotério, mas em saleta repleta de gente ligada à falecida, opiniosa, em algazarra, como num filme de Buñuel ou de Fellini. Rodeiam-na credores, descendentes, herdeiros, admiradores, agitadores, viúvos e inimigos, todos interessadíssimos na proclamação da *causa mortis*, observando ansiosamente a finada e o legista, palpitando motivos, cutucando o corpo, ameaçadores, temerosos com o avançar do procedimento, porque o que vai ser dito lhes atinge. Inclusive, entre eles, atinge ao que manuseia o bisturi. Porém, foi dito, é falha a comparação. O paradoxo do passado está em como ele desmente pressupostos da física e da biologia: país estrangeiro, habita o interior das nossas fronteiras; cadáver, revela-se um sobrevivente buliçoso, insepulto, escondido logo abaixo, no porão, atrás da porta entreaberta. Às vezes o esquecemos, mas a todo tempo este velho companheiro dá sinais de vida e se anuncia presente, emite rancos perturbadores, fede, remexe-se, murmura os nomes dos nossos pais e avós e até nos prega peças, maliciosamente se finge de morto para, do nada, que nem um monstro, saltar da sombra e nos assustar.

## Referências

### Fontes

#### Impressas

ABREU E LIMA, J. I. de. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert editores, 1843.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, vol. XX, 1898, pp. 119-255, “Memorias historicas e militares relativas à guerra hollandeza, a ataques dos Francezes ao Rio de Janeiro, &... (1630-1757)”, pp. 119-255.

ANÔNIMO (Atribuído a RAPIN, René). *Instructions pour l’histoire*. Paris: por Sebastien Mabre-Cramoist, 1677.

ANÔNIMO. *Razones por que no se debe imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se ofrece otro mas dilatado*. In: REGO, A. da Silva (ed.). *Documentação ultramarina portuguesa, vol. 1*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. III-119.

ARAUJO, João Salgado de. *Marte Portvgves contra emvlaciones Castellanas o ivstificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla*. Lisboa: en la emprenta de Lourenço de Anberes, 1642.

ATAÍDE, D. Jeronimo de. “Cap.<sup>os</sup> da Relação”. In: MAGALHÃES, Pablo A. I. *Equus Rusus: A igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Tese (doutorado História), UFBA, Salvador, 2010. vol. III, anexo III, “A Jornada dos Vassalos de D. Jeronimo de Ataide”, pp. 39-61.

AZEVEDO, Luis Marinho de. *El Principe encvbierto, manifestado em quatro discursos políticos, exclamados al rei don Phelippe IIII, de Castilla por un vassallo que lo fue suyo hasta las nuebe de la mañana del siempre memorable dia Sabbado primero de Diciembre del año de 1640*. Escrivelos Lucindo Lusitano. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

BARLÆI, Casparis. *Rerum per octennium in Brasilia, et alibi nuper gestarum*. Amsterdam: Ex Typographeio Ioannis Blaev, 1647.

BARROS, João de. *Da Ásia: Década Terceira*. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1778 [1563].

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico... autorizado com exemplos dos melhores escritores Portuguezes, e Latinos*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. III, 1713.

BODINI, Iohannis. *Methodvs ad facilem historiarvm cognitionem*. Paris: Martin le Jeune, 1566.

BORGES DA FONSECA, A. J. Vitoriano. *Nobiliarchia Pernambucana*. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l’Histoire universelle*. A monseigneur le Dauphin por expliquer la suite de la religion & les changements des Empires. En trois parties, depuis le commencement du Monde jusqu’à l’an 1700. Québec: Ed. Samizdat, 2013 [1681].

BRANDÃO, Antônio. *Terceira parte da Monarchia Lusitana, que contem a Historia de Portugal desde Conde Dom Henrique, até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques*. Lisboa: por Pedro Craesbeck (no Mosteiro de São Bernardo), 1632.

BRANDÃO, Francisco. *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contem a historia dos primeiros 23. annos Del Rey D. Dinis*. Lisboa: officina de Paulo Craesbeeck, 1650.

BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusitana: parte primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso snor Iesu Christo*. Lisboa: impresso no mosteiro de Alcobaça, 1597.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De historia, para entenderla y escrivirla*. Madri: por Luis Sanchez, 1611.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. 3 vols. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940-1942.

CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno, e Triumpho da Liberdade. Primeira parte*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1648.

CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade. Primeira parte*. Lisboa: na oficina de Domingos Carneiro, 1668.

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno*. Recife: CEPE, 2004.

CESPEDES Y MENEZES, Gonçalo de. *Primera parte de la Historia de D. Felipe el IIII Rey de las Españas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1631

CESPEDES Y MENEZES, Gonçalo de. *Historia de don Felipe IIII, Rey de las Españas*. Barcelona: por Sebastian de Cormellas, 1634.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*. Madri: Diego Diaz de la Carrera, impressor do Reino, 1654.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de M. D. LXXXLVIII, hasta el de M. D. XCIX. Recopiladas por D. Carlo Coloma, caballero del abito de Santiago...* Amberes: na oficina de Juan Bellerio, 1635.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Discursos brasílicos, dogmáticos, belicos, apologeticos, moraes e historicos repartidos em oito livros, nos quaes se descrevem, o descobrimento do Brazil, e conquistas das capitánias de Pernambuco, com varias noticias Historicas, e Geograficas do mesmo Paiz, memorias dos seus principais habitadores, açoiões illustres de seus naturais, sem razão das varias Calumnias, nascidas de menos verdadeiras noticias, e outras couzas dignas de atençaõ. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, vols. 24-25, 1902-1903.

CRUS, Luis Fellis. *Manifesto das ostillidades que a gente que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os Vassallos del Rei de Portugal neste Reyno de Angola, debaixo das treguas celebradas entre os Principes; e dos motiuos que obrigarão ao General Salvador Correa de Sá e Benavides a dezalojar estes soldados Olandezes delle, sendo mandado a esta Costa por Sua Magestade a diferente fim*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1651.

EWOUT, Teelinck (sob pseudônimo de Ireneus Philalethius). *De Tweede Wachter, Brenghende tydinghe vande nacht, dat is Van het overgaen vande Bahia, Met Eenem heylsamen raedt, wat daer over te doen staat*. Haia: por Aert Meurs, 1625.

FARIA, Leandro Dorea Carceres e (pseudônimo de Fernando Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portvgal na deposição d'El Rey D. Affonso o sexto, & subrogação do principe D. Pedro o vnico, justificada nas calamidades publicas, Escrita para justificação dos Portugueses*. Lisboa: (sem ind. impressor), 1669.

FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Na officina de António Isidoro da Fonseca, 1740 [1655].

FARIA, Manuel Severim de. *Relação Vniversal do que svccedeo do Ocidente, & Oriente, desdo mês de Março de 625. até todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades, & coriosidades. Ordenada por Francisco d'Abreu natural da Cidade de Lisboa*. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, historia da Guerra Brasilica*. Decada primeira. Lisboa: na Officina de Joam Galram, 1675.

GAMA, José Bernardo Fernandes Gama. *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*. 4 vols. Recife: na tipografia de M. F. de Faria, 1844-1848.

GUERREIRO, Bertolameu. *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de maio de 1624, & recuperada ao primeiro de maio de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, 1625.

GUERREIRO, Bertolameu. *Sermam que fez o R. P. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesu, nas exequias do anno que se fizerão ao serenissimo Principe D. Theodosio Segundo [sic] Duque de Bragança... em 29. de novembro de 632*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1632.

GUERREIRO, Bertolameu. *Sermão qve fez o padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesus, na cidade de Lisboa na Capela Real, dia de Saõ Thomé, anno de 1623...* Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor do rei, 1623.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas i tierra firme del mar oceano*. 4 vols. Madri: en la Emplenta [sic] Real, 1601-1615.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou crônica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858 [1761].

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*: parte 1. Empresa, e restauração de Pernambuco; & das capitánias Confinantes. Varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas. Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679.

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano, Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 e 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinantes*. Paris: J. P. Aillaud ed., 1844.

LACERDA, Fernando Correia de. *Panegyrico ao excellentissimo Senhor D. Antonio Lvis de Menezes, marquez de Marialva*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1674.

LEAL, Manuel Pereira da Sylva. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*. Parte primeira. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1729.

LE MOYNE, Pierre. *De l'Histoire*. Paris: por Louïs Billaine, 1670.

LOBKOWITZ, Juan Caramuel. *Philippvs prvdens Caroli v. Imp. Filivs Lvsitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimvs rex demonstratvs*. Antuérpia: Officina plantiniana, 1639.

MACEDO, Antônio de Sousa de. *Flores de España excellencias de Portugal, en que breuemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nueuas de prouecho, y curiosidad*. Primeira parte. Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1631.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica*. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. 4 vols. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1758.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Fastos politicos, e militares da antiga, e nova Lusitania em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1745.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Tip. de F. C de Lemos e Silva, 1853.

MELLO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia Historia Portvgveza a ElRey Nosso Senhor D. Afonso VI*. Em cinco Relaçoens de svcessos pertencentes a este Reino. Lisboa: na Officina de Henrique Valente, 1660.

MENEZES, D. Luís de (conde de Ericeira). *Exemplar de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto, llamado Scanderberg, princepe de los Epirotas, y Albaneses*. Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes, 1688.

MENEZES, D. Luís de (conde de Ericeira). *História de Portugal restaurado*. 2 vols. Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679-1698.

MENEZES, D. Manuel de. *Recuperação da cidade de Salvador*. Ed. Francisco Adolfo de Varnhagen In: *Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, t. XXII, 1859, pp. 357-411 (1º parte) e 527-633 (2º parte).

MIRALES, José de. *História militar do Brasil desde o anno de mil quinhentos e quarenta e nove, em que teve princípio a fundação da*

cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, até o anno de 1762. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XXII, 1900.

NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia de la recuperacion del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623* [sic], *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, n. 69, 1950, pp. 155-231.

NEGREIROS, André Vidal (aut.) & RAU, Virgínia (ed.). *A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros*. Coimbra: Sep. da Rev. Brasília, vol IX., 1955.

PERES, Damião (Dir). *História de Portugal*. 10 vols. Barcelos: Portucalense Editora; Porto: Livraria Civilização, 1928-1981.

PIMENTEL, Timoteo de Seabra. *Exhortação militar, ou lança de Achilles, aos soldados Portuguezes, pela defensão de seu Rey, Reyno, & Patria, em o presente apresto de guerra*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1650.

RIBEIRO, João Pinto. *Discvrso sobre os fidalgos, e soldados portugueses não militarem em conquistas alheas desta Coroa*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1632.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1730.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. Prefácio e notas de Pedro Calmon. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1950.

SANTA TERESA, Giovanni Gioseppe di. *Istoria delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda, composta, ed offerta alla sagra reale maesda di Pietro Secondo re di Portogallo*. Roma: Estamparia dos herdeiros de Corbelletti, 1698. 2 vols.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Com prefácio de J. A. Gonsalves de Mello. Recife: CEPE, 2004.

SILVA, Luís Augusto Rebello da. *História de Portugal nos séculos xvii e xviii*. 5 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1871.

SOSA, Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1932 [1742].

SOSA, Manuel de Faria e. *Africa Portuguesa por su autor Manuel de Faria, y Sousa*. Tomo unico. Dedicada Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente y Gobernador de Portugal. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1681.

SOSA, Manuel de Faria e. *Asia Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: nas oficinas de Henrique Valente (vol. I) e Antonio Craesbeeck de Mello (tomos II e III), 1666-1675.

SOSA, Manuel de Faria e. *Epitome de las historias portvgvesas*. Madri: Francisco Martinez, 1628.

SOSA, Manuel de Faria e. *Europa portuguesa*. Segunda edicion correcta, ilustrada y anadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que es nueva. 3 vols. Lisboa: por Antonio Craesbeeck de Mello, 1678-1680.

SOSA, Manuel de Faria e. *Fvente de Aganipe o rimas varias*. Parte qvarta. Madri: Iuan Sanchez, 1644.

TOSCANO, Francisco Soares. *Paralellos de Principes, e varoes illustres antigos, a que muitos da nossa naçam Portugueza se assemelhãrãõ em suas obras, ditos, & feitos*: com a origem das armas de algumas familias deste Reino. Évora: por Manoel Carvalho, 1623.

VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio Historial de la jornada del brazil y sucesos della*. Donde se da cuenta de como gana el Rebelde olandez la Ciudad del Salvador, y Bahia de todos sanctos, y de su Restauracion por las Armadas de España cuyo general fue Don Fadrique de Toledo Osorio Marquez de Villa nueva de Valdueza Capitan general de la Real Armada del mar Oceano, y de su gente de guerra de el Reino de Portugal el año de 1625. Recife: Pool Editorial, 1984.

VARGAS, Thomas Tamaio de. *Restauracion de la ciudad de Salvador, i Baia de Todos-Sanctos, en la provincia del Brasil por las armas de don Phelippe IV el grande Rei Catholico de las Españas i Indias*. Madri: Pela viúva de Alonso Martin, 1628.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez, 1854-1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1625 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002 [1871].

VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Ed. Serafim Leite. Lisboa: Tip. Anuário Comercial, 1941.

XENOFONTE. *A retirada dos dez mil*. Lisboa: Bertrand, 2014.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por mandado de El Rei D. Affonso V, sob direcção scientifica, e segundo instrucções de illustre infante D. Henrique*. Paris: J. P. Aillaud, Officina Typografica de Fain e Thunot, 1841 [1453].

ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & MENDONÇA, Manuela (ed.). *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015.

ZURARA, Gomes Eanes de (autor) & BRASIL, Reis (ed.). *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Sintra (Mem Martins): Europa-América, 1989.

### Relações de sucessos impressas

ANÔNIMO. *Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, i de las capitancias de Itamaraca, Paraiba, Rio Grande, Ciara e Isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maestre de Campo general del Estado del Brasil, i Governador de Pernambuco*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, com licenças, 1654.

ANÔNIMO. *A plaine and true relation, of the going forth of a Holland fletee the eleuenth of Nouember 1623, to the coast of Brasile*. With the taking in of Saluedoe, and the chiefe occurrences falling out there, in the time of the hollanders continuance therein. As also, the coming of the Spanish armado to Saluedoe, with the beleaguering of it, the accidents falling in the towne the time of beleaguering... Rotterdam: por m.s. impressor, 1626.

ANÔNIMO. *Anti-Catastrophe, Historia d'El-Rei D. Affonso 6º de Portugal*. Edição e prefácio de Camillo A. da Silva e Souza. Porto: Typographia da Rua Formosa, 1845.

ANÔNIMO. *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad, desde la Ciudad de San Lucar, haziendole Relacion de la cõficion que hizo un Maestre de una Nao que cogio el Armada del Almirantazgo, en que declaró, que el Brasil estava ya por el Rey Nuestro señor, y como le quemaron sus Naos, y passarõ a cuchillo ochocientos hombresq dentro avia*. Sevilla: por Juan de Cabrera, 1625.

ANÔNIMO. *Descripcion de la Baia de Todos los Santos y ciudad de Sansalvador en la costa del Brasil; en que se fortificaron los Holandeses: aora restaurada por don Fadrique de Toledo, Capitan General por el Rey nuestro señor don Filipe IIII en veinte y nueve de Abril de mil y seiscientos y veinte y cinco.* Toledo: Alardo de Popma, 1625.

ANÔNIMO. *La defaite navale de trois mil, tant Espagnols que Portugais, mis & taillez en pieces par les Hollandois, à la Baya de Todos los Sanctos.* Traduite de Flamand en François. Paris: por Jean Martin, 1625.

ANÔNIMO. *O mayor monstro da natureza, aparecido na costa da Tartaria Septentrional no mez de Agosto do anno passado de 1739.* Lisboa: na officina de Luis Jozé Correia Lemos, 1740.

ANÔNIMO. *Perdida que en Olanda y Gelandia causaron las nieves, y yielos, que este año uvo, matando gran numero de personas, y destruyendo la mayor parte de los ganados de aquella tierra. Dase cuenta del grande castigo que Dios embiò sobre estas Islas, y como se anegaron mas de quarenta Ciudades y villas, con toda la hazienda, y la maior parte de los moradores dellas. Sacado de las cartas escritas de Flandes al señor Embaxador de Alemania, que assiste en la Corte.* Madri: por Juan Gonzales; Sevilha: por Francisco de Lyra, 1624.

ANÔNIMO. *Relacam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitanías de Itamaracà, Paraiba, Rio Grande, Ciarà & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & Governador de Pernambuco.* Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654.

ANÔNIMO. *Relaçam do dia em que as armadas de sva Magestade chegaram à Baya, & do que se fez até vinte dous de Abril, em que mandou a Pernambuco desde vinte e nove de Março, em que derão fundo na dita Baya.* Lisboa: por Pedro Craesbeek, 1625.

ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira de tudo o succedido na Restauração da Bahia de todos os Sanctos desde o dia em que partiram as armadas de S. Magestade, até o em que em a dita Cidade foram arvorados seus estandartes cõ grande gloria de Deus, exaltação do Rei e Reino, nome de seus vassallos, que nesta empresa se acharam, anihilaçam, e perdas dos rebeldes Olandezes ali domados. Mandada pelos Officiaes de sua Magestade a estes reinos. Foy visto pelo Padre Fr. Thomas de S. Domingos Magister. Lisboa: por Pedro Craesbeek, com todas as licenças necessárias, 1625.*

ANÔNIMO. *Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda, e lvgar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreueo hum Religioso de muyta authoridade, & que foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo tẽ os dezoito de Abril deste presente, & fatal anno de 1630. Lisboa: por Mathias Rodrigues, com todas as licenças necessárias, 1630.*

ANÔNIMO. *Relaçõ verdadeira de todo o succedido na Restauração da Bahia de todos os Sanctos desde o dia em que partiram as armadas de S. Magestade, até o em que em a dita Cidade foram arvorados seus estandartes com grande gloria de Deus, exaltação do Rei e Reino, nome de seus vassallos, que n'esta empresa se acharam, anihilação, e perdas dos rebeldes Hollandezes alli domados. Mandada pelos Officiaes de Sua Magestade a estes reinos. Lisboa: Por Pedro Craesbeek impressor, 1625.*

ANÔNIMO. *Relacion cierta y verdadera de la feliz vitoria y prosperos sucessos que en la India Oriental han conseguido los Portugueses, contra armadas muy poderosas de Olanda, y Persia, este año de 1624. La fecha en la ciudad de Goa, cabeça de aquel Reyno, a 27 de Março, del dicho año, y vino en la nao Santo Tomé. Refierense las naos y armadas que a los enemigos le han desbaratado, la muchedumbre*

de gente que le han muerto, las fortalezas, y lugares que han ganado, y una ciudad muy fuerte, con otras nuevas de gran alegría para los Catolicos. Madri: por Bernardino de Guzman, 1625.

ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de su Magestad à hecho al socorro del Brasil, y batalla que entre ella, y la de los Estados de Olãda se dieron en doze de Septiembre deste año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos.* Es traslado de la que se embiò a su Magestad. Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença do Alcaide-mor D. Alonso Bolaño, 1631.

ANÔNIMO. *Relacion de la iornada que la Armada de su Magestad à hecho al socorro del Brasil, y batalla que entre ella, y la de los Estados de Olãda se dieron el doze de Septiembre deste año de 1631. en diez y ocho grados de altura a la bãda del Sur de la equinocial, y paraje de los Abrojos.* Sevilha: por Francisco de Lyra, 1631.

ANÔNIMO. *Relacion de la Victoria que los portugveses de Pernambuco Alcançaron de los de la Compañia del Brasil en los Garerapes a 19. de Febrero de 1649.* Viena: 1649 (sem indicação de impressor).

ANÔNIMO. *Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baïa de Todos Santos, contra Olandeses, que fueron a sitiar aquella Praça, en 14. de Iunio [sic por 16 de março] de 1638.* Siendo Governador del Estado del Brasil Pedro da Silva. Madri: por Francisco Martinez, con licenças, 1638.

ANÔNIMO. *Vitoria que tres caravelas portvgvesas tvvieron contra los Olandeses que estavan edificando una fuerça en la Isla de Santiago de Caboverde.* Dase cuenta de como los degollaron a todos, y del artilleria, polvora, municiones que les tomaron, y de como entraron triunfando en Lisboa, arrastrando las vanderas del enemigo. Sevilha: por Francisdo de Lyra, 1629.

ANÔNIMO. *Warhafftige gründliche Relation, Was gestalt durch dero Königk: Mayest: inn hispanien Obristen Don Friderico de Toletto mit beystand des Allmächtigen Brasilia den holländern widerumb abtrungen und erobert worden.* Augsburg: por Andream Asperger, 1625.

AVEDAÑO Y VILELA, Francisco de. *Relacion del viaie, y sucesso de la Armada que por mandado de su Magestad partio ao Brasil, a echar de alli los enemigos que lo ocupavan.* Sevilha: por Francisco de Lyra, com licença, 1625.

BACELAR, Antônio Barbosa. *Relaçam diaria do sitio, e tomada da forte praça do Recife, recuperação das capitancias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará, & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil, & governador de Pernambuco.* Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1654.

BURGOS, Bartolomé Rodriguez de. *Relacion de la iornada del Brasil, escrita a Ivan de Castro Escrivano Publico de Cadiz, por Bartolome Rodriguez de Burgos Escrivano mayor de la Armada.* Cádiz: por Juan de Borja, 1625.

OSÓRIO, D. Fadrique de Toledo. *Relacion de la carta que embio a su Magestad el Señor don Fadrique de Toledo, general de las Armadas, y poderoso exercito, que fue al Brasil, y del felicissimo sucesso, que alcançaron en dia de los gloriosos Apostoles S. Filipe, Y Santiago, que fue a primero de Mayo, deste año de 1625.* Dase cuenta a su Magestad de las capitulaciones que en su Real nombre tratò cõ en enemigo, del modo que salieron de la Ciudad, y del grande interes que su Magestad consiguio en su recuperacion. Sevilha: por Simon Faxardo, com lic. do tenente D. Luís Ramirez, 1625.

ROSÁRIO, Paulo do. *Relaçam breve, e verdadeira da memoravel victoria que ouve o capitão mor da capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Olanda, que são vinte naos de guerra, & vinte & sete*

*lanchas*: pretenderão ocupar esta praça de sua Magestade, trazendo nellas para o effeito dous mil homens de guerra escolhidos afora a gente do mar. Composta pello reverendo padre Frey Paulo do Rosario commissario Provincial da Provincia do Brasil da ordem do Patriarcha Sam Bento, como pessoa que a todo se achou presente. Lisboa: por Jorge Rodrigues, com licenças, 1632.

TOVAR, Joseph Pellicer de Ossau y. *Mission evangelica al reyno del Congo que el año M. DC. XLV hizo la Religião serafica de los capuchinos, con Auctoridad del Santissimo Vrbano Octavo Pontifice Maximo*. Madri: por Domingo Garcia i Morràs, com licenças, 1649.

#### Fontes manuscritas

ANÔNIMO. “Carta do capelão ao governador geral”. Arquivo Histórico Ultramarino, , ACL, CU, 015, Cx. 5, D. 333.

ANÔNIMO (Atribuído a ATAÍDE, D. Jerônimo de). *Cap.<sup>os</sup> da relação*. Biblioteca da Ajuda, 5I-VIII-12, fl. 151-185.

ANONIMO (Atribuído a SANTIAGO, Diogo Lopes). *Historia da Guerra de Pernambuco, e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, heroe digno de eterna memoria, primeiro aclamador da guerra*. Biblioteca Municipal do Porto, ms. III.

ANÔNIMO (Atribuído a SOARES, Diogo). *Razones por que no se debe imprimir la historia que tratta de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre, o ajeno, por los inconvenientes que rezultan de esto contra el servicio de Su Magestad de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se ofrece otro mas dilatado*. British Library, Additional Manuscript 28461, pp. 95-102.

ANÔNIMO. *Relação da viagem que fez Silvestre Manso, piloto do patacho nossa Senhora do Rosário a Itamaracá, com a notícia do Assalto que*

os nossos fizeram em Pernambuco num forte dos olandezes, donde lhe mataram trinta e oito homens e desmontaram a artilharia, só com a perca [sic] de onze dos nossos na retirada, assaltos que davam todos os dias com dano considerável destes e vantagem das nossas armas. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, C. Cronológico, parte 1, mc 118, n. 69.

ANÔNIMO. *Relação da victoria q Deos nos deu em Domingo da Pascoella 19 de Abril, contra o inimigo Olandez, q com seis mil homẽs marchou p<sup>a</sup> a campanha, sendo o nosso poder taõ infirior de 2500 e os inuistimos no sitio q chamaõ os outr<sup>os</sup> dos Gararapes, duas legoas do Recife*. Biblioteca da Ajuda, 49-x-24, pp. 375-376.

ANÔNIMO. *Relaçã dos nauios gente de mar, e guerra, prouisaõ de mãti-mentos, artilharia, e moniçoẽs com q foi prouida a Armada q se aprestou pera restauraçã da Bahja, de que he Capitaõ geral Dom Manuel de Menezes, que partiu em 22 de nouembro de 1624*. Biblioteca da Ajuda, 51-VII-44, f. 399.

ANÔNIMO. *Relaçã dos Nauios, gente de mar e guerra, prouisão de mãti-mentos, artilharia e moniçoẽs com q foi prouida a Armada q se aprestou pera a restauraçã da Bahja, de que he Capitão geral Dom Manuel de Menezes, q partiu em 22 de Nouembro de 1624*. Biblioteca da Ajuda, 51-VII-44.

ANÔNIMO. "Relacion de como los olandeses tomaron a Pernambuco el año 1630". In: MASCARENHAS, Jeronimo de (ed.). *Sucesos del año 1630*. Biblioteca Nacional de España, Fondo Antiguo, mss/2362.

ARQUIVO Histórico Ultramarino, ACL, CU, 015, Cx ms. D 333.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Reg. Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, lv. 12, fl. 157v-158; lv. 17, f. 318; lv. 24, fl. 83v-84.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 20, f. 326v-328.

*BIBLIOTECA Augustiniana Conventus Ulyssiponensis Dominae Nostrae de Gratia.* Biblioteca Nacional de Portugal, cota COD.7460, *sub voce* “Manoel Calado Paulista”.

BIBLIOTECA da Ajuda, 5I-VII-44; 5I-VIII-12, fls. 15I-185 e 5I-x-6, f. 40.

“CARTA da rainha D. Luísa de Gusmão para o conde de Soure”, 20/II/1659. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, cota 1145 (1).

CARTAS, relações e papéis diversos de Matias de Albuquerque ao Consejo de Estado de Castela. Archivo General de Simancas, Guerra y Marina, Legajo 1325.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Noticias sobre el suceso de D. Lope de Hoces en la armada que llevo con socorro a Pernambuco en 1635.* Biblioteca Nacional de España, Fondo Antiguo, mss. 10475 (H.64R-64V.).

COELHO, Duarte de Albuquerque (*et. al.*). *Opúsculos da Guerra do Brasil.* Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, cota 1555.

FREYRE, Francisco de Brito. *Restauração de Pernambuco.* Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, cota AT/L35.

JESUS, Raphael de. *Catrioto Lusitan. Primeira parte. Empresa e Restauração de Pernambuco e das capitánias adjacentes. Varios, e belicosos sucessos entre Portuguezes, e Belgas acontecidos pelo decurso de vinte e quatro annos, tirados de noticias, relações, e memorias certas. Compostos em forma de historia pelo M. R. P pregador geral Frei Raphael de Jesus, religioso da ordem do grande Patriarcha São Bento na reformada congregação de Portugal, offerecidos ao general João Fernandes*

*Vieira e por ele dedicados ao serenissimo Principe D. Pedro Nosso Senhor Regente da Monarchia Lusitana. Anno de 1675.* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, “Manuscritos do Brasil”, livro 20.

“LIUROS prohibidos que estavaõ fichados de baixo de chave em lugar separado na mesma livraria”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (MNEJ), maço 62, cx. 50.

MASCARENHAS, Jeronimo de (ed.). *Sucesos del año 1630*. Biblioteca Nacional de España, Fondo Antiguo, mss/2362.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do conde dom Duarte de Menezes. Manuscrito mandado escrever por El-Rey D. A. o 5º*. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Ms. A.T./L 68 (cópia seiscentista do original datado de 1468).

ZURARA, Gomes Eanes. *Chronica dos feitos do Conde Dom Pedro de Menezes Primeiro Capitao que foi na cidade de Cepta*. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, ms. COD. 12982 (Cópia seiscentista do original datado de 1463).

### Estudos consultados

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1907].

ABREU, J. Capistrano de. Memórias de um frade. *In: Ensaios e estudos (crítica e história): 1ª série*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931 (original em RIAP, n. 65, 1907).

ACIOLI, Vera Lucia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e no nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a escrita da história*. São Paulo: Alameda, 2009.

ALBUQUERQUE, Cleonice Xavier de. *A remuneração dos serviços da Guerra Holandesa*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Jean Bodin na Península Ibérica: ensaio de história das ideias políticas e de direito público*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1978.

ALBUQUERQUE, Martim de. Para uma teoria política do barroco em Portugal: a *Summa Politica* de Sebastião César de Menezes (1649-1650). In: *Estudos de Cultura Portuguesa, vol. II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 291-326.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Um percurso da construção ideológica do Estado: a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal, 2002.

ALENCASTRO, Luís Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Maria Tereza. *A Língua do Ver na Espanha dos Áustria: criação de memória e fixação de ideais*. Tese (doutorado em história), Universidade de Évora, Portugal, 1997.

AMADO, Maria Tereza. O pensamento do cronista Fernão Lopes. *Revista eHumanista*, Lisboa, v. 8, 2007.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AROUCHA, Marcone Zimmerle L. *Serviço e nobilitação: a dinastia Brigantina e as concessões de foro de fidalgo no Atlântico Sul (1640-1680)*. Dissertação (mestrado em história), UFPE, Recife, 2015.

ASSIS, Virgínia M. Almoedo de. *Palavra de rei: autonomia e subordinação da capitania hereditária de Pernambuco*. Tese (doutorado em História), UFPE, Recife, 2001, p. 92.

AZEVEDO, João Lucio. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Ed. Clássica, 1947.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1967].

BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BÉGAND, Patrick (ed.). *Las relaciones de sucesos: relatos fácticos, oficiales y extraordinarios*. Besançon: Presses Universitaires de Franche Comté: 2006.

BELO, André. *As Gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Estudos Sociais, 2001.

BERRENDERO, J. A. Guillén. *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tese (doutorado em história), Universidad Complutense de Madri, 2008.

BLAAK, Jeroen. *Literacy in everyday life: reading and writing in early modern Dutch diaries*. Boston/Leiden: Brill, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BONILHA, Alexandre da Cruz. *Manuel Faria de Sousa, historiador*. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2011.

BOOGAART, Ernt van den. *Morrer e viver em Fernando de Noronha (1630-1654)*. In: GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil Holandês*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 2007.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. “Clarins de Iericho”: Oratoria sagrada y publicística en la Restauração Portuguesa. *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporânea*, Madri, n. VII, 1986, pp. 13-31.

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo del oro*. Madri: Marcial Pons, 2001.

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *D. Filipe I*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos xv-xviii)*. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola (1602-1686)*. Londres: The Athlone Press, 1952.

BRAGA, Isabel Drumond & BRAGA, Paulo Drumond. *Duas rainhas em tempos de novos equilíbrios europeus*: Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

BRAGA, Paulo Drumond. *D. Pedro II (1648-1706)*: uma biografia. Lisboa: Tribuna, 2006.

BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal*: saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1992.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CALMON, Pedro. *Francisco Barreto, restaurador de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Incômoda história: colônia e passado no Brasil. *Revista do PPG em Ciência da Literatura da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 18, 2008.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O paraíso proibido*: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller & PASTORE, G. Grassia. 1625, o fogo e a tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, jul-dez 2005.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel M. Porto; SILVA, Pedro P. de Figueiredo. O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo

na publicística do século XVII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun 2012.

CAMPOS, Fernanda M. A. da Silva Guedes de. *Bibliotecas de história: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese (doutorado em história), Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2003.

CANGUILHEM, Georges. Descartes et la technique. *Transformação*, São Paulo, 5, 1982.

CARBONELL, Charles-Olivier. L'histoire dite positiviste en France. *Romantisme*, Paris, 1978, n. 21-22, "Les Positivismes".

CARDIM, Pedro. La gobernación de Portugal: de los Austrias a los Braganza (1621-1667). In: MARCOS, David Martín (ed.). *Monarquías encontradas: Estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*. Madrid: Sílex, 2013.

CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado: Filipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del reino de Portugal*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 2014.

CARDIM, Pedro & XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

CARDOSO, José Luís. *O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

CAROLINO, Luís Miguel. *A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Acess, 2002.

CARVALHO, Daniel Pimenta O. de. *Mais na opinião que nas forças: Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez (1663-1666)*. Dissertação (mestrado em história), UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÍCERO. DO orador. Tradução: Adriano Scatolin. *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2016, pp. 264-287.

CHARTIER, R. (coord). *As utilizações do objeto impresso (séculos xv-xix)*. Lisboa: DIFEL, 1998 [1987].

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos xv e xviii*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998 [1992].

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.

CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá e Costa, s/d [1940].

CLEMENTINO, Kleber. Clio no ultramar: elementos da historiografia portuguesa nas narrativas seiscentistas da Guerra Holandesa. *Clio*, Recife, n. 32.1, 2014.

CLEMENTINO, Kleber. Distinção e semelhança: estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na América Portuguesa. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.

COSTA, L. Freire & CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Temas & Debates, 2010.

CURTIUS, Ernst R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1952.

CURTO, Diogo R. *A cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 2011.

CURTO, Diogo R. A produção do discurso político seiscentista: o caso de Luís Marinho de Azevedo. *Separata da Revista de História Econômica e Social*, Lisboa/Viseu, 1984.

CURTO, Diogo R. A Restauração de 1640: nomes e pessoas. *Península*, Porto, n. 0, 2003.

CURTO, Diogo R. *História política da cultura escrita*. Lisboa: Verbo, 2016.

CURTO, Diogo R. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura portuguesa, 1988.

CURTO, Diogo R. Os holandeses no Brasil: lutas e discursos. In: *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos xv ao xviii)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

CURTO, Diogo R. Orientalistas e cronistas de Quinhentos. In: *Cultura escrita (séculos xv-xviii)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras 2010.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópoles: Vozes, 1998.

DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

DORÉ, Andréa. Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. *Talia Dixit*, Badajoz, (Extremadura, Espanha), n. 6 (2011).

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DOSSE, François. *O renascimento do acontecimento*. São Paulo: UNESP, 2013.

DURANT, Will. *História da Civilização, vol VII: começa a idade da razão (1558-1648)*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

DUTRA, Francis A. Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos. *Separata da rev. Studia*, Lisboa:[Centro de Estudos Históricos Ultramarinos], 1974.

EDMUNDSON, George. The Dutch Power in Brazil. The Struggle for Bahia 1624-1627. *English Historical Review*, Oxford, Vol. XI, 1896, pp. 231-259.

ELLIOTT, John H. *El conde-duque de Olivares: el político en una época de decadencia*. Barcelona: Crítica, 2010.

EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: PÉREZ, J. M. Santos & SOUZA, George F. C. de. *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ed. Universidad Salamanca, 2006.

ETTINGHAUSEN, Henry. The News in Spain: Relaciones de sucesos in the Reigns of Philip III and IV. *European History Quarterly*, Norwich (Reino Unido), 14 (1984).

FARIA, Ana L. *A neutralidade portuguesa no tempo de Pedro II*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013.

FARIA, Ana L. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo*. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676). Lisboa: Editora MNE-ID, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

FEBVRE, Lucien e JEAN-MARTIN, Henri. *O aparecimento do livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2000 [1958].

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1992 [1952].

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. El taller historiográfico alfonsí. La Estoria de España y la General estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio. In: MARTINEZ, Jesús Montoya. & RODRIGUEZ, Ana D. (coord.). *El Scriptorium alfonsí: de los Libros de Astrología a las "Cantigas de Santa María"*. Madrid: Fundación Universidad Complutense, 1999.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos: nuevo panorama. *Cahiers de linguistique hispanique médiéval*, Paris, n. 18-19, 1993-4, pp. 101-132.

FIGUEIRÔA-REGO, João de. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos xvii e xviii: alguns aspectos. *Actas do Congresso Internacional "O Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades"*, Lisboa, 2005.

FOSSIER, François. A propos du titre d'historiographe sous l'Ancient Régime. R. d'Histoire Moderne et Contemporaine, t. 32e, 3, *Histoire et Historiens*, jul/set 1985, pp. 361-417.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universit., 2008 [1969].

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: *Ditos e escritos, vol. III: Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969], pp. 264-298.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997 [1950].

GAY, Peter. *O estilo em história: Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (1380/90-1459): crônica e história em Portugal*. Dissertação (mestrado em História), UFF, Niterói, 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaaios*. Vol. II. Lisboa: Sá e Costa, 1978 [1968].

GOUVEIA, Mário de. O essencial sobre a analística monástica portucalese (séc. XI-XII). *Lusitania Sacra*, Lisboa, n. 25, janeiro-junho de 2012, pp. 183-226.

GRAFTON, Anthony. *Humanists with inky fingers: the culture of correction in Renaissance Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2011.

GRAFTON, Anthony. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [1950].

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Mattos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*. Lisboa: Dom Quixote, 1986 [1981].

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 148 (1º de 2003), pp. 9-34.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos xv e xvii)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, A. Manuel. A nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII. *Penélope: fazer e desfazer a História*, Lisboa, Número 12, 1993.

HESPANHA, A. Manuel. A representação da sociedade e do poder. In HESPANHA, António Manuel (coord.) & MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. IV: o Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HESPANHA, A. Manuel. As faces de uma revolução. *Penélope: fazer e desfazer a história*, Lisboa, n. 9/10, 1993, pp. 7-16.

HESPANHA, A. Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, século xvii*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, A. Manuel. *História das Instituições: época medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

HESPANHA, A. Manuel. O Estado absoluto: problemas de interpretação histórica. *Separata do n. esp. do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* ("Estudos em homenagem ao prof. Dr. J. J. Teixeira Ribeiro"), Coimbra, 1979.

ISRAEL, Jonathan I. *The Dutch republic: its rise, greatness and fall (1477-1806)*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995.

ISRAEL, Jonathan I. *Conflicts of empires: Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy (1585-1713)*. Londres: The Hambledon Press, 1997.

JESUS, Roger Lee Pessoa. A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pitta: o contexto, o autor, a obra. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n. 11 (2011).

KAGAN, Richard. *Los cronistas y la Corona: la política de la historia en España en las Edades Media y Moderna*. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos (UFBA), 2004.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da Guerra Holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Dissertação (mestrado em história), UFF, Niterói, 2010.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

LANCIANI, Giulia. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Ed Caminho, 1997.

LAPA, M. Rodrigues. *Historiadores quinhentistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

LAWRENCE, Jeremy. The Middle Indies: Damião de Góis on Prester John and the Ethiopians. *Renaissance Studies*, Oxford, n. 6, 1992, pp. 306-24.

LEFFLER, Phyllis K. French historians and the challenge to Louis XIV's Absolutism. *French historical studies*, Durham (EUA), Duke University Press, vol. 14, n. 1, 1985, pp. 1-22.

LEFFLER, Phyllis K. From Humanist to Enlightenment historiography: a case study of François Eudes de Mézeray. *French historical studies*, Durham (EUA), Duke University Press, vol. 10, n. 3 (primavera de 1978), pp. 416-438.

LEFFLER, Phyllis K. The "Histoire Raisonnée", 1660-1720: a pre-Enlightenment genre. *Journal of the History of Ideas*, Filadélfia (Pensilvânia, EUA), vol. 37, n. 2 (abril-junho de 1976), pp. 219-240.

LEITE, Bruno M. Boto. *O Caso servo do Discurso: a "Escola de Tácito" e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na Europa do XVII*. Dissertação (mestrado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, Jorge Miranda. *O dito e o feito: heróis exemplares nos relatos de guerra na Restauração pernambucana (1630-1654)*. Dissertação (mestrado em história), UFF, Niterói, 2009.

LINAJE CONDE, J. A. Linage. Los bolandistas. *Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Madri, n. 2, 1992, pp. 187-206.

LOPES, André Leme. Moralidade e justiça na historiografia antiga: o "manual" historiográfico de Luciano de Samósata. *Revista História*, São Paulo v. 24, n. 2, 2005.

LISBOA, João L; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda &. *Gazetas manuscritas da biblioteca pública de Évora*. 3 vols. Évora: CIDHEUS, 2002-2012.

LOURENÇO, Maria P. Marçal. *D. Pedro II: o pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (org). *História de Portugal*, vol. 3: No alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. A “Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baia de Todos Santos”, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendonza. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011, pp. 43-65.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. *Equus Rusus*: A igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654). Tese (Doutorado em História), UFBA, Salvador, 2010.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. Frei Francisco de San Juan: um missionário espanhol na Bahia em 1624. *Hispania Sacra*, Madri, LXIII. 127, enero-junio 2011.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. A estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra ou Coronica do Condestabre. *Revista da Anpoll* (UFSC), Florianópolis, Série Estudos Medievais 3: fontes e edições (GT de Estudos Medievais), 2012, pp. 111-139.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império*: Portugal e o seu mundo (séculos xv-xvii). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

MARQUES, João F. *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. Tese (doutorado em história), Universidade do Porto, Portugal, 1983.

MARQUES, Maria E. C. Magalhães. *O soldado prático e a lógica da “economia do dom”*. *Revista da USP*, São Paulo, n. 83, set/dez/ de 2009, pp. 126-135.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade de letras*: leitura e escrita em Portugal no século xvii. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2000.

MARTÍN MARCOS, David. *Península de los recelos: Portugal y España, 1668-1715*. Madri: Marcial Pons, 2014.

MARTINS, Maria T. E. Payan. *A censura literaria em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira, vol. 1: 1550-1794*. Ponta Grossa (PR), Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010 [1976].

MATOS, Luís de. *L'Humanisme portugais et ses relations avec l'Europe*. Lisboa: Ed. Ramos, 1965.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros*. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil. Tese (doutorado em história), USP, São Paulo, 2007.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de. *História de Portugal, vol. 11: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997 [1960].

MCKENZIE, Donald Francis. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la librairie, 1991 [1985].

MEGIANI, Ana Paula T. Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. xv-xvii). *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 68, mai-ago 2019.

MEGIANI, Ana Paula T. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MELLO, E. Cabral de. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, E. Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MELLO, E. Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

MELLO, E. Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 2009 [1989].

MELLO, E. Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007 [1975].

MELLO, E. Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008 [1986].

MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 2ª edição, 1986 [1960].

MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração*. Recife: Univ. do Recife, 1954.

MELLO, J. A. Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654)*. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 1996.

MELLO, J. A. Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vol. I: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1961), pp. 260-280.

MELLO, J. A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000 [1956].

MELLO, J. A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001 [1947].

MELO, Bruno Kawai S. M. *Desagravos e glórias: trânsito, transitados e relações jurídico-religiosas no Império Português (1696-1762)*. Dissertação (mestrado em história), UFPE, Recife, 2014.

MESTRE SANCHÍS, Antonio Mestre. *Crítica y apologia en la historiografía de los novatores*. *Studia historica, Historia Moderna*, Salamanca, n. 14, 1996, pp. 45-62.

MINOIS, George. *História do ateísmo*. São Paulo: Unesp, 2014.

MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese (doutorado em história), Universidade de Leiden, Países Baixos, 2011.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história*. In: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil*. Vol. 1: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MONTAIGNE, Michel E. de. *Ensaaios*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno G. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanak Braziliense*, São Paulo, n. 2, nov. de 2005, pp. 4-20.

MONTEIRO, R. Bentes. Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado. In: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes & BAGNO, Sandra. *Maquiavel no Brasil: dos Descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. 2 vols. Amsterdam/Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVAL, Maria Fernanda de. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVAL, Maria Fernanda de. Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. *Sep. Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, n. 4, 2002.

OLIVEIRA, António. A contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e Porto. Coimbra: *Revista de História das Ideias*, vol. 6, 1984, pp. 259-300.

OLIVEIRA, António. D. Francisco Manuel de Melo, historiador. *Península*, Porto, n. 6, 2009.

OLIVEIRA, António. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990.

PAGDEN, Anthony. *Spanish imperialism and political imagination*. New Haven (Connecticut): Yale University Press, 1990.

PARKER, Geoffrey (coord.). *La crisis de la monarquía de Filipe IV*. Barcelona: Crítica, 2006.

PENA SUEIRO, Nieves. Estado de la cuestión sobre el estudio de las Relaciones de sucesos. *Revista Pliegos de Bibliografía*, Madrid, n. 13 (1º semestre de 2001), pp. 1-19.

PEREIRA, Ana Martinez. Alejandro Farnese en las relaciones de sucesos españolas. In: CARVALHO, José Adriano de (Dir.). *D. Maria de Portugal: princesa de Parma (1538-1577) e o seu tempo*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1999.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. *Retórica e eloquência em Portugal na Época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

PERES, Lygia R. Vianna. “El Brasil Restituido” de Lope de Vega y “La pérdida y restauración de la Bahía de todos los Santos” de Juan Antonio Correa. Historia, emblemática. *Actas selectas del X Congreso de la Asociación Internacional del Teatro Español y Novispano de los Siglos de Oro*, Cidade do México (Universidad Autónoma Metropolitana), 2003, pp. 245-261.

PIRES, F. Murari. Jean Bodin, o Methodus e a Clio tucidideana: as figuras heroizantes do historiador. *Vária História*: Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 189-210, jan-jul 2012.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUP, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manoel de Mello: esboço biográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1914.

PRESTAGE, Edgar. *Francisco Manoel de Mello*. Oxford (UK): Oxford Univ. Press, 1922.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PUTINATO, Lucas H. *Damião de Góis e os novos caminhos da história quinzentista*. Dissertação (mestrado em história), UNESP, São Paulo, 2007.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora e Faperj, 2015.

RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Historia de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RANUM, Oreste. *Artisans of glory: writers and historical thought in seventeenth-century France*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

RAULT, Didier. Genealogia de las relaciones dedicadas a la batalla de Nördlingen (1634). In: BÉGAND, Patrick (ed.). *Las relaciones de sucesos: relatos fácticos, oficiales y extraordinarios*. Besançon: Presses Universitaires de Franche Comté: 2006.

RAULT, Didier. La información y su manipulación en las relaciones de sucesos. *Revista Criticón*, Toulouse, n. 86 (2002).

RAU, Virgínia & NUNES, Eduardo Borges (ed.). *Inventário post mortem d'El Rei D. Pedro II*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969.

RAU, Virgínia. Um “trabalho divertido” do conde de Ericeira: a História de Portugal Restaurado. *Separata da Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Munique, Band 10, 1970.

REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

REIS, José Carlos. *A história entre a ciência e a filosofia*. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO. “Donatários de Pernambuco e seus loco-tenentes”. Recife, n. 48, 1896, pp. 3-28 (art. não assinado).

RIBEIRO, Marília de Azambuja. Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (sécs. XVI-XVII). *Magallánica: Revista de História Moderna*, Mar del Plata, 3, 2015, p. 77-100.

RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca Brasiliana: catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscritos*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SARAIVA, José Antônio & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Livraria Martins Fontes, s/d [1955].

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro. Uma interpretação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Peter Burke. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, 2000, v. 43, n. 1.

SCHWARCZ, L. K. Moritz (org.). *Leituras críticas de Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the Portuguese restoration of independence (1624-1640). *The American Historical Review*, Bloomington (Indiana, EUA) vol. 96, n. 3 (jun, 1991).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. 3 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 1972-1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. IV: governo dos reis espanhóis (1580-1640). Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. V: a Restauração e a monarquia absoluta (1640-1750). Lisboa, Verbo, 1982.

SERRÃO, Joel (dir.), MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MENEZES, A. de Freitas de (coord.). *Nova História de Portugal*, vol VII: da paz da Restauração ao ouro do Brasil. Lisboa: Presença. 2001.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1. Porto: Livraria Figueirinhas, 2006 [1963].

SHAKESPEARE, William. *Othello, the moor of Venice*. Cambridge: Ed. Sparknotes, 2018.

SILVA, M. Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SINKEVISQUE, Eduardo. Com furores de Marte e com astúcias de Mercúrio: o Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jul-dez de 2006.

SINKEVISQUE, Eduardo. Estilo agudo em história: Ciceronianos & anticiceronianos do século XVII. *Sibila: revista de poesia e crítica literária* (online), Ano 15, agosto de 2012.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMALLEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames and Hudson, 1974.

SOLL, Jacob. Empirical history and the transformation os political criticism in France from Bodin to Bayle. *Journal of the History of Ideas*, Filadélfia (Pensilvânia, EUA) vol. 64, n. 2, abr. 2003, pp. 297-316.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) et al. *A gênese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições da Universidade Fernando Pessoa, 2007.

STRADLING, R. A. *The Armada of Flanders: Spanish maritime policy and European War, 1568-1668*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Tese (doutorado em História), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2008.

TENGARRINHA, José (org.), MATTOSO, José Ω(et al.). *História de Portugal*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

TREVOR-ROPER. H. *A crise do século XVII: religião, a Reforma e mudança social*. S. Paulo: Topbooks, 2007.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

USUNÁRIZ, Jesus M. América, la política internacional europea y las “relaciones de sucesos” españolas tras los tratados de Westfalia. *Rev. Chilena de literatura*, Santiago, n. 85 (nov. 2013).

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica (1580-1668)*. Madrid: Arco Libros, 2000.

VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno. El diciembre português y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros mas). *Pedralbes*, Barcelona, n. 15, 1995, pp. 103-136.

VALLANCE, M. *A rainha restauradora Luísa de Gusmão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

VAN GROESEN, Michiel. *Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brasil*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2017.

VASCONCELOS, J. A. Frazão de. Amaral. *Henrique Dias, herói da restauração de Pernambuco*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

VARELA, Laura Beck. *Literatura jurídica y censura: fortuna de Vinnius en España*. Valencia: Tirant, 2013.

VIANA, Helio. Matias de Albuquerque. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, n. XL, 1946, pp. 46-84.

VIDAL, Silvina. Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623). *Anuario del Centro de Estudios Históricos Carlos S. A. Segreti*, Córdoba (Argentina), ano 10, n. 10, 2010, pp. 325-341.

VIEIRA, Antônio & PÉCORÁ, Alcir (Org.). *Antônio Vieira: Sermões*. 2 vols. Hedra, 2014.

VIEIRA, Antônio & PÉCORÁ, Alcir (Org.). *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIEIRA, Daniel de S. Leão. *Topografias imaginárias: a paisagem política do Brasil Holandês em Franz Post, 1637-1669*. Tese (doutorado em história), Leiden, Países Baixos, 2010.

VOLTAIRE. Essai sur les mœurs et l'esprit des nations. In: *Oeuvres complètes de Voltaire*. Tomo 13. Paris: Garnier, ed. Louis Molland, 1878.

WEBER, Priscila Maria. "Angola" como conceito: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (século XVII). Tese (doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2018.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

XAVIER, Ângela Barreto. *El rei aonde pode, & não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998.

XAVIER, Angela B. & HESPANHA, Antônio M. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (coord.) & HESPANHA, Antônio M. (org.). *História de Portugal, vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ZÚQUETE, Afonso (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 3 vols. Lisboa: Enciclopédia, 1960.

### Páginas da internet e catálogos online

BOUZA ÁLVARES, Fernando J. *Papeles, batallas y público barroco. La guerra y la Restauração portuguesas en la publicística española de 1640 a 1668*. Disponível em: [http://www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm#\\_ftn39](http://www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm#_ftn39). Consulta em 01/03/2016;

KOCHER, Henerik. *Dicionário de Expressões e Frases Latinas*. Disponível em: <http://www.hkocher.info>. Consulta em 02/02/2015;

NOLI, Fan Stylian. *George Castrioti Scanderberg (1405-1468)*. Boston: dissertação submetida à Un. de Boston para a obtenção do grau de

PhD, 1945. Disponível em: <https://archive.org/details/georgecastriotisonoli>. Consulta em 09/06/2016;

[www.bne.es](http://www.bne.es) (estando boa parte do acervo de fontes impressas disponível em meio digital);

[www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt) (estando boa parte do acervo de fontes impressas disponível em meio digital);

<http://expobus.us.es/relaciones/catalogo.htm> (catálogo virtual de relações de sucessos existentes na Biblioteca da Universidade de Sevilha);

<http://library.st-andrews.ac.uk/> (catálogo virtual da University of St. Andrews, contendo diversas relações de sucessos de interesse para o tema);

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/> Biblioteca Mário de Andrade, em cuja seção “Obras raras e especiais” se encontra a coleção “Brasileira”, com valiosas fontes sobre o período.

*Título* A narrativa como combate: a escrita da história  
da Guerra Holandesa no século XVII

*Autoria* Kleber Clementino

*Formato* Ebook (PDF)

*Tipografia* Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)

*Desenvolvimento* Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE  
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397  
E-mail: [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br) | Site: [www.editora.ufpe.br](http://www.editora.ufpe.br)

